

# *O candidato do povo*



AS CAMPANHAS ELEITORAIS  
DE ALBERTO PASQUALINI  
E A CONSTRUÇÃO DO ELEITOR  
NA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA  
(1945-1954)

---

**Douglas Souza Angeli**



**E-book**

## Douglas Souza Angeli

Licenciado em História pela Universidade La Salle, lecionou na educação básica em instituições públicas de ensino fundamental, médio, curso normal e técnico integrado. Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos com bolsa da CAPES e doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul com bolsa do CNPq. Associado da ANPUH-RS, é membro do GT de História Política e participou da diretoria da ANPUH-RS entre 2018 e 2022. Atualmente é professor na Universidade do Estado de Minas Gerais, atuando nas disciplinas de História do Brasil e Ensino de História. Pesquisa temas da História Política e da História do Brasil República, com foco em eleições, partidos políticos, trajetórias políticas e campanhas eleitorais, especialmente a construção do eleitor na experiência democrática e o trabalhismo (1945-1964).

Contato:

douglas.angeli@uemg.br.

A Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil – foi fundada em 19 de outubro de 1961, na cidade de Marília (SP). Inicialmente criada para congregar professores(as) universitários(as) de História, a ANPUH-Brasil aumentou e diversificou suas atividades e o perfil de seus associados(as). Desde a década de 1980, está aberta à participação de todas as pessoas formadas em História. Seu quadro de associados(as) reflete a gradual complexificação dos papéis assumidos pelos historiadores e historiadoras no Brasil. Atualmente divulga notícias de interesses de seus associados(as) através de seu site: [www.anpuh.org](http://www.anpuh.org). A ANPUH-RS, Seção Regional do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que é filiada à entidade nacional, mantém regimento próprio e uma diretoria renovada bianualmente. A entidade tem representado os historiadores e as historiadoras em discussões como aquelas sobre a avaliação dos cursos superiores, a elaboração de Diretrizes Curriculares para a formação de professores(as) de História, as políticas de preservação do patrimônio, regulamentação da profissão de historiador(a) etc. Congrega seus associados(as) através de eventos como o Encontro Estadual de História, as reuniões dos Grupos de Trabalho (GTs), os Fóruns de Coordenadores(as) de Graduação e Pós-Graduação em História. Divulga suas atividades pelas redes sociais *Facebook* e *Instagram*, além do seu site: [www.anpuh-rs.org.br](http://www.anpuh-rs.org.br). Seguindo sua trajetória de incentivar o trabalho historiográfico, a ANPUH-RS promove bianualmente o concurso de melhor tese de doutorado em História publicado sob o selo Coleção ANPUH-RS.

# **O candidato do povo**

**As campanhas eleitorais de  
Alberto Pasqualini e a construção  
do eleitor na experiência democrática  
(1945-1954)**



**Associação Nacional de História  
Seção Rio Grande do Sul / ANPUH-RS**

**Diretoria da ANPUH-RS  
Gestão 2022-2024**

Presidente: Rosane Marcia Neumann (FURG)

Vice-Presidente: Marlise Regina Meyrer (PUCRS)

1.º Secretário: Aristeu Elisandro Machado Lopes (UFPEl)

2.ª Secretário: Charles Sidarta Machado Domingos (IFSul – Charqueadas)

1.ª Tesoureira: Carolina Martins Etcheverry (Colégio La Salle)

2.º Tesoureiro: Andrea Helena Petry Rahmeier (SMED/São Leopoldo/ FACCAT)

**Conselho Fiscal:**

Alexandre Maccari Ferreira (UFSM)

Maíra Inês Vendrame (UNISINOS)

Mônica Karawejczyk (PUCRS)

**Douglas Souza Angeli**

# **O candidato do povo**

**As campanhas eleitorais de  
Alberto Pasqualini e a construção  
do eleitor na experiência democrática  
(1945-1954)**

**E-book**



São Leopoldo  
2024

© Direitos reservados desta edição:  
Douglas Souza Angeli – 2024  
Associação Nacional de História – Seção RS

Editoração: Editora Oikos

Capa: Juliana Nascimento

Imagem da capa: Panfleto do do Partido Trabalhista Brasileiro (1950). Acervo de  
Publicidade e Propaganda do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Revisão: Do autor

Diagramação e arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)

Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luiz Inácio Gaiger (Bolsista de Produtividade CNPq)

Marluza Marques Harres (Unisinos)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fornet-Betancourt (Intern. Schule für Interkult. Philosophie Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Centro Universitário São Camilo)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Conselho Editorial (ANPUH-RS)

Dr. Alessandro Batistella (PPGH/UPF)

Dr. Jonas Moreira Vargas (PPGH/UPPel)

Dr. José Martinho Rodrigues Remedi (PPGH/UFMS)

Dra. Maria Cristina Bohn Martins (PPGH/UNISINOS)

Dra. Clarice Gontarski Speranza (PPGH/UFRGS)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

Associação Nacional de História

Seção Rio Grande do Sul / ANPUH-RS

Rua Caldas Júnior, 20

Sala 24 – Centro Histórico

90010-260 Porto Alegre/RS – Brasil

---

A582c Angeli, Douglas Souza

O candidato do povo: as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini e a  
construção do eleitor na experiência democrática (1945-1954) [E-book]. /  
Douglas Souza Angeli. – São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2024.  
436 p.; il.; color.; 14 x 21 cm. – (Coleção ANPUH-RS)

ISBN 978-65-5974-236-3

ISBN 978-65-86871-09-8 (ANPUH-RS)

1. Eleição – Rio Grande do Sul. 2. Eleitor. 3. Experiência democrática.  
4. Campanha eleitoral – Alberto Pasqualini – Rio Grande do Sul – 1945-1954.  
I. Título.

CDU 324(816.5)

---

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

“Podem os tanques e os canhões  
derrubar um governo, mas não podem matar  
o ideal que existe no coração do povo”.

(Alberto Pasqualini, discurso em comício  
na cidade de Passo Fundo/RS, 21/09/1950).

## NOTA DE APRESENTAÇÃO

Esta edição contém o texto integral da tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em março de 2020, sob orientação da professora Carla Brandalise, a quem agradeço a parceria, bem como a todo PPG da UFRGS pelo acolhimento entre 2016 e 2020. Também sou grato aos preciosos comentários e questionamentos da banca composta pelos professores Américo Oscar Guichard Freire (FGV), Céli Regina Jardim Pinto (UFRGS), Luiz Alberto Grijó (UFRGS) e Marluza Marques Harres (UNISINOS). Este trabalho foi realizado com bolsa do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Foi realizada apenas uma revisão para correção de erros ortográficos e de digitação, sem acréscimo de informações ou alteração de argumentos. Espero que a disponibilização do e-book proporcione maior circulação da tese entre os interessados no tema, sendo muito bem-vindas todas as críticas, questões e diálogos com outros pesquisadores. Agradeço à Associação Nacional de História – seção Rio Grande do Sul (ANPUH-RS), responsável pela publicação como resultado do edital da Coleção ANPUH-RS de teses 2023-2024. E deixo, por fim, meu agradecimento a todos que construíram e constroem a ANPUH-RS, especialmente aos integrantes do Grupo de Trabalho de História Política, cujo diálogo e convivência foram fundamentais na construção da tese.

*Douglas Souza Angeli*  
Julho de 2024

# SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS .....	9	
APRESENTAÇÃO .....	11	
<i>Charles Sidarta Machado Domingos</i>		
INTRODUÇÃO .....	15	
CAPÍTULO 1 – PARTIDOS EM TORNO DE IDEIAS?		
ALBERTO PASQUALINI NO JOGO POLÍTICO (1945-1954) ... 29		
1.1 Muito além do teórico: a inserção de Pasqualini no jogo político .....	31	
1.2 Eleições, partidos e ideias: o candidato da USB .....	60	
1.3 Alianças e candidaturas: a construção das opções .....	85	
CAPÍTULO 2 – “O ELEITOR DEVE VOTAR CERTO”:		
IMPrensa E CONSTRUÇÃO DO ELEITOR .....		111
2.1 Imprensa e mobilização eleitoral: a construção do interesse ...	116	
2.2 Nas páginas dos jornais, um campo de batalha: imprensa e campanhas eleitorais .....	141	
2.3 Programas, propostas, propaganda .....	165	
CAPÍTULO 3 – O CANDIDATO E O POVO:		
ALBERTO PASQUALINI EM CAMPANHA ELEITORAL ....		194
3.1 Como atingir o coração do eleitor: sons, imagens e caminhos da mobilização .....	198	
3.2 O candidato do povo .....	225	
3.3 O povo do candidato .....	251	

CAPÍTULO 4 – UM CANDIDATO MUITO BOM PARA GANHAR E ÓTIMO PARA PERDER .....	276
4.1 Diagnósticos, resultados, repercussões .....	281
4.2 Entre padres e comunistas .....	304
4.2.1 “Os votos dos fiéis cristãos são para os cristãos fiéis” ..	308
4.2.2 O dia em que Alberto Pasqualini derrotou Plínio Salgado .....	326
4.2.3 Afinal, quem é o candidato dos comunistas? .....	355
4.3 Derrota eleitoral, vitória das ideias? .....	379
CONCLUSÃO .....	402
REFERÊNCIAS .....	412
FONTES .....	425

## **LISTA DE SIGLAS**

ALERGS – Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

AIB – Ação Integralista Brasileira

ED – Esquerda Democrática

FAB – Força Aérea Brasileira

FEB – Força Expedicionária Brasileira

FD – Frente Democrática

FDLN – Frente Democrática de Libertação Nacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Pesquisa

IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

LEC – Liga Eleitoral Católica

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MTR – Movimento Trabalhista Renovador

PCB – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PL – Partido Libertador

PR – Partido Republicano

PRL – Partido Republicano Liberal

PRP – Partido de Representação Popular

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSDA – Partido Social Democrático Autonomista

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTBI – Partido Trabalhista Brasileiro Independente

TRE-RS – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDN – União Democrática Nacional

USB – União Social Brasileira

## APRESENTAÇÃO

O livro que temos aqui, produzido com muita qualidade pelo Professor Douglas Souza Angeli, é um presente para todos nós que apreciamos a História. É uma lição de como um historiador dedicado traz novas explicações para problemas que ainda precisavam ser melhor investigados a partir da “ciência que estuda os homens no tempo” – trazendo à tona a inesquecível definição de História cunhada por Marc Bloch. Mas é, também, e principalmente, uma inspiração para todas e todos nós que acreditamos na política como uma forma de transformar o mundo (afinal, já dizia um barbudo alemão por quem tenho apreço na XI Tese sobre *Feuerbach*: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo”).

À primeira vista, pode parecer que este livro trata de uma importante personalidade política da História do Brasil que não foi devidamente cristalizada na memória histórica do país. Alberto Pasqualini, nascido no início do século XX (1901), figurou em um espaço geracional intermediário ocupado por Getúlio Vargas (1883), e – posteriormente a Pasqualini – por João Goulart (1919) e Leonel Brizola (1922), entre as maiores lideranças do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Mas a pesquisa que Douglas Angeli nos apresenta nessa obra premiada pelo Edital de Teses da Associação Nacional de História da seção do Rio Grande do Sul (ANPUH-RS) a Coleção ANPUH/RS Edital 2023-2024, desenvolvida em seu Curso de Doutorado sob orientação da Professora Carla Brandalise na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ultrapassa, em muito, essa primeira impressão.

O mais brilhante historiador do – e sobre – o século XX, Eric Hobsbawm, em um pequeno texto intitulado “A volta da narrativa”, em seu livro “Sobre História”, afirma que “o evento, o indivíduo e até a retomada de algum estilo ou modo de pensar o passado, não

são fins em si mesmos, mas meios de esclarecer alguma questão mais ampla, que ultrapassa em muito o relato particular e seus personagens”. E é isso que o historiador Douglas Souza Angeli nos oferece com seu livro.

Douglas abre, através da análise das campanhas políticas de Alberto Pasqualini em 1947, 1950 e 1954, as portas de um período que já foi muito negligenciado pelas historiadoras e pelos historiadores, mas que, felizmente, já não é mais: “o tempo da experiência democrática (1945-1964)”. Situado entre duas ditaduras, a do Estado Novo (1937-1945) e a Militar (1964-1985), o tempo que se abre com as eleições de 2 de dezembro de 1945 e se encerra com o golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, constituiu um momento fundamental da nossa História: a crescente participação política do nosso povo. Dados que o livro mesmo traz demonstram o crescimento da proporção do eleitorado sobre a população do Rio Grande do Sul – e no caso brasileiro não foi muito diferente – avançando de 10,96% na eleição de 1934, a última antes do golpe de 10 de novembro de 1937, para 20,29% – quase dobrando. E continuando de forma ascendente em 1947 (20,46), 1950 (23,70), 1954 (26,56) e 1955 (28,23) até as eleições de 1962, as últimas antes do golpe civil-militar de 1964.

Esse tempo foi um tempo de otimismo. Após a difícil vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, o fascismo ficava para trás. A democracia passava a viver um período de grande prestígio. Sem prejuízo das conquistas sociais dos anos 30 e 40, as trabalhadoras e os trabalhadores do país passavam a reivindicar, na prática, seus direitos políticos – em que pese, a interdição do direito ao voto para as pessoas não alfabetizadas. Era um processo, é claro. Mas um processo que ia se acelerando de forma muito intensa ao longo dos anos de 1945 a 1964 – especialmente após o 24 de agosto de 1954.

Analisando uma sólida bibliografia produzida principalmente no século XXI, Douglas, com muita elegância, questiona algumas afirmações dadas como prontas sobre o personagem, o partido e o período. Pasqualini, teórico do trabalhismo? Sim, mas não só isso, aponta o autor. O PTB formado por três vertentes? Em certo sentido sim, se pensarmos nas origens dos setores sobre o qual o partido foi construído, mas sem jamais dar uma interpretação es-

quemática a isso, sendo esse o centro de sua crítica. Populismo? Ao historicizar o período, o autor deste livro mostra que havia uma vontade legítima de partes das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros de apoiar um determinado projeto político, de forma consciente.

E nosso historiador mostra as provas que sustentam sua argumentação. E que provas! Com um corpus documental invejável, pesquisando em inúmeras fontes – boa parte delas inéditas – distribuídas em arquivos das mais diferentes localizações, o autor analisa as fontes primárias com erudição e com método. Analisa depoimentos, memórias impressas, entrevistas – fontes mais tradicionais – mas também a grande imprensa e a imprensa católica e documentos que nem sempre os historiadores têm intimidade para trabalhar, mas que em Douglas Angeli sobra essa qualidade: imagens, santinhos e demais materiais das campanhas políticas são objeto de seu sofisticado domínio do ofício de historiador. E como se não bastasse, a riqueza das cartas das pessoas que simpatizavam com os propósitos do trabalhismo, trazendo uma vivacidade que ilumina essa pesquisa.

Embora o texto não traga explicitamente, nós que acompanhamos a produção do Douglas ao longo do tempo, sabemos da forte influência do livro organizado por René Rémond, “Por uma História Política”, sobre sua visão de História. Douglas é um historiador da política. Em cada um dos quatro capítulos desse livro, a gente percebe, em alguma medida – mesmo que de forma inconsciente para o autor – a importância daquele livro em sua formação profissional. Questões muito claras levantadas pelos autores daquela obra como “eleições”, “partidos”, “mídias”, “intelectuais”, “ideias políticas”, “religião e política” estão presentes em cada um dos capítulos deste grande livro.

Em um tempo como o que vivemos hoje, onde a política é atacada de forma sistematizada para ser desacreditada pelas pessoas, um livro como este é uma mistura de esperança e resistência. Essa política que é atacada é a política da democracia. Imperfeita por estar em constante construção, por não ser um projeto que possa estar pronto – democratizar a democracia é o objetivo último – e sendo sempre uma “experiência democrática” é ela, também, uma forma de construção da diminuição das desigualdades de uma soci-

idade tão desigual quanto a nossa. E os autoritários, os fascistas e os nazistas, todos eles companheiros do grande capital como a experiência histórica tão bem nos demonstrou no Brasil e no mundo, sabem bem do poder que a democracia representa para nós, que somos o proletariado. Por isso, a atacam das mais diferentes maneiras, inclusive tentando “matar” nosso espírito combativo.

Em “Combates pela Revolução Francesa”, Michel Vovelle, o grande historiador do tema, escreve sobre os historiadores que o precederam no estudo da Revolução Francesa. Ao se referir a Alphonse Aulard, ele traz uma frase desse historiador, a quem peço licença para estabelecer um paralelo nessas páginas, a partir de sua reflexão: “A Revolução Francesa... para compreendê-la, é preciso amá-la”.

Presente. Lição. Inspiração. “O candidato do povo: as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini e a construção do eleitor na experiência democrática (1945-1954)” é tudo isso para todos nós que, assim como o Douglas, amamos a História Política.

*Charles Sidarta Machado Domingos*  
Doutor em História pela UFRGS  
Professor DIV-04 no IFSul  
Porto Alegre, inverno de 2024

# INTRODUÇÃO

**Por que votar em Alberto Pasqualini?** Ao eleitorado de Ivorá, Val de Serra, Três Mártires, Rincão dos Melos e Sítio dos Melos. **Eleitores e eleitoras!**

A 3 de outubro próximo munidos do título eleitoral prontos às urnas! Para governador do Estado vote em **Dr. Alberto Pasqualini!**

**Porque!**

1º – Alberto Pasqualini é filho de Ivorá e como tal ele mais do que outro procurará o progresso desta Colônia. [grifos do original].<sup>1</sup>

Segundo dia de setembro de 2015. Foi preciso dormir em Santa Maria para, na manhã seguinte, acordar bem cedo a fim de pegar o único ônibus que levava a Ivorá, na Quarta Colônia, na região central do Rio Grande do Sul, com saída às 6h15min. Após cerca de uma hora com alguns trechos de estrada de chão batido, foi possível ver a placa de madeira que dizia: *Bem-vindo a Ivorá, berço de Alberto Pasqualini*. Atualmente com cerca de 2.400 habitantes, Ivorá era um bucólico distrito do município de Júlio de Castilhos, então chamado de Vila Rica, quando Alberto Pasqualini nasceu em 1901. De uma estrada é possível ver o núcleo urbano de um plano mais alto: entre o verde da pequena vegetação da beira da estrada e o verde dos montes que completam a paisagem ao fundo, está a pequena Ivorá e a enorme torre de sua igreja – com mais de 40 metros de altura.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> AAP-PMI. Pasta 09.1. Panfleto de apoio à candidatura de Alberto Pasqualini. Ivorá. 1954.

<sup>2</sup> As informações se baseiam nas anotações de um caderno de pesquisa de campo e nas fotografias tiradas também pelo autor, que visitou o município em dois momentos: setembro de 2015 e fevereiro de 2017. Sobre Ivorá e a Quarta Colônia, ver o trabalho de Moacir Bolzan (2015).

A torre da igreja domina a paisagem, sendo presentes as marcas do catolicismo em vários pontos do município. Vê-se pequenas propriedades rurais e uma capelinha à beira da estrada poeirenta. Chegando à praça, de um lado há uma ponte de pedra sobre um córrego que desce vagaroso entre os cascalhos. Em frente, a igreja e sua torre. É a Praça Senador Alberto Pasqualini, onde está o busto daquele que ficou conhecido como *o teórico do trabalhismo*. Do outro lado, o prédio de um antigo convento, que ainda exhibe imagens de santos em nichos na fachada, abriga o Centro Administrativo Municipal Senador Alberto Pasqualini. Ao lado desse prédio, mas ainda ladeando a praça, está a casa onde nasceu Pasqualini, com o museu que também leva o seu nome.

Nesse espaço, há móveis que foram utilizados por Pasqualini e mais tarde doados ao município por Suzana Thompson Flores Pasqualini – com quem casou-se em 1950 – entre os quais destacam-se uma escrivaninha com livros e uma máquina de escrever. É no prédio ao lado, entretanto, que se encontra o que o pesquisador deseja ter acesso: o acervo com milhares de documentos. Nessa primeira visita, foi possível coletar apenas uma pequena parte da documentação. Aos poucos, foram aparecendo cartas, bilhetes, ofícios, recortes de jornais, material de propaganda, e o que, naquele momento, mais impressionou: as fotografias de grandes multidões presentes aos comícios. O primeiro contato com essa documentação permitiu perceber que seria possível compreender aspectos da trajetória de Pasqualini que não se enquadravam na imagem consolidada de *teórico do trabalhismo*.

Aluno e professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre, membro do Partido Libertador (1928-1937), vereador em Porto Alegre (1936-1937), membro do Departamento Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul e secretário estadual de Interior e Justiça durante o Estado Novo, Alberto Pasqualini (1901-1960) foi candidato pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ao governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1947 e 1954, e senador eleito em 1950. Mas, acima de tudo, Pasqualini ficou conhecido como “o teórico do trabalhismo”. Angela de Castro Gomes (1994, p. 140) destacou: “O grande nome do trabalhismo, identificado como seu formulador doutriná-

rio, fora Alberto Pasqualini”. Porém, como teria sido a atuação de Pasqualini enquanto candidato? O que o estudo de suas campanhas eleitorais tem a nos dizer sobre a experiência democrática iniciada em 1945?

A atuação de Pasqualini no trabalhismo brasileiro ocupou seu lugar no âmago desse período caracterizado pela incorporação de camadas populares às práticas eleitorais e pelo aprendizado político<sup>3</sup> – processo que pode ser melhor compreendido, inclusive, pelo estudo desta atuação. Assim, é fato impressionante, na historiografia e nos estudos políticos em geral, que a trajetória de Alberto Pasqualini não figurasse como objeto de uma pesquisa de fôlego até recentemente<sup>4</sup>. Nos últimos anos, ele foi tema dos seguintes trabalhos no âmbito da pós-graduação em História: Laura Vianna Vasconcellos (2009) defendeu dissertação de mestrado com o título *Alberto Pasqualini e o trabalhismo no Brasil*, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro; na Universidade Federal Fluminense, Roberto Bitencourt da Silva (2012) defendeu a tese de doutorado intitulada *Alberto Pasqualini: trajetória política e pensamento trabalhista*; Diego Orgel Dal Bosco Almeida (2015) defendeu a tese *Interfaces do político: o discurso de Alberto Pasqualini em perspectiva (1936-1955)*, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

---

<sup>3</sup> Para Angela de Castro Gomes (2009, p. 36), a experiência democrática de 1945-1964 propiciou um “aprendizado da política eleitoral, em novos e mais amplos marcos”. Por sua vez, Jorge Ferreira (2005) utiliza a expressão aprendizado político para interpretar o movimento queremista. Se na década de 1930 os trabalhadores aprenderam a exercer a cidadania social, com os direitos sociais, ao longo de 1945, na luta para garantir a permanência de tais direitos, eles teriam aprendido a lidar com a cidadania política: “Perceberam a importância da política para garantir as leis trabalhistas”; assim, tratou-se de uma relação em que as partes, Estado e classe trabalhadora, “identificaram interesses comuns” (FERREIRA, 2005, p. 87-88). Os autores reforçam essa percepção em artigo recente (GOMES; FERREIRA, 2018).

<sup>4</sup> Antes, Jaime Antonio Nalin (1995) havia defendido dissertação sobre a influência do positivismo no pensamento político de Alberto Pasqualini. Luiz Alberto Grijó (2007) havia publicado um capítulo sobre Pasqualini na obra *As esquerdas no Brasil*, organizada por Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis. Sobre o PTB do Rio Grande do Sul, mencionando o papel de Pasqualini, a dissertação de Romeu Machado Karnikowski (1999). Sobre as eleições em que Pasqualini concorreu, podemos citar as dissertações defendidas por João Batista Cruz (2010) e por Marcos Jovino Asturian (2011). Mais recentemente, Marcos Jovino Asturian (2019) defendeu tese sobre as disputas entre PTB e PSD no Rio Grande do Sul entre 1947 e 1954.

Todos estes trabalhos são de grande pertinência para a percepção do papel exercido por Alberto Pasqualini na política brasileira do século XX. Entretanto, se uma mesma figura pode ser interpretada através das diferentes cores que a compõem como a uma aquarela, nota-se que, no caso de Pasqualini, o tom menos explorado desta atuação tem sido o da prática enquanto candidato: o *teórico do trabalho* concorreu a cargos eletivos e o estudo de suas campanhas eleitorais surge como objeto desta investigação.

Partindo do interesse em compreender o papel das campanhas eleitorais na experiência democrática<sup>5</sup>, da percepção dessa lacuna e das possibilidades trazidas por fontes inéditas, foi elaborado um problema de pesquisa: como se deu a mobilização eleitoral nas campanhas de Alberto Pasqualini no Rio Grande do Sul e o que elas evidenciam sobre a construção do eleitor nos primeiros anos da experiência democrática? Disso, se desdobram algumas questões: que sentidos foram atribuídos ao voto e às campanhas eleitorais? Como as ideias sociais de Alberto Pasqualini, sob a forma de um programa, foram traduzidas na propaganda eleitoral e nas demais práticas de mobilização? Que tensões se estabeleceram entre os aspectos programáticos e as práticas de campanha eleitoral e de construção da popularidade? O que essas tensões e constrangimentos revelam sobre os limites da experiência democrática iniciada em 1945?

Para o estudo das campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini, o ponto de partida teórico atenta para conceitos trazidos por autores como Pierre Bourdieu e Michel Offerlé. Embora haja motivos para não simplesmente transportar a teoria do campo político concebida por Pierre Bourdieu<sup>6</sup> para a realidade da política brasileira, suas reflexões sobre o poder simbólico e a concorrência entre os profissionais

---

<sup>5</sup> O autor defendeu a dissertação *Como atingir o coração do eleitor: partidos, candidatos e mobilização eleitoral em Canoas/RS (1947-1963)*, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (ANGELI, 2015).

<sup>6</sup> Bourdieu (2004) compreende o campo como um espaço relativamente autônomo que obedece a leis sociais mais ou menos específicas, sendo também um campo de forças e um campo de lutas para conservá-lo ou transformá-lo. Para o autor, é importante compreender os agentes engajados em um campo considerando a posição que eles ocupam nesse campo e as relações objetivas entre os agentes que fazem parte de um mesmo campo (BOURDIEU, 2004, p. 22-23).

podem servir de ponto de partida, direcionando nosso olhar para determinadas questões.<sup>7</sup>

Conforme Pierre Bourdieu (2012, p. 174;185), os partidos políticos elaboram e impõem aos cidadãos uma concepção do mundo social capaz de obter a adesão de maior número possível, sendo o campo político “o lugar de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos”.<sup>8</sup> Assim, é possível pensar em Pierre Bourdieu e suas considerações sobre o campo político como o lugar onde se geram os produtos políticos, programas, análises e problemas, no qual a “produção das formas de percepção e expressão politicamente atuantes e legítimas é monopólio dos profissionais e se acha, portanto, sujeita aos constrangimentos e às limitações inerentes ao funcionamento do campo político” (BOURDIEU, 2012, p. 166).

Ao mesmo tempo em que consideramos, como afirma Pierre Bourdieu (2012, p. 175), que “a produção das ideias acerca do mundo social acha-se sempre subordinada de fato à lógica da conquista do poder, que é a da mobilização do maior número”, não podemos presumir que os cidadãos tenham se interessado espontaneamente por esta “tecnologia abstrata e com periodicidade fixa” que é o sufrágio universal (OFFERLÉ, 2011, p. 154). A montagem histórica dos rituais eleitorais foi lenta, acompanhando a gradual substituição dos meios de expressão política anteriormente válidos, como a revolta armada, grandes comoções populares, barricadas (OFFERLÉ, 1993, p. 55), e contribuiu para ensinar ao cidadão, “a paciência no ritmo dos calendários eleitorais” (CANÊDO, 2010, p. 517). Tratou-se de naturalizar formas de atuar e de falar não agressivas, em contraste

---

<sup>7</sup> Ver o artigo de Céli Regina Jardim Pinto (1996) sobre o poder e o político na teoria dos campos conforme Pierre Bourdieu.

<sup>8</sup> Para Bourdieu (2012), a desigual distribuição dos instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política (sobretudo o “tempo livre” e o “capital cultural”) reduz os cidadãos ao estatuto de consumidores e simples aderentes. O autor considera que a vida política pode ser descrita na lógica da oferta e da procura, pois a desigual distribuição dos “instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada” reduz os cidadãos ao papel de consumidores que devem escolher entre os produtos políticos gerados por seu campo específico (BOURDIEU, 2012, p. 164).

com tempos passados de violentas querelas políticas, adquirindo o que Michel Offerlé (2011) chama de “paciência democrática”.<sup>9</sup>

Michel Offerlé (2005) aborda a questão da construção da cidadania cívica, examinando-a com base em uma reflexão em torno de três figuras do povo: *o cidadão de papel*, *o cidadão votante* e *o eleitorado*. *O cidadão de papel* diz respeito à construção de um corpo eleitoral, do reconhecimento da cidadania cívica, da definição de quem pode ou não tomar parte ativa na cidadania política. A construção de *cidadãos votantes*, o eleitor propriamente dito, leva o autor a questionar como foi possível levar os cidadãos a se tornarem cidadãos, à inscrição eleitoral e ao voto (OFFERLÉ, 2005, p. 353). Isso porque antes da naturalização das práticas eleitorais, não havia nada de evidente em ser eleitor. O autor sustenta: “Não é fácil fazer uma conexão entre sua vida cotidiana e um pedaço de papel que se coloca dentro de uma urna [...], limitar-se somente ao uso da cédula, votar em alguém que, em muitos casos, jamais se viu” (OFFERLÉ, 2005, p. 354).

Dessa forma, aprender a votar, para o cidadão, é compreender a ligação existente entre o voto e sua própria vida cotidiana, o que demanda tempo, repetição e o trabalho de diferentes agentes de mobilização eleitoral para gestar o costume do voto (OFFERLÉ, 1993, p.59-62). Conforme o autor, a mobilização eleitoral se dá por meio de incitações com as quais os empreendedores políticos passam a trabalhar para criar o costume do voto, propiciando a produção de agentes suficientemente interessados na competição política: “Construir um eleitor é produzir agentes que reconheçam um interesse na competição eleitoral” (OFFERLÉ, 2011, p. 156). Assim, nos cabe questionar: o que as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini nos indicam sobre a construção do eleitor no momento inaugural da experiência democrática no Brasil?

Pierre Rosanvallon (2010) considera que, nas sociedades democráticas, as condições de vida em comum não são definidas a

---

<sup>9</sup> Canêdo (2010) parte da proposta de Alain Garrigou e de Michel Offerlé, ao considerarem o eleitor como uma construção: para que haja eleições é preciso que haja eleitores e é necessário também que haja candidatos. O ato de votar faz aparecer objetos, produtos e conceitos novos da urna aos eleitorados, dos cartazes aos comentários e, o eleitor elege, mas a eleição primeiro fez o eleitor (GARRIGOU, 1993; OFFERLÉ, 2011, p. 178).

*priori*, fixadas por uma tradição ou autoridade, ressaltando a importância de entender a vida na democracia não como a confrontação com um modelo ideal, mas como “a exploração de um problema a resolver”, indicando a necessidade de compreender a democracia por meio de suas tensões e incertezas, conflitos e controvérsias que a constituem (ROSANVALLON, 2010, p. 74; 87). Uma das tensões que Rosanvallon (2010, p. 88-90) salienta é aquela existente entre o tempo-recurso e o tempo-obrigação. Para o autor, a atração pelo curto prazo faz parte de um fenômeno estrutural, pois no intuito de dar força à vontade geral, a democracia é constantemente levada à valorização do imediato, mesmo que o Direito só possa tomar forma ao introduzir uma temporalidade longa na sociedade.

A necessidade de planejar políticas públicas que avançam sobre períodos muito mais longos e descolados dos ritmos eleitorais, torna “o tempo da democracia suscetível a uma dupla defasagem: excessivamente imediato para problemas de longo prazo, excessivamente lento para a gestão da urgência” (ROSANVALLON, 2010, p. 90). A tensão entre os programas de longo prazo e o tempo curto das campanhas eleitorais, com suas práticas e constrangimentos característicos, precisa ser considerada no presente estudo, especialmente no que concerne ao objetivo de compreender a experiência democrática com seus limites e fragilidades. Trata-se de perceber o papel das campanhas eleitorais – caracterizadas pelo conflito entre um pensamento político de longo prazo e o imediatismo das propostas eleitorais e pela necessidade de responder às críticas dos adversários e de considerar a recepção do eleitorado – na divulgação das ideias elaboradas por Pasqualini para o grande público, propondo uma reflexão, em perspectiva histórica, acerca do caráter pedagógico de suas campanhas eleitorais.

Compreender a democracia no Brasil, com suas fragilidades e seus limites, passa por entender a história das campanhas eleitorais e da construção do eleitor. Nesse sentido, a presente tese busca contribuir para uma interpretação sobre o processo de aprendizado político na experiência democrática pós-1945, entendendo o papel das campanhas eleitorais na construção de um interesse pela democracia representativa e na valorização da participação política por via

eleitoral, a partir do estudo das campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini.

Com o fim do Estado Novo, em 1945, a realização de eleições para presidente da República e a formação de uma Assembleia Constituinte demarcaram o início daquela que tem sido considerada a primeira experiência significativa de democracia na história política brasileira. A ampliação do eleitorado, um sistema eleitoral competitivo e a realização periódica de eleições diretas para os poderes executivo e legislativo foram características desta fase republicana iniciada em 1945. Além disso, desde o anúncio das eleições naquele ano, formaram-se no Brasil, pela primeira vez, partidos políticos nacionais que buscaram mobilizar um eleitorado mais amplo.

Neste cenário de mudanças políticas, sociais, culturais e econômicas, as elites políticas do país passaram a lidar com algo novo: a necessidade da conquista de votos nas camadas populares urbanas. Conforme Antônio Lavareda (1991, p. 170), o sistema partidário-eleitoral estava se consolidando no Brasil entre 1945 e 1964 e, apesar das dificuldades, “era uma experiência privilegiada nas suas circunstâncias para a implantação de clivagens duradouras na sociedade”. Conforme o autor, essa fase da história eleitoral brasileira corresponde, em vários aspectos, ao que as duas primeiras décadas do século XX haviam representado na maioria dos países europeus, “quando se definiram as clivagens políticas que até hoje servem de fundamento para os respectivos sistemas partidários” (LAVAREDA, 1991, p. 170-171).

Conforme Letícia Bicalho Canêdo (2010, p. 538), os partidos políticos nacionais passam a exercer um papel fundamental na mobilização eleitoral, difundindo um interesse pelas questões políticas e reforçando o trabalho de socialização cívica: as campanhas se intensificam, a partir de 1945, “terminando por convencer o eleitor da importância do seu ato de votar, ou melhor, inculcando-lhe o desejo de expressar o seu julgamento diante das urnas”. É esse processo, de construção do eleitor, que a presente tese pretende compreender por meio do estudo das campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini.

Segundo Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (2018), tal experiência caminhava bastante bem quando foi interrompida, em 1964, pois do ponto de vista da prática da cidadania política, ela diri-

gia-se rumo à consolidação dos partidos políticos nacionais, com os quais os cidadãos, de forma crescente, se identificavam. Jorge Ferreira (2012, p. 318) chama o período de 1945 a 1964 de *República Democrática*. Este período teria sido importante para a formação de culturas políticas enraizadas na sociedade brasileira: “Pela primeira vez na história do país, surgiram e se fortaleceram partidos políticos nacionais com programas ideológicos definidos e identificados com o eleitorado” (FERREIRA, 2012, p. 320).

É preciso salientar que o caminho a ser percorrido pela presente tese não está comprometido com o uso de categorias como *demagogia* e *manipulação*, presentes de forma predominante em interpretações sobre o período até os anos 1980. A partir da década de 1950 historiadores e cientistas sociais buscaram explicações para o apoio popular ao getulismo e ao trabalhismo e a noção de *populismo* obteve bastante sucesso como chave explicativa para a política brasileira de 1930 a 1964. O *populismo* na política brasileira teria dado continuidade a uma relação desigual entre Estado e sociedade. Assim, os trabalhadores – supostamente destituídos de tradições de luta, de organização e de consciência – teriam sucumbido diante dos benefícios materiais, oferecendo, em troca, submissão e obediência ao ditador Getúlio Vargas. Após 1945, os trabalhadores, *cooptados, manipulados, iludidos e amedrontados*, “não teriam conseguido se livrar das amarras ideológicas tecidas na época anterior” (FERREIRA, 2013, p. 62). Esta versão da história foi reforçada, conforme a análise de Jorge Ferreira (2013), por um viés marxista que defendia um modelo de classe trabalhadora, uma determinada consciência que lhe correspondia e um caminho único e verdadeiro a ser seguido.<sup>10</sup>

A interpretação que tem sido questionada pela historiografia recente tem origem nas décadas de 1950 e 1960: por esta perspectiva, o *populismo* seria uma política de massas, um fenômeno vinculado à proletarianização dos trabalhadores na sociedade complexa moderna.

---

<sup>10</sup> John French (1998) já havia questionado a interpretação baseada na ideia de manipulação, pois, para ele, os chamamentos populistas de Vargas podem ter servido para consolidar a consciência de classe entre os operários brasileiros. Guita Debert (1979) também havia alertado para o vazio presente na noção de manipulação e sua incapacidade de esclarecer inteiramente sobre a relação entre o líder e seu público.

Com a mudança de composição da classe operária depois de 1930 – quando muitos trabalhadores abandonaram as áreas rurais – estes não teriam adquirido consciência ou sentimento de classe, não estando organizados nem participando da política como tal, e, além disso, buscando estabelecer relações paternalistas similares às de suas zonas de origem, tornando-se presas fáceis para políticos demagogos (GOMES, 2013, p. 23-24; FERREIRA, 2013, p. 61).

Por estas razões, é preciso ressaltar o objetivo, no presente trabalho, de entender a experiência democrática, com seus limites, fragilidades e constrangimentos próprios da política, sem, entretanto, filiar-se a interpretações estereotipadas e pressupostos rígidos que, de antemão, categorizam e interpretam a ação dos agentes políticos sem antes apreender a lógica, os limites e as possibilidades de seu campo de ação. Dessa forma, será preciso, primeiramente, renunciar a imagens pré-concebidas e a determinadas categorias e esquemas interpretativos que predominaram em diversos trabalhos sobre o PTB e, especialmente, sobre Alberto Pasqualini, abrindo caminho, assim, para a compreensão de sua atuação no jogo político e nas práticas de mobilização eleitoral.

No que concerne aos aspectos metodológicos, os procedimentos foram ditados pelos cuidados específicos exigidos por cada tipo de fonte. Os acervos pessoais propiciaram a coleta de correspondências, em especial de Alberto Pasqualini (Prefeitura Municipal de Ivorá), Getúlio Vargas e Alzira Vargas do Amaral Peixoto (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV), João Neves da Fontoura (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul) e Joaquim Pedro Salgado Filho (Arquivo Nacional). As cartas e telegramas de diferentes acervos, por serem oriundos de personagens que possuíam múltiplas relações entre si, proporcionaram um cruzamento rico da forma como cada um atuou em momentos específicos e percebeu os movimentos de seus aliados e adversários. O cruzamento com correspondências de outros acervos e com outros tipos de fontes, como jornais e revistas e, em alguns momentos, depoimentos e memórias, foi fundamental para tentar afastar a “ilusão de verdade” conforme definida por Angela de Castro Gomes (1998, p. 126). É importante salientar que, no caso da correspondên-

cia de Alberto Pasqualini, as fontes citadas preservaram, até agora, seu ineditismo.

Os periódicos compõem outro *corpus* importante nessa pesquisa. Foram coletados principalmente veículos do que pode ser classificado como grande imprensa (LUCA, 2008, p. 149), optando-se, portanto, pelos periódicos editados em Porto Alegre: os jornais *Correio do Povo*, *Folha da Tarde* e *Diário de Notícias* e a *Revista do Globo*.<sup>11</sup> Para casos específicos, como a relação entre Pasqualini e os comunistas e o enfrentamento com grupos católicos, coletou-se os jornais *A Tribuna*, veículo ligado ao Partido Comunista; *A Nação* e *Jornal do Dia*, vinculados a grupos católicos e editados em Porto Alegre; e o *Correio Rio-Grandense*, editado pelos monges capuchinhos em Garibaldi. Com exceção desse último, que faz parte do acervo do Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul, os demais periódicos fazem parte das hemerotecas do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, MCSHJC, e da Biblioteca Nacional – esta última acessada via digital. A Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional também possibilitou a pesquisa em jornais do Rio de Janeiro, como o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*, sendo esta ferramenta útil para o cruzamento entre as fontes e para o preenchimento de eventuais lacunas.

Os periódicos foram considerados fontes históricas, com os cuidados metodológicos necessários, mas também como parte do objeto de pesquisa<sup>12</sup>: além das notícias e das publicações dos partidos

---

<sup>11</sup> Os jornais e revistas foram fotografados e organizados por meio de uma tabela com as colunas *nome do periódico*, *data*, *categoria*, *resumo* e hiperlinks que facilitaram a busca dos arquivos por meio de filtros das categorias que emergiram de sua própria leitura: *alianças*, *anticomunismo*, *apuração*, *candidaturas*, *comícios*, *convenções*, *discursos adversários*, *discursos Pasqualini*, *discursos Vargas*, *entrevistas Pasqualini*, *Frente Popular*, *ilegalidades*, *imagem*, *Justiça Eleitoral*, *Liga Eleitoral Católica*, *PCB*, *PCB e Jobim*, *Plínio Salgado*, *práticas de campanha*, *programas*, *propaganda adversários*, *propaganda PTB*, *repercussões dos resultados*, *roteiros de campanhas*, *suicídio Getúlio*, *USB*, *Vargas e Pasqualini*. Foram coletadas e organizadas em categorias cerca de 1500 referências (entre notícias, anúncios, páginas de propaganda, artigos, notas, colunas políticas e editoriais) de aproximadamente 800 edições dos jornais *A Nação*, *A Tribuna*, *Correio do Povo*, *Correio Rio-Grandense*, *Diário de Notícias*, *Folha da Tarde*, *Jornal do Dia* e das revistas *Hoje*, *O Repórter* e *Revista do Globo*.

<sup>12</sup> Ver o capítulo de Tânia Regina de Luca na obra organizada por Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky (2005) sobre os periódicos como fonte e objeto. Também o artigo de Cláudio Pereira Elmir (2012).

e dos candidatos, foi necessário considerar que por meio de editoriais, colunas, notas e mesmo pela forma como editava e articulava diferentes textos e imagens relativos às campanhas eleitorais, a imprensa atuava como um agente na mobilização eleitoral. Assim, optou-se por uma metodologia de pesquisa que selecionasse o conteúdo específico a ser utilizado como fonte sem perder a noção da série e do conjunto editorial, e que não deixasse de identificar os diferentes vínculos mais ou menos estabelecidos entre editores, jornalistas, articulistas e colunistas com os grupos políticos em disputa. Trata-se de considerar a imprensa como uma força viva e, portanto, como um agente no jogo político (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 254). Também foi preciso perceber que um periódico possui uma diversidade de seções e linguagens, sendo necessária uma seleção com vistas aos objetivos específicos. Assim, optou-se por um cruzamento entre as colunas políticas e as publicações dos partidos para a compreensão das práticas das campanhas eleitorais e seus acontecimentos; das entrevistas e dos artigos publicados por Alberto Pasqualini ou sobre o candidato; dos editoriais e das colunas assinadas para compreensão do papel exercido pela imprensa na mobilização eleitoral.

Além das correspondências e dos periódicos, as fontes imagéticas estão bastante presentes nesse trabalho. Elas advêm de diferentes suportes: desde fotografias, como as do acervo de Alberto Pasqualini, até as reproduções e composições de fotografias publicadas nos periódicos, passando ainda pelas imagens veiculadas em materiais de propaganda de formatos diversos. A utilização das fotografias, seguindo as considerações teórico-metodológicas de Ana Maria Mauad (2008), proporcionou uma interpretação sobre o papel das práticas de campanha eleitoral para a construção da imagem pública, considerando o enquadramento, os elementos selecionados para estarem presentes na imagem e a forma como os agentes políticos dão a exibir-se considerando a produção deliberada do registro fotográfico. As imagens publicadas nos periódicos foram analisadas considerando basicamente dois fatores: sua recorrência ou excepcionalidade no conjunto das imagens publicadas e no cruzamento com as imagens não publicadas; e seu sentido na articulação com os elementos textuais, tais como legendas, títulos, manchetes e corpo do texto. Tal

recurso está amparado nas observações de Gisèle Freund (2006, p. 144-146) sobre a utilização das fotografias pela imprensa, alterando seu significado dependendo da forma como são publicadas e de sua combinação com outras imagens.

Além destas principais, foram coletadas outras fontes em diversos arquivos e utilizadas pontualmente ao longo da tese, entre elas panfletos e cartazes (do acervo de Alberto Pasqualini, do acervo de Salgado Filho no Arquivo Nacional, do CPDOC/FGV, do MCSHJC e do Arquivo AIB/PRP do Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS), edições do Boletim Unitas, editado pela Cúria Metropolitana de Porto Alegre (Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre), livros com resultados eleitorais e processos de registros de candidaturas (Arquivo e biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral), as pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) em 1954 (Arquivo Edgard Leuenroth – AEL Digital da UNICAMP), além de fontes e dados diversos obtidos no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE-RS), Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre (MCPMA), Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NPH UFRGS) e Núcleo de Pesquisa em História Política do Rio Grande do Sul da mesma instituição (NUPERGS).

O primeiro capítulo apresenta uma discussão sobre o protagonista: Alberto Pasqualini é pensado para além dos esquemas interpretativos predominantes na historiografia, abrindo caminho para pensar sua inserção na experiência democrática, com destaque para o momento de fundação da União Social Brasileira e da defesa de um programa social mais tarde incorporado às suas plataformas políticas enquanto candidato petebista. O capítulo termina com um mergulho empírico, com largo uso de correspondências como fontes, para compreender como e por que Alberto Pasqualini se tornou candidato do PTB a governador em 1947, a senador em 1950 e novamente a governador em 1954.

O segundo capítulo tem a imprensa como fio condutor, refletindo sobre o papel dos periódicos na construção de um interesse pelo

voto e pela competição eleitoral, com foco nos principais jornais e revistas que circulavam em Porto Alegre no período 1945-1954. Em seguida, se examina como, em cada uma das eleições estudadas, esses periódicos conformaram e hierarquizaram temas e acontecimentos relativos às campanhas eleitorais – com foco nas candidaturas de Pasqualini, mas também observando sua interação com os adversários. Por fim, o capítulo analisa a utilização desses veículos de imprensa pelas campanhas de Pasqualini, buscando entender a forma e o conteúdo da difusão do programa na propaganda eleitoral.

O terceiro capítulo tem como objetivo compreender a construção da popularidade nas campanhas de Alberto Pasqualini, e, para isso, inicia examinando as práticas recorrentes nas campanhas eleitorais daquele período e como o candidato petebista se insere nelas. Na sequência, é analisada a construção da imagem de Pasqualini enquanto candidato e a centralidade da noção de povo e popularidade. Buscando compreender essa construção de Pasqualini como “o candidato do povo”, o capítulo encerra com uma reflexão acerca do qualificativo “povo”, buscando entender quem era “o povo do candidato”.

O quarto capítulo examina os resultados eleitorais de Alberto Pasqualini nas eleições de 1947, 1950 e 1954, analisando os fatores explicativos das derrotas nas candidaturas a governador e da vitória na campanha ao Senado. A recorrência, nas explicações para as derrotas, da alusão à ação de setores do clero e do anticomunismo católico exigiu um mergulho nessa questão em cada um dos pleitos, buscando compreender o papel do catolicismo, do comunismo e do anti-comunismo nas três campanhas eleitorais. Por fim, as cartas enviadas a Pasqualini por correligionários durante e após a campanha eleitoral de 1954 permitem encerrar com uma reflexão sobre os limites impostos por estes setores católicos às possibilidades eleitorais de Pasqualini e aos pontos defendidos em seu programa.

Além do interesse no protagonista, cuja trajetória é das mais expressivas, o foco desta tese está na construção do eleitor na fase inicial da experiência democrática, nos impactos dessa experiência nas práticas políticas e nos seus limites, tensões e constrangimentos.

# CAPÍTULO 1

## PARTIDOS EM TORNO DE IDEIAS? ALBERTO PASQUALINI NO JOGO POLÍTICO (1945-1954)

“Quem deseja a salvação da própria alma ou de almas alheias deve, portanto, evitar os caminhos da política que, por vocação, procura realizar tarefas muito diferentes, que não podem ser concretizadas sem violência. O gênio ou o demônio da política vive em estado de tensão extrema com o Deus do amor [...]. Essa tensão pode, a qualquer tempo, explodir em conflito insolúvel”. (Max Weber. *A política como vocação*. 2011 [1911], p. 152).

“Mas, a razão e a fé não se excluem, antes se completam”. (Alberto Pasqualini. *Discurso em Alegrete na campanha eleitoral*. 10/09/1950).

No dia 30 de setembro de 1954, a Praça da Alfândega, em Porto Alegre, foi cenário do último comício de Alberto Pasqualini. Nas palavras de Miguel Bodea (1992, p. 124), “sem saber que também ali se encerrava, na prática, a trajetória política do grande doutrinador do trabalhismo brasileiro”. O ano de 1954 marcou o fim de uma fase da história política brasileira e, especificamente, o fim de uma fase na história do trabalhismo. Em 24 de agosto de 1954, quando o PTB já estava em campanha eleitoral, o presidente Getúlio Vargas pôs fim à própria vida com um tiro no peito. Ao final daquela eleição, Alberto Pasqualini seria mais uma vez derrotado na disputa pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul. Mais do que sua morte em termos políticos, aquela campanha eleitoral dava sinais de que sua morte física também estava próxima. No depoimento a Olides

Canton (2004), Manuel Vargas<sup>13</sup> salientou: “Pasqualini era homem de grande cultura, de retidão política, mas estava doente. Não tinha um rim e as pernas não o aguentavam mais de pé”. Pedro Simon (2010) remete às palavras de Tarso Dutra<sup>14</sup> ao dizer que, ao final daquela campanha, Pasqualini “já adoentado, começou a morrer, pondo à prova o seu espírito de abnegação e de sacrifício pelas ideias políticas que sempre defendeu”.

Bastaria prestar atenção nos adjetivos e qualidades que Pedro Simon utiliza para se referir ao seu “mestre”<sup>15</sup>, no livro *Atualidade de Alberto Pasqualini*, para compreender a atmosfera que cerca a figura de Pasqualini: *democrata, sincero, humilde, idealista, exemplo ético, filho do campo que jamais esqueceu os pequenos*, convicto de que “a redenção do trabalhador era uma determinação do próprio Criador” (SIMON, 2010 p. 83). O jornalista José Bacchieri Duarte<sup>16</sup>, que foi assessor parlamentar de Simon, afirma que Pasqualini havia sido um daqueles homens que “só aparecem de século em século”, sendo um homem *simples, recolhido, discreto, um verdadeiro sacerdote* que “pregava suas ideias”. E complementa: “A impressão que dava era

---

<sup>13</sup> Manuel Antônio Sarmanho Vargas (1916-1997), filho de Getúlio Vargas, também conhecido como Manoel Vargas ou Maneco, foi agrônomo e pecuarista. Ingressou no PTB no final de 1946, juntamente com João Goulart, seu amigo. Eleito vice-prefeito de Porto Alegre pelo PTB em 1951, governou a cidade entre 1955 e 1956. Em 1993, o jornalista Olides Canton coletou depoimento de Manuel Vargas, publicando mais tarde o livro *Getúlio Vargas: depoimentos de um filho* (CANTON, 2004).

<sup>14</sup> Tarso Dutra (1914-1983) era deputado federal pelo PSD. Se pronunciou sobre a morte de Pasqualini na sessão da Câmara dos Deputados em 07 de junho de 1960 (Simon, 1994).

<sup>15</sup> Duarte (2001, p. 64-65) afirma que Simon se tornou seguidor das ideias de Pasqualini desde o lançamento da USB em 1945 e que, após o ingresso de Pasqualini no PTB, passou a fazer parte do grupo de jovens que, duas vezes por semana, se reuniam para “escutar o mestre”. O próprio Simon (2001, p. 42) menciona: “Não era uma aula, não falava de cátedra. Expunha ideias, propostas, soluções e promovia o debate. Às vezes suscitava um tema e pedia que discorrêssemos a respeito”. Simon foi eleito pelo PTB vereador em Caxias do Sul em 1959 e deputado estadual em 1962 (CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/simon-pedro>).

<sup>16</sup> José Bacchieri Duarte (1925-2005) foi jornalista e político. Na imprensa, atuou no *Diário Popular* de Pelotas, foi redator parlamentar do *Correio do Povo*, em Porto Alegre, por cerca de 20 anos, e trabalhou nas redações do *Jornal do Dia* e da *Folha da Tarde*. Concorreu a deputado estadual pelo Partido Libertador em 1950. Foi assessor parlamentar de Pedro Simon na Assembleia Legislativa e chefe de gabinete nos governos estaduais de Simon (1987-1990) e Sivalva Guazelli (1990-1991) (DUARTE, 1997).

a de estar sempre *aureolado* por sentimentos do bem e do belo” (DUARTE, 1997, p. 215-216). O que remete à forma como Pasqualini foi saudado por um correligionário na campanha eleitoral de 1950: *figura aureolar*.<sup>17</sup> Aureolar, enquanto adjetivo, pode significar brilhante ou glorioso. Diz respeito à aureola – o resplendor em forma de círculo dourado que cerca a cabeça dos santos. Há uma atmosfera quase sagrada em torno da figura de Alberto Pasqualini.

Buscado desviar dessa imagem consolidada, este capítulo tem como objetivo problematizar a atuação política de Alberto Pasqualini extrapolando as categorias *doutrinador*, *teórico*, *intelectual* do trabalhismo. Busca-se identificar sua inserção nas práticas políticas do período e entender seu papel dentro do trabalhismo para além do ideólogo, sua relação com Getúlio Vargas e com o PTB, por meio dos lances do jogo político que levaram às suas candidaturas na chapa majoritária do PTB nas eleições de 1947, 1950 e 1954. Sem negar que Pasqualini tenha de fato exercido o papel de ideólogo para o trabalhismo, é preciso, por um lado, avançar na compreensão dos demais aspectos da atuação desse político no PTB e, por outro, assumir uma postura investigativa que permita apreender o processo de construção de suas propostas sem apartá-las dos embates e práticas políticas que lhes constituíram.

### 1.1 Muito além do teórico: a inserção de Pasqualini no jogo político

Diversos depoimentos, biografias, memórias, pronunciamentos e outros registros deixados por políticos, de correligionários a adversários de Alberto Pasqualini, demonstram claramente o reconhecimento do político gaúcho como o *teórico do trabalhismo*. Na capa do livro organizado por Milton Dutra<sup>18</sup> (1986), com textos de

---

<sup>17</sup> O DISCURSO do deputado Saul Irineu Farina, em Veranópolis. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 17/09/1950, capa da 2ª seção.

<sup>18</sup> O advogado Milton Garcia Dutra (1916-2008) foi eleito, pelo PTB, vereador em Dom Pedrito (1951), deputado estadual (1954 e 1958) e deputado federal (1962). Foi incluído na primeira lista de cassações embasadas no Ato Institucional n.º 1 em 1964 (CPDOC). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/milton-garcia-dutra>).

Pasqualini, há uma frase atribuída a Getúlio Vargas: Pasqualini era “o doutrinador mais autorizado do trabalhismo brasileiro”. Na imagem consolidada de Alberto Pasqualini, seu papel no PTB foi o de *doutrinador, teórico do trabalhismo*. Moniz Bandeira (1979, p. 50), em obra na qual entrevistou Leonel Brizola, salientou que Pasqualini e seu grupo ingressaram no partido “procurando dar-lhe conteúdo doutrinário”. Em coletânea de textos de Pasqualini, seu organizador Pedro Simon (2001, p. 9) afirma: “Diferenciando-se dos demais políticos de sua época pela densidade de seus conhecimentos, pelo rigor de seus estudos, Alberto Pasqualini foi o homem que deu substrato intelectual ao trabalhismo”.

Imagem 1 – Ilustração de capa do livro *Pasqualini – vida e obra*



Fonte: RIELA, Caio Repiso. *Pasqualini – vida e obra*. Porto Alegre: ALERGS, [199-].

Publicado pelo deputado estadual Caio Repiso Riela (PTB)<sup>19</sup> nos anos 1990, o livro *Pasqualini – vida e obra* traz, também na capa, uma imagem de Pasqualini – sob o traço do cartunista Edgar Vasques – que segura uma caneta na mão direita e leva a mão esquerda à testa em pose recorrente de *pensador* [imagem 1]. Atrás de Pasqualini, a

imagem mostra um trabalhador rural e um operário. É a síntese icográfica do *teórico do trabalhismo*.

Por vias diferentes, e em maior ou menor grau, a imagem consolidada no discurso político acerca de Pasqualini, a do *teórico*, transferiu-se também para a historiografia. Em sua tese sobre a política no Rio Grande do Sul entre 1930 e 1964, Carlos E. Cortés aborda os papéis exercidos por Loureiro da Silva, José Diogo Brochado da Rocha e Alberto Pasqualini, todos sob a influência de Getúlio Vargas, na construção do PTB no Rio Grande do Sul. Para Cortés (2007), Pasqualini passou a ser o líder ideológico do PTB, contribuindo com Vargas no papel de “filósofo do partido”, algo necessário para legitimidade doutrinária e para diferenciar o partido da “politicagem” do PSD. O autor classifica Pasqualini como um idealista, enquanto Loureiro é tratado como o “organizador” do partido e José Diogo como um político que, diferentemente de Pasqualini, “contribuiu com seu apelo populista” e com “um dom para organizar bases políticas”. Essa visão do autor fica sintetizada na seguinte afirmação: “Deixando Loureiro da Silva e José Diogo para organizar o PTB gaúcho e *Pasqualini para escrever poemas ideológicos em prosa*, Vargas voltou para o Rio de Janeiro para assumir sua cadeira do PSD no Senado” (CORTÉS, 2007, p. 194).<sup>20</sup>

Entretanto, é preciso salientar que, quando Carlos Cortés se refere à atuação de Pasqualini no período anterior ao Estado Novo, o concebe de maneira distinta da imagem de “filósofo” e “idealista” que constrói sobre a atuação do político no trabalhismo. Cortés (2007, p. 124) demonstra como Getúlio Vargas se valeu de Pasqualini para sabotar os planos de Oswaldo Aranha – que pretendia reconciliar o

---

<sup>19</sup> Caio Repiso Riela era originário do PDT, migrando para o PTB, partido no qual foi eleito deputado estadual em 1990, reeleito em 1994, eleito deputado federal em 1998 e prefeito municipal de Uruguaiana/RS em 2000. O livro, publicado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, contém um resumo biográfico de Alberto Pasqualini e citações de artigos e discursos.

<sup>20</sup> Ao longo do texto, como forma de não repetir o nome completo, será utilizado José Diogo para referir-se a José Diogo Brochado da Rocha, e não o sobrenome. Isso para não gerar confusão devido aos seus irmãos também políticos: Francisco Brochado da Rocha, Geraldo Otávio Brochado da Rocha e Antônio Brochado da Rocha.

governo estadual de Flores da Cunha com o governo federal.<sup>21</sup> Para o autor, Alberto Pasqualini e Loureiro da Silva foram os principais defensores de Vargas na luta contra Flores (CORTÉS, 2007, p. 191). A maneira de conceber o papel de Pasqualini no PTB, contrastando com a concepção acerca da participação de Loureiro da Silva e de José Diogo no mesmo processo, provavelmente está relacionada à fonte utilizada por Cortés: em grande medida, o autor embasa seus argumentos em entrevistas realizadas com lideranças políticas na segunda metade da década de 1960. Como Vargas havia morrido em 1954, Pasqualini em 1960 e Loureiro em 1964, dos principais envolvidos na construção do PTB no Rio Grande do Sul restava apenas José Diogo, entrevistado pelo autor em 1967. É perceptível, no texto de Cortés, a construção narrativa do entrevistado, marcada pelas dissensões no PTB que culminaram com sua saída do partido após perder a indicação como candidato a governador para Pasqualini, com apoio de Vargas, em 1954.<sup>22</sup>

Miguel Bodea escreveu aquela que, provavelmente, é a obra mais conhecida sobre o trabalhismo no Rio Grande do Sul: *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Com grande impacto nas obras posteriores, o autor esquematizou o surgimento do PTB gaúcho a partir de três vertentes consideradas com base em suas origens distintas: a) a *corrente sindicalista*, oriunda do queremismo e da ala trabalhista do PSD; b) a *corrente doutrinário-pasqualinista*, originá-

---

<sup>21</sup> Pasqualini era filiado ao Partido Libertador, que formava Frente Única junto com o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) desde 1928. Após a Revolução Constitucionalista de 1932, que contou com a adesão de grande parte da Frente Única, o interventor Flores da Cunha fundou o Partido Republicano Liberal (PRL). À medida que se acentuava a dissensão entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas, este último estabelecia contatos com lideranças da Frente visando uma aliança e o enfraquecimento de Flores, incentivando a atuação de Pasqualini, pelo lado do Partido Libertador, e de Loureiro da Silva, pelo lado da dissidência liberal (no PRL), ambos em forte oposição ao governo estadual (CORTÉS, 2007, p. 122-128; GRUJO, 2007, p. 89).

<sup>22</sup> Para a crítica do depoimento de José Diogo precisa ser considerado aquilo que afirmou Eliana de Freitas Dutra (2000, p. 77): se tratando de testemunhos políticos, a investigação crítica não pode desconsiderar o fato de que os depoentes têm um interesse na narrativa que constroem, e que nessa intervenção “eles decidem o que lembrar; qual história contar; o que contar; o que esquecer”. Conforme a autora, esses testemunhos podem tomar a forma de um discurso de mobilização, de ativismo e mesmo de “ajuste no percurso político, de defesa e legitimação” (DUTRA, 2000, p. 81).

ria da União Social Brasileira sob a liderança de Alberto Pasqualini; c) a corrente *pragmático-getulista*, formada por políticos oriundos do PSD e que ingressam no PTB sob orientação de Getúlio Vargas (BODEA, 1992, p. 20-28). Quando analisa os diferentes papéis exercidos por Vargas e Pasqualini, é o de *teórico* que cabe ao último, sendo que o autor considera uma divisão de tarefas entre ambos, o que gerava uma “complementariedade conflitiva” em três âmbitos: 1) na estratégia política global, entre o projeto político nacional, que caberia a Vargas, e o projeto de construção do partido, que caberia a Pasqualini; 2) na divisão geográfica, entre a liderança nacional de Vargas e a liderança regional de Pasqualini; 3) *na divisão das funções político-partidárias, entre o papel de estrategista político, que caberia a Vargas, e o de doutrinador e teórico, que caberia a Pasqualini* (BODEA, 1992, p. 140).

Nessa concepção, o projeto trabalhista era ambivalente, pois enquanto tendia a “mobilizar as massas ao nível da *sociedade civil*”, buscava também uma política de compromisso no âmbito da *sociedade política* e do Estado. É justamente nessa ambivalência que o autor situa o relacionamento (conflitivo, porém complementar) de Pasqualini e de Vargas: enquanto Pasqualini atuava principalmente na esfera da sociedade civil, privilegiando, portanto, o aspecto da “mobilização das massas”, Vargas atuava sobretudo ao nível do *aparelho de Estado* e da sociedade política, promovendo uma *política de alianças e de compromisso* entre as *classes subalternas* e um setor modernizante das elites (BODEA, 1992, p. 186).<sup>23</sup>

Essa divisão de tarefas também é explicada por Bodea (1992) dentro de um “padrão de evolução histórica mais ampla das lideranças gaúchas”, onde o autor destaca desde as relações entre Borges de Medeiros e Getúlio Vargas até as relações entre João Goulart e Leonel Brizola. Analisando a forma como Miguel Bodea insere Vargas e

---

<sup>23</sup> Os termos estão grifados para destacar a origem conceitual da interpretação de Bodea, que se embasa na leitura do teórico italiano Antonio Gramsci (1891-1937). Em obra que Bodea menciona, Gramsci (1968) concebe a luta política indo além dos interesses de classe: embora cada partido seja expressão de um determinado grupo social, admite-se a possibilidade do partido exercer uma função de arbitragem entre os interesses do grupo e outros grupos.

Pasqualini em uma tradição que tem origens no positivismo<sup>24</sup> e busca legitimar João Goulart e Leonel Brizola como herdeiros do trabalhismo e dessa tradição, Igor Gastal Grill (2008, p. 205-206) afirma: “Bodea sustenta a continuidade e a relevância do projeto ao qual é filiado [...]. Ao conceber a ‘tradição política’ como depositária de uma história regional ímpar e a complementariedade positiva entre ‘práxis’ e ‘formulação teórica’ afirma a sua posição nessa genealogia”.<sup>25</sup>

Mesmo em trabalhos recentes, percebe-se a absorção da imagem de *teórico do trabalhismo* como algo dado. Em sua tese de doutorado, Roberto Bitencourt Silva (2013) analisa a trajetória de Alberto Pasqualini considerando-o como um intelectual. Para ele, Pasqualini “consiste em expressão de um típico caso da relação estabelecida entre os intelectuais e a política, potencialmente capaz de suscitar uma reflexão pertinente às eventuais influências do pensamento na vida política cotidiana” (SILVA, 2013, p. 24-25). Procurando compreender Alberto Pasqualini como um intelectual e remetendo à obra de Max Weber, o autor destaca como uma dimensão importante na relação entre os intelectuais e a política aquela concernente às tensões e aos dilemas de natureza ética: “Tal fenômeno tende geralmente a se manifestar, pois a *lógica que orienta a perspectiva e o fazer intelectual é distinta* da que impera na orientação do sujeito que exerce um papel político *strictu sensu*” (SILVA, 2012, p. 78-79). Isso leva o autor a reforçar a ideia de uma dicotomia entre Vargas e Pasqualini: “As divergências entre os setores alinhados a Pasqualini e a Getúlio foram, sobretudo, de natureza politicamente comportamental. *Potencialmente relacionadas aos distintos modos operandi que tendem a*

---

<sup>24</sup> Em sua dissertação, Jaime Antonio Nalin (1995) demonstra como o pensamento de Pasqualini se afastou do positivismo gaúcho castilhisto, aproximando-se muito mais da vertente positivista paulista – especialmente quanto à noção de que a ação governamental deveria ter um caráter pedagógico.

<sup>25</sup> Miguel Bodea (1948-1988) era formado em Economia por Cambridge e mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), com a dissertação que foi publicada em 1992 como *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Foi assessor parlamentar do MDB na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul na década de 1970 e assessor de Leonel Brizola no Rio de Janeiro na década de 1980 (GRILL, 2008, p. 198-199).

*caracterizar a atuação política dos intelectuais e dos políticos profissionais* (SILVA, 2013, p. 215).<sup>26</sup>

Na presente tese, o objetivo é compreender Alberto Pasqualini não como um intelectual que lida com as tensões de um meio político do qual é alheio, mas sim compreender as práticas de mobilização das campanhas eleitorais de Pasqualini percebendo como ele se insere em um jogo marcado por conflitos que fazem parte de sua própria constituição enquanto político. Não se nega, portanto, que Pasqualini tenha exercido o papel de *ideólogo do trabalhismo*, como afirma Roberto Bitencourt Silva (2013, p. 104), mas busca-se entendê-lo sem limitá-lo a esse papel.<sup>27</sup> O ambiente no qual se deu a atuação de Pasqualini no PTB nas campanhas eleitorais de 1947, 1950 e 1954 possuía, certamente, o conflito entre as éticas da convicção e da responsabilidade, conforme concebido por Max Weber (2011) [1911]. Pasqualini, porém, não pode ser visto como alguém de um fazer distinto ao da política e que com ela lida e sim como um político que se formou e atuou em um meio onde quem se dedica à política como vocação sofre pressões éticas e “se compromete com potências diabólicas” (WEBER, 2011 [1911], p. 152). Trata-se, portanto, de compreender a ação política de Pasqualini em meio aos constrangimentos que são intrínsecos à atividade política *strictu sensu*.

Antes de avançar, é preciso dizer que Alberto Pasqualini foi realmente formulador de ideias políticas e sociais. Formado na Faculdade de Direito de Porto Alegre e professor da mesma instituição,

---

<sup>26</sup> O autor entende Pasqualini como um intelectual que exerceu o papel de *ideólogo* e de *especialista (experto)* do trabalhismo: ideólogo por ser produtor e disseminador de uma visão ética, política e social do mundo; especialista por ser formulador de propostas e programas socialmente reformistas (SILVA, 2012, p. 104). O embasamento está nas formulações de Norberto Bobbio sobre os tipos de intelectuais, inclusive quanto à obediência a éticas diferentes (com origem na discussão weberiana): os *ideólogos* seguindo a ética da convicção – fieis a certos princípios a qualquer custo – e os *expertos* seguindo a ética da responsabilidade – tendo o dever de levar em conta os meios adequados e suas consequências (BOBBIO, 1997, p. 76).

<sup>27</sup> Romeu Machado Karnikowski (1999), em sua dissertação, propôs compreender a ação de Pasqualini no PTB de duas formas: como dirigente e como ideólogo. Embora não tivesse foco na atuação de Pasqualini e sim na história do PTB no Rio Grande do Sul (1945-1980), o autor destaca seu papel na organização do partido (KARNIKOWSKI, 1999, p. 62).

Pasqualini era detentor de um capital intelectual que o permitia formular propostas para os problemas de seu tempo e o fez de maneira bastante original. Conforme Luiz Alberto Grijó (2007, p. 85), Pasqualini foi reconhecido como um dos poucos membros do PTB que se “dedicaram a elaborar e difundir princípios fundamentados em disciplinas como a Filosofia, História, Sociologia e mesmo a Teologia que sustentassem linhas de ação coerentes para os seus militantes e simpatizantes”. O autor salienta duas influências básicas em Pasqualini: sua origem relacionada com “o mundo colonial italiano” e com os valores pregados por religiosos católicos na sua formação cultural e escolar, podendo ser considerado um “tradutor dos conteúdos da chamada doutrina social da Igreja para as disputas político-partidárias inauguradas no Brasil depois da queda do Estado Novo” (GRIJÓ, 2007, p. 91; 94).

Os escritos de Alberto Pasqualini formam uma obra bastante fragmentada e dispersa, resultado dos contextos e ambientes institucionais em que foram produzidos, e concernentes quase todos ao meio político e não ao meio acadêmico. Conforme o levantamento realizado por Suzana Thompson Flores Pasqualini<sup>28</sup>, para o acervo que atualmente está sob a guarda da Prefeitura Municipal de Ivorá, os primeiros trabalhos publicados por Pasqualini foram o *Discurso de Formatura na Faculdade de Direito de Porto Alegre* (1929), *Paz social, paz política, paz econômica* (1934) [discurso proferido em Pelotas por ocasião da visita da caravana chefiada por João Neves da Fontoura], e *Discursos proferidos pelo presidente Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini na sessão solene do Conselho Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul* (1940).

O livro *Sugestões para um programa* e o discurso de Pasqualini editado no livro com o manifesto da União Social Brasileira, ambos de 1945, foram publicações relacionadas ao contexto de abertura política no fim do Estado Novo, como será abordado posteriormente.

---

<sup>28</sup> Nascida em Bagé, Suzana Thompson Flores casou-se com Alberto Pasqualini em dezembro de 1950. Conforme destacou Laura Vasconcellos (2009, p. 37), foi uma das signatárias da Carta de Lisboa, um dos pilares ideológicos do PDT, em 1979. Faleceu no Rio de Janeiro em 1993, depois de ter doado o acervo de Alberto Pasqualini à Prefeitura Municipal de Ivorá.

Nesse mesmo contexto, Pasqualini publica no jornal *Correio do Povo* boa parte de seus artigos, relativos à sucessão presidencial e ao caráter do processo que dava início a um novo regime político no país. Outro grande conjunto de artigos na imprensa se situa entre o fim da campanha eleitoral de 1947 e a campanha eleitoral de 1950, período em que Pasqualini, mesmo sem mandato, consolidou sua inserção no PTB, sendo estes os artigos que, em sua maioria, tratam do trabalhismo e, entre 1949 e 1950, da candidatura de Vargas à presidência. Foi também nesse interim que Pasqualini lançou sua principal obra: *Bases e sugestões para uma política social* (1948).<sup>29</sup>

*Bases e sugestões para uma política social* foi publicado pela Editora do Globo em 1948, contendo três capítulos principais (*Crédito lucrativo e crédito social*, *Trabalhismo e solidarismo* e *Um mundo baseado na cooperação*) além de 15 notas menores entre as quais destacam-se *Capitalismo e socialismo*, *Participação dos trabalhadores nos lucros*, *O juro e a doutrina da Igreja*, *Partidos políticos e os objetivos do trabalhismo* e *O programa trabalhista às eleições de 19 de janeiro de 1947*. Como se denota do último item, a obra é marcada pela experiência então recente como candidato a governador pelo PTB. Conforme já destacou Diego Almeida (2015, p. 112), o capítulo *Trabalhismo e solidarismo* foi originalmente um discurso realizado durante a campanha eleitoral de 1946/1947, sendo posteriormente incorporado ao conjunto de escritos que compõem o livro.<sup>30</sup>

Durante o mandato de senador, foram lançados pelo PTB os livros *Trabalhismo e desenvolvimento econômico* (1952), com discursos proferidos na tribuna do Senado em 1951 e 1952, e *As ideias políticas e sociais de Alberto Pasqualini* (1954), com excertos de discursos, artigos e entrevistas – sendo este já editado no contexto da campanha eleitoral de 1954. Os pronunciamentos de seus dois man-

---

<sup>29</sup> Nesse mesmo período, foram lançados dois livretos de divulgação do trabalhismo com as formulações de Pasqualini: *Discurso pronunciado por Alberto Pasqualini na sessão solene de encerramento da convenção do PTB* (1946) e *Diretrizes fundamentais do trabalhismo brasileiro* (1950).

<sup>30</sup> Sobre a noção de *capitalismo solidarista* em Pasqualini e como suas ideias estavam sujeitas às condições de produção ditadas pelas disputas políticas, há um artigo de Carlos Roberto da Rosa Rangel (2009).

dados (um na Câmara Municipal de Porto Alegre, entre 1936 e 1937, e outro no Senado Federal entre 1951 e 1955), juntamente com artigos, entrevistas, pareceres e discursos proferidos em diversas ocasiões foram publicados em coletâneas organizadas muito tempo depois de sua morte, com destaque para o livro organizado pelo trabalhista Milton Dutra (1986) e para as obras organizadas por Pedro Simon no Senado: *Alberto Pasqualini: obra social e política* – 4 volumes (1994), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos* (2001) e *Atualidade de Alberto Pasqualini* (2010).<sup>31</sup>

Estas coletâneas, editadas a partir da década de 1980, foram tentativas de dar coesão a uma obra dispersa e marcada por contingências políticas diversas. No caso do livro organizado por Milton Dutra (1986), há um preâmbulo no qual se manifesta o objetivo da publicação: “Se pretende contribuir para restaurar a temática do trabalho, como ideia força de quantos se agruparam ou se venham agrupar sob a bandeira de Getúlio Vargas e os ensinamentos de Alberto Pasqualini”. Já a coletânea organizada em 4 volumes por Pedro Simon em 1994 é representativa do esforço de dar um encadeamento coerente aos textos de Pasqualini, incorrendo naquilo que destaca Diego Almeida (2015, p. 24): a atuação anterior a 1945 aparece, em visão retrospectiva, como uma “espécie de preparação para seu posterior ingresso ao PTB”. Como exemplo disso, o volume 1 da coletânea lançada em 1994 – que abrange o período de 1929 a 1945, é nomeada de *Bases do Trabalho*, e os textos de 1944 e 1945 incluídos na seção intitulada *Fundamentos da doutrina trabalhista*.<sup>32</sup> O gráfico a seguir expõe uma visão geral da coletânea:

---

<sup>31</sup> A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o Museu Júlio de Castilhos, publicou o livro *O pensamento político de Alberto Pasqualini* (2005), contendo textos de origens diversas entre 1934 e 1955.

<sup>32</sup> É importante ressaltar que Alberto Pasqualini somente ingressaria no PTB em 1946, após a fusão do partido com a USB – movimento por ele liderado. Nos discursos, artigos e entrevistas anteriores a 1946, não há referências ao trabalho, havendo, inclusive, um distanciamento com relação a Getúlio Vargas (BODEA, 1992, p. 26; SILVA, 2012, p. 102; ALMEIDA, 2015, p. 109).

Gráfico 1 – Origem dos textos de Pasqualini organizados por Pedro Simon (1994)

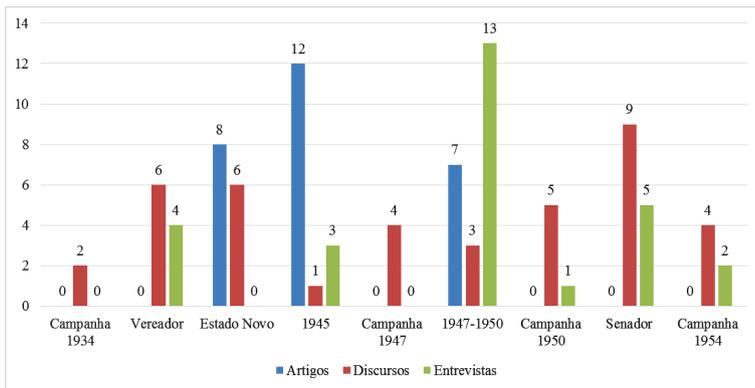


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: Simon (1994).

Dividindo os textos reunidos por Pedro Simon (1994), é possível perceber a origem distinta de cada um e o tipo de publicação que predomina em cada fase da trajetória de Pasqualini. Nota-se que os artigos, como referido anteriormente, concentram-se no período do Estado Novo – sendo a maior parte do ano de 1945 – e no interregno entre as campanhas eleitorais de 1947 e 1950. Este último período é também o de maior número de entrevistas, seguido da época em que exercia o mandato de senador. Quanto aos discursos, são em maior número provenientes do mandato de vereador (1936-1937) e de senador (1951-1955): 6 no primeiro e 9 no segundo. Além disso, 15 discursos foram proferidos no calor das campanhas eleitorais de 1934 (2), 1947 (4), 1950 (5) e 1954 (4). Nota-se, portanto, o peso das disputas políticas e, em especial, das campanhas eleitorais, no conjunto que foi classificado como *obra social e política de Alberto Pasqualini*.

Disso tudo se depreende que compreender Alberto Pasqualini para além da categoria *teórico do trabalhismo* abre algumas possibilidades: 1) Entender que o papel de Pasqualini no PTB incluía a formulação de programas e a definição doutrinária do trabalhismo, mas não se limitava a isso. Embora Pasqualini não tenha exercido oficialmente cargos de comando na estrutura partidária do PTB, há vários

indícios de que ele cumpriu também um papel prático na construção e na consolidação do partido. Perceber suas habilidades no jogo político propicia o entendimento de como e por que o *teórico* foi candidato a cargos majoritários nas três primeiras eleições estaduais disputadas pelo PTB; 2) Considerar que a atuação política de Pasqualini não se limitou ao trabalhismo e que, portanto, o rótulo de *teórico do trabalhismo* não dá conta de compreendê-lo em perspectiva histórica, como afirmou Diego Almeida (2015).<sup>33</sup> Por outro lado, entender a atuação política de Pasqualini nos anos 1930 e durante o Estado Novo (1939-1945) enriquece e torna mais complexa a percepção acerca deste protagonista; 3) Compreender como Pasqualini se insere nas práticas políticas de seu tempo chama atenção para a necessidade de romper com outros rótulos que embasaram as interpretações sobre o trabalhismo, especialmente no Rio Grande do Sul: a dicotomia entre *pragmáticos* e *programáticos*, personificada na relação entre Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini. Esse último aspecto merece maior atenção.

Quando Miguel Bodea (1992) [1984] concebeu a formação do PTB do Rio Grande do Sul considerando três vertentes distintas (a *sindicalista*, a *doutrinário-pasqualinista* e a *pragmático-getulista*), estava se referindo às origens distintas de cada um dos setores que seriam a base da construção do partido. Considerando as trajetórias de lideranças como Alberto Pasqualini, José Vécchio, Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha e os conflitos entre elas, percebe-se claramente as demarcações geradas pelos diferentes caminhos que as levaram ao convívio no PTB. O problema está na utilização destas categorias como chaves-explicativas para a compreensão da atuação destas lideranças no partido. Tais categorias foram crista-

---

<sup>33</sup> O autor produziu uma tese sobre a atuação política de Alberto Pasqualini no Partido Libertador, especialmente no mandato de vereador em Porto Alegre (1936-1937), e no Estado Novo, e a forma como o protagonista utilizou os dividendos políticos advindos da atuação nesse período para sua inserção e consolidação como liderança no PTB após 1945. Assim, buscou compreender Pasqualini para além do *teórico do trabalhismo*, percebendo-o como detentor de um reconhecimento público advindo de sua atuação anterior a 1945, permitindo sua projeção política posterior como doutrinador e teórico do trabalhismo e ressignificando suas ideias a partir da adesão ao PTB (ALMEIDA, 2015, p. 150-151).

lizadas em seguida por Lucília de Almeida Neves Delgado (1989), para quem seriam duas as tendências atuantes no PTB: os *getulistas* ou *pragmáticos* ligados especialmente ao Ministério do Trabalho; e os *doutrinários ideológicos*, entre os quais estava Alberto Pasqualini. Mais tarde, a autora inseriu no esquema os *pragmáticos reformistas*, que atuaram principalmente a partir da metade dos anos 1950 e teriam amalgamado em sua prática características das duas alas anteriores. O expoente desse grupo seria João Goulart (DELGADO, 2013, p. 178).<sup>34</sup>

Uma crítica importante a esta abordagem surgiu na obra de Maria Celina D’Araújo (1996, p. 170): a dificuldade residiria em trabalhar com a clivagem ideológica *versus* pragmatismo, como “se isso fosse um traço peculiar do PTB ou uma característica desviante da vida política”. Para a autora, a luta interna que se travou no PTB acabou definindo sua ação política, sendo que “o nacionalismo no PTB não foi incompatível com o empreguismo, nem o reformismo foi antítese de clientelismo ou de atrelamento ao Estado. Ao contrário, foi bem-sucedido no partido e nas urnas quem conseguiu unir essas estratégias” (D’ARAÚJO, 1996, p. 170).<sup>35</sup> Recentemente, a dissertação de Maura Bombardelli (2016) sobre a trajetória de Fernando Ferrari no PTB apontou dificuldades de se compreender a inserção desse político no partido com base nas categorias utilizadas por Bodea (1992) e Delgado (1989). Isso levou a autora a discutir a dicotomia entre *programáticos* e *pragmáticos*: tais categorias estavam presentes no discurso político após 1954 e foram utilizadas como recurso para, no caso de Ferrari, se legitimar no enfrentamento contra João Goulart na luta interna do PTB (BOMBARDELLI, 2016, p. 199).<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> Delgado menciona Gláucio Soares (1973), para quem haveria três facções distintas no PTB: os *sindicalistas pelegos*, os *doutrinários* e os *pragmáticos-getulistas*. A autora entendia, no entanto, que os grupos eram apenas dois, tendo em vista que “os sindicalistas pelegos eram também *pragmáticos-getulistas*” (DELGADO, 1989, p. 59).

<sup>35</sup> Alexandre Fortes (2004, p. 32) também ressalta, remetendo inclusive à obra de D’Araújo (1996), que a distinção entre os *programáticos* e os *pragmáticos* não pode ser absolutizada.

<sup>36</sup> O advogado Fernando Ferrari (1921-1963) foi eleito pelo PTB deputado estadual em 1947, deputado federal em 1950, reeleito em 1954 e em 1958. Em 1960 concorreu a vice-presidente, enfrentando João Goulart. Cindido com o PTB, fundou o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), pelo qual concorreu a governador em 1962.

Tais críticas reforçam a ideia de que houve absorção de categorias do discurso político por uma parte da historiografia, conformando uma interpretação acerca do PTB baseada na dicotomia entre os *pragmáticos* e os *programáticos* (ou *doutrinários*), simbolizadas nos conflitos entre João Goulart e Fernando Ferrari, a partir da metade da década de 1950, e antes, nos conflitos entre Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini. Com isso, no vocabulário dos estudos sobre o trabalhismo, com algumas exceções, Vargas se tornou sinônimo de *pragmático* e Pasqualini sinônimo de *doutrinário*.

A tese defendida por Roberto Bitencourt da Silva (2013) teve como foco a trajetória política de Alberto Pasqualini. O autor insere a atuação de Pasqualini no contexto de controvérsias e tensões dentro do PTB, acompanhando a sua atuação política no meio partidário e no Senado Federal (1951-1955). Silva (2013, p. 54) salienta o papel *doutrinador* de Pasqualini, destacando a posição central desempenhada pelo político gaúcho nas atividades doutrinárias na fase de formação e estruturação do PTB. O autor atribui importância acentuada ao conflito existente entre o *pragmatismo getulista* e o *idealismo pasqualinista*. Assim, Silva (2013) se diferencia da abordagem defendida por Bodea (1992), para quem houve uma *divisão de tarefas* na qual Getúlio Vargas desempenharia um papel no âmbito do Estado e Alberto Pasqualini no da sociedade civil. Conforme Bodea (1992, p. 140), a dimensão essencial do relacionamento entre Vargas e Pasqualini não se situa no confronto entre duas tendências políticas distintas ou rivais, mas na dinâmica desta divisão de tarefas, como mencionado anteriormente.

Laura Vasconcellos (2009) havia retomado, em sua dissertação sobre o trabalhismo de Pasqualini, os argumentos de Miguel Bodea. Para a autora, Pasqualini sempre se mostrou mais idealista do que Vargas no tema das alianças políticas, pois mesmo carecendo de apoio nas eleições, ele hesitava em receber e dar apoio a partidos ou a políticos que não estivessem em consonância com os ideais trabalhistas, enquanto o ex-presidente, ao contrário, era mais pragmático (VASCONCELLOS, 2009, p. 76). Entretanto, a autora busca dar conta, em certa medida, da prática política de Pasqualini:

“Sua memória e seu discurso de homem puro e idealista contrastam com uma prática política que em muito pouco destoava da maneira como Vargas concebia a política e a história do Brasil” (VASCONCELLOS, 2009, p. 70). A autora conclui:

Apesar de ressaltar toda a elaboração doutrinária e teórica de Pasqualini, e de destacar a sua peleja em transformar o PTB num partido com maior densidade teórica, não podemos deixar de esclarecer também [...] que Pasqualini, apesar de todo o discurso e querelas com Vargas, foi homem de confiança de Getúlio e do PTB. Grande parte de suas colocações e questionamentos jamais deixou de ser meramente figura de retórica, sem jamais se traduzir numa prática política efetiva (VASCONCELLOS, 2009, p. 99).

Há, portanto, diferentes possibilidades de se interpretar essa relação entre Vargas e Pasqualini: 1) Haveria uma dicotomia entre ambos, baseada em *modus operandi* distintos e antagônicos, relativos ao caráter *pragmático* do primeiro e *doutrinário/programático* do segundo; 2) As ações de ambos se combinariam, não sendo antagônicas e gerando uma complementariedade – embora conflitiva, segundo Bodea (1992) – onde o aspecto *doutrinário* de Pasqualini legitimaria o partido liderado *pragmaticamente* por Vargas. O caminho da presente tese será o de não aceitar totalmente a ideia da complementariedade conflitiva proposta por Bodea, devido a divisão de tarefas que relega a Pasqualini o papel monocórdico de *doutrinador* e a Vargas o monopólio da estratégia política. As fontes disponíveis também indicam ser equivocado o caminho que aposta no antagonismo entre Vargas e Pasqualini e na dicotomia entre as práticas de ambos. Haveria então uma aliança entre os dois, uma relação harmônica entre suas ações? Há motivos para não aceitar esse argumento também, levando à necessidade de compreender essa relação em sua complexidade e as circunstâncias que propiciaram que os caminhos de Vargas e Pasqualini se cruzassem em diferentes momentos.

Imagem 2 – O presidente Getúlio Vargas recebe o senador Alberto Pasqualini (1951)



BR RJANRIO EH.0.FOT, PRP.2341. Agência Nacional, 09/06/1951 [Arquivo Nacional – SIAN].

Miguel Bodea, ao defender a ideia de *divisão de tarefas* entre Vargas e Pasqualini, acaba trazendo alguns indicativos importantes que, embora possam resultar, nesse momento, em prejuízos ao argumento daquele autor, demonstram como as relações entre ambos, com seus recuos e aproximações, se dão em diferentes momentos e concernem a objetivos circunstanciais – e assim colaboram com o argumento defendido na presente tese. Destacam-se alguns momentos da relação Vargas-Pasqualini observados por Bodea (1992, p. 165-168):

1) Na fase de acordo entre a USB e o PTB, em 1945, o conflito se deu quando Pasqualini e as lideranças sindicais do PTB não aceitaram apoiar a candidatura de Eurico Dutra (PSD) conforme a orientação de Vargas. Na sequência, o PTB não seguiu a orientação de Vargas de se constituir uma aliança com o PSD para as eleições estaduais de 1947;

2) Na campanha eleitoral de 1946/1947, havia uma “desconfiança mútua”, pois Vargas acabaria apoiando Pasqualini como can-

didato a governador pelo PTB, mas se dedicando pouco à campanha no Rio Grande do Sul, buscando manter a ruptura com o PSD apenas no âmbito regional. Por sua vez, Pasqualini teria evitado referências a Getúlio em seus pronunciamentos;

3) Na campanha de 1950, Pasqualini, candidato a senador, assumiria a defesa de Vargas, havendo “pleno entrosamento” entre ambos, em uma fase em que “Getúlio privilegia o PTB como instrumento básico de seu retorno ao poder” (BODEA, 1992, p. 160);

4) Após a vitória em 1950, Vargas busca recompor a aliança com o PSD e sua base de sustentação nas elites. Nesse momento, Pasqualini e grande parte dos trabalhistas gaúchos estavam insatisfeitos com o governo e, especialmente, com a pouca participação do PTB.<sup>37</sup> Pasqualini faz, inclusive, pronunciamentos críticos ao governo na tribuna do Senado;

5) No momento de confronto crescente com a oposição, entre 1953 e 1954, coincidindo com a nomeação e posterior demissão de João Goulart no Ministério do Trabalho, ocorre uma reaproximação de Pasqualini com Vargas – que o apoia como candidato a governador em 1954 em detrimento dos demais postulantes “mais *pragmáticos* e moderados”.<sup>38</sup>

Deixando de lado a dicotomia dos rótulos *pragmático* e *doutrinário*, e recorrendo a algumas fontes, é possível perceber a relação entre Vargas e Pasqualini de forma mais aprofundada. Como exemplo, a posição de Pasqualini com relação à candidatura de Getúlio Vargas em 1950.

Em 29 de dezembro de 1949, o *Correio do Povo* reproduziu entrevista concedida por Alberto Pasqualini à *Folha Carioca*. Nela, o comentarista político do periódico ressaltava que Pasqualini liderava, no PTB, “a corrente ideológica que se bate pela formação de uma

---

<sup>37</sup> Conforme Bodea (1992, p. 168) e Cortés (2007, p. 213-214), quando Vargas assumiu a presidência em 1951, os trabalhistas tinham a esperança de que ele indicasse Pasqualini como Ministro do Trabalho. O depoimento de Ernani do Amaral Peixoto também menciona a insatisfação dos petebistas com o espaço no governo: o PTB teria reclamado por haver recebido apenas o Ministério do Trabalho e Getúlio Vargas teria respondido que “o PTB não precisa de ministros porque tem o presidente da República” (CAMARGO *et al.*, 1986, p. 331).

<sup>38</sup> Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha (BODEA, 1992, p. 168).

verdadeira consciência, de um programa, e não pela mística transitória de um chefe”. Assim, após um período intenso de pregação do trabalhismo<sup>39</sup> por meio de artigos e entrevistas, iniciado após a campanha eleitoral de 1947 (ver gráfico 1), a imprensa já traçava um perfil de Pasqualini operando com a categoria *teórico do trabalhismo*, como fica claro no seguinte excerto: “Pasqualini não pertence ao número dos que veem no PTB apenas a sombra protetora, patriarcal e eleitoral de Vargas. [...] Pasqualini é o teórico-filósofo do trabalhismo brasileiro”. Sobre a posição a ser tomada pelo PTB nas eleições do ano seguinte, Pasqualini teria afirmado que, não havendo possibilidade para uma candidatura única com entendimento geral dos partidos, a solução seria uma coligação do PTB com outro partido, em torno de um candidato que assumisse o compromisso de atender às reivindicações trabalhistas:

Esse candidato, na sua opinião, tanto poderia ser o Brigadeiro, como o Sr. Valter Jobim, ou outro homem digno da confiança do trabalhismo. *Pasqualini, entretanto, não recusou a hipótese de luta com a candidatura própria do PTB, isto é, com a candidatura de Getúlio.* [...] Há trabalhistas que desejam a candidatura de Getúlio Vargas de qualquer maneira, para ganhar ou perder, pois precisam eger-se à sombra do prestigioso chefe. O Sr. Alberto Pasqualini coloca acima de tudo o programa trabalhista [...]. Se estiverem numa aliança do PTB com outro partido, que se faça esse entendimento. *Se estiverem na candidatura de Vargas, que ela seja lançada. O que não se deve – pensa o Sr. Alberto Pasqualini – é lançar o trabalhismo numa aventura fazendo de Getúlio um simples chamariz de votos* [grifos do autor].

---

<sup>39</sup> Como exemplo, podemos aludir ao artigo intitulado *A essência do trabalhismo*, publicado originalmente no *Diário de Notícias* em 28/02/1950. Nele, Pasqualini define duas fases do trabalhismo: na primeira, um conjunto de reivindicações quanto às garantias jurídicas do “trabalho proletário”. Trata-se da incorporação dos direitos e garantias trabalhistas às legislações; na segunda fase, as reivindicações concernem à organização econômica da coletividade, visando a reduzir as causas e fatores da usura social. Esta última é definida por Pasqualini como “o ganho que não corresponde a um trabalho socialmente útil”. O objetivo fundamental do trabalhismo seria abolir a usura social. Assim, o trabalhismo, quanto aos seus objetivos, seria uma doutrina social; quanto aos seus meios de ação para alcançar seus objetivos, uma técnica econômica; politicamente, um movimento de opinião tendente a obter a implementação de seus objetivos através dos poderes do Estado (PASQUALINI, in: DUTRA, 1986, p. 94-95).

Segundo a matéria da *Folha Carioca*, Pasqualini defendia que, caso se lançasse a candidatura de Getúlio Vargas à presidência, seria necessário um pacto entre o PTB e o Brigadeiro, para garantir a realização das eleições. O redator concluía: “Pasqualini não é dos que acham que não há mais clima para golpe no Brasil. Ele sabe que ele poderia ser criado. Daí a ideia no sentido de que dos entendimentos atuais resulte uma garantia da realização das eleições no dia fixado”.<sup>40</sup>

No mês seguinte, Ivete Vargas<sup>41</sup> envia carta ao seu tio-avô Getúlio com um recado de Pasqualini: “Acha que o senhor deve se candidatar, mas deve correr o mínimo de risco. Portanto deve se tratar da organização do partido, da propaganda doutrinária e deve se fazer uma campanha superior sem ataques pessoais e sem demagogia”.<sup>42</sup> Ivete Vargas também informava a Getúlio sobre conversa de Pasqualini com o deputado Prado Kelly, da UDN: “Tem conversado muito com o Prado Kelly e ambos convêm que não se deve fazer ataques ao que passou. A UDN fará uma campanha cordial em relação a nós, sem alusão à ditadura ou ao que passou”. E concluía o recado de Pasqualini, que achava imprescindível que Getúlio desse instruções nesse sentido aos companheiros, retomando os argumentos defendidos na entrevista à *Folha Carioca*: “Assim agindo seremos duas forças paralelas defendendo a legalidade. Caso contrário, nos estraçalharemos criando ambiente para o golpe”.<sup>43</sup>

Curiosamente, há anotações de Getúlio Vargas destinadas ao presidente nacional do PTB, Salgado Filho, em maio daquele ano, com recomendações para um entendimento com a UDN sobre o tipo de campanha política a ser executado por ambos os partidos: “Com-

---

<sup>40</sup> O SR. ALBERTO Pasqualini e os problemas brasileiros. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29/12/1949, p. 14.

<sup>41</sup> Cândida Ivete Vargas Tatsch (1927-1984) nasceu em São Borja e era neta do irmão mais velho de Getúlio, Viriato Vargas. Licenciada em Geografia, História e Letras, foi jornalista, atuando no Rio de Janeiro, e deputada federal pelo PTB de São Paulo (CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vargas-ivete>).

<sup>42</sup> A carta consta no sistema de buscas do CPDOC como “sem assinatura”. Comparação com outras cartas permite identificar Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio, como remetente.

<sup>43</sup> CPDOC-FGV. GV c 1950.01.00/5. Carta sem assinatura contendo recomendações de Alberto Pasqualini para Getúlio Vargas. 01/1950.

binar com a UDN, enquanto partido de oposição, fazer com o PTB uma campanha política de cordialidade, sem ataques pessoais, nem referências ao passado”. As anotações de Getúlio expressavam exatamente o que havia sido recomendado por Pasqualini, prevendo dar instruções aos petebistas para que a campanha se procedesse assim. E repete o argumento presente na entrevista de Pasqualini e na carta de Ivete Vargas: “Seremos duas forças paralelas agindo serenamente, no sentido de oposição ao candidato do Catete<sup>44</sup>”.<sup>45</sup> Getúlio não detinha o monopólio das estratégias políticas, tampouco Pasqualini tinha sua ação circunscrita ao aspecto programático.

Pouco tempo antes, porém, outra carta de Ivete Vargas revelaria uma divergência entre os interesses de Getúlio e de Pasqualini. Ivete não havia, até então, convivido muito com seu tio-avô, mas atuava politicamente desde a campanha de Dutra, em 1945, a pedido de Getúlio. No início de 1950, passou uma temporada na fazenda de Itu, em São Borja. Na carta de 30 de abril fez a seguinte observação: “A minha estadia aí anulou todo um longo trabalho de Pasqualini, que me doutrinou durante meses. Voltei novamente queremista apenas e mandando o trabalhismo, com toda a sua filosofia política, plantar favas”<sup>46</sup>. Foi nesse interim que Ivete Vargas tomou a iniciativa de enviar uma carta apelando, em nome da união da família, ao seu tio-avô Protásio Vargas (PSD) para que apoiasse a candidatura de Getúlio a presidente.<sup>47</sup>

Nas cartas a Getúlio, Ivete recorrentemente buscava demonstrar sua total fidelidade e comprometimento, e é na esteira dessa demonstração que se pode compreender as informações que passava a Vargas. Na mesma carta de 30 de abril, pediu que Getúlio a indicasse como candidata a deputada federal na chapa de concorrentes do Distrito Federal. Como Segadas Viana não incluiu seu nome na lista pretendida, acabaria concorrendo pelo PTB de São Paulo.<sup>48</sup> Naquele plei-

<sup>44</sup> O candidato da ala dutrista do PSD foi o deputado federal mineiro Christiano Machado.

<sup>45</sup> CPDOC-FGV. GV c 1950.05.00/3. Notas políticas de Getúlio Vargas para Salgado Filho. 05/1950.

<sup>46</sup> CPDOC-FGV. GV c 1950.04.30. Carta de Ivete Vargas a Getúlio Vargas. 30/04/1950.

<sup>47</sup> CPDOC-FGV. GV c 1950.06.03. Cartas entre Getúlio Vargas, Protásio Vargas e Cândida Ivete Vargas.

<sup>48</sup> CPDOC-FGV. GV c 1950.04.30; GV c 1950.07.00/2. Cartas de Ivete Vargas a Getúlio Vargas. 30/04/1950; 07/1950.

to, seria eleita deputada federal pelo PTB em São Paulo pela primeira vez, e, na segunda metade da década de 1950, consolidaria seu domínio sobre o PTB paulista (BENEVIDES, 1989, p. 62-64). Um exemplo de como o interesse na própria ascensão política se articulava às estratégias políticas de Getúlio Vargas – o que também pode ser constatado no caso das lideranças do PTB no Rio Grande do Sul, como José Diogo Brochado da Rocha, Loureiro da Silva e Alberto Pasqualini.

Os meses se seguiram e a candidatura de Vargas foi se consolidando. Em carta enviada pelo próprio Alberto Pasqualini ao “prezado amigo” Getúlio, em 8 de julho de 1950, Pasqualini ressalta a necessidade de se fixar claramente quais eram os objetivos do trabalhismo, para evitar explorações e deturpações quando a campanha eleitoral atingisse maior intensidade. Dizia Pasqualini: “Se a campanha eleitoral for colocada apenas em termos de prestígio pessoal, um eventual insucesso poderia ser um desastre. Se, porém, o senhor for o líder de uma orientação social, de uma ideia [...] a perda de uma eleição em nada poderia abalar o seu prestígio”. Pasqualini seguia em suas sugestões a Vargas:

Ao senhor, particularmente, creio que não conviria, por maiores que sejam as probabilidades de triunfo, apostar e arriscar tudo nesta parada. Uma vitória política nem sempre se traduz por uma expressão eleitoral, numa contagem material de votos, e, muitas vezes, *não valeria a pena consegui-la com o sacrifício daquilo que deve ser o objetivo dessa vitória*. Veja, apenas, *Presidente*, nestas palavras o reflexo da intenção sincera de quem deseja seu nome cada vez mais engrandecido, mas, ao mesmo tempo, resguardado de eventualidades e surpresas que uma política primária, como a que se pratica em nosso país, pode preparar [grifos do autor].<sup>49</sup>

A resposta de Getúlio aparece em carta remetida à sua filha Alzira Vargas em 14 de julho, na qual menciona haver incumbido Manuel Vargas de transmitir pessoalmente sua resposta a Pasqualini: “Eu não vou fazer campanha doutrinária de trabalhismo e sim um programa objetivo de administração. Campanha para vencer, com

---

<sup>49</sup> CPDOC-FGV. GV c 1950.07.08. Carta de Alberto Pasqualini a Getúlio Vargas. 08/07/1950.

aliados que não são do partido e com o povo em geral”. Apesar disso, a resposta de Getúlio a Pasqualini oferecia uma perspectiva em caso de vitória: “Se vencer, Pasqualini será incumbido de rever o programa do PTB e de reorganizá-lo sob as bases programáticas”.<sup>50</sup> Ivete Vargas havia incentivado a aproximação de Getúlio com Pasqualini. Em uma das missivas, a seguinte observação chama a atenção: “O Pasqualini tem uma vontade imensa de ser seu representante pessoal na convenção, caso o senhor não venha. Ele me disse que iria a Itu para o senhor dar os rumos do discurso e ele faria o discurso, acrescentando o sal e a pimenta necessários”. Sobre Pasqualini, Ivete acrescentava o seguinte comentário: “Ele tem prestígio e valor intelectual. Penso que talvez fosse interessante aproveitá-lo”. A sugestão a Getúlio era que incumbisse Pasqualini dessa tarefa como forma de conquistá-lo definitivamente. “Se é que ele ainda não está definitivamente conquistado pelo senhor, como afirmam alguns no Sul”, completava.<sup>51</sup> Infelizmente, não foi encontrada uma resposta sobre a sugestão de Ivete. No entanto, é possível perceber que a aproximação entre Getúlio e Pasqualini gerava certa inquietação, como fica evidente em carta de João Neves da Fontoura elogiando o discurso de Getúlio na convenção: “Causou funda e agradável impressão nas classes produtoras. Não podes cair nos excessos doutrinários do Pasqualini, sob pena de criar-se uma atmosfera de pânico social e suspeita”.<sup>52</sup>

Getúlio Vargas não compareceu à convenção nacional do PTB, mas seu discurso foi irradiado diretamente de São Borja e sua voz pôde ser ouvida nas caixas de som instaladas no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro – então capital federal. Na ocasião, Alberto Pasqualini discursou aos convencionais:

Estamos agora na segunda etapa do trabalhismo. A legislação social do governo do presidente Getúlio Vargas outorgou as garantias jurídicas ao trabalhador, a sua carta de alforria. [...] Vamos agora iniciar a segunda fase que é dar maior amplitude à legislação social, estendendo seus benefícios, sobretudo os da

<sup>50</sup> CPDOC-FGV. AVAP vpu e 1946.01.02. Carta de Getúlio Vargas à Alzira Vargas do Amaral Peixoto. 14/07/1950.

<sup>51</sup> CPDOC-FGV. GV c 1950.07.00/3. Carta de Ivete Vargas a Getúlio Vargas. 06/1950.

<sup>52</sup> CPDOC-FGV. GV c 1950.06.23/2. Carta de João Neves da Fontoura a Getúlio Vargas. 23/06/1950.

previdência social, a todos os trabalhadores. [...] Getúlio Vargas é novamente chamado para realizar essa segunda etapa [...]. Sua candidatura não tem, portanto, um sentido negativo e demagógico; não é dirigida contra ninguém, não tem os olhos voltados para o passado, porque nos interessa apenas o futuro.<sup>53</sup>

O *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, explicitamente anti-getulista, não poupou críticas a Alberto Pasqualini: “Falou também o ‘teórico’ do trabalhismo nacional, o sr. Alberto Pasqualini, que se derramou, em doze longas páginas datilografadas, em elogio ao ex-ditador”.<sup>54</sup> O próprio Getúlio demonstrou interesse em ler, na íntegra, o discurso de Pasqualini na convenção, como é possível perceber na carta que envia a Manuel Vargas: “Pede ao Pasqualini que me mande o discurso dele feito na convenção. Só li resumos”.<sup>55</sup> Em 10 de agosto de 1950, a executiva estadual do PTB do Rio Grande do Sul, sob a presidência de João Goulart, definia o nome de Alberto Pasqualini como candidato ao Senado, indicado por Getúlio Vargas – que primeiro sondou a possibilidade das candidaturas de seus companheiros de 1930, Oswaldo Aranha<sup>56</sup> e João Neves da Fontoura<sup>57</sup>, que recusaram (BODEA, 1992, p. 65).

<sup>53</sup> AFIRMA o Sr. Alberto Pasqualini que a candidatura Vargas não é dirigida contra ninguém e nem constitui um desafio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/06/1950, p. 32.

<sup>54</sup> CONSUMOU-SE a suprema humilhação. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18/06/1950, p. 2.

<sup>55</sup> CPDOC-FGV. MV c 1948.09.10. Carta de Getúlio Vargas a Manuel Vargas. 27/06/1950. [Observação: nota-se que a data é posterior à carta de João Neves sobre os “excessos de Pasqualini”, o que pode explicar o interesse de Vargas no discurso de Pasqualini.

<sup>56</sup> Oswaldo Aranha (1884-1960) foi eleito deputado federal em 1927 pelo PRR. Um dos principais articuladores da Aliança Liberal, que lançou Getúlio Vargas a presidente da República com apoio de Minas Gerais e Paraíba, bem como da Revolução de 1930 – que levou Vargas ao poder –, Aranha foi Ministro da Justiça e Ministro da Fazenda no governo provisório (1930-1934). Depois, assumiu o cargo de embaixador do Brasil em Washington. Ministro das Relações Exteriores no Estado Novo, afastou-se do governo no final de 1943, passando a defender a redemocratização. Em 1945, apoiou a candidatura de Eduardo Gomes para presidente (CPDOC. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/oswaldo\\_aranha](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/oswaldo_aranha)).

<sup>57</sup> João Neves da Fontoura (1889-1963) foi deputado estadual eleito em 1921, vice-governador do Rio Grande do Sul eleito com Getúlio Vargas em 1927, deputado federal eleito em 1928, sempre pelo PRR. Participou das articulações visando à Aliança Liberal e à Revolução de 1930. Afastou-se de Vargas ainda no governo provisório, apoiando a Revolução Constitucionalista em 1932. Eleito deputado federal em 1935, lidera o bloco de oposição a Vargas. Da mesma forma que Pasqualini, passa a afastar-se do governador Flores da Cunha e a aproximar-se de Vargas por volta de 1936. Atuou como diplomata

Imagem 3 – Panfleto da campanha eleitoral de 1950



Acervo AIB-PRP. Fundo 5, Série 7, 7.1 [DELFO S PUCRS].

Como candidato ao Senado, Pasqualini teve mais uma vez sua imagem pública associada à de Getúlio Vargas, como no exemplo da imagem 3. Além disso, Pasqualini avançou ainda mais na defesa de Vargas, ao contrário da postura assumida por ele mesmo na campanha anterior. Como nos indicou o comentário de Ivete Vargas sobre ser *queremista*, o *queremismo*<sup>58</sup> dessa vez se concretizava em uma candidatura de Vargas sob a sigla do PTB. Sobre isso, Pasqualini afirmou em discurso durante a campanha eleitoral:

---

durante o Estado Novo. Em 1945, filiou-se ao PSD, sendo Ministro das Relações Exteriores no governo de Eurico Gaspar Dutra. Em 1950, seria um dos líderes pessedistas a apoiar a candidatura de Vargas a presidente, em detrimento do candidato do partido, Christiano Machado (CPDOC. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/joao\\_neves\\_da\\_fontoura](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/joao_neves_da_fontoura)).

<sup>58</sup> O *queremismo* foi, originalmente, o movimento popular em defesa da candidatura de Getúlio Vargas a presidente, em 1945. Conforme Jorge Ferreira (2005, p. 26), o *queremismo* expressou uma cultura política popular e manifestou uma identidade dos trabalhadores resultante de experiências vividas durante o governo de Getúlio Vargas. Sobre o *queremismo* no Rio Grande do Sul há o trabalho de Cássio Albernaz (2008) e sobre o ano de 1945 na política do Rio Grande do Sul, especialmente na região Sul do estado, o trabalho de Éverton Otazu (2016). Nas fontes de 1949-1950, o termo *queremismo* é retomado dizendo respeito ao retorno de Getúlio Vargas à presidência da República.

Vê-se, pois, que o quererismo é o trabalhismo representado e explicado através de uma figura humana; o trabalhismo é o quererismo na sua expressão racional. O quererismo é sentimento e intuição. O trabalhismo é ideia e concepção. O quererismo é a fé. O trabalhismo é a razão. Mas, a razão e a fé não se excluem, antes se completam.<sup>59</sup>

A partir desse exemplo da atuação de Pasqualini na candidatura de Getúlio Vargas em 1950, é possível retomar e considerar um dos aspectos presentes na noção de *divisão de tarefas* proposta por Miguel Bodea: a complementariedade conflitiva entre o projeto político nacional de Vargas e o projeto de construção do PTB por Pasqualini. Diferentemente de Vargas, que possuía uma estratégia dual de articulação política (envolvendo PSD e PTB), Pasqualini teve no PTB seu instrumento fundamental de implementação de reformas sociais a partir de 1946 (BODEA, 1992, p. 152). Essa tensão está presente na candidatura de Vargas em 1950 e no modo como Pasqualini se insere no apoio a ela. Dessa forma, é possível perceber que, indo além da simples dicotomia entre *pragmáticos-getulistas* e *programáticos-pasqualinistas*, a relação entre Vargas e Pasqualini se dá em um complexo processo de recuos e aproximações, e em alianças afetadas pelas contingências e que não dizem respeito somente às estratégias de Vargas, mas ao próprio projeto político de Pasqualini e aos seus objetivos circunstanciais com relação ao jogo político. Desde o momento inicial da relação entre ambos, é possível perceber esse movimento pelo qual se coadunam objetivos em comum e os interesses próprios de cada um. É o que a parte final deste subcapítulo pretende demonstrar, retrocedendo à década de 1930 para tal.

Apesar de Alberto Pasqualini ter tomado parte na chamada *Revolução de 30*<sup>60</sup>, a relação direta com Getúlio Vargas somente teve início quando Pasqualini passou a exercer mandato de vereador em Porto Alegre e a galgar espaços na direção do Partido Libertador. Rafael Saraiva Lapuente (2017) estudou o processo de ruptura do

<sup>59</sup> A VOCAÇÃO política do Rio Grande. Importante conferência do Sr. Alberto Pasqualini no Cine-Teatro Glória em Alegrete. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/09/1950, p. 10.

<sup>60</sup> Foi Major Fiscal do 11º batalhão provisório “João Pessoa” no Cais do Porto de Porto Alegre. Acervo de Alberto Pasqualini – Prefeitura Municipal de Ivorá/RS (AAP-PMI). Pasta 01.

acordo de pacificação política no Rio Grande do Sul, o chamado *modus vivendi* firmado por Flores da Cunha e seu PRL com a oposição reunida na Frente Única (composta por PL e PRR), abarcando o período de 1934 a 1937. Houve, por um lado, a crescente hostilidade até o rompimento final entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas – às vésperas da decretação do Estado Novo, e, por outro, a aproximação entre Vargas e dissidentes da Frente Única (onde estava Alberto Pasqualini) e também do PRL (a *dissidência liberal*, onde estava Loureiro da Silva). Naquele contexto, a ação de Pasqualini se fez notar em, ao menos, três momentos-chave:

1) No início de 1936, quando Vargas sondava os descontentes com o pacto entre Flores da Cunha e a oposição, Pasqualini, então vereador em Porto Alegre pelo PL, estava se aproximando de Vargas pela primeira vez<sup>61</sup>, atuando como um dos políticos que mantinham contatos entre dissidentes tanto da Frente Única quanto do PRL, mantendo o presidente informado das “sondagens” acerca da implementação de um plano para derrubada do acordo político no Rio Grande do Sul (LAPUENTE, 2017, p. 185-186);<sup>62</sup>

2) Na segunda metade de 1936, Pasqualini e Loureiro da Silva conversavam sobre a criação de um partido para congregar a dissidência liberal do PRL e a ala antiflorista da Frente Única, “caso não conseguissem ser maioria dentro de suas agremiações” (LAPUENTE, 2017, p. 245);

3) Após um período de ataques da bancada antiflorista, liderada por Loureiro da Silva na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Oswaldo Aranha retorna ao Brasil e tem como uma de suas prio-

---

<sup>61</sup> O primeiro volume do *Diário* de Getúlio Vargas menciona Pasqualini pela primeira vez entre 24 e 26 de janeiro de 1936: “Recebi, uma noite, à insistência de Lulu Aranha [Luís Aranha, irmão de Oswaldo Aranha], o Pasqualini, com quem conversei longamente sobre o acordo do Sul” (VARGAS, 1995, p. 472).

<sup>62</sup> Lapuente (2017) cita uma carta de Pasqualini à Maurício Cardoso, liderança do PRR, e transcreve o plano sem autoria mas sobre o qual pode-se afirmar que se Pasqualini não foi o autor ou um dos autores, tinha pleno acordo sobre ele e empreendeu esforços para executá-lo. O plano está no arquivo do CPDOC (GV c1936.04.08/1). Pasqualini menciona o plano em carta enviada a Vargas em 11 de março de 1936: “[Maurício Cardoso] aprova o plano de ação esboçado no esquema do qual V. S. tem cópia” (AAP-PMI – Pasta 27.2).

ridades atenuar a crise política em seu estado natal, convencendo os dissidentes liberais a estabelecerem uma trégua até abril de 1937. Concomitantemente, Pasqualini iniciou uma série de entrevistas contra Flores da Cunha na imprensa do Rio de Janeiro, aumentando a crise. Conforme o autor, não é difícil perceber a jogada de Vargas, articulado com Pasqualini, ao permitir a publicação das entrevistas justamente no momento em que Oswaldo Aranha tentava apaziguar a dissidência: “Não pode ser descartada a possibilidade de a atitude de Pasqualini ter sido calculada. Pois, caso ele tivesse feito as declarações na imprensa do Rio Grande do Sul, seria o governo estadual que teria o poder de permitir ou vetar” (LAPUENTE, 2017, p. 285).

Em suas conclusões, Lapuente (2017, p. 347) destaca os dividendos obtidos pelos políticos que se aproximaram de Vargas: “Tanto dissidentes quanto frenteunistas seriam recompensados por Getúlio Vargas pelas batalhas travadas contra o florismo. Eles obteriam a ocupação de cargos importantes dentro da política regional, com o rateio de secretarias, durante o Estado Novo”. Carlos Cortés (2007, p. 151-152) afirma que, logo após a decretação do Estado Novo, Vargas encarregou seu irmão Benjamin e o libertador Batista Luzardo para institucionalizar a aliança com os dissidentes do PL, PRR e PRL como “nova máquina política do governo”. O que combina com a análise que Diego Almeida (2015, p. 88) faz para o caso da participação de Alberto Pasqualini no Departamento Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul e sua atuação à frente da Secretaria de Interior e Justiça: não eram os aspectos essencialmente técnicos que estavam em jogo na ocupação desses cargos, em que pese Pasqualini combinar sua liderança política a conhecimentos técnicos e administrativos. Conforme o autor, a passagem de Pasqualini por estes cargos entre 1939 e 1944 “rendeu-lhe alguns dividendos políticos vinculados ao gradual aumento de seu reconhecimento público, bem como de seus projetos e de suas ideias” (ALMEIDA, 2015, p. 89).

Buscando explicar o sucesso das principais lideranças políticas de uma geração anterior, como Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Oswaldo Aranha, Maurício Cardoso, Lindolfo Collor e outros, a chamada “geração de 1907”, Luiz Alberto Grijó (1998) destaca aquilo que caracterizou a tais trajetórias: as lógicas variadas (ju-

rídica, burocrática, institucional, jornalística, dos combates militares) que iam dominando a partir de reconversões de recursos previamente detidos. Para o autor, isso também explica o sucesso de Maurício Cardoso e Lindolfo Collor, que não tinham origens sociais diretamente vinculadas ao mundo da estância, como Vargas, Aranha e outros, nem os recursos sociais dos grupos familiares dos demais, mas também puderam ascender politicamente “adquirindo recursos próprios ao investimento no jogo político como os de relações sociais e os culturais e escolares” (GRIJÓ, 1998, p. 237). Grijó (1998) também destaca a importância de situações bem aproveitadas por estes políticos no início de suas trajetórias: a campanha eleitoral de 1907 para os casos de João Neves, Getúlio Vargas e outros; a militância política nas escolas superiores, como no caso de Oswaldo Aranha; a atividade na imprensa, no caso de Lindolfo Collor; uma bem sucedida banca de advocacia e docência do Direito no ensino superior, como no caso de Maurício Cardoso, constituíam vias de acesso aos círculos partidários e, no caso do Partido Republicano Rio-Grandense, “a oportunidade de mostrarem-se capazes de arcar com o peso das tarefas ou empreendimentos valorados como adequados e mesmo necessários para integração e aceitação no número destes partidários com possibilidades de obter cargos ou posições de destaque” (GRIJÓ, 1998, p. 148).

No caso de Alberto Pasqualini, também é possível considerar como pontos principais de sua trajetória aqueles que lhe permitiram adquirir recursos políticos e o domínio de lógicas variadas e reconvertidas em capital político: o seminário dos jesuítas, a atividade docente no Ginásio Anchieta, o curso na Faculdade de Direito, a atividade docente na mesma instituição, a banca de advocacia. Foi o contexto de desestabilização do governo Flores da Cunha e a aproximação da dissidência da Frente Única com Getúlio Vargas, especialmente entre 1936 e 1937, como abordado acima, que forneceu a oportunidade bem aproveitada por Pasqualini de prestar serviços políticos a Vargas e consolidar sua posição como liderança política regional. Isso possibilitou a ocupação de cargos na estrutura estadual durante o Estado Novo e a aquisição de competências no plano administrativo, que somava à experiência legislativa como vereador (1936-1937).

Nascido em 1901, formado na Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1928, advogado, membro da elite política do Estado Novo, Pasqualini deve ser compreendido como um integrante do padrão político predominante de seu tempo e espaço: homens nascidos após 1900, com formação superior (a maioria em Direito), que dominaram o jogo da abertura política entre 1945 e 1947.<sup>63</sup> Integrante do Partido Libertador, candidato a deputado federal em 1934, eleito vereador de Porto Alegre em 1935, membro do Departamento Administrativo do Estado, secretário de Interior e Justiça no governo do interventor Ernesto Dornelles, Pasqualini estava plenamente inserido no jogo político anterior a 1945.

Liderando a União Social Brasileira, atuando na formação do Partido Trabalhista Brasileiro – pelo qual foi candidato a governador em 1947 e 1954 e eleito senador em 1950, sendo que em todas as ocasiões havia outros postulantes petebistas a estas candidaturas – Pasqualini conseguiu inserir-se com relativo sucesso no jogo político

---

<sup>63</sup> Sandra Maria do Amaral (2013) estudou as elites políticas no Rio Grande do Sul, selecionando políticos que ocuparam cargos entre 1930 e 1947. Considerando que Pasqualini, durante o Estado Novo, integrou o Departamento Administrativo entre 1939 e 1943 e exerceu o cargo de secretário do Interior e Justiça entre 1943 e 1944, é interessante entender como ele se enquadrava nessa elite política. Amaral (2013, p. 209) aponta que 80% dos integrantes da elite política rio-grandense do Estado Novo possuíam curso superior, enquanto 15% tinham formação militar e 5% não possuíam formação superior. Dentre 20 integrantes cuja formação foi identificada, 70% provinham dos cursos de Direito, contra 15% de militares, 5% com formação em Medicina e 5% em Engenharia. Esses dados se alteram um pouco quando se trata do período de democratização pós-Estado Novo: entre 1945 e 1947, 65,1% possuíam formação em Direito, 12,7% em Medicina, 9,5% em Engenharia e 6,3% possuíam formação militar (AMARAL, 2013, p. 321). Na elite do Estado Novo, dentre os formados em Direito, 71% haviam realizado o curso na Faculdade de Direito de Porto Alegre, como Pasqualini. Com relação às profissões dos integrantes da elite política rio-grandense durante o Estado Novo, a autora chegou aos percentuais de 39,17 na categoria funcionários públicos, e 17,4 na categoria advogados. O índice de advogados sobe para 30,3% no período 1945-1947, ultrapassando os funcionários públicos – que passavam a representar 27,3% (AMARAL, 2013, p. 323). Assim, o aspecto da profissão era uma característica que inseria Pasqualini, novamente, no padrão predominante da elite política no período 1945-1947. No grupo que exerceu cargos entre 1937 e 1945, os nascidos antes de 1900 representavam 72,2%, contra 27,8% de nascidos após 1900; já no grupo de 1945 a 1947, o índice de nascidos antes de 1900 cairia para 51,6%, subindo para 48,4% os nascidos após 1900 (AMARAL, 2013, p. 335). Assim, embora não estivesse na mesma faixa-etária dos jovens bacharéis que se inseriram no PTB entre 1945 e 1947, a idade de Pasqualini, com 44 anos em 1945, era mais um fator a inseri-lo no padrão predominante.

pós-1945. Passou a conviver, nesse período, com jovens políticos que iniciaram suas carreiras já sob a vigência da Constituição de 1946, como Leonel Brizola, João Goulart, Ivete Vargas, Pedro Simon.<sup>64</sup> Alberto Pasqualini deve ser compreendido, portanto, como um político da geração anterior a 1945 que busca se adaptar à experiência democrática.

Compreender o processo pelo qual Pasqualini se incorporou ao PTB na intersecção entre o fim do Estado Novo e o início da experiência democrática é, portanto, fundamental para o entendimento de sua inserção política na própria experiência democrática.

## 1.2 Eleições, partidos e ideias: o candidato da USB

Rio de Janeiro, terceiro dia do ano de 1944. Na sede da Associação Brasileira de Imprensa, Alberto Pasqualini discursa, sendo “várias vezes interrompido pelos aplausos”: “A missão da imprensa é, essencialmente, informar, esclarecer, criticar, educar e exortar. A imprensa é, por isso mesmo, uma peça indispensável no funcionamento dos regimes e dos mecanismos democráticos”.<sup>65</sup> O discurso do então secretário de Interior e Justiça do governo do Rio Grande do Sul, proferido em homenagem oferecida pelos jornalistas da capital federal, causou grande repercussão na imprensa – sob censura e em plena vigência do Estado Novo. Sete meses mais tarde, discursaria para os jornalistas gaúchos, em agradecimento à homenagem da Associação Rio-Grandense de Imprensa – que havia lhe admitido como Membro Honorário. Mais uma vez defendeu a liberdade de expressão: “A imprensa é, na verdade, o aparelho respiratório da democracia. Nenhum governo pode ser dignamente exercido sem a liberdade de crítica honesta e independente”.<sup>66</sup>

Entre um discurso e outro, Pasqualini havia pedido demissão do cargo de secretário de Interior e Justiça. O estopim havia sido a

---

<sup>64</sup> Maura Bombardelli (2016) destaca o papel da Ala Moça do partido, na qual destacavam-se os jovens Fernando Ferrari, Leonel Brizola, Sereno Chaise e Wilson Vargas. A autora salienta ter sido esta a primeira experiência política do grupo, propiciando aprendizado político inclusive pela convivência com membros do partido que possuíam trajetórias políticas anteriores (BOMBARDELLI, 2016, p. 53). Sobre o início da trajetória política de Ivete Vargas, ver ANGELI (2019).

<sup>65</sup> DISCURSO aos jornalistas cariocas. In: DUTRA, 1986, p. 161.

<sup>66</sup> DISCURSO aos jornalistas gaúchos. In: DUTRA, 1986, p. 164.

notícia de que ele havia autorizado a realização de um plebiscito para escolha de um subprefeito em Cachoeira do Sul – o que não combinava com o regime vigente. O interventor Ernesto Dornelles, primo de Getúlio Vargas, enviou carta ao presidente informando que havia aceito o pedido de demissão de Pasqualini. Conforme Dornelles, o “entendimento foi cordial, embora franco”: “Creio que não ficou ele impedido de colaborar com o governo, em função mais de acordo com o seu temperamento”. E completava explicando que, além de “fatos anteriores” – provavelmente relativos à questão da censura – o acontecimento se dava devido ao fato de Pasqualini ser, “sem embargo de seus ideais liberais, muito intransigente em seus pontos de vista”.<sup>67</sup> O interventor ainda comunicava que havia convidado Walter Jobim, outro membro extinto Partido Libertador, para assumir a pasta. Curiosamente, Jobim venceria Pasqualini nas eleições de 1947 e, juntos, Dornelles, Pasqualini e Vargas seriam eleitos em 1950 para os cargos de governador, senador e presidente, respectivamente.

Mas naquele momento, o que ocorria não era um rompimento definitivo com o governo, como se percebe na carta de Dornelles a Vargas, mas o início de uma gradual desvinculação de Pasqualini com o Estado Novo. Ele havia atuado no Departamento Administrativo entre 1939 e 1943 – antes de ser o titular da Secretaria de Interior e Justiça entre setembro de 1943 e julho de 1944. Chegara a pronunciar, em nome do Departamento, o discurso de saudação a Vargas em 16 de novembro de 1940. Na ocasião, manifestou-se sobre o regime:

Ele não é uma ameaça à liberdade individual, mas pretende ser a garantia da liberdade dentro dos princípios da justiça social e dos interesses nacionais. [...] A vossa sensibilidade política, senhor presidente, pressentiu, na agitação do mundo, o ponto de equilíbrio, sem oscilar nos extremos. *Em linguagem hegeliana, poderíamos dizer que, no panorama político social brasileiro de 1937 o individualismo era a these; os extremismos a antithese; vós, senhor presidente, realizastes a syntese* [grifos do autor].<sup>68</sup>

<sup>67</sup> CPDOC-FGV. GV c 1944.07.15. Carta de Ernesto Dornelles a Getúlio Vargas. 15/07/1944.

<sup>68</sup> SAUDAÇÃO a Getúlio Vargas no Conselho Administrativo. In: DUTRA (1986), p. 150-151.

Em sua tese, Diego Almeida (2015) faz uma ressalva importante sobre esse processo de desvinculação de Pasqualini da estrutura do Estado Novo: seria um equívoco afirmar que ele tenha sido um grande opositor do regime. Pelo contrário, tomou parte nele “tecendo, inclusive, não poucos elogios aos seus principais fomentadores no Rio Grande do Sul. A crítica ao regime pode ser considerada pontual e vinculava-se, fundamentalmente, tão somente às práticas de cerceamento das liberdades individuais e de expressão” (ALMEIDA, 2015, p. 103).<sup>69</sup> Em diversas ocasiões, após 1945, Pasqualini teve de explicar seu posicionamento com relação ao Estado Novo: dizia ser favorável aos direitos sociais garantidos na Constituição de 1937, mas crítico no aspecto dos direitos políticos.

A saída do governo estadual em 1944 e a defesa da liberdade de expressão lhe conferiram notoriedade política em âmbito nacional e legitimaram a posição crítica que ele assumiria a partir de então. Diferentemente da defesa do Estado Novo, como a que manifestou no discurso de saudação a Vargas em 1940, os artigos e entrevistas de Pasqualini no ano de 1945 se articulam ao contexto de abertura política: a crítica à formação dos partidos em torno de nomes e não em torno de ideias seria seu mote principal a partir do momento em que se anunciou a realização de eleições e o fim do Estado Novo passou a fazer parte do horizonte político.

Cabe salientar que o regime já havia passado por um processo de inflexão. Conforme Angela de Castro Gomes (2005, p. 185-186), a partir de 1942, uma ambiguidade passa a predominar no Estado Novo: abandonar um regime autoritário sem que seus mentores tivessem de renunciar às posições de poder que detinham. Nos bastidores do governo, apareceu a necessidade de lidar com a questão político-eleitoral, motivo pelo qual se investiu em duas possibilidades: a realização de uma reforma constitucional adequando a Carta de 1937 aos “novos tempos” e a preparação de eleições, chegando o governo a cogitar a realização do pleito antes mesmo do término da guerra, vis-

---

<sup>69</sup> Isso também foi percebido por Sandra Maria do Amaral (2013, p. 286): Pasqualini fez parte de um grupo de políticos que precisou adaptar seu discurso no final do Estado Novo devido à vinculação com o regime.

to que uma eleição rápida poderia favorecer um triunfo de Getúlio Vargas (GOMES, 2005, p. 274-276).

A partir de fevereiro de 1945, com o anúncio da realização de eleições e a censura sendo rompida, o regime do Estado Novo dava claros sinais de enfraquecimento: “Sem as limitações impostas pela censura, na imprensa, majoritariamente hostil a Vargas, os ataques tornaram-se virulentos” (FERREIRA, 2005, p. 22). A candidatura oposicionista do Brigadeiro Eduardo Gomes já havia sido anunciada em outubro do ano anterior e naquele momento já era um fato, enquanto o governo se via obrigado a responder com outro nome. Diante do risco de lançar a candidatura de Vargas estando ele no poder e em processo de elaboração de uma legislação eleitoral, surgia a candidatura do ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra. Enquanto isso, Agamenon Magalhães assumia o Ministério da Justiça e a temática partidária chegava com força ao debate político (GOMES, 2005, p. 276-278).

Foi nesse contexto que Alberto Pasqualini publicou uma série de artigos no *Correio do Povo*<sup>70</sup> e concedeu algumas entrevistas sobre os partidos, as eleições, a lei eleitoral e o processo de abertura política.

Dos 12 artigos publicados em 1945 [ver quadro 1], seis tratam diretamente do tema eleitoral e do processo de abertura política do Estado Novo, além das três entrevistas. Em janeiro, diante do anúncio da possibilidade da realização de eleições, Pasqualini analisa a Constituição de 1937 e se posiciona quanto a duas possibilidades: convocação de constituinte ou de plebiscito. A Carta de 37 estabelecia um primeiro período de vigência que se encerraria em 1943, quando deveria ser realizado um plebiscito com o objetivo de avaliá-la. A guerra serviu de justificativa para o adiamento da realização do plebiscito e dilatou o prazo do regime (GOMES, 2005, p. 268-269).

---

<sup>70</sup> Conforme Laura Vasconcellos (2009, p. 38), a presença do irmão jornalista Arlindo Pasqualini (1911-1964) no *Correio do Povo* fazia desse jornal um espaço de fácil acesso a Pasqualini. Arlindo foi diretor do jornal *Folha da Tarde* e homem de confiança de Breno Caldas (1910-1989), diretor da Companhia Jornalística Caldas Júnior.

Quadro 1 – Publicações de/sobre Alberto Pasqualini no *Correio do Povo* em 1945

<b>Data</b>	<b>Tipo</b>	<b>Título</b>
14/01	Artigo	<i>Nossos objetivos de guerra</i>
21/01	Artigo	<i>História Antiga e História Moderna</i>
28/01	Artigo	<i>Plebiscito ou constituinte</i>
04/02	Artigo	<i>Aspectos de nossa economia agrícola</i>
11/02	Artigo	<i>Governo e partidos</i>
04/03	Artigo	<i>Metafísica do ato adicional</i>
18/03	Entrevista	<i>Fala ao Correio do Povo o Sr. Alberto Pasqualini</i>
22/03	Artigo	<i>Sugestões para um programa</i>
01/04	Artigo	<i>Candidaturas e programas</i>
03/04	Artigo	<i>Nossa única filosofia</i>
08/04	Artigo	<i>A lição das greves</i>
28/04	Artigo	<i>Em defesa do colono</i>
03/06	Entrevista	<i>O sr. Alberto Pasqualini levanta a questão da inconstitucionalidade do novo Código Eleitoral</i>
17/06	Artigo	<i>O problema da sucessão</i>
02/09	Entrevista	<i>Entrevista com o Sr. Alberto Pasqualini</i>
23/09	Discurso	<i>A situação política nacional analisada através do discurso pronunciado pelo Sr. Alberto Pasqualini na instalação da USB</i>

Quadro elaborado pelo autor.

No artigo *Plebiscito ou constituinte*, Pasqualini se coloca como defensor dos aspectos sociais da Constituição e argumenta sobre o que considera a falha na ideia de se realizar um plebiscito: o eleitorado deveria “aceitar ou rejeitar *in totum* a constituição que lhe é proposta, quando, talvez, a grande maioria dos eleitores se inclinasse a aprová-la ou recusá-la apenas em parte”. No fim do texto, o político defende a realização de uma Assembleia Nacional Constituinte: “A Constituição de 1937 realizou a sua função histórica. O que cumpre

agora é que o povo, por intermédio dos seus legítimos representantes, elabore a lei fundamental”.<sup>71</sup>

No dia 11 de fevereiro de 1945, publica o artigo intitulado *Governo e partidos*. Diante da confirmação da realização de eleições e do início dos movimentos visando à reorganização partidária, Pasqualini defende que os novos partidos não deveriam repetir os “velhos vícios”, sendo necessário que se pautassem em torno da discussão pelo bem-comum: “Seria profundamente deplorável e decepcionante se, depois de tão longa pausa [...], se reiniciassem as práticas com os mesmos erros, os mesmos vícios e os mesmos embustes”. Critica também a confusão entre governo e partido, defendendo eleições sem fraudes e sem aparelhamento: “Façam-se, pois, eleições, mas eleições livres e honestas, sem golpes, sem truques, sem malabarismos, eleições por onde se filtrem todos os matizes da opinião nacional”.<sup>72</sup> Estas críticas seguiriam nos artigos seguintes e seriam retomadas em momentos posteriores, inclusive nos períodos de eleição.

Sobre o que Pasqualini chama genericamente de *vícios*, há um exemplo mais claro no texto publicado em 28 de abril, intitulado *Em defesa do colono*. Neste artigo, ele critica a política fiscal e as desapropriações de bens dos pequenos produtores rurais por dívidas com o fisco, defendendo uma política de proteção. Com destaque, Pasqualini critica a coação eleitoral sofrida pelos *colonos*, segundo ele, vítimas das máquinas eleitorais: “Nem sempre é dado ao colono exercer livremente e sem constrangimento os direitos do cidadão. Vota sob coação moral e sua função, como eleitor, se reduz, não poucas vezes, a depositar mecanicamente na urna a cédula que lhe foi previamente entregue”.<sup>73</sup> Mais de um ano depois, em dezembro de 1946, quando Pasqualini já era candidato a governador pelo PTB, a *Revista do Globo* iniciou sua reportagem sobre o postulante trabalhista ao governo do Estado com uma história atribuída a sua infância:

---

<sup>71</sup> PASQUALINI, Alberto. Plebiscito ou constituinte. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28/01/1945, p. 4.

<sup>72</sup> PASQUALINI, Alberto. Governo e partidos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11/02/1945, p. 4.

<sup>73</sup> PASQUALINI, Alberto. Em defesa do colono. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28/04/1946, p. 4.

Cerca de quarenta anos atrás, um menino viu prenderem e amarrarem um pobre colono da sua região quando, em tempo de eleições, percorria os distritos com seu pai, que era notário e membro do poderoso Partido Republicano gaúcho.

– Por que estão amarrando esse homem? – perguntou o menino, condoído. Seu pai, que assistia à cena com indiferença, pois não tinha ardores políticos, respondeu:

– Dizem que ele tentou votar no candidato da oposição para intendente municipal. Assim amarrado, não poderá assinar a cédula eleitoral... Estás compreendendo?

O menino não entendeu exatamente a história, mas achou que, de qualquer forma, estavam cometendo uma arbitrariedade, pois o colono pinoteava procurando libertar-se, enquanto gritava acusando seus detentores. Daquele momento em diante, Alberto Pasqualini, o menino, começou a preocupar-se com a política.<sup>74</sup>

Assim, percebe-se que a crítica à coação eleitoral das zonas rurais do Rio Grande do Sul faz parte tanto de um argumento de Pasqualini no momento de opinar sobre a reconfiguração dos partidos políticos no fim do Estado Novo quanto de uma estratégia discursiva que atribui sentido ao seu ingresso na política aludindo à sua origem colonial. É preciso também considerar que, após dez anos sem a realização de eleições, os antecedentes diretos diziam respeito ao pleito municipal de 1935 e às eleições estaduais de 1934, ambos marcados pela violência à época do governo de Flores da Cunha: coação eleitoral por parte de prefeitos e delegados, prisão de opositoristas, intimidação de funcionários públicos, uso da máquina pública em favor dos candidatos governistas, tentativas de fraudes e outras situações que marcaram aquelas experiências eleitorais (NOLL e TRINDADE, 2004, p. 73-74; CORTÉS, 2007, p. 105; LAPUENTE, 2017, p. 84-85).

Já a possibilidade do plebiscito estava descartada quando Pasqualini publicou o artigo *Metafísica do ato adicional* em 4 de março de 1945. Agamenon Magalhães assumiu o Ministério da Justiça em 1º de março, logo após a decretação da lei constitucional que determinou um prazo de 90 dias para marcar novas eleições e a elaboração de uma lei eleitoral. As propostas do novo ministro não coincidiam com as de seu antecessor, Alexandre Marcondes Filho, que entendia

---

<sup>74</sup> PASQUALINI de corpo inteiro. *Revista do Globo*, Porto Alegre, 07/12/1946, p. 23.

ser adequado iniciar a transição com as eleições presidenciais e que a Constituição de 1937, devidamente reformada, poderia ser submetida a um plebiscito, não havendo, portanto, a necessidade de uma constituinte. Por sua vez, Agamenon propunha um processo que iniciasse com a convocação de uma constituinte, estabelecendo cinco pontos básicos para a comissão encarregada de elaborar a lei eleitoral: adoção de alistamento simples e extenso, o voto secreto, a justiça eleitoral autônoma, a apuração rápida e imediata e os partidos nacionais (GOMES, 2005, p. 279-281).

Diante da Lei Constitucional n.º 9, acabando com a possibilidade de plebiscito, e da entrevista de Getúlio Vargas dizendo que o futuro parlamento teria poderes constituintes e lhe seria facultado reformas à Carta de 37, Pasqualini coloca questões de legitimidade da Constituição em vigor e do próprio parlamento futuro: “Como poderá o parlamento modificar uma Constituição, que não é Constituição, porque não foi votada pelos legítimos representantes da soberania popular, nem foi pelo povo ratificada?”. Nesse artigo, Pasqualini também critica uma possível resistência ao que chama de “onda democrática mundial”: “Não parece, porém, de boa tática e de boa política, em plena eclosão democrática, opor resistência à democratização das instituições”.<sup>75</sup>

De todo o modo, a lei constitucional publicada pelo governo determinava que, no prazo de 90 dias, seriam fixadas as datas para as eleições de parlamentares, de presidente da República e de governadores dos Estados. Especialmente no que tange à data do pleito estadual, houve idas e vindas da legislação, sendo importante a observação dessas alterações:

1) Em 28 de maio de 1945 foi publicado o Decreto-Lei n.º 7.586, conhecido como Lei Agamenon, definindo-se o dia 2 de dezembro daquele ano para as eleições para deputados, senadores e presidente da República, ficando para 6 de maio de 1946 as eleições estaduais;

---

<sup>75</sup> PASQUALINI, Alberto. *Metafísica do Ato Adicional. Correio do Povo*, Porto Alegre, 04/03/1945, p. 4.

2) Em 10 de outubro de 1945, porém, o Decreto-Lei n.º 8.063 estabeleceu que as eleições estaduais seriam em 2 de dezembro, juntamente com a eleição para presidente;

3) Em 29 de outubro houve a deposição do presidente Getúlio Vargas, gerando alterações no calendário eleitoral: o decreto de 10 de outubro foi revogado e as eleições para governador foram mais uma vez marcadas para maio de 1946;<sup>76</sup>

4) As eleições para presidente da República e Assembleia Nacional Constituinte realmente foram realizadas em 2 de dezembro. Porém, com relação ao âmbito estadual, em 28 de dezembro de 1945 houve mais uma alteração: o Decreto-Lei n.º 8.492 definiu que as eleições estaduais deveriam se realizar 30 dias após a promulgação da nova Constituição;

5) A Constituição foi promulgada em 18 de setembro de 1946 e a Lei n.º 5, de 14 de dezembro daquele ano, estabeleceu o dia 19 de janeiro de 1947 como a data para a realização das eleições estaduais.<sup>77</sup>

Portanto, em alguns momentos de 1945, não era apenas a expectativa com relação às eleições nacionais que movimentava o debate político. Entre o final de fevereiro e o final de maio daquele ano, sabia-se que o decreto que estabeleceria a lei eleitoral definiria as datas tanto para as eleições nacionais quanto para as eleições estaduais. Entre o final de maio e o início de outubro, a data conhecida para o pleito estadual era 6 de maio do ano seguinte – nem muito perto, nem muito longe. Do início do mês de outubro até a deposição de Vargas no dia 29, havia a possibilidade da realização da eleição de governador em 2 de dezembro. Entre o início de novembro e o fim de dezembro daquele ano, a expectativa voltou a ser com relação a 6 de maio. Foi somente nos últimos dias do ano que as eleições estaduais

---

<sup>76</sup> Conforme Angela de Castro Gomes (2005, p. 287), o decreto de Vargas que antecipava as eleições estaduais foi interpretado como uma tentativa de fortalecer o presidente – que poderia exercer influência também sobre as eleições de governadores e deputados estaduais.

<sup>77</sup> Lei n.º 9 de 28/02/1945; Decreto-Lei n.º 7.586 de 28/05/1945; Decreto-Lei n.º 8.063 de 10/10/1945; Decreto-Lei n.º 8.155 de 01/11/1945; Decreto-Lei n.º 8.492 de 28/12/1945; Lei n. 5, de 14/12/1946. Disponíveis em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao>.

foram lançadas para longe nos cálculos políticos: seriam realizadas somente após a promulgação da nova Constituição.

Diante disso, surgem alguns questionamentos que podem modificar a forma de analisar os artigos e entrevistas de 1945: quando Pasqualini se tornou um possível candidato a governador? Quando tiveram início as articulações que culminaram no lançamento da União Social Brasileira em 20 de setembro de 1945? Que relações podemos estabelecer entre os artigos e manifestações públicas de Pasqualini ao longo daquele ano e a expectativa não somente das eleições nacionais, mas também de proximidade do pleito estadual?

Em março de 1945, as forças políticas já estavam se reorganizando em novos partidos e se posicionando com relação às candidaturas a presidente da República. Conforme se noticiou, os membros do antigo Partido Libertador estavam divididos com relação a isso: o grupo liderado por Raul Pilla desejava apoiar o candidato oposicionista Eduardo Gomes, enquanto Walter Jobim e Alberto Pasqualini ainda não haviam se definido por nenhum candidato.<sup>78</sup> Em entrevista publicada em 18 de março, Pasqualini faz uma crítica clara às candidaturas militares, no momento em que o Brigadeiro Eduardo Gomes, pela oposição, e o General Eurico Dutra, pela situação, se apresentavam como candidatos à presidência: “Pessoalmente, entendo que uma candidatura militar nunca deveria ser uma candidatura de combate, pois a função das Forças Armadas, na política interna do país, deve ser essencialmente de unir e pacificar e nunca inquietar ou dividir”.<sup>79</sup> Essa crítica ao envolvimento dos militares na competição eleitoral retornaria em outras oportunidades.

Na mesma entrevista, Pasqualini é inquirido sobre a possível formação de um partido ou movimento político em torno de seu nome. Confirmando a existência de tais “conversações”, defendeu que os movimentos ou partidos políticos deveriam se formar em torno de ideias em comum, rejeitando a simples discussão de nomes de candidatos de forma imediatista. Conforme Pasqualini, a formação de um

---

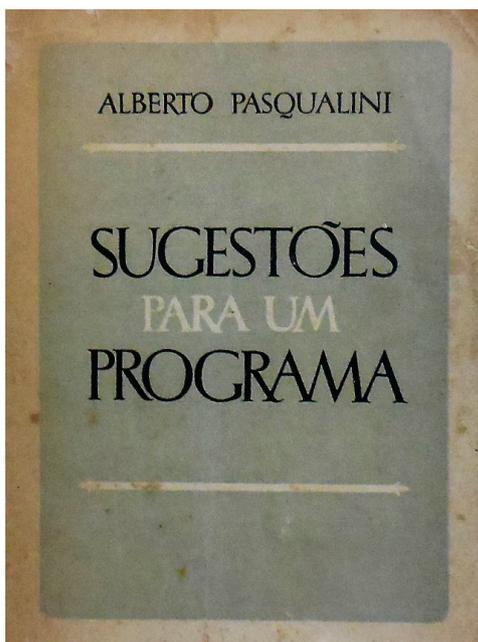
<sup>78</sup> DIVIDIDO o Partido Libertador. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15/03/1945, capa.

<sup>79</sup> FALA ao Correio do Povo o Sr. Alberto Pasqualini. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/03/1945, p. 24.

movimento político deveria “ter como ponto de partida um conjunto de ideias nucleares, isto é, um programa, que é o enunciado das soluções que se propõem para os problemas ocorrentes e que não são apenas políticos, mas principalmente sociais e econômicos”. Nota-se que, mais uma vez, Pasqualini delimita suas opiniões à conjuntura política nacional, sem abordar a política no plano estadual.

Perguntado sobre o programa do novo partido, na entrevista do dia 18 de março, Pasqualini respondeu: “O programa deve ser conhecido dentro de alguns dias”.<sup>80</sup> No dia 22, Pasqualini publicaria um longo artigo em tom de plataforma política: *Sugestões para um programa*, lançado em livreto no mesmo ano [imagem 4].

Imagem 4 – Capa do livreto *Sugestões para um programa* (1945)



Acervo pessoal do autor.

<sup>80</sup> FALA ao Correio do Povo o Sr. Alberto Pasqualini. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/03/1945, p. 24.

*Sugestões para um programa* buscava apresentar soluções para os problemas sociais no Brasil que fossem alternativas tanto ao *capitalismo individualista* quanto à *socialização total dos meios de produção*. O bem-estar coletivo deveria ser o objetivo da política e da economia e o *povo* não poderia continuar dividido em duas classes: “A que tem bens em excesso e a que não possui sequer o necessário para as exigências elementares à vida”. Para isso, não poderia ser mantido o regime capitalista na sua forma “individualista e agressiva”, tampouco deveria se adotar a socialização dos meios de produção e abolir o lucro, havendo uma solução intermediária: constituir um regime que permitisse a elevação do nível de vida dos trabalhadores e a eliminação da miséria, com crescimento econômico e distribuição mais equitativa de seus benefícios (PASQUALINI, 1945, p. 5-6).

O programa defendido por Pasqualini previa a reversão de uma quota do lucro em benefício dos trabalhadores e da *coletividade em geral* por meio da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e de benefícios de amparo e assistência. Para isso, deveria ser criada uma contribuição a ser arrecadada pelo governo sobre os lucros e sobre a renda, e ainda examinar a possibilidade de instituição de contribuições sobre a propriedade territorial rural, o capital de empresas, os depósitos bancários etc. A receita de tais contribuições sociais deveria ser destinada especialmente para a construção de habitações para trabalhadores (incluindo *vilas proletárias* que deveriam possuir escolas, serviços médicos e hospitalares, cooperativas de consumo e espaços de lazer), construção e manutenção de hospitais, escolas (incluindo escolas noturnas e profissionais), instalação de colônias agrícolas, organização de serviços de assistência à infância e à velhice, produção e distribuição gratuita de medicamentos básicos, criação de fundos para auxílio em caso de doença ou desemprego, entre outros (PASQUALINI, 1945, p. 17-28; 33-35).

Após defender os princípios gerais do programa, Pasqualini demonstrava o que poderia ser realizado em nível estadual em um período de dez anos. Assim, embora tivesse adotado, até então, um discurso voltado para as questões nacionais, os exemplos mais palpáveis de seu programa se destinavam ao Rio Grande do Sul. Pasqualini trazia os custos necessários à construção de 30 mil habitações no

modelo de vilas operárias, como mencionado acima, da construção de 10 mil leitos hospitalares, escolas com capacidade para 5 mil alunos e estimativas de custos para instituição e manutenção das diversas políticas sociais mencionadas anteriormente (PASQUALINI, 1945, p. 39). A tabela com o *plano estadual* também foi publicada junto ao texto principal, no *Correio do Povo*, e no livreto – onde vinha em uma página maior, dobrável [imagem 5].

Imagem 5 – Plano estadual incluso em *Sugestões para um programa* (1945)

PLANO ESTADUAL		
<b>CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES PARA TRABALHADORES</b> (operárias, empregados, etc.)		
Vilas operárias, incluídos no custo os respectivos serviços sociais; casas de moradia, edifício de apartamentos		
30.000 habitações ou economias .....	a Cr\$ 40.000,00/1	1.200.000.000,00
<b>HOSPITAIS</b>		
Construção de uma rede hospitalar com capacidade de 10.000 leitos .....	a Cr\$ 15.000,00/1	150.000.000,00
<b>SANATORIOS E PREVENTÓRIOS</b>		
Construção de uma rede com capacidade para 5.000 leitos .....	a Cr\$ 30.000,00/1	150.000.000,00
Manutenção e conservação de hospitais, sanatórios e preventórios .....		300.000.000,00
<b>DISPENSÁRIOS E AMBULATÓRIOS</b> .....		40.000.000,00
<b>PATRONATOS E COLEGIOS</b>		
Com capacidade para 5.000 alunos .....		70.000.000,00
Manutenção .....		40.000.000,00
<b>ESCOLAS TÉCNICO-PROFISSIONAIS, RURAIS, PRIMÁRIAS etc.</b>		
Construção e manutenção .....		200.000.000,00
<b>ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA</b> .....		150.000.000,00
<b>AMPARO À VELHICE</b> .....		50.000.000,00
<b>COLÔNIAS AGRÍCOLAS E PEQUENAS GRANJAS</b> .....		100.000.000,00
<b>SERVIÇOS MÉDICOS GRATUITOS</b> .....		50.000.000,00
<b>PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE MEDICAMENTOS</b> .....		100.000.000,00
<b>AUXÍLIOS PARA DOENÇA E DESEMPREGO</b> .....		100.000.000,00
<b>SUBVENCÕES AS DEMAIS INSTITUIÇÕES</b> .....		100.000.000,00
<b>OUTRAS OBRAS E SERVIÇOS, DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO</b> .....		200.000.000,00
<b>Total</b> .....		<b>3.000.000.000,00</b>

Acervo pessoal do autor.

A publicação ainda incluía um diagnóstico da situação hospitalar no Rio Grande do Sul, com destaque para a mortalidade por tuberculose e dados sobre mortalidade infantil. Também havia uma tabela com dados de distribuição de renda e média de gastos com habitação, vestuário, alimentação e combustível entre os gaúchos. Por fim, o programa previa a criação do Instituto de Crédito Proletário, cujo objetivo era facilitar o crédito a trabalhadores, funcionários, pe-

quenos agricultores e artesãos para possibilitar a “compra da casa própria e meios de produção” (PASQUALINI, 1945, p. 70).

Ainda não se falava abertamente em candidatura a governador, mas a expectativa da realização de eleições estaduais pode ter exigido de Pasqualini que providenciasse um esboço do que poderia vir a ser um plano de governo para o Estado do Rio Grande do Sul. A publicação do programa propiciou adeptos e simpatizantes a Pasqualini, que enviaram cartas em apoio a sua candidatura, conforme será abordado adiante. Entretanto, no debate público, Pasqualini seguia com suas críticas aos partidos que se formavam em torno de nomes e não em torno de ideias, não assumindo publicamente a candidatura.

Em 1º de abril, publica o artigo *Candidaturas e programas*, no qual destaca aquilo que considera uma inversão: escolhidos os candidatos, os partidos passariam a pensar no programa. Conforme o político, isso se devia em grande parte ao problema de legitimidade do governo então vigente:

Se, antes de se agitarem candidaturas e questões eleitorais, houvesse o governo restabelecido a liberdade de manifestação do pensamento, se houvesse encaminhado a reforma constitucional por outros processos mais condizentes com os postulados jurídicos e os desejos de opinião, poder-se-iam, certamente, consagrar tantas energias malbaratadas no exame das questões fundamentais e cuja solução qualquer programa político-partidário deve enunciar. À discussão destinada a esclarecer a opinião pública, dever-se-iam seguir, logicamente, as formações partidárias, propugnando estes ou aqueles objetivos, estas ou aquelas soluções, realizando-se, por fim, os comícios eleitorais.<sup>81</sup>

Além dessa crítica ao que considera uma inversão da lógica que deveria guiar a formação dos partidos políticos, Pasqualini mais uma vez avaliava o quadro da sucessão presidencial, considerando improvável a candidatura de Getúlio Vargas. Dizia que aceitá-la seria um erro pessoal do presidente: “Seria porventura interessante continuar na Presidência da República num regime de limitações, de freios, de controle, sofrendo ainda a violência dos ataques adversários?”.

---

<sup>81</sup> PASQUALINI, Alberto. *Candidaturas e programas*. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 01/04/1945, p. 4.

Por fim, Pasqualini suaviza a crítica anteriormente feita com relação às candidaturas militares:

Existe, pois, a grande possibilidade de que a crise nacional venha a ter uma solução, não como a querem ou desejam certos políticos, mas como querem e exigem os interesses do país. Bastará aproveitá-la e isto está nas mãos dos dois ilustres militares. Eles saberão, por certo, colocar a pátria acima das dissensões de grupos e das incompatibilidades pessoais.<sup>82</sup>

Apesar de haver amenizado a crítica às candidaturas militares em 1º de abril, Pasqualini retoma a questão no artigo do dia 17 de junho, intitulado *O problema da sucessão*. Pasqualini considerava que o problema da sucessão presidencial residia no fato de ambos os candidatos serem militares, o que fazia pairar no ar o tema da intervenção das Forças Armadas. Na conclusão, Pasqualini defendia a conciliação entre as classes e um candidato conciliador condizente com isso.<sup>83</sup> Antes, em 3 de junho, Pasqualini fez uma análise contundente da lei eleitoral, em entrevista concedida ao *Correio do Povo*. Diante da decretação da Lei Agamenon, Pasqualini critica o artigo 39 que define o registro somente de candidatos filiados a partidos, considerando-o um atentado ao direito de sufrágio e à soberania popular. Apesar de suas críticas recorrentes à falta de legitimidade da Constituição de 1937, Pasqualini rendeu-se ao fato de que a redemocratização não começaria pela constituinte ou pela realização do plebiscito, mas sim pelas eleições regidas pela nova lei eleitoral. Por isso, evoca a própria Constituição para criticar o decreto: “Tal disposição viola, evidentemente, o direito do sufrágio ativo e passivo, isto é, o direito de votar e ser votado [...]. Por outro lado, contravém o disposto no art. 121 da Constituição que declara somente inelegíveis os que não podem ser eleitores”.<sup>84</sup>

Nessa mesma entrevista, Pasqualini justifica sua crítica ao registro de candidatos exclusivamente por partidos articulando-a à pró-

<sup>82</sup> PASQUALINI, Alberto. Candidaturas e programas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 01/04/1945, p. 4.

<sup>83</sup> PASQUALINI, Alberto. O problema da sucessão. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17/06/1945, p. 4.

<sup>84</sup> O SR. ALBERTO Pasqualini levanta a questão da inconstitucionalidade do novo Código Eleitoral Brasileiro. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03/06/1945, p. 12.

pria opinião que já havia emitido com relação a agremiações partidárias: *o povo estaria fora dos partidos*, sendo estes dominados por chefes que não deliberam coletivamente e democraticamente. Assim, a lei eleitoral apresentada pelo governo não assegurava a expressão da vontade popular, em face ao distanciamento do *povo* das deliberações partidárias.<sup>85</sup> A relação entre *povo* e *partido* começa a ganhar espaço nas manifestações de Pasqualini, sendo incorporada em seguida ao discurso da União Social Brasileira.

Enquanto isso, a campanha para presidente da República começava dominar o debate político. As candidaturas apresentadas eram as de Eduardo Gomes pela UDN, de Eurico Dutra pelo PSD e, mais tarde, de Yedo Fiúza pelo PCB. Em 2 de setembro, o *Correio do Povo* publicou entrevista com Alberto Pasqualini sobre o processo de redemocratização do país. Pasqualini voltou a defender a constituinte como meio legítimo de democratização e, novamente, se manifestou em defesa de eleições limpas, competitivas e da democracia liberal:

Temos igualmente o direito de combater qualquer candidatura. Não o temos, porém, de impedir que o povo escolha, ainda que erradamente, o nome de sua preferência. Afinal, isso é a democracia e, se quisermos realmente observar-lhe e respeitar-lhe os princípios, devemos ser coerentes ainda quando as soluções não favorecem os nossos pontos de vista.<sup>86</sup>

Cabe ressaltar que, a esta altura, o movimento queremista já havia tomado as ruas em favor da candidatura de Getúlio Vargas a presidente.<sup>87</sup> Conforme Jorge Ferreira (2005), a transição democrática, a partir de abril de 1945, não ficaria mais restrita aos interesses das elites políticas: “A presença e a intervenção dos trabalhadores teriam de ser consideradas – ainda que, nesse momento, eles tivessem que aprender, mesmo que às pressas, a participar do jogo político

---

<sup>85</sup> O SR. ALBERTO Pasqualini levanta a questão da inconstitucionalidade do novo Código Eleitoral Brasileiro. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03/06/1945, p. 12.

<sup>86</sup> ENTREVISTA com o Sr. Alberto Pasqualini. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 02/09/1945, p. 4.

<sup>87</sup> Maria Amélia Soares (1983, p. 53-54) destaca a atuação de lideranças como Ernesto Dornelles, Francisco Brochado da Rocha, Tarso Dutra e outros, posteriormente possedistas, na defesa de uma candidatura de Getúlio Vargas em março de 1945, bem como a formação dos comitês pró-candidatura de Vargas – formados desde fins de fevereiro.

co” (FERREIRA, 2005, p. 31). A entrevista de Pasqualini foi publicada um dia antes do prazo máximo para Vargas se desincompatibilizar do cargo e poder ser candidato, que era 3 de setembro. Cássio Albernaz (2006) também percebeu a relação entre as manifestações públicas de Pasqualini e sua possível candidatura a governador. Sobre a entrevista do dia 2 de setembro, salienta a possibilidade de uma aceitação da candidatura de Vargas: “Assim, Pasqualini aponta sua solução; primeiro, não impedir a vontade do povo, e a vontade do povo é Vargas com a constituinte; segundo, Pasqualini afirma que é partidário de um candidato civil. Ao que tudo indica, parece que Vargas reúne as duas qualidades” (ALBERNAZ, 2006, p. 195).

Não assumindo publicamente a possibilidade de ser candidato a governador e com a expectativa de realização das eleições estaduais somente em maio do ano seguinte, Pasqualini passa dois meses no Rio de Janeiro, julho e agosto, desenvolvendo “múltipla atividade em contato com os principais círculos de influência política e, especialmente, com líderes das classes produtoras”.<sup>88</sup> Nesse período, nem mesmo publica artigos. Entretanto, o movimento de adesão ao seu programa já havia iniciado. Em julho, formou-se o Movimento Popular em Favor das Ideias Políticas e Sociais de Alberto Pasqualini sob a presidência do padre João dos Santos Monteiro. Seria o germe da União Social Brasileira, lançada finalmente em setembro (BODEA, 1992, p. 23).<sup>89</sup> O *Jornal do Brasil* publicou sobre: “Os oradores aplaudiram a maneira por que o Sr. Alberto Pasqualini encara a realidade nacional e propuseram se articularem todos os elementos que pensam da mesma forma para organizar assim um novo partido”.<sup>90</sup>

Desde a entrevista de março de 1945, quando se cogitou pela primeira vez a criação de um movimento político em torno de Pasqualini, seguido da publicação de *Sugestões para um programa*,

---

<sup>88</sup> ENTREVISTA com o Sr. Alberto Pasqualini. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 02/09/1945, p. 4.

<sup>89</sup> A fonte de Bodea é a entrevista com um ex-assessor de Pasqualini, Lidovino Fanton (1920-1982), mais tarde deputado estadual e federal pelo MDB.

<sup>90</sup> COISAS da Política. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05/07/1945, p. 6.

apoiadores começaram a se manifestar. Em 21 de março, um morador de Capivari, distrito de Rio Pardo, Altuir da Costa<sup>91</sup> enviou carta a Pasqualini saudando-o pela escolha de seu nome para o Governo do Estado: “Não pode fazer cálculo a alegria que senti lendo no *Correio do Povo* um esboço indicando o velho amigo para tão alto cargo”. E explicava a razão de apoiar Pasqualini:

Eu estava descrente de política e dos homens, dos tais cabos eleitorais, célebres ‘coronelescos’ com postos de subchefes de polícias, verdadeiros verdugos das populações da campanha [...]. Eu era um que não tinha intenção de votar mais, visto conhecer bem de perto a falta de caráter e nobreza de sentimentos que norteavam certos governadores [...]. Porém se o amigo consentir na indicação de vosso nome, não só darei meu voto como levarei a muitos amigos a sufragarem vosso nome.<sup>92</sup>

Esta carta serve de indicativo de que o nome de Pasqualini já estava sendo considerado por apoiadores como candidato a governador desde março de 1945. Entre a publicação de *Sugestões para um programa* e o lançamento da União Social Brasileira por Pasqualini, em setembro, os apoios foram se adensando. Embora utilizasse a expressão “movimento”, a USB foi compreendida, à época, como um partido: “Está sendo articulada no Rio Grande do Sul, em conexão com forças políticas de outros estados, a fundação de um novo *partido*. Trata-se da União Social Brasileira”, publicou o *Jornal do Brasil* em 11 de setembro de 1945. A notícia acrescentava que o partido contaria com o apoio integral do Movimento Popular de Adesão ao Programa Social de Alberto Pasqualini, “o qual possui alguns milhares de membros inscritos nesta capital e no interior”.<sup>93</sup>

Diversamente da forma como interpretou Roberto Bitencourt Silva (2013, p. 55), a USB não se tratava apenas de um “círculo político-cultural” de simpatizantes das ideias de Pasqualini, mas, como defenderemos a seguir, de uma agremiação política que buscava também viabilizar a sua candidatura a governador. Conforme averiguou

<sup>91</sup> Nas cartas enviadas a Pasqualini, há dificuldades em compreender as assinaturas dos remetentes e também em conseguir informações sobre eles.

<sup>92</sup> AAP-PMI. Pasta 7.1. Carta de Altuir da Costa a Alberto Pasqualini. 21/03/1945.

<sup>93</sup> POLÍTICA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11/09/1945, p. 7.

João Batista Carvalho da Cruz (2010, p. 68), a ideia seria formar um partido regional, o que acabou esbarrando na legislação eleitoral que passou a permitir apenas o registro de partidos políticos nacionais.<sup>94</sup> Logo se somaram intelectuais, profissionais liberais e empresários, entre os quais nomes que mais tarde seriam reconhecidos nas hostes do PTB: Ajadil de Lemos, Brusa Neto, Egidio Michaelsen, João Caruso Scuderi e Aníbal de Primio Beck (BODEA, 1992, p. 23). Ainda conforme Cruz (2010, p. 68), o empresário Aníbal de Primio Beck colaborava financeiramente com o movimento.<sup>95</sup>

Considerando o lançamento da USB em 20 de setembro de 1945, em cerimônia no Teatro São Pedro em Porto Alegre, as cartas de apoio recebidas por Pasqualini e as articulações que se darão a partir de então entre o igualmente recém-formado diretório do PTB do Rio Grande do Sul e a USB, é possível dar algumas respostas iniciais aos questionamentos anteriormente elaborados.

No ano de 1945, a atuação política de Pasqualini foi marcada pelas características dos momentos de disputa política e potencializadas pela transição de uma ditadura para um regime democrático – e os ajustes necessários ao rearranjo das ideias defendidas e do papel exercido por cada um dos agentes políticos. Nesse contexto, Pasqualini reforça um discurso político liberal, de valorização da democracia representativa, embora defenda os aspectos sociais da Constituição de 1937 e um papel importante do Estado especialmente na área social. Em meio a um discurso de valorização da soberania popular, Pasqualini faz uma crítica ao processo de formação de partidos políticos em torno de chefes, de nomes e projetos imediatistas, defendendo a formação de partidos em torno de ideias, onde primeiro deveria haver um programa e depois um candidato.

Essa defesa que Pasqualini faz de um partido formado em torno de ideias e programas não pode ser desvinculada do processo que envolveu a formulação e a divulgação de um programa de governo, a

---

<sup>94</sup> João Batista Cruz entrevistou Antônio de Pádua Ferreira da Silva, ex-integrante da USB.

<sup>95</sup> Primio Beck (1902-1971) se tornaria dirigente do PTB e foi eleito suplente de Pasqualini nas eleições de 1950, assumindo o mandato de senador a partir de 1955.

formação de um partido e as adesões e apoios a uma candidatura sua ao Governo do Estado. Pasqualini tinha um programa e uma sigla que o apoiava. Era o candidato desse programa. Era o candidato da USB.

No *Discurso de instalação da União Social Brasileira*, publicado no *Correio do Povo* em 23 de setembro, Pasqualini tratou da criação das condições necessárias à instituição da democracia, daquilo que deveria ser o verdadeiro objetivo da política em face ao que ela seria na realidade: “A política, em vez de ser a pesquisa das soluções para o bem comum, não passa, a maior parte das vezes, de uma disputa pessoal em torno do poder. Por isso não são as ideias que dividem os homens, mas as paixões e os interesses”. Nesse discurso, Pasqualini defendeu uma série de pontos que já haviam sido apresentados em *Sugestões para um programa*. No final, arrematava toda argumentação em torno da relação entre ideias e partidos que havia marcado seus artigos e entrevistas ao longo de 1945, agora como diretriz ao seu novo partido: “Não esqueçamos que uma agremiação partidária não deve ter apenas uma finalidade eleitoral e muito menos constituir-se para disputar uma eleição. Cumpre que um partido seja um *instrumento de mobilização social, de difusão de ideias e de educação do povo*” [grifos do autor].<sup>96</sup>

A instalação da USB e a divulgação de seu programa por meio da imprensa, gerou novas repercussões e mensagens de apoio. O advogado Genuíno Fachin, de Camaquã, em carta enviada em 21 de setembro, um dia após o lançamento da USB, dizia ter acompanhado com simpatia o movimento em apoio ao programa de Pasqualini. E informava: havia decidido se filiar ao “novo e pujante partido político que ora acaba de surgir – a União Social Brasileira – e lutar neste rincão gaúcho com denodo e desprendimento pelos altruísticos e patrióticos ideais de tão importante agremiação política”.<sup>97</sup>

Outubro de 1945 foi o mês em que a candidatura de Alberto Pasqualini passou a ser divulgada. No dia 16, há uma menção no

---

<sup>96</sup> A SITUAÇÃO política nacional através do discurso pronunciado pelo Sr. Alberto Pasqualini na instalação da USB. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/09/1945, p. 11.

<sup>97</sup> AAP-PMI. Pasta 7.1. Carta de Genuíno Fachin a Alberto Pasqualini. 21/09/1945.

*Jornal do Brasil*: “Foi lançada a candidatura do Sr. Alberto Pasqualini para governador do Estado. O comitê pró aquela candidatura realizou várias passeatas pela cidade e vai agora promover intensa propaganda em todo o Estado”.<sup>98</sup> É preciso notar que, nesse momento, o decreto assinado por Vargas no início de outubro determinava que as eleições de 2 de dezembro seriam também para a escolha dos governadores. Somente no início de novembro, após a deposição de Vargas, o decreto seria revogado e as eleições estaduais voltariam a ser previstas para maio do ano seguinte. Em 28 de outubro, João Pedro Agostini, membro da USB, publicou no *Correio do Povo* um manifesto contendo 1.500 assinaturas em apoio à candidatura de Pasqualini ao cargo de governador do Estado.<sup>99</sup>

Vital de Souza enviou carta a Pasqualini em 15 de outubro, congratulando-o pelo lançamento de sua candidatura a governador e oferecendo apoio:

Como cidadão, amante de todas as causas justas que, bem de perto, dizem respeito à melhoria das condições econômicas do nosso trabalhador – a mola mestra de todo o progresso industrial e comercial – esse mesmo trabalhador que, hoje, vive explorado pelos seus semelhantes mais afortunados [...]. Comungando o mesmo ideal, os mesmos princípios que norteiam o programa da USB, não podia – como, efetivamente, não posso ficar indiferente à tão nobre e justa causa, razão pela qual, venho por intermédio desta, oferecer a V. S., na qualidade de dirigente do ‘nosso’ novel partido, os meus préstimos.<sup>100</sup>

Vital terminava a carta se colocando à disposição de Pasqualini para auxiliar aos demais diretórios da USB. Sendo a correspondência proveniente de Porto Alegre, é provável que Vital fosse um dirigente da sigla no seu diretório da capital. Do interior do estado também chegavam cartas de apoio, como a de Edmundo Sousa, enviada de Camaquã em 28 de outubro. Afirmava ter recebido o manifesto [da USB] e solicitava o envio de mais alguns exemplares para “distri-

---

<sup>98</sup> LANÇADA a candidatura do Sr. Alberto Pasqualini para governador do Rio Grande. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16/10/1945, p. 3.

<sup>99</sup> MANIFESTO. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28/10/1945, p. 3.

<sup>100</sup> AAP-PMI. Pasta 7.1. Carta de Vital de Souza a Alberto Pasqualini. 15/10/1945.

buição entre muitos dos que todos os dias correm em minha casa em procura do Manifesto”. Pedia também que Pasqualini enviasse exemplares a Domingos Flores, em Arambaré, estando o referido “autorizado a trabalhar para o mesmo fim”. O remetente ainda informava ter feito a distribuição de 100 exemplares do *Correio do Povo* para que fosse divulgado o manifesto e o programa do partido. E buscava demonstrar que sua ação era voluntária: “Cria meu amigo, que meu trabalho é espontâneo pois, com 57 anos nada mais espero na vida”.<sup>101</sup>

Nessa mesma correspondência, o que mais chama a atenção, entretanto, é um panfleto anexado à carta:

Imagem 6 – Panfleto produzido por correligionário de Camaquã (1945)



Pasta 7.1. Carta de Edmundo Sousa a Alberto Pasqualini. 28/10/1945 [AAP-PMI].

<sup>101</sup> AAP-PMI. Pasta 7.1. Carta de Edmundo Sousa a Alberto Pasqualini. 28/10/1945.

O remetente explicava tratar-se de um “folhetim de propaganda a vossa candidatura feito sem intervenção de segundos ou terceiros a que peço desculpas pois não tenho vossa autorização”.<sup>102</sup> A carta constitui importante evidência do modo como as campanhas eleitorais se procediam naquele período. A ação de voluntários, apoiadores espontâneos, sem a coordenação rígida de um comitê central, propiciava que um material como esse panfleto fosse produzido e tomasse parte em uma campanha descentralizada e não profissionalizada. O panfleto se destina ao *povo de Camaquã* e mais especificamente aos *trabalhadores*, aos quais se apela a que cumpram sua *missão*. Buscava interpelar seus destinatários com um elemento que poderia identificá-lo com o partido: era um panfleto para o *povo* de um partido que havia *surgido do povo para o povo*.

Sem ser um profissional do marketing político, que somente na década de 1980 passaria exercer um papel importante nas campanhas eleitorais no Brasil, e sem ser um dirigente partidário, o que explica que esse apoiador tenha conseguido elaborar essa interpelação da forma como o fez? Edmundo Sousa, morador de Camaquã, na altura dos seus 57 anos, havia recebido, lido e distribuído a publicação da USB na edição do *Correio do Povo*. Lá constava o manifesto do partido liderado por Pasqualini: “O programa da USB assenta, pois, no princípio da propriedade privada dos meios de produção, com as limitações impostas pelos interesses coletivos. Preconiza, porém, a socialização de uma parcela dos lucros”.<sup>103</sup> Munido disso, foi capaz de elaborar uma síntese do programa elaborado por Pasqualini em *Sugestões para um programa* e consolidado no *Manifesto da USB* em apenas uma frase de efeito: *O rico continuará a ser rico e o pobre deixará de ser pobre*.<sup>104</sup> Um exemplo, portanto, de aprendizagem político.

Em Erechim, João Caruso também havia publicado panfletos, como o de 24 de setembro, intitulado *Um partido do povo*: “Pela

<sup>102</sup> AAP-PMI. Pasta 7.1. Carta de Edmundo Sousa a Alberto Pasqualini. 28/10/1945.

<sup>103</sup> MANIFESTO e programa da União Social Brasileira. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/09/1945, p. 11.

<sup>104</sup> Há também a referência à Igreja, temática que será abordada em outro capítulo da tese.

primeira vez nos anais de nossa vida política surge um *partido do povo*. Sem a precedência de um plano e do entendimento de um grupo, para a conquista do poder. Aflorou de baixo para cima”. O argumento era que, impulsionada pelas ideias de Alberto Pasqualini, a USB teria origem em um movimento da *massa* em adesão a elas. Isso fazia da USB um “partido nascido do coração do povo”. Ao fim, aglutinava a USB, seu líder e seu programa em uma frase: “A União Social Brasileira, tendo à frente Alberto Pasqualini, o *grande líder do povo gaúcho*, sem a espoliação do rico, assegurará a educação, a saúde e o conforto do pobre”.<sup>105</sup>

A associação com as *massas* seria retomada em outra publicação de João Caruso, com data de 5 de outubro. Conforme o texto de seu segundo panfleto, a USB iria “diretamente ao coração das massas”: “Ela triunfará porque mostra ao *povo* onde se encontra a sua felicidade e quais os meios de alcançá-la”.<sup>106</sup> Assim, os três panfletos (um do apoiador de Camaquã e dois do correligionário de Erechim) buscam associar o partido de Pasqualini, no momento de lançamento de sua candidatura a governador, à noção de *povo*: a USB seria um *partido do povo*. O mesmo *povo* referido por Pasqualini, no discurso de lançamento da USB, quando coroava sua estratégia de crítica às candidaturas presidenciais: “Quando me interpelam com quem ficará a USB se com o candidato do oficialismo ou com o da oposição, teria vontade de responder que, sendo o nosso partido um *partido do povo*, só poderá ficar com o *povo*”.<sup>107</sup>

---

<sup>105</sup> Arquivo AIB-PRP (DELFOF PUCRS). Fundo 5, série 12. 12.1.1. UM PARTIDO do povo [panfleto].

<sup>106</sup> RENOVAÇÃO [panfleto]. Arquivo AIB-PRP [DELFOF PUCRS]. Fundo 5, série 12. 12.1.1.

<sup>107</sup> A SITUAÇÃO política nacional através do discurso pronunciado pelo Sr. Alberto Pasqualini na instalação da USB. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/09/1945, p. 11.

Imagem 7 – Panfleto de correligionário de Erechim sobre a USB (1945)

# UM PARTIDO DO POVO

A recente fundação, neste ESTADO, da UNIAO SOCIAL BRASILEIRA, é um fato político de maior magnitude. Não apenas pela adesão que, logo e sem prévia propaganda, recebeu em todos os setores da capital e do interior. Nem pela enorme assistência que ocorreu o vivamente aplaudiu a solenidade sem par de sua instalação. Mas porque corresponde a um generalizado anseio popular.

Pela primeira vez nos annos de nossa vida política surge um partido do povo. Sem a precedência de um plano e da existência de um grupo, para a conquista do poder Afiorou de baixo para cima.

Conhecidas que foram as ideias lançadas pelo Dr. ALBERTO PASQUALINI para a estruturação de uma nova orientação governamental do ESTADO do país em face das contingências de nosso tempo, esboçou-se no seio da massa, impulsionada por pessoas ainda no anonimato, um movimento de adesão e apoio a esses conceitos. E com tal vigor e vitalidade foram debatidas as diretivas renovadoras que a breve trecho, estava formado um movimento de vastas proporções que concluiria na formação da nova entidade.

A UNIAO SOCIAL BRASILEIRA é, pois, um partido nascido do coração do povo. Sua organização, suas diretrizes, suas finalidades transcendem dos velhos quadros.

Até esta época a preocupação envolvente das agremiações partidárias foi a questão política. A nova agremiação, sem desconhecer a de, entretanto, prioridade ao problema social.

Os erros que urge corrigir não são, principalmente, políticos. Os males que cumpre imediatamente sanar são males sociais.

Muito mais interessantes que formas de governo, de organização e de regimes, são as inadmissíveis e graves necessidades do povo brasileiro.

Eleva esse povo, dar-lhe novas conceções da existência, aumentar-lhe a capacidade de produção e de consumo, conquistá-lo á sub-nutrição e á doença, recuperá-lo, enfim, á o grande e principal problema.

O programa defendido pela UNIAO SOCIAL BRASILEIRA é, acima de tudo um plano claro, objetivo, de assistência social. Mantem a iniciativa individual. O sistema capitalista. A liberdade religiosa. A propriedade. Mas simultaneamente, sufragá a melhoria familiar e sempre crescente das classes desfavorecidas, elevando-as a um nível de bem-estar material que afaste as esteíreis tentativas de agitação e os extremismos.

Por isso, mais do que um partido, a UNIAO SOCIAL BRASILEIRA é um grande movimento de opinião, destinado a congruar todos os homens de boa vontade que desejam a felicidade de seus semelhantes, sem desprezo ás nossas seculares tradições de direito e liberdade.

Aprimoramento do conceito de dignidade individual. Justiça social. Recuperação do homem. Elevação do nível da vida. Atenção das dissimelhanças sociais. Despersonalização da política partidária. Tais são os seus lemas, á cuja sombra se abrigarão todos os brasileiros.

(JOÃO CARUSO)

Erechim, 24 de setembro de 1945

A UNIAO SOCIAL BRASILEIRA, tendo á frente ALBERTO PASQUALINI, o grande líder do povo gaúcho, sem a espoliação do rico, assegurará a educação, a saúde e o conforto do pobre.

Arquivo AIB-PRP. Fundo 5, série 12. 12.1.1 [DELFO PUCRS].

Em 25 de outubro de 1945, a USB receberia um ofício da comissão executiva municipal do PTB de Porto Alegre, dando conhecimento de que havia sido aprovado por unanimidade o nome de Alberto Pasqualini como candidato do PTB ao Governo do Estado pelo diretório municipal petebista. Haviam solicitado ao diretório estadual do PTB uma consulta aos diretórios do interior acerca da candidatura de Pasqualini – para que pudessem, por fim, submetê-la à convenção estadual do partido. E alertavam: “Cumpre-nos informar ser de caráter confidencial esta informação até que se positive este nosso grande

anseio”.<sup>108</sup> Pasqualini já tinha um programa. Seu programa já tinha um partido, a USB, sendo ele o candidato desse partido. Em outubro de 1945, ainda de forma discreta, estava sendo dado o primeiro passo para que Pasqualini fosse também o candidato do PTB.

A deposição de Vargas aceleraria a aproximação entre USB e PTB, mas a candidatura ainda teria um caminho tortuoso e, como tudo aquilo que foi, poderia não ter sido. Quando finalmente concorria a governador pelo PTB, o advogado e futuro deputado Ruy Ramos se apropriou do argumento de Pasqualini ao comparar a sua candidatura com as de seus adversários: “Pasqualini é candidato porque tem ideias”.<sup>109</sup> Naquela campanha eleitoral, ele seria apresentado pelo PTB como o *candidato do povo*.

### 1.3 Alianças e candidaturas: a construção das opções

No mês em que foi lançado como candidato a governador pela USB, Alberto Pasqualini recebeu carta de P. Afonso Weiler<sup>110</sup>, que dizia encarar a notícia com surpresa. Colocava-se como grande admirador de Walter Jobim e sugeria: “Os dois, tu e ele, de mãos dadas no governo do Rio Grande, na execução de dois planos monumentais, a eletrificação e a assistência social [...] sem dúvida o Rio Grande há de entrar vantajosamente na nova ordem mundial”.<sup>111</sup> Walter Jobim filiou-se ao Partido Libertador no mesmo ano que Pasqualini, em 1928, logo após sua fundação. Foi eleito deputado federal pelo PL em 1934. Foi secretário estadual de Obras Públicas entre 1937 e 1939 e entre 1943 e 1945. Ingressou no PSD em 1945 e foi lançado candidato a governador na primeira convenção estadual do partido em julho do mesmo ano (OLIVEIRA, 2008, p. 44).<sup>112</sup>

---

<sup>108</sup> AAP-PMI. Pasta 5. Ofício da Executiva Municipal do PTB (Porto Alegre) aos diretores da USB. 25/10/1945.

<sup>109</sup> TRECHO do discurso do Dr. Rui Ramos. *Diário de Notícias*, 16/01/1947, p. 8.

<sup>110</sup> Possivelmente trata-se do padre Afonso Weiler (1897-1950), que, assim como Pasqualini, frequentou o seminário dos jesuítas em São Leopoldo.

<sup>111</sup> AAP-PMI. Pasta 7.1. Carta de P. Afonso Weiler a Alberto Pasqualini. 26/10/1945.

<sup>112</sup> Conforme Maria Amélia Soares (1983), o interventor Ernesto Dornelles já havia feito diversas viagens ao interior do estado, quase sempre passando a palavra para Walter Jobim. Quando a candidatura de Jobim foi lançada, em maio de 1945, este já havia discursado em grande número de municípios (SOARES, 1983, p. 20).

Jobim não contava apenas com o apoio do amigo que, em carta, sugeria a Pasqualini uma aliança entre ambos. Seu partido havia sido rapidamente estruturado com o aproveitamento da máquina pública e contava com lideranças como o interventor Cylon Rosa e o ex-interventor Ernesto Dornelles, além daquele a quem Getúlio Vargas havia confiado a tarefa de organizar a máquina possedista: seu irmão Protásio Vargas (BODEA, 1992, p. 19). A partir de novembro de 1945, contaria com o apoio do próprio Getúlio para sua candidatura a governador<sup>113</sup>, pois este havia se comprometido com Jobim e defendia a formação de uma aliança entre PSD e PTB no Rio Grande do Sul, a exemplo do que ocorria em outros estados. Assim, o PTB apoiaria a candidatura de Jobim e junto ao PSD enfrentaria os partidos antigetulistas, UDN e PL (BODEA, 1992, p. 36).

Diante disso, cabem algumas perguntas: como e por que a candidatura de Pasqualini começou a ganhar adesões no PTB? Como se deu a incorporação da USB de Pasqualini ao PTB? Por que o acordo entre PSD e PTB não se realizou? Qual foi o papel de Pasqualini nas articulações políticas visando a este acordo? Quando o PTB opta definitivamente pela candidatura de Pasqualini?

José Vecchio e Silvio Sanson estavam entre os sindicalistas que, junto a outros companheiros da ala trabalhista do PSD, abandonaram o partido em setembro de 1945 e fundaram o PTB no Rio Grande do Sul. Conforme Bodea (1992, p. 27), Vecchio teria sido menos hostil do que Sanson ao ingresso de bacharéis e intelectuais na sigla, e teria partido dele a iniciativa de procurar Pasqualini e outros membros da USB, em meados de outubro, “acenando inclusive com a possibilidade de apoio a uma eventual candidatura de Pasqualini”. Vale lembrar que, naquele momento, havia uma incerteza relativa à data do pleito estadual, se 2 de dezembro ou 6 de maio. Em comum, tanto os sindicalistas do PTB quanto os membros da USB rejeitavam a candidatura de Eurico Dutra. Conforme citado anteriormente, em 25 de outubro a USB seria comunicada de que o diretório municipal

---

<sup>113</sup> CPDOC-FGV. GV c1945.11.13d. Carta de Getúlio Vargas a Protásio Vargas. 19/11/1945.

do PTB apoiava Pasqualini como candidato a governador<sup>114</sup>. Na resposta, a USB agradeceu e salientava que o gesto do diretório petebista serviria para “estabelecer íntimas relações de cooperação” entre o PTB e a USB.<sup>115</sup>

Poucos dias após a deposição de Getúlio Vargas, foi assinado por Alberto Pasqualini e por Silvio Sanson o *Acordo de compromisso político entre o PTB e a USB*. O compromisso estabelecia que toda e qualquer deliberação ou atitude concernente ao posicionamento eleitoral e à escolha de candidatos a governador e deputados passaria a ser tomada conjuntamente.<sup>116</sup> Hostis ao apoio do PTB à candidatura de Dutra, os petebistas gaúchos ficaram descontentes com a decisão de Vargas, em 25 de novembro, de assinar um manifesto de apoio ao candidato nacional do PSD, mas por disciplina, seguiram Vargas. Nesse momento, José Vecchio teria proposto aos seus companheiros que o PTB lançasse Pasqualini como candidato a governador, sendo a proposta aprovada. Conforme Jorge Ferreira (2000, p. 203), Vecchio e seus companheiros tiveram de aceitar o apoio a Dutra, mas lançaram um candidato próprio a governador sem consultar Vargas, pois sabiam que, em seguida, este tentaria impor o apoio ao candidato do PSD também no âmbito estadual.<sup>117</sup>

Após as eleições de 2 de dezembro de 1945 e com o decreto do final do ano que definiu a realização das eleições estaduais somente para depois da promulgação da nova Constituição, houve tempo para maior estruturação do PTB no Rio Grande do Sul. Para esta tarefa, Vargas incumbiu Loureiro da Silva, iniciando um processo de transferência de lideranças do PSD para o PTB. A ideia de Vargas seria fortalecer o PTB e promover uma aliança entre os dois partidos. O que não estava nos seus cálculos era o lançamento de uma candida-

---

<sup>114</sup> AAP-PMI. Pasta 5. Ofício da Executiva Municipal do PTB (Porto Alegre) aos diretores da USB. 25/10/1945.

<sup>115</sup> AAP-PMI. Pasta 5. Ofício da USB à Executiva Municipal do PTB (Porto Alegre). 30/10/1945.

<sup>116</sup> AAP-PMI. Pasta 5. Termo compromisso político entre o PTB e a USB. 31/10/1945.

<sup>117</sup> Tanto Miguel Bodea quanto Jorge Ferreira utilizaram depoimentos de José Vecchio. O primeiro, entrevistou Vecchio em 1977. Para o trabalho que escreveu sobre a trajetória de Vecchio, Ferreira (2000) utilizou a entrevista concedida por ele ao CPDOC-FGV em 1986.

tura alternativa entre os petebistas (BODEA, 1992, p. 36). Seguindo a narrativa de José Vecchio, Jorge Ferreira (2000, p. 205) salientou o descontentamento de Vargas com relação à atitude dos petebistas:

Vargas tocou no ponto que interessava: ‘Muito bem, mas teve uma em que vocês se excederam. Vocês lançaram um candidato ao governo do Estado sem me ouvir’, referindo-se a Alberto Pasqualini. Vecchio, sem vacilar, deu o troco; ‘Bom, mas aí só temos feito repetir o que o senhor fez. O senhor não nos ouviu para apoiar o marechal Eurico Gaspar Dutra, nós achávamos também não precisar ouvi-lo no tocante ao estado, porque era uma deliberação que deveríamos tomar. Vargas, avançando cuidadosamente, retrucou: ‘Vocês sabem que estão me comprometendo profundamente? Eu tenho compromisso de honra com o Dr. Walter Jobim’.

Dessa forma, tudo indica que o lançamento da candidatura de Alberto Pasqualini também pelo PTB foi iniciativa da chamada *corrente sindicalista* e que o apoio ao candidato da USB contrariava aos objetivos de Vargas, que incluíam apoiar Walter Jobim e estabelecer uma aliança entre PSD e PTB. A entrada no PTB de pessedistas leais a Vargas geraria alterações nesse quadro, ampliando a influência varguista e levando a uma série de entendimentos para que o acordo fosse levado a efeito. Além disso, o apoio dos petebistas à candidatura de Dutra, mesmo contrariados, levou a um estremecimento das relações entre a USB de Pasqualini e a direção estadual do PTB.<sup>118</sup> Apesar disso, Pasqualini aparece na correspondência de Getúlio Vargas como um dos negociadores, do lado petebista, na tentativa de estabelecer o acordo entre PSD e PTB, o que, na prática, significaria desistir de sua candidatura a governador.

Conforme a biografia de Loureiro da Silva, escrita por Celito de Grandi (2002, p. 144), apesar da discordância da ala sindicalista, houve uma reformulação do diretório estadual do PTB, em 1946, para finalmente fundir-se com a USB e compor um novo diretório no qual metade dos postos foram ocupados por membros da agremiação polí-

---

<sup>118</sup> AAP-PMI. Pasta 5. Ofício da comissão provisória da USB ao diretório estadual do PTB. 28/11/1945.

tica de Pasqualini.<sup>119</sup> Além disso, como a USB não havia sido registrada como partido político, tendo inclusive emprestado suas fichas de adesão para que o PTB conseguisse se registrar, e membros da USB tenham concorrido na chapa petebista nas eleições de 2 de dezembro<sup>120</sup>, a possibilidade da candidatura de Pasqualini a governador existia apenas dentro do PTB. Outro caminho possível era sua candidatura a senador na aliança entre PSD e PTB, algo que a imprensa ventilou em setembro de 1946.<sup>121</sup>

Dentro do PTB, havia surgido outra possibilidade, mas com menor adesão: a candidatura de Loureiro da Silva a governador. Celito de Grandi (2002, p. 143), destaca a atuação de Loureiro na estruturação do PTB: tendo amigos em todo o estado, poder de persuasão e uma carta assinada por Getúlio, fez vários roteiros pelo interior angariando adesões e fundando diretórios do partido. Isso gerou problemas nas relações entre PSD e PTB. Na correspondência entre Getúlio Vargas e sua filha Alzira Vargas do Amaral Peixoto, a possibilidade da candidatura de Loureiro foi tratada como boato da imprensa, confirmando o apoio de Getúlio a Walter Jobim. Em 26 de janeiro de 1946, Alzira, do Rio de Janeiro, informava a Getúlio – que estava em São Borja: “Os *Diários Associados* fazem um bruto escândalo com o nome de Loureiro para presidente do Rio Grande. Não sabemos o que é que há. Ernani [do Amaral Peixoto] quer saber se devemos desmentir e informar de seu compromisso com Jobim”.<sup>122</sup> Na resposta, em 1º de fevereiro, Getúlio afirmava tratar-se de boato do *Diário de Notícias*: “Aqui, que eu saiba, ninguém tratou disso”.<sup>123</sup>

---

<sup>119</sup> O jornalista Celito de Grandi (1942-2014) utilizou depoimentos, periódicos e também documentos do acervo pessoal de Loureiro da Silva, incluindo correspondência. Parte do acervo ainda se encontra com a família, e outra parte foi doada por João Antonio Dib ao Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre.

<sup>120</sup> AAP-PMI. Pasta 5. Ofício da comissão provisória da USB ao diretório estadual do PTB. 28/11/1945. A partir de entrevistas, Cruz (2010) chegou também a esta conclusão sobre o auxílio da USB no registro do PTB.

<sup>121</sup> MOVIMENTO Político. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26 e 29/09/1946.

<sup>122</sup> CPDOC-FGV. AVAP vpu e 1946.01.02. Carta de Alzira Vargas a Getúlio Vargas. 26/01/1946.

<sup>123</sup> CPDOC-FGV. AVAP vpu e 1946.01.02. Carta de Getúlio Vargas a Alzira Vargas. 1º/02/1946.

A estruturação do PTB, inclusive retirando lideranças do PSD, causou inquietação entre os pessedistas. Carta de Alzira Vargas a Getúlio em 24 de fevereiro de 1946 informava da preocupação de João Neves da Fontoura com “as traquinices” de Loureiro e Dinarte Dornelles – primo de Getúlio que também havia ingressado no PTB. Havia o medo de que isso gerasse uma cisão entre os dois partidos.<sup>124</sup> Getúlio respondeu diretamente a João Neves, em carta do dia 15 de março, confirmando que Loureiro havia lhe solicitado uma mensagem aos trabalhadores para a organização do PTB no Rio Grande do Sul: “Dei-lhe a mensagem. Não tratamos de outro assunto senão esse, recomendei-lhe mesmo que não hostilizasse o PSD”.<sup>125</sup> Apesar disso, como defenderam Bodea (1992) e Cruz (2010), as hostilidades entre PTB e PSD são um fator explicativo para o insucesso da aliança.

Meses depois, movimentações em torno de uma candidatura de Loureiro da Silva voltaram ao noticiário. Conforme Bodea (1992, p. 37), seguindo instruções de Vargas, Loureiro teria recusado a indicação. Assim, o movimento em favor de uma candidatura própria do PTB teria se voltado definitivamente para Pasqualini. Ainda conforme o autor, Vargas, Loureiro e seus seguidores *pragmáticos* eram favoráveis ao apoio do PTB a Jobim, mas a ala sindicalista e os *pasqualinistas* eram contrários (BODEA, 1992, p. 38). Refutando essa interpretação, as fontes indicam que Pasqualini participou das negociações para selar o acordo entre PSD e PTB enquanto Loureiro da Silva e Dinarte Dornelles geraram empecilhos a tal intento. Para compreender isso, é preciso mergulhar na correspondência relativa ao tema.

Em setembro de 1946, o pessedista Oscar Carneiro da Fontoura recebeu Getúlio Vargas em Porto Alegre para propor um acordo entre PSD e PTB. No PSD, a ala *dutrista* impôs dificuldades ao acordo. Do lado petebista, foi Loureiro da Silva quem dificultou os entendimentos (SOARES, 1983, p. 90). No início de outubro, Vargas começou a perceber que o acordo entre os dois partidos poderia

<sup>124</sup> CPDOC-FGV. AVAP vpu e 1946.01.02. Carta de Alzira Vargas a Getúlio Vargas. 24/02/1946.

<sup>125</sup> AHRS. AJNF. Carta de Getúlio Vargas a João Neves da Fontoura. 15/03/1946.

não ocorrer. No dia 06, escreveu para Alzira Vargas: “Meus esforços de apaziguamento do Rio Grande não estão sendo bem compreendidos. Estou pessimista”. Dizia ainda que Dinarte Dornelles viria lhe dar mais informações. Na mesma carta, um adendo do dia 15 dizia que o acordo voltava a ser examinado com boa vontade.<sup>126</sup> A mudança deve ter ocorrido após a conversa com Dinarte. Nos dias seguintes, as negociações prosseguiriam, mas sem sucesso. Os momentos decisivos ocorreram entre os dias 21 de outubro e 11 de novembro.

Protásio Vargas fez um relato para Getúlio sobre os acontecimentos entre 21 e 23 de outubro. No dia 21, Protásio teria falado com Dinarte e este teria dito que as negociações estavam encerradas pois os emissários pessedistas não haviam comparecido a uma reunião no dia combinado. Protásio explicou os contratempos que impediram que os emissários do PSD comparecessem. Diante disso, Dinarte teria pedido uma contraproposta do PSD para continuar a negociação. Depois, Protásio relata reunião ocorrida no dia 22: a composição de uma chapa única para os dois partidos havia sido aceita pelos delegados do PSD. Entretanto, Dinarte não abria mão que a vaga de candidato a senador fosse para o PTB. Fontoura explicava que Paim Filho e Oswaldo Vergara estavam disputando a vaga de candidato a senador dentro do PSD e acrescentava: “Tenho fundados receios que o único ponto que o PSD não transigiu, constitua causa de um fracasso por falta de correspondência do PTB”.<sup>127</sup> Assim, aparece um dos pontos nevrálgicos da negociação: a vaga ao Senado.

Na sequência da carta, Protásio relata conversa com Dinarte no dia 23 de outubro: “Dinarte um tanto exaltado não está de acordo com tantas delongas diante da pressão de elementos de seu lado. Que eu lhe dissesse o que sabia sobre a senatoria”. Protásio teria respondido que ceder a vaga da candidatura ao Senado para o PTB era inviável e, diante disso, Dinarte teria mais uma vez encerrado os entendi-

---

<sup>126</sup> CPDOC-FGV. AVAP vpu e 1946.01.02. Carta de Getúlio Vargas à Alzira Vargas. 06 e 15/10/1946.

<sup>127</sup> CPDOC-FGV. GV c 1946.10.21/1. Carta de Protásio Vargas a Getúlio Vargas. 21 a 23/10/1946.

mentos.<sup>128</sup> Conforme Protásio, Dinarte devia estar comprometido com alguém no que dizia respeito a pleitear a vaga do Senado.<sup>129</sup>

No dia 28 de outubro, Getúlio recebe carta de Oscar Fontoura – um dos dirigentes do PSD envolvidos nas negociações. Dizia que a interrupção brusca das tratativas teria partido realmente de Dinarte, que insistia na vaga à senatoria para o PTB. Informava ainda terem recebido no dia anterior, das mãos de Alberto Pasqualini, uma súmula contendo as condições do PTB, que incluía: a) chapa comum de candidatos à Assembleia Legislativa com 15 nomes do PTB; b) duas secretarias no futuro governo, sendo Educação e Assistência Social (a ser criada); c) o candidato a senador seria indicado pelo PTB. Na hipótese de haver pleito do PSD com relação à senatoria, o número de petebistas na chapa subiria para 20; d) um terço dos prefeitos a serem nomeados seriam indicados pelo PTB.<sup>130</sup>

Oscar Fontoura dizia, na carta a Getúlio Vargas, que a condição de chapa única era incompreensível para os pessedistas, pois não oferecia, na sua visão, nenhuma vantagem para o PTB. Quanto à entrega de duas secretarias, estavam de acordo. Já a cedência da vaga de candidato a senador, consideravam impossível. Quanto às prefeituras, a proposta definia que o PTB escolheria um município e o PSD dois, sucessivamente. Para Fontoura, isso significaria entregar Porto Alegre ao PTB. Resumindo, as condições oferecidas pelos petebistas seriam muito onerosas ao PSD. A contraproposta pessedista incluía prosseguir com as negociações e oferecer ao PTB: duas secretarias no futuro governo; dois lugares na mesa da Assembleia; a nomeação de prefeitos trabalhistas onde o PTB fizesse mais votos; a nomeação de delegados de polícia em comum acordo com o PTB nestes municí-

---

<sup>128</sup> CPDOC-FGV. GV c 1946.10.21/1. Carta de Protásio Vargas a Getúlio Vargas. 21 a 23/10/1946; GV c 1946.10.24. Fonograma de Protásio Vargas a Getúlio Vargas. 24/10/1946.

<sup>129</sup> Vale ressaltar que, conforme Celito de Grandi (2002, p. 142), Dinarte teve um papel importante no ingresso de Loureiro no PTB, servindo de interlocutor na tarefa de convencer a ala sindicalista a que o aceitasse no partido. E que Loureiro já vinha sendo acusado, desde o início de 1946 e especialmente por Protásio, de “dividir o Rio Grande do Sul” (CRUZ, 2010, p. 108).

<sup>130</sup> CPDOC-FGV. GV c 1946.10.28/4. Carta de Oscar Carneiro da Fontoura a Getúlio Vargas. 28/10/1946; GV c 1946.11.02/2. Carta de Protásio Vargas a Getúlio Vargas. 02/11/1946.

pios; e acolhimento das sugestões programáticas para o apoio do PTB a Jobim.<sup>131</sup> Nota-se que o aspecto programático tem apenas um papel secundário nas negociações.

No dia seguinte, 29, Pasqualini também informaria a Getúlio sobre essa contraproposta do PSD. Por sua vez, Dinarte enviaria telegrama a Getúlio no mesmo dia, comunicando que o PTB do Rio Grande do Sul não aceitava a contraproposta do PSD e que começaria a campanha imediatamente. Interessante notar que, a essa altura, a candidatura do PTB parecia já estar definida – a ponto de se utilizar o argumento sobre começar a campanha naquele momento. Getúlio, porém, insistiu no acordo. Às 16 horas daquele mesmo dia, enviou telegrama ao seu “prezado amigo” Pasqualini, perguntando se Protásio tinha conhecimento dos termos do acordo, pois precisava dessa informação para tomar posição. Poucas horas depois, Getúlio envia um telegrama para Protásio: “Contraproposta PSD inaceitável. Meu sincero desejo de conciliação não deve ser confundido com receio de enfrentar luta. Confio na tua ação”.<sup>132</sup> Assim, percebe-se que Getúlio aspirava a um acordo entre PSD e PTB, mas, naquele momento, não aceitava a contraproposta do PSD que não cedesse a vaga ao Senado ou beneficiasse o PTB de outra forma.

No dia 30 de outubro, Protásio relatou a Vargas que, depois das condições levadas por Pasqualini, o PSD havia autorizado uma nova contraproposta. E manifestou: “Se não se fizer acordo não será pelo PSD ou exclusivamente por ele. Tudo fizemos para evitar uma luta que pessoalmente seria dolorosa”. Protásio ainda afirmou que, após o envio da carta com a contraproposta, havia falado com Pasqualini e este havia insistido em uma maior aproximação com a proposta petebista.<sup>133</sup> Essa nova contraproposta também não foi aceita por Getúlio: em telegrama a Pasqualini, enviado em 31 de outubro, afirma considerar inaceitável a proposta e que havia feito um apelo

---

<sup>131</sup> CPDOC-FGV. GV c 1946.10.28/4. Carta de Oscar Carneiro da Fontoura a Getúlio Vargas. 28/10/1946.

<sup>132</sup> CPDOC-FGV. GV c 1946.10.29/2. Telegramas entre Alberto Pasqualini, Getúlio Vargas, Protásio Vargas e Dinarte Dornelles. 29/10/1946.

<sup>133</sup> CPDOC-FGV. GV c 1946.10.30/2. Carta de Protásio Vargas a Getúlio Vargas. 30/10/1946.

aos emissários do PSD a fim de que estudassem uma fórmula de conciliação. “Por intermédio do prezado amigo dirijo idêntico apelo ao PTB”, completava.<sup>134</sup>

Percebe-se também que Pasqualini, ao contrário de Dinarte, estava atuando a favor do entendimento entre PSD e PTB. Sobre isso, é revelador o teor da carta enviada por Protásio a Getúlio em 2 de novembro: “Conversamos com Pasqualini com quem possivelmente já teríamos nos acertado se fosse o mediador trabalhista, enquanto Dinarte [...] hoje é o maior sabotador”. Nessa carta, Protásio encaminhava também novas bases para um acordo entre os partidos: “Aguardamos a aprovação que a comissão trabalhista traria conforme deseja Pasqualini. É um esforço máximo de boa vontade de parte do PSD”.<sup>135</sup> A nova contraproposta do PSD previa que ambos os partidos concorreriam na mesma chapa para a Assembleia Legislativa, sendo 15 candidatos do PTB e 40 do PSD; cada partido ficaria livre para disputar com candidatos próprios o cargo de senador; no futuro governo caberia ao PTB uma secretaria; o PTB teria de se comprometer a dar apoio no legislativo ao governo estadual.<sup>136</sup> A grande novidade dessa última proposta, portanto, era incluir no acordo a possibilidade de ambos os partidos terem candidaturas ao Senado, recuando-se, porém, nos acertos relativos às prefeituras. A proposta não foi aceita pelo PTB. Em 8 de novembro, Getúlio informou a Alzira que partiria para Porto Alegre a fim de promover uma última tentativa de acordo. E explicava: “A resistência maior era do PSD, agora é do PTB”.<sup>137</sup>

Enquanto isso, a USB de Pasqualini completava seu processo de incorporação ao PTB, conforme nota publicada pelas agremiações no *Correio do Povo*: Após a convenção petebista, que seria realizada nos dias 11 e 12 de novembro, PTB e USB estudariam uma fórmula de fusão e, para efeitos da eleição de 19 de janeiro, os membros da

---

<sup>134</sup> CPDOC-FGV. GV c 1946.10.29/2. Telegrama de Getúlio Vargas a Alberto Pasqualini. 31/10/1946.

<sup>135</sup> CPDOC-FGV. GV c 1946.11.02/2. Carta de Protásio Vargas a Getúlio Vargas. 02/11/1946.

<sup>136</sup> CPDOC-FGV. GV c 1946.11.02/2. Carta de Protásio Vargas a Getúlio Vargas. 02/11/1946.

<sup>137</sup> CPDOC-FGV. AVAP vpu e 1946.01.02. Carta de Getúlio Vargas a Alzira Vargas. 06/11/1946.

USB poderiam “se considerar automaticamente vinculados ao PTB”.<sup>138</sup> Nos últimos dias antes da convenção, Getúlio Vargas estava hospedado na Granja do Esteio, na região metropolitana de Porto Alegre, recebendo lideranças partidárias, avaliando a situação e promovendo uma derradeira tentativa de acordo. A partir de então, as tratativas com Getúlio Vargas não seguiram mais o caminho das correspondências, dando-se de forma direta. O *Correio do Povo* de 9 de novembro noticiava que, naquele mesmo dia, Pasqualini se reuniria com Vargas na Granja do Esteio para uma definição.<sup>139</sup> No dia seguinte, a notícia era de que Getúlio Vargas presidiria a convenção estadual do PTB e que nesta seria oficializada a candidatura de Pasqualini ao governo do Estado.<sup>140</sup>

Sobre a atuação de Pasqualini e Vargas em favor do acordo, é preciso considerar que se a aliança com o PSD, por um lado, frustraria a candidatura de Pasqualini ao governo, por outro garantiria algum espaço político para PTB e USB e os poupariam de enfrentar a poderosa máquina pessedista na campanha eleitoral. O insucesso do acordo acabou gerando um constrangimento para Vargas em seu apoio a Jobim e o impossibilitou de indicar um subordinado como candidato pelo PTB. Isso fez com que a candidatura de Pasqualini, que independeu do apoio de Vargas para emergir no cenário das possibilidades, tenha restado como única opção do PTB para disputar o governo enfrentando Jobim. Quanto ao Senado, um dos pontos principais da discórdia entre PSD e PTB, Vargas não teria constrangimento algum ao indicar um homem de sua confiança para a candidatura: o ex-ministro do Trabalho Joaquim Pedro Salgado Filho.

Alguns dias após a convenção, Vargas enviou suas impressões à Alzira: “A luta que se vai travar aqui será dura, embora ambos os lados estejam dispostos a mantê-la no nível elevado, evitando retaliações pessoais”. Disso também dependeria a postura discreta que Var-

---

<sup>138</sup> ACORDO entre o PTB e a USB. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/11/1946, contracapa.

<sup>139</sup> NOVA conferência com o Sr. Alberto Pasqualini. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09/11/1946, contracapa.

<sup>140</sup> O SR. GETÚLIO Vargas presidirá convenção do PTB. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/11/1946, contracapa.

gas havia assumido naqueles dias.<sup>141</sup> No discurso da convenção, declarou que ambos os candidatos, Jobim e Pasqualini, eram “dignos”.<sup>142</sup> Além de frustrar seu objetivo político de estabelecer uma aliança entre PSD e PTB, a disputa lhe causava problemas familiares: seu filho, Manuel Vargas, havia ingressado na campanha do PTB e Getúlio estava preocupado com a possibilidade disso “melindrar” seu irmão Protásio. “Por isso não desejo permanecer muito por aqui”, complementou, em seu relato à Alzira.<sup>143</sup> Vargas queria evitar o apoio explícito a Pasqualini, tendo em vista seu comprometimento com Jobim e Protásio. Isso fica claro em carta enviada por Vargas a Dinarte no mês seguinte:

Quanto a minha ida antes das eleições é pouco provável. Estou muito atarefado. *Dizes que só contam com meu prestígio, mas ele nada valeu quando pretendi fazer o acordo com o PSD, recusado pelo PTB mesmo depois dele aceitar a proposta do PTB.* Na reunião do diretório trabalhista na tua casa ficou assentado por proposta do Michaelsen que na convenção eu faria um discurso dizendo que os dois candidatos eram dignos. Disseste depois que meu discurso estava sendo explorado pelo PSD e insististe para que eu indicasse o nome do Pasqualini. Fiz muito mais do que isso. Pronunciei um discurso de grande repercussão considerado de rompimento com o PSD [...]. Queres agora que eu vá fazer propaganda. Isso não irá alterar os dados do problema que está colocado. O PTB, em final, não tem quadros nem organização para vencer eleição com candidatos próprios. [...] *Não devo aumentar essa desavença que causa problemas* [grifos do autor].<sup>144</sup>

O quadro da eleição estadual se completou com a candidatura de Décio Martins Costa, pela coligação PL-UDN, enquanto o PSD de Jobim procurou estabelecer uma aliança com o PRP de Plínio Sal-

---

<sup>141</sup> CPDOC-FGV. AVAP vpu e 1946.01.02. Carta de Getúlio Vargas à Alzira Vargas. 16/11/1946.

<sup>142</sup> ORAÇÃO do senador Getúlio Vargas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/11/1946, p. 14.

<sup>143</sup> CPDOC-FGV. AVAP vpu e 1946.01.02. Carta de Getúlio Vargas a Alzira Vargas. 16/11/1946.

<sup>144</sup> CPDOC-FGV. GV c 1946.12.00/3. Carta de Getúlio Vargas a Dinarte Dornelles. 12/1946.

gado e com o PCB de Luís Carlos Prestes.<sup>145</sup> A posição dos comunistas em cada um dos pleitos será analisada nos capítulos posteriores. Quanto ao PRP, é interessante salientar que o partido fez uma consulta aos três candidatos ao governo, em dezembro de 1946, sobre como receberiam o apoio do partido às suas candidaturas e sobre a posição de cada um com relação ao comunismo e sobre o próprio PRP e a origem integralista de muitos de seus membros.<sup>146</sup> Por fim, a sigla optou pelo apoio a Walter Jobim, tendo estabelecido um acordo que lembra em parte o teor das negociações frustradas entre PSD e PTB: em caso de vitória de Jobim, o PRP ficaria com a secretaria da Agricultura, a vice-presidência da Assembleia Legislativa e as prefeituras onde fizesse mais votos que o PSD.<sup>147</sup>

Ainda sobre o PRP, a resposta enviada por Pasqualini não reple um possível apoio da sigla de Plínio Salgado:

Apoiar um candidato equivale, pois, a aceitar ou, pelo menos, a admitir as ideias e a orientação que ele representa. É permitido supor que, nessas condições, e independentemente de quaisquer compromissos, o Partido Trabalhista receberia com simpatia o apoio de outras forças políticas ao seu candidato. [...] A circunstância de provirem muitos elementos do PRP da extinta Ação Integralista Brasileira, não altera esse conceito, desde que os princípios que se comprometem a defender sejam claramente democráticos.<sup>148</sup>

Apesar disso, conforme a coluna política do *Diário de Notícias*, o PRP justificou a exclusão do apoio a Pasqualini do rol de possibilidades do partido “não tendo em vista o candidato em si, mas pelo fato da presença do Sr. Getúlio Vargas”.<sup>149</sup>

---

<sup>145</sup> O foco deste subcapítulo é compreender as candidaturas de Alberto Pasqualini. Não faz parte do objetivo da tese analisar a formação das alianças, das candidaturas adversárias ou a dinâmica eleitoral no Rio Grande do Sul nesse período, embora esses aspectos tenham sido pesquisados recorrendo a obras de Maria Amélia Soares da Costa (1983), Maria Izabel Noll e Héglio Trindade (1994; 2004), Mercedes Loguercio Cánepa (2005) e Marcos Jovino Asturian (2019)

<sup>146</sup> O PRP interpelou os três candidatos. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 20/12/1946.

<sup>147</sup> APOIO do Partido de Representação Popular à candidatura Valter Jobim. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 29/12/1946.

<sup>148</sup> Carta de Alberto Pasqualini ao PRP. 09/12/1946 (SIMON, vol 4, 1994, p. 46).

<sup>149</sup> APOIO do Partido de Representação Popular à candidatura Valter Jobim. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 29/12/1946.

Ainda em dezembro, a campanha petebista ganharia um reforço: Vargas havia convencido seu antigo ministro do Trabalho, Salgado Filho, a concorrer ao Senado pelo PTB. Eleito senador nessa ocasião, Salgado Filho seria escolhido pelo PTB para concorrer a governador em 1950.

Nas eleições de 1950, a candidatura presidencial de Vargas concentrou quase todas as atenções e determinou o quadro de alianças. Lançado à presidência da República pelo PTB, Vargas afastou-se definitivamente da ala dutrista do PSD. Formou-se o Partido Social Democrático Autonomista, o PSDA, dissidência que apoiou Vargas e ingressou na aliança com PTB e com o inexpressivo PSP do Rio Grande do Sul. A coligação teria como candidato Salgado Filho, enquanto o PSD já havia lançado a candidatura do ex-interventor Cylon Rosa, mas com dificuldade de atrair o apoio da UDN e do PL, sendo que este último acabaria lançando a candidatura de Edgar Schneider. Décio Martins Costa, que havia concorrido a governador em 1947, desta vez foi candidato ao Senado pelo PL (CÁNEPA, 2005, p. 130-131).

Em 11 de julho de 1950, o PRP tomou duas decisões importantes para a definição das alianças daquele pleito: 1) não lançar candidato próprio a governador; 2) não tendo candidato ao governo, lançar candidatura própria ao Senado, como forma de fortalecer a votação do partido.<sup>150</sup> No dia 30 de julho, o diretório estadual definiu a candidatura de seu presidente nacional, Plínio Salgado<sup>151</sup>, para a disputa ao Senado pelo Rio Grande do Sul.<sup>152</sup> Estando o PRP aliado à

---

<sup>150</sup> AIB-PRP [DELFOFOS PUCRS]. Fundo 2, 15.2, b. Ata n.º 2. Livro de Atas do Diretório Regional do PRP. 11/07/1950.

<sup>151</sup> Plínio Salgado (1895-1975) foi jornalista, professor, escritor e deputado estadual eleito pelo Partido Republicano Paulista em 1928. Fundou, em 1932, a Ação Integralista Brasileira (AIB), de inspiração fascista, partido pelo qual lançou sua candidatura a presidente da República em 1937, retirando-a em novembro de 1937 e apoiando a decretação do Estado Novo por Getúlio Vargas. No entanto, a AIB foi fechada como os demais partidos. No ano seguinte, os integralistas promoveram levantes com a intenção de depor Vargas, sem sucesso. Plínio foi preso em 1939 e em seguida enviado para o exílio em Portugal. Voltando ao Brasil em 1945, reformulou a doutrina integralista e fundou o Partido de Representação Popular (PRP), partido pelo qual concorreria a presidente em 1955 (CPDOC. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/biografias/plinio\\_salgado](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/biografias/plinio_salgado)).

<sup>152</sup> AIB-PRP [DELFOFOS PUCRS]. Fundo 2, 15.2, b. Ata n.º 4. Livro de Atas do Diretório Regional do PRP. 30/07/1950.

UDN no plano nacional, a candidatura de Plínio Salgado foi determinante para que se completasse o quadro de alianças no Rio Grande do Sul: mesmo com a duas candidaturas concorrentes a presidente, a de Cristiano Machado pelo PSD e a de Eduardo Gomes pela UDN, a aliança PSD-UDN-PRP se efetivou com o apoio do PSD à candidatura de Plínio em troca do apoio do PRP e da UDN a Cylon Rosa (CÁNEPA, 2005, p. 131).

Enquanto isso, a candidatura do PTB ao Senado estava indefinida. Quanto a Pasqualini, a imprensa noticiava, desde o início do ano, que tanto ele quanto José Diogo Brochado da Rocha encabeçariam a lista de candidatos a deputados federais pelo PTB.<sup>153</sup> Assim, uma pergunta se faz necessária: como Pasqualini se tornou o candidato petebista ao Senado em 1950?

Para compreender essa candidatura é preciso identificar quando ela foi definida. Isso porque o caminho do PTB até a eleição seria marcado pelo acidente aéreo que vitimou seu candidato a governador em 30 de julho. A morte de Salgado Filho levou à cogitação de uma candidatura de conciliação pelas lideranças partidárias. Em carta enviada a Getúlio Vargas, João Goulart relata conversa com Walter Jobim sobre uma candidatura única desejada pelo governador pessedista e apoiada pela UDN e pelo PL, falando-se no nome de Oswaldo Aranha. Embora o acordo não tenha se efetivado, a carta traz outro elemento que contribui para que se compreenda a candidatura de Pasqualini a senador: conforme Goulart, José Vecchio havia se precipitado e lançado a candidatura de Ernesto Dornelles em substituição a Salgado Filho. Diante disso, Pasqualini teria oferecido apoio à candidatura de José Diogo.<sup>154</sup>

Dessa forma, é preciso compreender melhor aquilo que Miguel Bodea (1992, p. 65) ressaltou: que é Vargas quem escolhe Pasqualini como candidato ao Senado após ter convidado Oswaldo Aranha e João Neves da Fontoura e estes terem recusado em meados de

---

<sup>153</sup> AS CONFERÊNCIAS com o Sr. Getúlio Vargas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 08/01/1950, p. 4.

<sup>154</sup> CPDOC-FGV. GV c 1950.08.03/1. Carta de João Goulart a Getúlio Vargas. 03/08/1950.

julho. A carta de Goulart, referida anteriormente, serve como indício de que a escolha tenha recaído em Pasqualini também como forma de apaziguar o partido. O convite a João Neves é confirmado pela carta enviada por ele, em resposta a Getúlio, em 27 de junho: agradecia o convite, mas dizia não aceitar por temer o esforço relativo ao exercício do mandato no “fim da maturidade”. Concluía o assunto evidenciando que Pasqualini seria uma opção seguinte de Getúlio já no final de junho: “Acho que debes mesmo oferecer o mandato a Pasqualini”.<sup>155</sup> Getúlio também havia incumbido Salgado de sondar a possibilidade de Oswaldo Aranha ser candidato, o que parece ter sido feito apenas após a consulta a João Neves, como indica carta de Manuel Vargas a Getúlio: “Salgado não falou ainda nada com Oswaldo sobre assunto senatoria. João Neves ainda não lhe deu resposta definitiva”.<sup>156</sup>

Na ata de convenção estadual do PTB, realizada em 29 de junho, Pasqualini constava como candidato a deputado federal, sendo aprovado um voto de louvor a ele por abrir mão de concorrer ao Senado. Na mesma ocasião foi aprovada uma moção que delegava a Getúlio Vargas a escolha dos candidatos a senador e suplente. Isso para que Vargas pudesse resolver “quando e como julgar necessário, de acordo com os superiores interesses do PTB, o preenchimento dos nomes”.<sup>157</sup> Assim, pode-se concluir que a candidatura de Pasqualini ao Senado já era uma possibilidade antes da convenção do final de junho, mas somente se confirmou no mês de agosto, quando esgotadas outras possibilidades de alianças e precisando unificar o partido em torno da candidatura de Dornelles, Vargas a referendou. Além disso, o PTB teria um candidato com forte discurso programático a fim de combater a candidatura de Plínio Salgado, definida pelo PRP apenas no final de julho.

Assim, foram escolhidos os nomes de Ernesto Dornelles como candidato a governador, Alberto Pasqualini como candidato a sena-

---

<sup>155</sup> CPDOC-FGV. GV c 1950.06.27. Carta de João Neves da Fontoura a Getúlio Vargas. 27/06/1950.

<sup>156</sup> CPDOC-FGV. GV c 1950.07/1. Carta de Manuel Vargas a Getúlio Vargas. 07/1950.

<sup>157</sup> Arquivo do TRE-RS. Processo n.º 31, classe 4. Ata da Convenção Estadual do PTB – 29/06/1950.

dor e Aníbal de Primio Beck como suplente de senador.<sup>158</sup> Todos estes candidatos petebistas seriam eleitos juntamente com Vargas e com as maiores bancadas na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Deputados. No equilíbrio de poder dentro do PTB, vale destacar, concordando com Bodea (1992, p. 90), que as expressivas votações de Leonel Brizola, Ruy Ramos e João Goulart como deputados, em 1950, lhes abririam caminho como grandes lideranças do partido, abaixo de Vargas e de Pasqualini e desafiando os veteranos José Diogo Brochado da Rocha e José Loureiro da Silva. Goulart, Loureiro e Brochado seriam cotados como possíveis candidatos a governador pelo PTB para as eleições de 1954.

Loureiro já possuía um histórico de ocasiões em que havia sido preterido para o cargo de governador: em 1938, quando era prefeito de Porto Alegre e Vargas escolheu Cordeiro de Farias para interventor do Rio Grande do Sul – ocasião na qual teria derrubado a tiros o retrato do presidente que estampava a parede de seu gabinete (DE GRANDI, 2002, p. 148-149). Em 1946, quando o PTB escolheu Alberto Pasqualini como candidato – mesmo após o reconhecido trabalho de Loureiro na estruturação do PTB no estado. Em 1950, quando foi preterido primeiro por Salgado Filho e depois por Ernesto Dornelles. Em 1954, seu nome novamente era cogitado. Naquele momento, ocupava pela segunda vez o cargo de diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

Outro postulante a candidato era José Diogo Brochado da Rocha. Sua passagem pela diretoria da Rede Ferroviária Rio-Grandense durante o Estado Novo havia lhe permitido aspirar ao governo do Estado já em 1945, pelo PSD, quando foi suplantado pela candidatura de Walter Jobim. Naquele ano foi o terceiro deputado federal mais votado no Rio Grande do Sul; no final de 1946, transferiu-se para o PTB onde foi eleito o deputado estadual mais votado em janeiro de 1947. Também postulou ser candidato em 1950, sendo preterido para os cargos majoritários, mas sendo novamente o mais votado na chapa proporcional – desta vez para deputado federal. Em 1954,

---

<sup>158</sup> Arquivo do TRE-RS. Processo n.º 31, classe 4. Ata da Convenção Estadual do PTB. 22/08/1950.

novamente postulava concorrer a governador pelo PTB, assim como Loureiro.

Sobre as pretensões de José Diogo, é interessante observar uma carta de seu irmão, Geraldo Otávio Brochado da Rocha, provavelmente de setembro de 1953, na qual oferece uma leitura do quadro petebista para as eleições do ano seguinte: “Ninguém te iguala em possibilidades de prestígio, o maior no momento (nem o Pasqualini te iguala)”. Na sequência, traça um diagnóstico da possível candidatura de Loureiro: “Foi um desastre: em Bagé, atingiu o máximo do ridículo e *desambientação*. Não tem ressonância popular, embora seja o nome que os janguistas pretendem lançar”. Assim, conforme Geraldo Brochado da Rocha, a ala de João Goulart apoiaria a candidatura de Loureiro, que contava, porém, com pouca repercussão popular. Sobre a popularidade de Pasqualini, ressalta: “O Pasqualini continua o mesmo; grande cartaz e não se desgastou. Também não cresceu”.<sup>159</sup>

Geraldo Brochado da Rocha estava tomando providências para viabilizar a candidatura de seu irmão, José Diogo, mencionando algumas das iniciativas: visitar o interior, fundar em Porto Alegre um “grande Centro Cívico” de apoio à candidatura, organizar a propaganda e se infiltrar nas “camadas organizadas dos diretórios do PTB”.<sup>160</sup> A popularidade entre os ferroviários e suas expressivas votações em três eleições consecutivas, faziam com que José Diogo fosse visto como um forte adversário. Quando este perdeu a indicação para Pasqualini e optou por uma candidatura a governador pelo PSP de Adhemar de Barros, João Neves da Fontoura interpretou o fato como um grande prejuízo ao PTB e como algo positivo ao candidato do PSD, Ildo Meneghetti: “Não posso acreditar que aquele meu velho amigo se haja lançado à luta sem contar com, pelo menos, 20 mil votos de correligionários dele”.<sup>161</sup>

<sup>159</sup> ML-ALERGS. AJDBR. Carta de Geraldo Otávio Brochado da Rocha para José Diogo Brochado da Rocha. Set[?]/1953 [A carta cita um compromisso próximo previsto para outubro].

<sup>160</sup> ML-ALERGS. AJDBR. Carta de Geraldo Otávio Brochado da Rocha para José Diogo Brochado da Rocha. Set[?]/1953.

<sup>161</sup> AHRs. AJNF. Carta de João Neves da Fontoura a Adayl Moraes. 03/08/1954.

Outro nome que passou a ser cogitado foi o de João Goulart, uma liderança em ascensão no PTB naquele momento. Em 1947 havia sido eleito deputado estadual pelo PTB, e deputado federal em 1950. Entre 1950 e 1952 foi presidente estadual do PTB, assumindo em seguida a presidência nacional do partido. Em 1953, convidado por Vargas para o cargo de ministro do Trabalho. A passagem pelo ministério ampliou muito seu prestígio entre os trabalhadores e o movimento sindical e sua demissão, no início de 1954 – após a proposta de aumento de 100% do salário mínimo e das reações da oposição crescente ao governo – o fortaleceu como o segundo líder trabalhista mais popular do país (BODEA, 1992, p. 106; FERREIRA, 2011, p. 118). Seu nome também era cotado para concorrer a governador pelo PTB.

A percepção dessa situação levou João Neves da Fontoura, novamente rompido com Vargas<sup>162</sup>, a manifestar ao diplomata Afonso Palmeiro, em janeiro de 1954, o seguinte diagnóstico: o caso do Rio Grande do Sul poderia ser considerado perdido para Getúlio, pois “os homens do PTB não se entendem”.<sup>163</sup> Enquanto isso, pela primeira vez se formava para as eleições estaduais a aliança que havia levado Ildo Meneghetti à vitória nas eleições municipais de 1951 em Porto Alegre – derrotando Leonel Brizola na disputa pela Prefeitura: a Frente Democrática formada por PSD, PL e UDN. Uma possível derrota do PTB no Rio Grande do Sul era vista como um acontecimento de grande repercussão nacional em prejuízo de Vargas: “Poderá representar, quiçá, o gatilho da rebelião antigetulista e apontar a aliança PSD-UDN-PL como uma base ideal de entendimento, digna de ser ampliada no campo nacional em 1955”, dizia João Neves ao embaixador Aluísio Bittencourt em maio de 1954.<sup>164</sup> Em carta ao deputado federal Walter Peracchi Barcelos (PSD), João Neves já havia declarado que, no Rio Grande do Sul, nas eleições daquele ano, Vargas jogaria sua “partida decisiva”.<sup>165</sup>

---

<sup>162</sup> O rompimento de João Neves e Getúlio Vargas se deu durante a polêmica em torno do pacto do ABC (Argentina-Brasil-Chile) no início de 1954. Sobre o tema, ver o trabalho de Ana Luiza Setti Reckziegel (2018).

<sup>163</sup> AHRS – AJNF. Carta de João Neves da Fontoura a Afonso Palmeiro. 29/01/1954.

<sup>164</sup> AHRS – AJNF. Carta de João Neves da Fontoura a Aluísio Bittencourt. 15/05/1954.

<sup>165</sup> AHRS – AJNF. Carta de João Neves da Fontoura a Walter Peracchi Barcellos. 22/01/1954.

Na pesquisa realizada em 22 municípios do Rio Grande do Sul pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), entre dezembro de 1953 e janeiro de 1954, João Goulart, José Diogo Brochado da Rocha e Loureiro da Silva eram os nomes que, juntamente com Alberto Pasqualini, formavam o rol das opções petebistas oferecidas aos entrevistados. Loureiro contava com a preferência de apenas 2% dos pesquisados, enquanto Goulart possuía 8%, José Diogo 11% e Pasqualini 18%, nenhum porém chegando perto dos 40% de Ildo Meneghetti – que seria o candidato do PSD.<sup>166</sup> Alberto Pasqualini havia sido eleito senador em 1950, com destacada atuação no mandato – que culminou com a relatoria do projeto que criou a Petrobrás em 1953. Em 1954, seu prestígio ainda estava em alta e seu nome era novamente cotado.

As correspondências tratando das possíveis candidaturas de cada partido, mais uma vez fornecem evidências de que as tomadas de posição envolvem cálculos e avaliações acerca dos concorrentes. O olhar que se dirige a esses movimentos tem como ponto de partida teórico a proposição de Pierre Bourdieu acerca da concorrência no jogo político: é preciso entender que uma tomada de posição, um programa ou mesmo um discurso eleitoral se dá tendo em vista o conjunto das tomadas de posição concorrentes, sendo que esse “sentido do jogo político” que “permite que os políticos prevejam as tomadas de posição dos outros políticos é também o que os torna previsíveis para os outros políticos” (BOURDIEU, 2012, p. 172).

Como exemplo disso, em 14 de março de 1954, Aجادil Lemos enviou carta a Alberto Pasqualini com seu diagnóstico sobre o PTB

---

<sup>166</sup> Os outros possedistas incluídos na pesquisa foram Cylon Rosa, com 3%, e o deputado federal Clóvis Pestana, com 5%. Não há muitas informações sobre a pesquisa e não foi encontrada nenhuma menção na imprensa sobre ela. Seus resultados também não foram publicados no *Boletim das Classes Dirigentes*, editado pelo IBOPE. Assim, não há indícios de que as pesquisas tenham pautado de alguma forma a escolha dos candidatos. Os nomes mencionados, porém, confirmam os quatro possíveis candidatos do PTB em 1954. Nos resultados da pesquisa, consta que a mesma foi realizada por incumbência de Leopoldo Freyre Pinto. Conforme a página do SINBORSUL (entidade patronal das indústrias de artefatos de borracha do estado do Rio Grande do Sul), o industrial Leopoldo Freyre Pinto foi seu primeiro presidente, exercendo o mandato de 1952 a 1970 e dirigia a Borbonite S/A Indústria da Borracha. A pesquisa está no fundo IBOPE do Arquivo Edgard Leuenroth [Ael digital – UNICAMP].

do Rio Grande do Sul. Para ele, a possibilidade da candidatura de João Goulart começava a perder força. Quanto a Manuel Vargas, estaria percorrendo o estado a favor da candidatura de Loureiro, mas percebendo a falta de bases de apoio ao possível candidato: “Mais como um teste de reação da opinião partidária do que um propósito sincero”, opinião da qual, segundo Ajadil, o governador Dornelles partilhava. Este teria lhe dito que concordava com a opinião de Getúlio Vargas: o problema da candidatura petebista deveria ser resolvido por um entendimento entre Pasqualini, José Diogo e Goulart. Além disso, há uma leitura interessante de Ajadil Lemos, na mesma carta, acerca da situação da Frente Democrática e de como a indefinição do PTB poderia fazer parte de uma estratégia de retardamento:

A candidatura Meneghetti está consolidada, mas está com o problema da bandeira de luta para desfraldar. Sem conhecerem o candidato do PTB não têm, ainda, o que dizerem abertamente ao povo, nem sabem qual o estilo de campanha a fazer. A tática do PTB, agora, é ir retardando para evidenciar a falta de rumos próprios da FD.<sup>167</sup>

Além dessa leitura da posição relativa da Frente Democrática face ao PTB, evidenciando o quanto as tomadas de posição se dão tendo em vista a concorrência, Ajadil envia um recado de Ernesto Dornelles a Pasqualini: “Preocupado em ganhar as eleições honestamente, vê com muito bons olhos o seu nome e a sua chance”.<sup>168</sup>

Pasqualini, porém, estava doente. Como destacou Roberto Bitencourt da Silva (2013, p. 261), em julho de 1954 os jornais noticiavam a possível desistência de Pasqualini, devido a problemas de saúde que o impediriam de fazer campanha. Miguel Bodea (1992, p. 124) também destaca que o “precário” estado de saúde de Pasqualini prejudicou bastante a sua campanha em 1954.<sup>169</sup> A partir de depoimento do médico Celestino Prunes, Carlos Cortés (2007, p. 232) afirmou: Pasqualini fez a campanha “às vezes quase des-

---

<sup>167</sup> AAP-PMI. Pasta 27.1. Carta de Ajadil Lemos a Alberto Pasqualini. 14/03/1954.

<sup>168</sup> AAP-PMI. Pasta 27.1. Carta de Ajadil Lemos a Alberto Pasqualini. 14/03/1954.

<sup>169</sup> Por diferentes fontes, percebe-se que os problemas de saúde de Pasqualini se davam basicamente em dois aspectos: problemas renais (já tinha apenas um rim) e problemas de hipertensão.

maizando nos comícios, e necessitando, em geral, de alguns dias de descanso entre um aparecimento público e outro”. Olides Canton (2004) relata, a partir do depoimento de Manuel Vargas e de informações prestadas por Wilson Vargas da Silveira, a situação de Pasqualini em 1954:

Pasqualini andava tão doente que o candidato a deputado estadual pelo PTB, Wilson Vargas da Silveira procurou-o numa segunda-feira no Grande Hotel [em Porto Alegre] [...] para um ajuste de contas. É que Pasqualini comprometera-se a comparecer em um comício no fim de semana, em Vacaria, mas falhou. [...] Embora estivéssemos na primavera, era um dia quente. Mas o ‘ideólogo do trabalhismo’ estava abrigado com um sobretudo azul de lâ-camelô e uma manta. Quando se levantou da cama e estendeu a mão a Wilson, este quase caiu para trás. As mãos do senador eram uma poça de suor (CANTON, 2004, p. 60-61).

Na sequência, destaca a impressão de Manuel Vargas sobre a doença e a candidatura de Pasqualini naquelas condições:

Foi visitar Pasqualini. Assustou-se com o que viu. O senador puxou a calça de uma das pernas e mostrou as enormes feridas. Manuel Vargas teve a impressão de estar diante de um defunto e não de um senador candidato a governador. E o senador disse: – Estou com medo de ganhar a eleição! [...] Pasqualini não deveria ter aceitado a candidatura naquelas condições porque até para a safadeza há limites, raciocina Manuel Vargas (CANTON, 2004, p. 61).

Isso nos leva à seguinte questão: por que, mesmo doente, Pasqualini foi candidato a governador em 1954, quando havia outros postulantes dentro do PTB?

Conforme Mercedes Cánepa (2005), o presidente regional do PTB, João Caruso Scuderi, havia considerado a candidatura de Pasqualini como a mais viável e, a partir daí, convencido Vargas e Jango, que passariam a apoiar a ideia. Para Vargas, era importante manter Jango atuando em âmbito nacional (CÁNEPA, 2005, p. 176). Bodea (1992) também destaca a atuação de João Caruso – a quem entrevistou: ele teria seguido para o Rio de Janeiro, no início de junho, para sensibilizar Vargas a favor de uma segunda candidatura de Pasqualini ao Governo do Estado. Nessa missão, teria sido acom-

panhado dos professores Ajadil Lemos e Leocádio Antunes, que junto com João Caruso eram originários da USB (BODEA, 1992, p. 108).

O apoio de Jango à candidatura de Pasqualini, no início de junho, é visto como uma ação combinada com Vargas: “É significativo que, logo após as conversações com Caruso e os seguidores de Pasqualini, Jango, fazendo-se acompanhar pelo secretário de Obras do Rio Grande, Leonel Brizola, jantaram com Getúlio Vargas no palácio, ‘comunicando-lhe a solução’ favorável a Pasqualini” (BODEA, 1992, p. 108). Descartada a candidatura de João Goulart a governador, restavam ainda Loureiro da Silva e José Diogo como concorrentes de Pasqualini. Em 1º de junho, após uma conversa com Vargas, José Diogo afirmou à imprensa que Loureiro seria o nome de conciliação do PTB. Porém, Celito de Grandi narra o descarte da candidatura de Loureiro:

Um telefonema do Palácio do Catete anunciara, havia pouco, a visita da comissão. [...] Loureiro foi trocar de roupa, veste seu melhor terno para receber a comissão. A conversa afável, no início, logo se torna difícil, com tantos considerandos. Até que lhe é dito: ‘O senhor é uma figura indispensável ao governo federal, e a escolha do nosso candidato, por isso, recaiu no nome do Dr. Alberto Pasqualini’. O caudilho consegue se controlar, faz um elogio à figura de Pasqualini, mas resta um grande mal-estar e a comissão logo trata de se despedir. Loureiro fecha a porta e desafoga: [...] Me traíram mais uma vez (DE GRANDI, 2002, p. 148).

Com a desistência de João Goulart, provavelmente orientado por Vargas a concorrer ao Senado, e com a candidatura de Loureiro da Silva abortada pelo comando partidário do PTB em consonância com Vargas, restavam ao PTB duas possibilidades: Pasqualini, com grande prestígio, mas doente; e José Diogo. Uma possível explicação para o porquê da escolha ter recaído em Pasqualini e não em José Diogo ou Loureiro diz respeito à luta entre diferentes gerações do partido, que pode ter levado às novas lideranças que buscavam controlar a máquina partidária, como João Goulart e Leonel Brizola, a repelir as candidaturas de Loureiro ou de José Diogo como forma de suplantarem os antigos líderes que ainda poderiam ofere-

cer risco a seus planos de ascensão. Além disso, Pasqualini contava com o apoio de seus companheiros de USB – alguns ocupando postos na direção do partido, da dissidência liderada por José Vécchio, o PTB Independente, e dos remanescentes do PSDA.<sup>170</sup>

Foi Leonel Brizola quem desferiu o golpe final na candidatura de José Diogo pelo PTB e precipitou a definição do partido: em 15 de junho, o diretório do PTB de Porto Alegre, sob a presidência de Brizola, lançou Pasqualini ao governo do Estado e Goulart ao Senado.<sup>171</sup> Na convenção estadual do PTB, em 17 de junho, novamente é Brizola quem discursa solicitando a aclamação das candidaturas de Pasqualini para governador e de João Goulart e José Diogo às vagas do Senado. Mesmo com a divergência de convencionais que não desejavam a escolha por aclamação, e que possivelmente votariam em José Diogo, foram escolhidos candidatos os nomes defendidos por Brizola.<sup>172</sup>

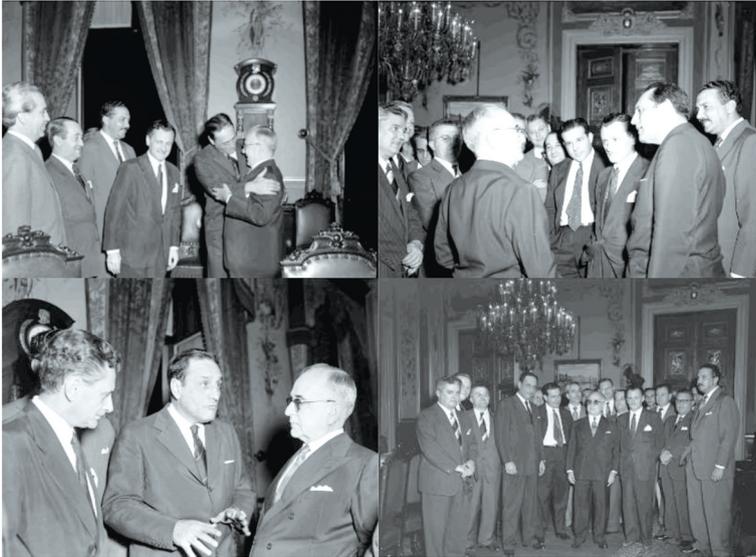
---

<sup>170</sup> Esses apoios foram sistematizados por Bodea (1992, p. 109): em 9 de junho, Vecchio, embora afastado do PTB oficial, anunciava sua disposição em apoiar Pasqualini; No dia 16, a convenção do PSDA, presidida por Victor Issler e com a presença de Ernesto Dornelles, define-se por Pasqualini a governador e Goulart a senador.

<sup>171</sup> INDICADO Pasqualini pelo diretório metropolitano do PTB. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 16/06/1954, p. 2.

<sup>172</sup> Arquivo do TRE-RS. Processo n. 80, classe 4. Registro de candidatura ao governo do Estado – PTB. 04/08/1954.

Imagens 8, 9, 10 e 11 – Getúlio Vargas recebe lideranças do PTB do Rio Grande do Sul no Palácio do Catete (1954)



BR RJANRIO EH.0.FOT, PRP.3048. Agência Nacional, 16/07/1954 [Arquivo Nacional – SIAN].

Na série de imagens em que Getúlio Vargas recebe a bancada do PTB do Rio Grande do Sul no palácio do Catete, em 16 de julho de 1954, Pasqualini está em destaque, como senador e já escolhido candidato a governador. É Loureiro da Silva, porém, quem exhibe proximidade com Getúlio, certamente buscando afastar qualquer impressão de dissensão após não ter sido escolhido como candidato a governador e haver rejeitado o convite para concorrer ao Senado.<sup>173</sup> Outra figura com centralidade nas imagens é a de João Goulart, que observa Getúlio atentamente. Aparece também, com certo destaque, o deputado federal Ruy Ramos, que finalmente seria escolhido para concorrer à segunda vaga de senador. Nota-se, por fim, a au-

<sup>173</sup> LOUREIRO não aceitou o convite ao senado. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 26/06/1954, p. 2.

sência de José Diogo Brochado da Rocha, que acabaria rompendo com o PTB e concorrendo a governador pelo PSP, e de seu aliado Fernando Ferrari.

Assim, em 1954, Alberto Pasqualini concorreria mais uma vez a governador, mesmo enfermo e com sua candidatura tendo que enfrentar concorrentes dentro do partido. Isso porque Pasqualini estava inserido em um jogo no qual seus movimentos estavam articulados aos de outros agentes políticos, marcado pela concorrência e pelas manobras nas quais os objetivos pessoais e os projetos de ascensão política dos agentes se articulavam em torno de interesses em comum conforme as circunstâncias. Os caminhos que levaram às candidaturas de Pasqualini no PTB evidenciam, mais uma vez, que as categorias *pragmáticos* e *doutrinários* não são suficientes para explicar o jogo de aproximações e recuos que conformam alianças e posicionamentos políticos que não se limitam ao papel de *teórico* mas também não o impossibilitam. É preciso entender que as estratégias políticas tidas como *pragmáticas* e as ações tidas como *doutrinárias* em certas ocasiões se repelem e, em outras, se coadunam.

Inaugurando-se um novo regime político, em que a ampliação do eleitorado alistado levou à necessidade de mobilização eleitoral dentro de novos marcos, Alberto Pasqualini foi candidato a cargos majoritários nas três primeiras eleições estaduais no Rio Grande do Sul após 1945 – experiências marcadas pelo ineditismo para a maior parcela dos eleitores, sujeitos nos quais era preciso produzir um interesse pela competição política via eleições.

## CAPÍTULO 2

# “O ELEITOR DEVE VOTAR CERTO”: IMPRENSA E CONSTRUÇÃO DO ELEITOR

“Esperamos sinceramente que todos compreendam o quanto temos sido explorados até agora, dando aos leitores cerca de meio quilo de papel estrangeiro com letrinhas impressas com tinta idem por um preço que nem os pobres aceitam como esmola” (da coluna de humor *Diário de Porto Alegre* quando anunciado o aumento do preço do jornal *Diário de Notícias*. 23/09/1950, p. 3).

“Tivemos uma árdua campanha eleitoral. Comícios enormes de um lado e do outro. Discursos inundaram cidades, campo, serras, coxilhas, litoral. Os jornais eram pequenos para a quantidade de matéria paga” (Noely Carvalho, colunista de *O Repórter*. 16/10/1954, p. 2).

A candidatura de Alberto Pasqualini nas eleições de 1947 gerou um impasse para Getúlio Vargas: se, por um lado, o senador pelo PSD havia se comprometido com seu irmão Protásio a apoiar o candidato do partido a governador, Walter Jobim, por outro, sendo presidente de honra do PTB – para onde migraram vários de seus apoiadores mais leais no Rio Grande do Sul – se via pressionado a manifestar apoio a Pasqualini. Presidindo a convenção estadual do PTB, em 11 de novembro de 1946, Vargas elogiou a ambos: “Os dois candidatos são dignos e representam suas correntes com um passado de serviços ao povo. [...] Ambos são dignos do mandato do povo” (VARGAS, 1950, p. 46). Somente em 29 de novembro, no comício em frente à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o ex-presidente pediu votos

para o candidato trabalhista: “Alberto Pasqualini lançou seu notável programa de candidato, digno da aceitação do povo rio-grandense. É o candidato que eu indico” (VARGAS, 1950, p. 52).

A frase “é o candidato que eu indico” causou polêmica naquela campanha eleitoral, sendo considerada um rompimento com o PSD. Na publicação que reúne discursos de Getúlio Vargas pronunciados entre 1945 e 1947, intitulada *A política trabalhista no Brasil* (1950), a frase consta no discurso do comício. Há dúvidas, porém, se ela constava em sua primeira versão do texto. O jornalista José Bacchieri Duarte (1997, p. 225) apresenta tal questão: “Há quem diga que, até minutos antes da realização do comício [...] ele declararia que os dois eram bons candidatos [...]. Em resumo: ficaria em cima do muro”. O autor menciona conversa em que Loureiro da Silva teria abordado o caso: “Creio ter ouvido, certa feita, do Dr. Loureiro [...] que só à última hora, Getúlio, forçado, teria concordado em indicar o nome de Pasqualini”. E, por fim, destaca a suspeita sobre o discurso: “Dizem que o discurso de Getúlio já teria sido distribuído às redações dos jornais e que teve de ser recolhido e adaptado ao que aconteceu: apoio a Pasqualini” (DUARTE, 1997, p. 225).

Na biografia de Loureiro da Silva, Celito de Grandi (2002) também menciona a questão em torno do discurso de Getúlio Vargas no comício do PTB. Conforme o autor, Vargas cedeu diante das massas presentes ao comício: “Havia elogios para os dois candidatos no discurso redigido [...]. Mas a voz da praça, que retumbava ao longo da Av. Borges de Medeiros até quase a Rua da Praia, fez com que Getúlio Vargas alterasse o texto” (DE GRANDI, 2002, p. 145). O autor entrevistou Sereno Chaise, membro da ala moça do PTB à época da primeira candidatura de Pasqualini a governador.<sup>174</sup> Chaise teria se posicionado logo atrás de Getúlio e acompanhado a leitura do discurso por cima do ombro do senador, que, após o parágrafo em que falava da escolha de Pasqualini como candidato do PTB, teria feito uma pausa. Então “vieram os aplausos, Getúlio lançou um olhar

---

<sup>174</sup> Sereno Chaise (1928-2017) foi vereador em Porto Alegre eleito pelo PTB em 1951, deputado estadual eleito em 1958 e reeleito em 1962. No ano seguinte foi eleito prefeito de Porto Alegre, cassado após o golpe de 1964.

para a multidão e, antes de ler o próximo trecho do discurso, fez a frase: “É o candidato que eu indico” (DE GRANDI, 2002, p. 146).<sup>175</sup>

Independentemente das circunstâncias e do momento exato em que Getúlio Vargas tenha decidido incluir a frase “é o candidato que eu indico” no pronunciamento, o que chama a atenção no episódio, em diferentes narrativas, é a preocupação com a publicação do discurso na imprensa. Conforme Celito de Grandi (2002, p. 146), terminado o comício, as lideranças petebistas resolveram levar o texto, acrescido da frase, aos jornais de Porto Alegre. Um grupo liderado por Dinarte Dornelles teria se encaminhado ao *Correio do Povo*, enquanto o outro, liderado por Loureiro da Silva, se dirigido ao *Diário de Notícias*. Breno Caldas, diretor do *Correio do Povo*, teria negado a inclusão da frase e enfatizado: “Não está escrito, não se publica”; o *Diário de Notícias*, veículo dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, aceitou publicar a frase e fez dela sua manchete (DE GRANDI, 2002, p. 146)<sup>176</sup>.

A imprensa escrita desempenhava um papel central na política brasileira e, nos períodos de campanha eleitoral, partidos e candidatos faziam largo uso de suas páginas, publicando discursos, imagens, anúncios e notas diversas. Definidas as candidaturas, fazer visitas às redações dos jornais tornou-se imperativo. Na obra sobre o *Diário de Notícias*, Celito de Grandi (2005, p. 75) destaca o cumprimento desse “ritual” por Salgado Filho logo após ser escolhido como candidato a governador pelo PTB em 27 de junho de 1950: “Desceu a Ladeira<sup>177</sup>, até chegar à Rua da Praia, e foi visitar as redações do *Diário de*

---

<sup>175</sup> João Batista Cruz (2010, p. 127) construiu, com base em análise de várias fontes históricas, uma interpretação diferente daquela consagrada na memória política: a frase teria sido algo calculado e não fruto de um impulso. A correspondência entre Getúlio Vargas e Dinarte Dornelles indica que a frase foi uma resposta de Vargas aos constantes apelos dos petebistas [CPDOC-FGV. GV c 1946.12.00/3].

<sup>176</sup> Contrariando a narrativa de Celito de Grandi, Marcos Jovino Asturian (2019, p. 69) encontrou a publicação do discurso de Getúlio Vargas no *Correio do Povo* contendo a frase “é o candidato que eu indico”. Apesar desse detalhe, o interesse aqui é demonstrar a centralidade da imprensa escrita na propaganda eleitoral, presente em diversas narrativas sobre o período.

<sup>177</sup> A rua da Ladeira, oficialmente denominada de General Câmara, ligando o Teatro São Pedro – onde havia sido realizada a convenção estadual do PTB – à rua da Praia, ou rua dos Andradas – local por onde se acessava aos principais veículos de imprensa de Porto Alegre, incluindo o *Diário de Notícias* e o *Correio do Povo*.

*Notícias e do Correio do Povo*, para fotos e entrevistas”. O *Diário de Notícias*, poucas semanas depois, foi o primeiro veículo impresso a confirmar a morte de Salgado Filho em um acidente de avião, ocorrida em 30 de julho, gerando grande consternação – conforme relembrou o diretor do jornal, Ernesto Corrêa: “O *Diário* ganha as ruas regurgitantes de uma população consternada às lágrimas. Bate um recorde de tiragem. A Duplex, lá do fundo de sua furna cavada na rocha viva, imprime e imprime” (CORRÊA, 2005, p. 177).

Maior ainda seria a consternação e a revolta quando, em 24 de agosto de 1954, os porto-alegrenses foram informados do suicídio de Getúlio Vargas por meio das emissoras de rádio e das páginas da *Folha da Tarde*.<sup>178</sup> Na campanha eleitoral de 1947 o PTB havia publicado fotos de Vargas abraçando Pasqualini em páginas inteiras na imprensa, acompanhadas da frase “é o candidato que eu indico”, e no pleito de 1950 publicado várias páginas com propaganda do próprio Getúlio, candidato a presidente, bem como de Ernesto Dornelles, que substituiu Salgado Filho como candidato a governador, e da candidatura de Pasqualini ao Senado. Já na campanha de 1954, páginas inteiras seriam ocupadas por reproduções da carta-testamento de Vargas e de fotos do ex-presidente acompanhadas de pedidos de votos a Pasqualini, novamente candidato a governador. Isso nas páginas de jornais como o *Correio do Povo* e a *Folha da Tarde*, que continuaram circulando normalmente após os acontecimentos de 24 de agosto, ao contrário do *Diário de Notícias*, que destruído nos protestos, teve sua circulação temporariamente suspensa: “Dali, agora, saía apenas fumaça” (DE GRANDI, 2005, p. 91).

Naquele dia, enquanto uma parte da população de Porto Alegre se aglomerava na Praça da Alfândega para disputar as edições da *Folha da Tarde* noticiando o suicídio do presidente [ver imagem 12], outra parte optou por um itinerário de ataque e destruição de alvos

---

<sup>178</sup> A *Folha da Tarde* era um vespertino da empresa jornalística Caldas Junior, proprietária do *Correio do Povo* – que, bem como o seu rival *Diário de Notícias*, dos Diários Associados, não circulou com a notícia do suicídio de Vargas no dia 24 de agosto devido ao fechamento de suas edições se darem por volta das 4h da manhã (GALVANI, 1995, p. 339). A *Folha da Tarde*, que naquele dia imprimiu duas edições, tinha como diretor o jornalista Arlindo Pasqualini, irmão de Alberto. Sobre o jornal, há a obra do jornalista Walter Galvani (1996).

vistos como inimigos de Vargas. No que concerne à imprensa, foram atacadas as sedes das rádios Farroupilha e Difusora e dos jornais *O Estado do Rio Grande*, do Partido Libertador, e *Diário de Notícias* (FERREIRA, 2005, p. 189-192). Conforme De Grandi (2002, p. 146), a cópia do discurso de Getúlio Vargas proferido na campanha de 1947, com a frase “é o candidato que eu indico” inserida a caneta, que teria sido guardada pelo jornalista Cláudio Candiota em uma gaveta da redação do *Diário de Notícias*, acabou sendo consumida pelas chamas, juntamente com cadeiras, mesas, máquinas de escrever, bobinas e papéis que foram arremessados pelas janelas da redação do jornal incendiado naquele fatídico 24 de agosto.

Imagem 12 – Leitores da *Folha da Tarde* no centro de Porto Alegre (24/08/1954)



Fonte: *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 25/08/1954, p. 8 [Acervo Hamilton Mojen Chaves – AHRs].

Tudo isso evidencia a necessidade de se compreender o papel da imprensa nas campanhas eleitorais daquele período e as múltiplas relações entre as forças político-partidárias e os veículos de imprensa. O presente capítulo busca refletir sobre o papel da imprensa na mobilização eleitoral durante o período inicial da experiência democrática e entender como a grande imprensa de Porto Alegre conformou os principais acontecimentos e temas das campanhas eleitorais de 1947, 1950 e 1954 e que espaço destinavam às campanhas eleitorais, bem como o uso dessa imprensa pelas campanhas, com especial atenção à propaganda de Alberto Pasqualini. Por fim, haverá uma análise dos programas e propostas de Pasqualini nas três eleições tendo como foco a forma como estes foram divulgados por meio da propaganda eleitoral na imprensa escrita.

## 2.1 Imprensa e mobilização eleitoral: a construção do interesse

Faltando pouco mais de um mês para a realização das eleições estaduais de 19 de janeiro de 1947, as primeiras desde abril de 1935, o jornal *Diário de Notícias* publicou em sua contracapa uma dúvida relativa ao ato de votar na cabine eleitoral: quantas cédulas formavam um voto completo? A lei eleitoral decretada em 1945, chamada de Lei Agamenon, definiu as regras para o pleito de 2 de dezembro daquele ano. Às vésperas das eleições de 1947, tal decreto continuava em vigor e, conforme seus dispositivos, não havia cédula oficial para votação. Assim, cabia ao eleitor levar as suas próprias cédulas em papel, geralmente impressas pelos partidos, para, na “cabine indevasável”, inseri-las em um envelope – este sim oficial e que, conforme o decreto, deveria ser uniforme, opaco e rubricado pelo presidente da mesa receptora. Saindo da cabine, o eleitor deveria depositar o envelope em uma urna que “assegurasse a inviolabilidade do sufrágio”.<sup>179</sup> O texto do jornal alertava: “Estamos, pois, praticamente a trinta dias do pleito e o eleitor ainda não sabe, exatamente, como deve votar”.<sup>180</sup>

<sup>179</sup> Termos do Decreto-lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945.

<sup>180</sup> QUANTAS cédulas farão um voto? *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 13/12/1946, contracapa; p. 2.

A matéria do *Diário de Notícias* destacava dúvidas acerca das cédulas que o eleitor deveria depositar na urna: para senador, deveria estar escrito o nome do candidato ou valeria apenas a sigla partidária? O suplente deveria constar na mesma cédula? Afinal, quantas cédulas o eleitor deveria inserir no envelope? Conforme o texto, até aquele momento estaria claro apenas que deveria portar uma para governador e outra para deputado estadual. O cerne da questão residia nas imprecisões sobre os votos relativos a senador, suplente de senador e suplentes dos senadores eleitos em 1945.<sup>181</sup> Finalmente, no dia 21 de dezembro, o mesmo periódico publicou a resposta oficial da Justiça Eleitoral: o eleitor deveria inserir quatro cédulas no envelope, sendo uma com o nome do candidato a governador, uma com os nomes dos candidatos a terceiro senador e suplente, uma contendo os nomes dos suplentes dos senadores eleitos em 1945, e outra contendo legenda do partido e nome do candidato a deputado estadual.<sup>182</sup>

Além de fornecer instruções sobre o ato de votar, a imprensa atribuía sentidos a este ato, como fica claro desde o primeiro texto sobre o tema das cédulas: era grave o fato de o eleitor estar com dúvidas sobre o exercício do direito ao voto, pois este seria “ao mesmo tempo um dever cívico”.<sup>183</sup> Refletindo sobre a mobilização eleitoral e a construção do cidadão-eleitor – o aprendizado da participação política por meio do voto – Michel Offerlé (1993; 2011) ressalta que para haver eleições é preciso haver eleitores e, mais especificamente, para que o poder político busque legitimidade no sufrágio é preciso existir agentes interessados na competição eleitoral. A ideia de construção do eleitor parte da premissa de que os cidadãos, historicamente, não tenham se interessado espontaneamente pelas práticas eleitorais – com sua periodicidade fixa, pacificação da competição entre as elites políticas e institucionalização da separação entre governantes e governados. Isso implica em um trabalho de mobilização eleitoral resultante

---

<sup>181</sup> Os senadores eleitos em 1945 não contavam com suplentes, que deveriam ser eleitos no pleito de 1947 conforme definido pela Constituição de 1946.

<sup>182</sup> QUATRO cédulas farão um voto completo no pleito de janeiro. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 21/12/1946, contracapa.

<sup>183</sup> QUANTAS cédulas farão um voto? *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 13/12/1946, contracapa.

de um conjunto de incitações por meio das quais se busca criar o hábito do voto, a naturalização das práticas eleitorais e a paciência de aguardar o calendário eleitoral (OFFERLÉ, 2011, p. 154-156).<sup>184</sup>

Esse aprendizado demanda um tempo para o estabelecimento de uma ligação, do ponto de vista do eleitor, entre o voto e a vida cotidiana, e também para a repetição do ato de votar – fundamental para que se crie o hábito relativo a esse ato (OFFERLÉ, 1993, p. 55).<sup>185</sup> Michel Offerlé (1993; 2005) também salienta que diversas autoridades e instituições contribuíram para essa construção de um interesse pelo voto e pela competição eleitoral, além do Estado e dos partidos políticos, entre os quais Igreja e imprensa. Tendo estas reflexões como ponto de partida, este subcapítulo terá como objetivo compreender o papel da imprensa enquanto um dos agentes que visavam à mobilização eleitoral, tendo como recorte de observação os periódicos do Rio Grande do Sul, especialmente de Porto Alegre no período 1945-1954.<sup>186</sup>

<sup>184</sup> Apesar disso, o autor destaca que essa construção do eleitor não se dá de forma unilateral, pois os sujeitos aprendem a apropriar-se da relação eleitoral com certa autonomia, gerando impactos no próprio comportamento das elites políticas (OFFERLÉ, 2011, p. 187).

<sup>185</sup> Pensando no caso brasileiro, é preciso ressaltar que foram realizadas eleições desde a escolha de representantes para as Cortes de Lisboa (1821) até a decretação do Estado Novo (1937). Estas experiências anteriores são importantes para que se compreenda, como destaca Leticia Bicalho Canêdo (2010, p. 520), como os rituais do voto foram sendo construídos de forma lenta e descontínua. Porém, é preciso considerar que determinados fatores fazem do regime democrático iniciado em 1945 um período primordial para a construção do eleitor no Brasil, com a retomada da Justiça Eleitoral, a ampliação do eleitorado (de 3,45% da população em 1934 para 22,34% em 1950 [Considerando o conjunto do eleitorado inscrito no Brasil em 1934 e em 1950 (TSE, 1950) e os censos demográficos de 1940 e 1950 (IBGE)]. Portanto, pode-se pressupor uma população menor em 1934 (os censos foram realizados em 1920 e 1940) e, portanto, o índice de 3,45% está supervalorizado, sendo, certamente, ainda menor]. É preciso observar também a crescente presença das mulheres no corpo eleitoral e a inserção também crescente de trabalhadores urbanos ao eleitorado (SOARES, 1973; FERREIRA, 2005; CANÊDO, 2010). Quanto à periodicidade, é interessante notar que além das eleições presidenciais de 1945, 1950, 1955 e 1960, foram realizados pleitos estaduais (para governadores e deputados estaduais) em 1947 (janeiro), 1950 (coincidindo com a eleição presidencial), 1954, 1958 e 1962 no Rio Grande do Sul, bem como eleições municipais em 1947 (novembro), 1951, 1955 (coincidindo com a eleição nacional), 1959 e 1963. Assim, em um período de 18 anos (de 1945 a 1963), houve a realização de 12 eleições, excluindo-se votações suplementares em determinados municípios.

<sup>186</sup> Conforme o jornalista Jefferson Barros (1999), 103 jornais circulavam no Rio Grande do Sul em 1950, dentre os quais 23 diários. Conforme o autor, esse número permaneceu estável durante toda a década de 1950. Entre os jornais que circulavam nas principais

As eleições de 1947 registravam um número recorde de eleitores alistados. Nos dias que antecederam ao pleito, os jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* passaram a dar enfoque às providências a serem tomadas pelos votantes. Como ressaltado anteriormente, era preciso que o eleitor portasse as cédulas com os nomes dos candidatos que pretendiam sufragar, visto que não existia cédula oficial emitida pela Justiça Eleitoral.<sup>187</sup> Para facilitar, seriam disponibilizadas nas cabines eleitorais as cédulas dos candidatos a governador e a senador impressas pelos partidos. Porém, o Tribunal Regional Eleitoral chegou a informar que, devido ao grande número de candidatos a deputados (cerca de 400), não seriam colocadas as cédulas destes nas cabines, cabendo, portanto, ao eleitor levá-las de casa, conforme recomendava o *Correio do Povo* em 16 de janeiro.<sup>188</sup>

Enquanto isso, os partidos políticos organizavam seus fiscais das seções eleitorais, que tinham como funções, inclusive, observar a existência de cédulas à disposição do eleitor na cabine – evidenciando a importância de se contar com uma estrutura partidária bastante difundida para garantir a vitória eleitoral nas diversas zonas. Conforme as *Instruções aos eleitores, fiscais e delegados partidários sobre o pleito de 19 de janeiro de 1947*, editado pelo diretório estadual do PSD, cabia aos fiscais “verificar, de hora em hora, pelo menos, com o presidente [da mesa], a existência das cédulas do partido na cabine” e, caso não houvesse, “comunicar, imediatamente, à sede do partido”.<sup>189</sup> Finalmente, no dia do pleito, o *Diário de Notícias* publicou nota

---

cidades do Rio Grande do Sul entre 1945 e 1954, podemos destacar *O Rio Grande e O Tempo*, de Rio Grande; em Pelotas, o *Diário Popular*, o *Opinião Pública* e o *Jornal da Tarde*; em Santa Maria, *A Razão*; em Passo Fundo, *O Nacional* e o *Diário da Manhã*; em Caxias do Sul, o *Pioneiro*.

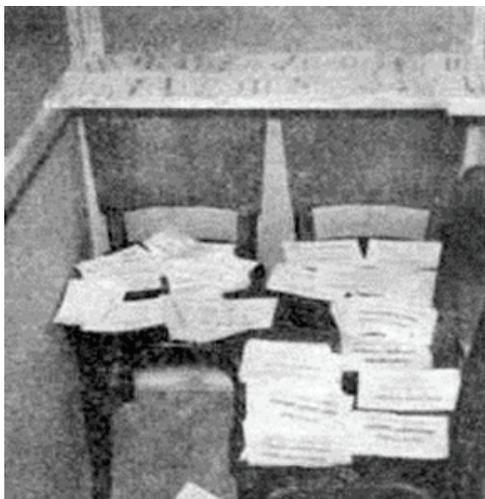
<sup>187</sup> A cédula única seria adotada a partir das eleições de 1955, quando os eleitores precisaram apenas assinalar uma das opções dentre os candidatos listados na mesma. Com a aprovação do projeto de lei da cédula oficial em 1962, apresentado pelo deputado federal Fernando Ferrari (PTB-RS) em 1957, os eleitores passaram a ter de escrever o nome ou o número dos candidatos (CANÊDO, 2010, p. 539; BOMBARDELLI, 2016, p. 163-164).

<sup>188</sup> NÃO HAVERÁ cédulas nas cabines eleitorais. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/01/1947, contracapa.

<sup>189</sup> PSD. *Instruções aos eleitores, fiscais e delegados partidários sobre o pleito de 19 de janeiro de 1947*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1946 [NUPERGS UFRGS].

do TRE pela qual informava aos eleitores que as cédulas dos candidatos a deputados estaduais também seriam depositadas na cabine eleitoral pelos representantes dos partidos, dirimindo a confusão.<sup>190</sup>

Imagem 13 – Cédulas de votação em cabine eleitoral nas eleições de 1945



Fonte: A CABINE indevassável. *Revista do Globo*, Porto Alegre, 08/12/1945, p. 36 [MCSHJC].

Na imagem acima, publicada pela *Revista do Globo* em dezembro de 1945, vê-se a cabine eleitoral com diversas cédulas à disposição dos eleitores. Na descrição da fotorreportagem, revela-se um dos motivos pelos quais a presença das cédulas nas cabines causava preocupação: alguns eleitores sabotavam o material dos adversários. Segundo a revista, o repórter havia presenciado a cena em que um fiscal flagrou um padre furtando as cédulas da cabine.<sup>191</sup>

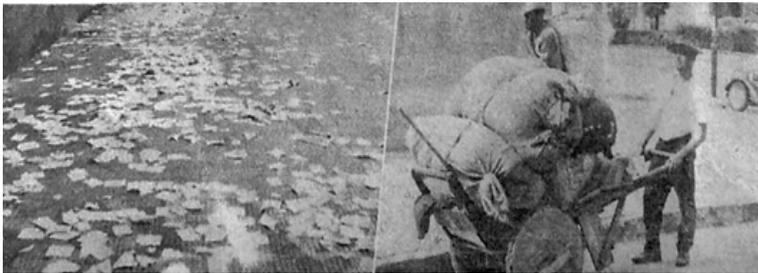
Ainda sobre esse elemento material do ato de votar e o destaque dado a ele pela imprensa, a matéria publicada pela *Folha da Tar-*

<sup>190</sup> AVISO aos eleitores. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 19/01/1947.

<sup>191</sup> APÓS o pleito, fatos trágicos e cômicos... *Revista do Globo*, Porto Alegre, 08/12/1945, p. 37.

de, alguns anos mais tarde, em 1954, destacou o que teria sido um “final melancólico” para o pleito daquele ano: o chão de Porto Alegre havia amanhecido “coalhado de cédulas”. Dois dias depois da votação, ainda havia locais na cidade em que a limpeza pública não havia conseguido limpar e dar fim ao “estranho ballet que dançam as cédulas e as propagandas”. Junto à matéria, o jornal publicou duas reproduções de fotografias em composição: o chão abarrotado de cédulas e juntadores de papel com carrinhos carregados de sacos com os quais coletavam o material que havia sido lançado nas ruas no dia do pleito.<sup>192</sup>

Imagem 14 – Cédulas eleitorais nas ruas de Porto Alegre após as eleições de 1954



Fonte: AMANHECEU coalhado de cédulas o campo da batalha eleitoral! *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 05/10/1954, p. 2 [MCSHJC].

A construção do eleitor também foi pensada por Alain Garrigou (1993), que refletiu sobre a criação de rotinas democráticas por meio de práticas eleitorais, chamando a atenção para a instrumentalização por meio da cabine eleitoral, da urna, da cédula. Nessa mesma perspectiva, Leticia Bicalho Canêdo (2010, p. 540) afirmou que a história das técnicas eleitorais permite observar um trabalho de socialização: “É no cruzamento das práticas, das técnicas e das atitudes dos políticos e eleitores que se situa toda a importância do instrumento do voto como procedimento legítimo de designação política”. A

<sup>192</sup> AMANHECEU coalhado de cédulas o campo da batalha eleitoral *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 05/10/1954, p. 2.

imprensa cumpriu um papel importante nesse trabalho, produzindo textos e imagens capazes de propiciar parte desse aprendizado acerca do ato de votar no momento em que grande número de cidadãos passou a exercê-lo.

Entre os jornais que circularam na capital gaúcha no período de 1945 a 1954, destacam-se os consolidados *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*. O primeiro, fundado por Francisco Antonio Vieira Caldas Junior em 1895, seria dirigido pelo seu filho, Breno Caldas, a partir de 1935. A grande influência do periódico levou o jornalista Walter Galvani (1995, p. 380) a declarar que “para estar bem com o Rio Grande, era preciso estar bem com o *Correio do Povo*. Para estar bem com o *Correio*, era preciso estar bem com Breno Caldas”. O grande concorrente do jornal de Caldas era o *Diário de Notícias*, fundado em 1925 por Francisco Leonardo Truda. No início da década de 1930, o jornal foi adquirido pelos Diários Associados de Assis Chateaubriand.<sup>193</sup> Dirigido pelo jornalista Ernesto Corrêa, o *Diário* superaria o *Correio* em tiragem no ano de 1953 (DE GRANDI, 2005, p. 83).<sup>194</sup>

Também circulava em Porto Alegre o diário vespertino *Folha da Tarde*, igualmente de propriedade da família Caldas. Dirigido pelo

---

<sup>193</sup> Assis Chateaubriand (1892-1968) foi advogado, fazendeiro, empresário e jornalista. Fundador de um grande grupo de comunicação, os *Diários Associados*, tornou-se dono de jornais, revistas, emissoras de rádio e fundou a primeira emissora de televisão da América Latina, a TV Tupi em 1950. Além disso, era proprietário da Agência Meridional de Notícias. Seu maior fenômeno de tiragem foi a revista *O Cruzeiro*, de circulação nacional e que chegou a imprimir 720 mil exemplares na década de 1950 (LAURENZA, 2008, p. 181-182). Em 1930, com ajuda financeira da Aliança Liberal e de Getúlio Vargas, Chateaubriand adquiriu o *Diário de Notícias* de Porto Alegre (DE GRANDI, 2005, p. 32-33). Apesar de várias divergências com Getúlio na década de 1930, Chateaubriand não fez oposição ao Estado Novo, apenas apoiando o retorno do regime democrático em 1945. Apoiou o brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) para presidente em 1945 e, discretamente, o retorno de Vargas à presidência em 1950. Entretanto, teve novas divergências com relação ao governo, especialmente na questão do Petróleo, defendendo o capital estrangeiro. Sua oposição a Vargas acentuou-se em 1954 (CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-de-assis-chateaubriand-bandeira-de-melo>).

<sup>194</sup> A venda de jornais em Porto Alegre aumentou 76% entre 1940 e 1950 e 65% entre 1950 e 1960, chegando a 190 mil exemplares por dia (BARROS, 1999, p. 41). Nesse mesmo período, a população de Porto Alegre passou de 272.232 habitantes em 1940 para 394.151 em 1950 e para 635.125 em 1960, portanto um aumento de 30,9% entre 1940 e 1950 e de 37,9% entre 1950 e 1960, conforme os censos realizados pelo IBGE (FEE, 1981).

jornalista Arlindo Pasqualini, era editado em tamanho menor – tabloide e não em tamanho *standart*, como eram todos os demais jornais da época –, uma grande novidade quando fundado em 1936. Com textos mais curtos e muitas imagens, a *Folha*, segundo Walter Galvani (1996, p. 24), nunca teve número significativo de assinantes, mas seus leitores a buscavam nas bancas ou compravam dos jornaleiros nas ruas, e sua tiragem esteve sempre crescente até a década de 1980. *Correio do Povo*, *Diário de Notícias* e *Folha da Tarde* podem ser considerados, no período de 1945 a 1954, os jornais da grande imprensa<sup>195</sup> de Porto Alegre.<sup>196</sup>

O outro importante periódico da grande imprensa em Porto Alegre era a *Revista do Globo*. Revista de variedades fundada em 1929, era quinzenal e contava, nas décadas de 1940 e 1950, com reportagens de diversos temas, fotorreportagens, crônicas, seções de Literatura, Artes, Cinema, Humor e “Assuntos femininos”. Entretanto, sempre houve espaço para a política nas páginas da revista. Como afirma Cláudio de Sá Machado Junior (2009, p. 76-77; 194), a *Revista do Globo* buscou promover indivíduos ligados a setores da elite e reforçou a imagem dos governantes, estando desde sua fundação muito próxima de Getúlio Vargas e dos governantes estaduais que o sucederam. A partir de 1945, publicou diversas reportagens e fotorreporta-

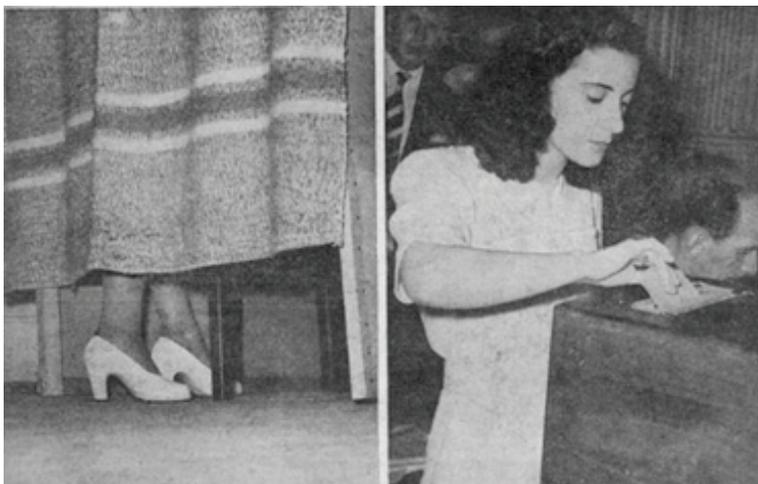
---

<sup>195</sup> Compreendendo a grande imprensa como ressalta Tania Regina de Luca (2008, p. 149): o conjunto de títulos que em determinado contexto formam a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro. Sobre o papel do *Correio do Povo* e do *Diário de Notícias* para o jornalismo no Rio Grande do Sul, ver o trabalho de Francisco Rüdiger (1993).

<sup>196</sup> Também circulavam em Porto Alegre, nesse período, alguns periódicos ligados a partidos políticos, como o jornal *Libertação*, do Comitê Municipal do Partido Comunista, substituído pela *Tribuna Gaúcha*, cujo nome mudou para *A Tribuna* em 1950. O Partido Socialista Brasileiro (PSB) lançou *A Luta* em 1949 (MARÇAL, 2008). Havia também o jornal *O Estado do Rio Grande*, do Partido Libertador, que circulou entre 1929 e 1937 e retomou as atividades entre 1946 e 1960, sempre com interrupções (LEITE, 2004, p. 38). Apesar de longa busca, não foram encontradas edições do jornal entre 1945 e 1954 nos arquivos de Porto Alegre para esta pesquisa, apenas algumas edições do ano de 1950 na Biblioteca Nacional e recortes esparsos no acervo de Raul Pilla no NUPERGS/UFRGS. No Museu da Comunicação Hipólito José da Costa foram identificados também o *Correio da Noite*, órgão do PSD que circulou em 1945, e a revista *Hoje*, que circulou em 1954 e 1955, com tendência socialista e vínculos com o PSB. Além destes, circularam jornais de tendências católicas, como *A Nação* e o *Jornal do Dia*, que serão analisados no subcapítulo 4.2.

gens sobre as eleições, as campanhas eleitorais e os eleitos, contribuindo para a visibilidade da competição eleitoral.

Imagem 15 – Eleitora na cabine e depositando o voto na urna (1945)



Fonte: O MINUTO decisivo / O VOTO enfim. *Revista do Globo*, Porto Alegre, 08/12/1945, p. 36 [MCSHJC].

A fotorreportagem sobre as eleições de 2 de dezembro de 1945 foi publicada com o título *Nossa democracia em ação*, destacando a participação dos eleitores e o ineditismo, para muitos, do ato de votar: “Alguns milhões de brasileiros compareceram às urnas no domingo passado, pela primeira vez nestes últimos treze anos ou em suas vidas, a fim de elegerem pelo voto secreto um Presidente da República, senadores e deputados”.<sup>197</sup> A sequência de imagens destaca a presença dos eleitores e das eleitoras nas seções de votação: homens e mulheres em fila, alguns protegendo-se do sol com jornais sobre as cabeças; um homem de muletas aguarda na fila o seu momento de votar; uma mulher assina a folha de votação; na cabine indevassável, vê-se apenas os sapatos de salto de uma eleitora escondida atrás da cortina enquanto insere suas cédulas no

<sup>197</sup> NOSSA democracia em ação. *Revista do Globo*, Porto Alegre, 08/12/1945, p. 33.

envelope; em seguida, a imagem exhibe a eleitora depositando o envelope na urna.

Percebe-se, na fotorreportagem, uma valorização da democracia representativa e do ato de votar: “O eleitor usa da arma sagrada para expressar sua opinião”, concluía o texto. Derocina Alves Campos Sosa (2005) ressalta que os mais diversos veículos de imprensa do Rio Grande do Sul saudaram com entusiasmo a abertura democrática em 1945, sendo que, a partir desse momento, muitos desses periódicos passaram a adotar um discurso completamente diferente daquele que vigeu em suas páginas durante o período autoritário. Assim, é possível afirmar que, no desfecho do Estado Novo, grande parte da imprensa passou por uma adaptação discursiva diante das alterações no jogo político, visando a sua própria legitimidade e manutenção de seu espaço nesse jogo (SOSA, 2005, p. 182-183). Mesmo que seu entusiasmo com a democracia tenha feito parte de uma estratégia calculada, é inegável que a imprensa, ao dar visibilidade às práticas eleitorais e ao produzir sentidos sobre o voto, forneceu subsídios para o aprendizado necessário à construção de um interesse pela competição política e à constituição de eleitores.

Nesse sentido, é importante destacar também a revista *O Repórter*, fundada em 1933 e cujo proprietário era Hilário Gomes. Semanal, a revista diferenciava-se dos demais periódicos que circulavam em Porto Alegre especialmente pela presença do humor nas opiniões, nas charges, nas caricaturas e nas piadas publicadas. Além disso, contava com seções de esportes, moda feminina e anúncios, inclusive de candidaturas – havendo espaço, nos períodos eleitorais, para comentários e notícias acerca dos candidatos. Com essas características, *O Repórter* buscava chamar a atenção de seus leitores para a competição eleitoral de uma forma bastante própria – se comparadas com os demais periódicos da época – como a publicação de charges sobre as candidaturas.<sup>198</sup>

---

<sup>198</sup> Com exceção da *Revista do Globo*, os demais periódicos publicavam charges com temas nacionais e não regionais, pois os clichês eram recebidos dos jornais do Rio de Janeiro.

Imagem 16 – Charge sobre a escolha de Pasqualini como candidato do PTB (1947)



Fonte: A SEMANA a lápis, por Nery. *O Repórter*, Porto Alegre, 09/11/1946, capa [MCSHJC].

A revista era bastante crítica à figura de Loureiro da Silva. Conforme o texto publicado em 18 de setembro de 1946, Loureiro havia sido “levianamente” lançado candidato a governador por uma ala do PTB.<sup>199</sup> Quando ficou definida a candidatura de Pasqualini, o periódico publicou a charge na qual, jocosamente, fala sobre os lançamentos: de Pasqualini, pelo PTB e pela USB, a governador; de Loureiro, pelo “povo”, às águas do rio Guaíba – principal manancial da capital gaúcha [imagem 16]. O que também chama a atenção nessa imagem é a representação dos leitores: a charge busca mostrar que era por meio da leitura de um jornal que os personagens ficavam sabendo do tema sobre o qual dialogavam. Implicitamente, a imagem salienta o papel dos periódicos na construção de um interesse pela disputa eleitoral.

<sup>199</sup> A CANDIDATURA Loureiro. *O Repórter*, Porto Alegre, 28/09/1946, capa.

Destaca-se também a charge publicada pela revista *O Repórter* na qual há uma comparação do pleito para governador a uma corrida de cavalos:

Imagem 17 – Charge sobre as eleições de 19 de janeiro de 1947



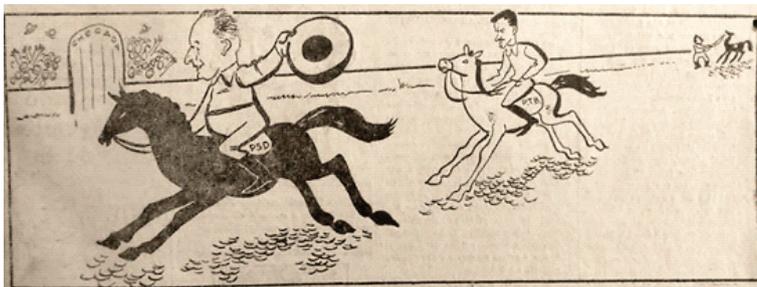
Fonte: *O Repórter*, Porto Alegre, 18/01/01947, capa [MCSHJC].

A charge, publicada às vésperas do pleito, apresenta os candidatos Décio Martins Costa (UDN-PL), Alberto Pasqualini (PTB) e Walter Jobim (PSD) como jóqueis, sendo cada cavalo identificado com a sigla partidária correspondente. Nota-se a linha de largada em frente aos cavalos, indicando tratar-se do início da corrida. Nas edições seguintes, a revista publicaria outras charges com a mesma alegoria, para indicar quem estava na frente ao longo da apuração dos votos. Por isso, nessa imagem, o *starter*, responsável pela largada, está com a arma apontada para cima como prestes a dar o tiro de início. Atrás dele, exhibe-se a torcida de cada competidor, portando cartazes mais uma vez com as siglas dos partidos. É preciso observar que, embora os três competidores estejam igualmente na linha de largada, o desenho coloca Jobim em primeiro plano, aparecendo, portanto, à frente de Pasqualini e este, por sua vez, à frente de Décio Martins Costa. A legenda da imagem acaba com qualquer dúvida quanto à parcialidade do periódico: “Após a largada, Walter ganhando terreno, deixará para trás seus adversários. E perdendo-os de vista, alcançará a meta da vitória”.<sup>200</sup>

<sup>200</sup> AFINAL, amanhã, 19 de janeiro... *O Repórter*, Porto Alegre, 18/01/1947, capa.

Ao final da apuração, definida a vitória de Jobim, *O Repórter* publica outra charge com a analogia ao turfe, dessa vez exibindo o candidato pessedista na linha de chegada. Na imagem, o vencedor está sorridente, acenando com o chapéu, enquanto Pasqualini, atrás e já derrotado, apresenta um semblante grave. E mais ao fundo, Décio Martins Costa, em pé tentando puxar pelas rédeas o cavalo empacado da coligação PL-UDN. A legenda buscava expressar o quão interessante havia sido a corrida, ou seja, o pleito: “Foi espetacular, renhindhíssima”.<sup>201</sup>

Imagem 18 – Charge sobre o resultado das eleições de 19 de janeiro de 1947



Fonte: O GRANDE páreo Jobim, Pasqualini, Décio. *O Repórter*, Porto Alegre, 08/02/01947, capa [MCSHJC].

Em 1954, a analogia com uma corrida de cavalos foi retomada, dessa vez no momento da escolha dos candidatos. A coluna *Charla de Galpão*, cujo autor se autodenominava Tio Lautério, apresentava, com vocabulário bastante regionalista, os candidatos a governador como “parlheiros”, ou seja, como cavalos de corrida. A coluna estreou no *Diário de Notícias* em 18 de julho, destacando o interesse que as eleições estariam despertando: “Não se fala noutra coisa. Nos bolichos, nos galpões, nos fogões das cozinhas, só se conversa a respeito das penças de outubro. Carreira linda”. Assim, o colunista construiu uma narrativa que destaca a expectativa em torno da disputa

<sup>201</sup> O GRANDE páreo Jobim, Pasqualini, Décio. *O Repórter*, Porto Alegre, 08/02/1947, capa.

eleitoral: “Dizem que o melhor da festa é esperar por ela...”<sup>202</sup> No pleito anterior, em 1950, os comentários cômicos sobre as eleições tiveram lugar na coluna *Diário de Porto Alegre*, assinada por D. Xicote.<sup>203</sup> Em 3 de outubro, dia do pleito, o colunista passou uma série de “instruções” aos eleitores. Ressaltou a questão do arrependimento:

Por melhor que o caro eleitor tenha escolhido o seu candidato é quase certo o seu arrependimento minutos após o ato de votar. Às vezes mesmo no momento de colocar o envelope na urna. Outras vezes ao colocar as cédulas no envelope. Às vezes antes disso. Antes de entrar na cabine. Outras vezes antes de entrar no edifício e muitas e muitas vezes antes de sair de casa.<sup>204</sup>

Apesar da forma satírica, o colunista acaba indicando ao leitor, que ele prevê como um eleitor, todas as etapas do ato de votar: sair de casa, chegar ao local da seção eleitoral, entrar na cabine, depositar as cédulas no envelope, inserir o envelope na urna. Na sequência, explicava mais detalhadamente como deveria agir o eleitor na seção: “Assinará o nome, se souber, num livro retangular que estará com o presidente da Mesa”. Mesmo em caso de arrependimento, quase certo na opinião galhofeira de D. Xicote, o eleitor teria cumprido seu dever e exercido seu direito: “Votar é um direito. E um dever. Vota quem quer. Quem não quer paga multa até dois mil cruzeiros. E quem quiser gastar está aí uma oportunidade excelente”.<sup>205</sup> Além de reforçar as etapas do ato de votar, a coluna de humor ressaltava aspectos realmente presentes na legislação eleitoral, como a obrigatoriedade de saber ler e escrever para ser eleitor e a multa em caso de não comparecimento.<sup>206</sup>

Mesmo após o dia da votação, a imprensa continuava a construção de uma narrativa acerca da competição eleitoral, fazendo a cobertura das apurações dos votos – tarefa que, naquele período, levava quase um mês para ser concluída. Enquanto os resultados não

<sup>202</sup> CHARLA DE GALPÃO. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 18/07/1954, p. 2.

<sup>203</sup> Conforme o historiador Diego Orgel Dal Bosco Almeida, tratava-se do jornalista Josué Guimarães.

<sup>204</sup> D. XICOTE. *Diário de Porto Alegre. Diário de Notícias*, Porto Alegre, 03/10/1950, p. 3.

<sup>205</sup> D. XICOTE. *Diário de Porto Alegre. Diário de Notícias*, Porto Alegre, 03/10/1950, p. 3.

<sup>206</sup> Conforme o Código Eleitoral de 1950, a multa variava de 100 a 1.000 cruzeiros em caso de ausência sem justificativa.

estavam definidos, a apuração seguia ocupando um espaço importante nas páginas dos jornais, sendo expressa por meio de relatos sobre a contagem dos votos, imagens das mesas de apuração, entrevistas com lideranças políticas sobre os primeiros resultados, mapas e tabelas com resultados eleitorais. A contagem dos votos nas urnas da capital se encerrava e ainda era preciso aguardar os resultados do interior. Em 23 de janeiro de 1947, quatro dias após o pleito, Pasqualini aparecia na frente na apuração em Porto Alegre e praticamente empatado com Walter Jobim (PSD) no cômputo geral. O *Diário de Notícias* chegou a noticiar manifestações de popularidade com relação ao candidato petebista:

O sr. Alberto Pasqualini, que ocupa nos *placards* da apuração lugar nunca antes alcançado por qualquer candidato de oposição [...] passeou, ontem à noite, democraticamente pela rua dos Andradas. [...] Reconhecido, uma senhorita imediatamente se acercou do único candidato solteiro e pediu-lhe um autógrafa. Formou-se logo um grupo maciço de simpatizantes do sr. Alberto Pasqualini que o ovacionaram imediatamente. A muito custo, pôde o candidato atingir seu automóvel e libertar-se daquele pesado tributo à popularidade.<sup>207</sup>

O entusiasmo durou pouco nesse caso, pois no dia seguinte, o mesmo jornal já noticiava a ampliação da margem de votos por Jobim e a tendência de vitória do candidato pessedista.<sup>208</sup> Em 1954, mais uma vez a imprensa buscou exprimir uma visão humorística sobre o ato final das eleições: a apuração dos votos foi tema do cartum de Sampaio na *Revista do Globo*:

---

<sup>207</sup> O SR. ALBERTO Pasqualini continua vencendo na capital. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 23/01/1947, contracapa.

<sup>208</sup> DELINEIA-SE a vitória eleitoral do sr. Walter Jobim. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 24/01/1947, contracapa.

## Imagem 19 – Cartum de Sampaio sobre as juntas apuradoras (1954)



Fonte: SAMPAIO. Juntas apuradoras. *Revista do Globo*, Porto Alegre, 30/10/1954, p. 4 [MCSHC].

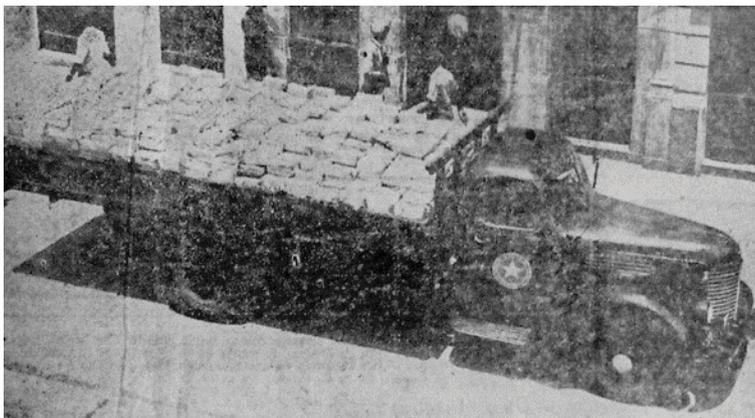
Na imagem, funcionários e fiscais contam votos, calculam, anotam, festejam, choram, brigam e causam confusões e conflitos diversos: um joga uma máquina de escrever no outro; um ventilador faz voar as cédulas em outra repartição; em uma parte da junta apuradora, fiscais tem a atenção desviada por uma mulher. Tudo sob o olhar atento de observadores debruçados no canto superior esquerdo: cinco homens, sendo um padre. Perto deles, um repórter anuncia, aos berros, os resultados ao microfone. No primeiro plano, homens choram em frente à junta, representando os candidatos derrotados. Enquanto isso, outros riem e um toca flauta. O desenho de Sampaio acaba representando uma série de sentimentos despertados pela disputa eleitoral, da alegria à tristeza, evidenciando, assim, mais que o interesse, as paixões geradas pela competição eleitoral.

Noticiando as articulações visando às definições das candidaturas pelos partidos, as convenções, as campanhas, as ocorrências no dia do pleito, a apuração e os resultados, publicando as notas e anún-

cios dos candidatos, produzindo imagens da disputa eleitoral e comentários sobre o voto e o papel do eleitor, a imprensa contribuiu para a construção de um interesse pela competição eleitoral e para o aprendizado acerca do ato de votar. Trazendo o exemplo de um pleito, de forma mais sistemática, é importante observar o caso das eleições estaduais de 1947. Nessa primeira eleição para escolha de governador e de deputados estaduais após mais de uma década, os grandes diários de Porto Alegre destinaram vários espaços em suas páginas para matérias, comentários e imagens sobre os preparativos das eleições e para informes da Justiça Eleitoral.

Na edição de 22 de dezembro de 1946, o *Correio do Povo* publicou a matéria com um título afirmativo: *Haverá eleições no dia 19 de janeiro!* Acompanhada da imagem de um caminhão sendo carregado, a publicação logo se revelava uma propaganda, com ares de notícia, da Expresso Estrela de Prata – que fazia transporte entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. A empresa era a responsável por transportar 5.500 quilos de material enviado pelo Tribunal Superior Eleitoral para a realização do pleito (impressos, envelopes, etc).<sup>209</sup>

Imagem 20 – Caminhão carregado de material da Justiça Eleitoral (1946)



Fonte: HAVERÁ eleições no dia 19 de janeiro! *Correio do Povo*, Porto Alegre, 22/12/1946, p. 13 [MCSHJC].

<sup>209</sup> HAVERÁ eleições no dia 19 de janeiro! *Correio do Povo*, Porto Alegre, 22/12/1946, p. 13.

Em 4 de janeiro, o *Correio do Povo* iniciou a publicação de uma série de orientações do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RS) sobre as eleições. Naquele dia, o informe tratava dos títulos de eleitor extraviados: aqueles que estivessem nessa situação deveriam requerer segunda via através de petição ao Juiz Eleitoral. A nota apresentava um modelo a ser seguido pelos eleitores:

Exmo. Sr. Dr. Juiz Eleitoral (mencionar o número da zona) Fulano de tal, estado civil, profissão, idade, naturalidade, data do nascimento (mencionar dia, mês e ano), filho de (mencionar nomes de pai e mãe), residente à rua tal, tendo extraviado o seu título eleitoral, requerer a V. Exa. se digne determinar o fornecimento de 2ª via do mesmo. N. termos P. deferimento (datar e assinar).<sup>210</sup>

No dia 7 de janeiro, o mesmo jornal dedicou um quarto de sua contracapa – onde ficava a seção de política – às informações sobre o pleito, obtidas na reunião do TRE na tarde do dia anterior. Sob o título *Cerca de 800 mil rio-grandenses deverão votar no pleito do dia 19*, a matéria inseriu parte do pronunciamento do presidente do tribunal, desembargador Erasto Roxo de Araújo Corrêa, que destacava os trabalhos necessários à realização das eleições dando um tom de grandiosidade aos mesmos: as 61 zonas eleitorais já estariam supridas com urnas e material padronizado, “apesar de serem precisos vários caminhões para transportá-los e o seu peso representar algumas dezenas de milhares de quilos. [...] tudo fizeram para o rápido transporte por meio da Viação Férrea, rodovias e vias fluviais”.<sup>211</sup>

A essa narrativa, que destaca a extensão das providências que estavam sendo tomadas em prol das eleições, o jornal somou a imagem publicada no dia seguinte, também na contracapa, exibindo o embarque em avião de volumes encaminhados pela Justiça Eleitoral ao Estado de Sergipe: “A fim de assegurar o perfeito suprimento de material necessário ao pleito de 19 de janeiro, em todo o país, o

<sup>210</sup> TÍTULOS extraviados. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04/01/1947, contracapa.

<sup>211</sup> CERCA de 800 mil rio-grandenses deverão votar no pleito do dia 19. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/01/1947, contracapa; p. 2.

Tribunal Superior Eleitoral está utilizando amplamente a aviação comercial, assim como os serviços da FAB”.<sup>212</sup>

Imagem 21 – Embarque de material para as eleições de 1947 em avião da Panair



Fonte: A AVIAÇÃO a serviço do pleito. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/01/1946, contracapa [MCSHJC].

O *Diário de Notícias* também noticiou os preparativos do pleito. Em 10 de janeiro, a coluna política do jornal destacou que cerca de 50 máquinas estavam sendo utilizadas para impressão das listas de votação, exigindo a requisição de salas da Biblioteca Pública para realização desse trabalho.<sup>213</sup> No dia seguinte, foi divulgada nota da Imprensa Oficial sobre as listas com as zonas e seções de votação de cada eleitor: para que os eleitores ficassem sabendo em qual mesa

<sup>212</sup> A AVIAÇÃO a serviço do pleito do dia 19. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/01/1946, contracapa.

<sup>213</sup> MAIS de meia centena de máquinas... *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 10/01/1947, contracapa.

deveriam votar, a Imprensa Oficial publicaria as listas no Diário Oficial e também encaminharia à imprensa as listas por zona e disponibilizaria as mesmas para consulta em sua sede.<sup>214</sup> No dia 16 de janeiro, o *Diário de Notícias* publicou enormes listas com os mesários convocados para cada seção eleitoral em Porto Alegre.<sup>215</sup>

A cada eleição, a imprensa repetia as instruções aos eleitores, como, por exemplo, na edição do dia 1º de outubro de 1950, o *Diário de Notícias* o fez detalhadamente:

Ao chegarem à mesa receptora procurem com o Secretário a sua senha numerada e aguardem a chamada pelo número de ordem da senha. Apresentem, ao penetrar no local da votação, o seu título eleitoral ao Presidente da mesa. Assinem o seu nome, por extenso, nas folhas de votação. As receberem do Presidente da mesa a sobrecarta encaminhem-se, sem demora, ao gabinete indevassável. Coloquem as cédulas na sobrecarta, fechando-a antes de se retirarem. Não se pode permanecer na cabine indevassável por mais de um minuto.<sup>216</sup>

No dia das eleições, o mesmo periódico representou a tais etapas por meio de desenho sequencial em sua contracapa: a chegada do eleitor na mesa, o recebimento da senha, a assinatura da folha de votação, o eleitor na cabine inserindo as cédulas no envelope, e, por fim, o depósito do envelope na urna.

Imagem 22 – Desenho sequencial demonstrando as etapas do ato de votar (1950)



Fonte: COGNAC, Vincenzo. Como votar. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 03/10/1950, contracapa [MCSHJC].

<sup>214</sup> COMO os eleitores poderão tomar conhecimento das zonas e mesas em que deverão votar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11/01/1947, contracapa.

<sup>215</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 10/01/1947.

<sup>216</sup> COMO votar no pleito dia 03. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 1º/10/1950, contracapa.

A legislação eleitoral então vigente definia que o voto deveria ser secreto, como o Código Eleitoral de 1932 já havia estabelecido e a Constituição de 1946 veio a confirmar. Letícia Bicalho Canêdo (2010) salienta que, além da criação da Justiça Eleitoral (em 1932 e retomada em 1945), foram fundamentais para garantir o voto secreto dois instrumentos materiais que passavam a fazer parte do ato de votar: o envelope oficial – uniforme em cor e tamanho e rubricado pelo presidente da mesa receptora – e a cabine com cortina para que o eleitor pudesse inserir no envelope as cédulas que desejasse. Nas eleições de 1947, o voto secreto também foi tema da propaganda dos partidos, reforçando, na linguagem própria da disputa entre as candidaturas, esse trabalho da imprensa e da Justiça Eleitoral visando à mobilização eleitoral. Buscando enfrentar a máquina pessedista<sup>217</sup>, as candidaturas de Alberto Pasqualini (PTB) e Décio Martins Costa (PL-UDN) chamavam a atenção para o sigilo do voto.

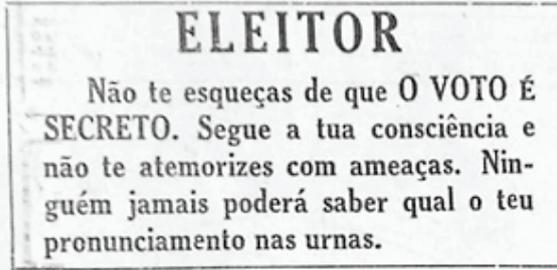
Texto publicado na propaganda do PTB veiculada no *Diário de Notícias* em 4 de janeiro de 1947 ressaltava: “O voto é secreto, rigorosamente secreto, e cada cidadão pode e deve sufragar o candidato da sua preferência e simpatia, sem qualquer temor”. O texto apelava para que o eleitor não se deixasse intimidar ou influenciar pelos agentes públicos, pois o segredo do voto estaria garantido. E finalizava: “A democracia é o governo do povo pelo povo e o governo do povo nasce das urnas onde cada cidadão deve colocar seu voto a favor do candidato que julgar digno de merecê-lo”.<sup>218</sup> Alguns dias depois, a publicação do PTB no mesmo jornal foi acompanhada de um anúncio destacado sobre o tema:

---

<sup>217</sup> Lisande Medianeira de Oliveira (2008) destacou em sua tese a recorrência de práticas de coação eleitoral e de uso da estrutura pública nas eleições de 1945 e 1947 no Rio Grande do Sul. Para a autora, o uso da máquina pública pelos interventores municipais foi o elemento decisivo para a vitória de Walter Jobim (PSD) no pleito estadual de 1947, quando ainda não haviam sido realizadas eleições municipais e todos os municípios possuíam prefeitos e delegados indicados pelo PSD (OLIVEIRA, 2008, p. 174).

<sup>218</sup> NESTA eleição não há candidato oficial. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 04/01/1947, p. 5.

Imagem 23 – Anúncio do PTB sobre o voto secreto (1947)



Fonte: *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 09/01/1947, p. 5 [MCSHJC].

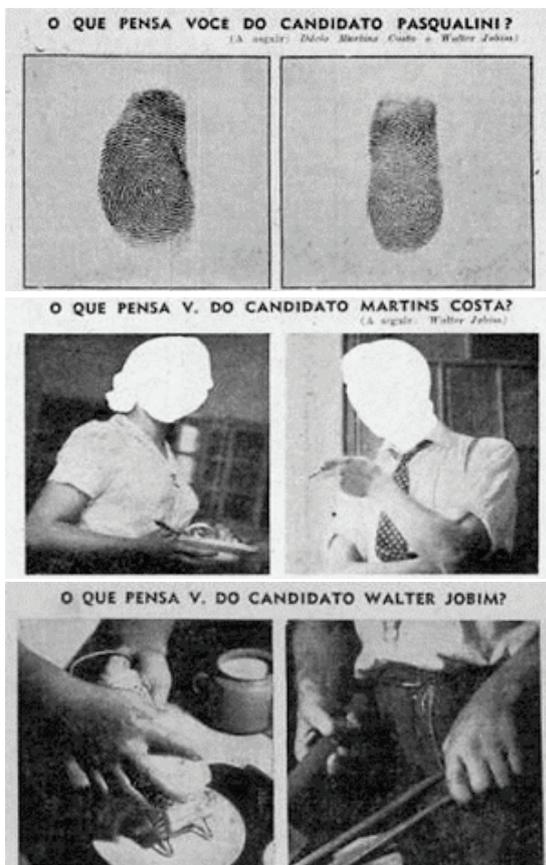
A frase “ninguém jamais poderá saber qual o teu pronunciamento nas urnas” indica claramente a estratégia petebista: independentemente de qualquer ameaça ou tentativa de coação eleitoral, o eleitor deveria se sentir seguro pois seu direito a escolher um candidato que não fosse do partido governista (e, especificamente, votar em Pasqualini) estava assegurado pelos instrumentos que garantiam o voto secreto. O Partido Libertador trilhou um caminho semelhante naquele pleito. No dia 11 de janeiro, a propaganda de Décio Martins Costa (PL-UDN) destacava que o envelope oficial não possuía nenhum tipo de identificação do eleitor, e isso garantia o sigilo. Dessa forma, os eleitores não teriam pelo que temer.<sup>219</sup> No dia seguinte, um anúncio do PL reforçou a questão: “Só há uma lei para o cidadão: votar com a própria consciência. Por isso, e não por outra cousa, o voto é secreto”. Competindo pelo voto, os partidos, em sua propaganda, também contribuíam para a construção do eleitor.

*O voto é secreto e ninguém jamais poderá saber* eram frases pelas quais se buscava incutir nos eleitores a confiança de que o sigilo do voto estava garantido. Embora o voto secreto não tenha sido tema das reportagens da *Revista do Globo*, imagens publicadas em três edições do periódico nos meses de dezembro de 1946 e janeiro de 1947 contribuíram visualmente para esse trabalho. Nas edições em que publicou matérias sobre os candidatos a governador, a seção A

<sup>219</sup> O VOTO é secreto [publicação do Partido Libertador]. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 11/01/1947, p. 6.

*voz do povo* apresentou opiniões de pessoas anônimas sobre cada candidato. Independentemente das respostas, seis para cada postulante, é preciso observar que diferentemente das edições anteriores, com temas diversos, a revista não publicou os rostos dos entrevistados. Apenas distinguiu a cada um pela ocupação: *uma dona de casa, um agricultor, um médico, um advogado, um operário*. Nas imagens da seção em 7 de dezembro, apenas impressões digitais; em 21 de dezembro, pessoas com os rostos apagados; no dia 11 de janeiro, apenas mãos.

Imagens 24, 25 e 26 – Anonimato na seção *A voz do povo*, na *Revista do Globo* (1946/1947)



Fonte: *Revista do Globo*, Porto Alegre, 07/12/1946; 21/12/1946; 11/01/1947 [MCSHJC].

Mãos de cidadãos anônimos, impressões digitais, rostos suprimidos para a garantia do sigilo, tais foram os modos pelos quais se exprimiu, por meio das imagens, a ideia de que o voto era secreto. Na materialidade do ato de votar, a cabine indevassável pode ser pensada como um instrumento para proteger os eleitores das pressões, garantindo o sigilo do voto. Mas, como destaca Alain Garrigou (1988), trata-se também de uma forma para, gradualmente, definir o eleitor como um indivíduo abstrato, racional, desassociado de outros laços sociais e exercendo um papel tão somente político enquanto cidadão-eleitor. Esse ato, solene e individual, geraria um laço novo entre eleito e eleitor na relação propriamente política de um ritual austero (OFFERLÉ, 2005, p. 357).

Na busca por garantir essa solenidade e disciplina, providências eram tomadas pela Chefia de polícia e pela Delegacia de Costumes de Porto Alegre: no dia do pleito eram proibidos os bailes e o funcionamento de estabelecimentos comerciais a partir da meia noite, como forma de evitar o consumo de bebidas alcoólicas, sendo notificados os proprietários de “dancings e cabarés”, bem como todos os “botequins, cafês e mercadinhos”, além dos cordões carnavalescos – sendo proibida a realização de qualquer desfile ou ensaio no dia das eleições.<sup>220</sup> É impossível atestar que a regra tenha sido de fato cumprida. O importante nisso tudo é perceber o ato de votar como algo que se espera disciplinado, para o qual se incita um determinado comportamento condizente com a solenidade de um gesto cívico. Isso explica, por exemplo, que D. Xicote tenha sugerido, em sua coluna, que os eleitores se apresentassem nas seções eleitorais “decentemente vestidos”, evitando camisolas e pijamas.<sup>221</sup>

Às vésperas de cada eleição, a imprensa seguia cumprindo um papel educativo que, somado aos informes da Justiça Eleitoral, à propaganda dos partidos políticos e aos diversos espaços contendo comentários, notícias, entrevistas e imagens sobre as eleições, fornecia elementos para produção de um interesse pela competição eleitoral e

---

<sup>220</sup> NÃO SERÁ permitida a venda de bebidas alcólicas durante o pleito. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 08/01/1947, contracapa.

<sup>221</sup> D. XICOTE. Diário de Porto Alegre. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 03/10/1950, p. 3.

pelo ato de votar. Nas eleições de 1954, a *Folha da Tarde* fez manchete em sua capa sobre esse tema: *Na hora da eleição o eleitor deve votar certo*. Abaixo do título, ainda em letras grandes, o jornal normatizava aos eleitores: “Não vote em branco” / “Leve as cédulas no bolso”. A matéria era acompanhada de imagens nas quais eleitores retiram cédulas eleitorais das mesas de distribuição instaladas pelos partidos em vários pontos da cidade:

Imagem 27 – Matéria de capa da *Folha da Tarde* sobre o voto (1954)



Fonte: NA HORA da eleição o eleitor deve votar certo. *Folha da Tarde*, 27/09/1954, capa [MCSHJC].

As imagens exibem eleitores em um gesto ativo de quem busca recolher algo de seu interesse. A matéria da *Folha da Tarde* ressaltava que o eleitor, no momento de inserir suas cédulas no envelope, era soberano para escolher quem bem entendesse. Apesar disso, afirmava que falar sobre a importância do voto seria “chover no molhado

depois de tudo quanto foi dito a respeito”.<sup>222</sup> Chover no molhado, nesse caso, significava falar mais sobre algo que já havia sido dito repetidas vezes. Produzindo e repetindo textos e imagens sobre o voto e as eleições, a imprensa cumpriu um papel importante para tornar interessante e costumeiro um meio de participação política sazonal, disciplinado, regrado, repetitivo e que passava a ser exercido por um número cada vez maior de homens e mulheres: o voto.

## 2.2 Nas páginas dos jornais, um campo de batalha: imprensa e campanhas eleitorais

Alberto Pasqualini foi escolhido como candidato a governador pelo PTB em 12 de novembro de 1946. Somente no final de dezembro o partido lançou seu candidato ao Senado: Salgado Filho, ex-ministro do Trabalho e primeiro ministro da Aeronáutica no governo Vargas. Até então, Pasqualini figurava nas páginas do *Diário de Notícias* sem grande destaque, pois, excetuando-se o espaço de anúncios ocupado pelo PTB (geralmente meia página), as notícias referentes a sua candidatura eram discretas na página dedicada ao noticiário político. Com Salgado Filho seria diferente. Em 27 de dezembro o PTB publicou nota lançando seu candidato a senador. No dia seguinte foi publicado um discurso de Assis Chateaubriand, proprietário dos Diários Associados e, portanto, do *Diário de Notícias*, elogiando Salgado em sua coluna que ficava ao lado do editorial e onde costumava tecer duras críticas a Getúlio Vargas. Proferido durante a cerimônia de batismo de um avião no Aeroclube de Ilhéus, na Bahia, Chateaubriand homenageava o candidato petebista ao Senado pela sua tolerância com a oposição durante o Estado Novo: “Criaturas como Salgado Filho, sendo o amor, não são feitas, entretanto, para o amor passional, que é estúpido e exclusivo”.<sup>223</sup>

---

<sup>222</sup> NA HORA da eleição o eleitor deve votar certo. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 27/09/1954, capa.

<sup>223</sup> CHATEAUBRIAND, Assis. Todos os ditadores são magnânimos enquanto mandam. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 28/12/1946, p. 2.

Nas edições seguintes, até as eleições em 19 de janeiro, a candidatura de Salgado Filho ocupou um espaço de destaque, além da propaganda petebista e do noticiário convencional, na contracapa do *Diário de Notícias*, sendo efusivamente noticiada cada etapa de seu roteiro de campanha ao lado de Pasqualini. Lisandre Medianeira Oliveira (2008, p. 28-33) ressalta que nas eleições de 1945, os jornais de Chateaubriand foram utilizados para extensa crítica ao Estado Novo, promovendo a desmoralização pública de Getúlio Vargas e o favorecimento do candidato opositor Eduardo Gomes (UDN). Por sua vez, Marcos Jovino Asturian (2011, p. 96) salienta que o *Diário de Notícias* e os demais veículos dos Diários Associados (incluindo a rádio Farroupilha, em Porto Alegre) tinham posição contrária a Getúlio Vargas e seus editoriais eram marcados pelo conservadorismo, anticomunismo e intransigência com relação às esquerdas. Apesar da oposição a Getúlio, nas eleições de 1947 o *Diário de Notícias* dedicou-se a extensos elogios ao candidato petebista ao Senado:

O sr. Joaquim Pedro Salgado Filho, ex-ministro do Trabalho e da Aeronáutica [...] vem tomar parte no desfecho da campanha eleitoral que ora se fere no Estado, na qualidade de candidato à terceira senatoria. O eminente brasileiro é um desses homens que, por suas qualidades pessoais, independentemente de credos político-partidários, merecem a unanimidade da estima e da admiração de seus compatriotas e, especialmente, de seus conterrâneos.<sup>224</sup>

A amizade entre Assis Chateaubriand e Salgado Filho remonta à convivência de ambos no Jockey Clube do Rio de Janeiro no início da década de 1930<sup>225</sup>, passando pelos aeroclubes e pela Campanha Nacional de Aviação<sup>226</sup> durante e após exercer o cargo de ministro da

<sup>224</sup> CHEGARÁ amanhã, às 11,30 horas, o Sr. Salgado Filho. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 05/01/1947, contracapa.

<sup>225</sup> AN. AP 49. Cx 71, p. 1, doc 39. Carta de Assis Chateaubriand a Salgado Filho. 13/03/1931.

<sup>226</sup> Conforme André Barbosa Fraga (2017), a Campanha Nacional de Aviação foi lançada em 1941, durante o Estado Novo, para promover a aviação civil no Brasil, incentivando a doação particular de aviões aos aeroclubes e de dinheiro para a compra de equipamentos, ampliação e construção de hangares e campos de pouso. A campanha foi criada por Salgado Filho e Assis Chateaubriand e, até 1945, conseguiu mobilizar empresários para a doação de centenas de aviões de treinamento, formar centenas de pilotos, criar dezenas de campos de pouso, hangares e aeroclubes (FRAGA, 2017, p. 80; 112).

Aeronáutica.<sup>227</sup> Do desembarque em Porto Alegre, no dia 6 de janeiro de 1947, às eleições de 19 de janeiro – período de intensa campanha eleitoral com o uso de aviões para o deslocamento dos candidatos petebistas por todas as regiões do Rio Grande do Sul – o jornal publicou, diariamente, imagens e narrativas elogiosas a Salgado Filho e à sua “vitoriosa campanha” – propiciando também ao candidato a governador, Alberto Pasqualini, destaque e visibilidade.<sup>228</sup>

Esse exemplo permite observar que as relações entre a imprensa e os candidatos nem sempre seguem o padrão de posicionamento dos veículos acerca dos partidos e que tais relações são mais complexas e difusas do que se pode previamente supor. Nesse caso, os vínculos entre Salgado Filho e Assis Chateaubriand propiciaram maior visibilidade às candidaturas petebistas em um jornal de Porto Alegre no qual não seria esperado tamanho destaque.

Para o exame dos temas e acontecimentos que os principais jornais de Porto Alegre conformaram em cada campanha eleitoral e os espaços ocupados pelas candidaturas em suas páginas, é preciso ter em vista as várias camadas de relações entre jornalismo e política e o papel da imprensa nas campanhas eleitorais desse período. Primeiramente, é necessário adotar uma postura metodológica que não perceba os periódicos como simples fontes de informação, mas sim como uma força ativa que detém historicidade e peculiaridades próprias no seu fazer enquanto imprensa (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 260-261). Isso para se aproximar da compreensão do que era o fazer da imprensa no período em questão e quais eram seus pontos de intersecção com o fazer político *stricto sensu*. Tânia Regina de Luca (2008) ressalta que, na primeira metade do século XX, a imprensa brasileira começou a se transformar em negócio e a luta política deixou de ser sua razão fundamental. Adotando métodos racionais de distribuição e gerenciamento, essa imprensa também viu a modificação do fazer jornalístico: aos poucos tornou-se cada vez mais perceptível a distin-

---

<sup>227</sup> AN. AP 49, cx 57, p. 4, doc 6. Telegrama de Assis Chateaubriand a Salgado Filho. 14/09/1945; doc 26. Telegrama de Salgado Filho a Assis Chateaubriand. [set. 1945]; p. 1, doc 95. Telegrama de Assis Chateaubriand a Salgado Filho. 05/09/1948; doc 112. Telegrama de Assis Chateaubriand a Salgado Filho. 18/10/1949.

<sup>228</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 07/01/1947 a 19/01/1947, contracapa.

ção entre o texto de opinião e a matéria jornalística (DE LUCA, 2008, p. 152). Isso não significou neutralidade, mas sim relações mais complexas com a política:

Ainda que tivessem adentrado no mundo dos negócios, os jornais não deixaram de se constituir em espaço privilegiado de luta simbólica, por meio da qual diferentes segmentos digladiavam-se em prol de seus interesses e interpretações sobre o mundo. Não por acaso, os vários órgãos da grande imprensa distinguem-se pelo seu matiz ideológico, expresso nas causas que abraçavam, na autoimagem que se esforçavam por construir e no público que pretendiam atingir (DE LUCA, 2008, p. 158).

Conforme Francisco Rüdiger (1993), as primeiras quatro décadas do século XX marcam a transição de um modelo de jornalismo político-partidário para o jornalismo informativo moderno no Rio Grande do Sul. O *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias* foram os grandes veículos responsáveis por esta mudança, na qual as matérias noticiosas suplantaram os artigos políticos e o pessoal envolvido na atividade jornalística se profissionalizou (RÜDIGER, 1993, p. 83). Entretanto, o exame do conjunto dos periódicos de Porto Alegre nas décadas de 1940 e 1950 permite perceber a diversidade desse meio: havia essa grande imprensa com linguagem informativa e formas mais ou menos sutis de atuação política, como o *Correio do Povo*, o *Diário de Notícias*, a *Folha da Tarde*, a *Revista do Globo*. Mas também havia uma imprensa ligada a setores com projetos políticos específicos, desde os jornais de grupos católicos, como *A Nação* e o *Jornal do Dia*, até os veículos partidários como *A Tribuna*, dos comunistas, *O Estado do Rio Grande*, dos libertadores, a revista *Hoje*, dos socialistas.

Considerando o interior do Estado, essa imprensa torna-se ainda mais diversa, com a presença dos jornais de circulação local e regional e com as folhas vinculadas diretamente a grupos políticos locais. Na coleção do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, o exame de alguns periódicos que circularam no período de 1945 a 1954 aponta para tendências políticas bastante evidentes: como exemplos, o destaque à UDN nas páginas do jornal *A Fronteira*, de Uruguaiana; o *Correio do Sul*, de Bagé, ligado ao PL, bem como o *Ponche Verde*, de Dom Pedrito; o *Jornal do Povo*, de Cachoeira do Sul, dirigido pelo prefeito e depois deputado estadual Liberato Salza-

no Vieira da Cunha (PSD). Em Passo Fundo, a disputa entre as facções políticas também se reproduzia na imprensa: *O Nacional*, do trabalhista Múcio de Castro, e o *Diário da Manhã*, do pessedista Túlio Fontoura (BENVEGNÚ, 2006, p. 18-19). Também na região metropolitana, em Canoas, vários jornais surgiram com vínculos partidários durante esse período, como *O Democrata*, dirigido pelo prefeito e candidato a deputado federal em 1950, Nelson Paim Terra (PSD), e o *Canoas em Marcha*, ligado ao PTB (ANGELI, 2015).<sup>229</sup>

Assim como Tânia Regina de Luca (2008) aponta para o contexto nacional, Francisco Rüdiger (1993) salienta que as transformações pelas quais passou a grande imprensa na primeira metade do século XX não significaram a perda do caráter político: a conquista de autonomia frente ao meio político apenas modificou a forma dessa atuação (RÜDIGER, 1993, p. 84). No Rio Grande do Sul, os jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* atuaram na arena política, dando forma e hierarquizando temas para o debate público.

Tanto o *Correio do Povo* quanto o *Diário de Notícias* possuíam espaços especificamente destinados à política. No *Correio*, a seção intitulada *Movimento Político Estadual* era publicada na contracapa e, seguindo a lógica da diagramação da época, seu conteúdo continuava geralmente na página 2. Nas eleições estaduais de 1947, 1950 e 1954, este espaço era dedicado a informações sobre os pleitos e a notícias concernentes a cada partido. Outras notícias relativas à política estadual ou nacional também ocupavam a contracapa, circundando a coluna dedicada ao tema. No *Diário*, a coluna política chamava-se *Notas Políticas* e ocupou o lado direito da contracapa nas eleições de 1947. Ao contrário da coluna do *Correio*, que procurava adotar uma linguagem objetiva, publicando diversas notas oferecidas pelos próprios partidos sem emitir opiniões, a coluna do *Diário*, em 1946/

---

<sup>229</sup> Havia também os jornais de conteúdo católico anticomunista, como o *Correio Rio-Grandense*, editado pelos frades capuchinhos de Garibaldi, e o *Pioneiro*, de Caxias do Sul, no qual o PRP era enfatizado. Estes foram examinados a partir do acesso na página do Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/SubPastas/15>. Isso sem contar a imprensa diretamente vinculada ao PRP, como *O Integral*, de Passo Fundo, e a *Folha do Nordeste*, de Caxias do Sul (Consultados no arquivo AIB-PRP, integrante do acervo do DELFOS-PUCRS).

1947, embora não fosse assinada, apresentava opiniões. Em 1950, o noticiário político continuou ocupando a contracapa, mas com a ausência de uma coluna específica. Em 1954, os espaços para política são variados no *Diário*: a contracapa continua contendo notícias sobre a política estadual e nacional, e na segunda página havia uma coluna intitulada *Política Estadual*; a partir de meados de julho, a página 2 passou a abrigar a coluna *Campanha Eleitoral*, com foco nos roteiros dos candidatos e atividades de campanha dos partidos, muito semelhante à coluna da contracapa do *Correio*.

Até a segunda semana de novembro de 1946, as colunas políticas centraram suas atenções à possibilidade de uma aliança entre PSD e PTB, findada com o insucesso do acordo e o lançamento de Pasqualini como candidato a governador, conforme visto no capítulo anterior. Após as principais convenções dos partidos, a imprensa deu início às informações e repercussões sobre os roteiros dos candidatos a governador pelo interior do estado. Na terceira semana de novembro, emerge o primeiro grande tema daquela campanha eleitoral: a posição de Getúlio Vargas com relação às candidaturas de Alberto Pasqualini (PTB) e Walter Jobim (PSD). Getúlio havia presidido a convenção do PTB, mas não declarado apoio explícito a Pasqualini, pois havia se comprometido a apoiar Jobim. Até o último momento, o ex-presidente tentou viabilizar o acordo entre PTB e PSD, sem sucesso. Após a escolha de Pasqualini, Getúlio discursou na convenção limitando-se a dizer que ambos os candidatos eram dignos.

A coluna do *Correio do Povo*, em 19 de novembro, apresentou manifestação do petebista Dinarte Dornelles sobre o tema, que teria confirmado a presença de Getúlio Vargas em diversos comícios que seriam realizados em favor de Pasqualini.<sup>230</sup> A divisão entre PTB e PSD gerava problemas para a família Vargas em São Borja, conforme destacou o mesmo jornal: Manuel Vargas, filho de Getúlio, passava a comandar, juntamente com João Goulart, a campanha petebista no município, entrando em atrito com Protásio Vargas, irmão do ex-presidente. Leal ao PSD, Protásio publicou uma nota, no jornal local,

---

<sup>230</sup> DINARTE Dornelles... *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19/12/1946, contracapa.

confirmando o apoio a Walter Jobim – a qual a coluna do *Correio* reproduziu.<sup>231</sup> No dia 30 de novembro, a coluna trouxe um breve relato do comício realizado pelo PTB na noite anterior, em Porto Alegre, publicando-se, na contracapa, o discurso proferido por Getúlio Vargas na ocasião.<sup>232</sup>

Como visto anteriormente, uma frase simbolizou um dos principais acontecimentos das eleições de 1947: “É o candidato que eu indico”. Proferida no discurso e publicada no dia seguinte, foi a primeira manifestação pública de Getúlio Vargas indicando o voto em Alberto Pasqualini – o que foi considerado um rompimento com o PSD do Rio Grande do Sul. Logo em seguida, no dia 1º de dezembro, o *Correio* noticiou a visita de Getúlio e Pasqualini à Vila dos Industriários construída pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI).<sup>233</sup> Depois disso, Pasqualini seguiu para seu primeiro roteiro no interior como candidato: Farroupilha, Veranópolis e Bento Gonçalves, na região de imigração italiana. Getúlio seguiu para a capital da República e não retornou ao Rio Grande do Sul até o final da campanha eleitoral. Mas os petebistas buscaram explorar na propaganda, ao máximo, sua frase de apoio a Pasqualini.

O *Diário de Notícias* noticiou o apoio de Getúlio Vargas ao candidato petebista de forma mais enfática: o ex-presidente havia proferido “o mais importante discurso de sua *reentrée* política”. É importante lembrar que, embora deposto em 1945, ele continuava sendo a grande força da política brasileira. Seu apoio a Eurico Dutra, poucos dias antes das eleições de 2 de dezembro de 1945, foi considerado fundamental para a vitória do candidato pessedista (GOMES, 2005, p. 289-290; FERREIRA, 2005, p. 84-85). Getúlio foi eleito senador por São Paulo e pelo Rio Grande do Sul nesse mesmo pleito, além de eleito deputado federal por sete estados. Porém, pouco participou da Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 2 de fevereiro de 1946, tomando posse apenas em junho. Discursou poucas vezes na tribuna

---

<sup>231</sup> AGITADO o ambiente político em São Borja. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 21/11/1946, contracapa.

<sup>232</sup> CONSTITUIU-SE a nota política de ontem o comício dos trabalhistas nesta capital. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30/11/1946, contracapa.

nesse período, retornando a São Borja antes da promulgação da Constituição – em 18 de setembro. Logo após o comício do PTB em Porto Alegre, assumiu a cadeira de senador pela legislatura ordinária.<sup>234</sup>

A coluna do *Diário de Notícias* apresentava uma narrativa detalhada dos acontecimentos políticos, buscando oferecer ao leitor aquilo que seriam relatos dos bastidores. Conforme o colunista, ao embarcar em direção ao Rio de Janeiro, Getúlio teria perguntado aos petebistas presentes no aeroporto: “Os senhores agora estão satisfeitos?”<sup>235</sup> De modo geral, a coluna política do *Diário* repercutiu muito mais o posicionamento de Getúlio Vargas do que a do *Correio do Povo*. Por vários dias, o jornal dos Diários Associados deu espaço às manifestações de lideranças políticas do PSD com relação ao tema, especialmente aos membros do partido que passaram a defender a expulsão de Getúlio da sigla.<sup>236</sup> Destacou, por exemplo, a retirada do retrato do ex-presidente da sede do diretório estadual do PSD e as atividades do Centro Cívico Gaspar Dutra, que, conforme a coluna, era formado por pessedistas que buscavam afastar a seção gaúcha do partido da órbita de Getúlio e aproximá-la do presidente Eurico Gaspar Dutra.<sup>237</sup>

---

<sup>233</sup> VISITOU a Vila dos Industriários o senador Getúlio Vargas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1º/12/1946, contracapa.

<sup>234</sup> Em julho de 1947 Getúlio Vargas retornaria para São Borja, licenciando-se do mandato de senador. Informações e discursos obtidos em D'ARAÚJO (org.) (2011).

<sup>235</sup> TEVE repercussão atômica o discurso do sr. Getúlio Vargas. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 1º/12/1946, contracapa.

<sup>236</sup> A EXECUTIVA estadual do PSD pronunciar-se-á hoje sobre a atitude do Sr. Getúlio Vargas. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 05/12/1946, contracapa.

<sup>237</sup> TEVE ontem, o PSD... Notas políticas. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 07/12/1946, contracapa. As eleições estaduais de 1947 serviram para acirrar as divergências entre dutristas e getulistas. No âmbito estadual, modificaram o quadro partidário: as lideranças pessedistas se afastaram de Getúlio e passaram a se aproximar dos partidos de oposição ao getulismo, UDN e PL; os getulistas do PSD aos poucos migraram para o PTB – que se tornaria o maior partido do Estado apesar da derrota de Pasqualini (CÂNEPA, 2005, p. 113). Nas eleições seguintes, o apoio de Getúlio Vargas às candidaturas do PTB não foi uma questão. A campanha do PTB no Rio Grande contava com Ernesto Dornelles candidato a governador, Alberto Pasqualini a senador e, concentrando as atenções, Getúlio a presidente da República. Embora tenha subido em diversos palanques do PSD em outros Estados – a despeito da candidatura a presidente do mineiro Christiano Machado pela sigla –, no Rio Grande do Sul somente o PTB, o minúsculo PSP e a dissidência getulista do PSD, o PSDA, promoveram a campanha de Getúlio. O candidato do PSD a governador, o dutrista Cylon Rosa, manteve-se leal à candidatura de Christiano Machado (CÂNEPA, 2005, p. 154-155).

Como salienta Alzira Alves de Abreu (2017, p. 64), a mídia (e imprensa mais especificamente) hierarquiza e atribui importância, valor ou pertinência a um acontecimento que torna público. Antes de se realizar o pleito de 19 de janeiro de 1947, outra notícia geraria grandes repercussões na campanha eleitoral: o apoio dos comunistas à candidatura de Walter Jobim.

No dia 12 de janeiro, sete dias antes do pleito, Luís Carlos Prestes desembarcou em Porto Alegre. A coluna política do *Correio do Povo* noticiou a agenda do senador eleito em 1945 e secretário-geral do Partido Comunista do Brasil (PCB): seria recebido por correligionários no aeroporto, participaria de um churrasco e, à noite, de um comício no Largo da Prefeitura Municipal.<sup>238</sup> A expectativa em torno da chegada de Prestes dizia respeito a um possível apoio às candidaturas a governador. A coluna política do *Diário de Notícias* lançara o tema em 5 de janeiro: haveria um rumor de que o PCB apoiaria o candidato do PSD. Conforme o texto da coluna, esperava-se duas atitudes dos comunistas: candidatura própria, para o qual o prazo já estava findando; ou apoio a um dos três candidatos registrados. E lançou: “Por mais que pareça absurdo, a maioria dos observadores políticos são acordes em afirmar que o PCB irá recomendar ao seu eleitorado a candidatura de Walter Jobim”.<sup>239</sup> Apesar disso, a notícia publicada dois dias depois parecia confirmar a primeira hipótese: os comunistas entraram com o registro da candidatura do advogado Júlio Teixeira<sup>240</sup> para governador.<sup>241</sup>

Diferentemente do *Correio do Povo*, a coluna do *Diário de Notícias* buscou analisar o registro da candidatura comunista pelo viés da barganha: Júlio Teixeira não seria lançado candidato imediatamente, pois o partido ainda pretendia realizar um acordo com outro postulante já lançado, “buscando, em troca de seu apoio, vantagens

---

<sup>238</sup> A CHEGADA do senador Luiz Carlos Prestes. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/01/1947, contracapa.

<sup>239</sup> OS ÚLTIMOS comentários... *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 05/01/1947, contracapa.

<sup>240</sup> Júlio Teixeira (1910-1986) era natural de Pelotas, advogado e um dos editores da *Tribuna Gaúcha*. Concorreu a deputado estadual em 1947, sendo primeiro suplente do PCB (MARÇAL; MARTINS, 2008, p. 153).

<sup>241</sup> NA SESSÃO de ontem... *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/01/1947, contracapa.

de ordem partidária”.<sup>242</sup> O anúncio do comício do PCB, publicado no jornal em 10 de janeiro, corrobora com essa hipótese ao omitir o nome de Júlio Teixeira como candidato a governador: “Vote nos candidatos de Prestes; Vote em Trifino Correa<sup>243</sup> para senador”.<sup>244</sup> No dia seguinte, o *Diário* noticiou entrevista de Prestes concedida a jornalistas do Rio de Janeiro. Na ocasião, o senador comunista teria afirmado que ainda havia a possibilidade de se retirar a candidatura própria do PCB no Rio Grande do Sul e apoiar outro candidato. No entanto, existiria indicativos na fala de Prestes de que estaria descartado o apoio a Alberto Pasqualini: “Afirmou anteriormente o Sr. Luiz Carlos Prestes, que o Partido Comunista se encontra em luta com os trabalhistas, o que faz crer que o candidato apoiado não será o do PTB”. A decisão final, porém, seria tomada com a chegada de Prestes a Porto Alegre no dia 12.<sup>245</sup>

No comício, na noite de domingo, Prestes declarou apoio a Jobim. Em seu discurso, afirmou que os comunistas deveriam votar contra Getúlio Vargas e, portanto, mesmo sem haver firmado um compromisso com o candidato pessedista, era necessário votar em Jobim como forma de garantir o apoio popular capaz de afastá-lo da “ala reacionária” do PSD. E conclamou: “O Partido Comunista faz um apelo a todo o povo gaúcho para que, agora, utilize esses dias que nos separam do pleito para, realmente, mobilizar suas forças para que, a 19 de janeiro, saia vitoriosa a candidatura Walter Jobim, apoiada pelo Partido Comunista”.<sup>246</sup> Conforme a coluna política do *Diário de Notícias*, Júlio Teixeira teria enviado um telegrama a Jobim, retirando sua candidatura e apoiando o candidato pessedista. Conforme o co-

<sup>242</sup> AO APAGAR das luzes... *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 07/01/1947, contracapa.

<sup>243</sup> André Trifino Corrêa (1910-1976) participou do tenentismo e da Coluna Prestes, tomando parte também nos conflitos em 1930 e 1932. Nos anos 1930, aderiu ao comunismo, foi um dos fundadores da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e participou do levante de 1935 em Minas Gerais, sendo condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional. Suplente em 1945, chegou exercer o cargo de deputado federal em 1946 (MARÇAL; MARTINS, 2008, p. 41).

<sup>244</sup> OUÇA e veja Prestes, dia 12 [Anúncio]. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 10/01/1947, p. 5.

<sup>245</sup> OS COMUNISTAS poderão apoiar outro candidato, no Rio Grande, apesar de já terem inscrito o seu! *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 11/01/1947, p. 5.

<sup>246</sup> O DISCURSO de Prestes. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 11/01/1947, p. 6.

municado, reproduzido no jornal, o apoio se justificaria em declarações nas quais Jobim defendia a Constituição e a “existência legal dos partidos”.<sup>247</sup> O jornal *Tribuna Popular*, editado pelos comunistas no Rio de Janeiro, repercutiu e buscou explicar a escolha: “Prestes apela para os gaúchos votarem contra Getúlio Vargas [...] e que não devem acreditar nas promessas demagógicas do sr. Alberto Pasqualini, nem dar votos ao agente imperialista Salgado Filho”.<sup>248</sup>

O apoio de Prestes a Jobim foi o acontecimento de maior repercussão naquele pleito. As lideranças pessedistas buscaram refutar o apoio, dizendo tratar-se de uma estratégia dos comunistas para confundir o eleitorado. A propaganda da coligação PL-UDN explorou o tema em favor de Décio Martins Costa, bem como o PTB de Alberto Pasqualini.<sup>249</sup> Walter Jobim e os dirigentes pessedistas Oscar Carneiro da Fontoura e Francisco Brochado da Rocha assinam a nota publicada na contracapa do *Diário de Notícias* na qual negam qualquer acordo com os comunistas. A nota, porém, não repele os possíveis votos de comunistas: “[Declaram] que muito embora não possam impedir o voto que qualquer eleitor a um candidato, o apoio, ora oferecido pelo PCB não foi de nenhuma forma solicitado”.<sup>250</sup> Apesar de refutado formalmente pela cúpula do PSD e pelo candidato Jobim, Prestes confirma o apoio em telegrama enviado ao PCB e publicado nas colunas políticas do *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* – neste

---

<sup>247</sup> PELO Dr. Júlio Teixeira... *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 14/01/1947, contracapa.

<sup>248</sup> MAIS de 60 mil pessoas aclamara Prestes no domingo à noite em Porto Alegre. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 14/01/1947, capa; p. 6. A busca pelas palavras “Jobim” e “Pasqualini” nas edições de 1945 a 1947 da *Tribuna Popular*, na hemeroteca digital, aponta que, no ano de 1945, enquanto Pasqualini defendia a Constituinte, opinião que se coadunava com a do PCB, e, mais tarde, quando defendeu a necessidade de um candidato civil a presidente, o periódico destacava positivamente o líder da USB, inclusive quando sua candidatura a governador foi lançada em outubro de 1945. O nome de Walter Jobim também teve destaque positivo nas páginas do jornal, desde agosto de 1945, buscando diferenciá-lo de outros nomes pessedistas, tido como “fascistas”, como o interventor Cylon Rosa. Às vésperas das eleições de 19 de janeiro de 1947, o jornal enfatiza o apoio de Prestes a Jobim.

<sup>249</sup> As trocas de acusações acerca do comunismo entre as candidaturas de Pasqualini e Jobim serão analisadas no capítulo 4, onde será aprofundado o tema das repercussões do apoio dos comunistas e do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul.

<sup>250</sup> AO RIO Grande do Sul [A pedido]. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 14/01/1947, contracapa.

último, juntamente com a opinião de João Amazonas<sup>251</sup> de que era preciso derrotar a “camarilha do sr. Getúlio Vargas”.<sup>252</sup>

No dia do pleito, ambos os jornais publicaram o telegrama enviado por Prestes a Jobim, reafirmando o apoio “firme, leal e desinteressado” do PCB.<sup>253</sup> O apoio, entretanto, não tinha nada de desinteressado. Os comunistas estavam na legalidade desde 1945, elegendo Prestes senador nas eleições de 2 de dezembro daquele ano. Porém, em meados de 1946, a legalidade do PCB estava em risco e o partido estava “sob fogo cruzado” da polícia, do governo Dutra, das Forças Armadas, dos partidos conservadores, dos trabalhistas e das esquerdas não comunistas (REIS, 2014, p. 240). Nesse contexto, Prestes estabeleceu alianças consideradas “espúrias” com o argumento de que assim arrancariam compromissos políticos favoráveis à legalidade do partido. Além disso, teria havido alianças em troca de recursos financeiros que seriam revertidos para a “causa”, como no apoio às candidaturas de Adhemar de Barros (PSP) em São Paulo e de Otávio Mangabeira (UDN) na Bahia (REIS, 2014, p. 241).

O PCB foi colocado na ilegalidade em 1947, sendo cassados seu registro e, em seguida, seus parlamentares. Na sequência, o partido passou a adotar uma nova linha política, demarcada pelo manifesto de Prestes em agosto de 1950, levando-o a hostilizar partidos e organizações reformistas, conclamando à “luta direta pelo poder” (CHILCOTE, 1982, p. 109). Assim, em 1950, o PCB não declara apoio a nenhum dos candidatos a governador. Concorriam Ernesto Dornelles (PTB-PSDA-PSP), Cylon Rosa (PSD-UDN-PRP), Edgar Schneider (PL) e Mendonça Lima (PSB).<sup>254</sup> Não houve pronuncia-

---

<sup>251</sup> João Amazonas (1912-2002) ingressou no PCB na década de 1930 e participou da retomada do partido no final do Estado Novo. Havia sido eleito deputado pelo Distrito Federal em 1945 (CHILCOTE, 1982, p. 187).

<sup>252</sup> O SENADOR Luiz Carlos Prestes... *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 16/01/1947, contracapa.

<sup>253</sup> TELEGRAMA do senador Luiz Carlos Prestes... *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19/01/1947, contracapa; TELEGRAMA de Prestes a Walter Jobim. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 19/01/1947, contracapa.

<sup>254</sup> Em 1950, os comunistas formam, juntamente com grupos nacionalistas em anti-imperialistas, a Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN), cujo programa defendia a instauração de um “governo democrático e popular sob a direção do proletariado” (CARONE, 1985, p. 352). A FDLN teria definido apoio à candidatura de

mento do PCB tampouco com relação às candidaturas ao Senado, cuja vaga era disputada por Alberto Pasqualini (PTB-PSDA-PSP), Plínio Salgado (PRP-PSD-UDN) e Décio Martins Costa (PL). Entretanto, o jornal *A Tribuna*, veículo dos comunistas em Porto Alegre, chegou a publicar na capa da edição de 23 de setembro a opinião do comandante do cargueiro Avenida, que estava atracado no porto da capital gaúcha, contrária à candidatura do “nazi-fascista” Plínio Salgado. Embora não houvesse apoio a qualquer dos demais candidatos, a manchete chama a atenção: *Não permitamos que Plínio vá para o Senado*.<sup>255</sup>

As críticas a Plínio Salgado publicadas no jornal *A Tribuna* foram utilizadas em publicações a pedido no *Diário de Notícias* e no *Correio do Povo* associando os comunistas a Alberto Pasqualini. Naquele pleito, a relação dos candidatos trabalhistas com o comunismo e com o catolicismo, foi o tema recorrente – em uma campanha eleitoral dominada pela candidatura de Getúlio Vargas a presidente (CÁNEPA, 2005, p. 133). Entretanto, a mesma edição de *A Tribuna* que combatia Plínio Salgado, tecia duras críticas a Getúlio Vargas, que, naquele momento, fazia seu roteiro final de comícios pelo interior do Rio Grande do Sul. Para *A Tribuna*, Getúlio era o candidato “nazi-ianque” e sua caravana formada por “demagogos”.<sup>256</sup> Confir-

---

Christiano Machado (PSD) a presidente, aproveitando-se da propaganda em apoio ao candidato possedista para, com mais liberdade, fazer campanha pelos seus candidatos a deputados – registrados por diversos partidos, incluindo o próprio PSD (CARONE, 1985, p. 353). Outros autores afirmam que o PCB (e não a FDLN) orientou seus filiados a votarem em branco nas eleições de 1950 (BASBAUM, 1962, v. III; CHILCOTE, 1982; VINHAS, 1982; REIS, 2014). A posição do PCB no Rio Grande do Sul, através do jornal *A Tribuna*, é de combate a Christiano Machado, chamado de “verme nojento” na edição de 13 de setembro de 1950 (CHRISTIANO Machado, candidato do latifúndio e do imperialismo. *A Tribuna*, Porto Alegre, 13/09/1950, capa; p. 2). Os panfletos da FDLN pedem votos apenas para candidatos à Câmara dos Deputados e à Assembleia Legislativa [Fundo João Maria Balém – IHGRGS; Fundo João Batista Marçal – NPH/UFRGS].

<sup>255</sup> NÃO PERMITAMOS que Plínio vá para o Senado. *A Tribuna*, Porto Alegre, 23/09/1950, capa.

<sup>256</sup> O jornal dos comunistas questionava, por fim, se o programa de Getúlio tiraria as estâncias de seus parceiros para dar aos camponeses pobres e se tiraria as fábricas do “explorador” Anibal di Primio Beck, candidato a suplente de Pasqualini, para doar aos operários (GETÚLIO, candidato nazi-ianque. *A Tribuna*, Porto Alegre, 23/09/1950, capa).

mando a posição política de não apoiar nenhum dos candidatos a presidente, governador ou senador, *A Tribuna* publicou, em 3 de outubro (dia do pleito), instruções sobre como votar em branco para estes cargos: bastaria que os eleitores inserissem no envelope apenas as cédulas dos candidatos a deputados estaduais e federais apoiados por Prestes.<sup>257</sup>

O apoio dos comunistas, no entanto, seria novamente um tema importante na disputa eleitoral em 1954. Iniciado logo após a nova posição do PCB, o segundo governo Vargas passou a sofrer forte oposição dos comunistas – que também adotaram uma posição de combate ao PTB (DELGADO, 1989, p. 163). Diante do isolamento e do enfraquecimento do partido, houve pressão, a partir de 1952, para que a direção central do PCB revisse sua posição política. A chamada “Resolução Sindical”, aprovada naquele ano, previa o estabelecimento de alianças com as forças atuantes no movimento sindical, especialmente com o PTB (DELGADO, 1989, p. 164). Apesar disso, a posição oficial dos comunistas era, em janeiro de 1954, derrubar o governo e substituí-lo por um “governo de libertação nacional”. Somente o suicídio de Getúlio, em agosto de 1954, levaria o PCB à uma guinada, passando gradativamente de uma postura revolucionária para uma estratégia de defesa de reformas sociais moderadas e com objetivos de curto prazo (CHILCOTE, 1982, p. 107), e, mais especificamente, a defesa de uma aliança explícita com o PTB (DELGADO, 1989, p. 175). O depoimento de Moisés Vinhas ressalta o impacto do gesto de Getúlio: “A massa vai às ruas. Os comunistas, cujo jornal *Imprensa Popular* pedia a cabeça de Getúlio em manchete, são obrigados a operar um giro de 180 graus da noite para o dia e acompanhar as massas” (VINHAS, 1982, p. 133).<sup>258</sup>

O suicídio do presidente da República foi o acontecimento que marcou em definitivo não somente a campanha eleitoral de 1954 mas a política brasileira de forma geral.<sup>259</sup> A campanha eleitoral de 1954

---

<sup>257</sup> COMO votar em branco. *A Tribuna*, Porto Alegre, 03/10/1950, p. 2.

<sup>258</sup> Moisés Vinhas participou da Juventude Comunista nos anos 1930 e foi um dos reorganizadores do PCB no final do Estado Novo.

<sup>259</sup> É preciso lembrar que, nesse segundo governo, Vargas encontrou um contexto diferente a partir de seu retorno ao palácio do Catete. Enfrentando dificuldades em lidar com o

começou nos primeiros dias de julho, com os comícios realizados pelo candidato Ildo Meneghetti, que liderava uma grande aliança entre PSD, PL e UDN, a chamada Frente Democrática – que, pela primeira vez, uniu os três partidos para a eleição estadual. Definida a candidatura petebista tardiamente, a campanha de Alberto Pasqualini a governador somente teve início no dia 1º de agosto, pelos motivos abordados no capítulo anterior. O candidato do PTB havia realizado um comício em Novo Hamburgo e um roteiro de campanha, com o candidato ao Senado, João Goulart, na região carbonífera. A imprensa anunciava a retomada da campanha em Caxias do Sul, no dia seguinte, quando, em 6 de agosto, veio a notícia do atentado da rua Tonelero.<sup>260</sup> Apesar disso, a campanha seguia com aparente normalidade enquanto as páginas do *Diário de Notícias* construía uma narrativa sobre a crise política, com destaque para as acusações contra o governo. Pasqualini cumpria roteiro de campanha na região das missões quando, em 24 de agosto, Getúlio cometeu suicídio.<sup>261</sup>

Não foi apenas o gesto pessoal de Getúlio o responsável pela paralisação do golpe de Estado em curso, sob o comando de oficiais das Forças Armadas e dos partidos de oposição. A repercussão do suicídio de Vargas, especialmente as insurreições populares, foi determinante para esse recuo, como afirma Jorge Ferreira (2005). Em Porto Alegre, grupos saíram pelas ruas empunhando retratos do presidente morto e uma bandeira nacional com uma tarja preta. Destruíram a sede da UDN, na Rua da Praia, e em seguida as instalações do

---

Congresso Nacional, a defesa de independência econômica para o país encontrava resistências também nas Forças Armadas, na imprensa e nos partidos políticos, tendo em vista que durante o governo Dutra havia crescido a ingerência dos Estados Unidos nos negócios brasileiros (PANDOLFI, 1998 p. 98). A instituição do monopólio estatal do petróleo, o projeto de criação da Eletrobrás, o encarecimento das importações de bens de capital e a tentativa de controle sobre as remessas de lucros para o exterior afetavam os interesses de cartéis poderosos que investiam contra o governo para derrubá-lo, em articulação com os setores de oposição nacionais (BANDEIRA, 1983, p. 19).

<sup>260</sup> O atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, deputado pela UDN e principal opositor do governo Vargas, que teria sido orquestrado pelo chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas, Gregório Fortunato, resultou na morte de um oficial da Aeronáutica, gerando a crise política que desgastou o governo até o ato final de Getúlio – às vésperas de ser deposto pelos militares (D'ARAÚJO, 1999, p. 113-114).

<sup>261</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 1º/07/1954 a 24/08/1954.

jornal *O Estado do Rio Grande*, do PL. Outro grupo invadiu a redação e as oficinas do *Diário de Notícias*, destruindo-as totalmente. Outro, em fúria, subiu a rua Duque de Caxias para incendiar a rádio Farroupilha, que, como o *Diário*, pertencia ao grupo de Assis Chateaubriand. Outra rádio de oposição, a Difusora, também foi destruída, bem como as sedes do PL, do PSD e do PRP. Também foi atacado o jornal dos comunistas, *A Tribuna*, e o National City Bank (FERREIRA, 2005, p. 189-193). Assim, a revolta foi direcionada para a imprensa, as rádios, os partidos e instituições identificadas como opositoras de Getúlio Vargas: “Até mesmo uma casa noturna, a American Boite, foi tomada à força pelos manifestantes [...]. Na lógica do movimento popular, cada estabelecimento era, por algum motivo, merecedor de agressões” (FERREIRA, 2005, p. 194).

Por vários dias, os acontecimentos de 24 de agosto, incluindo o suicídio de Getúlio Vargas e as manifestações que se seguiram, foram assunto de capa da imprensa de Porto Alegre. Os jornais *Folha da Tarde*, *Correio do Povo* e as revistas *Hoje*, *O Repórter* e *Revista do Globo* dedicaram várias edições às repercussões, com matérias especiais sobre a morte do presidente. As imagens a seguir, publicadas na imprensa nos dias posteriores ao suicídio de Getúlio Vargas, indicam o impacto da revolta popular na política do Rio Grande do Sul, não somente pela paralisação das campanhas eleitorais, mas pela destruição das sedes de partidos políticos. Conforme destaca Jorge Ferreira (2005, p. 201), os políticos da oposição gaúcha se esconderam em locais sigilosos naqueles dias, incluindo o prefeito de Porto Alegre e candidato a governador Ildo Meneghetti. O conjunto das imagens, publicadas na imprensa, conforma uma narrativa da revolta popular contra a oposição.

Imagem 28 – Ataque à sede da UDN em Porto Alegre (24/08/1954)



Fonte: OS INDICIDENTES que agitaram a cidade durante o dia de ontem. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 25/08/1954, p. 2 [Acervo Hamilton Mojen Chaves – AHRS].

Imagem 29 – Destruição da sede do PSD em Porto Alegre (24/08/1954)



Fonte: O ARRANJO fotográfico acima... *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25/08/1954, contracapa [Acervo Hamilton Mojen Chaves – AHRS].

Imagem 30 – Rastro de destruição pela Rua da Praia em Porto Alegre (24/08/1954)



Fonte: *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25/08/1954, p. 10 [Acervo Hamilton Mojen Chaves – AHRS].

Imagem 31 – Pano preto sendo estendido durante o incêndio do *Diário de Notícias* (24/08/1954)



Fonte: *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25/08/1954, contracapa [Acervo Hamilton Mojen Chaves – AHRS].

Na imagem 28, a reprodução de fotografia publicada na *Folha da Tarde* exhibe a fachada da sede da UDN sendo atacada, tendo o letreiro arrancado por homens empoleirados na marquise e observados por dezenas de pessoas que aparecem no primeiro plano. Na imagem 29, há uma chuva de papéis, provavelmente cédulas e panfletos jogados pelas janelas da sede do PSD, juntamente com móveis lançados à rua e em seguida incendiados. Nos dias seguintes, enquanto restavam apenas escombros do *Diário de Notícias*, nas páginas do *Correio do Povo* e da *Folha da Tarde* as notícias sobre o velório de Getúlio predominaram, com destaque para as imagens de comoção no Rio de Janeiro, e, em seguida, em São Borja – com a presença do governador Ernesto Dornelles e do senador Alberto Pasqualini, candidato à sucessão estadual. A campanha eleitoral foi suspensa pelos partidos e a coluna política do *Correio* desapareceu nestes dias, substituída pelo noticiário. Na edição de 27 de agosto, anunciava-se a reabertura do comércio e dos bancos em Porto Alegre, justificando a manchete: *Espera-se para hoje o retorno das atividades normais em toda a cidade.*<sup>262</sup>

Somente no dia 28 as manifestações dos partidos reaparecem, tímidas de início. É o caso da nota do PSB, que havia lançado como candidato a governador o desembargador João Pereira Sampaio pela Frente Popular – que reunia socialistas e comunistas. Na nota, assinada pelos dirigentes socialistas Cândido Norberto e Germano Bonow Filho<sup>263</sup>, o partido conclama à união em torno da luta anti-imperialista e pela garantia das liberdades democráticas – incluindo a manutenção das eleições de 3 de outubro.<sup>264</sup> No dia 31, o retorno das atividades de campanha era noticiado pela também retomada coluna política do *Correio do Povo*: Wolfram Metzler, candidato a governador pelo

---

<sup>262</sup> ESPERA-SE para hoje o retorno das atividades normais em toda a cidade. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27/08/1954, p. 5.

<sup>263</sup> O jornalista Cândido Norberto (1926-2009) havia sido eleito deputado estadual pelo PSB em 1950, sendo o segundo mais votado – perdendo apenas para Leonel Brizola, reeleito (SOARES; ERPEN, 2013, p. 158). Germano Bonow Filho (1913-1984) foi líder estudantil, advogado, escritor, fundador e presidente do PSB-RS (MARÇAL; MARTINS, 2008, p. 33).

<sup>264</sup> PARTIDO Socialista. Proclamação [A pedido]. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27/08/1954, p. 7.

PRP, voltaria a fazer campanha naquele dia; Meneghetti retomaria seus roteiros no dia 7.<sup>265</sup> No dia 1º de setembro, a Frente Democrática publicou uma nota sobre a reabertura de seu comitê na Avenida Borges de Medeiros. No anúncio, destacou o ataque ao mesmo em 24 de agosto: as instalações haviam sido “totalmente destruídas por ocasião da fúria depredatória desencadeada na cidade por elementos agitadores”.<sup>266</sup>

Destruição, depredação, agitação, desordem. Palavras comuns na narrativa da imprensa e dos partidos com relação aos acontecimentos de 24 de agosto de 1954 em Porto Alegre. As imagens 30 e 31 exemplificam a forma como esses eventos foram exibidos pelos jornais, oscilando entre a destruição e a comoção. Na imagem 30, móveis quebrados após serem arremessados pelas janelas das sedes-alvo da revolta, deixando um rastro de escombros em uma das principais ruas do centro da capital gaúcha. Na imagem 31, dois homens estendem um pano preto, em sinal de luto, em frente à sede incendiada do *Diário de Notícias*. Perto deles, é possível ver papéis em chamas. Fazia parte da teatralidade daquele “carnaval da tristeza” como salientou Jorge Ferreira (2005). Conforme o autor:

Se na crise de agosto a oposição conservadora manipulou cenários e atores, agora era o momento da população encenar seu contrateatro. Ocupando o palco das ruas e dividindo-se em grupos, os amotinados distribuíam papéis entre os que carregavam bandeiras, retratos de Vargas, alto-falantes e aqueles que invadiam, destruíam e incendiavam (FERREIRA 2005, p. 192).

No dia 5 de setembro, o PTB entra em cena novamente, nas páginas do *Correio do Povo*, publicando uma imagem de Getúlio Vargas em uma página inteira, acompanhada da Carta-Testamento e de uma nota em favor de Alberto Pasqualini.<sup>267</sup> Naquele longo setembro, a campanha petebista teria adquirido, nas palavras de Miguel Bodea (1992, p. 123), o “tom de uma verdadeira cruzada de vingança, assustando e intimidando setores moderados do eleitorado”, espe-

<sup>265</sup> Movimento Político. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 31/08/1954, contracapa.

<sup>266</sup> FRENTE Democrático do Rio Grande do Sul. Aviso. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1º/09/1954, contracapa.

<sup>267</sup> NO LIMÍAR da eternidade o presidente Vargas dirige-se ao povo brasileiro. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/09/1954, p. 22.

cialmente pelos discursos proferidos por Leonel Brizola, candidato a deputado federal, e Ruy Ramos, candidato ao Senado juntamente com João Goulart. Nos últimos dias da campanha, as páginas do *Correio do Povo* e da *Folha da Tarde* colocaram em cena outro fantasma capaz de intimidar parte do eleitorado: os comunistas. O lance derradeiro da campanha eleitoral gerou seu último grande tema: a retirada da candidatura de João Pereira Sampaio e o apoio da Frente Popular a Pasqualini.<sup>268</sup>

Em 27 de setembro, a *Folha da Tarde* noticiou a agitação do meio político em torno de um fato novo: a retirada da candidatura de Sampaio.<sup>269</sup> Na mesma edição, foi publicado um a pedido de um “grupo de rio-grandenses anticomunistas” no qual se rememorava o apoio de Prestes a Walter Jobim nas eleições de 1947 e se denunciava um suposto conluio entre a Frente Democrática (PSD-PL-UDN) e a Frente Popular (PSB-PCB), visando, com o apoio a Pasqualini, prejudicar sua imagem perante o eleitorado. Havia ainda, na contracapa, uma nota assinada pelo presidente do diretório estadual do PTB, Aníbal de Primio Beck, repelindo o apoio e negando qualquer entendimento com a Frente Popular.<sup>270</sup> No dia 1º de outubro, o próprio desembargador Sampaio publicou nota no *Correio do Povo* renunciando à candidatura em favor de Pasqualini.<sup>271</sup> Na mesma edição, a propaganda dos adversários intensificou os ataques, reproduzindo capa do jornal *A Tribuna* com o apoio dos comunistas ao candidato petebista. A publicação, a pedido, mas sem signatário, denunciava o “conluio entre comunistas e trabalhistas para implantação do socialismo no Rio Grande do Sul”.<sup>272</sup> No dia seguinte, a Frente Popular publicou propaganda em página

---

<sup>268</sup> No final de setembro, o PCB havia lançado uma nota, destinada ao PTB, propondo a união de comunistas e trabalhistas em torno de uma plataforma mínima que incluía a defesa da Constituição, de eleições livres no dia 3 de outubro, das liberdades democráticas e sindicais, do aumento de salários, das riquezas e da indústria nacionais (OS COMUNISTAS no Rio Grande propõem... *A Tribuna*, Porto Alegre, 24/09/1954, p. 3).

<sup>269</sup> A FRENTE Popular retirou a candidatura... *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 27/09/1954, p. 37.

<sup>270</sup> O CONLUIO sinistro entre duas frentes: a democrática e a popular; AO RIO Grande do Sul [A pedido]. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 27/09/1954, p. 25; contracapa.

<sup>271</sup> AO POVO do Rio Grande [A pedido]. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1º/10/1954, p. 3.

<sup>272</sup> CONSOLIDADO a pedra e cal o conluio de comunistas e trabalhistas... *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1º/10/1954, p. 12.

inteira no mesmo jornal, pedindo votos para os candidatos a deputados estaduais e federais (registrados pelo PSB) e para Pasqualini, Goulart e Ruy Ramos.<sup>273</sup> A propaganda da Frente Democrática explorou o tema em seus últimos dias de veiculação, buscando associar Pasqualini ao comunismo. Por sua vez, o PTB respondia afirmando não ter estabelecido acordo com os comunistas, tentando não perder votos devido ao anticomunismo sempre presente na mobilização eleitoral.<sup>274</sup>

Tanto no caso do apoio de Getúlio Vargas a Alberto Pasqualini, em 1947, e dos impactos do suicídio de Vargas em 1954, como no caso do apoio dos comunistas a Walter Jobim, em 1947, e a Pasqualini no fim da campanha de 1954, é possível perceber a imprensa conformando determinados temas durante as campanhas eleitorais e inserindo, por meio de suas colunas políticas ou noticiário, temas polêmicos que em seguida são explorados pelas publicações patrocinadas pelos partidos políticos. O sentido desses acontecimentos e temas era politicamente disputado em cada página dos jornais, por meio de anúncios modestos ou grandes propagandas. Assim, é interessante que se dedique mais algumas linhas ao exame da forma como a propaganda era veiculada nos jornais.

No contexto de 1945 a 1964, os principais meios de comunicação política eram, além dos comícios, a propaganda no rádio e na imprensa escrita. A partir da década de 1950, com a criação das primeiras emissoras de televisão, o novo meio começa muito lentamente a ser utilizado para fins políticos, sendo um marco nesse sentido a utilização da televisão por Carlos Lacerda durante a crise política de 1954; em 1960, as campanhas eleitorais fizeram uso, pela primeira vez de forma significativa, do recurso televisivo (CASTILHO, 2014, p. 70-72). Entretanto, esse era um meio que ainda atingia apenas a uma pequena parcela da população e, no caso do Rio Grande do Sul, a primeira emissora foi fundada pelos Diários Associados apenas em 1959 – a TV Piratini (RÜDIGER, 1993, p. 105). Assim, para as elei-

---

<sup>273</sup> OS CANDIDATOS do povo... *Correio do Povo*, Porto Alegre, 02/10/1954, p. 6.

<sup>274</sup> Conforme salientou Carla Rodeghero (2013), o comunismo não era associado apenas aos partidos comunistas, mas a todos os partidos de esquerda ou a alguns de seus membros e a qualquer tipo de movimento popular.

ções de 1947, 1950 e 1954, o rádio e os jornais são os meios de difusão da propaganda.<sup>275</sup>

Além disso, é preciso refletir sobre quem produzia a propaganda. Nas fontes pesquisadas para as eleições do Rio Grande do Sul, não há indicativo da utilização de agências de Publicidade ou algo do gênero.<sup>276</sup> A produção e a escolha dos textos (bem como a escolha das imagens) presentes na propaganda eleitoral eram realizadas pelos candidatos e, no caso das candidaturas majoritárias, pelos dirigentes partidários responsáveis pelas campanhas. A forma da comunicação via imprensa, entretanto, não era algo desconhecido do meio político, como o próprio fazer jornalístico não o era. Como abordado anteriormente, apesar da crescente profissionalização da grande imprensa, os jornais partidários ou com vínculos mais ou menos estabelecidos com os diferentes grupos políticos eram amplamente disseminados. Além disso, os integrantes da elite política chegaram ao período pós-1945 portando experiências políticas de contextos anteriores e possuíam uma relação mais estreita com o fazer da imprensa: especialmente em seus períodos de formação política, as atividades em periódicos cumpriram um papel importante.<sup>277</sup>

---

<sup>275</sup> O Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa possui um setor de rádio que contém acervo de discos e fitas relativos a programas radiofônicos. A ausência de um meio de busca e o trabalho interno de reorganização e catalogação do acervo não permitiram o acesso a essas fontes para efeitos dessa pesquisa. Nos jornais, foi possível identificar anúncios de programas de rádio dos partidos durante as campanhas eleitorais de 1947, 1950 e 1954. Havia também a transmissão de comícios via emissoras de rádio.

<sup>276</sup> Também foi realizada pesquisa nos arquivos do CPDOC-FGV com relação às campanhas eleitorais dos candidatos a presidente da República no período 1945-1955 e candidatos nas eleições estaduais, especialmente nos acervos de Agamenon Magalhães, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Aliomar Baleeiro, Augusto do Amaral Peixoto, Castilho Cabral, Christiano Machado, Ernani do Amaral Peixoto, Etelvino Lins, Getúlio Vargas, Hermes Lima e Oswaldo Aranha. O material relativo às campanhas eleitorais nesse período indica o mesmo padrão: material de propaganda, imagens, discursos e textos produzidos e/ou selecionados e montados por lideranças partidárias, apoiadores e candidatos. O único indício de utilização de uma agência de propaganda encontrado foi um material produzido pela Colúmbia Propaganda Ltda e uma carta da Novart Desenhos Ltda, ambas relativas à campanha a presidente de Etelvino Lins, em 1954-55, candidatura que não chegou a se concretizar.

<sup>277</sup> Destaca-se, na história da imprensa do Rio Grande do Sul, o jornal *A Federação*. Órgão do Partido Republicano Rio-Grandense, foi fundado em 1883 para “doutrinação política” e cumpriu um papel importante na difusão do programa do partido (RAMOS, 1990). Carina Martiny (2018) salienta a importância de *A Federação* para a trajetória

Alguns políticos contemporâneos a Alberto Pasqualini tiveram atuação na imprensa. Entre os colaboradores do *Diário de Notícias* à época de sua fundação, em 1925, figuravam nomes como Adroaldo Mesquita da Costa, Ataliba Paz e Celeste Gobato. Naquele ano, o jornalista Francisco de Leonardo Truda dava início ao novo jornal, cuja redação passaria a ser comandada por ele e por Raul Pilla (DE GRANDI, 2005, p. 22). Líder do Partido Libertador e principal responsável pela retomada do partido em 1945, Pilla seria deputado federal entre 1946 e 1967. Dentre os colaboradores, alguns também ocupariam posições na elite política do Rio Grande do Sul nas décadas seguintes, especialmente Adroaldo Mesquita da Costa, que seria eleito deputado constituinte em 1933 pela Frente Única e deputado constituinte em 1946, já pelo PSD. Também foi Ministro da Justiça no governo Dutra, entre 1947 e 1950, e eleito deputado federal novamente em 1950. Ataliba Paz e Celeste Gobato foram deputados estaduais eleitos em 1947, ambos pelo PTB (SOARES; ERPEN, 2013). E, finalizando esta breve digressão, não se pode negligenciar que o próprio Alberto Pasqualini encontrou na imprensa escrita o meio principal de difusão de suas ideias, especialmente pelas páginas do *Correio do Povo* na década de 1940.

Até esse ponto, foi possível perceber como a imprensa atuava como um agente de mobilização eleitoral, publicando textos e imagens com instruções aos eleitores e contribuindo para a construção de um interesse pela competição eleitoral. Por sua vez, a imprensa hierarquizava, destacava e conformava temas que predominavam em cada campanha. Fazendo uso de uma linguagem cuja forma os políticos dominavam pela sua intimidade com o fazer jornalístico e pelas habilidades próprias do fazer político – o que incluía a fluência na escrita e na oratória – os partidos políticos fizeram largo emprego da imprensa escrita para propaganda de seus candidatos. É chegado o mo-

---

política de Júlio de Castilhos: a atuação à frente do jornal garantiu a ele a proeminência dentro do PRR e lhe assegurou um lugar de destaque na política gaúcha. Luiz Alberto Grijó (2017) demonstrou como a criação do jornal *O Debate*, durante a cisão político-eleitoral de 1907, foi uma oportunidade para jovens como Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura e Firmino Paim Filho serem politicamente reconhecidos pelas lideranças do PRR e, especialmente, por Borges de Medeiros.

mento de refletir sobre o uso desses espaços pelas campanhas de Alberto Pasqualini.

### 2.3 Programas, propostas, propaganda

Nas eleições de 1947, 1950 e 1954, a forma mais comum de propaganda eleitoral se veiculava através das publicações dos partidos nos jornais de grande circulação como o *Correio do Povo*, *Diário de Notícias* e *Folha da Tarde*. Muito mais do que simples anúncios, que geralmente ocupavam espaços menores – às vezes no rodapé –, as publicações preenchiam de meia página a página inteira dos jornais, às vezes duas em sequência. Nelas, os partidos reproduziam imagens dos candidatos e especialmente dos comícios, pequenos artigos ou comentários sobre a campanha, acusações ou respostas a adversários, notícias sobre os roteiros de campanha e apoios recebidos de lideranças do interior do Estado, além dos discursos pronunciados nos comícios. As campanhas petebistas se utilizaram desse recurso de forma muito semelhante nos três pleitos.<sup>278</sup>

Nas eleições de 1947, o uso de imagens dos comícios nessas publicações foi uma estratégia adotada nas propagandas de Alberto Pasqualini (PTB), “o candidato do povo”, e de Décio Martins Costa (PL-UDN), “o candidato da vitória”. A campanha de Walter Jobim (PSD) utilizou bem menos esse recurso, publicando páginas de propaganda nas quais, geralmente, predominava o conteúdo textual. Isso seria compensado em 1954, na candidatura de Ildo Meneghetti (PSD-PL-UDN), quando a campanha fez ampla utilização desse tipo de publicação com muitas imagens dos comícios, superando o PTB nesse quesito.

---

<sup>278</sup> Visando à construção de uma imagem de popularidade, conforme será analisado no capítulo seguinte.

Imagens 32, 33 e 34 – Publicações do PTB na imprensa nas eleições de 1947, 1950 e 1954



Fontes: *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30/11/1946, p. 5; *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 28/09/1950, p. 2; *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24/08/1954, p. 12 [MCSHJC].

No caso das eleições de 1947, esse tipo de propaganda tem início logo após a convenção do PTB e começa com a reprodução de telegramas enviados por apoiadores de Pasqualini em diversas regiões do Estado. Em seguida, começam as publicações de textos com atribuições de sentido acerca da candidatura e dos adversários. Com o início dos comícios, as publicações abrem espaço para imagens e discursos, tomando a forma que vai ser seguida não somente até o final daquela disputa, mas também nas campanhas de 1950 e 1954. A imagem a seguir apresenta um exemplo representativo dessa lógica, embora tenha havido variações na disposição dos elementos na página em diferentes momentos:

Imagem 35 – Exemplo de publicação do PTB no *Correio do Povo* nas eleições de 1947

**Legenda**

- 1 – Nome do partido
- 2 – Título principal com tom de mobilização
- 3 – Linha mestra, com informações que complementam o título principal
- 4 – Texto principal, geralmente elogioso e buscando demonstrar a popularidade do candidato
- 5 – Reprodução de fotografia, geralmente dos comícios
- 6 – Legenda, atribuindo sentido à imagem
- 7 – Notas sobre atividades do partido
- 8 – Texto secundário, geralmente uma crítica aos adversários
- 9 – Comentário atribuindo sentidos à candidatura, geralmente um texto mais leve, curto, em letras maiores
- 10 – Noticiário sobre as atividades da campanha

Fonte: O POVO rio-grandense com Alberto Pasqualini. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 31/12/1946.

Elementos gráficos e legenda elaborados pelo autor.

Esse tipo de publicação sempre continha no cabeçalho o nome do partido, como forma de indicar que se tratava de propaganda partidária e não fazia parte, portanto, do noticiário elaborado pelo jornal. Entretanto, na forma de escrita e de disposição dos elementos na página (manchetes, títulos, imagens, legendas, textos em seções, etc.) essas publicações buscavam se aproximar muito das notícias de jornal, diferentemente dos anúncios menores que tinham informações mais curtas e se aproximavam, na forma, da publicidade em geral. Após o nome do partido, havia um título principal no estilo de manchete – geralmente em tom de mobilização, destacando-se palavras como *triunfante*, *vibrante*, *vitioso*, *consagração*.

O texto principal desse tipo de propaganda apresentava uma narrativa dos roteiros de campanha, com destaque sempre para a popularidade do candidato e concluía afirmando que a candidatura seria vitoriosa. Foi muito comum a presença de um texto secundário no

qual se buscava desmerecer os adversários ou responder a acusações que estes tivessem feito em seus comícios ou propagandas. Outra seção bastante comum continha informações sobre os roteiros seguintes da campanha, sendo tudo isso coroado com a publicação de pelo menos duas imagens, quase sempre reproduções de fotografias dos comícios. Houve edições em que se publicou, ocupando página inteira, discursos proferidos por Pasqualini. Em outros momentos, publicou-se páginas adicionais somente com esse tipo de imagem.

Imagens 36, 37, 38 e 39 – Imagens publicadas pelo PTB na imprensa (1947, 1950 e 1954)

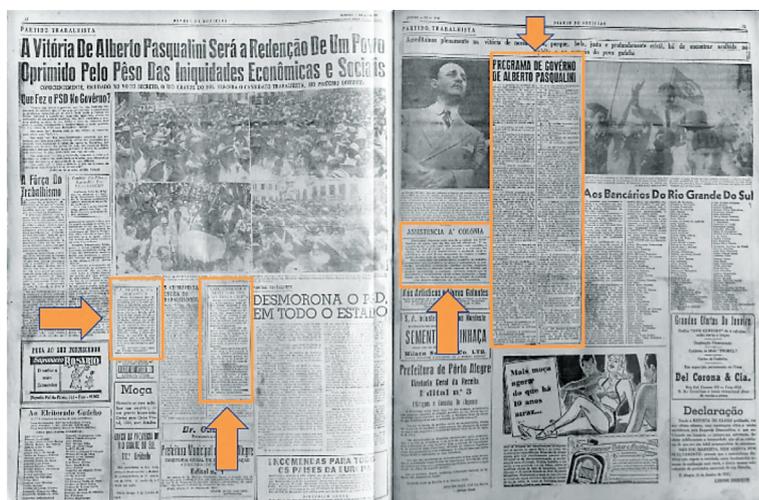


Fontes: *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 14/01/1947, p. 11; 17/01/1947, contracapa; 27/09/1950, p. 12; *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 02/10/1954, capa [MCSHJC].

A partir dos exemplos acima [imagens 36 a 39], é interessante notar que, eventualmente, as propagandas rompiam com o padrão editorial dos jornais, pois em momentos específicos houve publicidade dos partidos ocupando páginas inteiras ou mesmo capas e contracapas. Além das grandes publicações, havia outros tipos de inserções na imprensa, como notas ou artigos publicados a pedido e pequenos anúncios – que eram mais comuns enquanto propaganda dos candidatos a deputados estaduais e federais e que acabavam inserindo também os nomes dos candidatos a governador e senador. Tantas as imagens que ocupavam páginas inteiras e, eventualmente, capas e contracapas, como os pequenos anúncios, rompiam o padrão das edições, fazendo das páginas dos jornais um campo de batalha entre os candidatos.

Em 12 de janeiro de 1947, poucos dias antes do pleito, o PTB publicou duas páginas de propaganda no *Diário de Notícias*. Nelas, constavam imagens de comícios, um texto sobre Pasqualini, críticas ao governo do PSD, acusações contra os comunistas, um perfil do candidato ao Senado (Salgado Filho), uma imagem de Pasqualini sendo carregado por apoiadores, e um manifesto assinado por bancários – demonstrando a diversidade de seções dessas publicações. Dois elementos chamam a atenção: o programa de Pasqualini, resumido em 20 pontos; e, espalhados em lugares diferentes, trechos do discurso-plataforma proferido pelo candidato na convenção do partido [observar elementos gráficos inseridos na imagem 40]. Constam, portanto, outros dois elementos bastante presentes nesse tipo de propaganda publicada pela campanha do PTB em 1947: trechos ou discursos completos de Pasqualini e o programa do candidato.

Imagem 40 – Publicações do PTB no *Diário de Notícias* em 12/01/1947



Fonte: *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 12/01/1947, p. 12-13 [MCSHJC]. Elementos gráficos inseridos pelo autor.

Alberto Pasqualini lançou seu programa em 1945, como visto no capítulo anterior, angariando apoiadores em torno da União Social Brasileira. Acabou concorrendo a governador na chapa pete-

bista nas eleições de 1947, fundindo-se a USB e o PTB. Pasqualini ingressou na sigla trabalhista, portanto, com um programa, que se transformou em sua plataforma para o governo do Estado. O foco deste subcapítulo é perceber a tensão entre o programa de Pasqualini e a necessidade de conquistar a adesão do eleitorado: chegou o momento da campanha eleitoral, como esse programa é traduzido e difundido para o público? A análise dos programas, propostas, anúncios, notas e demais textos publicados na imprensa, incluindo os discursos, permitirá compreender como se dava a transposição do programa para a propaganda eleitoral publicada na imprensa. As campanhas, por meio dessa propaganda, continham um caráter educativo acerca do programa e/ou com relação ao voto?

Primeiramente, é preciso compreender em que consistia o programa na forma como foi divulgado no lançamento da candidatura de Pasqualini a governador em novembro de 1946. Ele foi publicado na imprensa juntamente com o discurso do candidato na convenção do PTB. Dividido em 20 pontos, com destaque para o papel do governo do Estado no desenvolvimento econômico e social, o programa previa auxílio às cooperativas e associações de trabalhadores e a instalação de granjas cooperativas para produção leiteira, avícola e hortícola – a fim de barateá-la e garantir o abastecimento. Havia atenção às populações rurais, com previsão de políticas que buscassem evitar o êxodo rural: criação de escolas públicas, disseminação de escolas técnico-agrícolas, estímulo ao cooperativismo, instalação de estações de máquinas e equipamentos agrícolas e de postos de distribuição de sementes e defensivos, bem como de depósitos para armazenamento da produção. Nesse sentido, também estava previsto a organização de serviços de assistência, saúde pública e melhoria das vias de comunicação.<sup>279</sup>

O programa incluía incentivos fiscais aos mais pobres, na forma de isenção de impostos de transmissão de propriedades rurais quando o adquirente fosse trabalhador rural e isenção de impostos relativos a moradias de operários. O plano de assistência social, pre-

---

<sup>279</sup> Marluza Marques Harres (2014) analisou a temática ligada ao mundo rural nas bases programáticas do PTB, sob influência de Pasqualini, o que subsidiaria as iniciativas de reforma agrária no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola alguns anos mais tarde.

sente no programa de 1945, constava novamente – dessa vez sem previsão de números. Ele previa o combate à tuberculose e à mortalidade infantil, a organização de serviços de assistência à infância, à maternidade e aos menores desamparados, garantia de serviços médicos e hospitalares, distribuição gratuita de medicamentos a pessoas de baixa renda, organização de um departamento para destinar trabalho aos desempregados e a instalação de colônias agrícolas. Nesse último aspecto, salientava que sua função seria social, econômica e educacional, pois as colônias seriam providas de escolas de ensino primário e técnico-rural, oficinas de conserto e aprendizagem e serviços de saúde e educação física.<sup>280</sup>

Para a realização do programa, Pasqualini sabia que seriam necessários recursos financeiros dos quais o Estado do Rio Grande do Sul não dispunha. Com uso da retórica, ele questionava:

Obra social, senhores, não se faz com palavras, mas com recursos e muitos recursos. Quem deve proporcioná-los? Os trabalhadores? Os funcionários públicos? Os marginais? Evidentemente não. Os recursos só podem ser oferecidos por aqueles que têm algo para dar e sobras que podem dispensar.<sup>281</sup>

Conforme o discurso de Pasqualini, parte dos lucros deveria retornar à sociedade para efeitos de bem-estar social. Caberia ao Estado fixar a “justa medida” dessa contribuição conforme as necessidades sociais. Na outra ponta desse processo, haveria a ampliação do mercado consumidor com a incorporação de uma parte da população antes alheia ao consumo por falta de poder aquisitivo. Nas palavras de Pasqualini, “aumentando o consumo” haveria “mais trabalho nas fábricas, mais emprego, maior circulação de riqueza, mais progresso e bem-estar”.<sup>282</sup> Outro ponto importante do programa era a organiza-

<sup>280</sup> PROGRAMA. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/11/1946, p. 24.

<sup>281</sup> DISCURSO do candidato do PTB: “Devemos voltar as nossas vistas para aqueles que não têm terras, não têm morada, não têm sequer um lugar onde morrer”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/11/1946, p. 4.

<sup>282</sup> DISCURSO do candidato do PTB: “Devemos voltar as nossas vistas para aqueles que não têm terras, não têm morada, não têm sequer um lugar onde morrer”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/11/1946, p. 4. Conforme ressaltou Roberto Bitencourt da Silva (2013, p. 169-170), Pasqualini conhecia a obra do economista John Maynard Keynes e dela se apropriou no que diz respeito a dois postulados: as ênfases no mercado interno e à ampliação da capacidade de consumo dos trabalhadores assalariados.

ção do crédito popular, destinado ao financiamento, sem juros, de casa própria, de cooperativas, de propriedades rurais e aquisição de outros meios de produção por trabalhadores. Para isso, seriam utilizados recursos de receitas já existentes e os provenientes de outras contribuições que seriam instituídas.<sup>283</sup> As publicações na imprensa buscavam difundir aspectos desse programa por meio da articulação entre textos e imagens e pela seleção de excertos que o sintetizavam ou exemplificavam as propostas, como na imagem a seguir:

Imagem 41 – Reprodução de retrato de Pasqualini e de excerto de discurso (1946)



Fonte: COESO o Rio Grande do Sul em torno de Alberto Pasqualini – o candidato que o povo escolheu. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11/12/1946, p. 5.

<sup>283</sup> PROGRAMA. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/11/1946, p. 24. Outros pontos do programa diziam respeito ao funcionamento da máquina pública e à educação: a Universidade deveria ser provida de recursos para seu reaparelhamento e para contrato de cientistas, técnicos e especialistas de renome a fim de preparar professores e transformá-la em centro de pesquisas; ao magistério estadual deveria ser asseguradas as condições materiais necessárias; o funcionalismo seria selecionado de acordo com o grau de capacidade e também pelo critério da idoneidade, excluindo-se a interferência partidária.

Um exemplo de como o programa era traduzido ao público por meio da propaganda pode ser encontrado quando se trata do combate à tuberculose: “Somente em novembro, houve, nesta capital, 146 casos de tuberculose!”. Conforme a propaganda do PTB, tal índice era fruto da “subalimentação quase crônica do povo, obrigado a comer o pão que o Diabo amassou”. Seu candidato, Alberto Pasqualini, teria fugido à “retórica inútil”, buscando exprimir às inquietações desse povo “em palavras singelas”: “É fora de dúvida que o primeiro passo para extinguir a tuberculose é atacar de frente [...] os problemas assistenciais melhorando as condições de existência do povo”. Ainda conforme o texto, Pasqualini teria defendido essa proposta com “palavras sensatas, simples, mas eloquentes”.<sup>284</sup> Em 1950, a propaganda de Pasqualini ao Senado retomou essa valorização de uma forma clara de expressar o programa: “O povo, nestes dias que antecedem às eleições, deve procurar distinguir entre aqueles que falam claro, que formulam soluções concretas para os problemas coletivos e aqueles que nada oferecem além de uma extensa oratória, vazia de ideias”.<sup>285</sup>

Na biografia de Paulo Brossard de Souza Pinto consta a seguinte menção a Alberto Pasqualini: “O Pasqualini, que era uma inteligência superior, dizia as coisas da maneira mais simples do mundo” (VALLS, 2004, p. 43). Pedro Simon também destaca o que seria uma característica do candidato petebista: “Dotado de profunda cultura, capaz de fazer suas provas de Direito em latim e de, nesta língua, compor poemas na métrica de Camões, falava na linguagem do povo, porque nunca usou as palavras para esconder seu pensamento” (SIMON, 2001, p. 41). Em seu primeiro discurso como candidato do PTB a governador, em novembro de 1946, Pasqualini faz um comentário sobre a forma do seu pronunciamento: “Peço, senhores, que me perdoeis de estar falando uma linguagem demasiadamente singela. É que presumo estar me dirigindo a trabalhadores e não a filósofos ou a políticos”.<sup>286</sup> A valo-

<sup>284</sup> NÃO SE melhoram as condições de vida do povo apenas com frases e boas intenções. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/12/1946, p. 5.

<sup>285</sup> OS ANSEIOS do Rio Grande se expressam elegendo um rio-grandense para o Senado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24/09/1950, p. 11.

<sup>286</sup> DISCURSO do candidato do PTB: “Devemos voltar as nossas vistas para aqueles que não têm terras, não têm morada, não têm sequer um lugar onde morrer”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/11/1946, p. 4.

rização de uma forma simples de se dirigir ao público é um indicativo da tensão gerada no meio político pela incorporação das camadas populares às práticas eleitorais – levando à necessidade de considerar a recepção de um eleitorado mais amplo e diverso.

Houve ocasiões em que o fornecimento de exemplos gerou críticas por parte de adversários. No discurso pronunciado em dezembro de 1946 na cidade de Caxias do Sul, na região de imigração italiana e produção vinícola, Pasqualini defendeu a descentralização do poder de consumo para acelerar o ritmo da produção de riqueza. Para tornar sua ideia mais palatável ao público, fez menção ao consumo de vinho:

Vou ilustrar a tese com um exemplo. Imaginemos dez pessoas, uma dispondo de cinco mil cruzeiros, e as nove restantes apenas de cinco. A primeira poderá adicionar um copo de vinho à refeição, ao passo que as demais não poderão fazê-lo. Mas, se o que tem cinco mil cruzeiros, proporcionar dez cruzeiros a cada um dos nove restantes, estes poderão também dar-se ao prazer de tomar um copo de vinho. Noventa cruzeiros não farão muita falta a quem tem cinco mil. Em compensação, em vez de um copo de vinho, serão consumidos dez. Nessas condições, se poderá vender dez vezes mais, produzir dez vezes mais, transportar dez vezes mais, arrecadar dez vezes mais impostos. *No caso do copo de vinho, a contribuição era uma dádiva. Nós, porém, não propomos dádivas, mas contribuições, pequenas contribuições para constituir fundos de assistência social e para proporcionar a cada um a oportunidade de, com seu trabalho, aumentar as possibilidades de consumo* [grifos do autor].<sup>287</sup>

Assim, Pasqualini trazia um exemplo palpável ao habitante da região vinicultora, um copo de vinho, para explicar sua ideia de expansão do consumo e defender sua proposta de criação de contribuições visando à assistência social. No fim daquele mês, entretanto, a propaganda do PSD faria uma crítica em tom de escárnio ao exemplo formulado por Pasqualini:

Quais seriam as consequências dessa copiosa distribuição de vinho? Não queremos indicar que o vinho houvesse influído para

---

<sup>287</sup> ALBERTO Pasqualini recebeu verdadeira consagração em Caxias. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17/12/1946, p. 7.

a ingenuidade do raciocínio do candidato petebista. Mas ela é clamante. Porque o exemplo do vinho não está desdobrado em todas as suas consequências. Quem desse os dez cruzeiros às nove pessoas que não tomavam vinho, teria de dar-lhes, certamente, vinte cruzeiros para o cinema, duzentos para os sapatos, quinhentos para o armazém, etc. A coerência leva a tanto. Porque andar calçado não é menos importante do que tomar vinho. [...] Se tantos fossem os suprimentos mensais do Plano Pasqualini, a pessoa portadora de cinco mil cruzeiros teria de dispor, cada mês, de Cr\$ 6.570. Entraria, logo, em regime deficitário... [...] Se a primeira pessoa, que protegia às nove restantes [...] percebesse ser mais interessante passar para o grupo dos nove e deixar a digna função de proteger pela cômoda situação de protegido? Quem daria aos agora dez pensionistas das graças oficiais os barris de vinho necessários, os sapatos, as entradas de cinema, os suprimentos de armazém de secos, molhados, ferragens e miudezas?<sup>288</sup>

Percebe-se, na publicação do PSD, uma crítica que se faz tomando o exemplo apresentado por Pasqualini como proposta, construindo, a partir disso, uma argumentação que busca demonstrar sua inviabilidade. Na propaganda pessedista foi reproduzido o trecho do discurso de Pasqualini no qual está presente a menção ao copo de vinho, mas omitindo-se as propostas presentes junto à menção bem como o fato de se tratar de um exemplo de um princípio mais amplo presente no programa. Os exemplos formulados por Pasqualini buscando explicar suas propostas de forma palatável abriam espaço, portanto, para críticas dos adversários na competição eleitoral. O texto do PSD relativo ao exemplo do copo de vinho está inserido no momento de acirramento da campanha eleitoral de 1947, quando PSD e PTB protagonizaram trocas de acusações mútuas. Em 27 de dezembro de 1946, o dirigente pessedista Adail Morais alude aos discursos de Pasqualini na propaganda do PSD: “O Sr. Alberto Pasqualini não tem estado à altura dos títulos que lhe marcaram a personalidade. Os seus discursos têm sido bonitos, bem escritos, muito bem proferidos em geral. [...] Tem o ilustre candidato fidalgas maneiras de dizer e bem estudada gesticulação”. Assim, o que erroneamente poderia pa-

<sup>288</sup> O COPO de vinho do Sr. Alberto. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 29/12/1946, p. 9.

recer um elogio torna-se uma crítica velada à forma como Pasqualini se pronunciava e, explicitamente, ao seu conteúdo: “Suas afirmativas, em certos casos, são muito ingênuas ou conscientemente demagógicas”.<sup>289</sup> A propaganda do PTB responderia a esta e a outras críticas realizadas pelo PSD no dia 3 de janeiro, utilizando o sentido figurado do termo *tubarões*<sup>290</sup>: “A dolorosa e triste verdade é que a execução de tal plano não convém aos ‘tubarões’ do PSD. O que lhes interessa é que continue o estado de coisas atual: que os pequenos agricultores permaneçam à margem de qualquer amparo, explorados por esses mesmos tubarões”.<sup>291</sup>

Nos discursos proferidos nos comícios e publicados na imprensa, Pasqualini também buscava atribuir um sentido à campanha eleitoral: ela deveria cumprir um papel educativo, de “esclarecimento”. Em diferentes momentos, o candidato manifestou repúdio à possibilidade de vencer a qualquer custo, fazendo a defesa de uma postura ética pela qual as campanhas deveriam prezar – o que era, também, uma forma de criticar os adversários, especialmente o PSD pelo uso da estrutura pública na disputa eleitoral. A propaganda do PTB dois dias antes do pleito de 1947 demonstra esse tipo de argumentação ao acusar o partido adversário. Nela, foi publicado o discurso de Pasqualini proferido em Porto Alegre no encerramento da campanha: “Nós lutamos por ideais, lutamos por um programa e já o declarei que nossa tese, nosso objetivo, não é vencer a qualquer preço e por quaisquer processos. As questões morais têm para nós mais importância do que a simples posse do poder”. A publicação desse discurso se articulava a um comentário bastante incisivo, inserido na propaganda do PTB, sobre as práticas do PSD naquele pleito: “Caluniar. Injuriaram. Mentiram descaradamente. Ofenderam com grosserias e ataques violentos”. Segundo a crítica publicada pelos petebis-

---

<sup>289</sup> MORAIS, Adail. Um banco, uma burla ou uma infantilidade? *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 27/12/1946, p. 6.

<sup>290</sup> Conforme o dicionário online Michaelis, tubarão, em sentido figurado, significa “Empresário ganancioso que, por todos os meios, procura maximizar os seus lucros, concorrendo para aumentar o custo de vida”. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portuguesbrasileiro/tubar%C3%A3o/>.

<sup>291</sup> OS TUBARÕES enfurecidos. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 03/01/1947, p. 6.

tas, os pessedistas teriam, inclusive, contratado um egresso da Casa de Correção de Porto Alegre, “beberrão costumaz, indivíduo amoral e sem escrúpulos” e o apresentado nos comícios como “orador popular”, promovendo, por meio de seus discursos, “as ofensas mais baixas” a Pasqualini.<sup>292</sup>

Em 1954, Pasqualini retomaria o apelo aos princípios morais que deveriam reger uma campanha eleitoral. No discurso de encerramento de mais uma campanha, afirmou: “É possível que cheguemos ao fim da jornada com os pés ensanguentados, mas podeis ter certeza de que jamais os teremos cobertos de lodo”.<sup>293</sup> É preciso salientar, no entanto, que esse tipo de apelo, que constrói uma valorização do voto, atribui um sentido educativo às campanhas e enfatiza os pontos do programa, continuava presente nos discursos de Pasqualini na campanha de 1954, mas ocupavam espaço bastante reduzido na propaganda do PTB naquele ano – cujo foco estava no reforço da imagem de popularidade do candidato, buscando demonstrar a força da candidatura e o apoio do *povo*.

Após ser escolhido para concorrer novamente ao governo do Estado, em 1954, Pasqualini concedeu uma entrevista a jornalistas no Distrito Federal – onde exercia o cargo de senador. Perguntado sobre o programa de governo, respondeu que este seria, em seu conjunto, diretrizes e objetivos fundamentais, o mesmo de 1947, com pequenas adaptações. Ao fim da entrevista, resumiu o seu programa em 10 pontos, com frases sucintas:

- 1º) estimular o desenvolvimento econômico do Estado e de todas as forças de produção, auxiliando a iniciativa privada cujas realizações sejam coincidentes com o interesse coletivo;
- 2º) intensificar os empreendimentos estatais que condicionam a possibilidade desse desenvolvimento, como o Plano de Eletrificação, que deverá ser periodicamente revisto e atualizado;
- 3º) orientar o desenvolvimento econômico do Estado no sentido da racionalização, isto é, de acordo com as características geoeconômicas das diversas regiões;

---

<sup>292</sup> POBRES de espírito e inescrupulosos. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 17/01/1947, p. 6.

<sup>293</sup> DISCURSO em Porto Alegre no encerramento da campanha. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1º/10/1954, p. 19.

- 4º) amparar as classes trabalhadoras em tudo que esteja ao alcance do Estado;
- 5º) dispensar auxílio e proteção aos pequenos agricultores e colonos;
- 6º) auxiliar e estimular o desenvolvimento do cooperativismo;
- 7º) intensificar a difusão do ensino primário e técnico;
- 8º) dar maior amplitude aos serviços de assistência social e saúde pública;
- 9º) aperfeiçoar o mecanismo de ação administrativa do Estado;
- 10º) realizar um governo de justiça e de rigorosa moralidade.<sup>294</sup>

No final de julho, já em Porto Alegre, Pasqualini apresentou sua plataforma de governo, ratificando as diretrizes presentes no programa defendido em 1947. Nesse discurso, o candidato ressaltou seu entendimento de que o Estado deveria intervir no campo econômico como forma de assegurar os interesses coletivos, com atenção para os trabalhadores, buscando a justiça social. Como um exemplo de ação estatal, Pasqualini retoma sua proposta acerca do crédito: o Banco do Estado do Rio Grande do Sul deveria cumprir um papel econômico e social, devendo ser provido com recursos do Estado para oferecer assistência financeira a pequenos agricultores e às cooperativas.<sup>295</sup>

Havia, porém, uma diferença substancial na candidatura de 1954 com relação à anterior: nessa ocasião, Pasqualini era o candidato situacionista, tendo em vista que o Rio Grande do Sul era governado por Ernesto Dornelles, eleito pelo PTB. Com Getúlio Vargas novamente presidente da República, Pasqualini concorria pela chapa que representava o governo em seus âmbitos estadual e nacional. Por esta razão, incluiu em seu programa a continuidade de ações do governo Dornelles, como a intensificação do Plano de Obras, que, segundo ele, seria “exemplo da capacidade de realização do atual governo”. O candidato petebista também destacava o que estava sendo realizado no concernente à educação pública: “Seria injusto negar ou omitir os esforços que o atual Governo do Estado tem feito em prol

---

<sup>294</sup> PROBIDADE, progresso e justiça. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/06/1954, p. 14. No mês seguinte o PTB publicaria novamente essa lista de 10 pontos do programa sob a forma de anúncio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 22/07/1954.

<sup>295</sup> O RIO Grande decidirá se deseja seguir o caminho da paz e da justiça social ou retrogradar a uma política vazia de conteúdo humano. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25/07/1954, p. 11.

do ensino primário e da disseminação do ensino técnico profissional”, afirmou Pasqualini.<sup>296</sup>

Outras diferenças marcavam o contexto das disputas políticas que se efetuaram na década de 1950. Nas palavras de Lucília de Almeida Neves Delgado (2013, p. 172), “esperança, reformismo, distributivismo e nacionalismo eram elementos integrantes da utopia desenvolvimentista que se constituiu como signo daquela época”. Para a autora, o período foi marcado pela crença, presente em expressivos segmentos da sociedade brasileira, de que a modernidade só seria alcançada por um programa de governo baseado na industrialização, em políticas distributivistas e na defesa efetiva do patrimônio nacional (DELGADO, 2013, p. 172). Jorge Ferreira (2005, p. 119) destaca a geração de homens e mulheres que, no Brasil da década de 1950, partilhava a ideia de que o desenvolvimento efetivo do país e o bem-estar coletivo seria possível com base no nacionalismo, na defesa da soberania nacional, nas reformas das estruturas socioeconômicas e na ampliação dos direitos sociais. Charles Sidarta Machado Domingos (2010) aponta para a emergência do nacionalismo na política brasileira durante os anos 1950, tendo a luta pelo monopólio nacional do petróleo como um marco. Essa campanha relativa ao petróleo teve como base um “embrionário sentimento de nacionalidade – embora ainda em muito associado com o nacionalismo econômico” – e desempenhou um papel importante para que o nacionalismo ganhasse força; o suicídio de Vargas e a divulgação de sua carta-testamento o reforçaria (DOMINGOS, 2010, p. 74-75). Texto de Nelson Werneck Sodré (2006[1959]), publicado poucos anos mais tarde, exhibe a lógica da pregação nacionalista desse período: “Por que o Nacionalismo? Porque, agora, são as forças econômicas externas o mais poderoso obstáculo ao nosso desenvolvimento [...]. O Nacionalismo apresentasse, assim, como libertação”.

A defesa do monopólio estatal do petróleo, no final da década de 1940, envolveu militares, estudantes, imprensa, trabalhadores e

---

<sup>296</sup> O RIO Grande decidirá se deseja seguir o caminho da paz e da justiça social ou retrogradar a uma política vazia de conteúdo humano. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25/07/1954, p. 11.

diversos setores políticos, sendo importante assunto da campanha eleitoral de 1950 – na qual Getúlio Vargas se comprometeu com o tema (SILVA, 2013, p. 282). Em maio de 1953, o parecer elaborado pelo senador Alberto Pasqualini foi aprovado no senado e a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), criada em outubro daquele ano para garantir a execução do monopólio estatal sobre o petróleo e seus derivados (SILVA, 2013, p. 289). A campanha eleitoral de 1954, portanto, se dá em um momento de transformações políticas e de crescente polarização entre uma esquerda reformista e uma direita conservadora.

Nesse ambiente, a construção narrativa do voto como arma foi um expediente comum nos discursos de Pasqualini. Em comício realizado em Passo Fundo durante as eleições de 1950, Pasqualini enfatizou a “arma poderosa” da qual os trabalhistas dispunham: “Mais poderosa do que os tanques, os canhões e as metralhadoras. Podem os tanques e os canhões derrubar um governo, mas não podem matar o ideal que existe no coração do povo. [...] Esta arma é o voto livre e consciente”.<sup>297</sup> É preciso salientar que, entre as eleições de 1947 e 1954, o contexto político nacional passa por transformações que explicam a presença de determinados argumentos nos discursos de Pasqualini. A menção aos tanques e canhões não está presente de forma aleatória, pois havia dúvidas sobre o posicionamento das Forças Armadas com relação ao retorno de Getúlio Vargas à presidência da República, enquanto a oposição, especialmente a UDN, buscava retirar legitimidade da candidatura. O principal partido de oposição a Vargas em âmbito nacional recorreu mais de uma vez aos quartéis, tentando impedir sua posse e, em seguida, apelando à derrubada do governo pelas Forças Armadas – especialmente durante a crise de agosto de 1954 (D’ARAÚJO, 1999, p. 103). Nesse contexto, Pasqualini retoma a alusão ao antagonismo armas/urnas: “Nosso escudo é o voto. É com ele e com a força que emana das urnas, e não das armas, que se consagra a vontade e a soberania do povo. É com o voto que se exercita e se defende a democracia”.<sup>298</sup>

<sup>297</sup> ESTAMOS empenhados em uma nova guerra de libertação. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 21/09/1950, p. 5.

<sup>298</sup> DISCURSO de Pasqualini em Cruz Alta. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/09/1954, p. 6.

Na propaganda do PTB e, principalmente, nos discursos proferidos por Pasqualini e publicados na imprensa junto a ela, estava presente, portanto, uma valorização do voto como meio legítimo de participação política. Nessa narrativa, a campanha petebista seria uma “campanha cívica” e o voto um “dever cívico”. O presidente do diretório estadual do PTB, José Vécchio, já havia conclamado, em nota publicada na contracapa no *Diário de Notícias* às vésperas das eleições de 1947, a “todos os rio-grandenses patriotas e amantes de sua terra para o dever cívico das urnas”.<sup>299</sup> Conforme a propaganda petebista, algumas semanas antes, o voto representava a “hora da libertação, a hora em que o povo pode repelir os maus e escolher os bons, a hora que o povo manifesta sua soberania”.<sup>300</sup> Na publicação do PTB em 11 de dezembro de 1946, constava a seguinte afirmação: “Felizes são os povos que, nas horas de incerteza e dificuldade, encontram entre seus próprios filhos, homens de envergadura excepcional, capazes de assumir a direção dos negócios públicos e conduzi-los com segurança, visão e energia”. Conforme a propaganda petebista, esse homem dotado de tais qualidades era Alberto Pasqualini. Seguindo a argumentação, o *povo* escolheria Pasqualini porque sabia distinguir entre os capazes e os incapazes.<sup>301</sup> A valorização do ato de votar era acompanhada de uma atribuição de sentido à escolha do eleitor pelo candidato petebista: “Os votos são a ferramenta para a construção de qualquer vitória eleitoral. Mas os votos a serem dados a Alberto Pasqualini valerão por uma definição de mentalidade. Esses sufrágios hão de ser também os seguros instrumentos de redenção de um povo oprimido”.<sup>302</sup>

Durante a campanha para as eleições de 1947, a *Revista do Globo* publicou reportagens com os três candidatos ao governo do Rio Grande do Sul: Alberto Pasqualini (PTB), Décio Martins Costa (PL-UDN) e Walter Jobim (PSD). Ao final da reportagem sobre Pas-

<sup>299</sup> AO RIO Grande do Sul. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 18/01/1947, contracapa.

<sup>300</sup> NESTA eleição não há candidato oficial. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 04/01/1947, p. 5.

<sup>301</sup> O RIO Grande não precisa temer pelo dia de amanhã. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11/12/1946, p. 5.

<sup>302</sup> A FORÇA do trabalhismo. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 12/01/1947, p. 12.

qualini, constava uma frase atribuída ao candidato: “O voto pode ser a arma com que o povo se liberta, como também pode ser a arma com que o povo se suicida”.<sup>303</sup> A frase havia sido proferida no comício realizado em Porto Alegre em 29 de novembro de 1946. Na ocasião, Pasqualini afirmou: “Queremos a efetivação da democracia para que o povo possa escolher o sistema que deseja e declarar, nas urnas, quais são aqueles que merecem mais sua confiança [...] O voto pode ser a arma com o povo se liberta, pode também o voto ser a arma com que o povo se suicida”.<sup>304</sup> *Dever cívico, instrumento de libertação e redenção*, meio que permitia a escolha dos *bons e capazes*, o voto seria a arma pela qual o cidadão faria sua *manifestação de soberania*.<sup>305</sup>

Nas eleições de 1950, Pasqualini concorreu ao Senado, não apresentando um plano, visto que não disputava um cargo executivo. Seus discursos, entretanto, giraram em torno dos objetivos do trabalho brasileiro, conforme veremos adiante, e no sentido do retorno de Getúlio Vargas à presidência da República – sendo que ambos os aspectos geravam compromissos, enquanto candidato, para o mandato que postulava. Nessa campanha, a propaganda de Pasqualini atribuiu mais um sentido ao sufrágio: no caso do eleitorado do Rio Grande do Sul, o voto deveria ser um ato honroso com a relação à terra natal. Isso porque o principal adversário de Pasqualini naquele pleito era o candidato do PRP, Plínio Salgado, antigo chefe da Ação Integralista Brasileira e natural do Estado de São Paulo. Enquanto a pro-

---

<sup>303</sup> PASQUALINI de corpo inteiro. *Revista do Globo*, Porto Alegre, 07/12/1946, p. 75.

<sup>304</sup> DISCURSO do Sr. Alberto Pasqualini. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30/11/1946, p. 5.

<sup>305</sup> É importante destacar o quanto essa valorização do voto e da democracia representativa rompe com antecedentes de descrença e desmerecimento dessas instituições políticas. O período anterior às eleições de 1945/1947, o regime estado-novista, foi marcado pela extinção dos partidos políticos, fechamento do poder legislativo e cancelamento das eleições. Antes disso, ao longo da década de 1930, conforme Maria do Carmo Campelo de Souza (1976), foi largamente difundida no meio político brasileiro a desmoralização da representação parlamentar multipartidária, do Estado liberal e da democracia. Havia, por lado, uma desconfiança dos próprios liberais diante da radicalização ideológica e do ingresso das camadas populares urbanas no sistema político; por outro, tendências autoritárias que pressupunham a obsolescência do liberalismo, a primazia dos problemas técnicos e a infalibilidade da representação profissional como método de harmonização social (SOUZA, 1976, p. 65).

paganda de Plínio Salgado defendia o argumento de que “o senador do Rio Grande deveria exprimir os anseios do Rio Grande”, a de Pasqualini conclamava ao eleitorado gaúcho em um apelo à honra: “Até às urnas e que cada rio-grandense saiba cumprir o seu dever, honrando a terra em que nasceu!”.<sup>306</sup> Enfrentando o paulista Plínio Salgado, a campanha de Pasqualini faria um apelo às *tradições políticas do Rio Grande do Sul*: o discurso pronunciado em Alegrete foi intitulado *A vocação política do Rio Grande*.

No discurso, a construção narrativa do voto como arma tem sua explicação mais aprofundada: não se trata de uma simples analogia da luta (por meio das armas, por meio do voto), mas de uma concepção da ação efetuada em determinado *estágio da evolução política*. Uma das mais extensas peças de oratória de Pasqualini em campanhas eleitorais, o pronunciamento buscou valorizar a figura do “homem dos pampas”: “Cujo raio visual é limitado apenas pela linha onde o céu e a terra se encontram, dificilmente tolera limitações. Dificilmente admite restrições a este instinto de liberdade e de independência que está sempre pronto a defender com o risco e o sacrifício da própria vida”. Conforme a descrição de Pasqualini, esse tipo gaúcho caracterizava-se pela bravura e pela intrepidez. Chegou a citar uma quadra que teria aprendido quando criança: “Sou valente como armas / E guapo como um leão / Índio velho sem governo / Minha lei é o coração”.<sup>307</sup>

O objetivo de Pasqualini, no discurso, não é simplesmente valorizar essa figura do “intrépido homem dos pampas”, mas demonstrá-la como um resquício romântico de uma etapa heroica já superada da evolução política – ao modo positivista de leitura do passado: “Mas tudo evolui e se transforma [...]. Estamos na transição de uma fase romântica de nossa história política para um período mais realístico”, afirmou. Em seguida, Pasqualini constrói a imagem díade da modificação das práticas políticas: “Os entreveros do passado são os comi-

---

<sup>306</sup> O SENADOR do Rio Grande... *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 14/09/1950, p. 3; UMA QUESTÃO de honra para o Rio Grande. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1º/10/1950, p. 11.

<sup>307</sup> A VOCAÇÃO política do Rio Grande. Importante conferência do Sr. Alberto Pasqualini no Cine-Teatro Glória em Alegrete. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/09/1950, p. 10.

cios do presente. [...] O choque cruento das armas passou a ser tão somente o debate pacífico das ideias”.<sup>308</sup> Como destaca Carlos Cortés (2007, p. 34), o contexto anterior a 1930 no Rio Grande do Sul foi marcado pelas guerras civis e o uso da violência como meio legítimo de ação política: “Visto que a política era uma guerra, a vitória era perseguida a todo custo. Força e violência legitimavam-se como métodos para resolver problemas políticos”.<sup>309</sup>

Quando Pasqualini afirma que *os entreveros do passado são os comícios do presente*, está propondo uma leitura do passado pautada na evolução política que sai do conflito armado para as formas mais suavizadas de confronto – que, paulatinamente, passaram a fazer parte dos modos de agir das elites políticas do Rio Grande do Sul, conforme destacou Luiz Alberto Grijó (2010).<sup>310</sup> O autor destacou o papel civilizatório da Faculdade de Direito de Porto Alegre, instituição responsável por parte da formação da elite política rio-grandense e na qual Pasqualini foi aluno e depois professor, na superação de “antigos hábitos e práticas antes dominantes na resolução de conflitos político-partidários” (GRIJÓ, 2017, p. 317). Conforme destaca o autor, se a violência física não foi totalmente descartada como instrumento político legítimo, ela foi gradualmente sendo restringida em favor de formas mais polidas e formalizadas de ação no jogo político (GRIJÓ, 2010, p. 182-183; 2017, p. 276). Como ocorre no processo civilizador, de acordo com Norbert Elias (1993): os conflitos passaram a ter a palavra como meio privilegia-

---

<sup>308</sup> A VOCAÇÃO política do Rio Grande. Importante conferência do Sr. Alberto Pasqualini no Cine-Teatro Glória em Alegrete. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/09/1950, p. 10.

<sup>309</sup> Para o autor, a guerra civil de 1893-1895 legou à política gaúcha uma “cicatriz permanente de ódio político”: “Degola em massa dos prisioneiros inimigos tornou-se a regra, e cabeças cortadas, penduradas nas árvores, serviam como testemunhas da violência” (CORTÉS, 2007, p. 29-30).

<sup>310</sup> Analisando quatro conflitos armados ocorridos no Rio Grande do Sul – denominados de revoluções, a “federalista” em 1893, a “libertadora” em 1923, a de 1930 e a “constitucionalista” de 1932 – Luiz Alberto Grijó (2010) destaca um processo pelo qual as práticas fratricidas e as visões de mundo que as embasaram, em especial no já referido conflito de 1893, passaram a ser deslegitimadas: para o autor, “ao longo da primeira metade do século XX, o Rio Grande do Sul se ‘civilizou’” (GRIJÓ, 2010, p. 162).

do, exigindo qualidades diferentes daquelas necessárias aos conflitos armados (ELIAS, 1993, p. 226).<sup>311</sup>

Segundo Pasqualini, essa tradição de *intrepidez* e de *bravura* teria conformado uma vocação política aos gaúchos: “O temperamento de nossa gente afeita à luta, a sua índole, o seu idealismo, deu ao Rio Grande a vocação da política. O rio-grandense é um ser essencialmente político”. Essa vocação rio-grandense teria fornecido ao Brasil seu grande líder: Getúlio Vargas, “um filho da fronteira”, nas palavras de Pasqualini. O trabalhismo, sendo obra de Getúlio, faria parte, portanto, das tradições políticas do Rio Grande do Sul. Ao propor uma leitura do passado sustentada na superação dos conflitos armados pela disputa política por vias pacíficas e democráticas – com comícios e eleições – Pasqualini promove uma valorização do voto como meio legítimo de ação política e, ao mesmo tempo, constrói uma argumentação em defesa do trabalhismo enquanto projeto político que buscava chegar ao poder por meio desse mesmo voto.

Pasqualini se refere ao papel das lideranças políticas na resolução dos problemas sociais: os verdadeiros líderes, capazes de conhecer profundamente o problema social em sua complexidade, não se formavam da noite para o dia. A função de liderança se desenvolveria inicialmente nos meios mais intelectualizados onde se examinam os problemas e se estudam as soluções, pois “a permeabilização

---

<sup>311</sup> Grijó (2010; 2017) tem como ponto de partida teórico a noção de processo civilizador conforme Norbert Elias. Segundo Elias (1993, p. 198), ao se formar um monopólio de força, criam-se espaços sociais pacificados onde as formas de violência não-físicas, antes misturadas ou fundidas à força física, separam-se desta última, persistindo nas sociedades mais pacificadas de uma forma diferente. Nesses casos, salienta o autor, ocorre uma “mudança civilizadora do comportamento” relacionada ao controle dos sentimentos: a monopolização da violência física sob uma única autoridade acaba forçando “os homens desarmados, nos espaços sociais pacificados, a controlarem sua própria violência mediante precaução ou reflexão. Em outras palavras, isso impõe às pessoas um maior ou menor grau de autocontrole” (ELIAS, 1993, p. 201). Elias (1993, p. 216) ressalta que a formação das grandes Cortes em torno dos monopólios de tributação e força física é uma chave para compreensão dos processos interdependentes que envolvem o processo civilizador, pois, nas Cortes, uma “nobreza belicosa” (guerreiros) foi gradualmente substituída por uma “nobreza domada” (cortesãos) – com “emoções abrandadas”. Isso não significou o fim das disputas, mas sim sua modificação para formas menos violentas, disputas simbólicas cada vez mais regidas pelo autocontrole (ELIAS, 1993, p. 225).

das ideias nas camadas populares presume já um certo grau de esclarecimento ou, como se costuma dizer, de politização”.<sup>312</sup> Assim, Pasqualini retoma um tema presente na obra *Bases e sugestões para uma política social*, publicada por ele em 1948. Nela, define que a função dos líderes deve ser guiar e educar a massa partidária à luz de uma ideia e de uma doutrina; esclarecê-la, “politizá-la”, isto é, “proporcionar-lhe condições de raciocínio político e de autodeterminação. Isto é sobretudo necessário em países mais atrasados em que o povo não atingiu ainda certo nível de instrução e certo grau de cultura” (PASQUALINI, 1948, p. 176).

Os discursos de Pasqualini, geralmente preparados para os comícios e em seguida publicados na imprensa, definiam as campanhas eleitorais como meio de difusão de ideias e educação do *povo* para o exercício da democracia. Ao final da campanha de 1947, Pasqualini afirmou:

Acredito plenamente na vitória da nossa causa, porque, bela, justa e profundamente cristã, há de encontrar acolhida no espírito e no coração do povo gaúcho. Se, porém, a contagem material dos votos nos for desfavorável, nem por isso deveremos considerar inútil nossa pregação e o nosso esforço, porque teremos semeado ideias, discutido soluções, focado problemas, *esclarecendo a opinião pública e educando o povo para o consciente exercício da democracia* [grifos do autor].<sup>313</sup>

Esclarecer e educar. Por diversas vezes, Pasqualini afirmou serem estes os objetivos que pairavam acima da conquista do voto nas campanhas eleitorais. Contemporâneo de Pasqualini, o educador Anísio Teixeira (1900-1971), que entre outras funções exerceu a direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e foi o organizador da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) durante o segundo governo Vargas, havia refletido, na década de 1930 sobre o “problema da direção da sociedade”. Para o autor, não seria pela coação, mas pelo esclarecimento que se resolveriam os problemas modernos: “Esclarecer é educar. A dire-

<sup>312</sup> A VOCAÇÃO política do Rio Grande. Importante conferência do Sr. Alberto Pasqualini no Cine-Teatro Glória em Alegrete. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/09/1950, p. 10.

<sup>313</sup> DISCURSO do candidato do PTB. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/11/1946, p. 24.

ção da sociedade só pode ser dada, hoje, pela educação, porque as forças da ciência tornaram a vida tão ampla e tão complexa [...] que, ou eles [os indivíduos] se dirigem a si mesmos, ou ninguém mais os dirigirá” (TEIXEIRA, 2007 [1934], p. 109). Segundo Anísio Teixeira (2007 [1934], p. 111), a sociedade seria tanto mais conscientemente dirigida quanto mais educados fossem os indivíduos que a compusesse. Refletindo sobre a democracia brasileira, o educador baiano manifestou, em 1945, ideias que apresentavam alguns pontos em comum com o programa defendido por Pasqualini:

Oponhamos à liberdade do capital a organização dos trabalhadores, como uma escola de conquistas dos seus direitos e da consciência de sua força, estimulemos, um e outro, à sadia luta em que o capital se faz esclarecido e tolerante e o trabalho vigoroso e cooperativo. *Por meio de impostos, corriamos as desigualdades da distribuição da fortuna.* E por meio de um sistema de educação amplo, corajoso e eficaz, demos aos pobres a superioridade que, hoje, só os ricos possuem, porque só eles podem educar os filhos. Dir-se-á: isto não é possível porque o poder estará com os dominantes. Mas *os dominantes serão os pobres, organizados e conscientes do seu voto. A democracia, no Brasil, será o meio de se organizar e esclarecer o pobre, até fazê-lo poderoso e consciente* (TEIXEIRA, 2002 [1945], p. 256) [grifos do autor].

Em pelo menos dois pontos, as ideias de Alberto Pasqualini e de Anísio Teixeira se cruzam: na necessidade de se corrigir a distribuição de renda e no processo de esclarecimento das massas que se daria pela educação. No caso do excerto acima, fica evidente que essa educação do povo não se dava somente pela escolarização, mas também pela própria democracia e pela conscientização acerca do voto. Excetuando-se os pontos do programa que tratavam especificamente da educação pública, quando Pasqualini se refere a *educar o povo* não é somente à escolarização que ele está reportando. Tratar-se-ia de uma educação política que se efetuariaria por meio da doutrinação concernente à própria prática política – tendo a vida partidária e as campanhas eleitorais como instrumentos importantes desse *esclarecimento das massas*.

Miguel Bodea (1992, p. 185) ressaltou a influência do positivismo no trabalhismo do Rio Grande do Sul: a justiça social, defendi-

da por Pasqualini e Vargas, estaria vinculada à ideia da atuação do Estado como árbitro, articulador de um compromisso social que levaria à integração harmônica entre as classes. Conforme Laura Vasconcellos (2009), da matriz positivista resultaria também a ideia de que caberia à elite política o papel diretivo, conduzindo o processo de mudança social e esclarecendo a opinião pública. O tema havia sido discutido também por Jaime Nalin (1995), para quem a doutrina de Pasqualini teria se afastado do positivismo autoritário castilhistas e se aproximado do positivismo ilustrado: disso derivaria a crença de que a ação governamental deveria ser pedagógica, conduzindo-se politicamente a sociedade por meio do seu esclarecimento. Roberto Bitencourt da Silva (2013) também percebe a influência do ideário positivista nas concepções de Alberto Pasqualini, advindas de sua formação e de sua inserção na cultura política local, mas salienta que os trabalhos anteriores atribuíram peso demasiado à matriz positivista. Conforme o autor

Não parece apropriado restringir uma ênfase educativa por parte de minorias intelectualizadas ao ideário positivista. Atribuir um papel politicamente pedagógico a minorias – sábios, *philosophes*, cientistas, intelectuais, políticos, etc – não corresponde a uma variável filosófica circunscrita ao positivismo (SILVA, 2013, p. 147).

O autor ressalta a importância da filiação de Pasqualini a uma corrente política liberal, considerando que seu ingresso na política se deu via Partido Libertador: o período de formação política de Pasqualini coincidiu com a disseminação, no Rio Grande do Sul, de princípios difusos de liberalismo político, com destaque para a crítica a práticas autoritárias do Estado e para a defesa dos direitos individuais e políticos – além dos pontos defendidos por Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938), tais como a importância da liberdade de opinião e de atuação das oposições políticas como freios ao exercício do poder (SILVA, 2013, p. 151). Essa observação reforça a análise que Carlos Cortés (2007, p. 190-191) efetuou com relação à passagem de Pasqualini pelo PL: ele teria aderido ao partido devido à oposição ao autoritarismo e à defesa do liberalismo político, desiludindo-se mais tarde tanto com o controle rígido de Raul Pilla sobre a

sigla quanto com a recusa dos libertadores em expandir seu programa em direção a reformas socioeconômicas.<sup>314</sup>

Nos discursos publicados na imprensa durante a campanha de 1947, Pasqualini expressou sua preocupação com a vitória das ideias mesmo que em detrimento da vitória eleitoral, visto que essa *conquista das consciências* independia do resultado das urnas: “Mais do que votos, devem preocupar-nos a conquista das consciências; mais do que a vitória de candidaturas, que são a expressão pessoal e transitória de uma causa, deve interessar-nos a vitória de nossas ideias”.<sup>315</sup> O termo reaparece na campanha seguinte, na mensagem enviada por Pasqualini e lida em comício de homenagem a Getúlio Vargas em abril de 1950: “O mais importante não será obter votos, mas conquistar consciências”.<sup>316</sup> Na sequência, Pasqualini traria a questão de forma mais elaborada, articulando-a ao que seria a função dos partidos políticos:

A função de um partido político é arregimentar a opinião pública em torno de um determinado sistema de princípios, de ideias e de soluções: mobilizá-la, torná-la atuante, dar-lhe força decisória através do voto livre e consciente. No plano psicológico, devem, portanto, os partidos políticos desenvolver sua ação na conquista de consciência – mais importante do que a conquista de votos – e no plano pragmático devem empenhar-se na consecução dos mandatos eletivos que lhes permitam pôr em execução as ideias e soluções que preconizam.<sup>317</sup>

Pasqualini retomava sua concepção acerca dos partidos políticos – presente em *Bases e sugestões para uma política social* –

---

<sup>314</sup> Ainda com relação ao caráter dessa produção político-ideológica de Pasqualini, Luiz Alberto Grijó (2007) havia ressaltado a influência da formação católica e da doutrina social da Igreja. Esta, baseada nas encíclicas papais que propunham dar fim aos conflitos sociais por meio da justiça social e da harmonia entre as classes: a doutrina social da Igreja condenava o comunismo, mas pregava uma distribuição justa da riqueza e a finalidade social da propriedade privada (GRIJÓ, 2007, p. 94). As relações de Pasqualini com os setores católicos serão abordadas no capítulo 4.

<sup>315</sup> MENSAGEM do candidato do povo a todo o Rio Grande. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/11/1946, p. 3.

<sup>316</sup> HOUE um comício, ontem, do PTB... *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20/04/1950, p. 20.

<sup>317</sup> AFIRMA o Sr. Alberto Pasqualini que a candidatura Vargas não é dirigida contra ninguém e nem constitui um desafio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/06/1950, p. 32.

salientando que era necessário considerar tanto o aspecto doutrinário quando os meios efetivos de implementação do programa. A função de um partido era, portanto, tríplice: doutrinária, eleitoral e política:

A primeira se exerce pela difusão e propaganda das ideias partidárias específicas e, conseqüentemente, pela transmissão ao maior número da convicção partidária; a segunda, pelo voto nas eleições; a terceira, pela objetivação das ideias e soluções através do mecanismo constitucional do Estado, isto é, pela ação parlamentar e administrativa dos representantes do partido nos órgãos dos poderes legislativo e executivo (PASQUALINI, 1948, p. 171).

A campanha eleitoral estaria inserida em um conjunto maior relativo ao papel de um partido político na sociedade; ela era um meio tanto de difundir o programa quanto de conquistar os espaços no âmbito estatal (cargos eletivos) necessários para sua execução. Assim, a difusão do programa não seria algo acessório, pois dela dependia o sucesso das iniciativas visando a implementá-lo, disseminando a doutrina do partido na sociedade. Como afirmou Pasqualini no discurso em Caxias do Sul na campanha de 1947: “Nosso problema não é apenas vencer uma eleição e controlar o governo; nosso problema é criar uma mentalidade social que facilite o uso dos meios que o poder oferece para realizar o programa que defendemos”.<sup>318</sup> No caso de Pasqualini, a mobilização eleitoral estaria incluída em um processo de mobilização política em seu sentido estrito, conforme aponta Michel Offerlé (2011). Para o autor, a mobilização política em sentido restrito é entendida como o conjunto de processos pelos quais certos agentes reúnem recursos a fim de alcançar objetivos coletivos (OFFERLÉ, 2011, p. 156). A valorização do voto – contribuindo para a construção de um interesse pelo ato de votar – estava relacionada à mobilização em torno desse meio de participação política que propiciaria a obtenção dos recursos políticos necessários à execução do programa partidário, ou seja, a eleição de políticos trabalhistas para cargos nos poderes executivo e legislativo a fim de implementar as ações políticas previstas nesse programa. A *conquista das consciên-*

---

<sup>318</sup> ALBERTO Pasqualini recebeu verdadeira consagração em Caxias. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17/12/1946, p. 7.

*cias* seria um meio de garantir a criação de um ambiente favorável à execução do programa após a eleição.

Os discursos de Pasqualini, proferidos nos comícios e publicados na imprensa, foram um meio pelo qual se buscou difundir para um público mais amplo – para além do partido – os princípios que já estavam presentes no programa defendido pelo candidato entre 1945 e 1947 e que, a partir de então, seriam amalgamados a uma noção mais ampla de trabalhismo – presente nas campanhas de 1950 e 1954. Era preciso, portanto, criar uma *mentalidade social* favorável ao trabalhismo. Como no discurso em Alegrete, em 1950, quando, após uma longa explanação sobre as tradições políticas do Rio Grande do Sul, Pasqualini definiu os objetivos do trabalhismo:

Defendemos a tese de que todo o ganho ou remuneração deve provir de uma atividade socialmente útil e que onde há ganhos sem correspondência num trabalho dessa natureza, existe apenas parasitismo e usura social, isto é, uma forma de exploração do homem pelo homem. O objetivo básico do trabalhismo é, precisamente, eliminar essa exploração, porque em relação aos que possuem ela custa apenas uma redução dos ganhos, mas, ao trabalhador, custa o suor do seu rosto e o pão de seus filhos.<sup>319</sup>

Um dos pontos sempre enfatizados por Pasqualini dizia respeito ao papel do Estado na economia e na relação com a iniciativa privada. No discurso proferido em Caxias do Sul na campanha a senador, em 1950, o candidato sintetizou esse aspecto: “Entende o trabalhismo que o poder público deve intervir no mecanismo econômico [...] para substituir as puras forças do acaso pela racionalização, prevenindo e evitando, assim, as crises econômicas”. O papel do Estado, em um governo trabalhista, seria o de coibir o abuso do poder econômico, combater os cartéis, os monopólios e “todas as manobras que visem tão somente à exploração do povo, proporcionando a alguns lucros fabulosos”. Além disso, a intervenção do Estado deveria se dar regulando as relações de trabalho, assegurando garantias aos trabalhadores.<sup>320</sup> Como

---

<sup>319</sup> A VOCAÇÃO política do Rio Grande. Importante conferência do Sr. Alberto Pasqualini no Cine-Teatro Glória em Alegrete. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/09/1950, p. 10.

<sup>320</sup> O TRABALHISMO em face do pensamento cristão. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 14/09/1950, p. 7.

ressalta Jorge Ferreira (2012, p. 300), o conjunto de políticas colocadas em prática pelo governo Vargas a partir de 1930, incluindo os benefícios sociais aos trabalhadores, o incentivo à industrialização e a redefinição do papel do Estado como agente regulador das relações entre empresários e assalariados – seria convertido no trabalhismo e institucionalizado como projeto político do PTB após 1945. A concepção de Pasqualini sobre o papel do Estado na economia se adequava ao nacional-estatismo que emergiu, no governo Vargas, como um projeto nacional que buscava superar a dependência internacional financiando a industrialização, criando empresas estatais e constituindo um Estado forte – capaz de intervir na economia e nas relações de trabalho (FERREIRA, 2012, p. 308).

Um exemplo claro da tradução do programa em frases sintéticas, por meio das publicações na imprensa, pode ser encontrado na propaganda do PTB no *Correio do Povo* em 25 de julho de 1954. Naquela edição, foi publicado o longo discurso de Pasqualini apresentando sua plataforma para o governo do Estado do Rio Grande do Sul. Em página separada, o partido também publicou uma síntese dessa plataforma, com frases curtas e que resumiam os pontos defendidos pelo candidato, como no seguinte excerto:

O Estado deve ser o defensor dos mais fracos numa sociedade em que alguns grupos poderosos têm todas as condições favoráveis. [...] Saúde pública, higiene e assistência social, proteção à maternidade, à infância e à velhice desamparada constituem pontos básicos de um programa trabalhista. Não basta que se desenvolva a economia e que se aumente a riqueza. É necessário que ela seja distribuída com equidade para que todos recebam a justa compensação de seu trabalho, de seu esforço.<sup>321</sup>

A imprensa, com seus diversos veículos, buscou contribuir com a mobilização necessária à construção do eleitor e do costume do ato de votar. Em suas páginas, de formas distintas e conforme articulações variadas com as forças políticas em disputa, a imprensa constituiu as campanhas eleitorais como um objeto de interesse jornalístico

---

<sup>321</sup> DA PLATAFORMA de Alberto Pasqualini. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25/07/1954, p. 48.

co, conformando e hierarquizando temas e acontecimentos em cada pleito. Páginas que formavam “meio quilo de papel estrangeiro” e que também serviram como canal de propaganda das candidaturas, com imagens e textos impressos “com letrinhas” de tinta também “importada”<sup>322</sup>. As publicações também serviram para que Alberto Pasqualini, em concorrência com os demais candidatos, difundisse seu programa e buscasse tornar palatáveis as suas propostas tendo em vista um eleitor em construção – que poderia ou não, ao fechar da cortina na cabine eleitoral, inserir a cédula no envelope e, em seguida, solenemente depositar na urna esse envelope que, somado aos demais, seria capaz de levar o candidato a comemorar a vitória ou a sentir o gosto amargo da derrota.

---

<sup>322</sup> DIÁRIO de Porto Alegre. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 23/09/1950, p. 3.

### CAPÍTULO 3

## O CANDIDATO E O POVO: ALBERTO PASQUALINI EM CAMPANHA ELEITORAL

“Esse indivíduo é atingido no coração pelo poder público quando é atingido na sua imagem de si, na relação que tem consigo mesmo quando obedece ao Estado ou à sociedade” (Paul Veyne. *O indivíduo atingido no coração pelo poder público*. 1987, p. 10).

“O Rio Grande, formado de múltiplas correntes migratórias, não diferencia os seus filhos pelas remotas procedências gentílicas. E nada ilustra melhor essa afirmativa do que apontar [...]: aqui está ao meu lado, candidato do trabalhismo rio-grandense à mais elevada cadeira parlamentar da República, esse jovem idealista, que é Alberto Pasqualini” (Getúlio Vargas no discurso em Caxias do Sul. 23/09/1950).

Em julho de 1954 foi lançada, pela segunda vez, a candidatura de Alberto Pasqualini ao governo do Estado do Rio Grande do Sul. Senador eleito pelo PTB em 1950, relator do projeto de lei que deu origem à Petrobrás, era reconhecido como uma das principais lideranças do trabalhismo brasileiro. Antes de iniciar a campanha eleitoral, Pasqualini recebeu algumas sugestões e instruções de correligionários. Essas cartas dizem muito sobre as práticas de campanha do período, sobre a construção da popularidade e sobre o discurso tido como capaz de mobilizar *o povo*.

Pinto de Godoy<sup>323</sup> enviou, em período próximo ao início da campanha, algumas sugestões a Pasqualini. Primeiramente, era pre-

---

<sup>323</sup> Mais tarde assessor do presidente da República João Goulart (1961-1964).

ciso seguir determinadas “normas de boa política”: não deixar de responder toda a correspondência, enviando sempre palavras de estímulo aos correligionários, e fazer um levantamento de datas de aniversários de lideranças do partido, transmitindo-lhes telegramas de congratulações. Godoy previa que chegariam pedidos e que era preciso atendê-los quando possível, encaminhando as demandas recebidas às autoridades competentes, “desde que razoáveis”. Previa também que chegariam pedidos de empregos e nomeações, e para tal

Seria interessante fazer um levantamento de cargos para os quais é possível a nomeação etc, a fim de evitar perda de tempo no encaminhamento de pedidos cuja solução já se sabe impossível. [...] Poderia também ser estabelecida a norma de encaminhar os pedidos de emprego ao Diretório Estadual ou Nacional do PTB.<sup>324</sup>

O excerto acima é ilustrativo dos constrangimentos intrínsecos ao meio político no qual Pasqualini estava inserido. Além dessa questão dos pedidos, Pinto de Godoy sabia que a campanha eleitoral exigiria o contato direto com apoiadores e eleitores. Era preciso incumbir Leocádio Antunes, assessor de Pasqualini, de transmitir “palavras de confiança” pessoalmente ou por telegramas aos “companheiros” e de dizer que havia recebido tal incumbência do próprio senador e que este em breve iria abraçá-los pessoalmente. Também era preciso organizar um programa de visitas às principais entidades de classe, com discursos e debates sobre as principais demandas. Quanto à propaganda, era necessário estabelecer contatos com veículos de imprensa e Pasqualini deveria gravar mensagens para difusão nas emissoras de rádio.<sup>325</sup>

Por sua vez, Tertuliano Nery dos Santos<sup>326</sup> enviou a Pasqualini o que chamou de “sugestões amigas”. Era necessário visitar todos os municípios e distritos, mesmo que permanecendo poucos minutos em alguns, e fazer visitas a clubes esportivos importantes do interior do estado. As sugestões desse correligionário, no entanto, tinham como

---

<sup>324</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Carta de Pinto de Godoy a Alberto Pasqualini. [Contém timbre do PTB]. [1954].

<sup>325</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Carta de Pinto de Godoy a Alberto Pasqualini. [Contém timbre do PTB]. [1954].

<sup>326</sup> Candidato a deputado estadual pelo PTB em 1947, não eleito.

foco principal o que era preciso ser dito nos discursos, o que não deveria ser dito, quem precisava ser mencionado, a quem era necessário interpelar e como isso deveria ser feito. Segundo ele, era preciso aludir às ocupações dos indivíduos: *enfermeiros, comerciários, pedreiros, mecânicos, professores, profissionais liberais, trabalhadores rurais, estudantes* etc. Também era preciso mencionar os *criadores de gado, agricultores, industriais, comerciantes*, entre outros. Conforme Nery dos Santos, nos pronunciamentos de Pasqualini era necessário

V – DEFENDER os consumidores em geral, defender o POVO!  
FALAR no trabalhador: intelectual, administrativo, técnico, operário.

VI – RACIOCINAR com o CHEFE DE FAMÍLIA, com a DONA DE CASA! ... Falar muito na receita, no conforto da família, do lar, nas deficiências, nas esperanças de maior receita e menor despesa, mais SUPERAVIT, etc.

O ponto número SEIS é MÁGICO! [Grifos do original].<sup>327</sup>

Assim, o discurso de Pasqualini deveria interpelar o eleitorado por meio de palavras e argumentos que propiciassem algum tipo de identificação, bem como estabelecer relações entre as propostas e a vida cotidiana. Outros sujeitos aos quais, conforme Nery dos Santos, era preciso mencionar: os “menores”, os “desamparados”, “a velhice abandonada”, os “marginais”. Por fim, elencava termos considerados “mágicos” nos pronunciamentos: “Orçamento doméstico / Barateamento / Fatura de gêneros / Baixos preços / Fácil aquisição / Circulação de riquezas / Governo esforçado / Moralidade / *Pequenos produtores não devem pagar imposto e não terão visita fiscal*”. E havia também as palavras que não conviria mencionar: *latifúndio e capital*.<sup>328</sup>

Enquanto Pinto de Godoy traça sugestões de práticas a partir da experiência enquanto dirigente partidário e, portanto, como conhecedor do *métier* político e das providências necessárias à propa-

<sup>327</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Sugestões de Tertuliano Nery dos Santos a Alberto Pasqualini. 21/07/1954.

<sup>328</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Sugestões de Tertuliano Nery dos Santos a Alberto Pasqualini. 21/07/1954.

ganda eleitoral, Nery dos Santos oferece a Pasqualini suas impressões de correligionário acerca do que era preciso para atingir o eleitor por meio de estratégias retóricas de reconhecimento, de identificação e de relações com o cotidiano. Em ambos os casos, independentemente de terem sido seguidas ou não, as sugestões evidenciam a necessidade de conquistar a adesão do eleitorado por meio de práticas de mobilização.

Outro caso significativo é a carta de um correligionário gaúcho, mas morador de Querência do Norte, no Paraná, chamado Noé Brondani.<sup>329</sup> Quando ficou sabendo da candidatura de Pasqualini a governador, resolveu compartilhar suas percepções e oferecer algumas sugestões ao candidato petebista. Explicava-se: “Dr. Pasqualini: não quero que me chame de malcriado ou de irreverente perante o seu grande valor. Eu *falo simples*, porque sou um seu *pequeno e sincero companheiro* que procura ajudá-lo. *Se eu não fosse trabalhista, eu seria menor ainda*” [grifos do autor]. Na carta, Brondani se identifica como pertencente à classe média, mas arroga a si o qualificativo de *pequeno companheiro*, e se julga capaz de ser portador de uma chave de acesso aos sentimentos do *povo pequeno*:

*O povo pequeno não entende de doutrina e de cifras. [...] O povo pequeno quer barulho, demagogia. Fazemos um barulho honesto em relação aos fins. [...] Estou muito de acordo quando V.S. diz: [...] ‘devemos esclarecer o povo’; [...] Eu desejo e peço que V.S. esclareça o povo agindo com menos escrúpulos. A não ser assim, V.S. ficará apenas com os intelectuais, e os demagogos levarão a massa [grifos do autor].*<sup>330</sup>

Assim, na sugestão para que Pasqualini agisse com menos escrúpulos na campanha eleitoral, percebe-se, mais uma vez, o ambiente de constrangimentos no qual o candidato deveria operar. Na

<sup>329</sup> Conforme Maura Bombardelli (2016, p. 73), Brondani fazia parte da ala dos economistas do PTB, que lançou a candidatura de Fernando Ferrari a deputado estadual em 1947. No blog sobre o município de Querência do Norte/PR, consta que Brondani chegou à localidade em 1952, tendo comprado lotes e uma área rural para plantação de café em 1953. No ano seguinte, foi um dos fundadores do diretório local do PTB. Informações disponíveis em: <http://querenciadonorte-pr.blogspot.com.br/2010/04/o-ilustre-pioneiro.html>.

<sup>330</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Carta de Noé Brondani a Alberto Pasqualini. 19/07/1954.

sequência, Noé Brondani faz uma comparação entre sua percepção sobre João Goulart e Pasqualini. Dizia que outros correligionários se queixavam do fato de Pasqualini não atender a determinadas demandas regionais<sup>331</sup>: “Jango atende a tudo. Faz do problema alheio um problema dele. E isso entusiasma. *A massa quer entusiasmo*” [grifos do autor].<sup>332</sup> Conforme as sugestões desse correligionário, Pasqualini deveria prosseguir no seu objetivo de *esclarecer o povo*, mas para *entusiasmar as massas* era preciso fazer *barulho*. Porém, o que era *fazer barulho*? Para entender as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini, é preciso perceber o ambiente de práticas no qual elas se davam e, a partir disso, compreender como foi construída uma imagem pública de Pasqualini como um candidato dotado de popularidade, *o candidato do povo*, e como essa imagem foi portadora de uma concepção acerca do *povo*. Quem é o *povo*? O que significa ser o *candidato do povo*? Como mobilizá-lo eleitoralmente? Essas são as questões que conduzirão o presente capítulo.

### 3.1 Como atingir o coração do eleitor: sons, imagens e caminhos da mobilização

Para a compreensão das práticas de mobilização<sup>333</sup> do período inicial da experiência democrática, a carta de Noé Brondani serve

---

<sup>331</sup> É importante que a atuação de João Goulart como Ministro do Trabalho foi caracterizada por servir-se dos empregos e benefícios possibilitados pelo controle das Delegacias Regionais do Trabalho e dos Institutos de Previdência. Essa política de cooptação se articulava a um processo mais amplo de aproximação de Goulart com as esquerdas e com os sindicatos (FERREIRA, 2013, p. 90-91) e com as práticas empreendidas pelo PTB onde o reformismo e o nacionalismo nunca excluíram o empreguismo e o clientelismo, obtendo sucesso quem melhor os combinava (D’ARAÚJO, 1996, p. 170).

<sup>332</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Carta de Noé Brondani a Alberto Pasqualini. 19/07/1954.

<sup>333</sup> Michel Offerlé (2011) afirma que a mobilização eleitoral é resultado de um conjunto de incitações que buscam construir um interesse pela competição eleitoral e pelo voto. A mobilização que pode ser medida em determinados casos (a taxa de mobilização seria obtida calculando-se o número de votantes sobre o número de cidadãos que legalmente poderiam ser eleitores) é vista como o resultado, portanto, de uma multiplicidade de mobilizações simultâneas que são objeto de um trabalho efetuado por empreendedores políticos, jornalistas, comentaristas políticos (OFFERLÉ, 2011, p. 171). Essas mobilizações não surtem efeito automaticamente, sendo a mobilização do eleitor decorrente de um conjunto mais amplo de mecanismos que contribuem para a produção e para o reforço periódico de integração política. As campanhas eleitorais são, portanto, a parte mais visível dos mecanismos que tornam possível a mobilização

como ponto de partida: para *entusiasmar as massas* era preciso *fazer barulho*. Que isso significa? Quais eram as principais práticas de campanha eleitoral daquele período? A coluna de humor do *Diário de Notícias* assinada por *Don Xicote* trazia comentários jocosos sobre as práticas de campanha eleitoral. Às vésperas das eleições de 1950, quando, conforme a legislação, a campanha deveria ser encerrada por partidos e candidatos, o colunista ressalta a volta do silêncio: “Não se ouvirá mais nas ruas a propaganda dos candidatos [...]. Reinará novamente o silêncio, com exceção dos vendedores de balas e de cachorros-quentes, muito mais sinceros [...]. Na Rua da Praia já se poderá conversar tranquilamente”.<sup>334</sup>

Aquela foi a primeira eleição sob a vigência da Lei n.º 1.164 de 24 de julho de 1950, que institui o novo Código Eleitoral. O artigo 151 regravava a propaganda eleitoral, permitindo a instalação de alto-falantes nas sedes dos partidos e nos veículos em trânsito, entre 14 e 22 horas. Além disso, era lícito fazer propaganda mediante cartazes e faixas afixados em qualquer logradouro público – em prédios particulares, dependendo para isto da prévia autorização do proprietário ou do locatário – e em prédios públicos – desde que consentido pela autoridade responsável e estendido o direito aos demais candidatos e partidos. O artigo 129 autorizava, durante os três meses de campanha, a propaganda mediante comícios, rádio e reuniões públicas até 48 horas antes da eleição.<sup>335</sup>

---

eleitoral (OFFERLÉ, 2011, p. 156). Tanto Michel Offerlé (1993; 2005; 2011) quanto Alain Garrigou (1988; 1993) dão atenção às práticas relativas ao estabelecimento de rotinas democráticas. Dessa forma, na presente tese optou-se pelo termo *práticas de mobilização* para referir-se aos empreendimentos de partidos e candidatos durante as campanhas eleitorais e que podem contribuir para a construção do eleitor.

<sup>334</sup> DIÁRIO de Porto Alegre. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 1º/10/1950, p. 3.

<sup>335</sup> Lei n.º 1.164 de 24 de julho de 1950 [Código Eleitoral]. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao>.

Imagem 42 – Cartazes em prédio da Rua da Praia, Porto Alegre, em 1950



Fonte: DIÁRIO de Porto Alegre. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 03/09/1950, p. 3 [MCSHJC].

A Rua da Praia, ou dos Andradas, no centro histórico de Porto Alegre, possuía grande movimento devido ao comércio e a pontos de encontro como cafés e restaurantes. Ali também estavam veículos de imprensa, com as sedes dos jornais *Correio do Povo*, *Diário de Notícias* e *O Estado do Rio Grande*. Sedes de partidos políticos tinham igualmente a Rua da Praia como endereço, inclusive PTB, PSD, PL e UDN (DUARTE, 1997, p. 211-212). A coluna humorística de Don Xicote também havia reproduzido fotografia de um dos prédios da referida rua tomado por cartazes de propaganda [imagem 42]. Na legenda, um indicativo de como a campanha eleitoral alterava a pai-

sagem urbana: “O aspecto fisionômico da cidade está completamente alterado. Por toda a parte, da calçada ao último andar do arranha-céu, saltam aos olhos do transeunte as vibrantes vocações dos candidatos”. “A faixa onde se lê ‘liquidação total’ nada tem a ver com a campanha”, completava ironicamente.<sup>336</sup>

Em 1954, novos registros de perturbações causadas pelas campanhas e pelas práticas voltadas a *fazer barulho*: a coluna política do *Correio do Povo* chamava a atenção para a “guerra de alto-falantes” em sua edição de 10 de agosto daquele ano. Tal problema, segundo o periódico, exigia intervenção das autoridades públicas. Além disso, era “contraproducente e irritante a situação criada por certos organismos políticos que, no afã de atraírem votos e de evitarem que os adversários os consigam, acionam esses instrumentos de martírio [...] no máximo volume”.<sup>337</sup> O vereador Manoel Osório da Rosa (PL) chegou a fazer um apelo no sentido de que partidos e candidatos respeitassem o Código de Posturas do município de Porto Alegre.<sup>338 339</sup> O *Diário de Notícias* publicou uma charge sobre os automóveis que circulavam contendo alto-falantes com fins de propaganda eleitoral. Dele, além dos equipamentos de ampliação sonora, correligionários saem e gesticulam pedindo votos: “Para vereador, para senador, para presidente, para vice-presidente... Vote em... Vote em...”. A imagem se completa com dois pedestres que observam e escutam:

---

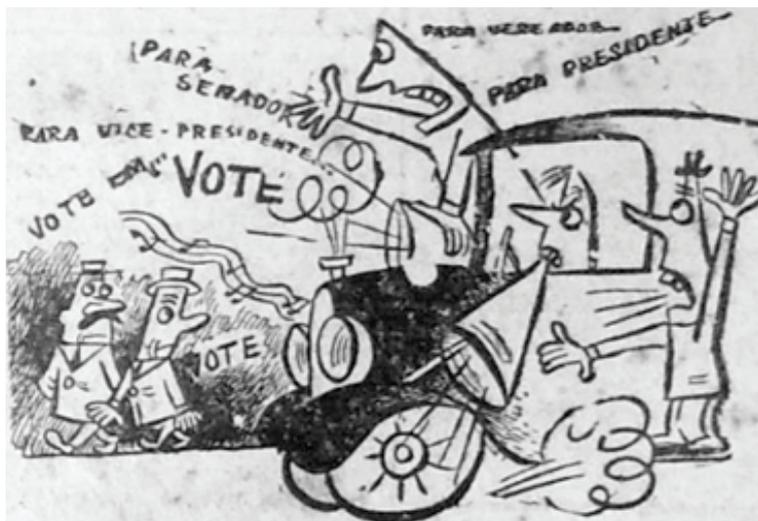
<sup>336</sup> DIÁRIO de Porto Alegre. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 03/09/1950, p. 3.

<sup>337</sup> UMA GUERRA de alto-falantes. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/08/1954, contracapa.

<sup>338</sup> ABUSO da propaganda eleitoral. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 11/08/1954, p. 2.

<sup>339</sup> Não era apenas na capital que as campanhas eleitorais e suas práticas de mobilização geravam alterações no cotidiano. Como exemplo, o jornal *A Fronteira*, de Uruguaiana, na divisa com a Argentina, destacava, em sua edição de 30 de maio de 1954, a decisão do delegado local de proibir a realização de comícios no centro da cidade: “Não só por motivos do congestionamento do tráfego como de ordem pública” (PROIBIDO comício no centro da cidade. *A Fronteira*, Uruguaiana, 30/05/1954, capa).

Imagem 43 – Charge sobre a propaganda eleitoral com alto-falantes (1950)



Fonte: Caça aos votos. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 17/09/1950, p. 18 [MCSHJC].

As campanhas eleitorais inseriam, temporariamente, sons e imagens nos espaços do cotidiano. Conforme Antônio Lavareda (1991, p. 127), o contexto dos meios de comunicação no período de 1945 a 1964, quando a televisão ainda não exercia um papel proeminente, propiciava o desenvolvimento de laços de identificação partidária, pois o processo de distribuição de informações políticas (sobre candidatos, partidos, programas e governos) era muito mais simples e os seus principais veículos de difusão eram os jornais, as revistas, as rádios, os comícios e as reuniões públicas.<sup>340</sup> Além da propaganda na imprensa, não se pode subestimar a importância de práticas descentralizadas, dos apoiadores locais, das relações pessoais e das práticas pelas quais os candidatos buscavam estabelecer um contato mais ou menos direto com os eleitores.

<sup>340</sup> É necessário considerar também que as campanhas eleitorais daquele período não contavam com os profissionais de marketing – que passariam a exercer um papel importante nas eleições brasileiras somente nos anos 1980 (CASTILHO, 2014, p. 15).

No estudo das campanhas eleitorais no âmbito local, no município de Canoas<sup>341</sup>, região metropolitana de Porto Alegre, foram identificadas práticas pelas quais partidos e candidatos buscavam mobilizar o eleitorado no período da experiência democrática: além do uso da imprensa com anúncios e publicações diversas, havia um esforço para levar as campanhas aos pontos mais distantes do centro da cidade, por meio de inaugurações de comitês, caminhadas, visitas, comícios, churrascos, confecção e distribuição de propaganda e de um instrumental característico como panfletos, cédulas, cartazes, faixas, entre outros (ANGELI, 2015, p. 195). Sobre essa necessidade de uma aproximação dos candidatos com os eleitores, um colunista da imprensa local satirizou: “Época das promessas, época dos tapinhas nas costas. [...] Candidatos cumprimentando todo mundo”.<sup>342</sup>

Também no estudo das eleições municipais de Canoas, entre 1947 e 1963, foi possível perceber que as práticas de campanha eleitoral não se limitavam à mobilização em conformidade com a lei, mas incluíam práticas já tidas como ilegais na legislação da época: destruição da propaganda de adversários, brigas, injúrias, oferecimento de vantagens e distribuição de alimentos (ANGELI, 2015, p. 181-182). No âmbito estadual, é preciso considerar que a campanha eleitoral de 1947 ainda foi regrada pelo decreto de 1945, enquanto as campanhas de 1950 e 1954 se realizaram após a aprovação do novo Código Eleitoral em 1950. O primeiro previa como infrações: o oferecimento de cédulas nas seções eleitorais ou em um raio de 100 metros próximo ao local da votação; o oferecimento ou promessa de dinheiro ou vantagens em troca do voto; e a coação eleitoral que se valesse de autoridade pública. Além destas, mantidas pela lei de 1950,

---

<sup>341</sup> O perfil populacional de Canoas passou por considerável mudança entre a emancipação, em 1939 (ainda no Estado Novo) e o fim da experiência democrática. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram um expressivo crescimento demográfico e a transformação do município em um núcleo majoritariamente operário e suburbano. Esse processo não passou despercebido pelas elites políticas locais, forçando a elaboração de estratégias de conquista do voto e, consequentemente, elaborando no campo simbólico relações entre o voto e as demandas desta população instalada, em sua maior parte, em loteamentos com infraestrutura precária – alvo constante da mobilização eleitoral conforme a dissertação do autor (2015).

<sup>342</sup> VENENINHOS políticos. *Gazeta de Notícias*, Canoas, 07/11/1959, p. 2.

foram incluídas: a menção de fatos inverídicos ou injuriosos com relação a partidos ou candidatos na propaganda; e a inutilização ou perturbação da propaganda de adversários.<sup>343</sup>

Mesmo sendo perceptível a sobrevivência de práticas coercitivas e clientelistas, é possível dizer que as eleições desse período foram marcadas pela emergência de práticas de campanha eleitoral que pressupunham outro tipo de relação entre partidos, candidatos e eleitores. Sobre isso, Letícia Bicalho Canêdo (2012, p. 538) ressaltou:

Aparece a necessidade de se construir uma popularidade eleitoral. Distribuir apertos de mão, empenhar-se para realizar ‘pequenos serviços’ aos eleitores com marcas de simpatia torna-se imprescindível. Com isso, surge a indústria do panfleto, dos comícios, dos cartazes, das visitas nas feiras, das campanhas nos morros.

As campanhas eleitorais exigiam uma série de providências a serem tomadas pelos dirigentes partidários e pelos candidatos, e, obviamente, havia despesas. Para a campanha eleitoral de 1950, foi formado o *Diretório Alberto Pasqualini*, responsável por promover, além das questões doutrinárias, a propaganda de diversos candidatos do PTB, inaugurando comitês no interior do Rio Grande do Sul (BODEA, 1992, p. 68). Um relatório de prestação de contas do *Diretório Alberto Pasqualini* permite observar os gastos da campanha e, assim, evidencia uma série de práticas e providências relativas a este trabalho de mobilização.<sup>344</sup>

Essas despesas trazem evidências a respeito das práticas de campanha eleitoral e do instrumental necessário a elas: dos 19.303,60 cruzeiros gastos, 3.782,00 foram com tipografias, para impressão de cédulas ou de panfletos; Cr\$ 4.800,00 com a Rádio Farroupilha, para propaganda; Cr\$ 953,60 gastos com serviços dos Correios e compra

---

<sup>343</sup> Decreto-Lei n.º 7.586 de 28/05/1945; Lei n.º 1.164 de 24/07/1950. Disponíveis em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao>.

<sup>344</sup> Foram registradas doações de lideranças do partido, como João Goulart (Cr\$ 3.000,00) e Egydio Michaelsen (Cr\$ 2.500,00), do candidato a deputado federal Miguel Teixeira de Oliveira (Cr\$ 3.000,00), do petebista, originário da USB, Tristão Sucupira Viana (Cr\$ 1.000,00), do próprio Pasqualini (Cr\$ 1.000,00), da Executiva Estadual do PTB (Cr\$ 1.000,00), além de uma doação de N. Lang, identificado como “Casa Lira, comércio da Rua dos Andradas” (Cr\$ 1.000,00).

de selos, para envio de material de propaganda e diretrizes aos comitês e apoiadores do interior; Cr\$ 670,00 gastos com “pichamento” [de muros] e faixas; Cr\$ 500,00 pagos por fotografias tiradas na convenção estadual do PTB. Algumas despesas registradas nessa prestação de contas são pequenas, porém reveladoras de práticas de propaganda: foram gastos Cr\$ 125,00 para aquisição de “mesas para distribuição de cédulas”. Uma fotografia de outra campanha, a de Francisco Brochado da Rocha (PSD) a deputado federal, em 1945, ilustra essa prática: as mesas eram instaladas em locais públicos, com cartazes, panfletos e cédulas para distribuição aos eleitores:

Imagem 44 – Distribuição de propaganda eleitoral na campanha de 1945



Acervo de Francisco de Paula Brochado da Rocha. Iconografia avulsa, caixa 1 [AHRs].

Fontes relativas a outras campanhas eleitorais desse mesmo período, mesmo que de âmbitos distintos, indicam a disseminação de práticas de propaganda além da utilização da imprensa e da realização de comícios: a propaganda nas ruas incluía a distribuição de panfletos e cédulas, a pintura e a pichação de muros, a colagem de cartazes, a fixação de faixas, entre outras. Dirigentes partidários, candidatos e apoiadores tiveram de elaborar técnicas de conquista do voto de um eleitorado mais amplo e diverso, incorporando agentes às práticas políticas: juntaram-se a eles os apoiadores informais, os funcionários remunerados, os pichadores e pregadores da cartazes, os responsáveis pelos comitês, os organizadores de caravanas, os entregadores de cédulas e de panfletos, entre outros a quem a periodicidade eleitoral propiciou um acúmulo de experiência sobre como realizar uma campanha eleitoral.<sup>345</sup> Exemplo disso, na prestação de contas do *Diretório Alberto Pasqualini* também estão registrados pagamentos efetuados a “companheiros” durante a campanha eleitoral de 1950:

c) Auxílios concedidos a dezessete companheiros c/ comprovantes arquivados.....765,00 / d) Auxílio de medicamentos e hospital ao menino Sérgio, filho de Rolim.....233,60 / e) Auxílio concedido ao companheiro Osmar<sup>346</sup> nos meses de outubro e novembro c/ comprovantes.....460,00 / [...] h) Auxílio a diversos companheiros que prestaram trabalhos a este diretório durante a campanha eleitoral, a saber: Orlando.....90,00 / Clotilde.....75,00 / Nair.....50,00 / Lora.....500,00.<sup>347</sup>

Assim, além dos gastos com propaganda (panfletos, inserções na imprensa, remessa de material, faixas e inscrições em muros), havia a necessidade de remunerar alguns “companheiros” por determinados serviços – não especificados na fonte – e mesmo de prestar auxílios a alguns em eventuais necessidades – como no caso do filho

---

<sup>345</sup> O autor pesquisou relatórios e prestações de contas de candidatos em diferentes acervos, entre eles o de Castilho Cabral, Clemente Mariani, Cristiano Machado e Osvaldo Aranha [CPDOC-FGV].

<sup>346</sup> No caso dos nomes completos que aparecem nas fontes, quando envolvem pagamentos, optou-se por omitir o sobrenome nas citações, como forma de evitar possíveis constrangimentos. O mesmo princípio se adota no caso de denunciados por ilegalidades.

<sup>347</sup> AAP-PMI. Pasta 8. Prestação de contas de João Pedro Agostini ao Diretório Alberto Pasqualini, de todos os pagamentos e recebimentos verificados durante a campanha eleitoral de 03 de outubro de 1950. 28/11/1950.

de um apoiador que precisou ser hospitalizado – certamente garantindo que o trabalho de propaganda fosse realizado, mas também mantendo firmes os laços de fidelidade. Houve também momentos em que se buscou o engajamento de apoiadores e eleitores no esforço de financiamento da campanha, publicando-se chamadas na imprensa com o intuito de receber contribuições. Como no anúncio publicado no *Correio do Povo* durante a campanha com vistas à eleição de 1947: “Contribua para a vitória do candidato do povo, adquirindo um bônus da campanha financeira pró-candidatura Alberto Pasqualini. Bônus desde Cr\$ 5,00. Praça da Alfândega n.º 49”.<sup>348</sup>

O conjunto de providências necessárias a uma campanha eleitoral é percebido também nas fontes provenientes de outros partidos. Um documento com instruções para a propaganda eleitoral do Partido de Representação Popular (PRP), em 1954, trata detalhadamente sobre como tornar essas ações mais eficazes: as faixas deveriam conter o mínimo possível de informações, destacando assim o nome do candidato<sup>349</sup> e sua colocação deveria ser feita em locais de grande circulação de pessoas; convinha utilizar a pintura de muros por ser um recurso relativamente barato, priorizando esquinas e estradas de maior movimento; quanto à colagem de cartazes, seria mais eficaz encher completamente um muro ou um tapume do que colar cartazes de forma esparsa, e para evitar que fossem rasgados, os mesmos deveriam ser colados em pontos mais altos.<sup>350</sup> Dessa forma, mesmo que as campanhas eleitorais ainda não tivessem atingido o grau de profissionalização que atingiriam futuramente, as elites dirigentes dos partidos, os correligionários mais experientes e os próprios candidatos, diante da necessidade de conquistar o voto de um eleitorado cada vez mais amplo e diverso, aprenderam a traçar estratégias e a empreender ações de mobilização e propaganda na experiência democrática.

As atividades do *Diretório Alberto Pasqualini*, em 1950, demonstram uma tentativa de estabelecer ações de campanha coordena-

---

<sup>348</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03/12/1946, p. 7.

<sup>349</sup> Nas eleições de 1954 o PRP concorreu com candidato próprio pela primeira vez: Wolfram Metzler.

<sup>350</sup> AIB-PRP [DELFO PUCRS]. Fundo 2, série 6, 6.1.9.3. Recomendações sobre propaganda. 1954.

das a partir de um núcleo central, em um movimento que se somava às múltiplas iniciativas dos apoiadores locais e dos diretórios municipais. Antes, em 1946, a coordenação da campanha do PTB utilizou programas de rádio para, além de fazer propaganda ao eleitorado, orientar os correligionários do interior. A coluna política do *Correio do Povo* destacou: “Todas as terças e quintas os trabalhistas irradiarão seu jornal informativo para o interior, pondo os diretórios partidários a par do movimento e das iniciativas da Comissão Central”.<sup>351</sup> Naquela mesma campanha, o jornal noticiou outras iniciativas da Comissão Central do PTB, que no dia 5 de dezembro havia se reunido com Alberto Pasqualini para definir detalhes sobre a impressão de “volumoso material de propaganda, como cartazes, volantes e folhetos contendo programa partidário” e relativos aos comícios a serem realizados no interior do estado e em bairros da capital.<sup>352</sup>

No caso das eleições estaduais de 1947, é interessante destacar como a mobilização em torno da candidatura de Alberto Pasqualini serviu para uma maior estruturação do PTB no interior do estado. No livro baseado nas memórias de Paulo Brossard da Souza Pinto<sup>353</sup>, Luis Valls (2004, p. 43) menciona a candidatura de Pasqualini como uma “avulsão política” cuja consequência foi o crescimento do PTB: “Naquele momento, a candidatura do Pasqualini provocou uma avulsão política. Não um aluvião. O aluvião é lento, progressivo, imperceptível no dia a dia. A avulsão, ao contrário, é uma porção que se destaca da margem por força da natureza”. As práticas de mobilização dos trabalhistas entre os meses de novembro de 1946 e janeiro de 1947 foram destacadas tanto pelos colonistas políticos quanto pelas publicações do PTB na imprensa: inaugurações de comitês pró-Pasqualini, formação de diretórios municipais petebistas, comícios organizados por apoiadores locais, por candidatos a deputados ou por re-

---

<sup>351</sup> FALARÁ hoje o Sr. Alberto Pasqualini. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 21/11/1946, contracapa.

<sup>352</sup> CAMPANHA eleitoral do PTB. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 21/11/1946, contracapa.

<sup>353</sup> Paulo Brossard (1924-2015) foi candidato a deputado estadual em 1947, pelo Partido Libertador. Teria seu primeiro mandato na Assembleia Legislativa após as eleições de 1954. Foi também senador pelo MDB, eleito em 1974, e ministro do Supremo Tribunal Federal (1989-1994). Luis Fernando Montenegro Valls é o autor do livro *Brossard, 80 anos na história política do Brasil* (2004).

presentantes do diretório estadual do partido, e as *caravanas* de lideranças partidárias regionais percorrendo distritos e pequenos municípios de suas regiões.<sup>354</sup>

Aos candidatos a governador e a senador, porém, não bastava a veiculação de propaganda por meio de panfletos, anúncios nos jornais e programas de rádio, tampouco a presença de dirigentes partidários nas atividades de campanha no interior. Era preciso sua presença física, percorrendo tantos municípios quanto possível. Assim, as principais *caravanas* das campanhas eleitorais eram aquelas nas quais seus candidatos majoritários percorriam o estado, sendo festivamente recebidos pelos apoiadores e realizando grandes comícios. Essas caravanas eram planejadas pela coordenação da campanha de forma a abranger as diferentes regiões do estado, realizar comícios nos principais municípios e contar com a presença de determinadas lideranças e candidatos pertinentes a cada reduto eleitoral.<sup>355</sup>

Os roteiros percorrendo o interior, as caravanas lideradas pelos candidatos aos cargos de governador e senador e com a presença de lideranças partidárias e candidatos a deputados, as visitas a municípios e distritos, e especialmente os comícios realizados em locais públicos com a presença de grande número de apoiadores, conformavam um conjunto de práticas que forneciam as imagens a serem publicadas em panfletos e anúncios na imprensa, os discursos a serem veiculados nos jornais e no rádio e os elementos necessários para adicionar popularidade à imagem pública dos candidatos.<sup>356</sup>

A campanha de Alberto Pasqualini para as eleições estaduais de janeiro de 1947 teve início com o comício realizado no largo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre em 29 de novembro. Com a

---

<sup>354</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26/11/1946 a 11/01/1947; *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 08/12 a 21/12/1946.

<sup>355</sup> AAP-PMI. Pasta 08. Candidatos que interessam acompanhar as caravanas do senador Pasqualini. [1954].

<sup>356</sup> Conforme estudos da Antropologia da Política, um comício possui características específicas que o distinguem de outros tipos de reunião política e de qualquer outra aglomeração em torno de candidatos: diferentemente da reunião, que é dialogada, no comício só fala quem está no palanque, o caráter solene é essencial e seu papel nem sempre é o de conquistar votos, servindo como uma demonstração de força e capacidade de mobilização e adesão (PALMEIRA; HEREDIA, 2010, p. 30).

ampliação do eleitorado e crescente incorporação de camadas populares às práticas eleitorais, os comícios tornaram-se grandes aglomerações a partir de 1945. Não à toa, o comício de abertura dessa campanha eleitoral foi intitulado de “comício-monstro” nos anúncios publicados na imprensa como forma de incitar o público a tomar parte do evento [ver imagem 45]. No dia seguinte, a publicação do PTB no *Correio do Povo* dotava de sentidos o acontecimento: “O espetáculo era verdadeiramente impressionante. Poucas vezes a alma popular terá vibrado tanto e de maneira tão espontânea e jubilosa. Somente a muito custo foi obtido silêncio a fim de que fizesse uso da palavra o primeiro orador”.<sup>357</sup>

Imagem 45 – Anúncio do comício do PTB em Porto Alegre (1946)



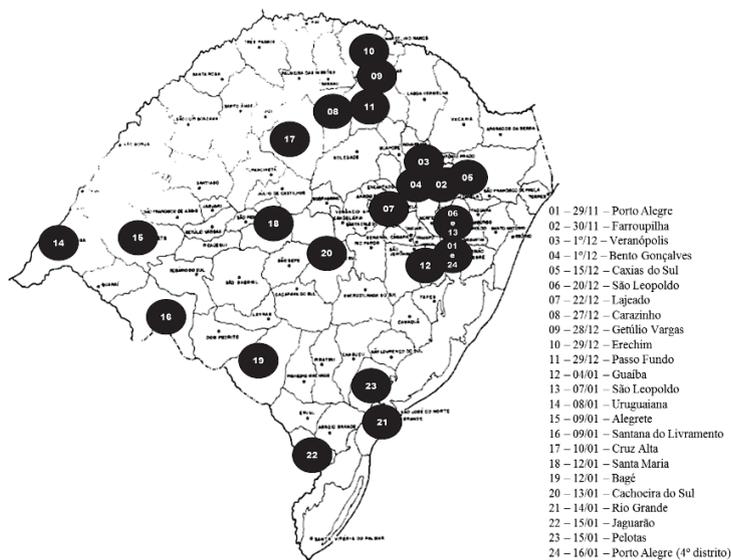
Fonte: *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26/11/1946, p. 3 [MCSHJC].

Após o comício em Porto Alegre, o único que contou com a presença de Getúlio Vargas naquela campanha, Pasqualini percorreu diversos municípios do interior acompanhado de lideranças petebistas, iniciando pela região de colonização italiana – culminando no comício em Caxias do Sul em 15 de dezembro. Em janeiro, os roteiros teriam a presença do candidato ao Senado, Salgado Filho. Os grandes núcleos urbanos da região Sul ficariam para os últimos dias de campanha, com os comícios em Pelotas e Rio Grande. A utilização de avião permitiu que os candidatos cruzassem o estado de forma rápida, possibilitando a realização de atividades em diferentes regiões no mesmo dia, como ocorreu em 12 de janeiro com comícios

<sup>357</sup> DECLARA o Senador Getúlio Vargas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30/11/1946, p. 5.

em Santa Maria e em Bagé. As viagens de automóvel permitiam a realização de um comício em uma cidade pela manhã e em outra no mesmo dia à noite, entremeados de reuniões e churrascos em diferentes localidades pelo caminho. No mapa abaixo, consta a localização dos municípios onde foram realizados 24 comícios da campanha de Pasqualini em 1946/1947<sup>358</sup>:

Imagem 46 – Mapa dos comícios com a presença de Pasqualini na campanha eleitoral de 1946/1947



Informações gráficas inseridas pelo autor. Mapa de 1950 extraído de FEE (1981). Fontes das informações: *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 29/11/1946 a 19/01/1947 [MCSHJC].

Há indícios de que a escolha dos municípios e distritos a serem visitados não se dava de forma casual. Além de abranger as principais regiões do estado e os municípios mais populosos, algumas

<sup>358</sup> Foram considerados apenas comícios onde se identificou a presença de Pasqualini, excluindo-se as localidades visitadas por Pasqualini mas onde não houve comícios e sim reuniões menores. São os casos de Novo Hamburgo (14/12), Sapucaia do Sul (20/12), Estrela (22/12), São Jerônimo (05/01), Santo Ângelo (08/01) e Ijuí (10/01).

escolhas são pontualmente interessantes, como no caso de grandes comícios em Carazinho e Getúlio Vargas. Nas eleições anteriores, em 1945, o ainda pequeno PTB do Rio Grande do Sul havia obtido apenas 6,54% dos votos para a Câmara dos Deputados<sup>359</sup>. Foi em Carazinho, porém, que o partido atingiu seu maior índice: 42,9%, sendo a única localidade em que superou o PSD naquela eleição. O segundo maior índice do PTB em 1945 foi obtido justamente na vizinha Getúlio Vargas: 28% dos votos (NOLL; TRINDADE, 1994, p. 29).

Outra escolha a ser destacada diz respeito ao primeiro roteiro no interior em 1946: descendente de imigrantes italianos, Pasqualini percorreu a principal região de colonização italiana, contemplando comícios em Farroupilha, Veranópolis, Bento Gonçalves e, no roteiro seguinte, o grande comício de Caxias do Sul. Isso explica que, tanto nessa ocasião quanto na sua segunda candidatura ao governo, em 1954, Pasqualini tenha visitado o pequeno distrito de Galópolis, em Caxias do Sul, e que, além disso, a visita tenha sido destacada com a publicação de fotos tanto no *Correio do Povo* quanto no *Diário de Notícias*. Nesse último, na publicação do PTB, a busca por identificar Pasqualini com a região chamada de “colonial” fica evidente: em Galópolis, o candidato do PTB “teve nova e emocionante oportunidade de constatar que seu nome empolga a região colonial do Estado”.<sup>360</sup>

---

<sup>359</sup> O PSD obteve 63,45% dos votos, a UDN 9,53%, o PL 8,37%, o PTB 6,54%, o PCB 6,32% e o PRP 3,47% (NOLL; TRINDADE, 1994, p. 28).

<sup>360</sup> VITORIOSA excursão de Alberto Pasqualini – o candidato do povo a governador do Estado – a Caxias do Sul. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 18/12/1946, p. 2.

Imagem 47 – Recepção a Pasqualini em Galópolis na campanha eleitoral de 1947



Acervo de Alberto Pasqualini – Prefeitura Municipal de Ivorá/RS [AAP-PMI].

Percebe-se nas campanhas eleitorais desse período algo semelhante ao que os antropólogos Moacir Palmeira e Beatriz Heredia (2010, p. 171) chamam de “quebra do cotidiano”: o chamado “tempo da política” permite uma ruptura, inclusive, das regras que limitam a proximidade nas relações pessoais, com uma intimidade entre políticos e eleitores incomum no cotidiano.<sup>361</sup> Para os autores, o período eleitoral é chamado de *tempo da política*, ou *época da política*, um recorte social no tempo, uma interrupção do cotidiano, período em que as facções políticas são identificadas em conflito aberto e que os compromissos entre elas e suas clientelas se renovam (PALMEIRA; HEREDIA, 2010, p. 16-17). Nas publicações do PTB nas campanhas de 1947, 1950 e 1954, há várias referências a churrascos, almoços e

---

<sup>361</sup> Os antropólogos Moacir Palmeira e Beatriz Heredia acompanharam eleições municipais realizadas entre 1988 e 2002 na região de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, e do Sertão de Pajeú, em Pernambuco. Reconhecendo as devidas diferenças, em especial ao recorte temporal que diz respeito ao período da redemocratização, é possível identificar semelhanças entre as práticas identificadas pelos autores e estas apontadas pelas fontes do período 1945-1954.

jantares oferecidos a Pasqualini e dos quais se presume que tomaram parte não apenas as elites dirigentes dos partidos ou as autoridades municipais, tendo em vista as várias referências a participação de centenas de pessoas. A presença do candidato em determinadas localidades do interior era algo que por si já rompia com o cotidiano, como nos casos de Galópolis, referido anteriormente, e Emboabas, distrito de Farroupilha, visitados nos primeiros roteiros de Pasqualini no interior na campanha de 1946/1947.

Imagem 48 – Pasqualini fala no almoço em Emboabas, distrito de Farroupilha (1946)



Fonte: FLAGRANTES da visita de Alberto Pasqualini a região colonial. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04/12/1946, p. 5 [MCSHJC].

Os roteiros no interior eram marcados por uma série de etapas que iniciava na recepção aos candidatos e culminava nos comícios geralmente em praça pública. Nesses momentos, as práticas de mobilização já empreendidas pelos apoiadores locais e pelos diretórios petebistas destas localidades se encontravam com a presença do próprio candidato, antes somente visto por meio das imagens reproduzidas em panfletos e na imprensa.

Pasqualini geralmente era recebido na entrada do município e dali partia em cortejo de automóveis, às vezes acompanhado por desfile de homens a cavalo. A recepção no município de Getúlio Vargas, em dezembro de 1946, foi assim descrita: “Na entrada da cidade, mais de trezentos cavalarianos aguardavam o Dr. Alberto Pasqualini e sua comitiva, escoltando-os, sob indescritível entusiasmo, até o centro, onde se realizou um grande comício do qual participaram cerca de cinco mil pessoas”. Após o comício, Pasqualini participou de um almoço a ele oferecido na sede da Cooperativa Santana, partindo para Erechim na sequência. No município vizinho, “foi aguardado no lugar denominado Rio Toldo, na estrada que conduz a Getúlio Vargas, por uma caravana de mais de trinta automóveis que partiu desta cidade, conduzindo grande número de partidários de sua candidatura”.<sup>362</sup>

Imagem 49 – Recepção a Pasqualini em Santa Rosa na campanha eleitoral de 1954



Acervo de Alberto Pasqualini – Prefeitura Municipal de Ivorá/RS [AAP-PMI].

<sup>362</sup> RECEPÇÃO triunfal a Alberto Pasqualini em Getúlio Vargas e Erechim. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29/12/1946, p. 7.

As fotografias do acervo de Alberto Pasqualini fornecem algumas cenas semelhantes às descritas na imprensa. Conforme Ana Maria Mauad (2008), a fotografia deve ser considerada como imagem/documento e como imagem/monumento: no primeiro caso, considera-se a fotografia como indício, como “marca de uma materialidade passada na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos deste passado”; no segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, foi estabelecido como “imagem a ser perenizada para o futuro”; portanto, não se pode esquecer que sendo todo documento um monumento<sup>363</sup>, a fotografia informa, mas também “conforma uma determinada visão de mundo” (MAUAD, 2008, p. 37). Ainda conforme Mauad (2008, p. 43), é necessário compreender a fotografia como uma “escolha efetuada em um conjunto de escolhas então possíveis”. Assim, a análise destas imagens se dará em dois movimentos distintos: por um lado, identificando elementos, presentes nas fotografias, que sirvam de indicativos das práticas de campanha eleitoral do período; segundo, compreendendo a forma como foram produzidas determinadas imagens de Alberto Pasqualini e deliberadamente escolhidos enquadramentos condescendentes com a construção da popularidade.

No caso das imagens 47 e 49, a chegada de Pasqualini a Galópolis, em 1946, e a Santa Rosa, em 1954, nota-se um enquadramento que coloca o candidato no centro da imagem. No primeiro caso, Pasqualini e os mais próximos que o acompanham estão à frente de grande número de pessoas que seguem a caminhada, com exceção das crianças que, um pouco à frente do candidato, caminham indecisas entre olhar para *o homem importante que visitava o distrito* ou para a câmera do fotógrafo. A posição de Pasqualini é diferente na imagem 47: caminha à frente de sua comitiva, tendo logo atrás o candidato ao Senado, João Goulart, e o deputado federal Leonel Brizola. À sua frente há um corredor formado por vasos de flores que separa as pessoas que o aguardam, sendo a maioria

---

<sup>363</sup> A autora parte da definição de Jacques Le Goff (2003) para documento-monumento: o documento deve ser compreendido como um produto da sociedade que o fabricou conforme as relações de força de sua época (LE GOFF, 2003, p. 535-536).

mulheres no enquadramento da foto, e que jogam papéis picados sobre os candidatos.

A chegada de Alberto Pasqualini e de Salgado Filho a Uruguaiana, em janeiro de 1947, foi descrita também com motivos festivos: “Foram recepcionados no aeroporto, onde grande multidão os aguardava. Mais de 100 automóveis e vários caminhões, dois dos quais literalmente lotados por gentis senhoritas que integram a Ala Feminina do Partido Trabalhista, formaram um grande cortejo”. Na chegada ao centro da cidade, “milhares de pessoas se encontravam nas ruas, sacadas e janelas” enquanto Pasqualini e Salgado Filho, “sorridentes, acenavam com os chapéus para a multidão que os cercava”.<sup>364</sup> Assim, essa espécie de ritual de chegada, narrado com ares de triunfo e articulado a imagens cujo enquadramento enfatizava empolgação e apoio popular, exigia que cada lado exercesse bem os seus respectivos papéis: os apoiadores expressando sua adesão com o uso de bandeiras, flâmulas, cartazes, faixas, braços levantados e vivas a plenos pulmões; os candidatos sorrindo, acenando, cumprimentando, discursando.

Na campanha eleitoral de Pasqualini ao Senado, as cenas descritas e as imagens construídas seguem a mesma lógica, tendo, entretanto, maiores proporções devido à candidatura de Getúlio Vargas a presidente. As publicações do PTB construíram uma narrativa apoteótica que, junto às imagens publicadas, buscavam atestar a popularidade dos candidatos petebistas. Conforme uma dessas publicações, à chegada de Vargas ao aeroporto de Pelotas, junto a Ernesto Dornelles e a Pasqualini, em setembro de 1950, seguiu-se um cortejo por 9 quilômetros, “superior a quinhentos automóveis” e acompanhados por “vários pelotões de motociclistas e uma garbosa cavalaria de gaúchos”. Na passagem pelas ruas de Pelotas, “foram alvo dos mais entusiásticos aplausos. [...] a população jogava serpentinas e confetes”.<sup>365</sup>

---

<sup>364</sup> SANTO Ângelo e Uruguaiana com Alberto Pasqualini! *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 09/01/1947, p. 5.

<sup>365</sup> INDESCRITIVEL e sem precedentes a recepção de Pelotas a Getúlio, Ernesto e Alberto Pasqualini. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 26/09/1950, p. 2.

É possível que a empolgação dos petebistas locais gerasse boa parte das cenas que são descritas nas publicações do PTB, e igualmente plausível que a narrativa incorra em exageros deliberados, pois as publicações cumprem um papel importante na mobilização eleitoral. De todo o modo, a forma como são descritas as recepções e as imagens produzidas nos roteiros de Pasqualini no interior e mesmo nos comícios da capital buscam passar a ideia de uma grande adesão popular ao candidato. Na narrativa das publicações do PTB, é o povo que busca o candidato, e não o candidato que busca o eleitorado: “[Em Cachoeira do Sul] encontrou sérias dificuldades para chegar até o automóvel que estava a sua disposição, sendo necessário organizar no momento cordões de isolamento, tal a massa popular sequiosa de cumprimentar Alberto Pasqualini”.<sup>366</sup>

A imagem da chegada de Pasqualini ao comício realizado em Santa Maria na campanha eleitoral de 1954 foi publicada respeitando a mesma lógica: apesar de ser o candidato quem chega de longe para ter contato com o eleitorado, a ênfase está na expressão da vontade dos eleitores/apoiadores de se aproximarem do candidato. Nela, o automóvel que conduz Pasqualini e Ruy Ramos, respectivamente candidatos a governador e a senador, é cercado por apoiadores que têm os braços estendidos em sua direção, acenando, levantando chapéus, balançando cartazes ou flâmulas – como a que aparece colada no para-brisas do carro e idêntica à que está reproduzida na imagem 52. Pasqualini, cumprindo seu papel no ritual, acena.

---

<sup>366</sup> NENHUM homem público recebeu jamais aclamações e manifestações de apoio como as que vem sendo tributadas a Alberto Pasqualini no interior do estado. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 15/01/1947, p. 6.

Imagem 50 – Chegada de Pasqualini ao comício de Santa Maria (1954)



Fonte: O GRANDIOSO comício trabalhista de Santa Maria. *Correio do Povo*, Porto Alegre 1º/10/1954, p. 18 [MCSHJC].

Os comícios realizados em importantes municípios do interior do Estado mobilizavam caravanas de correligionários de localidades próximas, que se juntavam à caravana principal liderada pelos candidatos a governador e senador. Como exemplo disso, o já referido roteiro em Carazinho em dezembro de 1946: “A fim de participar da imponente festa cívica, vieram caravanas de todos os distritos do município, bem como de todos os municípios vizinhos, emprestando à cidade um ar festivo e movimentado”.<sup>367</sup> Essa chegada alterava a rotina dos municípios do interior, com desfiles, caminhadas, cortejos, churrascos, comícios, grandes aglomerações, e também com a afluência de delegações de apoiadores de diversos municípios, de ônibus, automóveis e mesmo a cavalo. Dezenas de dirigentes partidários, candidatos a deputados e repórteres também chegavam acompanhando as caravanas. Em Bagé, durante a campanha de 1950, uma cena pitoresca foi apresentada na descrição do deslocamento dos repórteres que seguiam a caravana: “Temos lutado com enormes difi-

<sup>367</sup> CONSTITUI verdadeira apoteose o comício trabalhista de ontem à noite, em Carazinho, com a presença de Alberto Pasqualini. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28/12/1946, p. 7.

culdades para conseguir conduções nos aeroportos. Em Bagé, quando mais crítica se apresentava a situação, a senhorinha Julietinha Mercio, dirigindo pessoalmente o seu bonito Ford num gesto elegante [...] colocou o seu carro à nossa disposição”.<sup>368</sup>

As fotografias dos comícios de Pasqualini servem para ao menos três aspectos importantes na compreensão das campanhas eleitorais do período: permitem visualizar determinados itens do instrumental característico das campanhas, desde o uso de flâmulas, cartazes e faixas até os aspectos organizativos como a montagem de um palanque; articuladas à propaganda e aos discursos, evidenciam a construção da imagem pública do candidato; e, a partir da seleção e do enquadramento implícitos na imagem e da forma como eram publicadas, possibilitam compreender o papel dos comícios na lógica da mobilização eleitoral, pois muito mais do que um momento de busca pela conquista do voto, tais eventos serviam como demonstração de força da campanha e geravam produtos como discursos, narrativas, depoimentos e imagens que serviam à mobilização do eleitorado por meio de publicações na imprensa.

Imagem 51 – Comício de Pasqualini em Novo Hamburgo (1954)



Acervo de Alberto Pasqualini – Prefeitura Municipal de Ivorá/RS [AAP-PMI]. Elemento gráfico inserido pelo autor.

A imagem do comício realizado em Novo Hamburgo, em 1954, apresenta Pasqualini ao centro, com os olhos voltados para a câmera,

<sup>368</sup> TRIUNFALMENTE recebidos Getúlio, Ernesto e Pasqualini em Bagé e Uruguaiana. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 28/09/1950, p. 2.

tendo ao lado o candidato a senador João Goulart que observa o orador, Leonel Brizola. No canto esquerdo, o outro candidato ao Senado, Ruy Ramos, de chapéu. Apesar de algumas cabeças e chapéus no primeiro plano, indicando a existência do público, o recorte fotográfico enfoca o palanque no qual os oradores se pronunciam. Sob o olhar de uma criança empoleirada na estrutura, cartazes dos candidatos formam o cenário de fundo – provavelmente pensado não somente para identificação da cor partidária do comício, mas também para a produção de imagens como esta [imagem 51].

No detalhe da fotografia, é possível observar o conjunto de cartazes dos candidatos Alberto Pasqualini e João Goulart junto ao nome de Ruy Noronha, postulante a deputado estadual. No cartaz, um Pasqualini sorridente – contrastando com o semblante grave de quando fotografado no comício – é acompanhado de uma frase de efeito: “Para o governo que o povo espera”. Materiais difíceis de serem encontrados pelos historiadores que vasculham arquivos e acervos pessoais, santinhos, panfletos, flâmulas e cartazes eram materiais facilmente descartados ao término da campanha eleitoral. As fotografias são, muitas vezes, as únicas formas de acessar a outras imagens que foram colocadas à disposição do eleitorado naquelas ocasiões.

Para outros objetos identificados, é preciso pensar no seu uso. É o caso da flâmula encontrada no acervo de Pasqualini [imagem 52]. Para que serviam as flâmulas em uma campanha eleitoral?

Imagem 52 – Flâmula da campanha eleitoral de Alberto Pasqualini (1954)



Acervo de Alberto Pasqualini – Prefeitura Municipal de Ivorá/RS [AAP-PMI].

## Imagem 53 – Comício de Pasqualini em Palmeira das Missões (1954)



Acervo de Alberto Pasqualini [AAP-PMI]. Elementos gráficos introduzidos pelo autor.

A fotografia do comício realizado em Palmeira das Missões na campanha eleitoral de 1954 – em um domingo à tarde, conforme anotação no verso – apresenta ao observador uma cena similar à de tantos outros comícios: uma grande concentração de pessoas. Homens e mulheres se destacam em meio a muitos chapéus, seja pelos braços levantados ou pelas bocas abertas em gritos eufóricos. São justamente esses que chamam a atenção para a presença de materiais de propaganda, além da faixa com o nome de Pasqualini que aparece parcialmente no canto superior esquerdo. Quando se observa os detalhes, é possível notar que muitos portam retratos de Pasqualini e flâmulas nas pontas de pequenos cabos.

A imagem 53 permite perceber o resultado de um trabalho que antecedia ao comício, não somente relativo à mobilização que garantisse um grande público no dia do evento (as caravanas de cidades vizinhas, a divulgação por meio de anúncios, as reuniões preparatórias), mas também que dizia respeito à confecção de faixas, cartazes, flâmulas, etc. No primeiro detalhe da imagem, vê-se uma faixa com o nome do candidato; no segundo, destacam-se duas mulheres aparentemente jovens que portam materiais confeccionados pelo partido: a da esquerda tem os dois braços abertos, tendo uma flâmula em uma mão e um retrato de Pasqualini na outra. Há um menino no primeiro plano do detalhe que também segura uma flâmula com o braço levantado. Ambos, como vários outros do conjunto da imagem, têm as bocas abertas como se gritassem no momento do registro.

Por mais que a principal característica de um comício seja a presença de um conjunto de pessoas que atendem a um chamado para ouvir aos pronunciamentos de políticos/lideranças/autoridades/candidatos, não se pode pressupor a simples passividade do público. Soltar gritos, dar vivas, aplaudir com empolgação, demonstrar entusiasmo, balançar flâmulas, arremessar confetes, segurar cartazes e faixas: da chegada do candidato até o discurso final do comício, enquanto lhes for propiciada a presença física do candidato há diversos papéis a serem exercidos pelo público e pelos correligionários. Depois, restará apenas sua imagem nos retratos, flâmulas e panfletos. A campanha seguirá com suas barulhentas práticas de mobilização até que reste apenas o ato solitário e silencioso do voto na cabine eleitoral.

Imagem 54 – Comício de Pasqualini em Porto Alegre (1954)



Acervo de Alberto Pasqualini – Prefeitura Municipal de Ivorá/RS [AAP-PMI].

A imagem 54, fotografia do comício de encerramento da campanha eleitoral de 1954 em Porto Alegre, impressiona pela grande aglomeração humana, efeito do enquadramento que permitiu captar o maior número possível de pessoas. “Verdadeiro mar humano”, con-

forme a publicação do PTB no *Correio do Povo* em 1º de outubro daquele ano<sup>369</sup>. No dia seguinte, às vésperas do pleito, uma foto foi publicada ocupando uma página inteira do mesmo jornal. O título da publicação evidenciava o sentido de demonstração de força que a prática da realização de grandes comícios possuía: “O maior comício da história do Rio Grande do Sul!”<sup>370</sup>.

Imagem 55 – Comício de Pasqualini em Caxias do Sul (1946)



Acervo de Alberto Pasqualini – Prefeitura Municipal de Ivorá/RS [AAP-PMI].

As fotografias do acervo de Pasqualini não são apenas registros dos eventos típicos das campanhas eleitorais: são indicativos de uma forma deliberada de dar visibilidade à candidatura tendo como mote principal a presença massiva do *povo* e, portanto, de relacionar a imagem pública do político Pasqualini à adesão popular ao candi-

<sup>369</sup> INTEGRA do vibrante discurso do senador Alberto Pasqualini no encerramento de sua campanha. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1º/10/1954, p. 19.

<sup>370</sup> O MAIOR comício da história do Rio Grande do Sul! *Correio do Povo*, Porto Alegre, 02/10/1954, p. 15.

dato Pasqualini. Em outras palavras, trata-se da construção de uma imagem de popularidade.

Sob forte luz solar que faz um homem sobrepor um jornal à cabeça, dezenas de homens e mulheres observam algo que escapa à imagem: o palanque, o candidato, talvez o fotógrafo [imagem 55]. Ou o correspondente que escreverá ao jornal: “O laborioso povo de Caxias jamais viveu horas tão intensas de vibração cívica”.<sup>371</sup> No primeiro plano, vê-se rostos de mulheres que assistem ao comício de Pasqualini em Caxias do Sul. Sob os chapéus, mais rostos. Depois, quase somente chapéus às dezenas. Ao responsável pelo enquadramento, mais que os rostos, era a imagem da massa compacta que interessava produzir.

### 3.2 O candidato do povo

“Um contato pessoal com Pasqualini leva-nos a simpatizar com a sua pessoa muito mais do que com a sua tenacidade política”, afirmou o jornalista Justino Martins na reportagem da *Revista do Globo* sobre o candidato petebista em dezembro de 1946. “Ele é simples, acessível, apesar de falar pouco e de procurar ouvir muito”, completava. Apesar disso, o jornalista salientou algum senso de humor em Pasqualini, principalmente quando perguntado sobre sua situação de solteiro: “Espero – disse ele, – que você não vá publicar a minha idade, pois sendo um solteirão, ainda pretendo casar”. Assim, a reportagem, com entrevista e fotografias realizadas na chácara que era um de seus endereços (“depois de um certo período de vida, o homem parece deixar-se atrair pela terra, voltando-se para a natureza”, teria afirmado), busca traçar um perfil “mais humano do que político” de Pasqualini.

A narrativa destaca aspectos iniciais de sua trajetória, como a infância na região colonial, os estudos como seminarista, a faculdade de Direito cursada enquanto trabalhava como professor no Ginásio Anchieta. E tudo se completa com diversas imagens, a começar

---

<sup>371</sup> ALBERTO Pasqualini recebeu verdadeira consagração em Caxias. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17/12/1946, p. 5.

pela primeira, que se articula ao título da reportagem ao exibir “Pasqualini de corpo inteiro”, entre as plantas do jardim da chácara: “Ele não tem tempo para olhar as flores do seu jardim”, diz a legenda. Isolado em uma chácara, em meio a livros e papéis, o ex-seminarista solteiro, sem filhos e “sem muita vontade de falar de si mesmo”, defensor de um programa de governo “baseado numa filosofia tão sentimentalmente humana quanto sincera e esperançosa”, o candidato petebista foi definido como “um filósofo sentimental”.<sup>372</sup> O Pasqualini da reportagem da *Revista do Globo* é uma figura etérea.

Analisando as reportagens sobre os candidatos a governador nas eleições de 1947, publicadas na *Revista do Globo*, João Batista da Cruz (2010) destacou a construção da imagem pública de Pasqualini como esse *filósofo sentimental*. Destaca que as reportagens construíram imagens contrastantes entre Pasqualini e seu principal adversário naquela eleição, Walter Jobim (PSD): o primeiro como um *intelectual* e o segundo como um *homem prático*, o primeiro cercado de livros e o segundo como um administrador (CRUZ, 2010, p. 93).

Uma das páginas da reportagem da *Revista do Globo* é exemplar dessa imagem de Pasqualini como intelectual:

---

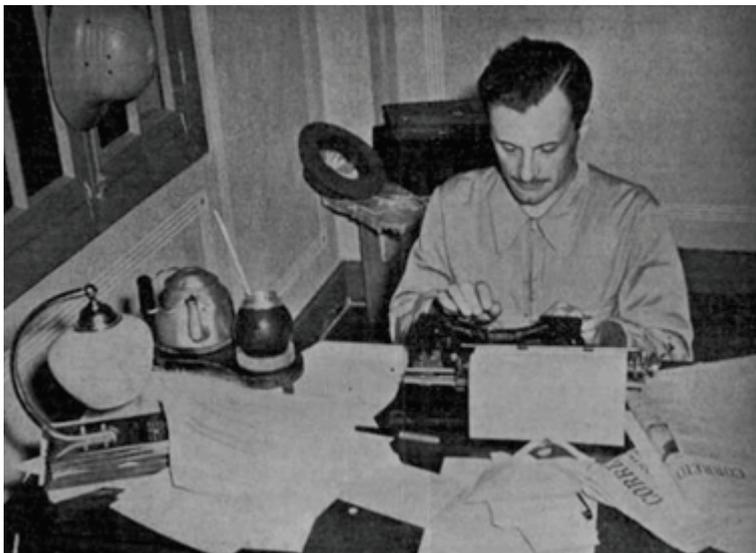
<sup>372</sup> PASQUALINI de corpo inteiro. *Revista do Globo*, Porto Alegre, 07/12/1946, p. 23-27; 75.

Imagem 56 – Pasqualini e seu escritório na reportagem da *Revista do Globo* (1946)



Fonte: PASQUALINI de corpo inteiro. *Revista do Globo*, Porto Alegre, 07/12/1946, p. 27 [MCSHJC].

Imagem 57 – Pasqualini em sua mesa de trabalho na chácara (1946)



Fonte: PASQUALINI de corpo inteiro. *Revista do Globo*, Porto Alegre, 07/12/1946, p. 23 [MCSHJC].

Além das imagens de Pasqualini na chácara, a revista exhibe seu escritório no centro de Porto Alegre. A narrativa da reportagem justifica o movimento: “Depois de dedicar algumas horas da manhã ao estudo e à leitura na chácara, ele volta para a cidade”. O escritório bagunçado, com muitos papéis, livros e a máquina de escrever [que também aparece na imagem 57], é combinada com o conjunto de imagens da entrevista concedida por Pasqualini tendo ao fundo os livros de sua biblioteca. É bem clara a associação do candidato a imagem de intelectual.

Esta imagem parece estar diretamente associada a determinadas competências tidas como necessárias ao exercício da representação política, mas não a todas. Conforme Luiz Alberto Grijó (2017, p. 135), as práticas do *guerreiro-estancieiro* já não bastavam para assumir posições de liderança político-partidária no início do século XX, e a instrução formal passou a ser “um recurso indispensável”. Aluno e professor da Faculdade de Direito, a imagem pública de Pasqualini

estava associada à de “um notável portador de conhecimentos técnicos e administrativos”, como salientou Diego Almeida (2015, p. 88).<sup>373</sup> Nesse ponto, é importante salientar que, para Pierre Bourdieu (2012), a aquisição das competências necessárias para o jogo político está ligada a uma preparação que inclui uma aprendizagem de saberes específicos, tais como conceitos, teorias e dados econômicos, e de capacidades mais gerais, tais como o domínio de uma determinada linguagem e retórica, mas, além disso, o autor salienta o papel de uma espécie de iniciação que tende a inculcar o domínio da lógica do campo político e “a impor uma submissão de fato aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo ou à forma específica de que se revestem os seus constrangimentos e os seus controles no seio de cada partido” (BOURDIEU, 2012, p. 170).

Com a ampliação do corpo eleitoral a partir de 1945, a experiência democrática passa a exigir que os candidatos se apresentassem cada vez mais como detentores de outro elemento de valorização: a popularidade. Como ressaltou Leticia Bicalho Canêdo (2002, p. 173), a partir de então não foi mais possível valer-se somente dos recursos familiares, do patrimônio herdado e de um diploma de prestígio para a iniciação na carreira política. É interessante notar o contraste entre a imagem produzida pela *Revista do Globo* com relação a Pasqualini e a de seu maior adversário naquela eleição, Walter Jobim (PSD). Além dos aspectos já destacados por Cruz (2010), comparando-as, é possível dizer que as imagens publicadas na reportagem sobre Pasqualini (na chácara, no escritório, na biblioteca) contrastam com as imagens presentes na matéria sobre Jobim, que é exibido em plena ação política, discursando em uma atividade partidária. A legenda de uma imagem na qual pessoas o aplaudem é eloquente quanto à busca por construir uma imagem de popularidade: “O povo gosta dos discursos do Dr. Jobim”.<sup>374</sup>

---

<sup>373</sup> Sobre esse aspecto, ver trabalho recentemente publicado por Diego Almeida (2018) sobre a reconversão de um capital adquirido na Faculdade de Direito para a inserção de Pasqualini na política.

<sup>374</sup> O GAÚCHO Jobim. *Revista do Globo*, Porto Alegre, 11/01/1947, p. 50.

Imagem 58 – Walter Jobim na reportagem da *Revista do Globo* (1947)

Fonte: O GAÚCHO Jobim. *Revista do Globo*, Porto Alegre, 11/01/1947, p. 50 [MCSHJC].

As reportagens da *Revista do Globo*, no entanto, formam apenas uma pequena parte do conjunto de publicações relativas à campanha eleitoral de 1946/1947 no Rio Grande do Sul. Diversos periódicos publicaram artigos, reportagens, notas nas colunas políticas, entrevistas e clichês sobre o pleito, além das publicações dos partidos visando a popularizar a imagem e as propostas de seus candidatos. Nos jornais de maior circulação em Porto Alegre, *Correio do Povo*, *Diário de Notícias* e *Folha da Tarde*, os comícios realizados pelo PTB e pelas demais siglas foram amplamente noticiados e foi especialmente por meio de suas páginas que a propaganda petebista consolidou a imagem de Alberto Pasqualini como “o candidato do povo”, rearticulando, na lógica petebista, o discurso já presente em 1945, quando, conforme visto no primeiro capítulo, Pasqualini se tornou candidato pela União Social Brasileira (“um partido do povo”).

As fotografias do acervo de Pasqualini revelam uma imagem que escapa à lógica *intelectual/doutrinador/teórico*, uma outra forma de exibir-se por parte do personagem. Como referido anteriormente, as campanhas eleitorais, com seus rituais e eventos típicos como comícios, faziam com que o candidato circulasse por diferentes municípios e fosse festivamente recebido por seus correligionários, e tais acontecimentos forneciam imagens que, também visan-

do à mobilização eleitoral, circulavam por meio da propaganda e das publicações do partido na imprensa que o exibiam cercado pelo *povo*. A cena do candidato sendo carregado por apoiadores é representativa:

Imagem 59 – Pasqualini sendo carregado por apoiadores (sem data)



Acervo de Alberto Pasqualini – Prefeitura Municipal de Ivorá/RS [AAP-PMI].

No caso da fotografia acima, não há anotações ou qualquer indicação do local onde foi tirada, tampouco a data. Pelo aspecto fisionômico de Pasqualini, é possível supor que o ano seja 1954. A imagem apresenta uma cena corriqueiramente descrita nas publicações do PTB nas campanhas eleitorais de Pasqualini: o candidato sendo carregado nos braços por apoiadores assim que chegava ou saía dos comícios. Como exemplo, o roteiro em Caxias do Sul em dezembro de 1946: “Ao meio-dia, os trabalhistas caxienses homenagearam o *candidato do povo* com um grande churrasco que reuniu milhares de pessoas. Ao chegar ao local da festa, Alberto Pasqualini

foi carregado nos braços do povo que o aclamava e vivava constantemente seu nome” [grifos do autor].<sup>375</sup>

Nota-se, na imagem 59, o ambiente urbano pelo bonde que está no fundo da imagem – possivelmente Porto Alegre. Alguns homens da cena seguram Pasqualini enquanto outros levantam os braços. Diversamente da imagem de *intelectual* fechado em seu gabinete, do *teórico* cercado de papéis, a imagem de Pasqualini como *o candidato do povo* o apresenta *nos braços do povo* – ou de um grupo de apoiadores convertido discursivamente em *povo*. Essa fotografia enigmática diz muito sobre o enquadramento oportuno do fotógrafo na construção deliberada da imagem de Pasqualini como um político dotado de popularidade.

Para Régis Debray (1992), a imagem é, na origem e por função, mediadora entre os vivos e os mortos, os seres humanos e os deuses, entre uma comunidade e uma cosmologia, entre uma sociedade dos sujeitos visíveis e a sociedade das forças invisíveis que os subjuga. Por sua vez, Walter Benjamin (2014 [1936]) já havia destacado que o curso da história da arte poderia ser compreendido pelo deslocamento de um polo ligado ao seu valor de culto a um polo relacionado ao seu valor de exposição. Enquanto o valor de culto obriga a obra de arte a permanecer oculta, o segundo está ligado à perda de sua função mágica, aumentando as oportunidades de exposição (BENJAMIN, 2014, p. 37).<sup>376</sup>

A época da reprodutibilidade técnica da qual Benjamin fala é a do cinema e da fotografia: o estranhamento do ator diante do aparato tecnológico do cinema faz com que ele saiba que isto o transporta às massas (BENJAMIN, 2014, p. 75). Para o autor, esta mesma mudança do modo de exposição por meio da técnica de reprodução ocorre na política:

---

<sup>375</sup> ALBERTO Pasqualini recebeu verdadeira consagração em Caxias. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17/12/1946, p. 5.

<sup>376</sup> No ensaio *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*, Walter Benjamin destaca a perda da atmosfera de autenticidade que cerca a obra de arte original, o desaparecimento da aura: “Esse processo é sintomático; seu significado vai muito além da esfera da arte. [...] Na medida em que multiplica a reprodução, coloca no lugar de sua ocorrência única sua ocorrência em massa” (BENJAMIN, 2014, p. 23).

A crise das democracias pode ser entendida como uma crise das condições de exposição do homem político. As democracias apresentam o político imediatamente em sua própria pessoa e diante de representantes. O parlamento é seu público. Com as inovações nos aparatos de registro, [...] a exposição do homem político diante desse aparato de registro passa para o primeiro plano. Esvaziam-se os parlamentos ao mesmo tempo que os teatros. [...] O sentido dessa transformação, independentemente de suas diferentes tarefas especiais, é o mesmo para o ator de cinema e para o político. [...] Resulta disso um novo tipo de seleção, uma seleção diante do aparato, da qual o campeão, o astro e o ditador emergem como vencedores (BENJAMIN, 2014, p. 79).<sup>377</sup>

A partir das reflexões de Walter Benjamin, é possível considerar o seguinte: os aparatos de reprodutibilidade técnica, ligados por exemplo à fotografia e ao cinema, levam à transformação nas condições de exposição tanto do artista quanto do “homem político”. A transposição da performance política dos parlamentos fechados para o cotidiano das massas – inclusive por meio de imagens – gera uma tensão no plano das competências necessárias a esta prática: sua consequência é perceptível na forma como os políticos modificam o processo de construção de sua imagem considerando a recepção de um novo público, incorporando elementos que se tornam necessários com a ampliação do corpo eleitoral, e, no caso em questão, com o início da experiência democrática. A relação entre imagem e popularidade se fortalece, na prática política, quando a reprodução técnica possibilita maior circulação da primeira e a incorporação das *massas* às práticas eleitorais exige atenção para a segunda.

As publicações tanto do PTB quanto de seus adversários, nas campanhas eleitorais de 1947, 1950 e 1954, fizeram uso crescente de imagens<sup>378</sup>. No caso da propaganda petebista na primeira candidatura

---

<sup>377</sup> O autor observava os acontecimentos relativos à ascensão do fascismo e destaca sua consequência: “a estetização da vida política” (BENJAMIN, 2014, p. 117-119).

<sup>378</sup> Nas publicações dos partidos em 1946/1947, nota-se a utilização de imagens especialmente pelo PTB e pela coligação PL-UDN. A campanha de Walter Jobim (PSD) utiliza-se da imprensa em menor proporção e suas propagandas possuem menos imagens do que as dos demais partidos. Isso vai mudando gradativamente até a campanha de Ildo Meneghetti, em 1954, quando a propaganda do PSD faz largo uso de imagens dos comícios.

de Pasqualini ao governo do Rio Grande do Sul, as imagens dos comícios foram utilizadas para legitimar o *slogan*: *o candidato do povo*.

Gráfico 2 – Conteúdo das fotografias reproduzidas nas publicações do PTB (1946/1947)

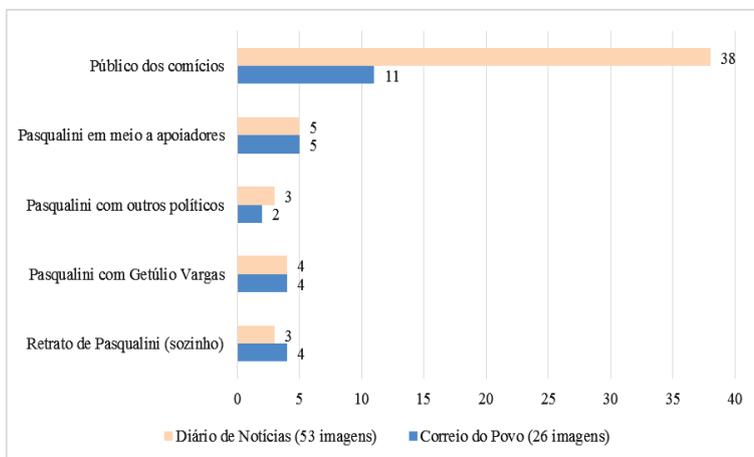


Gráfico elaborado pelo autor. Fontes: *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 12/11/1946 a 19/01/1947 [MCSHJC].

No gráfico acima, destaca-se que a maior parte das imagens exhibe o público dos comícios, tanto no *Correio do Povo* quanto no *Diário de Notícias*<sup>379</sup>, visando a enfatizar a *adesão popular* a Pasqualini. Além do enquadramento das fotografias, reproduzidas na imprensa, e que destacavam a presença do *povo* na campanha petebista, houve casos explícitos de manipulação das imagens.

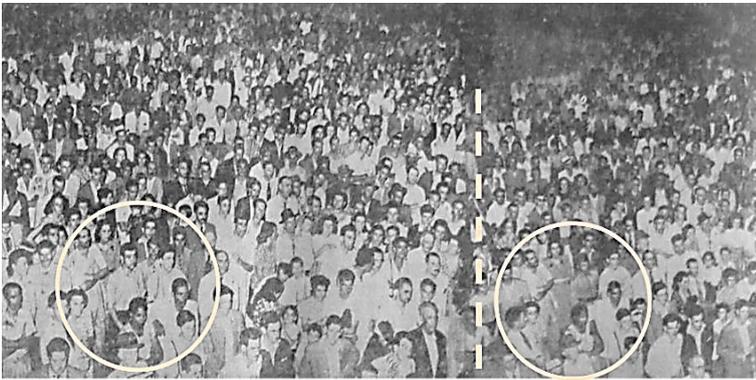
Em 9 de janeiro de 1947, o PTB publicou no *Diário de Notícias* uma imagem do comício de Pasqualini em São Leopoldo [imagem 60]. No dia seguinte, no mesmo jornal, o PSD publicou um comentário com o título *Como se faz uma multidão...* No texto, denun-

<sup>379</sup> O maior número de imagens publicadas no *Diário de Notícias* em comparação com o *Correio do Povo* se deve à dificuldade com relação ao fornecimento de papel pelo segundo veículo no mês de janeiro de 1947, o que acabou por reduzir o espaço publicável no ápice da campanha eleitoral.

ciava-se o “embuste petebista” na figura publicada no dia anterior: “Por exemplo, à esquerda, no primeiro plano, um *casal de côr* [termo da fonte original], tendo à sua frente um rapazote em mangas de camisa [...] curioso fenômeno! – as mesmas pessoas aparecem na mesma fotografia, no mesmo plano, à direita do clichê”. O comentário, inserido junto à propaganda do PSD, terminava “alfinetando” o candidato petebista: “Ou há um truque fotográfico dos mais grosseiros e descarados, ou o Sr. Pasqualini já começou os milagres da sua genialidade”.<sup>380</sup>

Abaixo, a imagem publicada pelo PTB e que foi alvo da crítica do PSD. Para facilitar a observação, foram inseridos círculos nos pontos citados. A linha tracejada indica o local onde a imagem passa a repetir o mesmo público:

Imagem 60 – Imagem do comício em São Leopoldo publicada pelo PTB



Fonte: *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 09/01/1947, p. 06 [MCSHJC]. Elementos gráficos introduzidos pelo autor.

Mesmo manipuladas, as imagens publicadas pelo PTB buscavam exibir a presença do *povo* nos comícios de Pasqualini. Tal qual observado nas fotografias dos comícios, a participação do público não é apresentada de forma estática. Em muitos casos, os

<sup>380</sup> COMO se faz uma multidão... *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 10/01/1947, p. 8.

sujeitos anônimos aparecem nas imagens não em uma postura passiva, de quem simplesmente recebe a mensagem doutrinária – e que não deixa de fazer parte da lógica dos comícios, onde os candidatos *falam ao povo*. Braços erguidos e bocas abertas, mãos estendidas, demonstrações de entusiasmo, mãos que seguram cartazes, faixas e bandeiras, são enquadramentos que fazem parte desta construção.

Na segunda campanha para governador, em 1954, a narrativa sobre a passagem de Pasqualini por São Luiz Gonzaga, na publicação do PTB, destacou que a empolgação dos apoiadores locais levou à necessidade da realização de dois comícios na mesma noite. Enquanto o candidato petebista falava no interior do Cine Lux, “com suas dependências totalmente lotadas”, outros oradores promoviam um “comício extra” na porta do cinema, onde se aglomerava “grande multidão que se apinhava em frente aquele estabelecimento, onde não pôde entrar por falta absoluta de espaço”. Após o discurso de Pasqualini, os dois comícios foram unificados em praça pública “por exigência da multidão”. Conforme o texto publicado no *Correio do Povo* pelo PTB, aquele foi um acontecimento inédito e “uma grande concentração popular com a força de uma vontade única, com a vibração consciente de quem sabe o que quer!”.<sup>381</sup> Assim, mais uma vez, na argumentação e nas imagens publicadas pelo PTB, o *povo* presente aos comícios possui um papel ativo: é ele quem vai ao encontro do candidato.

---

<sup>381</sup> PASQUALINI empolga o povo Rio-Grandense. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24/08/1954, p. 13.

Imagem 61 – Distribuição de retratos de Pasqualini em Caxias do Sul (1946)



Fonte: A VITORIOSA excursão de Pasqualini a Caxias. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19/12/1946, p. 3 [MCSHJC].

A edição de 19 de dezembro de 1946 do *Correio do Povo* apresenta, na parte superior direita da terceira página, três reproduções de fotografias da “vitoriosa excursão de Alberto Pasqualini a Caxias”.<sup>382</sup> A última imagem exibe a distribuição de “retratos” do candidato [imagem 61]. O primeiro plano é dominado pelos chapéus. Em segundo plano, dezenas de mãos estendidas em direção a três homens que, ao fundo, distribuía(m) fotografias de Pasqualini. Conforme a legenda da imagem, “milhares de retratos de Alberto Pasqualini foram distribuídos entre seus futuros eleitores. E estes, como se vê pela foto, acorrem pressurosos, como o farão certamente a 19 de janeiro, quando sufragarão nas urnas um nome já consagrado pela voz do povo”.<sup>383</sup>

<sup>382</sup> A VITORIOSA excursão de Pasqualini a Caxias. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19/12/1946, p. 3.

<sup>383</sup> A VITORIOSA excursão de Pasqualini a Caxias. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19/12/1946, p. 3.

A propaganda do PTB lembra a narrativa festiva dos jornais varguistas no Estado Novo, o que Maria Helena Capelato (2009, p. 70) chamou de “utopia da sociedade feliz”. As qualidades atribuídas a Pasqualini seguem lógica similar à propaganda analisada pela autora: “O ator político deve se apresentar em cena demonstrando possuir requisitos excepcionais. São necessários à caracterização dos ‘legítimos condutores do povo’ e dos ‘autênticos chefes’ os seguintes traços: força, coragem, magnanimidade, bondade, generosidade, perseverança [etc.]” (CAPELATO, 2009, p. 282). Somente os títulos destas publicações, que muitas vezes ocupavam páginas inteiras de jornais como o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*, já demonstram a lógica do qualificativo “candidato do povo”: *Vernópolis, Bento Gonçalves e Farroupilha aclamaram entusiasticamente o candidato do povo; De maneira cada vez mais entusiástica, o Rio Grande aclama e apoia o candidato do povo*<sup>384</sup>; *Vitoriosa excursão de Alberto Pasqualini – o candidato do povo a governador do Estado – a Caxias do Sul; Triunfante já no coração do povo rio-grandense, Alberto Pasqualini será eleito governador do Estado a 19 de janeiro.*<sup>385</sup>

Como visto anteriormente, a ideia de que a campanha estava em crescimento e de que o candidato era recebido por multidões nos municípios pelos quais passava era central na construção argumentativa das publicações do PTB. A articulação entre os títulos destas publicações, geralmente mencionando os municípios por onde o candidato havia passado, seu conteúdo textual e as imagens, presentes sempre em grande número, faziam parte da construção da popularidade da candidatura de Pasqualini. Dentre as imagens publicadas pelo PTB na imprensa, destacam-se as que apresentam um enquadramento, fruto de uma seleção, que passa a ideia de um candidato cercado pelo *povo*, ou mesmo carregado pelo *povo*:

<sup>384</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03/12/1946, p. 7; 07/12/1946, p. 5.

<sup>385</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 18/12/1946, p. 2; 05/01/1947, p. 8; 07/01/1947, p. 6.

Imagem 62 – Alberto Pasqualini carregado no comício em Livramento (1947)



Fonte: *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 12/01/1947, p. 11 [MCSHJC].

A legenda da imagem, publicada no *Diário de Notícias* em 12 de janeiro de 1947, afirma que a cena teria ocorrido no encerramento do comício em Santana do Livramento, quando Pasqualini teria sido “carregado em triunfo pelo povo”. Palavras como *triunfo* e *triunfal*, não estão presentes em várias dessas publicações aleatoriamente. Na busca por conquistar o eleitor, a imagem de uma campanha que caminha em direção à vitória é fundamental, bem como a apresentação do candidato como alguém popular, que está próximo do *povo* e que é recebido *em triunfo* por onde passa. Outro exemplo disso na imagem abaixo:

Imagem 63 – Pasqualini autografa retratos seus no roteiro em Caxias do Sul (1946)



Fonte: A VITORIOSA excursão de Alberto Pasqualini à Caxias. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19/12/1946, p. 3 [MCSHJC].

Na figura, Pasqualini autografa retratos seus, sendo possível identificar um desses retratos na mão de uma das “gentis senhoritas” de Caxias do Sul. Outras quatro mulheres observam Pasqualini ao escrever, assim como um homem que ao fundo também observa o gesto do candidato. Conforme a legenda, a imagem traduzia “a imensa popularidade que desfruta[va] o candidato petebista”.<sup>386</sup> Essa imagem permite recordar um dos aspectos destacados pela reportagem da *Revista do Globo*, referida na parte inicial deste subcapítulo: naquela campanha eleitoral, Pasqualini ainda era um “solteirão”.

O casamento com Suzana Thompson Flores ocorreu logo após a eleição de Pasqualini ao Senado, em 1950, incorporando um novo elemento à sua imagem pública. A publicação da entrevista com Pasqualini na revista *O Cruzeiro* em 3 de março de 1951, no início do mandato de senador, foi acompanhada de diversas reproduções de

<sup>386</sup> A VITORIOSA excursão de Alberto Pasqualini à Caxias. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19/12/1946, p. 3.

fotografias do político gaúcho e, com destaque, dois clichês com Suzana, incluindo a maior imagem, junto ao título da matéria.

Imagens 64 e 65 – Alberto Pasqualini e Suzana Thompson Flores Pasqualini na revista *O Cruzeiro* (1951)



Fonte: PASQUALINI, o regime trabalhista e você. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 03/03/1951, p. 26-27 [HD-BN].

Na imagem 64, Suzana Thompson Flores Pasqualini e Alberto Pasqualini se olham sorridentes sob as lentes do fotógrafo Flávio Damm, da revista *O Cruzeiro*. Há poucas informações disponíveis sobre Suzana: sabe-se que era natural de Bagé e que conheceu Pasqualini no Rio de Janeiro quando trabalhava na filial do Banco da Província. Casaram-se em 30 de dezembro de 1950, meses antes da entrevista.<sup>387</sup> A outra figura publicada [65] apresenta Suzana Pasqualini datilografando em uma mesa com pilhas de papéis e livros, sob o olhar do senador. A imagem de Suzana Pasqualini oferecida pela revista, sem mencioná-la no corpo da matéria – apenas nas imagens e respectivas legendas – é a da esposa que auxilia o marido. Este último aspecto parece estar bem claro na imagem, que na publicação

<sup>387</sup> Foi Suzana quem cuidou de Alberto Pasqualini no período da doença que o levou a afastar-se da vida pública após um acidente vascular cerebral em dezembro de 1955. Pasqualini ficaria preso ao leito até falecer em 03/06/1960. O projeto de lei 2.220/60 que solicitou pensão especial à Suzana, trouxe a seguinte justificativa: “Sua viúva está atravessando difícil situação financeira. É que o pranteado parlamentar gaúcho nada deixou para a família, senão o grande patrimônio de sua vida plena de lutas e de sacrifícios”.

original possui a seguinte legenda: “O casamento influenciou no método de trabalho do senador Alberto Pasqualini. Ele, que costumava debulhar sozinho os seus problemas, agora tem na esposa uma auxiliar entusiasta e trabalhadora”.<sup>388</sup>

Apesar da ausência de imagens e de raras referências a sua presença nos comícios nas publicações do partido, uma das fotografias do acervo de Alberto Pasqualini exhibe o casal Alberto e Suzana durante a campanha eleitoral de 1954<sup>389</sup>:

Imagem 66 – Alberto Pasqualini e Suzana Pasqualini na campanha eleitoral de 1954



Acervo de Alberto Pasqualini – Prefeitura Municipal de Ivorá/RS (AAP-PMI).

O meio político de forma geral, incluindo parlamentos e diretórios dos partidos, era um espaço masculino. A presença feminina causava estranheza, como destacou Céli Regina Jardim Pinto (2014)

<sup>388</sup> PASQUALINI, o regime trabalhista e você. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 03/03/1951, p. 26-27.

<sup>389</sup> Há uma anotação no verso da fotografia: “Com Suzana Thompson Flores Pasqualini em Porto Alegre na campanha de 1954”.

no artigo sobre a primeira deputada estadual eleita no Rio Grande do Sul, Suely de Oliveira (PTB).<sup>390</sup> No caso da deputada petebista, é interessante perceber a “sua presença como mulher e a nova relação que esta presença, *per si*, provocou”: seus colegas homens “não podiam não ouvi-la” e isso “reatualizava o campo” (PINTO, 2014, p. 585). Já no caso de Suzana Pasqualini, mulher sem mandato eletivo, mas esposa do senador, a presença se dava de forma distinta e ausente da narrativa masculina das publicações oficiais do PTB.

Uma carta enviada à Suzana Pasqualini por Jacy Noronha Hickenbick, de Sapucaia do Sul, em 16 de setembro de 1954 – no ápice da campanha eleitoral – evidencia a participação das mulheres. A remetente sugeria melhor organização de algumas tarefas, como a distribuição de cédulas dos candidatos petebistas, e ressaltava o papel que deveria caber às mulheres: “Cada mulher gaúcha tem que ser uma sentinela, vigilante, e precisa deixar de ociosidade e começar a lutar *juntamente com nossos maridos*, pela liberdade do Brasil” [grifos do autor].<sup>391</sup> Esse excerto demonstra que a remetente buscava participar da política por meio do papel de esposa, e o fato de enviar a carta à Suzana Pasqualini leva a inferir que a mesma pressupunha como dever da *esposa do senador* tomar parte da campanha dentro desta lógica.

A presença de Suzana Pasqualini, embora não exibida nas imagens publicadas pelo PTB na imprensa, foi um elemento novo na campanha eleitoral de 1954. Naquela campanha, mulheres petebistas renderam homenagens à Suzana Pasqualini e articularam isso à mobilização em torno da candidatura de Alberto Pasqualini ao governo

---

<sup>390</sup> Suely Gomes de Oliveira (1915-1994) era natural de Osório, foi professora em Rosário do Sul – onde participou da fundação do diretório local do PTB. Entrevistas com a filha, Maria de Lourdes Gomes de Oliveira, e com a irmã, Marlene Knackfuss, apontam para o caráter getulista de Suely e a admiração que nutria por Alberto Pasqualini. Participou do movimento quemista, em 1945, e foi eleita vereadora pelo PTB em Pelotas no pleito de 1947. Em 1950 foi eleita deputada estadual, reeleita em 1954, 1958, 1962, 1966 e 1970 (nas duas últimas eleições, pelo MDB) (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, 2007). Analisando depoimentos de deputados contemporâneos de Suely, Céli Pinto (2014, p. 578) destaca: “Parece claro, pelos depoimentos, que antes de qualquer característica que pudesse ser a ela atribuída, vinha o fato de ser mulher. Eles estavam se relacionando antes de tudo com uma mulher e viam nela as qualidades que atribuíam ao sexo feminino”.

<sup>391</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Carta de Jacy Noronha Hickenbick à Suzana Thompson Flores Pasqualini. 16/09/1954.

do Estado. Um dos núcleos femininos do PTB passou a chamar-se *Comitê Feminino Suzana Thompson Flores Pasqualini*. No *Diário de Notícias* de 27 de julho de 1954, o comitê convocava suas componentes à participação em reunião para organização de uma homenagem à “esposa do senador Alberto Pasqualini”.<sup>392</sup>

Outra homenagem foi promovida em agosto, publicando-se, enfim, uma imagem de Suzana na imprensa [imagem 67]. A figura consta na publicação referente à homenagem que seria prestada à Suzana Pasqualini por “damas da alta sociedade porto-alegrense”. A atividade consistiria em um chá, para o qual seriam convidadas pessoas do “círculo de relações de dona Suzana”, mas também, no intuito de dar um “cunho popular” ao evento, o “mundo feminino metropolitano” estava sendo convidado a participar, havendo para tal uma lista de adesões, à disposição das interessadas, na Casa Dália – situada na famosa Rua da Praia em Porto Alegre.<sup>393</sup> Assim, as atividades de apoiadoras mulheres se articulavam à ideia de adesão eleitoral ao candidato Pasqualini por meio, inclusive, de homenagens à Suzana Pasqualini.

Imagem 67 – Suzana Thompson Flores Pasqualini (1954)



Fonte: *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 13/08/1954, p. 8 [HD-BN].

<sup>392</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, de 27 de julho de 1954, contracapa.

<sup>393</sup> DONA Suzana Thompson Flores Pasqualini. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 13/08/1954, p. 8.

A propaganda eleitoral de 1954 buscou associar, mais uma vez, a imagem de Pasqualini ao *povo*. Novamente, o comício em Caxias do Sul, após passar pelo pequeno distrito de Galópolis, foi um dos pontos altos da campanha: “De braços abertos, toda a gente operosa da “Pérola das Colônias” acolheu entusiasticamente o senador Pasqualini”.<sup>394</sup> Outra publicação destaca a capacidade de mobilização de sua campanha: “O povo gaúcho está retornando à praça pública, para consagrar um dos mais diletos e ilustres filhos dos pagos e reafirmar-lhe solene e cabalmente que a 3 de outubro a vontade popular se tornará uma decisão soberana”.<sup>395</sup> O título *Pasqualini recebe a consagração do povo* se articula à reprodução de duas fotografias em composição:

Imagem 68 – Pasqualini e o *povo* no comício em Cachoeira do Sul (1954)



Fonte: PASQUALINI recebe a consagração do povo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17/08/1954, p. 7 [MCSHJC].

As cenas diversas vezes descritas pelas publicações do PTB na imprensa e captadas pelas fotografias, relativas a grandes concentrações humanas nos comícios, e a presença física do candida-

<sup>394</sup> CONSAGRADORA recepção tributou Caxias do Sul ao senador Alberto Pasqualini. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/08/1954, p. 7.

<sup>395</sup> PASQUALINI recebe a consagração do povo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17/08/1954, p. 7.

to percorrendo diversas localidades, discursando nos comícios, acenando ao público e popularizando sua imagem, se fundem no clichê dessa publicação. A forma como as imagens foram dispostas insere Pasqualini no público, construindo uma composição na qual ambos se encaram: uma troca de olhares entre *povo* e candidato.

Novamente, o *povo* era colocado em cena na campanha eleitoral de Pasqualini: “O povo, reunindo-se nas ruas ou nos teatros de nossas localidades do interior para receber o Sr. Alberto Pasqualini, o tem feito com um entusiasmo e sob uma vibração raramente demonstrada”.<sup>396</sup> Esse entusiasmo é ilustrado pela imagem que se articula ao texto [imagem 69]. Conforme salientado no primeiro capítulo, ao ser lançado novamente candidato em 1954, Pasqualini estava enfrentando problemas de saúde. Isso o impediu de chegar antes ao Rio Grande do Sul, fazendo com que a campanha iniciasse muito depois da de seu principal oponente, Ildo Meneghetti (PSD), e o impossibilitou de participar de alguns roteiros e atividades de campanha. Assim, as publicações do PTB, com muitas imagens, buscavam, nessa campanha especificamente, compensar o ritmo lento das caravanas de Pasqualini.

---

<sup>396</sup> PASQUALINI empolga o povo rio-grandense. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24/08/1954, p. 12.

Imagem 69 – *Empolgação popular no comício em São Luiz Gonzaga (1954)*



Fonte: PASQUALINI empolga o povo rio-grandense. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24/08/1954, p. 12 [MCSHJC].

As imagens publicadas pelo PTB nas campanhas eleitorais de 1947 e 1954 apresentam Pasqualini de um modo distinto da figura de *intelectual e teórico*. Já em 1950, quando concorreu ao Senado, Pasqualini era um dos protagonistas da campanha eleitoral, mas não o principal nome. O foco maior da campanha dizia respeito à candidatura de Getúlio Vargas a presidente da República e de Ernesto Dornelles a governador, embora Pasqualini tenha ocupado espaços importantes na propaganda petebista. Neste pleito, em que foi eleito senador, a imagem de Pasqualini o exibe em tons professorais, havendo, inclusive, uma mudança nos termos utilizados nas publicações do PTB: o candidato não discursava em comícios, pronunciava “conferências”.<sup>397</sup>

---

<sup>397</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/09/1950 a 03/10/1950.

Por iniciativa do diretório do PTB do município de Garibaldi, uma imagem publicada em 1946 na imprensa circulou novamente entre os eleitores, em um panfleto na campanha de 1950:

Imagem 70 – Panfleto do PTB de Garibaldi na campanha eleitoral de 1950

**Partido Trabalhista Brasileiro**



**O fulgurante destruidor do Trabalhismo Brasileiro por entre um grupo de crianças da região colonial.**

Em 1917, quando concorreu às eleições estaduais como candidato do P. T. B., ALBERTO PASQUALINI deu início e desenvolveu a um dos mais ferrenhos e belos movimentos cívico-partidários de que há memória na poli-história política do Rio Grande do Sul.

Levou sua palavra serena e esclarecida e as lares de sua cultura sólida, a quasi todos os rincões de nossa gl'ha e seus filhos empolgaram a alma do Rio Grande. Na região da campanha, tradicional e heroica, e no regão da cultura, laboriosa e pacífica, seu nome era acatado como um herói de fé nos destinos gaúchos, como uma esperança de melhores dias para a coletividade.

A causa pela qual se batia — A VALORIZAÇÃO DA CRIATURA HUMANA — recon, balejada de irredutível entusiasmo, principalmente no coração dos moços sempre vanguardeiros a pular pelos mares e indistintamente liberar pátrias. A própria infância, que, na sua pureza, tem a mão divina a guiá-la e a protegê-la nos seus primeiros contatos com o mundo, fica cauda comos ALBERTO PASQUALINI. Ele, com seu entusiasmo inerte, associava-se a todas as manifestações de apóio que o Rio Grande tributava a seu ilustre filho.

Hoje, ALBERTO PASQUALINI é candidato a Senador pelo nosso Estado. No mais alto órgão do Congresso Nacional sua voz se fará ouvir por todo o Brasil na sua preocupação de dar solução racional aos graves problemas que afligem nossa pátria e na sua aspiração de dar condições trabalhista às leis do País. Sua inteligência invulgar, sua inextinguível honestidade, sua marcante dedicação ao bem público, seu lauto senso de justiça social, conferido ao Congresso Nacional benéfico impulso renoval r.

**VOTEMOS TODOS EM ALBERTO PASQUALINI. Queremos que o representante do Rio Grande no Senado da República seja um autêntico RIOGRANDENSE. Votar em nome não riograndense seria desconhecer os valores do Rio Grande imortal.**

Mandado publicar pelo Diretório Municipal de Garibaldi, do P. T. B.

Setor de publicidade e propaganda – Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa [MCSHJC].

A imagem em que Alberto Pasqualini é observado por crianças que se aglomeram em uma janela, havia sido publicada pelo PTB no *Correio do Povo* na campanha anterior, no dia de Natal de 1946. Conforme o texto da publicação no jornal, o evento da cena ocorreu em atividade de campanha eleitoral no município de Estrela. Não é possível saber se a cena contou com a ação espontânea das crianças, se foi planejada ou um misto das duas situações. Independentemente disso, a campanha de Pasqualini buscou utilizá-la na mobilização eleitoral, atribuindo qualificativos positivos ao candidato a partir da imagem. A legenda é relevadora desta estratégia, apresentando o seguinte argumento: “Quando um homem é verdadeiramente estimado pelo povo”, ele deixa de ser, para as crianças, um estranho, para “tornar-se um verdadeiro e bom amigo”. E segue: “Assim sucede com Alberto Pasqualini. Em todas as suas excursões, grande número de crianças acorre sempre a festejá-lo, como nesse expressivo flagrante que aí vemos, colhido na tarde de domingo em Estrela”.<sup>398</sup>

Imagem 71 – Pasqualini com as crianças na campanha eleitoral de 1946/1947



Fonte: *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25/12/1946, p. 5.

<sup>398</sup> SEGUE sexta-feira para a região serrana Alberto Pasqualini. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25/12/1946, p. 5.

Não foi a campanha de Alberto Pasqualini que inventou o uso da imagem de crianças na propaganda política. Seria possível citar diversos exemplos de líderes políticos cercados por crianças em diferentes contextos: de Mao Tsé-Tung à Evita Perón, de Benito Mussolini a Joseph Stalin. Em diversas publicações durante o Estado Novo (1937-1945), Getúlio Vargas é retratado falando às crianças.<sup>399</sup> É possível que essa lembrança da propaganda varguista tenha impelido os responsáveis pela propaganda petebista a utilizar essa imagem de Pasqualini, mas tal associação direta é difícil de ser comprovada. Na segunda utilização da imagem, no panfleto de 1950, atribui-se um sentido à presença das crianças na imagem:

*A própria infância, que, na sua pureza, tem a mão divina a guiá-la e a protegê-la nos seus primeiros contatos com o mundo, fez causa comum com Alberto Pasqualini. Ela, com seu entusiasmo inocente, associava-se as manifestações de apreço que o Rio Grande tributava a seu ilustre filho [grifos do autor].<sup>400</sup>*

A imagem do candidato petebista falando às crianças – associadas à pureza e à proteção divina – está na intersecção entre duas construções distintas: a de Pasqualini como *teórico, doutrinador* que defendia o papel pedagógico das campanhas eleitorais e a do *candidato do povo*. As crianças, presentes na imagem, não são os destinatários diretos da mensagem – os eleitores, ausentes nessa imagem – mas de alguma forma representam imagetivamente aqueles a quem se busca representar politicamente. Conforme o texto da legenda da figura originalmente publicada na imprensa e retomada no panfleto, a atenção que as crianças destinavam a Pasqualini demonstraria a estima do *povo* pelo candidato.

As crianças que disputam espaço na janela para interagir com Pasqualini possuem expressões sorridentes, dos risos mais contidos aos mais abertos. Bem à frente, um menino debruçado na janela leva a mão ao queixo numa pose de quem presta atenção. Todas observam atentamente o homem que era chamado de *candidato do povo*. Com

<sup>399</sup> Como demonstrado no estudo sobre a propaganda política no varguismo e no peronismo por Maria Helena Rolim Capelato (2009).

<sup>400</sup> Panfleto *mandado publicar pelo diretório de Garibaldi do PTB*. Setor de publicidade e propaganda do MCSHJC.

exceção de uma, ao fundo, que não olha para Pasqualini e sim para quem produzia a imagem por meio de uma câmera fotográfica. A curiosidade infantil lança um olhar para aquilo que está ausente na imagem: a construção da própria imagem do candidato e do *povo*.

### 3.3 O povo do candidato

Havia um coreto, mas não era um comício. Apenas o Rei Momo Lelé pronunciou suas palavras aos foliões do Areal da Baronesa: “Povo do meu reinado, é com grande satisfação, não medindo esforços nem energia para vir lá da minha Etiópia para abrir o carnaval aqui no Brasil”.<sup>401</sup> O ano era 1947 e a comunidade da Baronesa do Gravataí, de população predominantemente negra, realizava seu primeiro carnaval com Rei Momo próprio (POSSAMAI *et al.*, 1992, p. 31). Naquele ano, porém, as manifestações carnavalescas haviam começado mais cedo, durante a campanha para as eleições de 19 de janeiro. Nilo Ruschel, jornalista e candidato a deputado estadual pelo PTB, mobilizou blocos carnavalescos para uma homenagem aos candidatos Alberto Pasqualini e Salgado Filho. A coluna política do *Diário de Notícias* destacou o “espetáculo inédito”:

Até a noite de ontem [...] a propaganda dos candidatos aos postos eletivos era feita em conformidade com os moldes clássicos: um comício preparado [...] com todas as formalidades. O coreto era armado, anunciavam-se os oradores que dirigiam a palavra ao público e toda a propaganda era conduzida em torno dos discursos que seriam pronunciados. [...] Fugindo a todas essas normas, o PTB resolveu aproveitar uma das grandes preferências do povo: o carnaval.<sup>402</sup>

Conforme o colunista político do *Diário de Notícias*, “elevado número de cordões, ostentando alguns suas vistosas fantasias, outros vestidos mais simplesmente”, concentraram-se em frente à sede do PTB, na Rua da Praia, aclamando o candidato petebista: “Desde ontem, por obra e graça da política, a cidade começou a ver nas ruas os alegres cordões, espalhando o entusiasmo em todos os cantos”.<sup>403</sup> A

<sup>401</sup> Depoimento Adão de Oliveira, o seu Lelé. POSSAMAI *et al.*, 1992, p. 32.

<sup>402</sup> NOTAS Políticas. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 07/01/1947, contracapa.

<sup>403</sup> NOTAS Políticas. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 07/01/1947, contracapa.

propaganda do PTB associou tal acontecimento ao suposto desejo do povo na eleição de Pasqualini a governador: “‘Nós queremos Pasqualini’, foi o slogan das sociedades carnavalescas da cidade na homenagem popular de ontem. O povo quer Pasqualini para seu futuro governador”. E publicou o discurso de Nilo Ruschel proferido na ocasião: “O povo já fez seu julgamento. O povo já deu sua última palavra”.<sup>404</sup> Parecia carnaval, mas era um comício.

Imagem 72 – Blocos carnavalescos em frente à sede do PTB em Porto Alegre (1947)



Fonte: EMPOLGANTE e original manifestação popular ao candidato do PTB. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 07/01/1947, p. 9 [MCSHJC].

A propaganda do PTB no mesmo jornal fez questão de valorizar a homenagem das sociedades carnavalescas aos petebistas: “Traduzindo fielmente o enorme prestígio de que goza S.S. [Pasqualini] no meio das massas populares, a homenagem de ontem à noite ao candidato do PTB foi uma prova eloquente de que o povo está inteiramente ao lado de Alberto Pasqualini”. Os integrantes dos blocos que atenderam ao chamado de Nilo Ruschel e os apoiadores e integrantes do PTB que foram convocados por meio de anúncios na imprensa nos dias anteriores, propiciaram à propaganda do partido aludir à “grande massa de povo que se solidarizou com as sociedades carnavalescas da cidade”.<sup>405</sup>

<sup>404</sup> EMPOLGANTE e original manifestação popular ao candidato do PTB. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 07/01/1947, p. 9.

<sup>405</sup> EMPOLGANTE e original manifestação popular ao candidato do PTB. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 07/01/1947, p. 9.

Na publicação seguinte, um comentário sobre a recepção festiva aos candidatos petebistas – Pasqualini a governador e Salgado Filho a senador – promovida em frente à sede do PTB com as sociedades carnavalescas, traz algumas indicações sobre esse *povo* ao qual se apelava e sobre quem seriam os *inimigos do povo*. Conforme a publicação do PTB no *Diário de Notícias*, em 9 de janeiro, os “aristocratas do PSD” teriam ficado melindrados com a homenagem e sua forma de apelo popular: “Sabem agora os habitantes desta capital que eles representam aos olhos dos gentis homens inimigos do povo, simplesmente a ralé, a plebe, a gentalha, a escória da sociedade”.<sup>406</sup>

A publicação do PTB no *Correio do Povo* em 10 de dezembro de 1946 havia retomado a argumentação já presente no contexto de lançamento de Pasqualini pela USB, em 1945: tal candidatura teria sido uma exigência do próprio *povo*, justificando: “É que o povo, que sabe sentir e compreender as coisas melhor do que muitos daqueles que pretendem orientá-lo e dirigi-lo, sempre viu, em meio a suas prolongadas aflições, que havia um único caminho certo a trilhar”.<sup>407</sup> Assim, o discurso estabelecia um conflito entre os interesses do *povo* e as decisões tomadas pelas elites políticas. No conjunto da propaganda petebista, essas elites estão representadas pelos *aristocratas do PSD*.

Naquela campanha eleitoral, Alberto Pasqualini, candidato a governador pelo PTB, teria como *slogan* o qualificativo *candidato do povo*. O que significava a categoria *candidato do povo*? Se Pasqualini era o *candidato do povo*, quem era o *povo* do candidato? Como compreender esta categoria?

A propaganda do PTB em 12 de janeiro de 1947, que tratava da homenagem prestada pelas sociedades carnavalescas, dotava Pasqualini de um caráter redentor desse *povo*: *A vitória de Alberto Pasqualini será a redenção de um povo oprimido pelo peso das iniquidades econômicas e sociais*. Conforme a argumentação petebista, o indivíduo abstrato que estaria na base de um sistema econômico e social que o oprimia deveria ser substituído pelo “homem de carne e

<sup>406</sup> MAU CAMINHO... *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 09/01/1947, p. 12.

<sup>407</sup> UM CANDIDATO vitorioso. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/12/1946, p. 3.

osso, com suas necessidades, suas dores, aspirações e esperanças” na base de um sistema baseado na justiça social.<sup>408</sup> Em certos aspectos, esse tipo de argumentação é semelhante àquela que havia justificado à implantação do Estado Novo em 1937. Conforme Getúlio Vargas, as instituições políticas liberais já não davam conta das reais urgências, o que implicava na necessidade de “destruição das instituições liberais e criação de um Estado Novo, autoritário, promotor do encontro entre o ‘Brasil legal’ e o ‘Brasil real’” (CAPELATO, 2009, p. 158).

Angela de Castro Gomes (2005) destacou a incorporação do povo ao cenário político brasileiro durante o Estado Novo. Esse povo era “um corpo político hierarquizado pelo trabalho”: “Assim se constituía um novo ator social, definido como o cidadão de uma nova democracia. O trabalhador brasileiro era o cidadão da democracia social e o homem da nova comunidade nacional” (GOMES, 2005, p. 209). É importante lembrar que até a demissão de Pasqualini do cargo de secretário do Interior e Justiça, em setembro de 1944, seus discursos, artigos e entrevistas possuíam argumentos que se coadunavam com esse discurso de legitimação do regime estadonovista. Como no artigo *Ditaduras*, publicado no *Correio do Povo* em 11 de julho de 1943: “Foi o golpe de Estado de 1937 que preservou entre nós a democracia. [...] Há, entretanto, uma contingência a que estão sujeitas todas as ditaduras [...]: o que um regime tira ao povo em liberdade deve restituir-lhe em benefícios de outra natureza”, dizia Pasqualini.<sup>409</sup>

Nas campanhas eleitorais, a partir de 1945, essa argumentação sobre a democracia social e o papel do Estado na resolução dos problemas do *homem de carne e osso* foi reformulada na lógica da experiência democrática, sendo o *povo-cidadão-trabalhador* do Estado Novo incorporado às práticas eleitorais. Como exemplo disso, é possível mencionar o discurso de Pasqualini no comício realizado em Pelotas durante a campanha de 1950, como candidato ao Senado: “Deu Getúlio Vargas ao Brasil a legislação social [...] que lhe outorgou direitos, garantias e benefícios, passando da condição de pária à

<sup>408</sup> PARTIDO Trabalhista. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 12/01/1947, p. 12.

<sup>409</sup> PASQUALINI, Alberto. *Ditaduras*. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11/07/1943, p. 4.

condição de verdadeiro cidadão, porque a cidadania, sem o direito de viver e trabalhar, não passa de uma palavra, de uma ficção legal”.<sup>410</sup>

Está presente no discurso de Pasqualini aquilo que tem sido chamado de *ideologia da outorga*, que deu suporte à relação do Estado Novo com as classes trabalhadoras: a legislação social teria sido outorgada generosamente ao povo por Getúlio Vargas. Conforme Angela de Castro Gomes (2005, p. 228), a outorga, ao pressupor dar e receber, também pressupõe retribuir: “Quem recebe cria certo tipo de vínculo, de compromisso, que desemboca naturalmente no ato de retribuir”. Conforme Pasqualini, o programa de Getúlio e do PTB seria, a partir de então por via eleitoral-democrática, completar esses direitos e benefícios, estendendo a legislação social aos trabalhadores rurais, aos pequenos agricultores e aos *colonos*. Naquele mesmo roteiro de campanha, Pasqualini havia discursado em Rio Grande, convocando: “Eleger Getúlio Vargas é para vós, trabalhadores, um compromisso de honra – e mais ainda: é um dever de gratidão”.<sup>411</sup>

Dessa forma, percebe-se nas campanhas eleitorais de Pasqualini aquilo que Jorge Ferreira (1997, p. 123) ressaltou: a partir de 1945, o grupo mais próximo a Vargas não abdicaria de preservar o investimento político que o regime do Estado Novo fizera nos trabalhadores. O eleitorado a partir de 1945, entretanto, teria diferenças substanciais com relação ao período anterior a 1937. Sobre essa modificação, com a expressiva incorporação de trabalhadores urbanos, é importante mencionar o estudo de Gláucio Ary Dillon Soares (1973), que demonstrou como esse grande aumento da participação eleitoral implicou em diferenças significativas com relação a 1933/1934: pela primeira vez os setores médios e inferiores das classes médias participaram em grande número, bem como um grande contingente de membros das classes trabalhadoras (SOARES, 1973, p. 59).

No caso do Rio Grande do Sul, também houve aumento significativo do eleitorado. O gráfico a seguir expressa o aumento da população e do eleitorado entre 1930 e 1955:

---

<sup>410</sup> TODA a obra social de Getúlio Vargas está inspirada no pensamento e sentimento cristãos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1º/10/1950, p. 18.

<sup>411</sup> GETÚLIO, as leis de amparo ao trabalhador e o trabalhismo. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 27/09/1950, p. 11.

Gráfico 3 – População e eleitorado inscrito no Rio Grande do Sul (1930-1955)

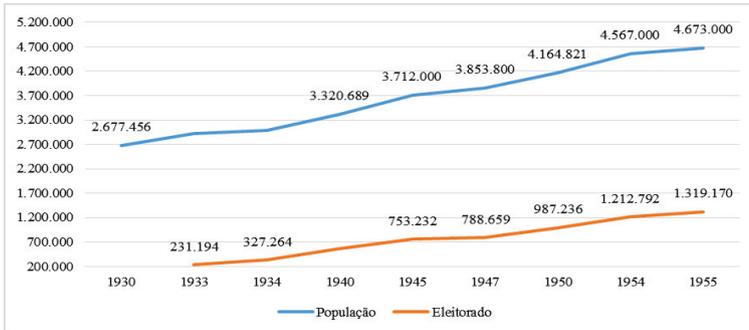


Gráfico elaborado pelo autor. Fontes: Censos do RS, 1803-1950. Porto Alegre: 1981 [FEE]; Anuário estatístico do Brasil. 1936; 1954; 1955. Situação demográfica. 1947. Situação administrativa e política. 1955 [IBGE].

O aumento do eleitorado inscrito não acompanhou simplesmente o crescimento populacional, pois verifica-se aumento na proporção de eleitores no conjunto da população, como expresso no gráfico a seguir:

Gráfico 4 – Proporção do eleitorado inscrito no Rio Grande do Sul sobre a população estimada (1933-1955)

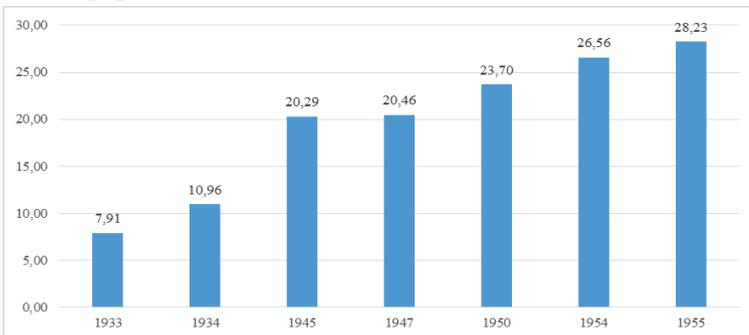


Gráfico elaborado pelo autor. Fontes: Censos do RS, 1803-1950. Porto Alegre: 1981 [FEE]; Anuário estatístico do Brasil. 1936; 1954; 1955. Situação demográfica. 1947. Situação administrativa e política. 1955 [IBGE]<sup>412</sup>.

<sup>412</sup> Os números relativos à população em 1930, 1933, 1934, 1945, 1947, 1954 e 1955 tratam-se de estimativas do IBGE, sendo os censos demográficos realizados em 1920,

Percebe-se, portanto, que a proporção de eleitores inscritos sobre o conjunto da população do Rio Grande do Sul praticamente dobra em 1945 com relação a 1934. De acordo com os dados estatísticos do Tribunal Superior Eleitoral (1950), 70% de sua população alistável foi efetivamente alistada para as eleições de 1945. Conforme informações do IBGE, isso representava 20,29% da população residente em 1945, chegando a 28,23% em 1955. A manutenção do alistamento *ex-officio*<sup>413</sup> é considerado o grande responsável por esse crescimento e um mecanismo pela qual se garantiu a incorporação de trabalhadores urbanos ao eleitorado como uma espécie de contrapeso urbano e industrial ao eleitorado das zonas rurais (FRENCH, 1998).

Observando os números do alistamento no Rio Grande do Sul para as eleições de 1945, é possível perceber o impacto da modalidade *ex-officio* especialmente para o caso da capital:

---

1940 e 1950. Há divergências na estimativa populacional de 1930: conforme uma das fontes consultadas, a população calculada para o Rio Grande seria de 3.057.775 habitantes em 1930. Mantendo-se esse número, os eleitores inscritos em 1933 e 1934 representariam 7,56% e 10,7% da população estimada em 1930, sendo, portanto, menores pressupondo-se o crescimento da população (IBGE. Anuário estatístico. 1936).

<sup>413</sup> Conforme o artigo 23 da Lei Agamenon: “Os diretores ou chefes das repartições públicas, das entidades autárquicas, paraestatais, ou de economia mista, os presidentes das seções da Ordem dos Advogados e os presidentes dos Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura enviarão ao Juiz Eleitoral, dentro de 15 dias antes da data fixada para o início do alistamento, relação completa dos funcionários e extranumerários, associados das entidades paraestatais, advogados, engenheiros e arquitetos, com as respectivas indicações de função, idade, naturalidade e residência”. Esse procedimento foi permitido, portanto, nas eleições de 1945 e 1947, sendo que o Código Eleitoral de 1950 passou a prever a obrigatoriedade do alistamento via requerimento do próprio eleitor.

Gráfico 5 – Alistamento no Rio Grande do Sul em 1945 (Capital e interior por modalidade)

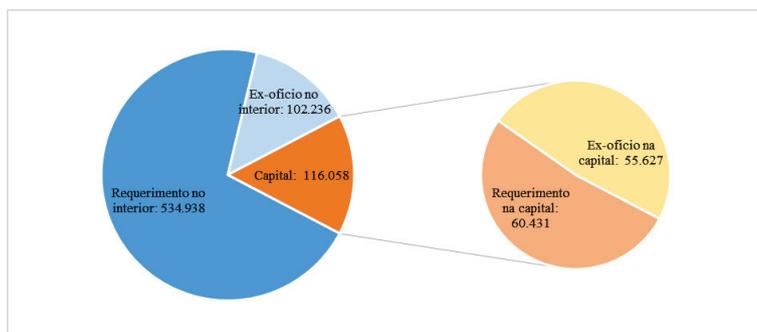


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: TSE. Dados estatísticos. Eleições federal, estadual e municipal realizadas no Brasil a partir de 1945. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950 [TRE-RS].

Se no interior do estado o alistamento *ex-officio* representou apenas 19% do total de alistados, na capital esta modalidade foi responsável por 47,9% do alistamento total. Assim, no caso de Porto Alegre é possível confirmar a percepção de que o alistamento *ex-officio* possa ter sido responsável por expressiva incorporação de trabalhadores urbanos ao eleitorado. No conjunto do Rio Grande do Sul, o aumento da proporção de eleitores com relação à população pode indicar, também, que ao longo da experiência democrática o eleitorado tenha gradualmente alterado seu perfil à medida que as atividades ligadas ao campo (agricultura e pecuária) foram reduzindo seu peso no conjunto da população economicamente ativa: se em 1940 as atividades rurais representavam 68,19% do total, em 1960 esse índice já havia caído para 53,49%. Outro dado a ser considerado é que entre os censos demográficos de 1920 e de 1960, a população rural do Rio Grande do Sul caiu de 73,57% para 55,64% do total.<sup>414</sup>

Apesar dos números que pressupõem um aumento da participação de camadas urbanas, outro aspecto demonstra que o eleitorado do Rio Grande do Sul era bastante complexo: a participação eleitoral dos

<sup>414</sup> Censos do RS, 1803-1950; 1960-1980. FEE, 1981, v. 1 e 2.

municípios com predomínio de população rural não sofreu grande alteração no período 1945-1955, como demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 6 – Municípios por faixas conforme índice de população em zonas urbanas e/ou suburbanas e seu percentual no total de votantes (Rio Grande do Sul, 1945 e 1955)

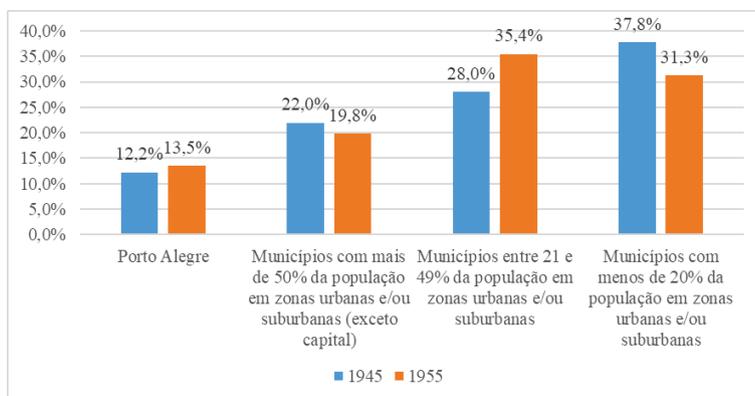


Gráfico elaborado pelo autor. Fontes: Censo Demográfico de 1950 [IBGE]; Resultados das eleições para presidente da República, 1945 e 1955 [TRE-RS].

O gráfico acima indica a ocorrência de pequenas alterações na participação no conjunto dos votantes dos municípios conforme seus índices de população residido em zonas urbanas e/ou suburbanas. Embora os municípios com menos de 20% da população nessas zonas tenham reduzido um pouco sua participação no conjunto dos votantes, e os municípios entre 21 e 49% tenham ampliado seu peso, o eleitorado dos municípios com maioria da população residente em zonas rurais continuava representando cerca de 65% dos votantes no Rio Grande do Sul após dez anos de experiência democrática, pois o eleitorado se ampliou tanto nas regiões mais urbanas e/ou suburbanas quanto nas zonas rurais.

Como consequência desse perfil de eleitorado no Rio Grande do Sul, as campanhas eleitorais visavam tanto ao eleitor das zonas urbanas e industriais quanto aos trabalhadores do campo. Mesmo o PTB, considerado um partido que se desenvolveu a partir de uma base exclusivamente urbana que mais tarde foi ampliando sua pene-

tração em cidades médias e do interior (SOUZA, 1976, p. 145), no Rio Grande do Sul buscou atender às demandas do eleitorado das zonas rurais desde o início. As origens *coloniais* de Pasqualini, foram constantemente aludidas nas campanhas eleitorais como forma de ligá-lo às demandas dos trabalhadores rurais: “Jamais uma candidatura repercutiu tão profundamente na chamada região colonial do Estado como a de Alberto Pasqualini. [...] Seu nome fala de perto ao coração dos homens que se dedicam aos rudes trabalhos da terra”, ressaltava a propaganda do PTB após o roteiro de Pasqualini pela região de colonização italiana em dezembro de 1946.<sup>415</sup> Na publicação que repercutiu o comício realizado em Caxias do Sul, o PTB destacou:

Sempre ignorado e esquecido e, não raro perseguido, o nosso laborioso agricultor [...] viu finalmente surgir um candidato que conhece de perto suas necessidades e aspirações e que fará um governo sempre atento ao desenvolvimento de nossa agricultura, pelo auxílio real e eficaz ao homem que vive entregue ao trabalho árduo da terra.<sup>416</sup>

Em 1950, o exame dos discursos pronunciados por Getúlio Vargas no seu roteiro final pelo interior do Rio Grande do Sul, deixa clara a forma como a campanha petebista tinha em Pasqualini o seu elo com a região colonial. A partir do comício de Erechim, em 20 de setembro, até o comício final em São Borja, em 30 de setembro, Vargas repete o mesmo padrão: saúda aos trabalhadores, ressalta iniciativas de seu governo para a região, pede votos para Ernesto Dornelles – candidato a governador a quem muito elogia – e, por fim, pede votos aos demais candidatos de forma genérica: “Para senador e deputados federais e estaduais, recomendo as chapas apresentadas pelo Partido Trabalhista Brasileiro, integradas por homens de real valor” (VARGAS, 1951, p. 534).<sup>417</sup> Em quase todos, não cita o nome de

<sup>415</sup> VERANÓPOLIS, Bento Gonçalves e Farroupilha aclamaram entusiasticamente o candidato do povo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09/12/1946, p. 7.

<sup>416</sup> ALBERTO Pasqualini recebeu verdadeira consagração em Caxias. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17/12/1946, p. 5.

<sup>417</sup> Os comícios da fase final da campanha, quando Vargas retornou ao Rio Grande do Sul, foram: Erechim, Passo Fundo, Carazinho, Santa Maria, Cachoeira do Sul, Santa Cruz do Sul, Caxias do Sul, São Jerônimo, Pelotas, Rio Grande, Bagé, Uruguaiana, Alegrete, Santana do Livramento, São Gabriel, Santo Ângelo e São Borja. Todos foram realizados entre 20 e 30 de setembro.

Pasqualini, com exceção de Carazinho, onde o menciona brevemente e em Caxias do Sul, principal cidade da região de imigração italiana, onde dedica parte de seu discurso a exaltar Pasqualini.

No comício de Caxias, o discurso centrado no trabalho é adaptado ao imaginário que remete aos pioneiros da imigração e Pasqualini é apresentado como seu descendente:

O sangue de vossos avós, pioneiros magníficos que atravessaram os mares, para o encontro desta pátria generosa, transformou-se em seiva nativa, para o milagre, que vossa geração revela e glorifica, do progresso e grandeza admiráveis de Caxias. O Rio Grande, formado de múltiplas correntes migratórias, não diferencia os seus filhos, pelas remotas procedências gentílicas. E nada ilustra melhor essa afirmativa do que apontar entre os mais significativos padrões de nossa gente, descendentes de vários pioneiros, donos e senhores de qualidades que sobremodo nos distinguem: aqui está ao meu lado, candidato do trabalhismo rio-grandense à mais elevada cadeira parlamentar da República, esse jovem idealista, que é Alberto Pasqualini” (VARGAS, 1951, p. 573).

Evidenciando a diversidade presente no eleitorado gaúcho, em determinados comícios da campanha petebista era concedida a palavra a representantes de diversos segmentos, buscando demonstrar a representatividade destes setores no partido. Foi assim no comício realizado em Porto Alegre em 29 de novembro de 1946. Na ocasião, discursaram o representante da Ala Acadêmica, o jovem estudante Leonel de Moura Brizola; o representante dos ferroviários, Manoel Mac Mahon Pontes; a secretária da Ala Feminina, Berenice Lamaison; o operário Leopoldo Machado; e o representantes dos agricultores, Guilherme Mariante. Sobre este último, a forma como a publicação do PTB na imprensa descreveu o momento de sua fala evidencia a tentativa de associar o partido também aos trabalhadores rurais: “Acontecimento único [...] na capital do Estado, verificou-se ontem no comício do PTB. Pela primeira vez [...] fez-se ouvir a palavra de um agricultor. Pela voz do Sr. Guilherme Mariante, os homens da lavoura [...] manifestaram sua solidariedade ao PTB”<sup>418</sup>

---

<sup>418</sup> PORTO Alegre assistiu ontem à noite no Largo da Prefeitura, a uma das maiores e mais vibrantes manifestações públicas já realizadas no Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30/11/1946, p. 5.

A categoria *povo*, entretanto, era a que sintetizava essa diversidade. Alberto Pasqualini seria, conforme a narrativa petebista, “o candidato que o povo escolheu”.<sup>419</sup> A candidatura também seria uma demonstração da sintonia de Getúlio Vargas com o *povo*: seu “gênio político” havia mais uma vez se sintonizado “com a alma popular” ao lançar, na convenção do PTB, a candidatura de Alberto Pasqualini – “nome que já vivia latente no coração do povo – à suprema governança do Estado”.<sup>420</sup> Essa suposta sintonia entre o *povo* e os líderes petebistas seria a garantia de um governo que atendesse às demandas populares: “Pode garantir, antes que prometer, ao povo o governo que o povo de fato necessita”.<sup>421</sup>

De acordo com a abordagem de Francisco Weffort (1965) acerca da participação política das *massas* no Brasil, a implantação do regime democrático, em 1945, deparou-se com a tarefa de incorporar as *massas populares* ao processo político: “A importância das formas democráticas está em que legalizem, embora de maneira restrita, a possibilidade de que as insatisfações populares alcancem, com certa autonomia, o poder e interfiram no seu funcionamento” (WEFFORT, 1965, p. 164). Segundo Weffort (1965), a partir de 1945, qualquer político que pretendesse conquistar postos no Poder Executivo, ao menos, não poderia escapar de prestar contas ao eleitorado ou esquivar-se das *expectativas populares*. Entretanto, para o autor, as noções de *massa* e *povo* seriam demasiadamente abstratas e descreveriam apenas superficialmente o fenômeno do populismo, pois este deveria ser compreendido como expressão política de interesses determinados de classe: o populismo é um fenômeno de massas porque classes sociais determinadas, em dadas circunstâncias históricas, tomam a aparência de massa – formando grandes contingentes da população politicamente disponíveis (WEFFORT, 1965, p. 174).

---

<sup>419</sup> COESO o Rio Grande do Sul em torno de Alberto Pasqualini. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11/12/1946, p. 3.

<sup>420</sup> ALBERTO Pasqualini, o candidato do Rio Grande, falará hoje ao povo de Carasinho. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27/12/1946, p. 5.

<sup>421</sup> O POVO Rio-Grandense com Alberto Pasqualini! *Correio do Povo*, Porto Alegre, 31/12/1946, p. 7.

Sobre a relação entre populismo, interesses de classe e a categoria *povo*, é interessante observar a interpretação de Ernesto Laclau (1978). Para o autor, “o que transforma um discurso ideológico em populista é uma forma peculiar de articulação das interpelações populares-democráticas como um conjunto sintético-antagônico com relação à ideologia dominante” (LACLAU, 1978, p. 179). Como exemplo disso, o autor analisa o caso brasileiro, onde o populismo teria consistido em condensar em um sujeito histórico o conjunto das interpelações que expressavam a oposição ao bloco de poder oligárquico – democracia, industrialismo, anti-imperialismo – e em constituir seu antagonismo potencial no liberalismo (LACLAU, 1978, p. 180).<sup>422</sup>

Partindo da análise de Francisco Weffort sobre a incorporação das *massas populares* ao processo político, Miguel Bodea (1992, p. 203-204) salienta que a Revolução de 1930 teria substituído, no seio da classe dominante, o núcleo oligárquico tradicional por uma nova elite, de formação positivista, portadora de um projeto reformador e modernizante e liderada por Getúlio Vargas, conquistando o apoio, primeiro passivo depois ativo, das camadas populares. Incorporando as reflexões de Ernesto Laclau, Bodea considera o PTB do Rio Grande do Sul como o principal canal de expressão do apoio popular ao projeto nacional-desenvolvimentista de Vargas: o trabalhismo, e especialmente o trabalhismo gaúcho, evoluiu em direção a uma “síntese das interpelações popular-democráticas gestadas na luta anti-oligárquica”, conquistando o apoio majoritário das classes subalternas (BODEA, 1992, p. 208).

O uso da noção de populismo como chave explicativa para o período de 1945 a 1964 na política brasileira e, especialmente, para a adesão das camadas populares ao getulismo e ao trabalhismo, passou por uma revisão historiográfica importante nas últimas décadas. A

---

<sup>422</sup> As interpelações populares são apresentadas sob a forma de antagonismo e isto constitui a especificidade populista: o populismo surgiria historicamente ligado a uma crise do discurso ideológico dominante – parte de uma crise mais geral, que pode ser resultado de uma cisão no bloco de poder, em que uma classe ou ração necessita apelar ao povo contra a ideologia para afirmar sua hegemonia; ou resultado de uma crise na capacidade do sistema para neutralizar os setores dominados (LACLAU, 1978, p. 182). Em obra mais recente, Laclau (2013) apresentou uma perspectiva diferente sobre o populismo, o que será abordado na sequência.

ideia de pacto trabalhista, defendida por Angela de Castro Gomes (2013, p. 47), propõe pensar as relações entre Estado e classe trabalhadora entendendo-os como atores desiguais, mas sem cair na visão de um Estado todo-poderoso ou de uma classe trabalhadora passiva. Além disso, determinada utilização do conceito de populismo teria a desvantagem de não considerar a especificidade e a historicidade dos diferentes projetos políticos do período (FERREIRA, 2012, p. 319). Para Jorge Ferreira (2005, p. 376), a capacidade de mobilização do PTB não foi casual ou arbitrária, tampouco resultou de uma manipulação, mas sim da capacidade do partido em canalizar as demandas operárias e populares e estabelecer uma interlocução entre Estado e classe trabalhadora.

Se esta revisão do conceito de populismo indica a necessidade de compreender o período 1945-1964 para além dos modelos interpretativos anteriormente difundidos, especialmente abandonando a noção de *manipulação*, como propõe Jorge Ferreira (2013, p. 109), não se pode negligenciar uma questão central na compreensão da experiência democrática: o impacto da emergência das classes populares no cenário político brasileiro. A propaganda petebista nas campanhas eleitorais de Pasqualini indica a necessidade de entender o lugar do *povo* na política como uma questão-chave na compreensão da experiência democrática.

Para prosseguir, um caminho possível é recorrer a última obra de Ernesto Laclau (2013): *A razão populista*. Nela, o populismo é entendido como uma lógica política – e um caminho para compreensão da constituição ontológica do político enquanto tal. Para Laclau, o populismo diz respeito à constituição de um povo, não como o conjunto da população, mas como uma *plebs* que reivindica ser um *populus*. Como a noção de antagonismo é central em sua noção de populismo, a divisão da sociedade em dois campos leva à necessidade de constituir um povo, ou seja, aludir a um componente parcial como uma totalidade legítima: “Para termos o ‘povo’ do populismo, [...] precisamos de uma *plebs* que reivindica ser o único *populus* legítimo, uma parcialidade que quer funcionar como totalidade da comunidade” (LACLAU, 2013, p. 134-135).

Apontando como a fragilidade das teorias clássicas de representação política o fato de a maior parte delas ter concebido a “vonta-

de do povo” como algo preexistente, ou seja, constituído antes da representação, Laclau (2013, p. 239) salienta que o representante não se limita a simplesmente transmitir a vontade dos representados de forma passiva. Ao contrário, o representante acrescenta algo aos interesses de quem ele representa, o que acaba por se refletir na identidade dos representados, e, portanto, “o representado depende do representante para a constituição de sua própria identidade” (LACLAU, 2013, p. 232). Não somente a “vontade do povo” não se constitui como algo anterior à representação política, como o próprio “povo” não se constitui sem a operação dos mecanismos de representação (LACLAU, 2013, p. 236).

Conforme Laclau (2013), a emergência do povo depende de algumas variáveis. Partindo de sua unidade mínima de análise, a categoria de “demanda social”, desenvolve a ideia de que as demandas isoladas se articulam pela lógica da equivalência (constituindo “demandas populares”), que juntamente com a formação de uma fronteira antagonista interna (que separa povo e poder, dividindo a “cena social” em dois campos) constituem condições necessárias à emergência do povo. O autor destaca que “é por meio da demonização de um setor da população que a sociedade se apodera da noção de sua própria coesão” (LACLAU, 2013, p. 118-119). As diferenças se equivalem em sua comum rejeição à identidade excluída, num processo onde a equivalência subverte a diferença – razão pela qual toda identidade é construída na tensão entre a lógica da diferença e a lógica da equivalência.

Soma-se a isto um processo de unificação simbólica através de um significante vazio: para Laclau (2013, p. 142) essa divisão em dois campos pressupõe a presença de “alguns significantes privilegiados que condensam em si o significado de todo um campo antagonico (para o inimigo, o ‘regime’, a ‘oligarquia’, ‘os grupos dominantes’ etc; e para a massa oprimida, o ‘povo’, a ‘nação’, a ‘maioria silenciosa’ etc”). Chamando atenção para o processo de condensação de uma pluralidade de laços (das demandas individuais) em torno de uma identidade popular, Laclau (2013, p. 152-153) destaca a importância de um denominador comum capaz de incorporar a totalidade da série e que, proveniente da própria série, só pode ser uma demanda individual que adquire centra-

lidade. Esta continua sendo uma demanda particular, mas sua particularidade “passa a significar algo muito diferente de si mesma: a totalidade da cadeia das demandas de equivalência”.<sup>423</sup>

Conceber o povo como algo não dado, mas sim como fruto de uma constituição, fornece uma chave para a compreensão das interpelações de quem justifica seu posicionamento político alegando ser “o candidato do povo” e, portanto, falar em seu nome.

É importante salientar que o termo *povo* não era utilizado apenas por Pasqualini na campanha eleitoral de 1947. O candidato da coligação PL-UDN, Décio Martins Costa, foi apresentado na propaganda via imprensa, em mais de uma ocasião, como *candidato do povo*. Como em 17 de dezembro: “Vota em Décio Martins Costa – que é o candidato do povo; que conhece as tuas necessidades”.<sup>424</sup> Esse *povo*, porém, encontra seu sentido se observarmos com atenção a publicação de 20 de dezembro: *O povo gaúcho já escolheu: Décio Martins Costa é o seu candidato*. Referindo-se à visita do candidato a Alegrete, a publicação do PL utiliza termos como *nossa terra, nossa gente, o povo gaúcho sabe escolher*.<sup>425</sup> No caso da propaganda de Décio Martins Costa, o *povo* é o conjunto do povo rio-grandense, o *populus* gaúcho.

Embora tanto a propaganda do PTB sobre Pasqualini quanto os discursos do próprio candidato apelem, em diferentes ocasiões, para este *povo* como conjunto dos rio-grandenses, de todas as classes sociais, e portanto de forma similar às publicações do PL, no caso da campanha petebista o sentido do termo *povo* vai caminhando em direção ao de uma *plebs* que se quer como *populus*. A categoria *povo*,

<sup>423</sup> O significante vazio expressa e constitui a cadeia de equivalência, mas a formulação de Laclau se baseia, por razões heurísticas, num pressuposto (irreal) de que a fronteira interna (que estabelece o antagonismo) permanece sem deslocamentos. Frente a isso, o autor encaminha o conceito de significante flutuante, pressupondo uma fronteira cambiante devido à pressão que as mesmas demandas sofrem de projetos hegemônicos rivais: nesses casos, mais de uma força antagônica busca constituir o povo como ator histórico, levando à necessidade de se considerar esses significantes de sentido contingente que se encontram entre fronteiras alternativas de equivalência (LACLAU, 2013, p. 197-198).

<sup>424</sup> PARTIDO Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17/12/1946, p. 5.

<sup>425</sup> O POVO gaúcho já escolheu: Décio Martins Costa é o seu candidato. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20/12/1946, p. 5.

tanto nos discursos de Pasqualini quanto na propaganda do PTB, abarca e condensa uma diversidade de categorias que dizem respeito às camadas mais pobres da população.

Em sua mensagem de final de ano, em 1946, transmitida pela rádio Farroupilha, Pasqualini apela aos pobres: “A hora dos que sofrem, a hora dos pobres e dos aflitos; a hora de todos aqueles que aguardam a reparação das injustiças e a concretização da oportunidade de uma existência melhor [...] que, na realidade, tem sido apenas o privilégio de poucos”. O *povo* ao qual Pasqualini referia teria compreendido que era a sua própria causa que estava sendo defendida pela candidatura, ao contrário dos adversários, classificados como “velha política”: “Cansado de tanta miséria material e moral, de tanta exploração e de tanto sofrimento, se apercebeu que é chegado o momento de alijar a velha política e de assumir a direção dos seus próprios destinos”.<sup>426</sup>

No discurso de lançamento de sua candidatura, em 12 de novembro de 1946, Pasqualini havia remetido a sua infância e adolescência “entre os humildes trabalhadores e agricultores”, na qual teria compartilhado de suas dificuldades e aflições. Dizia jamais imaginar que a ele pudesse ser reservado “vir a ocupar esta posição de combate em defesa de sua causa”. Após buscar essa identificação com os *humildes*, o termo *povo* aparece:

Não se melhoram as condições de vida do *povo* apenas com frases e boas intenções. [...] O grande erro de muitos políticos é não compreenderem que *o povo quer coisas simples. O povo quer pão, quer leite, quer carne, quer poder vestir-se e ter uma casa decente para morar. O povo quer meios de trabalho, quer escolas e hospitais; quer honestidade, lealdade e justiça* [grifos do autor].<sup>427</sup>

Em seguida, Pasqualini estabelece uma distinção entre as categorias *povo/trabalhadores* e *ricos/abastados*: “Tudo, aliás, que se

---

<sup>426</sup> MENSAGEM de Ano Novo do candidato do povo rio-grandense, Dr. Alberto Pasqualini. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 1º/01/1947, p. 2.

<sup>427</sup> DISCURSO do candidato do PTB: “Devemos voltar as nossas vistas para aqueles que não têm terras, não têm morada, não têm sequer um lugar onde morrer”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/11/1946, p. 4.

fizer em benefício do povo será feito em favor dos trabalhadores, pois é destes que se constitui a grande massa da população. Os ricos e os abastados, formam uma minoria”. Para ele, o Estado deveria proteger os primeiros, pois os segundos não precisavam de tal proteção embora seus empreendimentos econômicos merecessem a atenção. Nesse discurso, Pasqualini fez uma menção especial aos trabalhadores rurais, defendendo a assistência “ao pequeno agricultor, ao colono, ao granjeiro, ao pequeno criador”: “Devemos impedir que os agricultores e trabalhadores rurais sejam explorados e humilhados, que lhes arrebatem as terras ou o produto do trabalho”. Quanto aos que não possuíam meios de trabalho e subsistência, a solução estaria na criação de colônias agrícolas. É nesse momento, que Pasqualini salienta: “Devemos, por fim, voltar as nossas vistas para aqueles que não têm terras, não têm moradia, não têm sequer um lugar onde morrer, para esses deficitários da vida sobreviventes da fome, da tuberculose, da miséria”. A frase, que no discurso de Pasqualini referia-se apenas aos que não tinham nem terra nem trabalho, e não ao conjunto dos trabalhadores rurais ou mesmo ao conjunto das camadas populares, foi utilizada pelo PTB como um recurso de interpelação, título daquela publicação no *Correio do Povo: Devemos voltar as nossas vistas para aqueles que não têm terras, não têm morada, não têm sequer um lugar onde morrer*.<sup>428</sup>

Destinada aos “trabalhadores das cidades, da campanha e das colônias”, a fala de Pasqualini na propaganda do PTB veiculada na rádio Farroupilha dizia ter como objetivo conter palavras de solidariedade e conforto “a todos esses pobres e humildes rio-grandenses” “na miséria e no abandono”: “Eles, porém, não nos podem ouvir, porque as maravilhas da técnica e do progresso lhes são totalmente inacessíveis. Nos ranchos, nos casebres, nos cortiços [...], essa mensagem não pode ser ouvida”. Por fim, Pasqualini dizia defender a “causa dos humildes e dos desprotegidos”.<sup>429</sup>

<sup>428</sup> DISCURSO do candidato do PTB: “Devemos voltar as nossas vistas para aqueles que não têm terras, não têm morada, não têm sequer um lugar onde morrer”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/11/1946, p. 4.

<sup>429</sup> MENSAGEM do candidato do povo a todo o Rio Grande. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/11/1946, p. 3.

Na campanha para governador, em 1954, esse tipo de argumentação seria retomado com força. No discurso-plataforma, lido por Pasqualini, são referidos “os que lutam pelo pão de cada dia, de todos os que vivem de salários”. Reafirmando o programa de 1947, Pasqualini defende que governo teria o dever de proteger “os mais fracos e os humildes”, dando atenção aos trabalhadores urbanos e rurais, sobretudo para os pequenos agricultores, mas também zelar pelos “desprotegidos da sorte, da infância, dos desvalidos, dos indefesos, dos desamparados”. Novamente, busca se identificar com o eleitorado mais pobre devido a suas origens: “Venho dessa gente humilde e laboriosa e disso muito me orgulho e desvanço”.<sup>430</sup>

O desenho desse antagonismo, entretanto, aparece de forma sutil em determinados momentos, situada entre a oposição liberal ao getulismo e ao trabalhismo, como UDN e PL, e os políticos pessedistas que não fizeram o caminho em direção ao PTB junto com Getúlio Vargas. As campanhas eleitorais petebistas, assim, reconvertem o discurso anti-oligáquico e anti-liberal que justificou o Estado Novo na lógica da mobilização eleitoral. Na convenção que definiu Pasqualini como candidato a governador pelo PTB, em novembro de 1946, o discurso de Loureiro da Silva destacou a oposição entre PTB e PSD. Loureiro fez um relato das dificuldades encontradas na estruturação do PTB no Rio Grande do Sul nos meses precedentes, tendo de um lado o “oficialismo largamente vitorioso” [PSD] e as “oposições dismanteladas” [UDN, PL], e de outro, o PTB sem uma direção eficiente e “com as suas massas eleitorais absorvidas pelos políticos mais experimentados da facção dominante”.<sup>431</sup>

Segundo a argumentação de Loureiro, foi preciso que se modificassem os quadros de comando e “se estabelecesse uma linha divisória nítida entre os postulados fundamentais que defendia [o PTB] e o reacionarismo dos partidos burgueses, do capitalismo individualista”. Desse modo, não deveria se permitir que o projeto

---

<sup>430</sup> O RIO Grande decidirá se deseja seguir o caminho da paz e da justiça social ou retrogradar a uma política vazia de conteúdo humano. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25/07/1954, p. 11.

<sup>431</sup> SOLENEMENTE lançada, ontem, a candidatura Alberto Pasqualini ao governo do Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/11/1946, contracapa.

iniciado em 1930 fosse bruscamente interrompido pelo golpe de 28 de outubro de 1945 [deposição de Getúlio Vargas]: “Era muito mais natural que se deixasse ao povo a livre escolha do seu destino, não lhe impondo a pressão do capitalismo alienígena a que o sr. Getúlio Vargas procurara subtrair a nação, dando-lhe autonomia econômica, maioria industrial e um sentido social trabalhista”.<sup>432</sup> Assim, Getúlio Vargas é a figura central no estabelecimento dessa fronteira antagonica.

No comício de 29 de novembro, é o próprio Getúlio Vargas que estabelece o antagonismo, ao protestar com veemência:

Fui vítima dos agentes da finança internacional que pretende manter o nosso país na situação de simples colônia, exportadora de matérias primas e compradora de mercadorias industrializadas do interior. [...] Não podem perdoar-me os usufrutuários e defensores de *trusts* e monopólios que meu governo houvesse arrancado das mãos de um sindicato estrangeiro, para restituí-lo sem ônus ao patrimônio nacional o Vale do Rio Doce [...] contendo uma das maiores jazidas de ferro do mundo. [...] Era contra os interesses da finança internacional a industrialização progressiva e rápida do Brasil.

Com esse discurso, de grande repercussão, Getúlio Vargas definia o capital financeiro internacional como um inimigo para materializar o *capitalismo individualista* tão presente nos discursos de Pasqualini. Presentificando o eixo central do discurso petebista, a ideia de que quem estava contra Getúlio estava contra o *povo* porque Getúlio estava com o *povo*, o próprio Getúlio Vargas se apresenta como estando ao lado do *povo*: “Tendo que optar entre os poderosos e os humildes, preferi os últimos”, destacou no comício de 29 de novembro. E por fim, deixava claro mais uma vez sua oposição à “velha democracia liberal”, que para ele estava em declínio por ter “seu fundamento na desigualdade”.<sup>433</sup>

---

<sup>432</sup> SOLENEMENTE lançada, ontem, a candidatura Alberto Pasqualini ao governo do Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/11/1946, contracapa.

<sup>433</sup> EM DISCURSO destinado à ampla repercussão, o Sr Getúlio Vargas, além de se filiar definitivamente ao PTB, examinou o panorama de seu governo e criticou a orientação e as medidas postas em prática pelos seus sucessores. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30/11/1946, contracapa.

Operando nessa lógica discursiva, Pasqualini, ainda no comício do final de novembro de 1946, se manifesta repartindo a cena política com uma alegoria que remete às águas: “De um lado, permanecem estagnadas as águas do passado [...] águas em que o povo já não quer mais navegar. De outro lado, está se formando a nova caudal, a caudal trabalhista [...] a cada dia mais se avoluma para constituir o grande estuário dos ideais e das esperanças do povo”. No discurso, Pasqualini acusa seus adversários de terem uma postura fatalista diante das desigualdades, e por esta razão as soluções propostas por ele e pelo PTB não agradariam às “chamadas correntes tradicionalistas ou conservadoras”, que davam a entender em seus pronunciamentos que as desigualdades sociais seriam uma “fatalidade da natureza”. E completava: “Se há fome e privações em muitos lares [...], milhares de criaturas vivem na mais completa miséria [...], enquanto os beneficiários dos lucros extraordinários amontoam fortunas [...], nos tranquilizam nossos felizes contendores – são ‘meras contingências da natureza humana’. Por fim, a lógica do antagonismo se afirma: “Para os que nos criticam, porém, procurar socorrer o povo, cuidar dos seus problemas e de suas aflições [...] tudo isso não passa de ‘demagogia e de devaneios’ [...]. Os que assim pensam são remanescentes de outras eras. [...] Deles nada pode esperar o povo”.<sup>434</sup>

A partir de então, a propaganda do PTB passa a estabelecer esse antagonismo de forma cada vez mais clara. A publicação do partido em 28 de dezembro ressalta os dois lados da fronteira antagonica: “Deste lado da barricada, é a própria alma popular que vibra e comanda, [...] para luta pacífica do voto consciente [...] que há de libertar e redimir o povo do parasitismo político [...] e das sempre as mesmas e não cumpridas promessas de todas as campanhas eleitorais”.<sup>435</sup> Na lógica das interpelações petebistas, Vargas estava com o povo e quem estava contra Vargas estava contra o povo. Na propaganda petebista, o ex-presidente era, em muitos casos, a figura central a qual se associavam os candidatos a governador e a senador – Pasqualini e Salgado Filho:

<sup>434</sup> DISCURSO do Sr. Alberto Pasqualini. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30/11/1946, p. 5.

<sup>435</sup> PERDEM seu tempo os pedantocratas e fariseus. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28/12/1946, p. 7.

Imagem 73 – Panfleto do PTB na campanha eleitoral de 1947



Arquivo Salgado Filho. AP49. Cx 68, doc 51 [AN].

A segunda candidatura de Pasqualini ao governo do Rio Grande do Sul, em 1954, se dá em um contexto em que Getúlio Vargas, novamente presidente da República – eleito em 1950 – enfrenta forte oposição, em especial da UDN. Em tal conjuntura, os discursos apresentam mais claramente uma divisão da sociedade em dois campos antagônicos. No pronunciamento da sacada do Grande Hotel, logo após sua chegada a Porto Alegre em 22 de julho de 1954, Pasqualini afirma: “Nós também defendemos a democracia, mas não aquela democracia que é monopólio e privilégio das classes economicamente dominantes, mas sim a democracia onde se ouça também a voz do trabalhador”. No mesmo discurso, completava o raciocínio e interpelava mais uma vez *o povo*: “O povo decidirá nas urnas quem deve governar o Rio Grande, se as forças do conservadorismo nacional, aquelas que negam o salário mínimo ao trabalhador, ou as forças do progresso e da justiça social”.<sup>436</sup>

<sup>436</sup> O POVO decidirá quem deve governar o Rio Grande. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/07/1954, p. 7.

Neste discurso, que marca o início da última campanha de Pasqualini, percebe-se o antagonismo de forma mais nítida: de um lado, *o povo/trabalhador* e as forças políticas que estariam dispostas a ouvir a voz dos trabalhadores e comprometidas com a *justiça social*; no lado oposto, as forças políticas *conservadoras*, que estariam comprometidas com as *classes dominantes*. No pronunciamento seguinte, Pasqualini fez a leitura de sua plataforma política para aquele pleito. Mais uma vez, define uma oposição: contra o “maior de todos os tiranos”, que seria o “abuso do poder econômico”. Conforme o candidato petebista, essa tirania negava ao Estado a faculdade de intervir para corrigir as injustiças sociais invocando teorias do liberalismo econômico e manipulando-as de modo a identificá-las com o liberalismo político “a fim de dar a impressão de que toda a intervenção do Estado no campo econômico e social é atentar contra a democracia e a liberdade”.<sup>437</sup>

Completava-se o primeiro mês de campanha, com Pasqualini tendo cumprido poucos roteiros no interior, quando a crise política nacional culminou no suicídio de Getúlio Vargas. A partir de então, a carta-testamento de Vargas serviria de base para uma radicalização do discurso da campanha petebista. Conforme Carlos Cortés (2007, p. 231), embasado no depoimento de José Diogo Brochado da Rocha<sup>438</sup>, a campanha do PTB após o suicídio de Vargas teria se caracterizado pelos discursos inflamados e pelas ameaças de violência, que teriam sido lideradas pelo candidato ao Senado Ruy Ramos e pelo deputado federal Leonel Brizola. Isso teria assustado os eleitores moderados, que teriam migrado o voto para o candidato da Frente Democrática, Ildo Meneghetti (CORTÉS, 2007, p. 232). Miguel Bodea (1992, p. 124) apresenta a questão por outro viés: a exacerbação da propaganda da Frente Democrática contra o PTB teria surtido efeitos no eleitorado do interior e das classes médias urbanas, em detrimento de Pasqualini.

---

<sup>437</sup> O RIO Grande decidirá se deseja seguir o caminho da paz e da justiça social ou retrogradar a uma política vazia de conteúdo humano. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25/07/1954, p. 11.

<sup>438</sup> Na ocasião, candidato dissidente concorrendo pelo PSP.

No primeiro comício após o suicídio de Vargas, quando a campanha foi retomada na segunda semana de setembro de 1954, Pasqualini faz da carta-testamento um marco definidor: “[A carta] aponta o caminho que devemos seguir para realizar a grandeza do Brasil e o bem-estar do povo. Denuncia quais as forças que pretendem tolher a independência econômica da nossa pátria e riscar as garantias [...] que sua legislação social conferiu aos trabalhadores”. Sintetizando essas forças em um significante, Pasqualini ressalta: “Nada poderá deter a marcha inexorável do progresso social e da libertação do povo brasileiro dos *grilhões do capitalismo reacionário e especulador*” [grifos do autor]. E por fim, a busca por articular diferentes demandas no termo *povo*: “Um governo de inspiração social [...] tem obrigações a cumprir perante o povo, perante os trabalhadores das cidades, dos campos e das colônias”.<sup>439</sup>

Em uma campanha eleitoral sem alianças com outros partidos, e enfrentando a coligação de PSD, PL e UDN, Pasqualini apela, no discurso de encerramento daquela campanha eleitoral, a uma aliança com o *povo*: “Não temos aliados, mas isso não quer dizer que estejamos sós. Conosco está o povo, esse povo ofendido e humilhado justamente por aqueles que tinham o dever de respeitá-lo”. O comício, mais uma vez, demarcava o suposto encontro entre candidato e *povo*: “Vimos multidões engrossarem dia a dia, vimos homens e mulheres tomados de verdadeiro delírio e pudemos então compreender quão grande é a força de uma ideia que semeia esperanças no coração do povo”.<sup>440</sup>

Nota-se, tanto na propaganda do PTB quanto nos discursos de Pasqualini, que o significante *candidato do povo* remete a uma tentativa de articulação de demandas distintas porém específicas de determinadas parcelas da população: trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, populações rurais sem trabalho, e camadas difusas as quais se buscava interpelar com termos tais como *humildes, oprimidos*,

<sup>439</sup> DISCURSO de Alberto Pasqualini em Cruz Alta. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/09/1954, p. 6.

<sup>440</sup> DISCURSO em Porto Alegre no encerramento da campanha. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1º/10/1954, p. 19.

---

*desprotegidos, desamparados, mais fracos, os que não têm sequer um lugar para morrer, os que querem coisas simples, etc.* Apela, portanto, para camadas populares que estavam sendo gradativamente incorporadas às práticas eleitorais naquele momento. É o ponto onde se cruzam duas incitações: a que busca constituir um *povo* e a que visa a construir o eleitor – ao tentar atingi-lo no coração apelando às aflições que nele habitam.

## CAPÍTULO 4

# UM CANDIDATO MUITO BOM PARA GANHAR E ÓTIMO PARA PERDER

“Mais do que a vitória eleitoral deve preocupar-nos a vitória de nossas ideias e de nossa orientação. Não somos imediatistas e temos a certeza de que elas, as nossas ideias, hão de triunfar porque estamos dentro da linha de evolução do mundo” (Alberto Pasqualini. Discurso como candidato a governador na convenção estadual do PTB. 11/11/1946).

“Estávamos absolutamente crentes da vossa vitória nas urnas [...]. A despeito de haverdes sido eleito pela maioria dos eleitores politizados e conscientes, fostes, no entanto, superado pelos votos tanto inconscientes como reacionários e dirigidos pela reação organizada, cujo contingente eleitoral foi recrutado principalmente entre os ingênuos” (Carta do Centro Cívico Cultural Alberto Pasqualini – Porto Alegre. 07/11/1954).

A imprevisibilidade do futuro não impede que os envolvidos na disputa política, sejam eles apoiadores de candidatos, dirigentes partidários ou os próprios candidatos, bem como comentaristas da imprensa e analistas, façam cálculos e tentem prever os resultados de cada lance do jogo eleitoral – tanto como forma de avaliar os efeitos dos movimentos dos competidores quanto para calcular o esforço necessário para a obtenção da vitória. Em alguns momentos, as previsões assumem até mesmo uma forma esotérica. Viriato Vargas, irmão de Getúlio, fundou um jornal intitulado *Brasil-Portugal* no Rio de Janeiro em 1945. Às vésperas das eleições de 2 de dezembro daquele ano, seu periódico buscou promover o entusiasmo dos leitores com relação à candidatura a presidente de Eurico Gaspar Dutra (PSD) fazendo uso de previsões astrológicas: “Os mapas zodiacais publica-

dos no *Brasil-Portugal* revelam a posição exata dos planetas, no dia 2 de dezembro, amanhã, data estabelecida por um golpe fatal do destino para favorecer a um e derrotar a outro”.<sup>441</sup> Conforme os mapas astrais publicados nesse veículo de imprensa, Dutra seria eleito presidente derrotando o candidato da UDN, Eduardo Gomes. Os resultados obtidos pelas juntas apuradoras nos dias seguintes confirmaram a vitória do candidato do PSD, devido, entre outras razões, ao decisivo apoio do ex-presidente Getúlio Vargas anunciado na última semana antes do pleito.

A despeito desse caso pitoresco, as previsões recorrentes no meio político eram aquelas baseadas em diagnósticos e cálculos provenientes da observação dos movimentos dos adversários, da interpretação das características do eleitorado e da avaliação das forças em disputa. Em suma, diagnósticos e prognósticos embasados na experiência política. Um dos senadores eleitos no Rio Grande do Sul em 1954, Daniel Krieger (UDN) apresenta em seu livro de memórias dois exemplos de cálculos – baseados no saber-fazer da política e não em previsões astrológicas – pelos quais se buscava prognosticar os resultados e orientar decisões: o primeiro sobre as eleições de 1945; o segundo sobre a derrota de Alberto Pasqualini em 1954. No primeiro, relata um episódio com lideranças udenistas:

Após a queda do ditador [Getúlio Vargas], vieram a Porto Alegre os drs. Oswaldo Aranha e Valdemar Fernandes, para auscultarem a conveniência ou não do adiamento das eleições. No Grande Hotel, consultaram o General Flores da Cunha sobre qual seria o resultado das eleições no Rio Grande do Sul. O ex-governador, ausente do Estado durante os anos de exílio, superestimava as nossas possibilidades, acreditando na vitória. O Dr. Oswaldo Aranha, descendo do apartamento, encontrou-me no hall: – Valdemar, vamos obter uma informação real da situação. Daniel, qual o teu prognóstico sobre as eleições no Estado? – Seremos derrotados por larga margem. O Dr. Valdemar replicou: – Não tem importância, São Paulo cobrirá a diferença do Rio Grande e de outros Estados. Infelizmente eu estava certo e o eminente professor incorria em erro (KRIEGER, 1976, p. 68-69).

---

<sup>441</sup> O QUE dizem os astros sobre as eleições de amanhã. *Brasil-Portugal*, Rio de Janeiro, 1º/12/1945, capa.

Aquele era um momento de mudanças na dinâmica política, especialmente pela ampliação e pela modificação do perfil do eleitorado. Voltando às disputas eleitorais depois de um jejum de mais de uma década e ainda sem contar com pesquisas capazes de apontar prognósticos e indicar mudanças nas intenções de votos ao longo das campanhas, essas lideranças políticas precisavam fazer suas próprias previsões e cálculos que, em parte, embasavam tomadas de decisão. Quando, no primeiro mês de campanha das eleições de 1954, Getúlio Vargas se suicidou, diversas lideranças e comentaristas previram uma vitória do PTB no Rio Grande do Sul, o que não aconteceu. Conforme Daniel Krieger (1976, p. 92), seu cálculo teria sido certo: “No dia da eleição, encontrei-me com o senador Alberto Pasqualini. Éramos amigos. Fora meu professor. Pediu meu prognóstico: – Vais perder a eleição pela margem de 30 a 35 mil votos. Não acreditou. A diferença foi de 32 mil votos”. É possível que, em suas memórias, Krieger tenha dado uma ênfase maior a sua capacidade de prognosticar resultados eleitorais, mas o que importa nisso tudo é pensar como esses cálculos e, com as sucessivas eleições, como a análise das causas das vitórias e das derrotas evidenciam a leitura que os candidatos e dirigentes partidários faziam acerca do cenário eleitoral e dos possíveis movimentos futuros.

Pasqualini concorreu em 1954 sem que o PTB estabelecesse alianças com outras siglas. Em 1947, a sua candidatura havia sido fruto da fusão entre a USB e o PTB. No mesmo pleito, o PSD concorreu com Walter Jobim, que teve o apoio do PRP e do PCB. O PL lançou Décio Martins Costa em aliança com a UDN. Havia, portanto, uma divisão das principais forças políticas em três candidaturas. Em 1950, o PTB elegeu Ernesto Dornelles em aliança com o PSDA (dissidência do PSD) e com o PSP, derrotando o candidato do PSD, Cylon Rosa, que concorria em aliança com a UDN e o PRP. O PL novamente lançou candidato a governador, Edgar Schneider, dividindo as forças anti-PTB. Em 1954, quando o PTB definiu a candidatura de Pasqualini, já não havia opção de alianças: PSD, PL e UDN haviam se unido na Frente Democrática lançando Ildo Meneghetti; o PRP havia definido a candidatura própria com Wolfran Metlzer; e o PSP acabou lançando José Diogo Brochado da Rocha a governador. A derrota de

Pasqualini para Meneghetti, que se explica também por outros fatores, como veremos adiante, evidenciou para as lideranças petebistas a necessidade de se contar com alianças interpartidárias.

Pasqualini já havia sido alertado, antes de ser definido como candidato pela convenção do PTB, das dificuldades que enfrentaria naquela disputa. Seu amigo César Todeschini, advogado em Porto Alegre, enviou sua percepção por carta em 20 de abril de 1954: “Fala-se aqui que vais ser o candidato à governança estadual. Minha opinião, talvez sem valor, é que há perigo de perderes, com prejuízo para teu prestígio. A desilusão e a descrença no PTB são enormes”.<sup>442</sup> Em 21 de maio, novamente Todeschini envia uma carta, desta vez considerando a possibilidade da cisão de José Diogo Brochado da Rocha: “Hoje ocorreu um boato: Adhemar vai apresentar pelo PSP a candidatura de José Diogo... No meu modo de ver as cousas se passarão da seguinte forma: Surgindo a tua candidatura (sem a do Diogo pelo PSP) é possível e talvez provável ganhar, mas não com grande margem”.<sup>443</sup> Após essa derrota, o próprio Pasqualini apontaria como estratégica uma aproximação com siglas menores para vencer as eleições estaduais. Em carta a Brusa Neto, datada de 13 de outubro de 1955, logo após as eleições municipais, Pasqualini faz o seguinte diagnóstico:

O que se percebe é que o eleitorado trabalhista se mantém mais ou menos constante, pelo menos até agora. Há, no Rio Grande, um equilíbrio de forças, de modo que a vitória é sempre residual, o que a faz depender do elemento flutuante ou de partidos tipo PRP. Quem contar com ele, poderá ter a certeza da vitória no próximo round.<sup>444</sup>

Nessa carta, Pasqualini também destaca a ascensão de Leonel Brizola, eleito prefeito de Porto Alegre naquele ano. Para as eleições de 1958, o PTB o lançaria candidato a governador do Rio Grande do Sul estabelecendo uma aliança com o PRP, que indicaria o candidato ao Senado, Guido Mondin (CÁNEPA, 2005). As sucessivas disputas eleitorais e seus resultados foram possibilitando diagnósticos e prognósticos, nas análises de candidatos e lideranças partidárias, capazes

<sup>442</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Carta de César Todeschini a Alberto Pasqualini. 20/04/1954.

<sup>443</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Carta de César Todeschini a Alberto Pasqualini. 21/05/1954.

<sup>444</sup> AAP-PMI. Pasta 27.1. Carta de Alberto Pasqualini a João Brusa Neto. 13/10/1955.

de incidir na formação de alianças, nos movimentos que viabilizam ou não as candidaturas e nas decisões pelas quais se ganha ou se perde uma eleição. Mas Pasqualini, embora vitorioso na candidatura ao Senado em 1950, perdeu as duas eleições para governador que disputou: em 1947 e em 1954.

Em sua obra sobre o trabalhismo no Rio Grande do Sul, Miguel Bodea (1992) definiu alguns fatores explicativos para tais derrotas. Sobre 1947, destaca cinco fatores: 1) Apoio da máquina pública estadual ao candidato oficial; 2) Estrutura incipiente do PTB nos pequenos municípios do interior; 3) Hostilidade de setores da Igreja Católica; 4) Peso da aliança PSD-PRP nas regiões de colonização alemã e italiana; 5) Divisão do voto operário urbano com o apoio do PCB a Jobim. No caso de 1954, o autor salienta: 1) A radicalização da campanha após o suicídio de Vargas e os ataques das forças conservadoras diante disso; 2) O estado de saúde precário de Pasqualini; 3) O desgaste do governo Dornelles; 4) O apoio dos comunistas no final daquela campanha eleitoral, somada à hostilidade de setores do clero, afastando o eleitorado do interior e das classes médias urbanas (BODEA, 1992, p. 123-124). Ao longo desse capítulo, esses fatores explicativos serão retomados e reavaliados a partir de fontes levantadas para a presente tese.

Algumas perguntas orientam os subcapítulos que seguem: como as derrotas eleitorais de Pasqualini foram interpretadas pelo candidato e pelas lideranças políticas daquele período? O que os dados das eleições de 1947, 1950 e 1954 demonstram a respeito dos fatores tidos como explicativos dos resultados? Em um ambiente marcado pelo anticomunismo católico, como se deu a relação entre Pasqualini, a Igreja e a Liga Eleitoral Católica? Como o clero e os grupos católicos influenciaram as campanhas eleitorais? Que fatores explicam a vitória de Pasqualini na candidatura ao Senado em 1950? Quais as relações entre Pasqualini e os comunistas e como os setores anticomunistas o associaram ao comunismo?

Quando Pasqualini foi escolhido para concorrer pela segunda vez a governador pelo PTB, em junho de 1954, o deputado federal Ruy Ramos manifestou à imprensa: “É uma candidatura muito boa para ganhar e até ótima para perder”. Isso porque, nas palavras de

Ramos, mesmo em caso de derrota eleitoral, a campanha de Pasqualini seria benéfica para “a definitiva estruturação doutrinária do PTB”.<sup>445</sup> Retomando a discussão sobre o papel educativo das campanhas eleitorais, defendido por Pasqualini, este capítulo encerra com uma reflexão sobre a tensão existente entre esse aspecto programático e os constrangimentos e limites daquela experiência democrática, a partir da análise da correspondência de Pasqualini sobre as eleições de 1954.

#### 4.1 Diagnósticos, resultados, repercussões

O dia das eleições marcava o fim do período de campanha eleitoral. Nas semanas seguintes, tinha início o longo trabalho das juntas apuradoras, abrindo-se cada envelope e registrando-se os votos indicados nas cédulas. Os resultados parciais iam sendo divulgados pela imprensa a cada dia até a definição matemática dos resultados, alguns dias depois, e até o cômputo final mais de duas semanas após o pleito. À medida que tais resultados eram divulgados, as lideranças políticas emitiam opiniões sobre o cenário político que se delineava e as causas da derrota e da vitória. A correspondência entre tais lideranças também se dava em profusão nesses dias e os telegramas eram uma forma rápida de se trocar informações a longas distâncias. Entretanto, o envio dos resultados das urnas de determinadas localidades por chefes políticos locais ou regionais aos candidatos ou às lideranças nacionais cumpria não apenas uma função informativa, sendo também uma espécie de prestação de contas: os números obtidos seriam a coroação do trabalho realizado durante a campanha eleitoral e, não raras vezes, uma demonstração de lealdade, como os telegramas recebidos por Getúlio Vargas, por exemplo, evidenciam.<sup>446</sup>

Em telegrama enviado a Salgado Filho, Alberto Pasqualini comunica que havia sido derrotado por Walter Jobim (PSD) na eleição

---

<sup>445</sup> RUY Ramos e Pasqualini. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 19/06/1954, p. 2.

<sup>446</sup> CPDOC-FGV. GV c 1946.12.10/4. Documentos sobre as eleições de 19 de janeiro de 1947 no Rio Grande do Sul. 10/12/1946 a 27/03/1947. Destaque para os telegramas enviados por Dinarte Dornelles (Porto Alegre), Iris Valls (Uruguaiana), João Goulart (São Borja) e José Diogo Brochado da Rocha (Santa Maria).

para o governo estadual em janeiro 1947, mas que a vitória de Salgado ao Senado estava “completamente assegurada”. Apesar de sua derrota, Pasqualini não deixava de destacar a vitória do PTB em cidades como Porto Alegre, Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria e também em cidades importantes da fronteira como Bagé, São Borja e Santana do Livramento.<sup>447</sup> Desse último município, o deputado estadual Walter Peracchi Barcelos (PSD)<sup>448</sup> recebeu uma carta cujo remetente elabora razões para a derrota de seu partido no âmbito local. A missiva ressaltava uma divisão do voto conforme ocupações: “Funcionários, pequenos negociantes, bancários, trabalhadores da cidade votaram no PTB. Proprietários, trabalhadores rurais e alto comércio se dividiram entre PSD e UDN”. A carta também revela algo sobre as práticas dos partidos no dia do pleito, especificamente sobre o transporte de eleitores e serve de evidência de que tais práticas nem sempre surtem o efeito desejado: “O PSD transportou mais de dois mil eleitores, mas conseguiu apenas mil votos. Dr. Paulo Couto, candidato do PTB, aconselhou os quemistas a utilizarem o transporte do PSD”.<sup>449</sup>

No telegrama a Salgado Filho, Pasqualini já aponta o que teria causado sua derrota frente a Jobim: “A fase final de apuração faz prever [que o] candidato adversário terá a seu favor poucos milhares de votos conseguidos graças [à] ação facciosa do clero [nas] últimas 48 horas [que] precederam [às] eleições”.<sup>450</sup> Por sua vez, Loureiro da Silva encaminha suas impressões sobre os resultados do pleito a Getúlio Vargas, indicando também a atuação do clero como um fator explicativo. Na carta, Loureiro apresenta outro exemplo dos cálculos e estimativas dos envolvidos na competição eleitoral:

---

<sup>447</sup> AN. AP 49. Cx 57, pasta 1, doc 48. Telegrama de Alberto Pasqualini a Salgado Filho. 25/01/1947.

<sup>448</sup> Tenente-coronel da Brigada Militar, suplente de deputado estadual nas eleições de 1947, eleito para a Assembleia Legislativa em 1950 e 1954, concorreria a governador pelo PSD em 1958, sendo derrotado por Leonel Brizola. Foi governador do Rio Grande do Sul entre 1967 e 1971 (CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/walter-peracchi-barcelos>).

<sup>449</sup> AHRs. WPB. 12-12.2-036.19.7. Carta confidencial a Walter Peracchi Barcelos. 25/01/1947.

<sup>450</sup> AN. AP 49. Cx 57, pasta 1, doc 48. Telegrama de Alberto Pasqualini a Salgado Filho. 25/01/1947.

Estava convencido da nossa vitória por 30 mil votos; foi, entretanto, a ação dos capuchinhos que podia nos derrotar por uns 10 ou 18 mil votos e sua ação faria sentir justamente no nosso plantel na colônia italiana e no planalto [...]. As minhas piores previsões deram certo. Caíram eles sobre nós arrancando-nos mais de 40 mil votos. Teríamos vencido por uns 10 mil [...]. Todos os grandes centros industriais deram vitória espetacular para nós: Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Bagé, Santa Maria, Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo etc. [...] *Outro tabu que está destruído em parte é o dos padres: abrimos verdadeiras brechas em sua muralha colonial.* Apesar da violência de sua ação, a resistência colonial foi grande como poderá verificar pela votação. [...] O PTB é um fato no Rio Grande [grifos do autor].<sup>451</sup>

Assim como Pasqualini, Loureiro da Silva atribui a derrota à ação dos padres, especificamente à Ordem dos Capuchinhos. O próximo subcapítulo terá como tema a atuação da Igreja e de setores católicos na mobilização eleitoral e sua relação com as candidaturas de Pasqualini entre 1947 e 1954. Antes, no entanto, é preciso que se observe alguns aspectos de seus resultados eleitorais, começando pelo pleito de 1947 e partindo de algumas observações dessa carta de Loureiro. Finalizada a apuração, obteve-se o seguinte resultado:

Gráfico 7 – Resultado das eleições de 19 de janeiro de 1947 (Rio Grande do Sul)

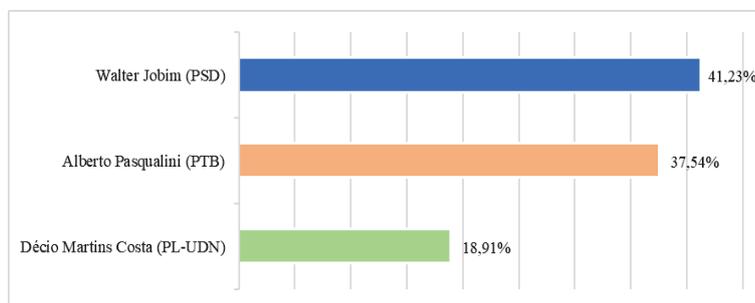


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: TRE-RS. 1947.

<sup>451</sup> CPDOC-FGV. GV c 1947.01.27. Carta de Loureiro da Silva a Getúlio Vargas. 27/01/1947.

Pasqualini havia perdido a eleição para Jobim por uma diferença de menos de 20 mil votos: 229.129 para o pessedista contra 209.164 para o petebista. Apesar disso, o pleito foi considerado vitorioso para o PTB em dois aspectos importantes: a eleição de Salgado Filho ao Senado e a eleição da maior bancada na Assembleia Legislativa. Em manifestação ao *Correio do Povo*, Pasqualini buscou atribuir um sentido positivo aos números então divulgados: “Estou satisfeítíssimo com o resultado das eleições e, sobretudo, com a significação desse resultado [...]. Enfrentamos três partidos, o PSD, o PRP, o PCB, a máquina eleitoral, além de outras forças que, inexplicavelmente, se colocaram ao lado dessa coligação”. Assim, Pasqualini reforçava, em sua manifestação com relação aos resultados, a aliança do PSD com partidos de lados opostos (PRP e PCB) e o uso da estrutura pública em favor da candidatura situacionista (*a máquina eleitoral*). Não menciona abertamente a participação do clero, mas pode-se presumir que a expressão “outras forças” se referisse à parcela católica hostil à sua candidatura.<sup>452</sup>

Na mesma entrevista ao jornal, Pasqualini voltou a ressaltar a vitória do PTB nos grandes municípios do Rio Grande do Sul. Considerando as juntas apuradoras onde Pasqualini obteve mais de 40% dos votos, percebe-se que entre suas maiores votações estão grandes cidades com predominância de núcleo urbano, como Porto Alegre e região metropolitana, além de Rio Grande e Pelotas. Além disso, destacam-se municípios das regiões de fronteira, como Rosário do Sul, Santana do Livramento e Uruguaiana, e ainda São Gabriel, na região da campanha. Estas caracterizavam-se por um importante contingente populacional habitando regiões consideradas urbanas e/ou suburbanas. Em artigo publicado na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Armando Fay de Azevedo (1957)<sup>453</sup> ressal-

<sup>452</sup> PRIMEIRA entrevista de Pasqualini após o pleito. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04/02/1947, contracapa.

<sup>453</sup> Fay de Azevedo foi professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, jornalista e deputado estadual entre 1935 e 1937 pelo PL. Publicou balanços sobre as eleições estaduais de 1958 e de 1962 na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, analisados por Samuel da Silva Alves (2018) ao discutir o conceito de populismo presente nesses artigos.

---

tava que PTB havia se tornado, no Rio Grande do Sul, um partido “típicamente popular, atraindo para suas fileiras parte da classe média, a maioria do proletariado e o *elemento marginal dos subúrbios das cidades da [região da] campanha*”. Os dados do IBGE indicam a presença de contingente suburbano nesses municípios, o que também vale para Santa Maria – onde Pasqualini obteve 55% dos votos. Destaca-se a votação registrada, 42,9%, na junta que reunia um importante município da região carbonífera: São Jerônimo, com a presença de trabalhadores das minas de carvão.<sup>454</sup>

O gráfico a seguir apresenta a votação em Pasqualini nas eleições de 1947 e o percentual de habitantes em zonas urbanas e/ou suburbanas em cada município do Rio Grande do Sul:

---

<sup>454</sup> Sobre os mineiros de carvão nessa região e seus conflitos trabalhistas, ver Clarice Gontarski Speranza (2014).

Gráfico 8 – Percentual de população em zonas urbanas e suburbanas x votação obtida por Pasqualini nas eleições de 1947

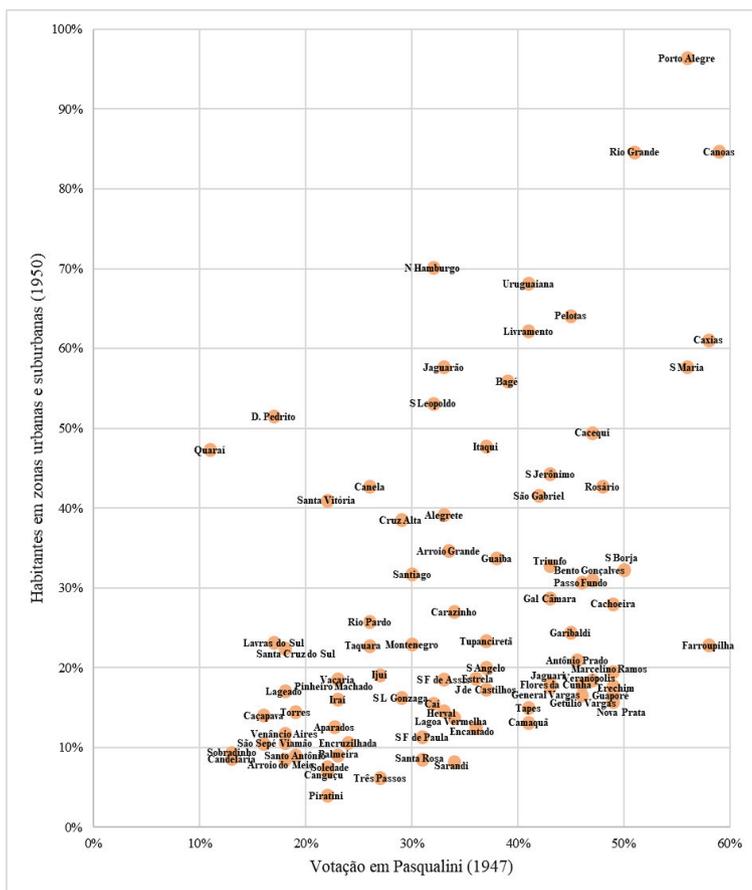


Gráfico elaborado pelo autor. Fontes: Censo de 1950 [IBGE/FEE]; Resultados eleitorais [TRE-RS].<sup>455</sup>

<sup>455</sup> A partir dos dados do censo demográfico de 1950, foram tabeladas em Microsoft Excel as seguintes informações de todos os municípios então existentes: população total, população nas zonas urbanas, suburbanas e rurais, extraído, a partir disso, o percentual de habitantes em cada zona por município. A tabela foi complementada com os dados do TRE-RS. Foram obtidos gráficos de dispersão sendo o eixo x a votação obtida por Pasqualini e o eixo y o índice de habitantes na zona urbana e suburbana. Devido à insuficiência de estimativas populacionais dos municípios, utilizaremos o censo de 1950 tanto para o pleito de 1947 quanto para o de 1954.

Observando os percentuais obtidos por Pasqualini nas eleições de 1947, é possível perceber que suas maiores e menores votações correspondem, com algumas exceções, aos municípios com maior e menor população em zonas urbanas e/ou suburbanas respectivamente. Percebe-se também a presença de municípios da região de imigração italiana, como Antônio Prado, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Guaporé, Nova Prata e Veranópolis. Possivelmente tenham sido essas as vitórias que, segundo Loureiro da Silva, representaram “brechas na muralha colonial” sob a influência dos padres capuchinhos.<sup>456</sup> É preciso lembrar que essa foi uma região bastante visada pela campanha eleitoral petebista, conforme abordado no capítulo anterior, e que, ademais, o candidato possuía ascendência italiana – o que poderia contribuir, junto ao enfoque dado aos trabalhadores rurais em seu programa, para uma maior aceitação de Pasqualini por esse eleitorado. Artigo publicado pelo jornalista e advogado Clio Fiori Druck, no *Diário de Notícias*, chegou a ressaltar, na esteira das explicações e repercussões acerca dos resultados eleitorais, a intensa propaganda petebista nessa região do Estado:

Percorri estradas do interior visitando, incógnito, a residência de vários colonos, a pretexto da compra de figos e milho verde. Não havia uma pedra de estrada, um alicerce de casa, um poste de telefone onde não estivesse um chamado eleitoral do PTB. Nada, absolutamente nada, encontrei em muitos quilômetros nas linhas das colônias que lembrasse o candidato ou programa do partido majoritário. [...] Os líderes do PSD quiçá discutiam nos clubes, cada qual prevendo maioria mais esmagadora, enquanto a colônia acreditava nos ativos cabos eleitorais do petebismo com o slogan da divisão de riquezas, isto é, a contribuição dos ricos para a melhoria dos pobres.<sup>457</sup>

Conforme o articulista, além de um intenso trabalho de propaganda eleitoral, os “slogans” do PTB, traduzindo o programa de redistribuição de renda formulado por Pasqualini, e a pregação pela redução dos impostos teriam sido a razão do sucesso do candidato

---

<sup>456</sup> CPDOC-FGV. GV c 1947.01.27. Carta de Loureiro da Silva a Getúlio Vargas. 27/01/1947.

<sup>457</sup> DRUCK, Clio Fiori. Os “slogans” do PTB deram-lhe a vitória na Zona Italiana. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 28/01/1947.

petebista nas urnas da região de imigração italiana. Isso não ocorreu, porém, na região de imigração germânica. Mesmo nas mais urbanizadas e com presença de trabalhadores fabris, como São Leopoldo e Novo Hamburgo, a derrota não foi evitada: nas juntas concernentes a estas cidades, Jobim foi vitorioso com 41,17%, contra 29,07% de Pasqualini e 19,72% de Décio Martins Costa.

Além dos casos anteriormente citados, figuram entre as maiores votações de Pasqualini alguns municípios majoritariamente rurais e agrícolas, como Camaquã<sup>458</sup>, Erechim e Jaguari. Essas foram, no entanto, exceções, pois o levantamento dos municípios onde Pasqualini obteve suas menores votações pertencem a esse perfil, embora sejam, em geral, bem menos populosas. As tabelas abaixo permitem examinar as maiores e as menores votações de Pasqualini em 1947:

Tabela 1 – Maiores votações de Alberto Pasqualini nas eleições de 1947

Município(s) <sup>459</sup>	Votantes	Votação Pasqualini	População	Localização (zona)		
				Rural	Urbana	Suburbana
Caxias do Sul + Farroupilha	15.251	58%	71.319	46%	45%	10%
Porto Alegre + Canoas + Gravataí + Guaíba	81.752	55,92%	484.626	12%	71%	17%
Santa Maria + São Pedro do Sul	14.826	55,90%	97.694	48%	30%	21%
Rio Grande + São José do Norte	18.472	50,08%	100.170	32%	46%	22%
São Borja	6.336	49,60%	38.816	68%	17%	15%
Erechim + Marcelino Ramos	17.221	49,40%	124.383	79%	14%	7%
Cachoeira do Sul	12.020	49,15%	94.110	72%	25%	3%
Guaporé + Nova Prata	11.075	49,10%	76.786	83%	11%	5%
Rosário do Sul	3.334	47,70%	28.049	57%	15%	28%
Bento Gonçalves + Veranópolis + Garibaldi	12.729	47%	66.615	75%	17%	8%
Passo Fundo + Getúlio Vargas	15.204	46,40%	128.857	69%	22%	8%

<sup>458</sup> No caso de Camaquã, na região Sul do Estado, é pertinente lembrar que, conforme estudo de Marluza Harres (2014), desde o início da década de 1950 se discutia a distribuição das terras do chamado “Banhado do Colégio”, defendida especialmente pelos deputados estaduais do PTB, formando-se, posteriormente, um movimento de trabalhadores sem-terra na região.

<sup>459</sup> As juntas apuradoras aglutinavam mais de um município em alguns casos.

Antônio Prado + Flores da Cunha	5.423	45,60%	11.101	79%	18%	3%
Jaguari + General Vargas	4.432	43,20%	33.807	82%	14%	4%
São Jerônimo + Gal Câmara + Triunfo	7.846	42,90%	75.411	60%	30%	11%
São Gabriel + Cacequi	5.594	42,60%	53.296	60%	20%	21%
Pelotas + São Lourenço	23.652	42,40%	159.116	36%	59%	5%
Santana do Livramento	8.522	41,30%	48.411	38%	41%	21%
Camaquã + Tapes	4.656	41,10%	58.757	87%	9%	4%
Uruguaiana	5.606	40,90%	48.773	53%	16%	32%

Tabela elaborada pelo autor. Fontes: Censo Demográfico de 1950 (IBGE/FEE); TRE-RS.

Tabela 2 – Menores votações obtidas por Alberto Pasqualini nas eleições de 1947

Município(s) <sup>460</sup>	Votantes	Votação Pasqualini	População	Localização (zona)		
				Rural	Urbana	Suburbana
Santo Antonio + Osório + Torres	12.163	18,7%	141.223	87%	7%	6%
Santa Cruz do Sul + Venâncio Aires	14.198	18,4%	101.010	81%	9%	10%
Lajeado + Arroio do Meio	10.602	18%	70.354	86%	9%	6%
Viamão	2.534	17,7%	20.914	89%	6%	5%
D. Pedrito + Lavras do Sul	5.687	17%	37.842	61%	32%	7%
Caçapava do Sul + São Sepé	5.564	16,2%	58.509	87%	11%	2%
Taquari	4.014	14,5%	27.884	77%	17%	6%
Sobradinho	3.256	13,2%	31.891	93%	6%	2%
Candelária	2.597	12,9%	22.286	91%	6%	2%
Quaraí	3.289	10,6%	15.526	53%	43%	5%

Tabela elaborada pelo autor. Fontes: Censo Demográfico de 1950 (IBGE/FEE); TRE-RS.

A tabela acima apresenta os municípios das juntas apuradoras onde Pasqualini obteve menos de 20% dos votos nas eleições de 1947. Neles, nota-se o predomínio da zona rural, sendo que, excetuando-se Quaraí (53%), Dom Pedrito e Lavras do Sul (61%) e Taquari (77%), todos eles com mais de 80% da população nessa localização. Percebe-se novamente, seguindo a tendência de Novo Hamburgo e São

<sup>460</sup> As juntas apuradoras aglutinavam mais de um município em alguns casos.

Leopoldo, a pequena votação obtida na região onde predominou a imigração alemã: Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, Lajeado e Arroio do Meio, e Candelária. A coluna política do *Diário de Notícias* publicou o seguinte comentário em 26 de janeiro de 1947: “A zona de influência germânica deu a vitória ao sr. Walter Jobim”. O texto apresentava os números relativos aos resultados apurados nas regiões de imigração alemã e polonesa, chegando à seguinte conclusão: “Quanto ao voto dirigido do eleitorado pelo clero – homens do campo –, sensivelmente favorável ao sr. Jobim, logrou anular a sensível preferência que manifestaram pelo sr. Pasqualini as populações das grandes cidades e da zona de influência italiana”.<sup>461</sup> Assim, conforme a análise da coluna política do jornal, a região rural de imigração alemã e polonesa teria sido mais suscetível aos apelos dos padres em favor de Walter Jobim.

Outro aspecto a ser ressaltado é a presença de municípios da região da fronteira com o Uruguai, como Dom Pedrito e Quaraí, e da campanha, como Lavras do Sul, que não seguiram a tendência observada em Uruguaiana, São Gabriel e Livramento, onde Pasqualini venceu com larga vantagem. Em comum, além de pouca presença de população em zonas urbanas e suburbanas, os municípios dessa região onde Pasqualini obteve suas menores votações registraram vitória do candidato da coligação PL-UDN: 45,5% em Quaraí e 46,3% na junta de Dom Pedrito e Lavras do Sul.<sup>462</sup>

O gráfico 8 evidencia uma correspondência entre a votação obtida por Pasqualini e o índice de habitantes em zonas urbanas e/ou suburbanas: as suas maiores votações correspondem, em geral, a juntas apuradoras formadas por municípios com contingente expressivo de moradores nessas duas zonas, e suas menores votações correspondem a municípios com predominância das zonas rurais. Por que a urbanização seria um fator incidente sobre a votação obtida por Pasqualini? É possível pensar que o meio urbano possa ter permitido o exercício do voto de uma forma menos constrangida e que, somando-se a isto, as

---

<sup>461</sup> A ZONA de influência germânica deu a vitória ao Sr. Walter Jobim. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 26/01/1947, contracapa.

<sup>462</sup> Conforme Héglio Trindade e Maria Izabel Noll (1994, p. 19), o PL possuía, tradicionalmente, seus redutos eleitorais nas regiões de pecuária (campanha) e grandes latifúndios.

modalidades de trabalho desses meios – tais como atividade industrial, comercial, de transportes e serviços – poderiam proporcionar condições mais favoráveis aos apelos getulistas/trabalhistas. Há vários indícios da disseminação de práticas ilegais durante as campanhas eleitorais, especialmente de 1945 e 1947, quando a máquina pessedista controlava, além do governo estadual, todas as prefeituras municipais. Lisandre Medianeira Oliveira (2008), em sua tese sobre o PSD do Rio Grande do Sul, apontou a recorrência de práticas de coerção eleitoral e de uso da máquina pública nesse período. Sobre as eleições de 1947, chega a dizer que o elemento decisivo da vitória de Walter Jobim foi o uso da máquina pública municipal (OLIVEIRA, 2008, p. 174).

Dentre os telegramas remetidos ao interventor Cylon Rosa em 1947 e ao governador Walter Jobim em 1950, relatando irregularidades cometidas por autoridades locais nas campanhas eleitorais, é possível observar casos de constrangimento da campanha eleitoral da oposição, incluindo o PTB. São recorrentes os relatos de ameaças por parte de delegados e subdelegados nos municípios do interior do Rio Grande do Sul.<sup>463</sup>

---

<sup>463</sup> Nos telegramas recebidos pelo interventor Cylon Rosa entre outubro e dezembro de 1946, período que antecedeu ao pleito de 19 de janeiro de 1947, é possível identificar algumas denúncias de ilegalidades vindas de municípios de diferentes regiões: há 13 denúncias de uso da máquina pública nas campanhas, 5 de impedimento de propaganda por autoridades, 5 casos de ameaça e coerção por agentes públicos e 2 casos de perturbação da campanha dos adversários. Já em 1950, nos telegramas recebidos por Walter Jobim, constam, entre julho e outubro, 7 casos de membros da polícia atuando nas campanhas, 6 casos de ameaça e coerção, além de um caso de perturbação da campanha dos adversários e outro de utilização da máquina pública. Apesar da redução do número de denúncias não é possível afirmar que as ilegalidades tenham deixado de fazer parte do jogo político. A redução de denúncias relativas ao uso da máquina pública, de 13 casos em 1946 para apenas um em 1950, pode ser explicada pela origem dos telegramas no primeiro pleito: membros da UDN haviam sido signatários de 7 denúncias em 1946, e nenhuma em 1950 – quando a sigla havia formado uma aliança com o partido governista, PSD; das 6 denúncias de libertadores em 1946, temos apenas duas em 1950, além das 4 denúncias de membros do PCB em 1946, sendo que em 1950 o partido já estava na ilegalidade. É preciso considerar que, nas eleições municipais de 1947, o PSD foi derrotado em 37% dos municípios e venceu coligado com outros partidos em 16% (OLIVEIRA, 2008, p. 182-194). Assim, em 1950 o partido já não detinha o domínio total da máquina pública municipal, reduzindo as denúncias provenientes dos partidos minoritários. Na pesquisa na correspondência dos governantes no Arquivo Histórico do Rio Grande não foram localizados telegramas relativos ao período eleitoral de 1954, já no governo de Ernesto Dornelles (PTB). AHRS. CG. Maço 168. Outubro-Dezembro de 1946; Maços 177 e 178. Julho-Outubro 1950.

Nessa documentação, nota-se, acima de tudo, a recorrência de um tipo de denúncia que diz respeito a ameaças e tentativas de coerção dos trabalhadores rurais, chamados nas fontes de *colonos*. A descrição de algumas destas denúncias ajuda na compreensão de tais práticas e de seu papel na competição política (mesmo já sendo definidas como infrações pela legislação da época). Como exemplo, podemos citar o caso de Ijuí, onde o presidente da UDN denunciava que o delegado local havia instruído inspetores de polícia a intervirem na eleição, “coagindo assim os colonos, elementos acanhados para reagirem [devido ao] receio de perseguições”.<sup>464</sup> Há denúncia semelhante a respeito do prefeito de Bento Gonçalves: “Prega necessidade [de] todos votarem [no] PSD impressionando elementos [da] colônia tal sentido chegando avançar determinada estrada não seria melhorada caso moradores não acompanhassem [o] PSD”.<sup>465</sup> Em 1950, João Goulart, como presidente do PTB, encaminharia denúncia contra o subprefeito de Cerro Branco (Cachoeira do Sul): “Anda de casa em casa [em] seu distrito entregando títulos e fazendo propaganda e pressão [nos] colonos”.<sup>466</sup> Já o presidente municipal do PTB de Iraí denunciava: “Verificam-se violências contra trabalhistas [no] interior [do] município. Para quem se pronunciar trabalhista ou getulista. Promessa e relho. Foi violentamente espancado um companheiro de Saltinho”.<sup>467</sup>

Em sua tese, Marcos Jovino Asturian (2019) analisou os anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul no período de 1947 a 1954, destacando denúncias de parlamentares quanto ao uso de violência e repressão policial contra adversários em municípios do interior, especialmente durante o governo de Walter Jobim (PSD). Nas eleições de 1954, outras fontes apontam para formas de constrangimento e ameaça aos eleitores especialmente nas zonas rurais do interior, como poderá se verificar na documentação analisada

---

<sup>464</sup> AHRs. CG. Maço 168. Telegrama de José Frederico ao interventor Cylon Rosa. 19/12/1946.

<sup>465</sup> AHRs. CG. Maço 168. Telegrama de Achylles Mincarone ao interventor Cylon Rosa. 19/12/1946.

<sup>466</sup> AHRs. Maço 177. Telegrama de João Goulart ao governador Walter Jobim. 18/09/1950.

<sup>467</sup> AHRs. Maço 177. Telegrama de Vergílio Radaelli ao governador Walter Jobim. 19/09/1950.

na parte final deste capítulo. As denúncias de coerção eleitoral, advindas de fontes diversas, recorrentemente concernem a localidades rurais do interior do Estado e não aos meios urbanos.

A votação de Pasqualini nas eleições de 1954 apresentaria a mesma correspondência com o percentual de população em áreas urbanas e suburbanas? Primeiramente, é preciso considerar a evolução do PTB no Rio Grande do Sul no período de 1947 a 1954, quando se tornou e se consolidou regionalmente como o maior partido. Assim, diferentemente de 1947, o PTB chegava ao pleito de 1954 como o partido situacionista (tendo em vista a eleição de Ernesto Dornelles para governador em 1950), muito mais estruturado no interior e com candidaturas a deputados mais competitivas (havia eleito as maiores bancadas em 1947 e 1950). Seu candidato, Pasqualini, exercia mandato de senador para o qual foi eleito em 1950. Os gráficos a seguir apresentam um comparativo das votações para Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa entre os principais partidos do Rio Grande do Sul entre 1945 e 1954:

Gráfico 9 – Evolução dos percentuais de votação para Câmara dos Deputados entre os cinco principais partidos do Rio Grande do Sul (1945-1954)

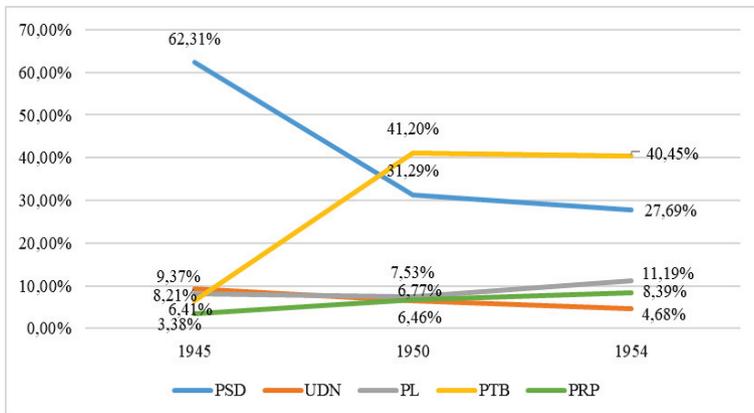


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: resultados eleitorais (TRE-RS).

Gráfico 10 – Evolução dos percentuais de votação para a Assembleia Legislativa entre os cinco principais partidos do Rio Grande do Sul (1947-1954)

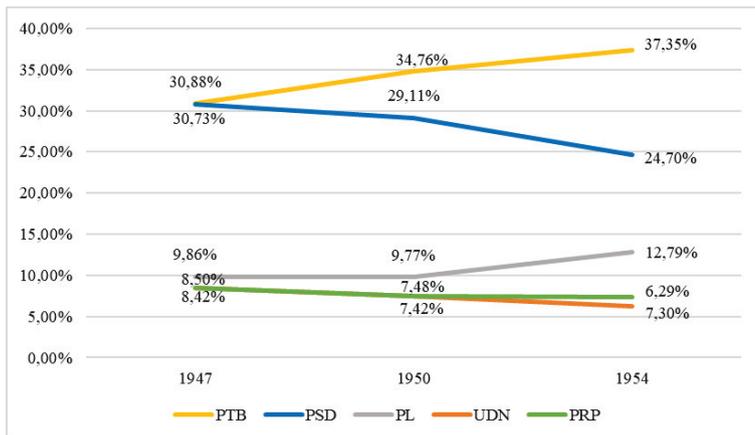


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: resultados eleitorais (TRE-RS).

Percebe-se, nesse período, a alteração nas posições entre os maiores partidos: o PSD, predominante nas eleições de 1945, é suplantado pelo PTB já nas eleições estaduais de 1947, por pequena margem, e mais amplamente nas eleições de 1950 tanto para a Câmara dos Deputados quanto para a Assembleia Legislativa. Nas eleições de 1954, o PTB ainda ampliaria a vantagem sobre o PSD no que tange à bancada de deputados estaduais, e manteria sua posição no concernente aos deputados federais – embora estagnado. Nesse período, PL e PRP consolidam-se como terceira e quarta forças respectivamente. Isso é importante ao se considerar que, no que se refere às candidaturas ao governo do Estado, as tomadas de decisão desses dois partidos foram importantes no equilíbrio de forças entre PTB e PSD: em 1947, o PRP apoiou Jobim enquanto o PL, coligado à UDN, lançou candidato próprio; em 1950, o PL mais uma vez lançou candidato enquanto o PRP, dessa vez com UDN, aliou-se ao PSD; quando, em 1954, ineditamente aliaram-se PSD, UDN e PL, foi a vez do PRP lançar sua candidatura própria. O gráfico abaixo apresenta o percentual obtido por cada candidato a governador nas eleições de 1947, 1950 e 1954:

Gráfico 11 – Percentual obtido pelos candidatos a governador do Rio Grande do Sul (1947, 1950, 1954)

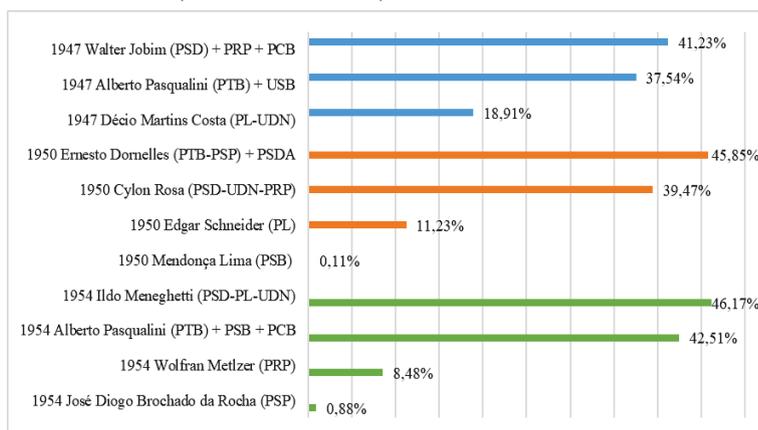


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: resultados eleitorais. [TRE-RS].

Outro aspecto torna o pleito de 1954 diferente dos anteriores: a campanha se dá em meio à crise política do governo Vargas e, em seguida, sob a comoção e exasperação face ao suicídio do presidente da República. Após romper politicamente com Vargas e afastar-se do Ministério das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura continuou observando os movimentos de partidos e candidatos nas eleições de 1954. Em sua correspondência com lideranças pessedistas e com diplomatas, relatava a situação do Rio Grande do Sul. Na carta enviada a Adayl Moraes, em 3 de agosto, expressava sua confiança em uma “vitória confortável” de Ildo Meneghetti, mas fazia uma ressalva: “Naturalmente não oculto o meu receio de que os trabalhistas empreguem todos os recursos conhecidos, principalmente o dinheiro de que dispõem a rodo, para alcançar o triunfo”.<sup>468</sup> Após o suicídio de Getúlio, em 24 de agosto, João Neves passou a cogitar uma vitória de Pasqualini em virtude da comoção gerada pelo gesto final do ex-presidente. Em carta a Afonso Palmeiro, afirmou: “Está visto que a dramaticidade do desfecho abalou a Nação, comoveu até as pedras e fez

<sup>468</sup> AHRS. AJNF. Caixa 15. Carta de João Neves da Fontoura para Adayl Moraes. 03/08/1954.

voltar para ele o favor das massas populares”. Ao mencionar a posse de Café Filho, João Neves relatou sua impressão sobre a família Vargas e da situação do PTB:

Café tem a seu favor toda a gente, salvo os trabalhistas e a família Vargas, que já está em oposição. A família mandou dizer a Café que não fosse ao velório; desacatarem a várias pessoas que ali compareceram. O espírito deles é de revanche desde logo no plano eleitoral; pretendem que essa reviravolta de popularidade se converta em votos para os seus candidatos no pleito de outubro. [...] [No Rio Grande do Sul] as opiniões estão igualadas sobre quem aproveitará eleitoralmente com os acontecimentos. Dizem que a situação do Pasqualini, que se julgava perdida, melhorou muito.<sup>469</sup>

João Neves fazia uma leitura de que a candidatura de Pasqualini caminhava para a derrota até 24 de agosto e que a comoção popular a partir de então poderia reverter sua situação. Em cartas a Afonso Palmeiro e Gilberto Amado, enviadas no início de setembro, o ex-ministro das Relações Exteriores ainda salienta a possibilidade de uma vitória de Pasqualini.<sup>470</sup> Essa preocupação com o impacto do suicídio de Vargas nos resultados eleitorais levou o deputado federal Raul Pilla, principal liderança do Partido Libertador, a solicitar o adiamento das eleições – que ocorreriam em 3 de outubro. A medida buscava se justificar em decorrência dos ataques sofridos pelas sedes dos partidos e da imprensa, gerando prejuízos às campanhas, mas também pelo clima de comoção e revolta que poderiam ter reflexos nos resultados eleitorais. Carta de Décio Martins Costa enviada a Raul Pilla apresenta indícios da forma como as lideranças libertadoras estavam analisando a situação gerada pelo suicídio de Vargas dois dias após o acontecimento:

Recomeçou nessa manhã (são 11h30min) a agitação e a impressão que se tem é que, a par da ostensiva publicidade, senão orientação do governo estadual, a força federal não quer cumprir o seu indeclinável dever. [...] [Em Porto Alegre] ela não está agindo a altura do momento. Neste momento tenho notícia que companheiros nossos estão com a vida e a casa ameaçadas e haverá luta, necessa-

<sup>469</sup> AHRS. AJNF. Caixa 14. Carta de João Neves da Fontoura a Afonso Palmeiro. 30/08/1954.

<sup>470</sup> AHRS. AJN. Caixa 14. Carta de João Neves da Fontoura a Afonso Palmeiro. 02/09/1954; Carta de João Neves da Fontoura a Gilberto Amado. 03/09/1954.

riamente haverá luta pessoal e fratricida se o Exército continuar a permitir a ofensa de todas as garantias constitucionais.<sup>471</sup>

Apesar disso, o próprio diretório estadual do PL solicitou a Raul Pilla que abandonasse a ideia de adiamento das eleições – proposta também rejeitada pelos demais partidos.<sup>472</sup> Ainda assim, Pilla alertava para os possíveis impactos dos acontecimentos de agosto nas eleições: “Oxalá eu me engane, mas o quererismo vai aparecer na eleição de 3 de outubro com uma força insuspeitada. O que no meu entender seria necessário era que decorresse o tempo suficiente para que se atenuasse o abalo sentimental produzido neste *povo histérico*” [grifos do autor].<sup>473</sup> Entretanto, apurados os votos no Rio Grande do Sul, o que ocorreu foi a vitória do candidato da Frente Democrática, Ildo Meneghetti, com uma diferença de 30 mil votos (representando 3,66% do total).

O impacto do suicídio de Getúlio Vargas nos resultados eleitorais de 1954 não tem como ser medido empiricamente, não havendo dados que indiquem um crescimento das intenções de voto em Pasqualini a partir dos acontecimentos de 24 de agosto ou mesmo uma perda de votos devido à radicalização da campanha eleitoral e do receio de parte do eleitorado após os atos de violência que se seguiram – como afirmaram autores como Carlos Cortés (2007) e Miguel Bodea (1992). Percebe-se, entretanto, uma redução do percentual obtido em Porto Alegre, onde os protestos de 24 de agosto foram mais violentos: em 1947, Pasqualini obteve 55% dos votos na capital, caindo para 51% em 1954. Porém, é preciso recordar que, havendo exercido o cargo de prefeito de Porto Alegre em duas oportunidades, Meneghetti era um candidato mais competitivo na capital do Estado, embora esta continuasse sendo um dos principais redutos do trabalho. Como salienta Marcos Jovino Asturian (2019), não foi somente o suicídio de Vargas que teve implicações na campanha eleitoral de 1954, mas a crise política como um todo, agravada em início de

---

<sup>471</sup> NUPERGS UFRGS. ARP. Pasta 002. Carta de Décio Martins Costa a Raul Pilla. 26/08/1954.

<sup>472</sup> NUPERGS UFRGS. ARP. Pasta 002. Telegrama de Décio Martins Costa a Raul Pilla. 02/09/1954.

<sup>473</sup> NUPERGS UFRGS. ARP. Pasta 002. Carta de Raul Pilla a Décio Martins Costa. 04/09/1954.

agosto pelo atentado a Carlos Lacerda, sendo que a propaganda da Frente Democrática publicou graves acusações a João Goulart – candidato ao Senado pelo PTB.

Os dados das eleições estaduais de 1947 apresentam grande correspondência entre as maiores votações de Pasqualini e os municípios com maiores índices de habitantes de zonas urbanas ou suburbanas: excetuando-se a região de imigração italiana, onde Pasqualini também obtém votações expressivas, seus melhores resultados são obtidos nos municípios mais urbanizados, como Porto Alegre, Canoas, Rio Grande e outros, e nas cidades com grandes índices de população em zonas urbanas e/ou suburbanas da fronteira, como Uruguaiana e Santana do Livramento. Suas menores votações se dão em municípios de predominância rural e/ou de imigração alemã. Em sua segunda candidatura ao governo do Estado, este quadro teria se alterado? Em 1947, todos os governos municipais estavam sob a influência do interventor pessedista e, como salientado por Lisandre Oliveira (2008), a utilização da máquina pública em favor do candidato situacionista, Walter Jobim (PSD), foi notável. A relação de forças começou a se alterar nas eleições municipais de novembro de 1947, quando o PSD perdeu 37% dos municípios. Nas eleições de 1954, já com maior estruturação do PTB no interior e com o partido no governo do Estado, teria havido maior penetração nas zonas rurais? O PTB se manteve predominante nos grandes centros urbanos? E nas zonas de imigração italiana e alemã, houve alterações?

O gráfico 12 apresenta a votação obtida por Pasqualini em 1954 e os índices de população habitando zonas urbanas e suburbanas em cada município. Na comparação com 1947, percebe-se que Pasqualini repete suas maiores votações nos municípios com maiores índices de população em zonas urbanas ou suburbanas, tais como Rio Grande, Canoas, Porto Alegre, Pelotas e Santa Maria. Mantém-se também com grandes votações nas cidades da fronteira, com núcleos urbanos ou suburbanos significativos (de 30 a 50% da população), tais como Uruguaiana, Livramento, Bagé, Jaguarão, Cacequi, Itaqui, Rosário do Sul, São Borja e outras. Repete-se a grande votação em São Jerônimo, região carbonífera, onde foi realizado um dos primeiros comícios da campanha petebista. Suas menores votações continuam correspondendo

aos municípios com predomínio da zona rural (acima de 80%), incluindo a maior parte da região de imigração alemã. Neste último caso, repete-se a situação de 1947 mesmo nos municípios bastante urbanizados como São Leopoldo e Novo Hamburgo, onde Pasqualini atinge índices bem menores do que nos demais núcleos urbanos importantes.

Gráfico 12 – Percentual de população em zonas urbanas e suburbanas x votação obtida por Pasqualini nas eleições de 1954

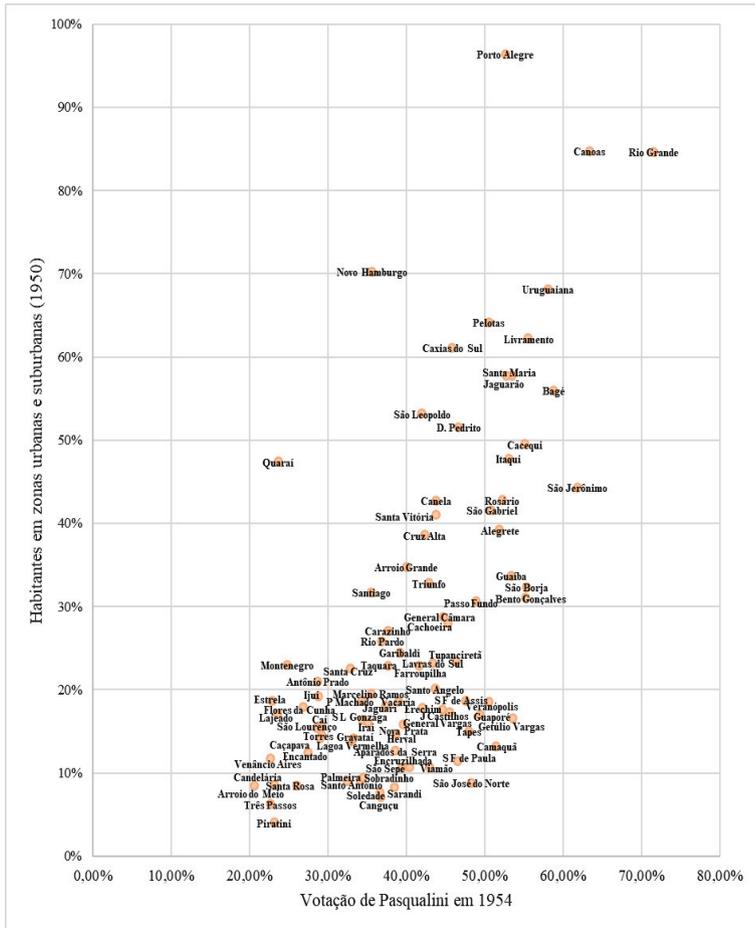


Gráfico elaborado pelo autor. Fontes: Censo de 1950 [IBGE/FEE]; Resultados eleitorais [TRE-RS].

A correspondência entre as maiores votações de Pasqualini e os maiores índices de população em áreas consideradas urbanas ou suburbanas pelo IBGE é identificada tanto em 1947 quanto em 1954. Quando observados apenas os municípios com os dez maiores índices de população suburbana, percebe-se um aumento significativo da votação de Pasqualini em 1954 se comparada com a obtida em 1947:

Tabela 3 – Votação de Pasqualini nos dez municípios com maior população suburbana (1947 e 1954)

Município	Pop suburbana	Pasqualini em 1947	Pasqualini em 1954
Canoas	58%	59%	63%
Novo Hamburgo	46%	32%	36%
Cacequi	33%	47%	55%
Rio Grande	28%	51%	72%
Rosário	28%	48%	52%
Itaqui	25%	37%	53%
Santa Maria	24%	56%	53%
Bagé	23%	39%	59%
São Gabriel	21%	42%	51%
Livramento	21%	41%	56%

Tabela elaborada pelo autor. Fontes: Censo Demográfico de 1950 (IBGE/FEE); TRE-RS.

Com exceção de Santa Maria, onde houve queda no percentual, Pasqualini ampliou seus índices de votação nos municípios com maior presença de habitantes em zonas suburbanas. Em março de 1954, o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) realizou pesquisa de intenção de voto em 12 municípios do Rio Grande do Sul, sendo os entrevistados perguntados com relação à simpatia por algum partido político. Quando observados os dados por categorias socioeconômicas (A, B e C na divisão estabelecida pelo instituto), apresenta-se o seguinte resultado:

Gráfico 13 – Médias de identificação partidária no Rio Grande do Sul por categorias socioeconômicas segundo o IBOPE (março de 1954) (em %)

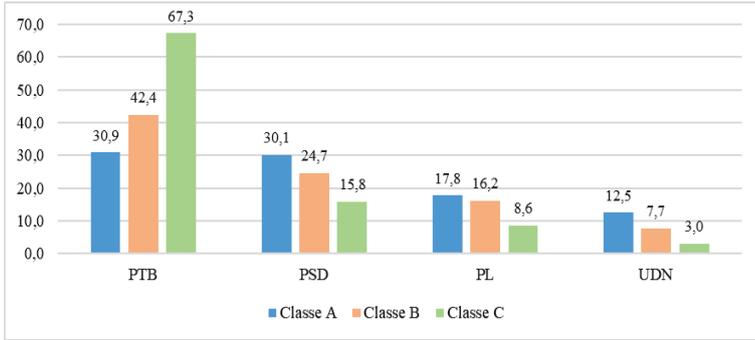


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: IBOPE [AEL Digital UNICAMP].

Embora o PTB tenha sido o partido preferido dos entrevistados pelo IBOPE em todas as categorias socioeconômicas, destaca-se o alto índice obtido entre a classe B e especialmente entre a classe C, onde o partido é citado por 67% dos entrevistados. Entre dezembro de 1953 e janeiro de 1954, o mesmo instituto havia realizado pesquisa de intenção de voto em 22 municípios do Rio Grande do Sul. Muitos meses antes do pleito e ainda com as candidaturas indefinidas, foram oferecidos aos entrevistados nomes de possíveis candidatos do PSD e do PTB. Os resultados, quando filtrados por categorias socioeconômicas, demonstram que os candidatos do PTB obtinham seus maiores índices entre as classes B e C:

Gráfico 14 – Resultados da pesquisa IBOPE no Rio Grande do Sul (dez/53-jan/54) por categorias socioeconômicas (em %)

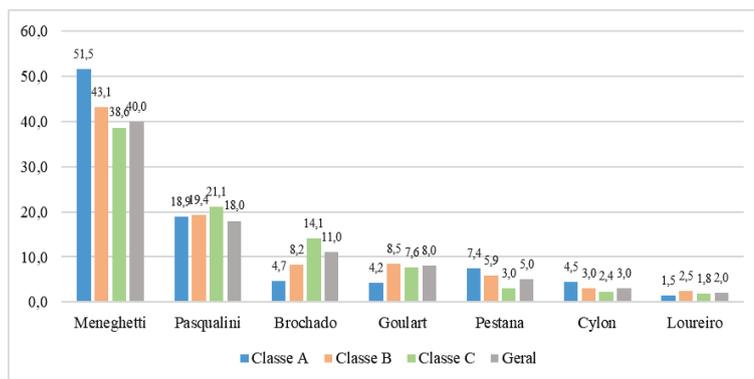


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: IBOPE [AEL Digital UNICAMP].

Todos os possíveis candidatos do PSD (Ildo Meneghetti, Clóvis Pestana e Cylon Rosa) obtinham seus maiores índices de intenção de voto entre a classe A, enquanto Alberto Pasqualini e José Diogo Brochado da Rocha são os únicos nomes do PTB que obtêm seu maior índice entre a classe C, tendo em vista que João Goulart e Loureiro da Silva possuem índices maiores entre a classe B. Esses dados, apesar de suas limitações, se coadunam com a correspondência observada entre as maiores votações de Pasqualini e os municípios com maiores índices de população suburbana, com menos infraestrutura e presença de populações de estratos socioeconômicos mais baixos, nas eleições de 1947 e 1954. Pasqualini não somente manteve suas maiores votações nos municípios com maiores percentuais de população suburbana, mas neles ampliou seu eleitorado em 1954.

Na comparação entre os gráficos 8 e 12, entretanto, percebe-se uma modificação concernente à região de imigração italiana. Em 1947, muitos municípios dessa região constavam entre as maiores votações de Pasqualini: Caxias do Sul, Farroupilha, Nova Prata e Veranópolis acima de 50%; Antônio Prado, Garibaldi e Flores da Cunha na faixa dos 40 a 50%. Em 1954, apenas Bento Gonçalves e Veranópolis se localizam na faixa acima dos 50% para Pasqualini. Antônio Prado, Flores da Cunha, Garibaldi e Nova Prata aparecem abaixo dos 40%.

Entre um pleito e outro, Pasqualini reduziu seus índices de votação na região que havia sido considerada por Loureiro da Silva uma “brecha na muralha dos padres”. Na soma das votações obtidas nos municípios de Antônio Prado, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Guaporé, Nova Prata e Veranópolis, ou seja, na principal região de imigração italiana, Pasqualini havia recebido 45% dos votos válidos em 1947, 45,5% em 1950 (quando concorreu a senador) e reduziu para 42% em 1954, perdendo espaço para seus adversários.

Derrotado pela segunda vez nas eleições para o governo do Rio Grande do Sul, restou a Pasqualini cumprimentar o adversário vitorioso e retornar ao Palácio Monroe para continuar exercendo o mandato de senador. Na revista *O Cruzeiro*, veículo dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, as razões da derrota de Pasqualini foram enquadradas em uma narrativa que associava getulismo e trabalhismo ao comunismo: “O senador Alberto Pasqualini, candidato do Partido Trabalhista Brasileiro, apoiado pelos socialistas e comunistas [...] foi a vítima do extremismo de seus correligionários”. Sua derrota havia significado “o fim da demagogia getulista” no Rio Grande do Sul.<sup>474</sup> Conforme matéria assinada pelo jornalista David Nasser na mesma revista, Pasqualini seria “honrado, mas ingênuo”, “um nome limpo servido de bandeira à pirataria eleitoral no Sul”. Conforme Nasser, o clero gaúcho havia cumprido um papel central no desfecho do pleito:

- Padre (indagamos em nossa pesquisa sobre as eleições do Sul a um modesto vigário, cujo nome nos pediu omitir [...]) – O senhor usou a sua influência contra Pasqualini [...]?
- Não, filho.
- E persignando-se:
- Contra o Diabo.<sup>475</sup>

Comunismo, anticomunismo e catolicismo são aspectos que não podem ser negligenciados tanto no intuito de se compreender os fatores explicativos das derrotas eleitorais de Pasqualini em 1947 e 1954, bem como sua vitória em 1950, quanto para entender a própria

<sup>474</sup> CARDOSO, Licurgo. Meneghetti, a vitória de um povo. *O Cruzeiro*, 06/11/1954, p. 15.

<sup>475</sup> NASSER, David. O clero, o cadáver e a vergonha. *O Cruzeiro*, 27/11/1954, p. 8.

lógica do embate político nessas três campanhas eleitorais. Por que a muralha dos padres se ergueu contra Pasqualini?

## 4.2 Entre padres e comunistas

No acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) se encontra um álbum de recortes que pertenciam ao Monsenhor João Maria Balém, arcebispo do Cabido de Porto Alegre e capelão do Convento e da Igreja de Nossa Senhora do Carmo e da Irmandade São Miguel e Almas.<sup>476</sup> O álbum contém recortes de notícias, anúncios e notas publicadas na imprensa de Porto Alegre referentes à campanha eleitoral de 1950, especialmente no concernente à disputa entre dois postulantes ao Senado pelo Rio Grande do Sul: Alberto Pasqualini (PTB) e Plínio Salgado (PRP). Essa fonte não somente contém informações sobre a disputa eleitoral e a atuação do anticomunismo católico na política gaúcha, mas propicia um indicativo acerca da percepção de um membro do clero sobre as estratégias adotadas pelos candidatos.<sup>477</sup>

Durante as celebrações dos 90 anos de João Maria Balém, publicação do IHGRGS traçou uma breve descrição do religioso: “De porte agigantado, pois é o clérigo de físico mais alto da Arquidiocese, sua estatura desperta atenção sobre sua pessoa. A batina lhe foi sempre inseparável. Os bolsos, ele os traz cheios de balas e santinhos, que distribui às crianças” (COSTA, 1981, p. 31). É necessário salientar que o resumo biográfico de João Maria Balém publicado pelo IHGRGS tem como autor Adroaldo Mesquita da Costa<sup>478</sup>, liderança

---

<sup>476</sup> João Maria Balém (1887-1978) nasceu em Caxias do Sul e estudou no Seminário de Porto Alegre. Em Roma, estudou no Colégio Pio Latino Americano e graduou-se bacharel em Direito Canônico e doutor em Teologia na Universidade Gregoriana. Sua ordenação ocorreu em 1911. Por bastante tempo ocupou cargos importantes nos círculos mais altos da Igreja no Rio Grande do Sul, mais especificamente em Porto Alegre. Foi secretário particular do Bispo D. Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão e de do Arcebispo D. João Becker. Entre os cargos eclesiásticos que ocupou, destacam-se o de Cura da Catedral (até 1950) e o de diretor das obras de construção da Catedral Metropolitana (COSTA, 1981, p. 29-31).

<sup>477</sup> Essa fonte possui características singulares: trata-se de um álbum de 190 páginas cuja finalidade original era a de guardar uma coleção de selos. No entanto, em seu interior estão colados recortes de jornais e alguns panfletos da campanha eleitoral de 1950, embora não obedecam a um ordenamento cronológico ou temático rígido.

política ligada à Liga Eleitoral Católica na década de 1930 e deputado federal pelo PSD em 1945. A relação entre ambos foi referida por Fernando Afonso Gay da Fonseca (2003, p. 164):

[Adroaldo Mesquita da Costa] não ia à Igreja, mas era a Igreja que ia até ele. Tanto era verdade, que tinha o privilégio (à época) de capela doméstica com o Santíssimo Sacramento. O então cura da Sé, monsenhor João Maria Balém, santo sacerdote, simples e agressivo, diariamente marcava presença na casa do Dr. Adroaldo. Tinha hora certa para chegar e de lá sair. Quando a figura imponente de nosso pároco deixava a catedral, podia-se conferir a hora e apostar na direção que seguiria.

Como as primeiras páginas do álbum de recortes foram reservadas à colagem de notícias referentes aos resultados das eleições de 1950, sabemos que o álbum foi montado após o fim da campanha eleitoral, e não concomitantemente ao processo. O fato de constarem resultados também em algumas das últimas páginas do álbum, pode indicar que ele tenha sido organizado em um período muito próximo ao pleito, talvez simultâneo ao longo período de apuração dos resultados. Em que pese a diversidade das fontes dos recortes, ou em virtude desta, pode-se presumir que o objetivo do álbum tenha sido o de produzir um registro da campanha eleitoral de 1950, visto que todo o material selecionado para a colagem concerne exclusivamente a este tema. No seu conjunto, o que predomina são recortes que de alguma maneira dizem respeito à Igreja Católica, em especial as publicações referentes à Liga Eleitoral Católica (LEC), o que permite inferir que um dos objetivos possíveis do álbum foi o de realizar uma espécie de monitoramento das campanhas eleitorais tanto dos candidatos apoiados pela LEC quanto daqueles considerados perigosos à doutrina católica, especialmente pela presença de três elementos no álbum: re-

---

<sup>478</sup> Adroaldo Mesquita da Costa (1894-1985) foi advogado, magistrado e professor. Eleito deputado constituinte em 1933 pela Frente Única Gaúcha, com apoio da Liga Eleitoral Católica. Foi também deputado constituinte em 1946, eleito pelo Partido Social Democrático (PSD). Foi Ministro da Justiça no governo Dutra, entre 1947 e 1950. Em 1950, foi eleito para um último mandato de deputado federal, mais uma vez pelo PSD e com apoio da LEC. Foi Consultor-Geral da República entre 1964 e 1969 (CPDOC). Sobre a relação de Adroaldo Mesquita da Costa com a Liga Eleitoral Católica, ver artigo de Lorena Madruga Monteiro (2008).

cortes com as listas de candidatos apoiados pela LEC, anúncios de candidatos e resultados eleitorais.<sup>479</sup>

Como exemplo da relação entre os recortes e a Igreja Católica, excerto de jornal de Porto Alegre não identificado, colado na página 19 e datado de 9 de agosto de 1950, ostenta o título *Importantes declarações do Sr. Arcebispo Metropolitano*. Nele, constava a orientação ao eleitorado católico:

A Igreja não se envolve em política partidária. Inculca, porém, aos católicos o dever cívico e religioso de votar e de dar o sufrágio **somente a candidatos que inspirem confiança de uma vez eleitos, respeitarem e promoverem os direitos e as opiniões da consciência cristã. Tenha ou não tenha partido político**, apoiará os homens que se recomendarem mais pelo seu passado do que somente por compromissos assumidos em véspera de eleições. [Grifo da fonte].<sup>480</sup>

Ao longo do álbum há várias referências à orientação da Igreja ao eleitorado católico e ao papel da LEC. No caso do recorte citado acima, há um detalhe importante, pois o trecho sublinhado a lápis é mais um indicativo de uma possível finalidade do álbum: o monitoramento da campanha dos candidatos recomendados pela LEC e seus adversários. Outra forma muito comum de relação dos recortes com a Igreja é a utilização de tal vinculação como estratégia de mobilização eleitoral. Na página 7 há o recorte de um anúncio do candidato a deputado federal pelo PSD, Francisco Machado Carrion, ligado à LEC: “Advogado, professor da Universidade Católica, e da Universidade do Estado, foi o Dr. Francisco Machado Carrion o fundador e primei-

<sup>479</sup> Apesar de conter alguns panfletos, o que predomina no álbum são recortes de jornais. Porém, por tratar-se de uma seleção específica, na qual perde-se tanto as séries das publicações quanto o conjunto da edição (afinal, são recortes), a metodologia referente ao uso da imprensa como fonte fica bastante prejudicada. Além disso, é preciso considerar outras dificuldades impostas pela fonte: a disposição não cronológica, a ausência de informações sobre as fontes originais, ou seja, a ausência de referências ao veículo, edição e data de onde se extraiu o recorte, e o próprio fato de ser uma seleção. Resta como opção metodológica considerar o álbum não somente como fonte, mas sua própria configuração como um objeto de pesquisa em si, cuja principal especificidade é sua lógica de seleção dos recortes, na qual está imbricado o locus de sua produção, tratando-se uma aproximação possível à percepção de um membro do clero acerca das estratégias dos candidatos, especialmente no que tange à Igreja.

<sup>480</sup> IHGRGS. João Maria Balém – Série C [álbum de recortes], p. 19.

ro diretor da Revista Idade Nova, bem como um dos fundadores da Juventude Católica do RS”.<sup>481</sup> Partidos e candidatos faziam uso da lista da LEC como forma de angariar a simpatia do eleitorado: “Eleitor, vote nos candidatos preferenciais da LEC”. Na página 109, um anúncio de Plínio Salgado, candidato ao Senado: “Por Cristo e pela Nação!”.<sup>482</sup>

Embora constasse oficialmente na lista dos candidatos recomendados ao eleitorado católico, fornecida pela LEC, Alberto Pasqualini foi alvo de uma forte campanha de associação de sua imagem ao comunismo, por parte das campanhas dos adversários – em especial Plínio Salgado – ou de “anônimos”. Nas páginas 119 e 120 do álbum, está colado o recorte de outro anúncio contra Alberto Pasqualini. Mais uma vez, o jornal e a data não estão identificados, mas percebe-se a estratégia de utilização, na publicação, de fac-símile de edição do jornal *A Tribuna*, acompanhado do seguinte título: PASQUALINI, CANDIDATO DOS COMUNISTAS [grifo da fonte]. Trata-se da edição de 23 de março de 1950, do jornal *A Tribuna*, na qual foi publicado o seguinte: “Não permitamos que Plínio vá para o Senado”: Fala a nossa reportagem o comandante do cargueiro ‘Avenida’, Américo Pereira Junqueira, protestando contra a candidatura fascista”. O fac-símile era acompanhado do seguinte texto, em forma de anúncio: “Veja Rio Grande! Medite Rio Grande! Acautele-se Rio Grande! PASQUALINI É O CANDIDATO DOS COMUNISTAS, É ATRAVÉS DE PASQUALINI QUE ELES, OS VERMELHOS, QUEREM DERROTAR PLÍNIO SALGADO” [grifo da fonte].<sup>483</sup>

Apesar de alguns anúncios relativos aos candidatos do Partido Libertador, a seleção de recortes indica a identificação da polarização da campanha ao Senado pelos candidatos Alberto Pasqualini e Plínio Salgado, bem como das principais estratégias das campanhas a favor ou contra estes candidatos. Isso inclui a associação do primeiro ao

---

<sup>481</sup> Adroaldo Mesquita da Costa e Francisco Machado Carrion deram depoimentos sobre a relação de ambos com a Liga Eleitoral Católica na década de 1930. Os depoimentos foram publicados no *Simpósio sobre a Revolução de 30* (UFRGS, 1983).

<sup>482</sup> IHGRGS. João Maria Balém – Série C [álbum de recortes], anúncio de jornal não identificado, p. 33-34; 109.

<sup>483</sup> IHGRGS. João Maria Balém – Série C [álbum de recortes], p. 119-120.

comunismo e do segundo ao catolicismo, o que faz parte de uma constante do álbum: a relação entre os candidatos aos diferentes cargos e sua relação com a Igreja e com a Liga Eleitoral Católica. De forma geral, a lógica da seleção dos recortes indica a percepção das associações discursivas entre trabalhismo e comunismo, anticomunismo e eleitorado católico, eleitorado católico e orientação da LEC, orientação da LEC e trabalhismo, recorrentes nos embates eleitorais desse período.

Os recortes de papéis amarelados pelo tempo, mas ainda fixados no álbum do padre João Maria Balém, suscitam questões: qual o papel da Igreja Católica nas eleições desse período? Como a Igreja atuou nas eleições disputadas por Alberto Pasqualini? Responder a estas perguntas constitui o objetivo deste subcapítulo.

#### **4.2.1 “Os votos dos fiéis cristãos são para os cristãos fiéis”**

A mobilização eleitoral não se dá somente pela atuação de partidos e candidatos, e da imprensa com seus editores, jornalistas e comentaristas. É perceptível o interesse da Igreja Católica na construção do eleitor, atuando através dos sermões nas missas, da Liga Eleitoral Católica e da imprensa ligada a grupos católicos. Como observado no capítulo 2, a imprensa cumpria um papel importante na divulgação de informações sobre o pleito e sobre o ato de votar, com instruções ao eleitorado e atribuições de sentido acerca do voto. Na imprensa católica, não seria diferente. Em suas páginas, porém, as incitações ao eleitorado seriam constituídas por uma narrativa marcadamente anticomunista, dotando o ato de votar de um sentido específico de dever a cumprir. Quais sentidos eram atribuídos, pela Igreja e imprensa católica, ao ato de votar? Nesse contexto inicial da experiência democrática, como deveria se comportar o eleitor católico?

Embora a Constituição de 1891 tenha promovido a separação legal entre Estado e Igreja, ao longo do século XX a Igreja Católica buscou uma inserção política visando a ampliar seus espaços de atuação e, a longo prazo, recristianizar as instituições civis (ROSA, 2011). O período que vai de meados da década de 1910 a meados da década de 1950, na história da Igreja Católica no Brasil, é chamado de Igreja

da Neocristandade. Seus princípios estavam presentes na carta pastoral divulgada por D. Sebastião Leme, na época arcebispo de Recife e Olinda, publicada em 1916: o Brasil era uma nação católica, mas a Igreja deveria estar mais presente na sociedade, recristianizando as instituições sociais, desenvolvendo um quadro de intelectuais católicos e alinhando as práticas religiosas populares aos procedimentos do catolicismo oficial (MAINWARING, 2004, p. 41). Embora a instituição tenha começado a formular uma doutrina social mais progressista durante o papado de Leão XIII (1878-1903), a ele seguiram-se papas conservadores: Pio X (1903-1914), Bento XV (1914-1922) e Pio XI (1922-1939). No Brasil, o clero permaneceu politicamente conservador: “A maioria dos sacerdotes não conciliava a fé com as tentativas de se criar um mundo mais justo. [...] A maioria do clero se opunha vigorosamente às grandes mudanças sociais como sendo prejudiciais à ordem cristã tradicional” (MAINWARING, 2004, p. 45).

No Rio Grande do Sul, dentre os principais jornais da imprensa católica<sup>484</sup> no período de 1945 a 1954, destacam-se *A Nação*, *Correio Rio-Grandense* e *Jornal do Dia*. Circulando desde 1872, *A Nação* era de propriedade da Tipografia do Centro S.A., ligada ao Centro da Boa Imprensa do Rio Grande do Sul. Já o *Correio Rio-Grandense* era editado pelos frades capuchinhos em Garibaldi, na região de imigração italiana.<sup>485</sup> Esse periódico, conforme Carla Rodeghero (2003, p. 181), corporificava a função atribuída à imprensa católica na encíclica *Divini redemptoris*, publicada em 1937: “Lutar contra as tendências de materialização e de des cristianização da vida e combater o comunismo”.

---

<sup>484</sup> Conforme Oscar de Figueiredo Lustosa (1983), esse qualificativo não se esgota no fato de determinados jornais serem produzidos por católicos, tampouco em tratarem de temas católicos. *A imprensa católica* seria caracterizada por um “modo e atitude específicos na concepção do periodismo, derivados de sua vinculação orgânica com a missão da Igreja” (LUSTOSA, 1983, p. 29). Como veremos adiante, os jornais *A Nação*, *Correio Rio-Grandense* e *Jornal do Dia*, pelo conteúdo de suas páginas, reuniam tais características.

<sup>485</sup> Circulou em italiano até 1941, quando a campanha de nacionalização do Estado Novo o levou a ser editado em língua nacional. Seus artigos eram geralmente voltados à vida religiosa e aos agricultores, os “colonos”. Conforme Carla Rodeghero (2003), o *Correio Rio-Grandense* circulava em toda a chamada região colonial do Rio Grande do Sul e também em regiões de Santa Catarina e Paraná, chegando a ter 35 mil assinantes em 1950.

O *Correio Rio-Grandense*, poucos dias antes das eleições de 2 de dezembro de 1945, buscou instruir os eleitores com relação ao ato de votar. Conforme o jornal, o eleitor deveria lembrar de que eram necessárias três cédulas distintas, uma para presidente, uma para senador e outra para deputado federal. Na sequência, o ritual do voto era explicado em cada uma de suas etapas:

O eleitor deve ir à seção já munido de suas cédulas. Ao ser chamado, deve declarar seu nome e apresentar o título eleitoral. Fará sua assinatura e receberá um envelope vazio. Irá para o gabinete e dobrará ao meio ou em quatro as três cédulas e as colocará dentro do envelope, fechando o envelope – para isso terá um minuto. Saindo do gabinete, o eleitor mostrará o envelope fechado ao presidente e aos fiscais e, de sua própria mão, depositará o envelope na urna. Receberá então seu título eleitoral e retirar-se-á o eleitor do recinto.<sup>486</sup>

Até este ponto, o jornal dos frades capuchinhos não se distingue daquilo que é publicado sobre o voto em jornais da imprensa comercial de Porto Alegre, como o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*. Havia diferenças, porém, no sentido que era atribuído ao ato de votar. Em 8 de janeiro de 1947, poucos dias antes do pleito estadual, o *Correio Rio-Grandense* anunciava: “VOTAR é um dever grave de todos os católicos. Quem não vota comete um crime grave contra a Pátria e contra a Igreja. Católicos, não poupem sacrifícios para cumprir o vosso dever de votar e votar bem!” [grifo da fonte original].<sup>487</sup> Assim, o voto não seria simplesmente um dever de cidadania cívica, mas um dever perante a Igreja e, por efeitos da mediação entre o mundo dos mortais e o mundo transcendente que esta prometia, um dever do eleitor católico perante Deus.

*A abstenção eleitoral favoreceria a infiltração do comunismo no Brasil. Deixar de votar significava fortalecer o inimigo.* É esse o argumento do artigo publicado no jornal dos capuchinhos em 18 de dezembro de 1946, um mês antes das eleições estaduais. De autoria do redator do periódico, José Bizoto, *Deixar de votar é votar no*

<sup>486</sup> COMO faremos para votar. *Correio Rio-Grandense*, Garibaldi/RS, 28/11/1945, p. 2.

<sup>487</sup> VOTAR é um dever grave de todos os católicos. *Correio Rio-Grandense*, Garibaldi/RS, 08/01/1947, p. 2.

*inimigo* sintetiza essa lógica. Para ele, o voto era uma “arma poderosa” e, para “os católicos de verdade”, deveria assumir “uma força especial”, pois o sufrágio seria o responsável por levar ao governo “homens competentes e honestos, ou ímpios e ateus”. Ímpios e ateus era um modo de se referir aos comunistas, que, segundo o artigo, já haviam percebido a força do voto e estavam em plena campanha eleitoral. Se os comunistas já estavam em campanha, percebendo a importância do comparecimento às urnas, conforme o artigo estaria na hora de os católicos também se mobilizarem, pois a abstenção favoreceria o inimigo vermelho: “Se não formos às urnas, os maus irão e elegerão elementos piores. Cada eleitor que deixa de comparecer às urnas, vota nos inimigos porque enfraquece a força dos bons e ao mesmo tempo reforça as linhas dos maus”.<sup>488</sup>

Em julho de 1946, faleceu o arcebispo de Porto Alegre D. João Becker<sup>489</sup>, sendo D. Vicente Scherer<sup>490</sup> empossado no cargo em janeiro de 1947 – mês das eleições estaduais. A partir de então, a questão da abstenção eleitoral dos católicos passou a estar no centro das preocupações do novo arcebispo, como pode ser observado nas circulares publicadas no *Unitas – Boletim da Província Eclesiástica de Porto Alegre*.<sup>491</sup> Em circular enviada aos padres, em 17 de dezembro de 1946, D. Vicente, como vigário capitular, salienta o perigo de grande

<sup>488</sup> BIZOTO, José. Deixar de votar é votar no inimigo. *Correio Rio-Grandense*, Garibaldi/RS, 18/12/1946, capa.

<sup>489</sup> João Becker (1870-1946) era natural da Alemanha, chegou ao Brasil com oito anos de idade. Estudou no Colégio dos Jesuítas em São Leopoldo e mais tarde no Seminário de Porto Alegre, também dirigido pelos padres da Companhia de Jesus. Foi ordenado em 1896. Por designação de Pio X, foi bispo de Santa Catarina entre 1908 e 1912 e arcebispo de Porto Alegre entre 1912 e 1946 (CPDOC, verbete disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/becke-joao>).

<sup>490</sup> Alfredo Vicente Scherer (1903-1996) estudou no Seminário dos Jesuítas em São Leopoldo e doutorou-se em Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma. Foi ordenado em 1926. Foi secretário do arcebispo de Porto Alegre, D. João Becker, a quem sucedeu a partir de 1947 por nomeação de Pio XII. Foi arcebispo metropolitano de Porto Alegre até 1981 (CPDOC, verbete disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alfredo-alfredo-alfredo>).

<sup>491</sup> Criado em 1913, era editado trimestralmente pela Arquidiocese de Porto Alegre e enviado às paróquias, dioceses e congregações religiosas. Por meio de suas páginas, é possível ter acesso a resoluções do Vaticano, discursos do arcebispo metropolitano, decretos de criação de paróquias, circulares, instruções, notícias, relatórios e documentos do episcopado gaúcho.

abstenção eleitoral advindo do fato de o pleito estar sendo realizado em época de veraneio. Diante disso, preconizava a realização de tarefas pelos padres: era preciso aproveitar “todas as ocasiões, principalmente as missas aos domingos e dias santos (inclusive Natal) para inculcar a obrigação do voto”, a qual se estendia também, “com toda a sua gravidade, às pessoas em viagem ou veraneio”.<sup>492</sup>

Assim, percebe-se a preocupação de D. Vicente com a questão do voto, sendo a abstenção eleitoral um problema a ser evitado. A circular nos oferece um indicativo importante do trabalho de construção do eleitor operado pela Igreja Católica: a busca por inculcar a obrigação do voto entre os católicos por meios de suas práticas litúrgicas, inclusive, e não somente através da narrativa da imprensa católica. Além de ser um agente entre outros na mobilização eleitoral (juntamente com Justiça Eleitoral, imprensa, partidos políticos, associações, etc), a Igreja contava não somente com uma imprensa engajada, mas com um meio de comunicação exclusivo e que poderia ser utilizado para incitar à participação eleitoral: a missa, de certa maneira sacralizando o ato de votar e dotando de gravidade a abstenção de tal dever.

Um pouco antes das eleições de 1947, o tom repreensivo reaparece em circular assinada por D. Vicente: “Comparecer às urnas e votar em candidatos dignos e capazes é um dever de consciência ao qual *ninguém se pode eximir. Toda indiferença seria criminosa* por redundar em proveito do comunismo desnacionalizador e ateu” [grifos do autor]. Há, portanto, um retundo repúdio à abstenção eleitoral dos católicos, pois o alistamento e o comparecimento às urnas eram considerados um dever moral para os católicos de ambos os sexos, conforme o arcebispo.<sup>493</sup>

Se o Partido Comunista era tido como o principal inimigo a ser repellido pelo eleitor católico, não era, entretanto, o único. Artigo do redator do *Correio Rio-Grandense*, José Bizoto, repudiou também à Esquerda Democrática, partido socialista que havia surgido na

<sup>492</sup> Circular n. 21, 17/12/1946. *Unitas – Boletim da Província Eclesiástica de Porto Alegre*, jan-mar 1947, p. 61.

<sup>493</sup> Circular n.º 20, 1º/11/1946. *Unitas – Boletim da Província Eclesiástica de Porto Alegre*, out-dez 1946, p. 61.

oposição a Getúlio Vargas. A crítica aos socialistas se baseava no fato de o partido afirmar, em seu programa, não possuir uma “concepção filosófica de vida nem credo religioso”. Além disso, o artigo acusava a sigla de ser a favor do divórcio e de se recusar a responder ao questionário da Liga Eleitoral Católica (LEC).<sup>494</sup> A LEC, formada pelas juntas paroquiais e pela junta estadual, com membros indicados pela Ação Católica e pelos padres, tinha a tarefa de orientar o eleitorado católico acerca dos candidatos afinados com os princípios defendidos pela Igreja.<sup>495</sup>

Em 1947, a imprensa católica do Rio Grande do Sul passaria a contar com um diário em Porto Alegre: o *Jornal do Dia*. Fundado pelos membros da Associação Católica de Difusão Cultural, formada pelo magistério leigo católico, sob a direção do professor Armando Câmara, recebeu apoio do arcebispo D. Vicente Scherer. O *Jornal do Dia* passou a circular na capital e no interior, publicando notícias internacionais, nacionais e estaduais e uma seção destinada a assuntos religiosos. O seu primeiro editorial, em 26 de janeiro de 1947, apresentava a “missão” do periódico: colocar os recursos do reino da técnica a serviço do reino do espírito, para que se comunicasse e se irradiasse “uma ideia, uma imagem, um ponto de vista – a ideia que se encerra no Cristianismo pleno e integral”.<sup>496</sup>

A partir das eleições de 1950, já com o Partido Comunista do Brasil declarado ilegal, a preocupação da imprensa católica passou a ser a suposta infiltração dos comunistas em outras siglas, com as quais o eleitor católico deveria ter cuidados. Em editorial de 12 de setembro de 1950, algumas semanas antes do pleito, o *Jornal do Dia* acu-

---

<sup>494</sup> BIZOTO, José. Esquerda sim, democrática não! *Correio Rio-Grandense*, Garibaldi/RS, 06/11/1946, capa.

<sup>495</sup> A Liga Eleitoral Católica foi criada em 1932, sob a batuta do cardeal D. Sebastião Leme, do Rio de Janeiro, e com vistas às eleições para formação da assembleia constituinte. O objetivo era o de, orientando o voto do eleitorado católico, garantir que a Constituição fosse elaborada dentro dos princípios católicos (ROSA, 2011, p. 197-198). Em 1945, com a proximidade de eleições para uma nova constituinte, a LEC foi novamente organizada, promovendo o alistamento e um intenso trabalho de propaganda em jornais e rádios. Na ocasião, chegou a ser realizado um comício católico, com a presença de 50 mil pessoas, marcando a instalação oficial da LEC (RODEGHERO, 2017, p. 185-186).

<sup>496</sup> DEFININDO [editorial]. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 26/01/1947, p. 4.

sava o Partido Social Popular (PSP) e o Partido da República (PR) de abrigarem os candidatos comunistas. Conforme o editorial, estes estariam colaborando com traidores: “Partidos democráticos se venalizam não recuando nem em face da colaboração que, com seu gesto, dão aos Calabares da Pátria! Os partidos que assim procedem [...] merecem o repúdio público dos verdadeiros brasileiros”.<sup>497</sup>

Mesmo não mais existindo legalmente o Partido Comunista, o eleitor católico deveria estar atento e repudiar os partidos que abrigassem entre seus quadros candidatos comunistas. No dia seguinte, 13 de setembro, o editorial avançaria nesse tema: além de estarem infiltrados em outros partidos, os comunistas estavam se organizando para as eleições. E isso levava, mais uma vez, à necessidade de organização dos católicos visando à mobilização eleitoral: os “maus, os inimigos do Brasil e de Deus” estariam dispostos a comparecer às urnas em 3 de outubro de 1950 e, por esta razão, os “bons” – “aqueles de quem a Pátria e a Igreja podem esperar” não poderiam se abster. Abstendo-se, estariam cometendo uma falta por omissão e dando aos “inimigos do homem da família, do Brasil e de Deus”, uma força que por si mesmos não possuíam.<sup>498</sup>

Assim, os editoriais do *Jornal do Dia* apresentam argumento similar aos artigos publicados no *Correio Rio-Grandense* no pleito anterior: a abstenção eleitoral dos católicos serviria para fortalecer os inimigos representados pelo comunismo. O eleitor católico era, assim, incitado a comparecer às urnas e a votar. Mas também a “votar bem”. O que significava “votar bem”?

Nos meses anteriores às eleições de 1947, como vigário capitular, D. Vicente Scherer já havia tomado providências para a instalação da Liga Eleitoral Católica. Uma circular coletiva dos bispos gaúchos, em novembro, salientava a necessidade de organização da LEC em cada uma das paróquias, com objetivo de alistar novos eleitores e orientar os já alistados. O documento afirmava que os comunistas estavam “empenhados [...] em conseguir melhores resultados que nas

<sup>497</sup> OS COMUNISTAS e as eleições [editorial]. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 12/09/1950, p. 4.

<sup>498</sup> A INFLUÊNCIA do voto [editorial]. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 13/09/1950, p. 4.

eleições passadas” e por isso era “preciso advertir [...] que nenhum católico pode colaborar, de qualquer maneira que seja, com aqueles elementos hostis”.<sup>499</sup> Além de promover a qualificação com vistas ao alistamento eleitoral e incentivar o comparecimento às urnas, a LEC detinha outra incumbência importante: consultar os candidatos aos postos dos poderes Legislativo e Executivo com uso de um questionário e, em seguida, divulgar a lista dos candidatos considerados solidários às pautas da Igreja Católica e aqueles considerados preferenciais para o voto dos católicos.

Conforme a *Proclamação da Liga Eleitoral Católica*, em 1950, ninguém poderia negar à Igreja “o direito de procurar conhecer a ideologia e as tendências dos que se apresentam ao povo como merecedores de representá-lo nos órgãos do poder civil”. Isso porque a Igreja seria o “órgão oficial de orientação político-religiosa do grande eleitorado católico”.<sup>500</sup> O editorial do *Jornal do Dia*, na edição de 17 de setembro de 1950, enfatizava o trabalho da LEC, conclamando o “eleitorado católico ao exercício do voto e o exorta[ndo] a utilizar esta grande arma da democracia para defender, com desassombro e coragem, os valores ideológicos da Igreja, que são, ao mesmo tempo, os principais alicerces do edifício social”.<sup>501</sup>

Além do repúdio ao comunismo, quais eram as pautas com as quais os postulantes a cargos eletivos que quisessem contar com as *bênçãos* da LEC deveriam se comprometer? A resposta também se encontra nas páginas da imprensa católica. Padre Ambrósio, capuchinho, recordava, em artigo publicado no *Correio Rio-Grandense* em 16 de agosto de 1950, intitulado *Os católicos e a política*, as palavras do arcebispo D. Vicente Scherer ao afirmar que a Igreja não se manifestava a respeito de assuntos meramente políticos. Havia, entretanto, questões políticas que possuíam estreita conexão, no seu entendimento, com os princípios morais e religiosos: “Tais são o matrimônio, a família, o ensino, a moralidade pública e outras. Nesses casos a Igreja

---

<sup>499</sup> Circular coletiva dos bispos do Rio Grande do Sul. *Unitas – Boletim da Província Eclesiástica de Porto Alegre*, out-dez 1946, p. 302.

<sup>500</sup> PROCLAMAÇÃO da Liga Eleitoral Católica. *Unitas – Boletim da Província Eclesiástica de Porto Alegre*, set 1950, p. 201 – 202.

<sup>501</sup> VOTAR bem [editorial]. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 17/09/1950, p. 4.

tem a missão de intervir”.<sup>502</sup> Também o editorial do *Jornal do Dia* seguia argumento semelhante, elencando os seguintes pontos: Defesa do casamento indissolúvel, reconhecimento do casamento religioso, ensino religioso nos estabelecimentos de ensino públicos, quartéis, prisões e hospitais.<sup>503</sup>

Como observado, a Igreja buscava promover o interesse pelo voto e enquadrar esse voto dentro de pautas específicas, pela ação direta dos padres, inclusive nas missas, mas também por meio de duas ferramentas poderosas: a imprensa e a Liga Eleitoral Católica. Além da busca por construir um interesse pelo voto, o ato de votar era dotado de um sentido específico e articulado às pautas de intervenção da Igreja perante o Estado: o eleitor católico deveria votar e votar bem, não somente impedindo o avanço eleitoral dos comunistas e socialistas, mas elegendo candidatos comprometidos com os princípios católicos, sendo estes proclamados pela LEC.

Como se comportou a Liga Eleitoral Católica com relação à candidatura de Alberto Pasqualini? No final de 1946, a junta estadual da LEC encaminhou correspondência aos candidatos no pleito de 19 de janeiro de 1947. Para os candidatos a governador, incluindo Pasqualini, foi encaminhada a seguinte consulta:

I – Mantida, embora, a separação da Igreja do Estado, propugnará V. Ex.<sup>a</sup> pela colaboração de ambos, em prol do interesse coletivo, máxime no que tange ao ensino e à assistência?

II – Seguirá V. Ex.<sup>a</sup> no governo a diretrizes contidas nas encíclicas dos Sumos Pontífices relativamente à proteção da família, à educação da infância e da mocidade, bem como no que diz respeito à natureza e à solução dos problemas econômicos e sociais?

III – Rejeitará V. Ex.<sup>a</sup> a colaboração de adeptos do Partido Comunista Brasileiro para cargos de direção no Governo do Estado e no magistério público?<sup>504</sup>

Naquele momento, havia uma preocupação dos trabalhistas em demonstrar o vínculo entre os princípios católicos e o programa

<sup>502</sup> AMBRÓSIO, padre. Os católicos e a política. *Correio Rio-Grandense*, Garibaldi/RS, 16/08/1950, capa.

<sup>503</sup> VOTAR bem [editorial]. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 17/09/1950, p. 4.

<sup>504</sup> CARTA da Junta Estadual da Liga Eleitoral Católica ao candidato Alberto Pasqualini. Arquivo pessoal de Brusa Neto. In: SIMON, 1994, v. IV.

do PTB. Em entrevista concedida por Loureiro da Silva em Passo Fundo, o líder petebista afirmou que a *Doutrina Social Cristã* inspirava o trabalhismo e o programa de Alberto Pasqualini: “O cristianismo de nossa doutrina pode ser evidenciado em nossa chapa para deputados, na qual são todos católicos, bem como o dirigente do partido”.<sup>505</sup> Por sua vez, Pasqualini respondeu positivamente aos itens apontados na carta da LEC, embora sua resposta tenha sido, nas palavras de Miguel Bodea (1992, p. 40), “curta e seca”:

Em resposta, tenho a honra de declarar a V. Ex.<sup>a</sup> que a matéria do primeiro e do segundo quesitos faz parte do programa que o PTB executará na hipótese de vencer as eleições no Estado. Quanto ao terceiro quesito, o assunto já foi objeto de deliberação partidária [...]. A essa deliberação estou vinculado como candidato do Partido Trabalhista.<sup>506</sup>

Após a consulta aos candidatos, a Liga Eleitoral Católica acabou recomendando os três postulantes ao cargo de governador do Rio Grande do Sul: Alberto Pasqualini (PTB), Décio Martins Costa (PL-UDN) e Walter Jobim (PSD), sem distinções. Para os demais cargos, os católicos não deveriam votar, “sob pena de violar um grave dever de consciência”, nos candidatos do Partido Comunista do Brasil e da Esquerda Democrática.<sup>507</sup> Não houve, portanto, hostilidade oficial da Liga Eleitoral Católica com relação a Pasqualini. A partir da recomendação da LEC a ambos os candidatos ao governo do Rio Grande do Sul, o que houve foi uma acirrada disputa pela legitimidade perante o eleitorado católico. Nesse sentido, foi amplamente divulgado pela coligação PL-UDN o apoio do “líder católico” Armando Pereira da Câmara à candidatura de Décio Martins Costa.<sup>508</sup> Em 9 de janeiro, dez dias antes do pleito, a propaganda eleitoral da mesma coligação, no *Diário de Notícias*, exibia em letras grandes, no rodapé, a frase

---

<sup>505</sup> FALA em Passo Fundo o sr. Loureiro da Silva. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 12/12/1946, contracapa.

<sup>506</sup> RESPOSTA de Alberto Pasqualini à Junta Estadual da Liga Eleitoral Católica. Arquivo pessoal de Brusa Neto. In: SIMON, 1994, v. IV.

<sup>507</sup> LIGA Eleitoral Católica. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 22/12/1946, contracapa.

<sup>508</sup> O EMINENTE professor e líder católico... *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28/12/1946, p. 31.

atribuída a D. Carlos Carmelo, arcebispo de São Paulo: “Os votos dos fiéis cristãos são para os cristãos fiéis”.<sup>509</sup>

Na concorrência pelo eleitorado, majoritariamente católico, a campanha de Walter Jobim contra-atacou com o apelo dos deputados federais Adroaldo Mesquita da Costa, Eloy José da Rocha e Daniel Faraco aos católicos.<sup>510</sup> O apoio do primeiro foi salientado na propaganda do PSD: “O líder católico e deputado federal Dr. Adroaldo Mesquita da Costa está com Dr. Walter Jobim, no qual o episcopado rio-grandense tem plena confiança”.<sup>511</sup> Conforme depoimento de Francisco Machado Carrion (1983), Adroaldo era reconhecido pelos jovens católicos do período como “o papa civil da Igreja”: “Ele era a grande figura que pontificava em nome da Igreja como leigo”. Assim, havia uma tentativa de associação, na propaganda dos partidos, à Igreja Católica por meio de apoios de lideranças tidas como influentes entre os seus praticantes. Na disputa, havia espaço também para desqualificação dos adversários. No primeiro dia de janeiro de 1947, o PTB buscou rebater na propaganda impressa as acusações que o PSD teria proferido em seu programa de rádio: Alberto Pasqualini teria sido acusado de ser contra Deus e a Religião. A propaganda petebista alertava:

Se os senhores do PSD [...] quiserem transformar o pleito eleitoral em uma campanha religiosa, aceitamos o desafio, dispostos a provar quem, em verdade, sempre foi e ainda é contra Deus, contra a religião e contra a Igreja. Temos material de sobra para desmascarar os falsos cristãos.<sup>512</sup>

No desagravo, a propaganda do PTB deu uma mostra desse “material” com o qual buscava “desmascarar os falsos cristãos”. Tratava-se de uma edição da revista *Reacção*, publicada em Santa Maria no ano de 1915. Na edição do *Correio do Povo* de 1º de janeiro, o PTB publicou apenas um fragmento de uma página da revista:

---

<sup>509</sup> DÉCIO Martins Costa, o candidato da vitória. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 09/01/1947, p. 2.

<sup>510</sup> AOS CATÓLICOS. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/01/1947, contracapa.

<sup>511</sup> A LIGA Eleitoral Católica disse... *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 11/01/1947, p. 10.

<sup>512</sup> ACEITAMOS o desafio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1º/01/1947, p. 5.

Imagem 74 – Fragmento da revista *Reacção* publicado na propaganda do PTB



Fonte: ACEITAMOS o desafio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1º/01/1947, p. 5 [MCSHJC].

A imagem publicada era acompanhada de uma legenda intimidadora, dirigida aos adversários possedistas: “Aqui está a amostra. Se quiserem, desdobramos o pano”. No texto que acompanhava a imagem, assinado pelo diretório estadual do PTB, se ameaçava divulgar os artigos anticlericais publicados em 1915 na revista *Reacção*<sup>513</sup>, insinuando serem de autoria de alguém do campo adversário: “Quem é contra Deus, contra a religião, contra a Igreja e contra o clero não é Alberto Pasqualini, mas sim alguém que hoje veste pele de cordeiro para atrair o voto dos católicos”.<sup>514</sup>

Em 12 de janeiro, um a pedido publicado no *Diário de Notícias* daria fim ao tom misterioso, revelando o conteúdo do artigo anticlerical publicado na revista mais de três décadas antes: ele seria de auto-

<sup>513</sup> Segundo Marta Rosa Borin (2013), o conteúdo anticlerical da revista *Reacção*, editada em 1915, expressa as tensões existentes na época entre o clero católico e os adeptos da Maçonaria em Santa Maria.

<sup>514</sup> ACEITAMOS o desafio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1º/01/1947, p. 5.

ria do candidato do PSD a governador. Na assinatura do texto intitulado *A Igreja romana constitue um fator da miséria humana*, constava apenas o epíteto Só, sobrenome materno de Walter Só Jobim.<sup>515</sup> As dúvidas eram dirimidas com a reprodução do expediente da revista:

Imagem 75 – Expediente da revista *Reacção* publicado a pedido (1947)



Fonte: SEM comentários. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 12/01/1947, p. 6 [MCSHJC].

A imagem, exibindo o nome de Walter Jobim como redator de uma revista anticlerical, foi publicada em um a pedido sem assinatura, podendo ter sido encomendada pelo PTB, que havia ameaçado fazê-lo em 1º de janeiro, pela coligação PL-UDN, que também se beneficiava com uma possível perda de votos católicos pelo candida-

<sup>515</sup> SEM comentários. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 12/01/1947, p. 6.

to pessedista, ou, ainda, por ambos. Isso porque, no mesmo dia, a campanha de Décio Martins Costa (PL-UDN) publicou, em página inteira do jornal, um anúncio direcionado aos católicos, com a seguinte mensagem: “É e sempre foi católico sincero e praticante, jamais tendo sido materialista, ateu, agnóstico ou anticlerical!”<sup>516</sup>

O caso da publicação do artigo atribuído a Walter Jobim evidencia o acirramento da disputa eleitoral em 1947 e a importância da questão católica na propaganda. Mesmo assim, a vitória de Jobim em 19 de janeiro viria demonstrar que a propaganda na imprensa não seria suficiente para neutralizar a ação de parte do clero em favor do candidato pessedista. Uma semana após as eleições, Raul Pilla, líder do PL, faria denúncias na imprensa sobre o uso da máquina pública em favor de Jobim, mencionando, inclusive, a destinação de recursos para associações ligadas à Igreja, como os Círculos Operários, e para paróquias onde padres teriam apoiado ostensivamente o candidato governista.<sup>517</sup> Em um dos artigos que publicou no *Diário de Notícias* após as eleições, o advogado Clio Fiori Druck afirma ter conversado com pequenos produtores rurais da região de imigração italiana, os “colonos”. A partir disso, o autor constrói uma narrativa em que um dos interlocutores teria lhe explicado a preferência pelo candidato petebista:

Pasqualini ofereceu dinheiro e auxílio à colônia no momento em que atravessamos a maior crise; prometeu tirar dos ricos para dividir com os necessitados [...]. Depois, *disseram que Jobim deu (!) 440 contos para os padres*. Pasqualini prometeu aos colonos, pois os padres já ganham muito e não devem meter-se em política [grifos do autor].<sup>518</sup>

O artigo de Fiori Duck apresenta, portanto, mais um indicativo da percepção, à época, da remessa de recursos do Estado, mesmo que por vias indiretas, para os padres no período eleitoral. Além disso, menciona a ação de membros do clero nas missas em favor de Jobim: “Os padres falaram dele na missa, dizendo ser o melhor candidato, mas não disseram o porquê”.<sup>519</sup> Ainda na campanha eleitoral,

<sup>516</sup> ANÚNCIO de Décio Martins Costa. *Diário de Notícias, Porto Alegre*, 12/01/1947, p. 5.

<sup>517</sup> A CARTA de Raul Pilla. *Diário de Notícias, Porto Alegre*, 26 de janeiro de 1947, p. 02.

<sup>518</sup> DRUCK, Clio Fiori. Diálogo com um colono da região italiana. *Diário de Notícias, Porto Alegre*, 30/01/1947, p. 2.

um anúncio publicado pelo PTB já demonstrava a preocupação do partido com a ação dos adversários sobre o eleitorado católico, reafirmando a recomendação da LEC aos três candidatos a governador, incluindo Pasqualini:

A proclamação da LIGA ELEITORAL CATÓLICA é a palavra oficial da Igreja. Não acredita no que te disserem em contrário. São manobras desprezíveis, que tu deves repelir. Não permite que explorem a tua boa-fé, nem que utilizem o teu amor a Deus, como instrumento eleitoral [grifos do original].<sup>520</sup>

Essa preocupação também seria evidenciada de outra forma: poucos dias antes do pleito, a coluna política do *Diário de Notícias* publicou notícia enviada pela Agência Meridional com afirmações atribuídas a Loureiro da Silva no Rio de Janeiro. Conforme noticiado, Loureiro teria dito, em “uma roda de amigos”, que Pasqualini só não seria eleito “no caso de a Igreja aconselhar aos católicos o nome do Sr. Walter Jobim”.<sup>521</sup> Durante a apuração, sob o impacto dos primeiros sinais da derrota de Pasqualini, Loureiro manifestou ao *Diário de Notícias* os motivos aos quais atribuía o resultado: o “pacto” entre PCB e PSD e o apoio ostensivo dos capuchinhos a Jobim, gerando, nas palavras de Loureiro, “a singular e bizarra coalizão de forças de princípios totalmente antagônicos”.<sup>522</sup>

Conforme mencionado no início do capítulo, a correspondência de Alberto Pasqualini e de Loureiro da Silva indica a atribuição da derrota eleitoral do primeiro frente a Jobim à ação de parte do clero nos últimos momentos da campanha eleitoral. Os frades capuchinhos são especialmente mencionados nessas missivas. Na biografia de Paulo Brossard de Souza Pinto, o autor confirma a versão de que os capuchinhos teriam feito uma “campanha feroz” contra Pasqualini, de quem pessoalmente Brossard afirmou ter ouvido

<sup>519</sup> DRUCK, Clio Fiori. Diálogo com um colono da região italiana. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 30/01/1947, p. 2.

<sup>520</sup> AO Rio Grande do Sul. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 10/01/1947, p. 10.

<sup>521</sup> RIO, 15 (Meridional) – Quando de sua recente... *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 16/01/1947, contracapa.

<sup>522</sup> OS CAPUCHINHOS, os comunistas e o pleito de 19. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 24/10/1947, contracapa.

que, em caso de vitória, “expulsaria os capuchinhos do Rio Grande do Sul” (VALLS, 2004, p. 43).

As acusações mais contundentes publicadas após o pleito se deram por meio de um a pedido “de um grupo de trabalhistas” no *Correio do Povo* em 26 de janeiro de 1947. Um dos alvos foi um padre de Bento Gonçalves, a quem se atribui um “gênio violento a ponto de andar armado”. Este, conforme a publicação dos trabalhistas, teria percorrido as ruas de seu município no dia do pleito arrancando das mãos das mulheres as cédulas eleitorais que não fossem de Walter Jobim. O padre era mencionado em um panfleto, reproduzido no a pedido, supostamente distribuído pelos padres capuchinhos em Garibaldi, onde se conclamava o eleitorado católico a votar em Jobim, “candidato do PSD e do PRP”. A menção ao Partido de Representação Popular (PRP), sigla liderada nacionalmente por Plínio Salgado e que havia declarado apoio a Jobim, é algo a ser observado na sequência deste subcapítulo.

A publicação também apresenta entrevista com o professor Ernani Álvares Cardoso, qualificado como “figura de destaque do catolicismo rio-grandense”. Segundo ele, a maior parte do clero, incluindo o arcebispo D. Vicente Scherer, se comportara de forma correta e imparcial durante as eleições. Entretanto, apresenta exemplos de padres que não seguiram essa orientação, como o vigário da paróquia de Frederico Westphalen, que teria distribuído panfleto em favor de Walter Jobim, reproduzido no a pedido, no qual afirmava que votar nos candidatos do PTB ou da coligação PL-UDN era votar “contra a Santa Igreja Apostólica Romana”. Porém, teriam sido os padres do interior da Diocese de Caxias do Sul, especialmente na zona dos capuchinhos, os responsáveis pelos maiores prejuízos à candidatura de Pasqualini: “Sexta-feira de madrugada todos os padres do Convento de Garibaldi se largaram pelo município a dentro, de casa em casa, apreendendo e inutilizando nossas chapas [cédulas] e benzendo as chapas do PSD”. Benzidas as cédulas do PSD, os capuchinhos teriam ameaçado as famílias dos “colonos” de excomunhão caso as destruíssem.<sup>523</sup>

---

<sup>523</sup> A PEDIDO. Por que o povo foi derrotado na eleição para governador... *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26/01/1947, p. 11.

De origem francesa, os frades capuchinhos haviam chegado ao Rio Grande do Sul no final do século XIX, a convite do bispo de Porto Alegre D. Cláudio Gonçalves Ponce de Leão (1841-1924), com o intuito de suprir a carência de padres e promover missões religiosas na região de imigração italiana. Nessa região, foram responsáveis por implantar um catolicismo mais rígido com relação às normas oficiais da Igreja Católica:

Através das missões populares e das paróquias, os frades buscavam manter os colonos italianos e os brasileiros apegados à doutrina da Igreja e aos sacramentos. Mas, para garantir o apego dos fiéis às normas da Igreja, era necessário mudar o modo como os católicos se sentiam ligados a Deus [...]. Para os frades franceses, tanto o catolicismo dos italianos como o dos brasileiros era marcado por muita exterioridade e superstição.<sup>524</sup>

Desde 1909, os capuchinhos editavam o jornal *Correio Rio-Grandense*, primeiro em Caxias do Sul, depois em Garibaldi. As edições do periódico dos frades, às vésperas das eleições de 1947, confirmam o apoio a Jobim e a hostilidade com relação a Pasqualini? Em 8 de janeiro, sua coluna política noticiava o apoio do PRP à candidatura de Jobim. Conforme os redatores, isso excluía a possibilidade do apoio dos comunistas ao mesmo candidato. O fato de Décio Martins Costa ser católico praticante e apoiado pelo líder católico Armando Câmara também excluía o candidato da coligação PL-UDN dos planos dos comunistas. Conforme essa argumentação, restava ao PCB apoiar o candidato do PTB, Alberto Pasqualini: “Que conforme as declarações do presidente do PTB, o sr. Getúlio Vargas, estaria disposto a colaborar com os comunistas”.<sup>525</sup> Após Luís Carlos Prestes declarar apoio a Jobim, o jornal publicou um anúncio destacado negando qualquer acordo entre o candidato pessedista e os comunistas: “Walter Jobim afirmou: sou anticomunista por princípio, por formação e por partido [...]. Ninguém se iluda com as tramas de Luís Carlos Prestes”.<sup>526</sup>

<sup>524</sup> OS CAPUCHINHOS de Saboia no Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.capuchinhos.org.br/caprs/institucional/historia-1>.

<sup>525</sup> OS COMUNISTAS em quem votarão? *Correio Rio-Grandense*, Garibaldi, 08/01/1947, p. 03.

<sup>526</sup> WALTER Jobim... [Anúncio]. *Correio Rio-Grandense*, Garibaldi, 15/01/1947, p. 03.

Após o pleito, quando a entrevista de Loureiro e outras análises publicadas na imprensa acusaram aos capuchinhos de apoio a Jobim, os frades se defenderam por meio do jornal. Primeiramente, os editores reafirmaram o argumento de que o apoio de Prestes a Jobim era uma encenação para prejudicar o candidato pessedista: “Os desavisados [...] deixam-se iludir pelo príncipe da mentira que é o Stálin crioulo”.<sup>527</sup> Em seguida, afirmavam que os comunistas haviam votado em Pasqualini, o que seria confirmado pelos pacotes, supostamente encontrados em Garibaldi, contendo cédulas do candidato pe-tebista a governador e do candidato a senador pelo PCB, Trifino Corrêa.<sup>528</sup> Na edição de 29 de janeiro, refutam as acusações de terem apoiado o mesmo candidato que os comunistas:

É a primeira vez que em nosso Estado, principalmente na zona colonial italiana, se observa tão grande campanha contra o clero católico. Levantou-se uma onda de insultos vergonhosos, de calúnias grosseiras contra os Ministros de Deus [...]. E por que toda esta luta? Por qual crime? Pelo crime único de o clero chamar a atenção dos católicos para as manobras e o perigo do Partido Comunista.<sup>529</sup>

A alegação de que o apoio de Prestes a Jobim seria uma mentira e que os comunistas teriam apoiado a Pasqualini permitia que os capuchinhos não negassem o apoio a Jobim, mas sim que o justificassem. Entretanto, os frades negaram, por meio do jornal, que tivessem percorrido a região às vésperas das eleições destruindo as cédulas dos adversários de Jobim, como os acusou Ernani Cardoso no *Correio do Povo*. Na mesma edição, deixaram um recado, em tom de advertência: criticando a ação do clero, os trabalhistas estariam “tomando o bonde errado”, pois, “contra Deus, a Igreja e seus ministros” até então não tinha havido alguém que levasse a vitória. “As portas do inferno não hão de prevalecer contra a Igreja”, finalizava o redator.<sup>530</sup>

<sup>527</sup> MANOBRAS comunistas. *Correio Rio-Grandense*, Garibaldi, 22/01/1947, p. 02.

<sup>528</sup> OS COMUNISTAS votaram em Alberto Pasqualini. *Correio Rio-Grandense*, Garibaldi, 22/01/1947, p. 03.

<sup>529</sup> A TORMENTA se avizinha. *Correio Rio-Grandense*, Garibaldi, 29/01/1947, capa.

<sup>530</sup> A ARMA dos trabalhistas. *Correio Rio-Grandense*, Garibaldi, 05/02/1947, p. 04.

Há vários indícios de que parte do clero tenha agido em favor da eleição de Walter Jobim e mesmo de que alguns padres tenham sido hostis à candidatura de Alberto Pasqualini. As denúncias na imprensa com relação a isso, entretanto, causaram um mal-estar no clero, especialmente na região de Caxias do Sul, confirmado pelo tom da circular de sua Cúria Diocesana publicada no jornal *A Nação*, onde protestaram contra aquilo que consideraram *injustiça e calúnia*.<sup>531</sup> É igualmente plausível que a ação hostil a Pasqualini em 1947 tenha sido superdimensionada pelas lideranças petebistas, e isso pode ter contribuído para agravar as desconfianças do clero com relação ao trabalhismo de Pasqualini nos anos seguintes.

#### 4.2.2 O dia em que Alberto Pasqualini derrotou Plínio Salgado

Em junho de 1950, Getúlio Vargas, ainda residindo em sua fazenda em São Borja, se preparava para a campanha eleitoral que o faria retornar à presidência da República. João Neves da Fontoura o mantinha informado a respeito das articulações políticas. Em carta de 27 de junho, informou a Getúlio sobre sua decisão de não aceitar o convite para concorrer a senador pelo Rio Grande do Sul. Nesse momento, como observado no capítulo 1, abriu-se caminho para a candidatura de Alberto Pasqualini a senador pelo PTB, confirmada por indicação do ex-presidente em agosto. Na mesma ocasião, João Neves relatou sua conversa com o núncio apostólico, Carlo Chiarlo (1881-1964), representante da Santa Sé no Brasil: “Tenho impressão de que minha gestão diplomática será coroada com êxito”, afirmou. A conversa de João Neves com o núncio tinha o propósito de se precaver quanto a uma possível “má vontade” do arcebispo de Porto Alegre, D. Vicente Scherer, com relação à candidatura de Getúlio: “Como sabes, é o núncio que manda em tudo”.<sup>532</sup>

Após a conversa com o núncio apostólico, João Neves buscou serenar a questão com Getúlio: entregara ao representante da Santa

<sup>531</sup> INCISIVA circular da Cúria Diocesana de Caxias do Sul. *A Nação*, Porto Alegre, 26/02/1947, capa.

<sup>532</sup> CPDOC FGV. GV c 1950.06.23/2. Carta de João Neves da Fontoura a Getúlio Vargas. 23/06/1950.

Sé uma cópia do discurso do ex-presidente na convenção do PTB, que na sua opinião havia causado “boa impressão nas classes produtoras”. Sobre a fala de Getúlio na convenção, já havia salientado: “Não podes cair nos excessos doutrinários do Pasqualini sob pena de criar-se uma atmosfera de pânico social e suspeita, que é o que desejam teus inimigos. O que os desapontou foi o tom moderado e algo conservador de teu discurso”.<sup>533</sup> Além de entregar ao núncio esse discurso *moderado* de Getúlio, salientou ao representante do Vaticano que, durante 15 anos de governo, Vargas não instituíra o divórcio no Brasil. Conforme Neves da Fontoura, a situação seria tranquila, com uma ressalva: “Tudo está em que Pasqualini não insista em socialismo integral e outras coisas contra as quais a Igreja é infensa”.<sup>534</sup>

Aproximadamente um ano antes, uma entrevista de D. Vicente Scherer ao *Diário de Notícias* havia sido interpretada como uma censura ao programa do PTB. Conforme o arcebispo, o preocupavam “teorias favoráveis à transferência sempre mais ampla das fontes de produção ao domínio do Estado” e que seria “inaceitável a socialização sem reservas dos meios de produção e das instituições de crédito”. Na sequência, D. Vicente enfatizava:

A socialização repentina ou progressiva, patrocinada por não poucos utopistas, como sendo a fórmula mágica de salvação nacional, representaria um passo fatal e decisivo rumo ao estabelecimento de um regime totalitário [...]. *Os defensores dessa doutrina não podem inspirar confiança do eleitorado católico* [grifos do autor].<sup>535</sup>

Embora D. Vicente Scherer não tenha explicitamente se referido a Alberto Pasqualini ou ao PTB, parte da imprensa e políticos adversários associaram as declarações do arcebispo ao trabalhismo, o que as lideranças petebistas buscaram refutar. Pasqualini, Salgado Filho e Vargas manifestaram à imprensa que a entrevista não tinha relação com o PTB.<sup>536</sup> Pasqualini concedeu entrevista ao *Diário de*

---

<sup>533</sup> Idem.

<sup>534</sup> CPDOC FGV. GV c 1950.06.27. Carta de João Neves da Fontoura a Getúlio Vargas. 27/06/1950.

<sup>535</sup> D. VICENTE Scherer define a posição da Igreja gaúcha. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 10/07/1949, p. 23.

<sup>536</sup> AN. AP 49. Cx 61, pasta G, docs 01-12. Clipagem Lux *Diário Popular*, *Diário Carioca*, *O Globo*. 07/1950.

*Notícias* refutando qualquer incompatibilidade entre os postulados do trabalhismo e os princípios anteriormente enunciados por D. Vicente: “O programa trabalhista, em parte alguma, propõe a transferência sempre mais ampla das fontes de produção ao domínio do Estado. Muito menos preconiza a socialização sem reservas dos meios de produção ou das instituições de crédito”.<sup>537</sup> Em discussão sobre o tema no Senado, Salgado Filho foi enfático: a entrevista do arcebispo não se dirigia contra o PTB.<sup>538</sup>

As cartas de João Neves da Fontoura a Getúlio Vargas e o relato da conversa com o núncio apostólico, bem como a polêmica com a entrevista do arcebispo um ano antes, revelam a tensão existente entre as propostas de Alberto Pasqualini e a necessidade de as candidaturas petebistas contarem com o aval do clero católico. Na convenção do PTB, Pasqualini mais uma vez afirmaria que a doutrina trabalhista estava adequada aos preceitos das Encíclicas: a linha política por ele defendida seria “essencialmente cristã”, não tocando nos extremos, mas passando “pelo centro onde julgamos que esteja a melhor solução”.<sup>539</sup> Durante aquela campanha eleitoral, Pasqualini reforçaria esse aspecto, especialmente no comício realizado em Caxias do Sul no mês de setembro, onde buscaria demonstrar que o trabalhismo brasileiro não tinha a ver “com o socialismo condenado pela Igreja”.<sup>540</sup>

Isso, entretanto, não dirimia as tensões. Novamente os candidatos petebistas contavam com a aprovação oficial da Liga Eleitoral Católica como solidários aos princípios defendidos pela Igreja: a governador, o nome de Ernesto Dornelles (PTB) figurava junto aos de Cylon Rosa (PSD) e Edgar Schneider (PL); a senador, o nome de Alberto Pasqualini (PTB) tinha lugar junto aos de Décio Martins Costa (PL) e Plínio Salgado (PRP).<sup>541</sup> Porém, aguardava-se a proclamação

---

<sup>537</sup> PASQUALINI responde. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 17/07/1949, contracapa.

<sup>538</sup> AN. AP 49. Cx 61, pasta G, docs 01-12. Clipping Lux *Diário Popular*, *Diário Carioca*, *O Globo*. 07/1950.

<sup>539</sup> AFIRMA o sr. Alberto Pasqualini que a candidatura Vargas não é dirigida contra ninguém e nem constitui um desafio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/06/1950, p. 32.

<sup>540</sup> PASQUALINI e o socialismo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/09/1950, p. 12.

<sup>541</sup> LIGA Eleitoral Católica. Proclamação. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 15/09/1950, p. 5.

da junta nacional da LEC com relação aos candidatos a presidente e a vice-presidente. O comentarista dos Diários Associados, Murilo Marroquim, conhecido pela firme oposição ao getulismo e ao trabalhismo, chegou a opinar que a junta nacional da LEC rejeitaria a chapa completa da coligação PTB-PSP, ou seja, Getúlio Vargas também não seria recomendado devido à rejeição de seu vice, Café Filho, por parte do clero.<sup>542</sup>

A junta nacional da LEC, como previsto, censurou o nome de Café Filho como candidato a vice-presidente, não sendo considerado apto a receber o voto dos católicos em virtude de seu “passado hostil à Igreja e às reivindicações da Liga Eleitoral Católica”. Isso, no entanto, não resultou em rejeição a Getúlio Vargas, considerado, como os demais candidatos a presidente, solidário aos princípios cristãos.<sup>543</sup> O que reduzia os efeitos negativos para a campanha petebista, mas não impedia que os partidos adversários e parte da imprensa se utilizassem do fato para desmerecer Getúlio e, por consequência, aos demais candidatos petebistas. Dois dias antes do pleito, chegou a ser publicada na contracapa do *Diário de Notícias* uma nota curta e sem maiores detalhes sobre a mensagem divulgada pela Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, mas cuja manchete era bastante enfática: *Café Filho “Agente de Satanás”*.<sup>544</sup>

Mesmo contando com a aprovação oficial da LEC, Alberto Pasqualini e Getúlio Vargas seriam acusados, pelas campanhas adversárias, especialmente do PRP, e por comentaristas da imprensa católica, de serem aliados do comunismo ou mesmo comunistas. Assis Machado, em sua coluna *Instantâneas*, publicada no jornal católico *A Nação*, comentou um excerto de discurso em que Getúlio Vargas faz um elogio a Pasqualini, chamando-o de “doutrinador mais autorizado do trabalhismo brasileiro”. Na opinião do colunista, isso evidenciava o desejo de Vargas de enquadrar o trabalhismo “na linha

<sup>542</sup> MARROQUIM, Murilo. A LEC discute a condenação de Vargas. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 22/09/1950, p. 3.

<sup>543</sup> A JUNTA nacional da LEC impugnou a candidatura de Café Filho. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 16/09/1950, contracapa.

<sup>544</sup> CAFÉ Filho “Agente de Satanás”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 1º/10/1950, contracapa.

socialista defendida pelo ilustre autor de *Bases e Sugestões*”. As implicações práticas disso seriam, em sua visão, a convergência para “uma solução materialista, no âmbito da doutrina marxista” e, portanto, esse trabalhismo não seria conveniente ao Brasil.<sup>545</sup> O jornal tinha entre seus colaboradores alguns candidatos a deputados pelo PRP e as campanhas e posições desse partido tiveram destaque em suas páginas.

O *Correio Rio-Grandense*, dos frades capuchinhos, também deu ênfase ao PRP, especialmente ao candidato a senador Plínio Salgado.<sup>546</sup> Antigo líder da Ação Integralista Brasileira, Plínio havia passado por um longo exílio em Portugal, onde reformulou suas ideias dotando-as de uma atmosfera cristã e retirando o sentido totalitário tão em voga na época em que havia dado forma ao integralismo – o *fascismo brasileiro dos anos 1930*.<sup>547</sup> A edição de 20 de setembro de 1950 destacou o discurso de Adroaldo Mesquita da Costa em homenagem a Plínio Salgado, em virtude de sua defesa das ideias “cristãs, nacionalistas e democráticas”.<sup>548</sup> Logo em seguida, Plínio Salgado fez uma visita à redação e às oficinas do jornal dos capuchinhos. Em discurso, na ocasião, o candidato a senador buscou dividir a cena política entre quem estava com Deus e quem estava contra Deus: “Por

---

<sup>545</sup> MACHADO, Assis. Instantâneas. *A Nação*, Porto Alegre, 06/09/1950, p. 3.

<sup>546</sup> As menções positivas do *Correio Rio-Grandense* a Plínio Salgado remontam à década de 1930, quando o jornal ainda circulava em italiano e os frades capuchinhos da região manifestavam simpatia pelo fascismo e, por convergência de ideias, pela Ação Integralista Brasileira (BRANDALISE, 1998).

<sup>547</sup> Conforme Hélgio Trindade (1979), a situação política interna do Brasil, na passagem entre as décadas de 1920 e 1930, forneceu condições para a emergência de um movimento autoritário e antiliberal como o Integralismo, mas seu conteúdo e estilo de organização se inspiravam amplamente no fascismo europeu, pelos aspectos centrais de sua ideologia, pela forma altamente hierarquizada, pelo estilo carismático e autocrático do chefe e pelos rituais do movimento. Leandro Pereira Gonçalves (2012) chama a atenção para a Doutrina Social da Igreja como ponto de partida das reflexões de Plínio Salgado; em seguida, viriam o Integralismo Lusitano, a *Action Française* e o fascismo italiano. O autor destaca o exílio em Portugal como um momento de consolidação dos princípios cristãos em Plínio Salgado, que reformula sua doutrina afastando-se do fascismo e salientando o catolicismo, preparando assim sua reinserção na política brasileira no pós-45 (GONÇALVES, 2012). Sobre o fascismo e a bibliografia sobre o tema, incluindo o fascismo extra europeu, ver Robert O. Paxton (2007).

<sup>548</sup> PALAVRAS do dr. Adroaldo Mesquita da Costa em louvor a Plínio Salgado. *Correio Rio-Grandense*, Garibaldi, 20/09/1950, p. 3.

Deus ou contra Deus: eis o dilema. Ou marchamos segundo as nossas tradições cristãs, ou afundaremos no pantanal do materialismo”.<sup>549</sup>

Alguns dias antes, em 17 de setembro, Félix Contreiras Rodrigues (PRP), candidato a suplente de senador na chapa de Plínio Salgado, havia publicado artigo no *Diário de Notícias* intitulado *Em defesa dos estancieiros*. Nele, faz críticas incisivas ao trabalhismo, a Pasqualini e ao seu discurso proferido em Caxias do Sul alguns dias antes. Para ele, o programa trabalhista defendido por Pasqualini se alinhava às “soluções marxistas” para a resolução das desigualdades sociais. Conforme seu argumento, as desigualdades materiais seriam consequências naturais das desigualdades humanas:

O homem inteligente, operoso e parcimonioso acabará justamente rico, por *justiça natural*; o homem obtuso, o vadio, o viciado, são os *destinados à pobreza material*, como reflexo de sua pobreza moral e intelectual. [...] Pretender a correção deste estado de coisas por meio de decretos [...] já é uma violência do Estado exercida *contra a natureza das coisas*; e evocar a autoridade da Igreja para justificar tal política é uma falsidade com que os *doutrinadores do Partido Trabalhista* procuram mistificar a Nação Brasileira [grifos do autor].<sup>550</sup>

Proprietário de terras em Bagé, na fronteira com o Uruguai, advogado, intelectual, integralista, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Félix Contreiras Rodrigues se colocava como defensor dos estancieiros contra Pasqualini, que, na sua visão, buscava beneficiar apenas aos pequenos proprietários. A presença de um argumento como o de Félix Contreiras, na campanha eleitoral de 1950, de que as desigualdades sociais seriam *resultado natural das desigualdades humanas*, indica o quanto os aspectos sociais do programa defendido por Pasqualini tensionavam e inquietavam um meio político com presença de ideias conservadoras. Apelando aos princípios cristãos, seu artigo definia as propostas de Pasqualini em favor dos pequenos agricultores e dos sem-terra como “cam-

<sup>549</sup> PALAVRAS de saudação e de esperança. *Correio Rio-Grandense*, Garibaldi, 27/09/1950, capa.

<sup>550</sup> RODRIGUES, Félix Contreiras. Em defesa dos estancieiros. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 17/09/1950, p. 2.

panha demagógica” e “obra diabólica a serviço do comunismo”.<sup>551</sup> Em outro artigo, publicado em 1957 na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, o intelectual perrepista classificaria o PRP e o PTB como partidos preocupados com a resolução da questão social, porém, enquanto a sigla de Plínio Salgado defendia, na sua visão, “o método de associação livre, em que o cidadão pode defender toda a dignidade de sua pessoa”, o PTB de Alberto Pasqualini buscava “valer-se do Estado politicamente democrático, mas econômica e socialmente socialista” (RODRIGUES, 1957, p. 97).

Na documentação referente à candidatura a governador de Wolfram Metlzer (PRP) no pleito seguinte, em 1954, consta uma *Orientação para a campanha do PRP*. Nele, uma das principais orientações era “atacar veementemente o comunismo”, demonstrando que havia comunistas infiltrados em diversos órgãos de imprensa, nas Forças Armadas, na magistratura e nos órgãos dos governos, todos preparando uma revolução comunista no Brasil. Ao mesmo tempo, seria necessário assinalar, conforme as instruções para a campanha perrepista, que a sigla seria a única verdadeiramente preocupada em combater o comunismo. Além disso, no aspecto doutrinário, seus candidatos e correligionários deveriam

Combater o divórcio, o jogo, a excessiva intromissão do Estado na iniciativa privada. Defender a família. Frisar que esta é uma hora de definições. Ninguém deixe de votar, pois que o voto é a grande arma contra os desmandos, a inércia e os que não souberam corresponder aos anseios do povo.<sup>552</sup>

O documento é demonstrativo da lógica pela qual as lideranças do PRP operavam. Partido com pressupostos programáticos bem demarcados, altamente organizado, anticomunista e bastante hostil tanto a Vargas quanto a Pasqualini, o PRP, embora contabilizasse entre 7 e 8% dos votos para deputados estaduais entre 1947 e 1954, consolidou-se como o quarto maior partido do Rio Grande do Sul e com força expressiva em algumas regiões do Estado, especialmente

<sup>551</sup> RODRIGUES, Félix Contreiras. Em defesa dos estancieiros. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 17/09/1950, p. 2.

<sup>552</sup> AIB-PRP [DELFO PUCRS]. Fundo 5. Série 9. 9.1.2. Orientação para a campanha do PRP. 1954.

na região de imigração alemã – onde a Ação Integralista Brasileira teve bastante receptividade nos anos 1930<sup>553</sup> – e onde Pasqualini tinha pouca inserção, como observado no subcapítulo anterior.

Apesar de o discurso católico e conservador de Plínio Salgado encontrar um ambiente receptivo no Rio Grande do Sul, o candidato não teve facilidades na disputa pela vaga de senador em 1950. Durante a campanha eleitoral, além das críticas dos petebistas, especialmente ao fato de não ser natural no Rio Grande do Sul e nem mesmo residir no Estado, e dos embates retóricos contra Alberto Pasqualini, teve de enfrentar a oposição de outros partidos políticos e setores da sociedade. A favor de Plínio Salgado, estava seu partido, o PRP, a acanhada seção gaúcha da UDN e a maior parte do PSD. Contra Plínio, estava Pasqualini, que contava com o PTB, com a minúscula representação estadual do PSP de Adhemar de Barros, com os remanescentes da USB<sup>554</sup>, e com a dissidência getulista do PSD, o PSDA. Contra a candidatura de Plínio, também estava o PL, com o candidato Décio Martins Costa. Mas, igualmente contra Plínio, estavam outras forças que não necessariamente faziam parte do mesmo lado do espectro político: pessedistas descontentes, socialistas, comunistas, liberais católicos e ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira.

---

<sup>553</sup> René Gertz (1987) chama a atenção para o fato de a difusão do Integralismo na região colonial não ter como fator explicativo, necessariamente, a variável étnica. O autor salienta o fator político, pois havia uma grande demanda por participação política nessas regiões, sendo essa demanda reprimida pelos grupos políticos tradicionais (GERTZ, 1987). Sendo que a AIB recrutou seus adeptos em especial nas classes médias (TRINDADE, 1979), é necessário considerar também esse fator: a peculiar dinâmica econômica da região de colonização alemã gerou um percentual elevado de população nesse estrato social, o que também explicaria a maior adesão ao integralismo em comparação com outras regiões do Estado (GERTZ, 1987).

<sup>554</sup> A USB de Pasqualini fundiu-se ao PTB em 1946. Entretanto, teria havido uma reativação da sigla em 1950, com solenidade de instalação de uma nova diretoria. Na ocasião, se declarou apoio a Getúlio Vargas e a Alberto Pasqualini. A reativação da USB está diretamente ligada à candidatura de Ramiro Frota Barcelos a deputado federal e de João dos Santos Monteiro a deputado estadual (REORGANIZADA a União Social Brasileira. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 03/09/1950, p. 7). João dos Santos Monteiro havia organizado, em 1945, o Movimento Popular em Favor das Ideias Políticas e Sociais de Alberto Pasqualini, que serviu de base para a USB. Monteiro e Barcelos concorreram pelo Partido Republicano, mas não constavam na lista dos candidatos apoiados por Luís Carlos Prestes – que concorriam pelo mesmo partido.

Quando o PRP requereu o registro da candidatura de Plínio Salgado ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, o artista plástico Carlos Scliar<sup>555</sup> entrou com um pedido de impugnação, onde justificava:

Na qualidade de ex-pracinha da Força Expedicionária Brasileira que *lutou nos campos da Europa contra o nazi-fascismo*, com respeito, vem, na forma da lei, impugnar a inscrição do sr. Plínio Salgado [...], cujo pedido de inscrição se pretende obter desse Tribunal a autorização legal para que *o chefe do fascismo nacional concorra ao cargo de senador no próximo pleito [...]*. O registro da candidatura de do sr. *Plínio Salgado – integral-fascista confesso, aliado de Hitler e Mussolini* – constituiria grave afronta a todo o povo brasileiro, um menosprezo à memória dos mortos de Pistoia e, em suma, um verdadeiro escárnio histórico.<sup>556</sup>

O argumento de Carlos Scliar se baseava em premissas simples: Plínio Salgado era um fascista; os soldados brasileiros lutaram, e muitos morreram, contra o fascismo na II Guerra Mundial poucos anos antes; considerava, assim, uma afronta o registro da candidatura de Plínio a senador. Tais motivos, no entanto, não bastavam para que se impugnasse a candidatura e o requerimento de Carlos Scliar foi considerado improcedente, deferindo-se o registro da chapa do PRP ao Senado.<sup>557</sup> A campanha de Plínio reagiria à atitude do artista plástico e ex-pracinha da FEB publicando, na propaganda do PRP, uma reprodução de ofício do Departamento Federal de Segurança Pública, respondendo à consulta do presidente do partido, onde se relatava sua participação na imprensa comunista e no PCB, sob o título *A ficha policial de um dos que combatem o sr. Plínio Salgado*.<sup>558</sup>

---

<sup>555</sup> Carlos Scliar (1920-2001) nasceu em Santa Maria. Foi pintor, gravador, desenhista, ilustrador, cenógrafo, roteirista e designer gráfico. Comunista, fez oposição ao Estado Novo. Em 1943, foi convocado para integrar a Força Expedicionária Brasileira na Itália. Em Porto Alegre, atuou como ilustrador da *Revista do Globo* e da revista *Horizontes*, do PCB, e fundou o Clube da Gravura (MARÇAL; MARTINS, 2008, p. 144; Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa9898/carlos-scliar>).

<sup>556</sup> TRE-RS. Processos judiciais – classe 4. Processo 36. 08/09/1950. Requerimento de Carlos Scliar ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral. 11/09/1950.

<sup>557</sup> TRE-RS. Processos judiciais – classe 4. Processo 36. 08/09/1950. Cópia do acórdão prolatado no processo classe 4 número 36. 15/09/1950.

<sup>558</sup> FICHA policial de um dos que combatem o sr. Plínio Salgado. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 1º/10/1950, p. 14.

A Associação de Ex-Combatentes do Brasil<sup>559</sup> fez diversas publicações nos jornais de Porto Alegre, com textos e imagens associando Plínio Salgado ao fascismo e ao nazismo e apelando ao sentimento patriótico: “Hoje, depois da derrota dos seus comparsas do Eixo, Plínio Salgado e os demais adeptos do Sigma fingem-se democratas”. Os ex-combatentes alegavam sentir um “dever patriótico” de apelar ao eleitorado do Rio Grande do Sul para que não votasse no candidato a senador pelo PRP.<sup>560</sup> Uma das publicações contra Plínio exibe uma imagem sua na pose típica dos ritos da AIB, de uniforme integralista e mão direita levantada:

Imagem 76 – Reprodução de fotografia de Plínio Salgado na Ação Integralista Brasileira (década de 1930) em propaganda da Associação de Ex-Combatentes do Brasil (1950)



Fonte: AÍ ESTÃO eles... [Publicação a pedido da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil]. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 24/09/1950, p. 4 [seção 2] [MCSHJC].

<sup>559</sup> A associação foi criada logo após o retorno dos pracinhas da guerra na Itália, em 1945. Nos seus primeiros anos, coincidindo com a legalidade do PCB, houve forte participação de militantes comunistas na associação. Sobre esse tema e os pracinhas de esquerda ver a dissertação de Carlos Henrique Lopes Pimentel (2012).

<sup>560</sup> AÍ ESTÃO eles... [Publicação a pedido da Associação dos Ex-combatentes do Brasil]. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 23/09/1950, p. 8.

Sendo que o passado é permanentemente construído e reconstruído, e que a produção histórica não detém o monopólio dessas construções (GOMES, 1996, p. 157-158), é possível considerar que esses textos e imagens buscavam reconstruir o passado em uma leitura compatível com os projetos políticos defendidos por seus formuladores e com o combate aos projetos políticos contrários. Assim, as publicações da Associação de Ex-Combatentes do Brasil buscaram produzir uma leitura do passado então recente, associando Plínio Salgado ao Integralismo e, por conseguinte, ao nazi-fascismo derrotado na II Guerra Mundial, indo de encontro às tentativas do PRP de amenizar seu discurso e se afastar do conteúdo e dos ritos de inspiração nitidamente fascista. A memória sobre a guerra e a participação dos soldados brasileiros foi mobilizada nesse sentido, como pode ser observado na imagem publicada em anúncio do candidato a deputado estadual Neltair Pithan, membro da Associação de Ex-Combatentes:

Imagem 77 – Ilustração de soldado da FEB em anúncio de Neltair Pithan e Silva (PSB)



Fonte: A DECISÃO final. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 24/09/1950, p. 12 [MCSHJC].

Ao semblante de tristeza do soldado da ilustração presente no anúncio de Neltair Pithan, juntava-se a propaganda da Associação de Ex-Combatentes publicada em 24 de setembro que trazia uma ima-

gem do cemitério brasileiro de Pistoia, na Itália, acompanhada do seguinte texto:

Estes brasileiros escreveram uma das mais belas e tocantes páginas de heroísmo na história do Brasil e do mundo. *Eles deram suas vidas para que nós pudéssemos viver em liberdade*. E agora que Plínio Salgado se apresenta ao Rio Grande como candidato a senador, é o caso de perguntar: – Afinal, para que morreram? Sim, para que morreram estes jovens brasileiros, entre os quais há muitos rio-grandenses, se aqueles que levantaram o braço, vestiam a camisa totalitária, conspiraram todas as liberdades e ensanguentaram o mundo, aí estão novamente, preparando-se para apunhalar as instituições democráticas? [...] *Cada vez que um voto para Plínio Salgado cair dentro de uma das urnas do Rio Grande, os nossos queridos mortos estremecerão de horror em seus túmulos!* [grifos do autor].<sup>561</sup>

Mais uma vez, percebe-se a tentativa de mobilização da memória sobre a guerra, em uma leitura do passado construída com intuito promover a rejeição a Plínio Salgado, sem que houvesse defesa de quaisquer dos demais candidatos ao Senado. Na última publicação dos ex-combatentes na imprensa, antes do pleito de 3 de outubro, foram publicadas imagens dos campos de extermínio encontrados ao fim da guerra, acompanhadas de um texto que invertia a relação integralismo-fascismo: *o nazismo seria o integralismo alemão*. O conteúdo da propaganda seria oriundo de uma publicação da Organização das Nações Unidas intitulada *Jamais esqueceremos!* A partir disso, o texto concluía: “Infelizmente, há os que esqueceram. Sim, há os que esqueceram que Plínio Salgado e os seus fanáticos do PRP, se um dia chegarem ao poder, transformarão o Brasil nisso que aí vemos”.<sup>562</sup>

As manifestações da Associação de Ex-Combatentes receberam apoio de um numeroso grupo de estudantes universitários que publicaram nota no *Correio do Povo* em 1º de outubro, dois dias antes do pleito. Conforme a nota, Plínio Salgado havia salientado, reiteradas vezes, ser contra a democracia, “que encontra no exercício do

<sup>561</sup> AÍ ESTÃO eles... [Publicação a pedido da Associação dos Ex-combatentes do Brasil]. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 24/09/1950, p. 4 [seção 2].

<sup>562</sup> EIS o que são os regimes totalitários em toda a sua cruel brutalidade. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 1º/10/1950, p. 9.

voto uma das suas melhores expressões”.<sup>563</sup> Nesse mesmo sentido, houve publicação, no dia das eleições, de uma nota de estudantes católicos contra Plínio Salgado.<sup>564</sup> Outras opiniões se somaram a dos ex-combatentes. Sob o pseudônimo de D. Xicote, o jornalista Josué Guimarães mantinha a coluna de humor no *Diário de Notícias* intitulada *Diário de Porto Alegre*, já referida nos capítulos 2 e 3. Na edição de 20 de setembro, o colunista apoiou a iniciativa da associação e publicou o seguinte comentário sobre a possibilidade da eleição de Plínio Salgado “De minha parte, pode estar certo, esconderei o fato de haver nascido no Rio Grande se aquele cidadão for eleito para nos representar”.<sup>565</sup> Publicou também a seguinte ilustração:

Imagem 78 – Charge ilustrando a crítica a Plínio Salgado na coluna de humor do *Diário de Notícias* (1950)



Fonte: D. XICOTE [Josué Guimarães]. *Diário de Porto Alegre*. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 20/09/1950, p. 3 [MCSHJC].

<sup>563</sup> EM DEFESA da democracia contra Plínio Salgado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1º/10/150, p. 24.

<sup>564</sup> RESPOSTA dos estudantes católicos aos integralistas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03/10/150, p. 14.

<sup>565</sup> D. XICOTE [Josué Guimarães]. *Diário de Porto Alegre*. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 20/09/1950, p. 3

A ilustração publicada na coluna de Josué Guimarães reforçava a associação de Plínio Salgado à Ação Integralista Brasileira, da qual havia sido o chefe nacional: na imagem, um cidadão faz um gesto de quem rejeita a continuidade de algo. Abaixo, vê-se o sigma, símbolo da antiga AIB. Sobre ela, sendo a imagem bastante didática, uma placa contém a expressão “fim da linha”. O recado era claro: era necessário dar um basta no *integralismo*, negando o voto a Plínio Salgado. No dia das eleições, em 3 de outubro, a coluna de D. Xicote, sempre com muito humor, orientava a seus leitores a não tentar convencer ninguém nas filas das seções eleitorais. Especialmente quanto aos eleitores de Plínio Salgado, isso seria impossível, pois, em sua visão, o voto em Plínio era motivo de vergonha: “É uma coisa inútil, porque em geral quem vai votar nesse cidadão paulista de trezentos anos jamais confessará tal coisa. O voto em Plínio – chegamos a essa conclusão – será o único voto realmente secreto”.<sup>566</sup>

Josué Guimarães não foi o único a valer-se da comicidade para combater Plínio Salgado. Contendo grande número de anúncios dos candidatos petebistas, o *Jornal da Tarde*, que circulava em Pelotas, zona Sul do Estado, publicou em sua capa uma caricatura associando o voto em Plínio Salgado a uma sugestão de um conhecido personagem do humor brasileiro:

---

<sup>566</sup> D. XICOTE [Josué Guimarães]. Diário de Porto Alegre. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 03/10/1950, p. 3.

Imagem 79 – Caricatura associando o voto em Plínio Salgado ao *Amigo da Onça*



Fonte: *Jornal da Tarde*, Pelotas, 19/09/1950, capa [MCSHJC].

Personagem do cartunista Péricles de Andrade Maranhão (1924-1961), o *Amigo da Onça* era marcado pelo cinismo e dissimulação, conforme descrição da *Enciclopédia Itaú Cultural*: “Sempre alinhado, de cabelo engomado, calças pretas, paletó branco e gravata-borboleta, o *Amigo da Onça* está pronto para tirar vantagem de tudo, em geral colocando seus interlocutores em situações humilhantes e vexatórias”.<sup>567</sup> Com a capacidade que o humor tem de sintetizar opiniões, o recado do *Jornal da Tarde* era claro: a eleição de Plínio Salgado a senador deixaria o eleitorado do Rio Grande do Sul em uma situação vexatória.

<sup>567</sup> PÉRICLES [verbete]. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa9554/pericles>.

O jornalista Josué Guimarães, que mais tarde seria reconhecido como um dos grandes escritores do Rio Grande do Sul, com projeção nacional, seria eleito vereador pelo PTB nas eleições municipais do ano seguinte. Depois, trocava o PTB pelo PSB, partido pelo qual chegou a concorrer a deputado federal em 1954. Neltair Pithan, membro da Associação de Ex-Combatentes, era candidato a deputado estadual também pelo PSB. Carlos Scliar, que adotando discurso quase idêntico ao das propagandas dessa associação requereu a impugnação do registro da candidatura de Plínio Salgado, era comunista. Anúncio do candidato a deputado estadual Germano Bonow Filho e do candidato a governador Bruno de Mendonça Lima<sup>568</sup>, ambos do PSB, segue a mesma estratégia dos ex-pracinhas, reproduzindo fotografias de Plínio Salgado dos anos 1930 – com uniforme e insígnia integralistas. O texto também apresenta o mesmo tipo de associação entre Plínio e o fascismo e um apelo antifascista:

Cumpra ao Partido Socialista Brasileiro o dever de alertar o povo, e, em especial os antifascistas de qualquer coloração partidária contra as manobras envolventes do PRP, que oficialmente se apresenta como continuador da AIB, e tem seu lugar marcado na vida política pela tradição ideológica inconfundível que o situa como um dos partidos neofascistas deste momento histórico.<sup>569</sup>

Assim, o conteúdo das publicações da Associação de Ex-Combatentes na imprensa se articulava à oposição de esquerda a Plínio Salgado, especialmente àquela proveniente de socialistas e comunistas. Fazendo essa leitura, a propaganda de Plínio Salgado respondia às críticas associando a todos os seus promotores ao comunismo, sem estabelecer distinções. Em 26 de setembro, o PRP publicou página de propaganda com o seguinte título: *A 5ª coluna comunista está em plena ação!* Conforme os perrepistas, a *quinta coluna comunista* estaria infiltrada em todas as nações, preparando o terreno para a dominação comunista, o que já teria levado à “escravização” da Finlândia,

---

<sup>568</sup> Bruno de Mendonça Lima (1895-1983) foi advogado e professor de Direito. Vereador em Rio Grande, foi candidato a senador pela Esquerda Democrática, em 1947, e a governador pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 1950 (MARÇAL, 1999).

<sup>569</sup> DEMOCRATA: está é a democracia dos integralistas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30/09/1950, p. 14.

da Tcheco-Eslováquia, da Hungria, da Albânia, da Bulgária, da China, da Coreia do Norte, entre outros. Era preciso estar atentos com relação a esses “traidores da Pátria”, pois o comunismo representava “a miséria, a destruição, a morte” – argumentação que era bastante recorrente no anticomunismo brasileiro desse período, conforme demonstrou Rodrigo Patto Sá Motta (2002). Essa era uma forma de justificar a necessidade do voto em Plínio Salgado, “o inimigo número um do comunismo”; não votar em Plínio seria uma traição “às mães de família, aos que querem o Brasil livre do perigo vermelho”.<sup>570</sup>

Os comunistas, embora não contassem com a força aludida na propaganda do PRP, estavam realmente em atividade. No dia 9 de setembro, o *Diário de Notícias* havia circulado com a seguinte notícia: *Armaram os comunistas grossa confusão à rua dos Andradas e na Praça 15*. Conforme a narrativa do jornal, os comunistas haviam enforcado e queimado um boneco que imitava os traços fisionômicos de Plínio Salgado – pintado de blusa verde e tendo nos braços as insígnias do Integralismo – em plena movimentada Rua da Praia. Junto ao boneco, teriam soltado “duas galinhas pintadas de verde, as quais planaram com ruidoso bater de asas e cacarejando sobre a multidão que, já então, ali se reunira”. *Galinhas-verdes* era a forma pejorativa de referir-se aos integralistas nos anos 1930. Após esse ato, cheio de simbolismo, houve conflito com a polícia, resultando em sete presos e quatro feridos.<sup>571</sup>

O *Jornal do Dia*, diário católico, noticiou o fato com uma narrativa marcadamente anticomunista. Em sua manchete, figurou: *Agitadores comunistas provocam distúrbios à rua dos Andradas; Detidos sete agitadores moscovitas*. Segundo essa narrativa, o ato foi acompanhado de palavras de ordem dos comunistas: “Os vermelhos” aos gritos de “Viva Stálin!”, “Morra o Brasil!”. O enforcamento simbólico de Plínio Salgado ocorreu durante a visita do candidato a Porto Alegre. Houve, inclusive, conflito envolvendo correligionários do PRP,

---

<sup>570</sup> A 5ª coluna comunista está em plena ação! *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 26/09/1950, p. 9.

<sup>571</sup> ARMARAM os comunistas grossa confusão à rua dos Andradas e na Praça 15. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 09/09/1950, contracapa.

guardas civis e os promotores do ato: um perrequista teve um braço deslocado e um guarda teve três dentes afrouxados.<sup>572</sup> Por sua vez, os comunistas publicaram a própria versão do ocorrido, nas páginas de *A Tribuna*: a queima do boneco caracterizando Plínio Salgado teria sido um ato antifascista, em repúdio ao candidato a senador pelo PRP, chamado de “imundo e repelente cão fascista” na capa da edição de 10 de setembro do periódico comunista. O texto do jornal conclamava: “O nosso povo, herdeiro das mais ricas tradições antifascistas, saberá derrotar esse crápula infame e seus lacaios”.<sup>573</sup> Esse caso evidencia a disputa pelo sentido de acontecimentos relativos à competição política como parte da própria concorrência pela mobilização do eleitor levada a efeito por diferentes agentes.

*A Tribuna*, meio de divulgação das orientações de Luís Carlos Prestes, apresentava uma posição ambígua nesse pleito: ao mesmo tempo em que combatia a candidatura de Plínio Salgado, recomendava aos “patriotas e amigos de Prestes” que votassem em branco para senador bem como para presidente da República e governador do Estado.<sup>574</sup> Tanto o *A Tribuna* quanto o *Voz Operária*, jornal do PCB editado no Rio de Janeiro, explicaram aos seus leitores quantas cédulas deveriam inserir nos envelopes para garantir, ao mesmo tempo, o voto em branco para esses cargos e o voto válido nos candidatos comunistas a deputados estaduais e federais: “Votar em branco é não incluir a chapa ao envelope para determinado posto eletivo”.<sup>575</sup> A posição dos comunistas, de não apoiar nenhum dos candidatos a presidente, governador ou senador, fazendo propaganda apenas para os candidatos a deputados estaduais e federais da Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN), registrados pelo Partido Republicano (PR)<sup>576</sup>, tem relação com a linha política adotada pelo partido na-

---

<sup>572</sup> AGITADORES comunistas provocam distúrbios à rua dos Andradas. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 09/09/1950, contracapa.

<sup>573</sup> REPERCUTIU intensamente a vigorosa manifestação antifascista. *A Tribuna*, Porto Alegre, 10/09/1950, capa.

<sup>574</sup> COMO votar em branco. *A Tribuna*, Porto Alegre, 03/10/1950, p. 2.

<sup>575</sup> COMO votar. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 30/09/1950, capa.

<sup>576</sup> Os candidatos de Prestes eram, para a Assembleia Legislativa, o jornalista José Gonçalves Thomaz, o ferroviário Francisco de Paula Dias, a poetisa Lila Rippol, a dona de casa Maria José Lopes, o médico Fernando Luiz Viana Guedes, o comerciário João Pedro

quele momento. Conforme o *Voz Operária*, esses candidatos tinham como objetivo ocupar o espaço possibilitado pela campanha eleitoral para “difundir a solução revolucionária e impulsionar as massas”.<sup>577</sup> Poucos dias antes do pleito, o jornal reafirmou essa característica necessária a um “candidato popular”: “Não somente combate quaisquer ilusões existentes no seio das massas sobre a possibilidade de uma solução eleitoral para os seus problemas, como também apresenta a solução revolucionária para os problemas do povo, convoca as massas às lutas”.<sup>578</sup>

Muito longe do discurso revolucionário da linha política então adotada pelo PCB, no lado oposto do espectro político, aqueles que buscavam valorizar o voto como uma instituição liberal e democrática aludiam a tais instituições para igualmente combater Plínio Salgado. Embora tenham sido publicadas escassas referências às campanhas de Edgar Schneider e Décio Martins Costa, respectivamente candidatos a governador e a senador pelo Partido Libertador, vários a pedidos e anúncios publicados na imprensa durante o mês de setembro se articulam a um discurso liberal. Exemplo disso, a publicação a pedido de “um grupo de católicos democratas”<sup>579</sup> apresentava a palavra de Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Athaide, líder da Ação Católica, acerca do Integralismo e do PRP: “O integralismo é o fascismo brasileiro, hoje refugiado no Partido de Representação Popular, sob a chefia do sr. Plínio Salgado”.<sup>580</sup> A pedido de “um grupo de gaúchos de verdade” apresentava o seguinte título: *Uma candidatura*

---

Mendes e o advogado Afrânio Vidal de Araújo; para a Câmara dos Deputados, os operários Lúcio Rochadel e Walter Guimarães (*A Tribuna*, Porto Alegre, 13/09/1950; 03/10/1950). Todos foram registrados pelo PR conforme informações obtidas no banco de dados eleitorais do NUPERGS/UFRGS [pois não eram divulgadas pelo jornal ou pelos panfletos da FDNL].

<sup>577</sup> COMO fazer um discurso eleitoral. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 23/09/1950, p. 6.

<sup>578</sup> O QUE é um candidato popular. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 30/09/1950, p. 13.

<sup>579</sup> O QUE os biógrafos do sr. Plínio Salgado esqueceram de incluir no histórico de sua vida. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 23/09/1950, p. 3.

<sup>580</sup> Apesar da simpatia inicial pelo Integralismo, Alceu Amoroso Lima passou a condenar o movimento, devido a sua semelhança com o fascismo, por ele repudiado. Em 1945, com a reorganização dos ex-integralistas em um novo partido, o PRP, o intelectual católico os acusou de fazerem uso do catolicismo para fins políticos de caráter totalitário (RODRIGUES, 2011, p. 97).

que todo o Brasil repudia. Conforme seu texto, Plínio Salgado traria a marca de “uma doutrina que ensanguentou o mundo e infelicitou a humanidade”: “Sejamos dignos de nosso passado de liberdade e independência, marchando para as urnas de 3 de outubro, todos unidos CONTRA Plínio Salgado!” [grifos do original].<sup>581</sup>

Em si, o lançamento das candidaturas próprias do PL ao governo e ao Senado foi entendido como uma maneira de o partido, defensor de princípios liberais, não tomar parte na campanha de Cylon Rosa (PSD), cuja coligação contou a presença do PRP – com apoio do PSD à candidatura de Plínio Salgado ao Senado em troca do apoio dos perreperistas (aliados da UDN a nível nacional) e dos udenistas a Cylon (CÁNEPA, 2005, p. 131). Mesmo nos partidos coligados a situação não era das mais confortáveis. Em agosto de 1950, Moisés Vellinho<sup>582</sup> havia encaminhado carta a Oswaldo Aranha, mencionando os rumores sobre o empenho de Getúlio Vargas em lançar Aranha como candidato a governador do Rio Grande do Sul com apoio do PTB, PL e UDN. Conforme Vellinho, tal candidatura poderia, na visão de um grupo de amigos seus, expor o ex-ministro a uma “situação ingrata”:

Eles se baseiam em reiteradas informações que vêm recebendo da chamada zona colonial. *Aquela gente*, Oswaldo, *capciosamente trabalhada por igrejinhas municipais*, facilmente se deixará levar pelo argumento de que a guerra contra o Eixo Roma-Berlim foi obra sua e que, por conseguinte, você deve ser *tratado como inimigo*... O pretexto é ridículo, é torpe, mas por isso mesmo está destinado ao máximo rendimento entre gente ressentida [grifos do autor].<sup>583</sup>

Além de apresentar mais um indicativo da percepção de lideranças políticas a respeito da influência dos padres sobre o eleitorado da região colonial, a carta de Moisés Vellinho evidencia os pos-

<sup>581</sup> UMA candidatura que todo o Brasil repudia. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 17/09/1950, p. 5.

<sup>582</sup> Moisés de Moraes Vellinho (1902-1980) foi promotor público, intelectual e deputado estadual na constituinte de 1935, pelo PRL. Membro da dissidência liberal, integrou o Departamento Administrativo do Estado após a decretação do Estado Novo, e, em seguida, foi ministro do Tribunal de Contas (FRANCO, 2010).

<sup>583</sup> CPDOC-FGV. OA cp 1949.01.17. Rolo 23, fotos 780-819. Carta de Moisés Vellinho a Oswaldo Aranha. 14/08/1950.

síveis usos políticos de leituras de um passado recente: no caso, a participação do Brasil na II Guerra Mundial e a repressão do Estado Novo às regiões de imigração italiana e alemã. Na sequência da carta, Moisés Vellinho sugere a Oswaldo Aranha que, caso este quisesse aceitar uma candidatura, concorresse ao Senado. Isso porque Plínio Salgado, cuja candidatura a senador havia sido definida pelo PRP duas semanas antes, causava “repugnância, inclusive no PSD”.<sup>584</sup> Nesse sentido, uma das lideranças pessedistas, Glicério Alves<sup>585</sup>, explicou ao *Diário de Notícias* as razões que o levavam a não votar no candidato de seu partido, Cylon Rosa: os erros do PSD, “principalmente a aliança com os integralistas”. Na entrevista, Glicério afirmou: “Nunca poderia me conformar em deixar de mandar para o Senado um gaúcho – e temos tantos nomes eminentes – para que o nosso Estado fosse representado pelo sr. Plínio Salgado! É demais!”.<sup>586</sup>

A cada edição dos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, estavam presentes os pedidos contra Plínio Salgado. Em 10 de setembro, “um grupo de democratas” mandou publicar trechos de discursos proferidos por Plínio na década de 1930, incluindo um sobre o voto. Em sua crítica às instituições liberais, o chefe nacional dos integralistas afirmava: “O voto é essa coisa que não vale nada, que nós integralistas desprezamos com asco. [...] E desprezamos tanto que vamos usar ele para destruí-lo. Oh! Os integralistas irão as eleições. Para que? Para acabar com o voto”.<sup>587</sup> A pedido de “um grupo de libertadores”, em 30 de setembro, fez ressurgir a pregação de Plínio concernente aos partidos políticos: “Guerra de morte a todos os partidos, sejam eles quais forem. A Nação é indivisível e os

<sup>584</sup> CPDOC-FGV. OA cp 1949.01.17. Rolo 23, fotos 780-819. Carta de Moisés Vellinho a Oswaldo Aranha. 14/08/1950.

<sup>585</sup> Glicério Alves de Oliveira (1893-1967) foi revolucionário em 1930, a favor de Getúlio, e em 32, contra Getúlio. Em 1945, foi eleito deputado federal constituinte, exercendo mandato de deputado federal até 1951. Era conhecido pelas posições anticomunistas (CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/glicerio-alves-de-oliveira>).

<sup>586</sup> GLICÉRIO permanecerá no PSD, mas não votará em Cilon. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 10/09/1950, contracapa.

<sup>587</sup> PLÍNIO Salgado disse... *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/09/1950, p. 3.

partidos dividem a Nação”.<sup>588</sup> Diante disso, a publicação tinha o seguinte título: *O partido político que vota em Plínio Salgado vota contra si mesmo!*<sup>589</sup>

A campanha de Plínio Salgado buscava responder a essas críticas vindas dos meios liberais. Buscando refutar as acusações de que Plínio rejeitava os partidos, o voto e a democracia, a campanha apresentou o texto intitulado *Plínio Salgado não é contra o voto*. Segundo ele, tais afirmações eram fruto de uma propaganda desleal engendrada por comunistas. O texto dos perrepistas construía a seguinte argumentação sobre a questão do voto:

O voto, como meio de realização do regime democrático, teoricamente e na prática, tem várias modalidades. Assim, o próprio voto universal, que estamos adotando, não é tão universal como o querem, por exemplo, os comunistas, que sustentam que devem votar também os analfabetos. O voto universal que a Constituição consagra, exclui do direito ao voto os analfabetos. [...]. O voto indireto é uma modalidade de sistema eleitoral, como é, também, o voto familiar, que atribui mais votos ao chefe da família; como é o voto profissional, que considera eleitores somente trabalhadores.<sup>590</sup>

Conforme Héglio Trindade (1979, p. 226), a defesa do voto corporativo e da formação de uma Câmara Corporativa Nacional já estava presente no ideário da Ação Integralista Brasileira. Outro autor, Gilberto Grassi Calil (2005), salienta que a derrota do nazi-fascismo na II Guerra Mundial gerou um ambiente adverso para a pregação dos integralistas contra a democracia representativa e os partidos políticos, mas isso não quer dizer que as características antidemocráticas do Integralismo tenham sido abandonadas e sim que elas passaram a ser expressas de outra forma, com a defesa de concepções hierár-

<sup>588</sup> As afirmações tinham embasamento na doutrina Integralista corrente na década de 1930. O movimento propunha o combate ao liberalismo tanto quanto ao socialismo, sendo a hostilidade ao liberalismo mais saliente do que ao socialismo na primeira fase do movimento. Percebe-se a rejeição às instituições liberais, incluindo a democracia e a pluralidade partidária, sendo o voto considerado uma mentira (TRINDADE, 1979, p. 229).

<sup>589</sup> O PARTIDO político que vota em Plínio Salgado vota contra si mesmo! *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30/09/1950, p. 12.

<sup>590</sup> PLÍNIO Salgado não é contra o voto! *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 1º/10/150, p. 16.

quicas e elitistas com relação ao voto e à participação política. A defesa do voto corporativo esteve presente no PRP, bem como a proposta de instituição do voto familiar, “que além de subverter o princípio do sufrágio universal, previa a condição de subordinação da mulher, pois o voto seria exercido pelo ‘chefe da família’” (CALIL, 2005, p. 712).

Na sequência de sua propaganda, o PRP buscou justificar, a partir de tais premissas, a posição de seu candidato a senador:

Plínio Salgado não foi contra o voto – ele defendeu o voto corporativo, isto é, dado pelo cidadão dentro do seu agrupamento natural, fosse o cidadão trabalhador, intelectual ou religioso. Ele defendeu e propagou um sistema de voto que permitisse à Câmara dos Deputados e ao Senado se comporem efetivamente de representantes de toda a sociedade brasileira.<sup>591</sup>

Enquanto a campanha de Plínio Salgado tinha de responder às acusações de ex-combatentes, de socialistas, de comunistas e mesmo de liberais e católicos, e ainda explicar-se acerca dos posicionamentos do candidato sobre as instituições políticas liberais no período da Ação Integralista Brasileira, a campanha de Alberto Pasqualini seguia com as caravanas no interior, realizando comícios com Ernesto Dornelles e, nas últimas semanas de setembro, com Getúlio Vargas nos palanques. Foram poucos os momentos em que a propaganda petebista reservou espaços para se contrapor a Plínio Salgado.

Dois dias antes do pleito, o PTB publicou um anúncio grande, no rodapé da capa, com o seguinte título: *Desfazendo uma chantagem do PRP: Alberto Pasqualini não será candidato dos comunistas*. Conforme o texto do anúncio, os petebistas teriam sido informados de que os perrepistas fariam, nos últimos dias de propaganda, publicações afirmando que os comunistas apoiavam a Pasqualini: “Trata-se de uma chantagem urdida pelos asseclas do sr. Plínio Salgado, na suposição de que não haveria tempo para ser desmentida”.<sup>592</sup> Na mesma edição, anúncio ocupando página inteira, a pedido de um “grupo de anticomunistas” apoiadores de Plínio

<sup>591</sup> PLÍNIO Salgado não é contra o voto! *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 1º/10/1950, p. 16.

<sup>592</sup> DESFAZENDO uma chantagem do PRP. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1º/10/1950, capa.

Salgado, associava Pasqualini aos comunistas: o petebista seria o “candidato dos bolchevistas”.<sup>593</sup>

Outro momento de embate envolveu a relação com o clero. Em 26 de setembro, por meio de telegrama enviado de São Francisco de Assis, na região da campanha, os representantes dos diretórios locais do PSD, da UDN e do PL relataram ao governador Walter Jobim a agressão sofrida por um padre chamado Teodósio, daquela paróquia: “Foi estupidamente agredido fisicamente por elementos do PTB, que regressavam de um comício político realizado no interior do município”. O telegrama ainda citava o caso do padre Gervásio, que teria sido ameaçado de agressão também por integrantes do PTB.<sup>594</sup> A denúncia foi enviada à imprensa, e sua divulgação repercutiu na campanha eleitoral. O PSD publicou uma reprodução da denúncia em propaganda de página inteira, com o seguinte título: *Assim o PTB trata os sacerdotes gaúchos*. “São estes, os agressores de sacerdotes, que se apresentam, agora, como defensores da Igreja... Quanta hipocrisia!”, completava o texto do anúncio.<sup>595</sup> O PTB contra-atacou, publicando imagens de Getúlio Vargas sorridente junto aos padres de Santa Cruz do Sul durante visita do candidato a presidente ao município da região de imigração alemã.<sup>596</sup> No dia anterior, o PTB havia reproduzido artigo do bispo de Cuiabá, D. Aquino Corrêa, originalmente publicado em 1940, manifestando opinião favorável a Getúlio e reconhecendo os benefícios trazidos por seu governo à Igreja Católica.<sup>597 598</sup>

---

<sup>593</sup> PASQUALINI, candidato dos comunistas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1º/10/1950, p. 28.

<sup>594</sup> AHRs. CG Maço 177. Telegrama de São Francisco de Assis ao governador Walter Jobim. 26/09/1950.

<sup>595</sup> ASSIM o PTB trata os sacerdotes gaúchos [anúncio do PSD]. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30/09/1950, p. 7.

<sup>596</sup> ASSIM o PTB trata os sacerdotes gaúchos [anúncio do PTB]. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1º/10/1950, p. 19.

<sup>597</sup> GETÚLIO Vargas no julgamento de um ilustre príncipe da Igreja. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30/09/1950, p. 12.

<sup>598</sup> A Igreja esteve próxima do governo no período Vargas, sendo que a maioria dos bispos, padres e leigos militantes o apoiava. Foi nesse período que a Igreja da Neocristandade alcançou grande parte de seus objetivos de recristianizar as instituições, a exemplo da inclusão do Ensino Religioso na Constituição de 1934. Conforme Scott Mainwaring (2004, p. 47), havia uma afinidade política entre o clero e o governo: a ênfase que a Igreja atribuía à ordem, ao patriotismo e ao anticomunismo se coadunava com a

Nas semanas que precederam o momento final da campanha, a propaganda petebista já havia difundido dezenas de textos e imagens positivas sobre Pasqualini e promovido sua candidatura juntamente com as de Vargas e Dornelles. No *Jornal do Dia*, veículo da imprensa católica, a campanha petebista seguia publicando menções positivas aos seus candidatos. Os títulos das propagandas indicam o tom afirmativo: *O povo elegerá Vargas, Dorneles e Pasqualini!*; *Ombro a ombro com o povo, Getúlio, Dorneles e Pasqualini!*; *O povo quer: Getúlio, Dorneles, Pasqualini!*; *Getúlio e Dorneles serão o povo no poder! Pasqualini será a voz do Rio Grande no Senado!*<sup>599</sup> Na propaganda do dia 30 de setembro, reforçando as menções elogiosas das edições anteriores, o PTB salientou as qualidades de seu candidato ao Senado: “Impõe-se [...] que o nosso Estado eleja, para aquela casa do Congresso, o conterrâneo que, pelo seu saber e inteligência, é, na atualidade, um líder do trabalhismo nacional admirado em todo o Brasil”.<sup>600</sup>

Além disso, a propaganda petebista em jornais como o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias* deu bastante ênfase a dois momentos da campanha de Pasqualini: os discursos proferidos em Alegrete<sup>601</sup> e em Caxias do Sul. Este último foi intitulado *O trabalhismo em face do pensamento cristão*. Nele, Pasqualini faz uma crítica ao uso da religião para fins eleitorais: “É um grave erro fazer da religião um tema político ou demagógico [...]. Na porta das igrejas deve desaparecer os partidos para que, dentro delas, haja apenas filhos de Deus”. Ainda assim, Pasqualini justifica o tema de sua fala pelo fato de os trabalhistas terem sido “alvo de imputações”. Ao logo da peça de oratória, defende os princípios básicos do programa trabalhista e salienta sua inspiração na Doutrina Social da Igreja: “Não há um só

---

orientação varguista e clérigos destacados acreditavam que o Estado Novo conseguia superar os males do capitalismo e do comunismo e que sua legislação social realizava a Doutrina Social da Igreja.

<sup>599</sup> *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 21/09/1950, p. 3; 22/09/1950, p. 3; 25/09/1950, p. 6; 27/09/1950, p. 2.

<sup>600</sup> O POVO brasileiro reclama e exige a vitória de Getúlio Vargas. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 30/09/1950, p. 2.

<sup>601</sup> *A vocação política do Rio Grande*, analisado no subcapítulo 2.3.

ponto, um só item desse programa que não se possa considerar inspirado num sentimento ou num mandamento cristão”.<sup>602</sup> Nesse discurso, bem como em diversas entrevistas concedidas à imprensa, Pasqualini arroga a si uma autoridade que provém de um capital adquirido em sua formação influenciada pelos padres jesuítas, especialmente como seminarista, para reconvertê-lo em capital político capaz de legitimar sua palavra acerca da congruência entre o programa trabalhista e os princípios cristãos.<sup>603</sup>

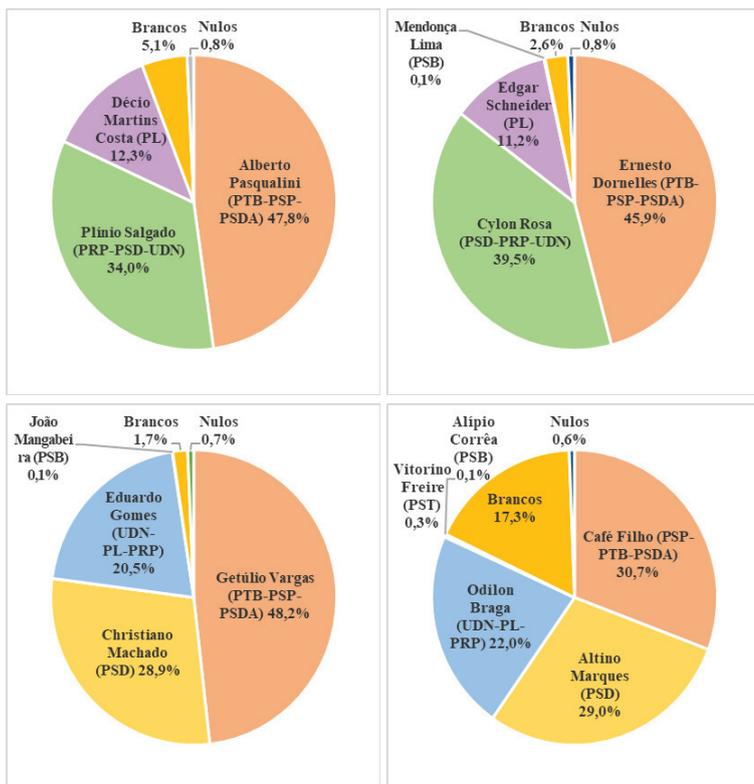
O entusiasmo com a candidatura de Getúlio Vargas a presidente e o capital político já acumulado, especialmente pela candidatura a governador em 1947, terminaram por garantir uma expressiva vitória de Pasqualini em 3 de outubro de 1950. Os resultados do pleito estão expressos nos gráficos a seguir:

---

<sup>602</sup> O TRABALHISMO em face do pensamento cristão. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 14/09/1950, p. 7.

<sup>603</sup> Lorena Madruga Monteiro (2011) menciona a atuação de Pasqualini na Congregação Mariana *Mater Salvatoris*, originada no Ginásio Anchieta, dos jesuítas, especialmente no que concerne à sua performance nos debates filosóficos. Luiz Alberto Grijó (2007) destaca a influência católica na formação de Pasqualini, considerando-o como um tradutor dos conteúdos da Doutrina Social da Igreja para as disputas político-partidárias pós-Estado Novo. A Doutrina Social da Igreja dizia respeito a duas encíclicas em especial: a *Rerum novarum*, editada por Leão XIII em 1891, que tratava da necessidade de justiça social, rejeitando o socialismo mas atribuindo ao capitalismo a responsabilidade pelas mazelas sociais; e a *Quadragesimo anno*, editada por Pio XI em 1931, onde condenava o comunismo, pregava uma justa distribuição da riqueza e defendia a finalidade social da propriedade privada (GRIJÓ, 2007, p. 94).

Gráficos 15, 16, 17 e 18 – Resultados das eleições para senador, governador, presidente e vice-presidente no Rio Grande do Sul (1950)



Gráficos elaborados pelo autor. Fonte: Resultados eleitorais. 1950 [TRE-RS].

Os gráficos acima permitem observar que a votação de Pasqualini só não foi maior que o percentual obtido por Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul: o candidato a senador obteve 47,8% dos votos e o candidato a presidente 48,2%, ambos superando o candidato a governador Ernesto Dornelles, que obteve 45,9%. Nota-se o efeito da campanha do clero contra o candidato a vice, Café Filho, que conquistou apenas 30,7% dos votos, bem menos do que seu companheiro de chapa, Getúlio. Apesar dos apelos de Plínio Salgado aos católicos, essa situação não se reproduziu no caso de Pasqualini. Mesmo somando-se os votos de Plínio com os de Décio Martins Costa (PL),

o percentual não seria suficiente para desbancar Pasqualini. Observando os gráficos, percebe-se que o percentual de votos em branco para senador apenas é superado pelos votos em branco para vice-presidente: 5,1% dos votantes não optaram por nenhum dos postulantes ao Senado, praticamente o dobro dos votos em branco para governador. Assim, além da articulação com a campanha de Vargas e da popularidade do próprio Pasqualini, pode-se considerar como um dos fatores dessa vitória o ambiente de rejeição ao seu principal adversário, Plínio Salgado, gerado por agentes políticos de diferentes matizes, direcionando eleitores para Pasqualini, para o candidato do PL ou para o voto em branco. Além disso, a exploração, por parte da campanha petebista, com relação ao fato de Plínio não ser natural do Rio Grande do Sul e, com efeito, as iniciativas visando a neutralizar o discurso católico, associando o programa e a prática trabalhista a uma boa relação com os princípios cristãos e com o clero, foram pontos importantes na vitória de Pasqualini.

As eleições realizadas em 3 de outubro de 1950 levaram Getúlio Vargas de volta ao palácio do Catete. No Rio Grande do Sul, essa foi a data de uma vitória completa do PTB: eleição do governador do Estado e das maiores bancadas de deputados estaduais e federais. Mas o dia 3 de outubro foi também o dia da vitória de Pasqualini sobre um candidato de discurso católico conservador, que se viu combatido por comunistas e socialistas, por dissidentes de partidos coligados, por setores católicos e mesmo por liberais, além, obviamente, de ser vencido pela força da campanha eleitoral petebista. Apurados os resultados, Pasqualini foi ao encontro de Vargas em uma fazenda no município de Alegrete, onde recebeu o abraço e os cumprimentos pela vitória eleitoral:

Imagem 80 – Eleito senador, Alberto Pasqualini recebe um abraço de Getúlio Vargas (1950)



Fonte: ABRAÇO de Vargas a Pasqualini... *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 19/10/1950, contracapa [MCSHJC].

Analisando os resultados das eleições, em comentários publicados no *Diário de Notícias* à medida que a apuração dos votos apontava definições quanto aos eleitos, Armando Fay de Azevedo destacou o embate entre Alberto Pasqualini e Plínio Salgado: “A disputa pela terceira senatoria se revestiu de forte e vivo colorido”. Salientando a importância do Senado para o sistema federativo, o comentarista defendeu a ideia de que os senadores deveriam ter identificação com os Estados aos quais pretendiam representar, observando nisso um prejuízo à candidatura do paulista Plínio Salgado a senador pelo Rio Grande do Sul: “A tese, aliás, habilmente aproveitada na propaganda do candidato trabalhista, foi logo assimilada pelo eleitorado sul-riograndense”. Outro fator percebido por Fay de Azevedo, já naquele momento, foi a mobilização da memória acerca da Ação Integralista Brasileira: “De camisa verde e braço estendido, na mesma época em que Mussolini andava de camisa negra e braço estendido na Itália; e Hitler, de camisa parda e braço estendido na Alemanha”. Para o analista, os argumentos dos perrepistas, de que “nunca foram nazi-fas-

cistas, mas sim bons e puros democratas”, não se mostraram capazes de convencer o eleitorado, que manifestou preferência pelo candidato, nas palavras de Azevedo – que era um antigo liberal do PL –, “de notável lucidez, cultura e patriotismo, além de autêntico democrata: Alberto Pasqualini”. Concluindo, afirmou:

Este não teve apenas o voto de seus correligionários petebistas; teve o de muitos outros democratas, de todos os matizes, inclusive de católicos praticantes, que não se deixaram impressionar pela indigesta mistura de Religião com política, [...] sob a capa de “espiritualismo”.<sup>604</sup>

Dois meses após essa vitória completa do PTB, incluindo a eleição de Pasqualini ao Senado, o arcebispo D. Vicente Scherer, em entrevista ao *Diário de Notícias*, buscou afastar qualquer suspeita de censura sua ao trabalhismo, implicitamente referindo-se ao senador eleito: “Autorizados doutrinadores e altos dirigentes do PTB declararam repetidamente que não aceitam e não seguem os princípios marxistas [...]. Por isso confio em que as medidas legislativas [...] não se afastarão das linhas mestras traçadas pelos Sumos Pontífices”.<sup>605</sup> O trabalhismo de Pasqualini havia vencido uma batalha, mas não a guerra.

#### 4.2.3 Afinal, quem é o candidato dos comunistas?

Em meados da década de 1950, já sem a presença de Getúlio Vargas, outro gaúcho de São Borja, João Goulart, ou simplesmente Jango, como ficou conhecido, consolidou seu domínio sobre o diretório nacional do PTB. Estimado por Getúlio, era considerado seu herdeiro político, o que causava inquietação nos partidos opositores, especialmente na UDN. Desde sua passagem pelo ministério do Trabalho, no segundo governo Vargas, Jango tinha sua imagem associada aos comunistas pela oposição. Em 1955, quando foi escolhido pelo PTB para ser candidato a vice-presidente na chapa de Juscelino Kubistchek (PSD), importantes setores da imprensa e dos partidos con-

<sup>604</sup> AZEVEDO, Armando Fay de. O duelo entre Pasqualini e Plínio. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 13/10/1950, contracapa; p. 5.

<sup>605</sup> COMENTÁRIOS em torno do resultado das eleições... *Unitas – Boletim da Arquidiocese de Porto Alegre*, Fasc 4, Dezembro de 1950.

servadores fizeram ressurgir tais acusações. Em agosto daquele ano, matéria publicada no jornal *O Globo* recordava as eleições estaduais de 1954 no Rio Grande do Sul, acusando Goulart e Alberto Pasqualini de terem estabelecido uma aliança com os comunistas. Com o título *Vem de longa data a aliança de João Goulart com os comunistas*, a matéria chegou a afirmar que, reunidos na residência do deputado federal Leonel Brizola, os petebistas teriam recebido representantes do PCB, Hugo Madureira Coelho, Júlio Teixeira e Josué Guimarães, e negociado o apoio dos comunistas em troca de recursos financeiros: “A questão deve ter sido acertada, pois os comunistas apoiaram o sr. Alberto Pasqualini para o governo do Estado e os srs. João Goulart e Ruy Ramos para o Senado”.<sup>606</sup>

Em 29 de agosto de 1955, Pasqualini enviou carta ao diretor do jornal, Roberto Marinho, buscando desmentir as acusações: não havia realizado nenhum acordo com os comunistas nas eleições de 1954, nem mesmo estado na residência de Brizola durante a campanha; não conhecia Hugo Madureira e há mais de cinco anos não via Júlio Teixeira. Quanto a Josué Guimarães, reconhecia: “Trata-se realmente de um amigo, jornalista brilhante, filiado inicialmente ao PTB, eleito pelo partido vereador de Porto Alegre, tendo, posteriormente, ingressado nas fileiras do PSB”. Conforme Pasqualini, Josué, que concorria a deputado federal pela Frente Popular, formada por socialistas e comunistas, realmente o procurou:

Semanas após o dia 24 de agosto, o sr. Josué Guimarães, acompanhado de outro amigo, procurou-me para informar que a Frente Popular, cujo candidato era o desembargador João Pereira Sampaio, pensava em desistir dessa candidatura para apoiar o candidato trabalhista ao governo do Estado [Pasqualini] [...]. Ponderei ao sr. Josué Guimarães que os quadros políticos já estavam definidos e que a Frente Popular deveria ir às urnas com o candidato que escolhera. Fiz-lhe sentir que, no Rio Grande do Sul, *o apoio da Frente Popular traria, eleitoralmente, mais desvantagens do que proveito de qualquer candidato*. [...] Desde então, não tive mais contatos com partidários da Frente Popular [grifos do autor].<sup>607</sup>

<sup>606</sup> VEM DE longa data a aliança de João Goulart com os comunistas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27/08/1955, p. 2.

<sup>607</sup> AAP-PMI. Pasta 27.1. Carta de Alberto Pasqualini a Roberto Marinho. 29/08/1955.

Na carta a Roberto Marinho, publicada dias depois nas páginas de *O Globo*, Pasqualini afirma que, nas últimas semanas antes do pleito de 1954, a Frente Popular de fato passou a apoiar sua candidatura, mas que ele havia salientado, na imprensa e em discursos, que aquele apoio não era desejado pelos trabalhistas, tampouco decorrente de qualquer *entendimento*, tratando-se de “um ato unilateral”. Pasqualini fez questão de salientar que, em 1947, em sua primeira candidatura ao governo do Rio Grande do Sul, os comunistas deram apoio a seu adversário, Walter Jobim (PSD): “Sob o fundamento de ser eu ‘fascista’, ao passo que outros setores me combatem a pretexto de professar certas ideias tidas como ‘comunistas’...”<sup>608</sup>

Em um meio político marcado pelo anticomunismo, o apoio dos comunistas gerava sérios prejuízos eleitorais aos candidatos. No caso de Pasqualini, isso se agravava, pois, como observado anteriormente, o programa social por ele proposto gerava tensões nesse ambiente político, sendo associado, pelas forças conservadoras, ao comunismo. Em 1947, mesmo com o apoio do PCB a Jobim, com discurso de Prestes em comício e publicações na imprensa, correligionários do candidato pessedista, apoiado pelo PRP, acusaram Pasqualini de ser o *verdadeiro candidato dos comunistas*. Em propaganda na imprensa, a campanha do PSD chegou a afirmar que a plataforma política de Pasqualini continha “alta dosagem de comunismo” e por isso o petebista era um “candidato camuflado do PCB”.<sup>609</sup> Naquele pleito, teve início uma *batalha de panfletos* travada entre o PTB e seus adversários tendo como tema o apoio dos comunistas.

Os panfletos tinham como função não apenas a divulgação do nome, da imagem e de algumas palavras de mobilização em torno dos candidatos, mas também a difusão de ataques e de acusações aos adversários. O comunismo era o tema preferido dos panfletos acusatórios e/ou difamatórios. Quando Luís Carlos Prestes anunciou o apoio do PCB a Walter Jobim, petebistas de Erechim, na região Norte do Rio Grande do Sul, não perderam tempo, confeccionando, no dia seguinte, um panfleto associando o candidato do PSD aos comunistas:

---

<sup>608</sup> Idem.

<sup>609</sup> A TRAMA do Sr. Prestes. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 15/01/1947, p. 9.

Imagem 81 – Panfleto denunciando o apoio do PCB a Walter Jobim (PSD)

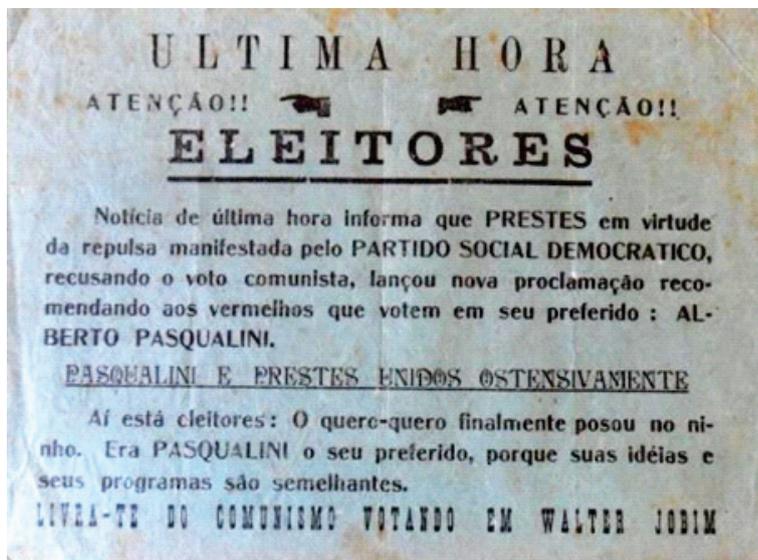


Arquivo AIB-PRP. Fundo 5, série 7. 7.2.1 a [DELFO S PUCRS].

É possível inferir, pelas menções na imprensa e em correspondências, que o uso desses panfletos foi bastante disseminado nas eleições do período. Com uma linguagem que simplificava o conteúdo mais extenso, comum nos comícios e nas publicações na imprensa, e de fácil circulação junto a cédulas eleitorais e santinhos comumente distribuídos pelos apoiadores locais dos candidatos, os panfletos se espalhavam rapidamente pelos municípios, e distritos. Percebendo que a propaganda dos adversários explorava fartamente o apoio dos comunistas, declarado na última semana de campanha, o PSD buscou contra-atacar. Sem tempo para a realização de mais comícios, e contando com poucas edições de jornais até o dia do pleito, a impressão e a circulação de panfletos foi um meio de propaganda de suma importância.

O panfleto reproduzido abaixo evidencia a estratégia dos apoiadores de Jobim no momento final da campanha de 1947:

Imagem 82 – Panfleto associando Pasqualini aos comunistas (1947)



Acervo José Diogo Brochado da Rocha. Pasta 019-4 c [ML-ALERGS].

O conteúdo do panfleto indica sua circulação nos últimos dias antes do pleito: na parte de cima, o termo *Última Hora* busca chamar a atenção para um acontecimento imediato. Logo abaixo, os destinatários do impresso: *eleitores*. Nota-se que, nesse caso, não há qualquer especificidade religiosa, de gênero, de classe social, de categoria profissional ou de localização geográfica: o panfleto não se destina aos colonos, ou aos católicos, ou aos trabalhadores urbanos, e sim, genericamente, aos *eleitores*. Isso pode indicar uma circulação bastante abrangente. Sendo que o discurso de Prestes se deu em 12 de janeiro, e as notas do PSD e de Jobim repelindo o apoio foram publicadas na imprensa no dia 14, é provável que este impresso tenha circulado nos últimos quatro dias antes das eleições e, presumivelmente, no próprio dia do pleito. Em seu pequeno texto, a afirmação falsa de que os comunistas haviam retirado o apoio a Jobim após a rejeição dos pessedistas, passando a apoiar Pasqualini. A expressão “o quero-quero finalmente pousou no ninho” reforça o argumento do PSD na propaganda publicada na imprensa em 15 de janeiro: por uma afini-

dade entre as ideias de Pasqualini e o comunismo, o petebista seria o candidato verdadeiramente apoiado pelo PCB.

Muitos destes panfletos excediam ao teor das críticas e das acusações aos adversários promovidas nas publicações da imprensa. Pode-se dizer que, juntamente com os discursos improvisados em comícios, os panfletos foram o meio privilegiado pelo qual circularam falsas afirmações sobre os concorrentes. Em 1950, João Goulart, na condição de presidente do diretório estadual do PTB, denunciou ao governador Walter Jobim a distribuição de panfletos difamatórios que estariam sendo distribuídos em Uruguaiana por um subdelegado de polícia, membro do PSD, “e mais cinco meninos”. O título do panfleto seria *Quem avisa amigo é*, e seu conteúdo associava os petebistas ao comunismo.<sup>610</sup> A propaganda do PTB reproduziria, no *Correio do Povo*, outro telegrama, enviado por Goulart ao candidato a governador Cylon Rosa (PSD): “Com profunda estranheza estamos verificando ampla distribuição [em] todo Estado [de] boletim com título *Quem avisa amigo é*. Temos informações [que] elementos [da] comitiva [de] vossa excelência vêm fazendo sua entrega [em] pontos onde passam vossa excelência”. Conforme os petebistas, tais panfletos (ou boletins) atribuíam ideias comunistas a Vargas e a Pasqualini.<sup>611</sup> O telegrama publicado na imprensa citava um caso específico de distribuição do panfleto em Santo Antônio da Patrulha. O outro, enviado ao governador Jobim, mencionava Uruguaiana. As centenas de quilômetros que separam os dois municípios levam a mais um indicativo da possibilidade de um mesmo panfleto, ou ao menos de panfletos com conteúdo similar, ter circulação bastante abrangente durante uma campanha eleitoral.

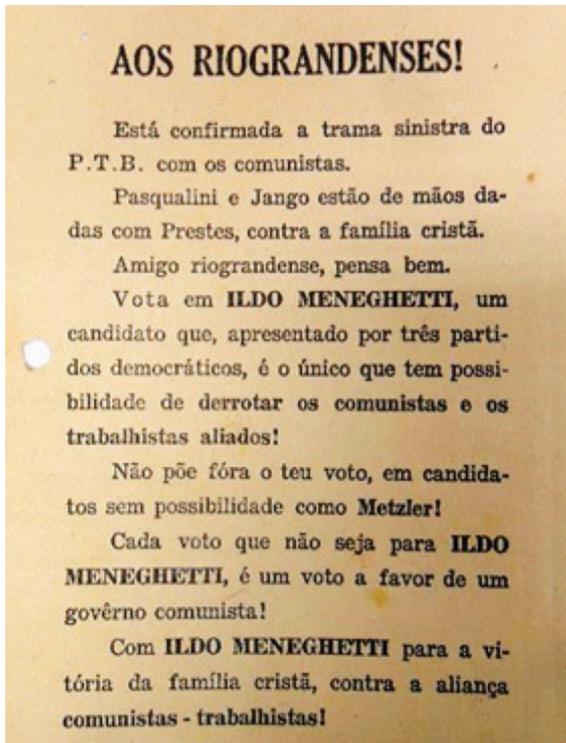
Em 1947, mesmo com apoio do PCB ao candidato pessedista, panfletos e propaganda na imprensa pretenderam associar Pasqualini aos comunistas. Em 1950, a campanha de Plínio Salgado buscou difundir a ideia de que Pasqualini era o candidato dos comunistas. Ideia enfraquecida, tendo em vista que o PCB, adotando

<sup>610</sup> AHRS. CG. Maço 177. Telegrama de João Goulart a Walter Jobim. 18/09/1950.

<sup>611</sup> A propósito de um boletim... *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/09/1950, p. 12.

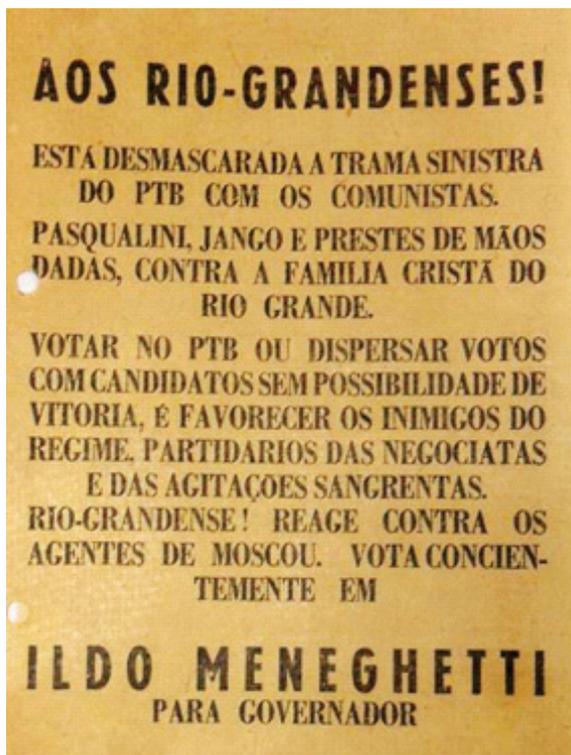
uma linha política que o levou ao isolamento, não apoiou nenhum candidato a governador ou senador naquele pleito. Em 1954 isso mudaria após o suicídio de Getúlio Vargas, que levou a um reordenamento de forças: nas últimas semanas de campanha, comunistas e socialistas que formavam a Frente Popular passaram a apoiar abertamente a candidatura de Pasqualini a governador. O que deu força à associação da imagem do candidato trabalhista ao comunismo por parte dos adversários – com farta distribuição de panfletos [ver imagens 82 e 83].

Imagem 83 – Panfleto associando Alberto Pasqualini e João Goulart aos comunistas (1954)



Arquivo AIB-PRP. Fundo 5, série 7, 7.2.1 c [DELFO PUCRS].

Imagem 84 – Panfleto associando Alberto Pasqualini e João Goulart aos comunistas (1954)



Arquivo AIB-PRP. Fundo 5, série 7, 7.2.1 c [DELFO PUCRS].

Os panfletos reproduzidos acima buscam interpelar a seus destinatários constituindo pares antitéticos: PTB e os comunistas *versus* Meneghetti e a *família cristã*. O apoio declarado pelos comunistas aos candidatos petebistas, Pasqualini e Goulart, seria a evidência de uma *trama sinistra*: eles estariam *de mãos dadas* com o comunismo. Por sua vez, o comunismo seria um inimigo da *família cristã*. Restava, portanto, ao eleitor que se identificasse com a categoria *família cristã*, ficar ao lado do candidato de oposição aos petebistas que, apoiado por três partidos, teria condições de derrotar Pasqualini: Ildo Meneghetti, excluindo, portanto o candidato Wolfram Metlzer, do PRP. É o que ambos os panfletos, de formas distintas, buscam incitar.

A associação de Pasqualini aos comunistas, por parte dos adversários, foi potencializada com o apoio da Frente Popular ao PTB nas últimas semanas da campanha eleitoral de 1954. Isso decorreu de uma mudança de posicionamento do PCB após 24 de agosto, mas também de um afastamento da linha política estabelecida em 1950, dotando o voto e as eleições de um sentido distinto daquele de quatro anos antes – se coadunando, a partir de 24 de agosto, à nova estratégia de aproximação eleitoral com os trabalhistas. Em maio, o jornal *Voz Operária* já indicava essa resignificação do voto para os comunistas a partir da realização de uma campanha de alistamento: “Que em toda a parte se multipliquem os postos eleitorais a fim de que nenhum trabalhador fique sem o seu título”, pois o voto seria “a arma do povo” para derrotar os *reacionários* e os *entreguistas*.<sup>612</sup> O texto era acompanhando da seguinte ilustração:

Imagem 85 – Ilustração sobre a campanha de alistamento do PCB (1954)



Fonte: *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 15/05/1954, p. 6 [NPH UFRGS].

<sup>612</sup> MEIO milhão de novos eleitores. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 15/05/1954, p. 6-7.

A imagem evidencia a centralidade do voto no novo posicionamento do PCB e sintetiza o objetivo da campanha de alistamento: construir eleitores entre os trabalhadores. Como a legislação vedava o voto daqueles que não soubessem ler e escrever, a ilustração indica o letramento como meio de viabilizar o alistamento. Editorial de 22 de maio também evidencia a valorização do voto e das eleições, apesar das limitações – inclusive a ilegalidade do PCB:

Não podemos nos iludir sobre o caráter dessas eleições. Não se trata, absolutamente, de eleições livres. O direito do voto é negado a milhões de brasileiros oprimidos e explorados e os partidos democráticos não podem participar legalmente do pleito [...]. Apesar disso, o povo brasileiro não abdica do direito de fazer valer a sua vontade através das urnas. Descontente com a política antipopular [...] posta em prática pelo governo, o povo utilizará as eleições para derrotar Vargas e todos os reacionários. No momento, *todas as forças democráticas, particularmente os comunistas, devem se lançar inteiramente na campanha eleitoral* [grifos do autor].<sup>613</sup>

Fazendo críticas contundentes a Vargas, posicionamento que seria revisto somente após o suicídio do presidente, os comunistas passaram a pregar a necessidade do voto para eleger “candidatos patrióticos”, que se contrapunham aos “entreguistas”, e que pudessem aprovar o retorno do PCB à legalidade. Razões pelas quais o jornal salientava: “Vale a pena votar, é necessário votar”.<sup>614</sup> O jornal dos comunistas em Porto Alegre seguia a mesma orientação. Em 1º de junho, *A Tribuna* destacou a conclamação de Luís Carlos Prestes: “O voto é uma arma poderosa que deve ser utilizada por todo o povo, pois do abstencionismo, da ausência nas urnas, aproveitam-se os inimigos do Brasil”.<sup>615</sup>

Em setembro, com a alteração no quadro político em decorrência do suicídio de Vargas, nota-se a mudança de postura do PCB. No dia 11, o *Voz Operária* ressaltou a realização de um comício da

<sup>613</sup> LANÇAR todas as forças na campanha eleitoral. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 22/05/1954, capa.

<sup>614</sup> VALE a pena votar, é necessário votar. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 10/07/1954, p. 7.

<sup>615</sup> CANDIDATOS de todo o povo para as eleições de outubro. *A Tribuna*, Porto Alegre, 1º/06/1954, p. 8.

Frente Popular no Rio Grande do Sul: “Diante dos últimos acontecimentos, a Frente Popular colocou-se na vanguarda dos protestos indignados do povo contra o golpe americano que depôs e matou o sr. Getúlio Vargas”. Ainda segundo o jornal, um manifesto assinado pelo candidato a governador João Pereira Sampaio conclamava os getulistas e o *povo* à “união para a luta”.<sup>616</sup> A edição de 2 de outubro, véspera do pleito, noticiava a retirada da candidatura de Sampaio e o apoio a Alberto Pasqualini: “Visando a derrotar fragorosamente nas urnas os candidatos da reação e do entreguismo”.<sup>617</sup> As incitações dos comunistas visando a construir o eleitor prosseguiram, com foco em garantir o seu coroamento no ato de votar:

Imagem 86 – Ilustração de capa do jornal *Voz Operária* sobre as eleições de 1954



Fonte: *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 25/09/1954, capa [NPH UFRGS].

<sup>616</sup> A FRENTE Popular no Rio Grande do Sul. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 11/09/1954, p. 6.

<sup>617</sup> É INEVITÁVEL a unidade de ação entre comunistas e trabalhistas. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 02/10/1954, p. 12.

A imagem acima, publicada na capa do jornal *Voz Operária*, trazia a palavra de ordem que sintetizava a nova posição do PCB: “Eleger patriotas, derrotar os entreguistas”. O voto, para os comunistas, já não era simplesmente um pretexto para difundir entre as massas a solução revolucionária; a cédula nas mãos dos homens e mulheres representados na ilustração cumpriam um papel indicado na primeira palavra da faixa: *eleger*. O editorial, publicado ao lado da imagem, indicava a necessidade de empenhar todas as forças na campanha eleitoral, reforçando a propaganda por meio de comícios, de “milhões de cartazes” e da *imprensa popular*. A esta última, caberia o papel de “se dedicar inteiramente ao trabalho de eleger patriotas e de desmascarar os candidatos que são agentes dos monopólios norte-americanos”<sup>618</sup>.

Em Porto Alegre, *A Tribuna* buscava cumprir esse papel, apesar das dificuldades impostas à circulação da chamada *imprensa popular*. O metalúrgico e militante comunista Eloy Martins (1911-2005), eleito vereador em Porto Alegre nas eleições de 1947, costumava vender e propagandar o jornal na esquina da Rua da Ladeira com a Rua da Praia: “Geralmente, dali saía preso pelo cumprimento dessa tarefa” (MARÇAL; MARTINS, 2008, p. 125). João Batista Marçal (2004, p. 162) narra o cotidiano do jornal, “a guerra diária do sai-não-sai”:

Militantes vinham em grupos tentar garantir sua circulação. Com a porta fechada, o jornal rodava. Pelas janelas, mosquetões trêmulos em mãos trêmulas pela covardia apontavam para dentro da redação. Ali era escolhido, calculadamente, um boi-de-pirinha. Este saía, puxava um minicomício, apanhava um pouco (em geral ia preso), estabelecia-se a confusão e, no meio desta, pernas rápidas distribuíam os pacotes de jornais para pontos que já esperavam na rua da Praia.

Às vésperas das eleições, *A Tribuna* se dedicou a divulgar o nome e as propostas dos candidatos a deputados estaduais e federais da Frente Popular, socialistas e comunistas que concorriam pelo PSB, e o apoio às candidaturas trabalhistas de Alberto Pasqualini, João Goulart e Ruy Ramos. Os anúncios do apoio foram publicados nas páginas de *A Tribuna* [imagem 87], mas também reproduzidos em

<sup>618</sup> ASSEGURAR a vitória dos candidatos do povo. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 25/09/1954, capa.



Conforme depoimento de Manuel Vargas, quando os representantes da Frente Popular foram ao encontro de Pasqualini para tratar do apoio de comunistas e socialistas a sua candidatura, o petebista teria lhes suplicado que não o apoiassem publicamente, devido ao prejuízo eleitoral que isso poderia causar: “Pactuaram que ninguém faria barulho”. Entretanto, *A Tribuna* anunciaria, no outro dia, o apoio a Pasqualini. A Frente Democrática teria, inclusive, comprado todas as edições do jornal dos comunistas para distribuí-los na região colonial, “onde os italianos fugiam mais dos comunas que o Diabo da cruz” (CANTON, 2004, p. 63). Para se ter uma ideia do ambiente no Rio Grande do Sul às vésperas do pleito, pode-se observar o anúncio, na contracapa do *Correio do Povo*, publicado pelas *senhoras da Frente Democrática*. Nele, solicitavam às *mulheres do Rio Grande do Sul* que acompanhassem as missas do domingo, dia do pleito, atendendo a duas intenções:

1ª – Em ação de graças, pelo feliz retorno ao lar, depois de árdua campanha, do ilustre engenheiro Ildo Meneghetti, que através de admirável pregação cívica, vem procurando esclarecer à opinião pública de nosso glorioso Estado;

2ª – Fazendo durante as referidas missas, preces a Deus Nosso Senhor, para que ilumine as inteligências e os corações de todos os rio-grandenses, a fim de que, votando bem, determinem a salvação do Rio Grande do Sul.<sup>619</sup>

Na retórica do anticomunismo católico, era a *salvação do Rio Grande do Sul* que estava em jogo. Desde a cassação do PCB, as publicações de jornais católicos incitavam a participação eleitoral dos católicos utilizando-se de dois argumentos principais: mesmo na ilegalidade, os comunistas estavam se organizando para participar das eleições, e portanto cabia aos católicos se mobilizarem em torno do pleito; com o partido cassado, os comunistas estavam se infiltrando em outras siglas, razão pela qual os eleitores católicos deveriam não apenas votar, mas votar bem – seguindo a orientação da Liga Eleitoral Católica. Em 1954, esses argumentos ficaram mais próximos da

---

<sup>619</sup> A TODAS as mulheres do Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 02/10/1954, contracapa.

realidade: os comunistas estavam realmente mobilizando eleitores e se articulando com outros partidos. Enquanto isso, a *batalha de panfletos* prosseguia, com os pessedistas divulgando o apoio dos comunistas e dos socialistas a Alberto Pasqualini:

Imagem 88 – Panfleto associando Alberto Pasqualini, João Goulart e Ruy Ramos aos comunistas (1954)



Arquivo AIB-PRP. Fundo 5, série 7, 7.2.1 c [DELFO PUCRS].

O panfleto reproduzido acima difere-se dos anteriores [imagens 83 e 84] por estabelecer um antagonismo com a menção a outros personagens: além de estar *aliado* a comunistas e a socialistas, Pasqualini contava com João Goulart, caracterizado como “amigo dos comunistas em São Paulo e Rio”. Também com Pasqualini estava o outro candidato ao Senado, Ruy Ramos: “O único deputado rio-grandense que votou a favor do divórcio”. Do outro lado, estava Meneghetti, “o único candidato que poderá derrotar os trabalhistas e comu-

nistas”. Ao lado de Meneghetti, destacava o panfleto, estava Armando Câmara, “o maior líder cristão do nosso Estado”. Antes mesmo do apoio da Frente Popular aos candidatos petebistas, os setores católicos já estavam sendo mobilizados em favor da Frente Democrática de Ildo Meneghetti, com a motivação especial da candidatura ao Senado: pela primeira vez, a Liga Eleitoral Católica apontou um candidato preferencial a senador, Armando Câmara, e repudiou a outro, Ruy Ramos, que teve seu nome vetado pela junta estadual da LEC.

O deputado federal Ruy Ramos foi escolhido como segundo candidato a senador somente após José Diogo Brochado da Rocha rejeitar a indicação da convenção estadual do PTB. José Diogo pretendia ser o candidato petebista a governador, mas foi preterido pela direção partidária – dominada por João Goulart, Leonel Brizola e pelos antigos companheiros da USB de Pasqualini, como Caruso Scuderi e Leocádio Antunes. Indicado ao Senado, não aceitou concorrer, saindo do partido para se candidatar a governador pelo pequeno PSP, a convite de Adhemar de Barros. Assim, o PTB perdia um candidato anticomunista<sup>620</sup> e apreciado nos meios católicos, inclusive pelo arcebispo D. Vicente Scherer, para ocupar a vaga com um candidato adepto da Igreja Metodista e favorável à aprovação do divórcio no Congresso Nacional. É preciso considerar que a Igreja possuía um discurso anticomunista que era apropriado pelos candidatos e pelos partidos e utilizado contra seus adversários. Esse combate ao comunismo incluía um combate a tudo aquilo que a Igreja identificava como comunismo e concernente à moralidade. Nesse sentido, foram equiparados comunistas e *divorcistas*: ambos teriam como objetivo “destruir o valor e a função da família na forma como era entendida pela Igreja Católica” (RODEGHERO, 2003, p. 88; 100; 155).

---

<sup>620</sup> Por algum motivo que não foi possível aferir, encontra-se no acervo pessoal de José Diogo Brochado da Rocha, no Memorial do Legislativo, uma declaração assinada, em 1960, pelo marechal Júlio Caetano Horta Barbosa. Diretor de Engenharia no Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro, à época da insurreição comunista de 1935, o marechal Barbosa tinha como subordinado José Diogo, então 1º tenente comissionado da Arma da Engenharia. No documento, o marechal declara: “José Diogo Brochado da Rocha, que servia sob meu comando, de mim recebeu, de fato, missão que o fez participar efetivamente das operações de repressão ao movimento comunista deflagrado em 27 de novembro de 1935” [ML ALERGS. AJDBR. Pasta 0028].

Em 17 janeiro de 1952, D. Vicente Scherer havia encaminhado correspondência a José Diogo, então líder da bancada do PTB na Câmara dos Deputados, solicitando voto contrário dos deputados federais petebistas ao projeto de lei apresentado por Nelson Carneiro (PSD-BA) e a quaisquer outras tentativas de introduzir a dissolução do vínculo matrimonial na legislação brasileira<sup>621</sup>. Na carta, D. Vicente distingue a José Diogo: “O passado de vossa excelência, cheio de eloquentes provas de fidelidade à palavra empenhada e de nítida visão dos problemas nacionais, assegura-me que os católicos brasileiros terão em V. Exa. um nobre e ardoroso paladino da causa santa da preservação dos lares”.<sup>622</sup> José Diogo sempre procurou manifestar sua submissão aos ditames da Igreja Católica, como pode se observar em sua resposta à consulta da LEC em 1947: “Minha situação de católico é sobejamente conhecida por toda a opinião rio-grandense, não tendo eu nunca faltado, em minha vida pública e particular, ao serviço de Deus e da Igreja”. Na ocasião, sendo muito mais enfático em sua resposta à LEC do que o candidato a governador de seu partido, Pasqualini, o então candidato a deputado estadual salientou ser notoriamente contra o “comunismo ateu” e que na condição de deputado constituinte, eleito em 1945, teve a “oportunidade de servir à Igreja”.<sup>623</sup>

Em 13 de abril de 1952, D. Vicente encaminhou outra missiva a José Diogo, dessa vez agradecendo ao deputado pelo voto contrário ao projeto de Nelson Carneiro.<sup>624</sup> Junto ao agradecimento, um recado aos deputados petebistas:

---

<sup>621</sup> No levantamento de trabalhos sobre o período, não foram identificados indícios da utilização do acervo de José Diogo Brochado da Rocha, sendo as cartas inéditas até a presente tese. O mesmo pode-se dizer das cartas do acervo de Alberto Pasqualini, pertencente à Prefeitura Municipal de Ivorá/RS, documentação que não havia sido pesquisada antes.

<sup>622</sup> ML/ALERGS. AJDBR. Pasta 0028. Carta de D. Vicente Scherer a José Diogo Brochado da Rocha. 17/01/1952. Há, no mesmo acervo, outras cartas de D. Vicente para José Diogo, incluindo pedido de auxílio à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (08/07/1952).

<sup>623</sup> ML/ALERGS. AJDBR. Pasta 0028. Carta de José Diogo Brochado da Rocha à junta estadual da Liga Eleitoral Católica. 06/01/1947.

<sup>624</sup> A discussão sobre o divórcio no Congresso Nacional foi tema das teses de Daniela Resende Archanjo (2008) e de Maria Isabel de Moura Almeida (2010).

Peço vênia, unicamente, para observar que, apesar do silêncio do programa trabalhista sobre tão importante matéria, também os deputados, ao menos a maioria, dessa agremiação partidária têm um compromisso de honra, livremente assumido antes das eleições perante a consciência católica do Brasil, de rejeitar qualquer tentativa de dissolução do vínculo conjugal.<sup>625</sup>

A carta de D. Vicente apresenta um indício de que a bancada do PTB não havia se comportado da maneira esperada pelo arcebispo na questão do divórcio. Quando o deputado baiano Nelson Carneiro apresentou uma emenda tentando legalizar a dissolução do matrimônio, 109 deputados assinaram um requerimento para que a votação ocorresse de forma secreta. Dentre eles, estavam os petebistas gaúchos César Santos, Henrique Pagnoncelli e Ruy Ramos. Conforme Sandra Benvegnú (2006), o médico César Santos já não pretendia concorrer à reeleição. Ainda assim o deputado teve de enfrentar as críticas de D. Cláudio Colling, bispo de Passo Fundo, e a farta exploração do tema pelo jornal *Diário da Manhã* (BENVEGNÚ, 2006). Pagnoncelli, candidato à reeleição para deputado federal, e Ramos, candidato ao Senado, tiveram seus nomes não recomendados pela Liga Eleitoral Católica.<sup>626</sup> O efeito foi devastador para a votação do deputado Pagnoncelli: eleito com 13.433 votos em 1950, obteve apenas 7.162 em 1954, não se reelegendo.

O veto da LEC a Ruy Ramos não apenas contribuiu para sua derrota na campanha ao Senado, mas deu mais munção aos setores do anticomunismo católico contrários ao PTB. Após o pleito, D. Vicente afirmou que teria mandado avisar aos dirigentes petebistas que a candidatura de Ruy Ramos seria censurada: “Antes de ser apresentado o candidato a senador conhecido como hostil à Igreja, adverti os dirigentes do Partido Trabalhista de que a respeito desse nome havia reservas e que sua inclusão na chapa causaria estranheza, prejudicando os interesses do partido”.<sup>627</sup>

---

<sup>625</sup> ML/ALERGS. AJDBR. Pasta 0028. Carta de D. Vicente Scherer a José Diogo Brochado da Rocha. 13/04/1952.

<sup>626</sup> NOTA da LEC. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 22/09/1954, p. 4.

<sup>627</sup> SCHERER, D. Vicente. O claro e as recentes eleições. *Unitas – Boletim da Arquidiocese de Porto Alegre*. Fasc. 4, Dezembro de 1954, p. 262.

Buscando se precaver das possíveis acusações dos adversários e construir uma imagem positiva aos olhos do eleitorado católico, um dos primeiros compromissos de Alberto Pasqualini em Porto Alegre na campanha eleitoral de 1954 foi a visita ao arcebispo D. Vicente Scherer. O PTB fez questão de publicar na capa do *Diário de Notícias* a imagem referente ao encontro. Ex-colegas do Seminário dos jesuítas em São Leopoldo, Pasqualini e Scherer aparecem sorridentes na fotografia reproduzida na imprensa.<sup>628</sup>

Imagem 89 – Alberto Pasqualini visita D. Vicente Scherer (1954)



PASQUALINI visitou D. Vicente Scherer. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 07/08/1954, capa [BN-HD].

O metodista Ruy Ramos, entretanto, não admitiu associar sua imagem à da Igreja Católica: tendo a oportunidade de utilizar na propaganda uma fotografia sua e de sua esposa Nehyta junto ao papa Pio XII, em uma visita do casal à Roma, recusou fazê-lo (SOUZA, 1991, p. 101). O candidato à segunda vaga de senador pelo PTB foi o cen-

---

<sup>628</sup> PASQUALINI visitou D. Vicente Scherer. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 07/08/1954, capa.

tro dos ataques por parte de setores católicos e dos adversários da Frente Democrática. Milhares de panfletos teriam sido distribuídos aludindo à questão do divórcio: “Não merece teu voto quem traiu o povo, quem abusou de tua confiança, e menosprezou a tua religião...” (SOUZA, 1991, p. 97).

Além das desconfianças do clero com relação aos deputados petebistas, do veto da LEC a Ruy Ramos e do histórico de tensões entre Pasqualini e setores católicos nas campanhas anteriores, em 24 de agosto desaparecia o personagem que poderia reduzir um pouco da hostilidade do clero: Getúlio Vargas, que no segundo governo deu continuidade à política de boa relação com a Santa Sé. Aproximando-se mais do núncio apostólico, cujo papel estratégico já havia sido mencionado em 1950 na correspondência entre Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura, o presidente buscou acercar-se mais da cúpula do clero. O Itamaraty chegou a homenagear o representante da Santa Sé em novembro de 1953, em pomposa cerimônia que contou com a presença de Vargas.<sup>629</sup> Carta do embaixador brasileiro junto à Santa Sé, Aluísio Bitencourt, a João Neves da Fontoura relataria o abalo que o suicídio de Vargas havia causado no papa Pio XII: “Vivamente chocado com o sucedido, sobretudo porque, nos últimos tempos, Getúlio estava tentando uma franca aproximação com a Igreja”.<sup>630</sup>

---

<sup>629</sup> SIAN-AN. Agência Nacional. BR RJANRIO EH.0.FOT, PRP.3273.

<sup>630</sup> AHR.S. AJNF. Caixa 9. Carta de Aluísio Bitencourt a João Neves da Fontoura. 16/11/1954.

Imagem 90 – Getúlio Vargas recebendo o nuncio apostólico Carlo Chiarlo (1951)



BR RJANRIO EH.0.FOT, PRP.2496. Agência Nacional [SIAN-AN].

Sem a presença de Getúlio Vargas e sua salvaguarda propiciada pela boa relação com a cúpula do clero, e com a definição da candidatura de Ruy Ramos ao Senado, a chapa do PTB ficaria vulnerável à hostilidade de setores católicos do Rio Grande do Sul. O lançamento da candidatura de Armando Pereira Câmara a senador pelo PL, coligado ao PSD e à UDN na Frente Democrática, completou o quadro desfavorável à chapa petebista.

Durante o período da chamada Neocrisandade (1916-1955), a Igreja Católica conseguiu atrair a classe média para o laicato, formando uma geração de influentes líderes católicos leigos, entre os quais Jackson de Figueiredo (1891-1928) e Alceu Amoroso Lima (1893-1983) (MAINWARING, 2004, p. 46). Diversos autores destacam, no caso do Rio Grande do Sul, o surgimento de um influente grupo de intelectuais católicos, ligados às Congregações Marianas, que passaram a marcar a vida social, cultural e política do Estado a partir da década de 1920, sendo o professor Armando Pereira Câmara sua principal liderança. É a chamada “geração católica”, influente na

vida religiosa, no ensino superior e na política (TRINDADE, 1982; RAMBO, 1998; SANTOS, 2014; GRIJÓ, 2017). No início da década de 1930, surgiu uma das instituições importantes ligadas a esse grupo: o Centro Católico de Acadêmicos, que objetivava ampliar a influência católica nas instituições de ensino superior. Conforme Fernando Casses Trindade (1982), a primeira participação política dessa geração foi a organização da Liga Eleitoral Católica. Um de seus expoentes, o advogado e professor Francisco Machado Carrion, em depoimento no *Simpósio sobre a Revolução de 30* (1983), salientou o apoio dos padres ao Centro Católico de Acadêmicos:

Muitos clérigos, muitos sacerdotes moços. Chegamos a fundar, para espalhar nossas ideias, um Centro, que tinha como distintivo uma cruz de ferro com as letras CCA – que usávamos na gravata. Os padres e seminaristas, proibidos de usá-la, colocavam-na por debaixo da batina, mostrando-a para identificação conosco (CARRION, 1983, p. 684).

A Faculdade de Direito, onde Pasqualini lecionou na primeira metade da década de 1930, foi um *locus* privilegiado da atuação dos Centro Católico de Acadêmicos. Conforme Fernando Casses Trindade (1982, p. 46):

Os propósitos do Centro foram concretizados numa data que podemos chamar de histórica: a entrada como professor da Faculdade de Direito de Armando Câmara na disciplina “Introdução à Ciência do Direito” substituindo Alberto Pasqualini, por nomeação em 1935 de Flores da Cunha. Alberto Pasqualini pertencia aos “católicos”, tendo sido seminarista, professor do Colégio Anchieta e membro da Congregação Mariana. Naquele momento, ele já não pertencia ao “grupo”, sendo considerado “dissidente” e identificado como “positivista”. A nomeação de Armando Câmara foi recebida com protestos de certos estudantes, inclusive do próprio Pasqualini, por ter sido feita sem concurso.<sup>631</sup>

Com uma formação indelevelmente influenciada pelos padres jesuítas, seja no Seminário de São Leopoldo, no Ginásio Anchieta ou na própria Faculdade de Direito, essa geração foi marcada por uma noção de “comunitarismo orgânico”, que recusava as distinções entre

---

<sup>631</sup> Sobre a oposição entre “católicos” e “positivistas” na Faculdade de Direito de Porto Alegre, ver Luiz Alberto Grijó (2017).

os fundamentos dos domínios religioso, político e educacional, entre outros. Dessa matriz resultariam lideranças em diferentes vertentes políticas, algumas aderindo ao integralismo de Plínio Salgado, outras a uma centro-direita mais identificada com o Partido Libertador, e outras seguindo o caminho de Alberto Pasqualini (CORADINI, 2003; GRIJÓ, 2007). Essa divisão se expressou também no momento-chave de rearticulação das forças políticas no fim do Estado Novo. Francisco Machado Carrion narra dois encontros com Alberto Pasqualini, que estaria interessado no ingresso do grupo de jovens católicos ao seu movimento político por volta de 1945:

Alberto Pasqualini, que fora meu professor no Ginásio Anchieta, marcou encontro comigo em minha residência, onde mantivemos demorada conversa. Tentava ele levar o nosso grupo para formar em seu movimento. Examinei, detidamente, a situação e mostrei que estava ele aliado a elementos de esquerda e que, por isso, não concordaríamos. [...] Oferecia-nos duas secretarias de Estado em seu governo. Observamos que era muito cedo para isso, pois ele ainda não era governo... (CARRION, 1983, p. 684).

Enquanto isso, Armando Câmara seguiria conquistando posições centrais na “geração católica”, sendo membro honorário do Centro Católico de Acadêmicos e primeiro presidente da Associação dos Professores Católicos, reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul entre 1946 e 1949 e primeiro reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, entre 1949 e 1951 (GRIJÓ, 2017, p. 305-306). Tratava-se, portanto, de um intelectual plenamente engajado, como leigo, no projeto da Igreja da Neocristandade de ampliar a influência católica na vida social, cultural e política. Esse último aspecto seria coroado em 1954, com sua eleição a senador pelo PL. A narrativa do libertador Mem de Sá (1973, p. 159) reconstrói o *espírito de cruzada* que justificava a candidatura de Armando Câmara:

Professor de Filosofia, embora penetrado de espírito cívico, jamais fora cogitado para exercer qualquer mandato, pois era homem que vivia para a cátedra, o estudo e a meditação. Mas, em face da cruzada, e, sobretudo, dos rumos que ela tomava, tornando-se evidente a orientação (ou melhor, a desorientação) demagógica, sindicalista e anarquista de determinados candidatos adversários, Câmara se lançou à luta com uma bravura e intensidade que ninguém seria capaz de imaginar.

A Frente Democrática (PSD-PL-UDN) venceria as eleições de 1954, com Ildo Meneghetti derrotando Alberto Pasqualini no pleito para governador e Armando Câmara e Daniel Krieger derrotando João Goulart e Ruy Ramos na disputa pelas vagas do Senado. Mem de Sá (1973, p. 160) atribuiu a vitória da Frente Democrática em grande parte ao prestígio de Câmara: “Tínhamos subestimado o prestígio de Armando Câmara nos meios católicos do Rio Grande, particularmente sobre as Ordens, as Congregações, os colégios, hospitais, seminários”. Os resultados de 1954 evidenciam o fenômeno eleitoral Armando Câmara:

Gráfico 19 – Votação dos candidatos ao governo e ao Senado no Rio Grande do Sul (1954)

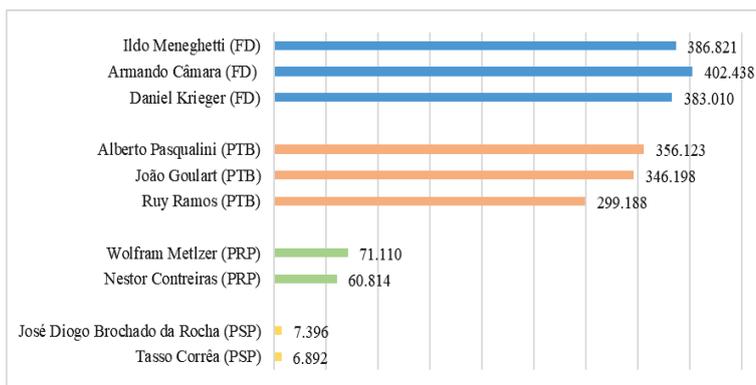


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: Resultados eleitorais. 1954 [TRE-RS].

Armando Câmara foi o candidato mais votado daquele pleito: obteve 15 mil votos a mais do que o candidato de sua coligação a governador, o também eleito Ildo Meneghetti. Nota-se o efeito devastador da campanha contra Ruy Ramos, que obteve 47 mil votos a menos do que seu companheiro de chapa João Goulart, sendo ambos derrotados. A derrota do PTB só não foi completa, porque o partido conseguiu eleger as maiores bancadas na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa.

Alberto Pasqualini, doente, sofrendo os efeitos negativos do apoio dos comunistas e contaminado pela campanha do clero contra

Ruy Ramos, somado às desconfianças anteriores advindas de setores católicos e conservadores, perdeu a eleição por uma diferença de pouco mais de 30 mil votos. As eleições de 1954 culminaram um processo de tensões entre Pasqualini, os partidos conservadores, a Igreja Católica, os comunistas e os setores anticomunistas, agentes que vinham disputando, com projetos distintos, a construção do eleitor desde o alvorecer da experiência democrática.

### 4.3 Derrota eleitoral, vitória das ideias?

Candidato a governador derrotado nas eleições estaduais de 1947 e senador eleito em 1950, Alberto Pasqualini concorreu pela segunda vez ao governo do Rio Grande do Sul em 1954. Quando sua candidatura foi anunciada, recebeu cartas de apoiadores de diversas regiões do Estado, congratulando-o e manifestando entusiasmo com a campanha eleitoral vindoura. Há poucas informações nas fontes sobre esses sujeitos. São homens e mulheres que se colocam como apoiadores de Pasqualini, integrantes ou não do PTB, e que buscam construir uma narrativa sobre as razões pelas quais esse candidato despertava neles um interesse na participação e no resultado das eleições. Como Glória Romanatto, de Porto Alegre, que se definia como uma “gaúcha idealista” que ainda não havia “perdido a fé” em um “futuro melhor”. Conforme expressava na carta, a candidatura de Pasqualini lhe trazia uma esperança de *salvação* para o Rio Grande do Sul.<sup>632</sup>

Para alguns desses apoiadores, como Antônio Bresolin, de Ijuí, a vitória de Pasqualini seria um marco na “vitoriosa marcha do trabalho”, representado pelo programa do candidato petebista. O programa e as qualidades pessoais seriam a garantia da vitória de Pasqualini: “O seu programa de governo, a honestidade dos seus propósitos, o seu passado, o seu caráter ilibado, a sua independência, os seus talentos e cultura constituem penhor seguro da vitória”.<sup>633</sup> A execução do programa trabalhista foi mencionada também na carta

<sup>632</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Carta de Glória Romanatto a Alberto Pasqualini. 09/07/1954.

<sup>633</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Carta de Antônio Bresolin a Alberto Pasqualini. 24/06/1954.

enviada pelos membros do *Diretório da Avenida Eduardo*, no quarto distrito de Porto Alegre – zona majoritariamente operária. A carta relatava que o diretório havia se reunido e assumido um “compromisso de honra”:

O de trabalharem, com todas suas forças, dia e noite, para que vossa excelência seja vitorioso nas eleições que se avizinham, pois somente dessa forma o Partido Trabalhista Brasileiro poderá alcançar, pacificamente, sua alta finalidade, já que todos estão convencidos de que Vossa Excelência, no Governo do Rio Grande, executará seu conhecido programa social.<sup>634</sup>

Em certos casos, esses apoiadores assumem o argumento muitas vezes defendido por Pasqualini em seus artigos, entrevistas e discursos: mais importante do que a vitória eleitoral, seria a vitória das ideias. Portanto, a campanha eleitoral era vista como um momento de doutrinação e esclarecimento, como afirma Ernani Cardoso, de Porto Alegre, em sua carta: “Que a sua doutrinação frutifique para o bem de todos: de correligionários e adversários”.<sup>635</sup> A “justiça social”, termo presente no programa de governo do candidato desde o lançamento da União Social Brasileira em 1945, justificava a esperança e o apoio de Domingos Nunes Martins, de Bagé, conforme sua carta: “Uma grande esperança para os que almejam a implantação de uma verdadeira justiça social. Novamente, como nas gloriosas jornadas de 1946, estarei do vosso lado”.<sup>636</sup>

Com o fim do Estado Novo, em 1945, houve eleições periódicas e com cada vez maior participação de eleitores e eleitoras – cuja proporção no conjunto da população se tornou crescente, conforme demonstrado anteriormente no gráfico 4 [subcapítulo 3.3]. As campanhas eleitorais propiciaram identificação do eleitorado com partidos e candidatos, interesse e envolvimento com a competição eleitoral. O quadro abaixo lista as eleições realizadas no Rio Grande do Sul entre 1945 e 1954 e os cargos em disputa (sendo em geral uma cédula

<sup>634</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Carta do Diretório da Avenida Eduardo a Alberto Pasqualini. Assinam Marino Job Abrahão, Adalberto Osmar Horlle e Erocí Rodrigues. 22/06/1954.

<sup>635</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Carta de Ernani Cardoso a Alberto Pasqualini. 24/06/1954.

<sup>636</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Carta de Domingos Nunes Martins a Alberto Pasqualini. 07/06/1954.

eleitoral para cada cargo), demonstrando um aspecto considerado importante por autores como Michel Offerlé (2005; 2011) quando se trata da construção do eleitor: a repetição do ato de votar.

Quadro 2 – Eleições realizadas no Rio Grande do Sul entre 1945 e 1954

<b>Data</b>	<b>Abrangência</b>	<b>Cargos eletivos</b>
02/12/1945	Nacional	Presidente da República / Deputados Federais / 2 Senadores
19/01/1947	Estadual	Governador do Estado / 1 Senador / Suplentes dos senadores eleitos em 1945 / Deputados Estaduais
15/11/1947	Municipal	Prefeitos Municipais / Vereadores
03/10/1950	Estadual e Nacional	Presidente da República / Vice-Presidente da República / 1 Senador / 1 Suplente de Senador / Governador do Estado / Deputados Estaduais / Deputados Federais
1º/11/1951	Municipal	Prefeitos Municipais / Vereadores
03/10/1954	Estadual	Governador do Estado / 2 Senadores / 2 Suplentes de Senador / Deputados Federais / Deputados Estaduais

Quadro elaborado pelo autor. Fonte: TRE-RS.

Esse período da história política brasileira, de 1945 a 1964, o da chamada experiência democrática, foi estudado por diversos autores que apontam para os avanços e para os limites dessa experiência. No que tange ao crescimento e mudança do perfil do eleitorado, ao menos duas observações merecem atenção ao se analisar a obra de Gláucio Ary Dillon Soares (1973). Para o autor, nesse período, pela primeira vez “os setores médios e inferiores das classes médias participaram em grande número do processo eleitoral” e “um contingente respeitável de membros das classes trabalhadoras – um milhão ou mais – participou do processo eleitoral” (SOARES, 1973, p. 59). Como consequência disso, esses setores passaram a ter “uma dose razoável de poder sobre os dirigentes políticos: ou seus interesses eram defendidos no nível das decisões políticas, ou seriam outros os candidatos que receberiam seus votos nas eleições subsequentes” (SOARES, 1973, p. 59-60).

Como foi possível perceber no capítulo 3, um dos impactos dessa incorporação ao eleitorado foi a necessidade de grandes mobi-

lizações e da construção da popularidade por parte dos candidatos. Mas será possível, de fato, atribuir ao eleitorado o poder de avaliação e de controle sobre as elites políticas a partir de *seus interesses*? Como se observou no subcapítulo 4.2, a ampliação do eleitorado e a própria *construção do eleitor* não se deu sem o atravessamento de forças políticas que buscaram enquadrar essa construção em uma gramática conservadora. Dito de outra forma, embora possa se considerar uma relativa autonomia das camadas incorporadas ao eleitorado em suas decisões políticas, os caminhos que levavam a essas decisões foram alvo dos apelos distintos de diferentes agentes que visavam à mobilização eleitoral, entre eles a Igreja e os setores católicos que falavam diretamente a esse eleitorado em construção e, especialmente nas zonas rurais, detinham uma influência importante – capaz de gerar diversos constrangimentos ao exercício livre do voto. Levando isso em consideração, qual era o espaço de um programa como o de Pasqualini, que previa a socialização do lucro e a assistência do Estado aos mais necessitados, obter sucesso nessa disputa pelo voto de um eleitor em construção e interpelado por essa retórica anticomunista e conservadora?

Para Olavo Brasil de Lima Júnior (1983, p. 60), o sistema político do período pode ser considerado elitista, sendo “representativo apenas de uma visão limitada e parcial da vida política, já que a legislação excluiu da participação eleitoral grandes segmentos sociais”. Embora tenha ocorrido uma expressiva ampliação do eleitorado, especialmente ao se considerar a pequena participação eleitoral durante as primeiras quatro décadas da República, não se pode negligenciar que essa incorporação se deu com a utilização de mecanismos pelos quais se incluiu controladamente novas parcelas da população à cidadania eleitoral, mas também manteve, pelos mesmos mecanismos, a exclusão da maioria. O ingresso das *massas* na vida política brasileira foi, portanto, limitado do ponto de vista eleitoral, mas suficiente para gerar impactos no jogo político.

Assim, mais do que pensar nos mecanismos legais que garantiram a exclusão de uma grande parcela da população da participação eleitoral, especialmente pela interdição do voto aos analfabetos, e também garantiram a inclusão de novas parcelas da mesma população ao

voto, é fundamental que se reflita sobre os mecanismos políticos que buscaram disputar a construção de eleitores e enquadrar o ato de votar dentro de certos limites. Essa incorporação de camadas mais amplas ao eleitorado não ocorreu sem que se aprimorasse o funcionamento de mecanismos capazes de impor constrangimentos ao exercício do voto pelo novo contingente agregado ao corpo eleitoral. A retomada dos trabalhos da Liga Eleitoral Católica e as tentativas de *orientação* do eleitorado católico são exemplos de ferramentas que visavam ao controle dessa incorporação, buscando evitar que seu impacto se desse em direção ao crescimento do socialismo, do comunismo e de quaisquer forças políticas associadas a estas doutrinas.

É preciso, porém, retornar às observações de Michel Offerlé e de Alain Garrigou para refletir sobre a construção do eleitor. Para Michel Offerlé (2005), construir um eleitor consiste em inventar uma esfera própria do político desvinculada do social, mas que reinstitui as relações sociais e os meios tradicionais de troca social com base em outras regras. Se, por um lado, há permanência das relações de clientela e de permuta de bens privados e públicos nas formas tradicionais de adesão política, a inserção de candidatos menos dotados de recursos seria responsável por uma gradual modificação nas relações entre candidatos e eleitores: essa relação tenderia a promover uma separação entre o político e as relações sociais cotidianas, impondo uma “relação virtuosa de cidadania” que deslegitimaria as formas antigas de transação. Isso levaria, gradativamente, a um modelo de cidadão como indivíduo idealmente dessocializado que, “para exercer sua cidadania, supõe-se haver rompido seus vínculos comunitários” (OFFERLÉ, 2005, p. 356-357).

Na correspondência de Alberto Pasqualini há dois aspectos importantes concernentes à construção do eleitor: o incentivo à incorporação de novos eleitores por meio do alistamento e a recorrente ênfase de Pasqualini na necessidade de *esclarecimento* do eleitorado. Derrotado no pleito de 1954, Pasqualini encaminhou respostas a alguns correligionários que lhe enviaram cartas declarando apoio. É o caso da resposta a Martins Dias, do município de Soledade, que na última semana da campanha eleitoral havia relatado em carta os seus esforços em favor do candidato petebista, na qual Pasqualini afirma:

As urnas foram desta vez contra nós. Isso, porém, não constitui motivo para que desanimemos. Antes, pelo contrário, deveremos para o futuro recobrar os nossos esforços. A palavra de ordem deve ser agora **qualificar**. Sem soldados não se vence a guerra e as eleições se vencem somente com eleitores [grifo do original].<sup>637</sup>

A qualificação era o ato que precedia ao alistamento, e o requerimento poderia ser realizado pelos próprios partidos políticos, cabendo aos eleitores retirar, posteriormente, os títulos de eleitor no cartório eleitoral. Quando Pasqualini destaca a importância de *qualificar*, está se referindo a necessidade de tornar aptos ao voto novos eleitores para os pleitos seguintes, ou seja, construir eleitores dentre os potenciais do corpo eleitoral de acordo com as exigências legais. Apesar da derrota, Pasqualini adota um discurso positivo, que visa a animar seus apoiadores para futuros embates eleitorais: “Não vencemos as eleições, mas isso não deve desanimarmos. Muito ao contrário, deveremos agora redobrar nossos esforços para as lutas futuras”.<sup>638</sup>

Em resposta à carta de Laura Martins, de Santa Maria, Alberto Pasqualini ressalta: “É necessário esclarecer o eleitorado, pois só assim ele conquistará sua independência”.<sup>639</sup> Na noção de *esclarecimento* está implícita a ideia de um eleitor consciente do aspecto cívico do voto, desvinculado das pressões, dos constrangimentos e das transações correntes no seu meio social. O eleitor *independente e esclarecido* de Pasqualini diz respeito, em grande medida, ao cidadão-eleitor a ser construído, individualizado e apto a tomar parte, de forma racional, no ritual austero que envolve o ato de votar. Esclarecido e consciente, portanto, do papel a ele atribuído em carta enviada por Pasqualini ao então deputado estadual Leonel Brizola: “Supremo juiz da conduta dos homens públicos”.<sup>640</sup>

<sup>637</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Carta de Martins Dias a Alberto Pasqualini. 27/09/1954. Resposta datilografada em 04/11/1954.

<sup>638</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Carta de Waldemar Barros [de Santa Maria] a Alberto Pasqualini. 2/10/1954. Resposta datilografada em 04/11/1954.

<sup>639</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Carta de Laura Martins a Alberto Pasqualini. 06/10/1954. Resposta datilografada em 16/10/1954.

<sup>640</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Telegrama de Alberto Pasqualini a Leonel Brizola. 26/06/1954.

Assim como Michel Offerlé destacou a idealização do cidadão-eleitor, Alain Garrigou (1988) chamou a atenção para a construção do ato de votar, da cabine eleitoral, do envelope, dos meios pelos quais se buscou garantir o voto secreto e isolar o eleitor das pressões externas, e os esforços na busca pela constituição de um cidadão abstrato, desvinculado de seu entorno social e cumprindo um papel estritamente político. Entretanto, mesmo para o caso francês analisado por Garrigou e Offerlé, o processo de individualização do cidadão-eleitor nunca é finalizado, pois os usos do voto permanecem sempre múltiplos, estando, portanto, apenas no horizonte da construção ideal de uma cidadania cívica.

Em algumas das propagandas publicadas pelos partidos políticos nas eleições estaduais de 1947, referidas no capítulo 2, percebe-se o cidadão idealizado como alvo e pretensão: *eleitor; o voto é secreto; vote conforme sua consciência; o voto é secreto, ninguém poderá saber*. Em outros casos, há uma atribuição de sentido cívico ao ato de votar, pressupondo valores como *honra, dever, civismo, consciência, patriotismo* se sobrepondo às possíveis pressões do entorno social. Esses exemplos demonstram que a busca pela construção de um eleitor idealizado se dá em meio a constrangimentos e a sobrevivência de laços sociais que pressupõem outros padrões de relações entre candidatos e eleitores. Conforme apontado em diferentes fontes, tais constrangimentos, no caso estudado, podem variar desde a ação coercitiva por parte de autoridades locais, como os delegados de polícia e prefeitos, até as ameaças de cunho moral e religioso promovidas por padres – cujas sanções e censura a indivíduos possuíam efeitos consideráveis especialmente no seio das pequenas comunidades das zonas rurais.

Muitas das cartas enviadas a Alberto Pasqualini durante as eleições de 1954 relatam esse tipo de constrangimento ao exercício livre do voto. Correligionária da cidade de Santa Maria, Laura Martins enviou uma longa carta a Pasqualini em 6 de outubro de 1954, três dias após a votação. Nela, apresenta uma avaliação sobre as causas da derrota do PTB:

A causa da derrota do PTB foi *os padres dizerem* em todas as colônias tanto daqui como das outras cidades, que *os colonos não deviam votar no candidato trabalhista porque estavam com*

*os comunistas, que deviam jurar de joelhos na igreja que não votariam em V. Exa. Se teimassem não entrariam mais dentro da igreja, ficariam excomungados.* Isto dito pelos próprios católicos e que em Boca do Monte [Santa Maria] o Sr. [EJ] trocava as cédulas do PTB pelas deles, quero dizer, pelas do Sr. Ildo Meneghetti. Os padres vivem intrometidos em política haja vista que sua exa. venceu em todas as cidades principais, só nos municípios onde *os padres com sua mania de perdoar e excomungar* conseguiram tirar de V. Exa. mais de 10 mil eleitores [grifos do autor].<sup>641</sup>

Há alguns pontos interessantes no conteúdo da carta, confirmando e acrescentando elementos acerca da atuação de padres e de setores da Igreja Católica em prejuízo da candidatura de Pasqualini. Reaparece nela aquele grupo social que teria sido o principal alvo de pressão dos padres: os *colonos*. Os pequenos agricultores das regiões de imigração seriam altamente influenciados pelos párocos locais – entre os quais predominava um pensamento conservador e anticomunista. Mais uma vez, são mencionados recursos de convencimento exclusivos dos membros do clero: *devia jurar de joelhos, excomunhão, perdão*. Laura continua sua narrativa a Pasqualini:

A senhorinha Mercedes Atháides me disse que votou com a Frente Democrática porque *os trabalhistas estão aliados com os comunistas*. Ora o PTB tem por dever de honra fazer o povo crer que não está com os comunistas do contrário, sempre *em ocasiões de eleições vem os padres com a manobra já conhecida*, os padres tem que prestar contas com V. Exa. Aqui em Santa Maria os católicos estão indignados com os padres porque houve colônias que eles *mostraram uma fotografia de V. Exa. de braços com Luís Carlos Prestes*. [...] Senador Alberto Pasqualini, desculpe esta carta ser escrita tão simples mais estou lhe falando do fundo do meu coração e de toda a minha alma.<sup>642</sup>

Nos dois excertos da carta, relata-se a estratégia, recorrentemente atribuída aos padres, de associar Pasqualini e o PTB ao comunismo. Além disso, acrescenta mais um caso de suposta distribuição de imagens manipuladas, onde Pasqualini aparece ao lado do secretário-geral do PCB, Luís Carlos Prestes. Alberto Pasqualini

<sup>641</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Carta de Laura Martins a Alberto Pasqualini. 06/10/1954.

<sup>642</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Carta de Laura Martins a Alberto Pasqualini. 06/10/1954.

elaborou uma longa resposta à carta de Laura Martins, reclamando da atitude dos padres da região: “É realmente desconcertante a atitude assumida por certos padres contra nós. Ninguém mais do que o governo trabalhista beneficiou aos padres”. Pasqualini justificava sua afirmativa citando o recebimento de auxílios e de subvenções a entidades católicas nos governos petebistas. Afirmava também haver incluído no orçamento “polpudas verbas para seminários e outras instituições clericais”. “Todos os seus pedidos foram sempre atendidos”, resumiu o senador.<sup>643</sup> Concluindo a resposta, Pasqualini acusa aos padres de terem difundido o apoio dos comunistas ao PTB mesmo sabendo que os petebistas não possuíam uma aliança como o PCB: “Nunca estivemos aliados aos comunistas. Os padres sabiam disso. Sua conduta, portanto, não se justifica e fizeram um mal imenso à religião. Na realidade, certos padres são profundamente reacionários”.<sup>644</sup>

Na correspondência de Pasqualini logo após as eleições de 1954, há recorrência da interpretação que atribui a derrota eleitoral em grande medida à atuação dos padres e à sua influência entre os eleitores das pequenas localidades de predomínio rural. A professora Suzi Victória, de Ijuí, que se intitula *uma trabalhista*, defende esse argumento: “Lamentavelmente as nossas populações do interior dos municípios ainda não estão suficientemente *esclarecidas*; deixam-se influenciar pelas campanhas sórdidas daqueles para quem o fim justifica os meios”.<sup>645</sup> Mais uma vez aparece o termo central na pregação pasqualinista, e bem-recebida entre seus apoiadores mais ativos: a necessidade do *esclarecimento*. Outra noção recorrente nos discursos proferidos e em entrevistas concedidas por Pasqualini desde 1945, também presente no seu livro *Bases e sugestões para uma política social* (1948), é a de que a vitória eleitoral é menos importante do que a difusão das ideias e do programa partidário. Isso está presente na carta de Ema de Souza Gomes, de Porto Alegre:

---

<sup>643</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Resposta datilografada à carta de Laura Martins a Alberto Pasqualini. 16/10/1954.

<sup>644</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Resposta datilografada à carta de Laura Martins a Alberto Pasqualini. 16/10/1954.

<sup>645</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Carta de Suzi Victória a Alberto Pasqualini. 10/10/1954.

Os nossos adversários venceram, mas nós seremos sempre os vencedores, pois nossos ideais jamais fenecerão. Dr. Alberto Pasqualini, conforme diz V. S. em suas grandiosas palavras aos trabalhistas do Brasil, será inútil tentar deter a marcha da evolução social e do trabalhismo. [...] Tudo pelo Brasil, e viva o PTB!<sup>646</sup>

A resposta de Pasqualini reforça essa concepção: “Torno a repetir que uma eleição é apenas um episódio, mas que a luta pelos nossos ideais é permanente. Dessa luta jamais haveremos de desertar e sinto-me feliz por verificar que essa é a disposição de todos os companheiros”.<sup>647</sup> Assim, o senador derrotado no pleito para governador busca emitir, mais uma vez, uma mensagem de entusiasmo com relação às disputas futuras e à defesa do programa petebista.

Luiz Calavet, do município de Bento Gonçalves, encaminhou carta onde se demonstra afinado a diversas ideias defendidas por Pasqualini nos artigos, entrevistas, discursos e no livro *Bases e sugestões para uma política social*, incluindo a crítica ao personalismo e a defesa do programa:

Estou cada vez mais convicto de que um partido não deve viver em torno de homens ou de grupos, de interesses personalistas, e sim estes terão que viver ou desenvolver a sua ação inspirados pelos ideais do partido, procurando sempre resolver as suas divergências, se ventura existir, dentro do programa do partido, procurando colocar a legenda acima dos interesses particulares ou de grupos. [...] No Rio Grande do Sul, considero eu o Estado em que o PTB possui melhor organização, porém a sua doutrina ainda não bem difundida. Precisamos de uma doutrinação intensa, principalmente no interior.<sup>648</sup>

Conforme o apoiador da região de imigração italiana, o trabalho doutrinário deveria ser realizado como forma de evitar que o eleitorado ficasse a mercê do conteúdo difamatório difundido pelos adversários. Seria preciso “fazer ver aos homens simples do interior que o PTB não é socialista, nem divorcista, nem comunista, que o trabalhismo é uma doutrina política a serviço do povo, por sinal a mais

<sup>646</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Carta de Ema de Souza Gomes a Alberto Pasqualini. 10/10/1954.

<sup>647</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Resposta datilografada à carta de Ema de Souza Gomes a Alberto Pasqualini. 11/10/1954.

<sup>648</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Carta de Luiz Calavet a Alberto Pasqualini. 26/10/1954.

humana e a mais cristã”.<sup>649</sup> Portanto, o empenho no trabalho de doutrinação acerca dos objetivos do partido auxiliaria na vitória eleitoral, sendo um importante antídoto aos qualificativos associados ao partido, especialmente a Pasqualini, como forma de difamação: *socialista, comunista, divorcista*, tríade que, conforme observado anteriormente, remetia à pregação do anticomunismo católico.

Luiz Calavet também destaca a importância da mobilização eleitoral. Para ele, era tarefa urgente e necessária, para um sucesso futuro do trabalhismo, o investimento de esforços na qualificação eleitoral e no incentivo ao comparecimento às urnas:

Quanto à qualificação de novos eleitores, todos os diretórios do partido deveriam agir junto às massas trabalhistas, *fazer sentir a eles a necessidade de qualificar-se e comparecer às urnas*. Porque é nas urnas que se resolve a eleição, não é apenas comparecer em comícios públicos. Como tivemos oportunidade de constatar, entre o operariado, principalmente operários ou esposas de operários, *é muito baixo o índice de eleitores ou então o são mas não cumprem com o seu dever cívico do voto*, é preciso fazer sentir a esse povo que vale a pena fazer algum sacrifício quando os seus interesses estão em jogo. Ao mesmo tempo seria uma honra para as forças populares derrotar a burguesia reacionária. Quanto a mim, assumi o compromisso comigo mesmo, de não somente qualificar todos os trabalhistas, dentro do meu círculo de influência, como também de alfabetizar os analfabetos para que possam qualificar-se [grifos do autor].<sup>650</sup>

A carta acima evidencia a percepção de um correligionário do interior do Rio Grande do Sul a respeito da importância de se promover a *construção do eleitor*, ou seja, a necessidade de um trabalho partidário visando à construção de um interesse pelo alistamento e pelo comparecimento às urnas, de uma mobilização em torno do voto, de uma valorização desse ato como um *dever cívico*. Ele mesmo faria sua parte, auxiliando na qualificação de novos eleitores e alfabetizando aqueles que necessitassem. É uma fonte, portanto, que denota a disseminação de uma visão positiva sobre o voto e sobre a participação eleitoral das *camadas populares*.

<sup>649</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Carta de Luiz Calavet a Alberto Pasqualini. 26/10/1954.

<sup>650</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Carta de Luiz Calavet a Alberto Pasqualini. 26/10/1954.

Diversos apoiadores salientam, em suas cartas, a importância que atribuíam à atuação de Pasqualini nos rumos a serem tomados pelo PTB. É o caso do jornalista Antônio Bresolin, de Ijuí, que sugere ao senador assumir a presidência do partido, o que, na sua visão, fortaleceria a sigla pela presença da “bandeira da justiça social” e do “prestígio de um homem inatacável em todos os sentidos”.<sup>651</sup> Na resposta a Bresolin, Pasqualini apresenta uma interpretação para o apoio dos comunistas recebido nas últimas semanas antes do pleito e seus efeitos:

Nosso insucesso eleitoral, absolutamente imprevisto, começou a esboçar-se nas vésperas do pleito. O apoio dos comunistas, que não pleiteamos e que rejeitamos, foi o pretexto para que outras forças se voltassem contra nós. Tenho fundadas razões para supor que a atitude dos comunistas, que sempre foram nossos ferrenhos adversários e que jamais poderiam ter interesse em nossa vitória, foi habilmente concertada com elementos da Frente Democrática. *É de lamentar, em todo esse episódio, a atitude do clero. Não se apercebe que o trabalhismo bem orientado é a única barreira que pode conter o comunismo.* No entanto, a maioria do clero, que parece estar a serviço do reacionarismo e de ser profundamente anticristã, sempre se joga contra nós, não obstante os benefícios e favores, até exagerados, que têm recebido do governo trabalhista [grifos do autor].<sup>652</sup>

Na resposta à carta do jornalista do noroeste gaúcho, Pasqualini constrói uma interpretação sobre o que teria sido a causa principal do insucesso em 1954: o apoio dos comunistas, nos últimos momentos da campanha eleitoral, teria sido engendrado em acordo com seus adversários da Frente Democrática, calculando-se os prejuízos desse apoio entre o eleitorado do interior do Rio Grande do Sul. Há, nesse ponto, um aspecto que escapa à análise de Pasqualini: o apoio do PCB ao PTB fez parte de uma inflexão na postura dos comunistas com relação ao trabalhismo que se deu em âmbito nacional, fruto de uma reavaliação das estratégias políticas após o suicídio de Getúlio Vargas. Obviamente, nada indica que se possa descartar a hipótese de

---

<sup>651</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Carta de Antônio Bresolin a Alberto Pasqualini. 12/10/1954.

<sup>652</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Resposta datilografada à Carta de Antônio Bresolin a Alberto Pasqualini. 16/10/1954.

as lideranças da Frente Democrática terem dado o incentivo final para que a Frente Popular lançasse um apoio ostensivo a Pasqualini.

Outro elemento importante na resposta de Pasqualini é a crítica ao clero. Em diversas dessas respostas, Pasqualini afirma que esse setor *reacionário* do clero estaria fazendo um *mal* ao cristianismo no Rio Grande do Sul ao se opor ao trabalhismo. Esse argumento se desdobra em dois aspectos: primeiro, os governos petebistas, tanto de Vargas quanto de Dornelles, teriam beneficiado a diversas instituições católicas; segundo, a adesão ao trabalhismo seria um anteparo a um possível crescimento do comunismo entre o eleitorado. Na carta a Bresolin, Pasqualini relata uma suposta animosidade crescente entre católicos, chegando ao esboço de um sentimento anticlerical. E acrescenta: “A verdade é que o clero está fazendo um mal imenso à religião e à Igreja e se desviando de suas verdadeiras finalidades”.<sup>653</sup>

Diversas ações hostis à candidatura de Pasqualini provenientes de setores do clero são relatadas nessas cartas. Se, por um lado, a ação pode ter sido supervalorizada pelo sentimento que a derrota nas urnas gerou entre os apoiadores, por outro esses relatos se somam a outros obtidos em fontes distintas, recorrentes e que foram analisados no subcapítulo anterior, indicando sua plausibilidade. Eduardo Meneghel, de Santa Rosa, apresenta um relato dessas ações em sua localidade:

Para que V. Exa. possa ter uma ideia do que foi a luta eleitoral na zona rural, preciso que o informe que boletins mentirosos e ofensivos, em grande profusão foram distribuídos por toda a zona e que *padres saíram a campo difamando nossos candidatos, transformaram as igrejas em verdadeiros comícios políticos*. Senador, até quando o Brasil terá que sofrer a influência maldosa de certos padres?<sup>654</sup>

Novamente, aparece menção aos panfletos acusatórios e/ou difamatórios distribuídos durante a campanha eleitoral, que geralmente associavam Pasqualini ao comunismo. Outro aspecto recorrente, confirmado pela carta, se refere à ação de sacerdotes católicos na campanha contra o candidato petebista, utilizando os espaços litúrgicos para

---

<sup>653</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Resposta datilografada à Carta de Antônio Bresolin a Alberto Pasqualini. 16/10/1954.

<sup>654</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Carta de Eduardo Meneghel a Alberto Pasqualini. 12/10/1954.

propaganda política. Na resposta a essa carta, Pasqualini avança na crítica aos padres opositores: “Estou informado da conduta de certos elementos do clero. *Agiram como insensatos*. Não compreendem o mal que fazem à religião” [grifos do autor].<sup>655</sup>

Na mesma resposta ao correligionário de Santa Rosa, Alberto Pasqualini faz uma observação sobre o eleitorado dessas zonas rurais: “Nosso eleitorado colonial, ainda ingênuo e pouco esclarecido, é facilmente enganado por toda a ordem de embustes”.<sup>656</sup> A avaliação está presente em outras cartas, merecendo atenção na sequência do texto. Funcionário da Coletoria Federal em Arroio do Meio, Afif Jorge Simões Filho, enviou correspondência a Pasqualini enunciando o objetivo de “dar um depoimento” sobre o pleito de 3 de outubro no Alto Taquari, região de domínio da imigração germânica. Em Arroio do Meio e nos municípios de Candelária, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, a derrota de Pasqualini havia se dado por uma diferença muito expressiva. Nas palavras de Afif Jorge, a Frente Democrática havia aberto “um grande rombo a favor de seus candidatos”. O funcionário público afirma ter percorrido diversos locais na região, “mais como observador do que como político militante”, incluindo os municípios de Estrela e Lajeado.<sup>657</sup> Na sequência, relata:

Aqui em Arroio do Meio a Igreja interferiu a favor da candidatura do Sr. Ildo Meneghetti e do Sr. Armando Câmara, como acredito que tenha interferido em outras zonas do *hinterland*. [...] Antes que V. Exa. me considere um espírito faccioso, declaro que não sou filiado a nenhum partido, embora simpatize com o pequeno Partido Socialista Brasileiro; que não tenho prevenção contra nenhuma religião como tal, pois estudei quatorze anos em educandários religiosos. [...] *A Igreja aqui ficou, praticamente, contra a sua candidatura. Além disso, um dia antes do pleito um avião soltou sobre a nossa colônia, em profusão, um boletim* cujo texto passo às suas mãos, para que V. Exa. se certi-

<sup>655</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Resposta datilografada à carta de Eduardo Meneghel a Alberto Pasqualini. 12/10/1954.

<sup>656</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Resposta datilografada à carta de Eduardo Meneghel a Alberto Pasqualini. 12/10/1954.

<sup>657</sup> É importante enfatizar que todos esses municípios aparecem entre as menores votações de Pasqualini tanto nas eleições de 1954, conforme expresso no gráfico 12 [subcapítulo 4.1].

fique, uma vez mais, da *sórdida intriga de certa propaganda* [grifos do autor].<sup>658</sup>

A narrativa de Afif Jorge reforça a ideia de uma ação hostil de parte do clero com relação à candidatura de Pasqualini, bem como enfatiza o apoio desse mesmo setor ao candidato ao Senado pela Frente Democrática, Armando Câmara. Relata também um episódio que dá outra dimensão à propaganda dos adversários de Pasqualini às vésperas do pleito de 1954: a soltura de panfletos difamatórios com o uso de uma aeronave. Efeitos dessa hostilidade e do uso de informações inverídicas, mobilizando valores morais e pautas conservadoras, foram exemplificados:

Na localidade de Nova Bréscia, neste município, dois colonos me disseram que iriam votar no Sr. Meneghetti porque este pertence ao PSD, partido fundado pelo Papa... Outro colono me disse que iria votar contra o sr. Alberto Pasqualini, pois com a vitória desde viria o comunismo e as colonas, então, poderiam trocar de marido...”<sup>659</sup>

As justificativas pelas quais os dois *colonos* não teriam votado em Pasqualini estão ligadas aos usos de aspectos morais e religiosos na busca pelo convencimento dos eleitores, mesmo que tais usos não correspondessem propriamente a fatos verificáveis. Não há garantias de que o autor da carta tenha realmente coletado esses depoimentos entre eleitores das zonas coloniais, podendo ser apenas um exercício narrativo como forma de ilustrar os efeitos da ação dos padres na campanha eleitoral, conforme expresso no início da missiva. De todo o modo, a carta apresenta mais uma menção ao papel do elemento católico nessa disputa eleitoral, com destaque para o recorrente uso de um suposto apoio dos candidatos petebistas à aprovação do divórcio no Congresso Nacional. É plausível que a associação discursiva, na propaganda dos adversários, de Pasqualini e do PTB ao divórcio, tenha sido capaz de atingir a valores culturais bastante arraigados e que isso tenha gerado prejuízos à votação obtida pelo candidato petebista.

<sup>658</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Carta de Afif Jorge Simões Filho a Alberto Pasqualini. 11/10/54.

<sup>659</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Carta de Afif Jorge Simões Filho a Alberto Pasqualini. 11/10/54.

Se, por um lado, as respostas de Pasqualini às cartas e telegramas recebidos após o pleito de 1954 remetem e confirmam aspectos destacados em seus discursos, artigos, entrevistas e demais publicações, por outro, a escrita menos formal e bastante concisa das respostas torna evidentes aspectos menos explícitos no conjunto das opiniões emitidas publicamente. Essas respostas permitem compreender melhor, inclusive, o que Pasqualini entendia por *esclarecimento do eleitorado*, pois deixa mais claro como o candidato concebia aquele que deveria ser o alvo desse processo de *esclarecimento*: o eleitor. Na resposta a Afif Jorge Simões Filho, Pasqualini afirma:

Seu depoimento bem revela o que ainda é o nosso eleitorado do interior: *ignorante, crédulo e, portanto, facilmente explorável*. É esse o *precioso campo de ação eleitoral do clero cuja ignorância é paralela à do meio em que atua*, não se dando conta do mal que está causando a si próprio e à religião. Na minha opinião, perdemos as eleições nos últimos dias que antecederam ao pleito. Nossos adversários exploraram, por todas as formas, o suposto apoio comunista.<sup>660</sup>

A resposta apresenta uma interpretação para o comportamento de uma parcela do eleitorado que correspondia aos pequenos trabalhadores agrícolas das localidades do interior do Rio Grande do Sul – especialmente das regiões de imigração italiana e germânica – sob forte influência do clero local. Não deixa de ser, entretanto, um efeito da tensão gerada no meio político pela incorporação crescente de eleitores oriundos das classes trabalhadores – o que incluía, e que com muito destaque no caso do Estado sulino, os trabalhadores rurais. A forma como Pasqualini responde a essa tensão não deixa de dialogar com a interpretação das elites políticas liberais e conservadoras ao perceberem o impacto da inserção das massas ao cenário político brasileiro a partir das eleições de 1945: essa inserção teria sido compreendida como propensa a uma relação política baseada na *manipulação* e na *demagogia*, noções que, como destaca Jorge Ferreira (2002), foram em seguida incorporadas pelas inter-

---

<sup>660</sup> APP-PMI. Pasta 9.2. Resposta datilografada à carta de Afif Jorge Simões Filho a Alberto Pasqualini. 26/10/54.

pretações de cientistas sociais que operaram com o conceito de *populismo*. Entretanto, Pasqualini, diferentemente das oposições liberais ao getulismo, não entendia essa ampliação do eleitorado como algo ruim, mas sim como um aspecto a ser ajustado por meio do *esclarecimento*.

O diagnóstico de Pasqualini não diferia muito da imagem corrente entre as elites políticas tradicionais acerca da ampliação da participação eleitoral, expresso nos termos *ignorante* e *crédulo*: por faltar a este eleitor uma maior inserção na cultura letrada, *ignorando* muitos dos códigos do funcionamento da política, das leis e do Estado, e por acreditar naquilo que lhe diziam, este teria se tornado um alvo fácil dos *exploradores* e *embusteiros*, ou seja, alvos da *manipulação*. Esta noção não se distingue radicalmente, por exemplo, da interpretação que o líder do Partido Libertador, Raul Pilla, dava ao apoio das camadas populares a Getúlio Vargas. Para Pilla, esse apoio (e voto) era fruto de uma *mistificação* – que, em grande medida, articulava as noções de *demagogia* e *manipulação* em uma palavra.<sup>661</sup> Pasqualini justificava inclusive as ações dos párocos locais com base na noção de *ignorância*: esses padres agiam assim pois sua *ignorância era paralela a do meio em que atuavam*.

O senador petebista, entretanto, apresentava a perspectiva do *esclarecimento* e da educação do eleitorado: “Tudo que ocorreu pode servir de lição para o futuro. A única solução para corrigir todas essas aberrações é esclarecer e educar o eleitorado. Naturalmente, essa tarefa exige tempo e muito trabalho”.<sup>662</sup> É possível relacionar isso ao fenômeno salientado por Pierre Rosanvallon (2010): existe uma defasagem no tempo da democracia, em que determinadas questões necessitam de ações mais dilatadas no tempo e entram em conflito com o imediatismo dos ritmos eleitorais. Está presente nesse caso uma tensão entre a ampliação rápida do eleitorado e a necessidade de um aprendizado político que demanda um tempo mais lon-

---

<sup>661</sup> BN. *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre. Editoriais de abril a julho de 1950; NUPERGS-UFRGS. Livros de recortes de Raul Pilla. 1945-1950.

<sup>662</sup> APP-PMI. Pasta 9.2. Resposta datilografada à carta de Afif Jorge Simões Filho a Alberto Pasqualini. 26/10/54.

go. A necessidade do *esclarecimento* e da educação do eleitorado exigia uma ação que excedia ao tempo de uma campanha eleitoral e, concomitantemente, era considerada uma das razões do insucesso eleitoral. Entretanto, as iniciativas de difundir aspectos programáticos e educativos com relação ao voto durante o tempo curto das campanhas esteve presente, mas sempre pressionadas pela necessidade de apresentar propostas mais objetivas e imagens simplificadas na concorrência com os adversários. O foco nos aspectos programáticos se afinava à ideia de que as campanhas deveriam ser momentos de *esclarecimento*, mas, conseqüentemente, provocavam reação nos setores mais conservadores que associavam esse programa ao comunismo.

Entre as diversas cartas enviadas a Alberto Pasqualini após as eleições de 1954, chama a atenção a de padres que assumiram posições favoráveis ao candidato petebista. Trata-se do monsenhor Humberto Busato e do padre Benjamin Capetti, ambos da paróquia de Ivorá – terra natal de Pasqualini, na quarta colônia de imigração italiana, região central do Estado. Expressando estarem com “o coração dilacerado de dor e tristeza” em decorrência do insucesso eleitoral do senador petebista, bem como “amizade, reconhecimento e gratidão” ao candidato derrotado, os padres encaminharam um manifesto por eles redigido e distribuído na localidade:

Imagem 91 – Panfleto distribuído na paróquia de Ivorá (1954)

**PORQUE VOTAR EM  
Alberto Pasqualini?**



**Ao eleitorado de Ivorá, Val de Serra, Tres Martires, Rincão dos Melos e Sitio dos Melos Eleitores e eleitoras!**

A 3 de Outubro próximo munidos do título eleitoral votareis as urnas!

**Para GOVERNADOR DO ESTADO votareis em**

**Dr. Alberto Pasqualini!**

**PORQUE!**

1.º — Alberto Pasqualini é filho de Ivorá e como tal ele mais do que qualquer outro procurará o progresso desta Colônia.

2.º — Porque Alberto Pasqualini, como Senador, já mostrou com os fatos e não com promessas que ele ama esta Colônia: aí está o nosso HOSPITAL — aí está a ESTRADA DE DEPARTAMENTO em construção... são obras conseguidas por intermédio dele!

3.º — Porque si Alberto Pasqualini for eleito fará ainda mais benefícios a nosso favor.

4.º — Porque dos outros candidatos pouco ou nada podemos nós esperar.

5.º — Porque negar nosso voto a ALBERTO PASQUALINI seria a maior injustiça, a mais negra ingratitude uma verdadeira traição ao suicídio.

6.º — Porque ainda que não fosse eleito ele votará para o Senado onde continuará a ser nosso benfeitor, si nos mostrarmos gratos a ele!

7.º — Porque votando em Alberto Pasqualini nós daremos uma resposta digna àqueles que pela força, pela calúnia e pela traição cometeram o hediondo crime de louz-Pátria e de lesa-democracia, exigindo a renúncia do Dr. Getúlio Dornelles Vargas que não pleiteio livre eleito pelo povo brasileiro com uma maioria de mais de um milhão e oitocentos mil votos!

**ESTA É A VOZ DA RAZÃO E DO BOM SENSO!  
ESTA É A SÁ POLITICA!  
ESTE É O NOSSO DEVER!**

**VOTEMOS UNIDOS EM ALBERTO PASQUALINI! O GRANDE BENEFICIOR DE IVORÁ! PARA DEPUTADO FEDERAL: FERNANDO FERRARI, Amigo de Ivorá, O POVO SENSATO E GRATO DE IVORÁ!**

Pasta 9.2. 1954. Acervo de Alberto Pasqualini – Prefeitura Municipal de Ivorá.

Conforme a carta enviada pelos padres de Ivorá, o panfleto foi por eles redigido. Em correspondências de anos anteriores, é possível confirmar o empenho de Pasqualini na aprovação de verbas para a construção do hospital, solicitada pelos padres, cuja fotografia que registrou os momentos finais de sua construção foi por eles enviada ao senador em abril de 1952 [imagem 92].<sup>663</sup> É interessante notar que

<sup>663</sup> AAP-PMI. Caixa de correspondência avulsa. Carta do Monsenhor Humberto Busato e do padre Benjamin Capetti a Alberto Pasqualini. 16/04/1952.

o conteúdo do panfleto não apresenta nenhuma menção ao catolicismo ou a qualquer pauta moral-religiosa. O impresso apresenta argumentos na tentativa de convencer aos eleitores de Ivorá, Val de Serra, Três Mártires, Rincão dos Melos e Sítio dos Melos: Pasqualini merecia o voto por ser “filho da colônia” e pelos benefícios que havia propiciado, enquanto senador, à região, com destaque para a construção da estrada e do referido hospital.

Imagem 92 – Fotografia da fase final das obras do hospital de Ivorá, enviada pelos padres Humberto Busato e Benjamin Capetti em 1952



Pasta 9.2. Anexo à carta do Monsenhor Humberto Busato e do padre Benjamin Capetti a Alberto Pasqualini. 26/10/54 [AAP-PMI].

O panfleto fez parte dos esforços dos dois religiosos para que os eleitores da paróquia votassem em Pasqualini apesar do que chamam de “tentativas de confusão”: “V. Exa. não pode imaginar o esforço que fizemos para preservar nosso eleitorado da tentativa de confusão que vinha de elementos de paróquias vizinhas mal orientados de estarmos pactuando com elementos extremistas”. Os padres estão se referindo, certamente, à difusão, na propaganda dos adversários, acerca do apoio dos comunistas ao candidato petebista. Na sequên-

cia, Humberto Busato e Benjamin Capetti narram os episódios ocorridos após o pleito na pequena Ivorá:

Ontem, porém, toda a paróquia teve a demonstração viva de que lado estavam os extremistas. Elementos vindos de Júlio de Castilhos para celebrarem aqui propositadamente a vitória da coligação [Frente Democrática] ajuntaram e trouxeram consigo facínoras e bandidos da pior espécie, armados de faca e revólver e na praça agrediram sem motivo alguns elementos nossos não excetuando pobres e indefesas mães de família, querendo penetrar à força na casa onde V. Exa. nasceu gritando como energúmenos: Aqui nasceu Pasqualini e aqui terminaremos com seus sequazes... [...] Um dos oradores disse que em Ivorá havia apenas 140 brasileiros (número de votantes para a coligação) sendo o resto comunista. [...] O povo pacato, honesto e trabalhador desta vila e desta colônia ficou estarecido diante da violência. [...] Deus sabe quanto nós e o povo deveremos sofrer quando de janeiro em diante estiverem no poder certos elementos que odeiam Ivorá por ser nossa gente sempre fiel ao seu grande benfeitor.<sup>664</sup>

Nesse caso, a exceção pode estar confirmando a regra: os correligionários da Frente Democrática escolheram Ivorá, terra natal de Pasqualini, para comemoração de sua vitória sobre o filho ilustre do distrito, para, segundo a narrativa dos padres Busato e Capetti, causarem constrangimentos e intimidação aos paroquianos que não haviam se comportado eleitoralmente da maneira esperada. Isso porque Pasqualini havia sido o candidato mais votado, com ampla diferença, nas seções eleitorais daquela paróquia, conforme relato dos padres na carta enviada a Pasqualini:

---

<sup>664</sup> AAP-PMI. Pasta 9.2. Carta do Monsenhor Humberto Busato e do padre Benjamin Capetti a Alberto Pasqualini. 26/10/54.

Tabela 4 – Votos obtidos por Alberto Pasqualini e por Ildo Meneghetti nas seções eleitorais da paróquia de Ivorá (1954)

<b>Localidade</b>		<b>Votos em Pasqualini</b>	<b>Votos em Meneghetti</b>
Ivorá	Mesa 1	161	47
	Mesa 2	165	43
	Mesa 3	144	50
Sítio dos Melos		190	29
Val de Serra		162	72
Três Mártires		69	59

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Pasta 9.2. Carta de Humberto Busato e Benjamin Capetti a Alberto Pasqualini. 26/10/1954 [AAP-PMI].

Conforme os números apresentados pelos dois padres a Pasqualini, as seções da paróquia de Ivorá haviam registrado mais de 70% dos votos para o candidato petebista. Isso contrastava com o quadro geral da região: no município de Júlio de Castilhos, do qual Ivorá era distrito, a Frente Democrática havia obtido 51,4% dos votos, contra 45,5% de Pasqualini. Mesmo que os episódios em Ivorá tenham se dado fora do padrão registrado nos pequenos municípios e distritos das regiões coloniais, o exemplo demonstra, em um caso favorável a Pasqualini, o impacto da ação dos padres locais em benefício de uma ou de outra candidatura.

É possível que, em certa medida, as justificativas de apoiadores de Alberto Pasqualini, bem como as análises de dirigentes partidários e do próprio candidato, sejam caracterizadas pela necessidade de se demarcar uma causa da derrota eleitoral na hostilidade do clero, e que nessa avaliação se incorra em supervalorização da ação dos padres. Fariam parte, portanto, de interpretações a respeito do comportamento do eleitorado quando este não procede da maneira como determinada fração da elite política entende que ele deveria ter procedido – dando votos ao adversário e não ao seu partidário. Entretanto, a recorrência de casos mencionados em diferentes fontes parece indicar um padrão de ação de setores do clero que, articulado por um

discurso católico conservador e anticomunista, enquadrando as propostas de Pasqualini no rol dos inimigos a serem contidos.

O conjunto de casos analisados relativos às eleições de 1947, de 1950 e, especialmente, de 1954, evidenciam a existência de constrangimentos e de pressões exercidas sobre os eleitores, especialmente das pequenas comunidades rurais, por parte de setores do clero. Essas eleições, com seus embates e concorrência entre partidos políticos nacionais, ocorreram em um momento-chave de ampliação do eleitorado brasileiro e de inauguração de um regime democrático. O papel da Igreja Católica, por diversos meios de influência, e do apelo conservador do anticomunismo católico, não pode ser negligenciado quando se pensa na gramática com a qual esses sujeitos emergentes no cenário eleitoral aprenderam a lidar com o voto e com a experiência democrática.

## CONCLUSÃO

A-pareceu no céu do Rio Grande  
L-uminosa a estrela da esperança.  
B-em vindo seja o teu vulto grande  
E-m ti confiamos a nossa crença,  
R-edime este povo que agoniza  
T-orturado, vivendo da brisa  
O-nde o câmbio negro é sentença.

P-asqualini: Salvador de um povo  
A-mparo e bem-aventurança.  
S-em ti jamais teremos bonança  
Q-ueremos na vida ambiente novo  
U-m elo de união e de ventura  
A-s páginas da história hão de guardar  
L-ivraste um povo da amargura,  
I-ncansável, de tanto esperar  
N-a doçura que teu brio expande  
I-mpoluto de pé está o Rio Grande!

*(Alberto Pasqualini, a esperança de um povo.  
Acróstico de Almiro Real. 27/11/1946. Acervo  
de Alberto Pasqualini. Homenagem a Alberto  
Pasqualini. Documentos avulsos).*

Esperança, crença, salvação e bonança em contraposição à agonia, à tortura e à amargura. Nos versos oferecidos a Alberto Pasqualini, cujas primeiras letras formam o nome do candidato petebista às eleições estaduais de 1947, vê-se a atribuição de qualificativos positivos ao concorrente e de sentidos a sua eleição – que, ao fim da apuração, não se concretizou. Subentendido está, no poema, o meio pelo qual se buscaria o que *queremos* (“ambiente novo”) para gerar aquilo que *teremos* (“bonança”): o voto. A homenagem é datada de 27 de novembro de 1946, quando faltavam 23 dias para a realização do primeiro pleito estadual em mais de 11 anos, no qual os números permitem afirmar que ao menos dois terços dos eleitores votaram para governador pela primeira vez.

Nesta tese, o enfoque esteve em compreender a construção do eleitor, o processo pelo qual se incitou um interesse pela competição eleitoral e pelo voto quando o sufrágio passou, pela primeira vez na história política brasileira, a abranger parcelas expressivas da população. Os fios condutores foram as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini no Rio Grande do Sul: a governador em 1947, a senador em 1950, e novamente a governador em 1954. Principal nome do trabalhismo no Estado nesse período, estando abaixo apenas de Getúlio Vargas, Pasqualini havia sido estudado pelo viés que predominantemente o concebeu como o *teórico do trabalhismo*. Sem negar que o protagonista tenha exercido um importante papel na formulação ideológica do trabalhismo e na construção programática do PTB, buscou-se perceber sua inserção na experiência democrática, a partir de 1945, sem enquadrá-lo no esquematismo que contrapôs os *pragmáticos-getulistas* aos *doutrinários-pasqualinistas*. Abriu-se, no primeiro capítulo, caminho para entender a atuação do candidato petebista sem restringi-la ao aspecto programático.

Alberto Pasqualini ingressou na política no final da década de 1920. Exerceu seu primeiro mandato, de vereador em Porto Alegre, entre 1936 e 1937. Em 1945, era um político do período anterior buscando se adaptar às mudanças de cenário trazidas pela abertura política do regime varguista: partidos políticos nacionais, ampliação do eleitorado, um sistema eleitoral mais competitivo em um ambiente cada vez mais urbano e industrial. Sua trajetória, portanto, diz respeito tanto às continuidades quanto às rupturas desse momento de saída de um regime autoritário para inauguração de um regime democrático.

Conforme abordado no primeiro capítulo, foi por meio da fundação de um partido, a União Social Brasileira, e da formulação de um programa difundido em 1945 (*Sugestões para um programa* e o *Manifesto da União Social Brasileira*), que Pasqualini se inseriu na experiência democrática. Enquanto os aliados de Getúlio Vargas se dividiam entre PSD e PTB, as oposições liberais formavam a UDN e rearticulavam o antigo PL e os comunistas usufruíam da legalização do PCB, Pasqualini buscou construir um caminho alternativo. Defendendo que os partidos deveriam se constituir em torno de programas e não de personalidades e que as campanhas eleitorais deveriam ter

um aspecto educativo, demonstrava, desde 1945, estar ciente dos desafios de tornar o sufrágio um processo compreensível e interessante para as camadas que estavam sendo incorporadas ao eleitorado, e igualmente ciente do desafio que representava a conquista desses votos para sua candidatura a governador pela USB.

Fontes inéditas permitiram entender de forma mais detalhada um processo apenas mencionado pelos trabalhos anteriores: a fusão entre a USB e o PTB e a definição da candidatura de Pasqualini a governador pela sigla trabalhista em 1947. O trabalho de crítica, cruzamento e análise das correspondências dos acervos de Alberto Pasqualini, Alzira Vargas, Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, José Diogo Brochado da Rocha, Oswaldo Aranha, Salgado Filho e outros possibilitou vislumbrar os bastidores das articulações políticas que definiram as candidaturas do PTB no Rio Grande do Sul entre 1945 e 1954. Em todas as ocasiões, havia outros postulantes ou outros nomes cogitados, mas por razões distintas em cada ocasião, Pasqualini foi o escolhido. Candidato a cargos majoritários nas três primeiras eleições da experiência democrática, Pasqualini se tornou figura dominante no trabalhismo do Rio Grande do Sul entre 1947 e 1954, momento de ascensão e de consolidação do PTB como maior força política do Estado. Partido que, a nível nacional, chegaria a 1964 com a maior bancada na Câmara dos Deputados e tendo novamente o presidente da República, João Goulart, e que teve no Rio Grande do Sul seu principal reduto eleitoral e a parcela mais expressiva de suas lideranças.

Nos capítulos 2 e 3, foi possível avaliar o papel da imprensa e das campanhas eleitorais na construção de um interesse pelo voto e pela própria competição eleitoral. No capítulo 4, viu-se a atuação da Igreja e de setores católicos nesse mesmo processo. A construção do eleitor é, evidentemente, um processo muito mais complexo, estando ausente nesta tese, por exemplo, o trabalho dos sindicatos e das associações, pois, apesar das menções à Associação dos Ex-Combatentes no subcapítulo 4.2, esses agentes não estavam previstos nas fontes e no escopo inicial, e seu impacto ainda está por ser avaliado em outros estudos. É preciso ressaltar, igualmente, que essa construção do eleitor faz parte de um processo mais amplo de integração política e que

as disputas eleitorais são apenas a sua parte mais visível. Assim, se o objetivo fosse pensar o processo de constituição da cidadania política e de integração política, seria necessário observar também o papel de outros espaços e agentes, incluindo as instituições de ensino e as Forças Armadas. Entretanto, quando focamos na competição eleitoral, as fontes analisadas indicam o papel proeminente da imprensa, da Justiça Eleitoral, da Igreja Católica, e os setores ligados a ela, e dos partidos políticos com seus respectivos candidatos.

São estes os principais agentes que visavam à construção de um interesse pela competição eleitoral, todos contando com a imprensa, mas também com meios de contato direto com a população. Se a Justiça Eleitoral e os cartórios eleitorais publicavam notas nos jornais a respeito do alistamento, da retirada de títulos de eleitor e das regras concernentes ao ato de votar, em todos esses momentos havia um contato direto entre seus agentes e aqueles que estavam se tornando eleitores. Como visto no capítulo 2, o próprio comparecimento à seção eleitoral era constituído como um ato solene que reforçava seu aspecto cívico. Se a Igreja por meio dos bispos e da Liga Eleitoral Católica também utilizava a imprensa como canal de comunicação, havendo, inclusive, jornais e revistas editados por setores católicos, os padres e os leigos promoviam esse trabalho de mobilização diretamente em suas comunidades – como o exemplo da inculcação do ato de votar durante as missas. Partidos e candidatos, em concorrência, também utilizavam a imprensa comercial ou veículos ligados aos órgãos partidários para a propaganda eleitoral, mas, conforme analisado no capítulo 3, as campanhas eleitorais conformavam um conjunto de práticas que ultrapassavam o aspecto da propaganda escrita e imagética.

Embora tais instituições se utilizem dos veículos de imprensa como meios de comunicação, não se pode negligenciar o papel exercido pela própria imprensa enquanto agente, com seus editores, jornalistas, comentaristas, chargistas, fotógrafos, entre outros, na mobilização eleitoral. Também em concorrência, os periódicos promoviam o interesse pela competição eleitoral e pelo voto por meio de notícias, editoriais, charges, reproduções de fotografias. No capítulo 2 foi possível perceber o papel da imprensa na construção de um inte-

resse pelo voto, mas também como os jornais de Porto Alegre conformaram os principais temas e acontecimentos das campanhas eleitorais de 1947, 1950 e 1954.

Disputando o voto do eleitor em construção, partidos e candidatos competiam também pelas páginas dos periódicos. Foi perceptível o esforço das campanhas de Pasqualini em difundir o programa por meio da propaganda eleitoral. Porém, as tensões próprias da concorrência política faziam com que as publicações dos partidos na imprensa não se ocupassem somente da difusão das propostas: o aspecto programático é constantemente tensionado pela necessidade de responder aos adversários, de construir uma imagem de popularidade, de apresentar imagens e frases de mobilização em detrimento de um aprofundamento do programa. A tensão entre o tempo curto de uma campanha eleitoral em que se busca a vitória e o tempo longo de um programa que propõe soluções no âmbito do Estado fica evidenciada nas reflexões de Pasqualini sobre a vitória eleitoral e a vitória das ideias. A insistência do candidato petebista na difusão do programa prevê as dificuldades de uma vitória nas urnas não acompanhada de uma penetração na sociedade de ideias capazes de angariar o apoio necessário à execução do programa.

A construção do eleitor tem nas campanhas eleitorais um momento crucial. Cumprido o alistamento, é necessário mobilizar o eleitor para o seu comparecimento à seção eleitoral. Tratando-se de um momento inaugural de regime político, há ênfase da imprensa e da própria propaganda dos partidos nas etapas do ato de votar: é necessário, em suma, ensinar o eleitor a votar. Concomitante à disputa pela preferência desse eleitor com relação a uma ou a outra candidatura, é preciso que ele reconheça nesse ato a força de um dever a ser cumprido. Vê-se na propaganda do PTB e na dos demais partidos, uma intencionalidade na construção do eleitor, mas não se pode ignorar a possibilidade de um aprendizado indireto fornecido pela própria disputa eleitoral: ao apresentarem suas propostas e ao produzirem imagens e concepções sobre suas candidaturas e sobre os adversários, os candidatos evidenciam ao eleitor as próprias atribuições dos cargos em disputa. Há, portanto, a oferta de um aprendizado sobre o *que* (a data do pleito, quem está apto a votar, quais cargos estão em disputa),

o *como* (as etapas do ato de votar, os procedimentos), o *por que* (a legitimidade da eleição, o gesto cívico, o dever) e o *para que* do voto (os cargos em disputa, suas atribuições, a relação do voto com a vida cotidiana).

A realização periódica de eleições e a ampliação do eleitorado propiciaram um aprendizado de mão-dupla: se aos eleitores foi possível aprender a votar (onde, quando, como, em quem, por que, para que), aos partidos e candidatos foi necessário aprender a mobilizar esses eleitores em uma competição eleitoral que passava a se dar em novos marcos. No capítulo 3 foi possível perceber a centralidade da construção de uma imagem de popularidade: além das publicações na imprensa, da propaganda de rua, do trabalho dos comitês e dos apoiadores, as caravanas percorrendo o Estado rompiam com o cotidiano das pequenas localidades e também dos grandes núcleos urbanos; os comícios mobilizavam os apoiadores de cada região e geravam discursos e imagens reproduzidos na propaganda. O candidato deveria demonstrar que tinha apoio, que era popular, que era bem recebido e que estava no caminho da vitória. Houve, de um pleito a outro, um aprendizado das práticas tidas como necessárias para a mobilização, à medida que o repertório do clientelismo, ou mesmo da coerção e da violência, já não se mostravam suficientes diante da ampliação e da alteração do perfil do eleitorado.

A imposição do voto como meio legítimo de participação política se dá pela incitação a um ato individual, disciplinado e regrado por um calendário específico, em detrimento de outras formas de ação política oriundas de um vasto repertório de ação coletiva – bem menos disciplinadas e admitindo graus variados de violência. No caso do Rio Grande do Sul, é significativo pensar que essa valorização do sufrágio ocorre após uma longa trajetória de conflitos políticos armados: 1835-1845, 1893-1895, 1923, 1930, 1932. Nas palavras de Pasqualini, eram *os entreveros do passado* dando lugar aos comícios e às eleições. Quando a propaganda petebista exhibe as imagens de multidões presentes aos comícios, é necessário observar o quanto estas são imagens de um aglomerado disciplinadamente organizado, onde o *povo ordeiro* dos comícios contrasta, por exemplo, com a *turba* dos motins populares de 24 de agosto de 1954. O ato de votar é, assim,

construído como o momento solene do exercício da cidadania cívica por meio de uma arma simbólica que é o voto.

Alberto Pasqualini era, até então, o ex-seminarista, aluno laureado da Faculdade de Direito, professor (inclusive na mesma instituição), membro do Partido Libertador, vereador em Porto Alegre, membro do Departamento Administrativo, secretário de Interior e Justiça que bradou contra a censura, idealizador de um programa e líder de um partido que, não vingando, se incorporou ao PTB. A partir de sua candidatura a governador nas eleições de 1947, a ele foram associados dois novos qualificativos: *o candidato do povo* e *o teórico do trabalhismo*. Este último está associado à pregação de Pasqualini entre os pleitos de 1947 e 1950, quando publica o livro *Bases e Sugestões para uma Política Social* (1948) e artigos sobre o trabalhismo, e busca definir as bases programáticas do PTB (inserindo nelas o teor de seu programa lançado em 1945). O primeiro é uma espécie de *slogan* que emergiu da propaganda petebista em 1947 e que seria retomado em 1954, demonstrativo da necessidade de se contar com uma imagem de popularidade construída nas campanhas eleitorais.

O subcapítulo 3.3 aponta, no entanto, para um sentido adicional à expressão *candidato do povo*. O povo do candidato é um denominador comum para camadas distintas que são alvo das interpelações petebistas: trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, trabalhadores sem-terra, homens e mulheres pobres, sem trabalho, moradia ou assistência. O *slogan* é, portanto, uma tentativa de mobilização de camadas populares que estavam sendo aos poucos incorporadas ao eleitorado e, ao mesmo tempo, a busca por mobilizar eleitoralmente o cidadão-trabalhador já mobilizado politicamente desde o Estado Novo. Com o agravamento das dissensões entre PTB e PSD no Rio Grande do Sul, o discurso petebista aponta os políticos possedistas como contrários aos *interesses do povo*. A presença e, mais tarde, a alusão a Getúlio Vargas divide a cena política: *Vargas e o PTB estavam com o povo, quem estava contra Vargas estava contra o povo*. Ser o *candidato do povo* significava também ser o candidato de Vargas, papel que Pasqualini cumpriu nas três eleições.

Alberto Pasqualini foi descrito, no entanto, como um candidato *bom para ganhar e ótimo para perder*. A frase do deputado federal

Ruy Ramos, que dá título ao quarto capítulo da tese, reforça a noção de que mais importante do que a vitória eleitoral é a vitória das ideias. Para além da retórica, a frase denota o reconhecimento de uma limitação eleitoral: Pasqualini perdeu as duas eleições em que disputou o governo do Estado; foi eleito senador em 1950 contando com o próprio capital político, mas também com a popularidade de Vargas, candidato a presidente, e com a rejeição ao seu adversário Plínio Salgado. No pleito de 1947 foi derrotado por Walter Jobim; no de 1954, por Ildo Meneghetti. Ambos do PSD, que na primeira ocasião contou com o apoio do PRP e do PCB, e na segunda formou uma coligação com PL e UDN. As alianças ou a ausência delas, entretanto, não explicam satisfatoriamente as derrotas de Pasqualini. Obtendo grandes votações nas cidades com os maiores núcleos urbanos, o candidato petebista perdia nos pequenos municípios de predomínio rural. Se em 1947 houve resultados surpreendentes nos municípios de imigração italiana, em 1954 a *muralha colonial* reduziu este espaço. Nem mesmo a ampliação da votação nas cidades com maior presença de população em zonas suburbanas foi capaz de impedir a segunda derrota de Pasqualini. Porém, os projetos derrotados também fazem parte da história. A derrota de um determinado projeto político pode evidenciar as tensões e as limitações de uma sociedade em dada época.

A construção do eleitor pressupõe a produção de um interesse pelo voto. O ato de votar, entretanto, é dotado de diferentes sentidos. Essa construção é disputada por agentes com projetos distintos e sentidos diversos a respeito do *porquê* e do *para que* do voto. Ao longo da tese, percebe-se a concorrência do PTB com os demais partidos e concepções bastante próprias acerca do voto. Os comunistas, por exemplo, adotam posturas distintas com relação ao sufrágio: a valorização da democracia representativa na concorrência aberta propiciada pela legalidade entre 1945 e 1947; o voto como pretexto para difundir a *solução revolucionária* em 1950; e o voto como meio de eleger nacionalistas e derrotar os *entreguistas* em 1954. No outro lado da disputa, e fornecendo uma das principais matrizes do anticomunismo, a Igreja Católica também tomou parte na construção do eleitor enquadrando o ato de votar em uma retórica conservadora de combate dos fiéis ao *inimigo materialista e ateu*.

O subcapítulo 4.2 serviu para aprofundar a compreensão sobre um dos fatores tidos como principais para as derrotas de Pasqualini em 1947 e 1954: a hostilidade de setores católicos, incluindo padres, ao candidato petebista. Com fontes inéditas, foi possível demonstrar a complexidade do fator católico, incluindo as concepções da Igreja sobre o voto, o anticomunismo via imprensa católica e os agentes e usos políticos em torno da Liga Eleitoral Católica. A oposição de setores católicos a Pasqualini ocorreu por fatores ideológicos, onde o programa do candidato era associado ao socialismo e ao comunismo, mas também pelas disputas de poder envolvendo agentes específicos, leigos e clérigos. A morte de Getúlio Vargas, que mantinha boas relações com a representação do Vaticano no Brasil, e a escolha do metodista Ruy Ramos como candidato a senador na chapa do PTB, e de outro lado a candidatura de Armando Câmara a senador pela Frente Democrática, foram fatores decisivos para o veto da LEC e do arcebispo D. Vicente Scherer à candidatura de Ramos – o que tornou a campanha de Pasqualini ainda mais vulnerável ao anticomunismo católico. Situação agravada com o apoio dos comunistas e dos socialistas a Pasqualini nos momentos finais da campanha eleitoral.

O capítulo 4 apresentou diversos indicativos da atuação de setores do clero não somente na mobilização em torno do comparecimento às urnas, mas também da ação em favor de determinados candidatos. A Liga Eleitoral Católica, aliada ao trabalho dos padres, servia como um mecanismo de controle face à ampliação do eleitorado: uma tentativa de anteparo, buscando direcionar o voto dos católicos e afastá-los de projetos considerados comunistas, socialistas, materialistas. Somado ao papel coercitivo de autoridades locais, recorrente nas pequenas localidades das zonas rurais (as tentativas de *coerção dos colonos*), há indicativos de que a atuação ostensiva de clérigos nestas regiões, com relatos de ameaças de excomunhão e uso de uma retórica cominatória, tenha constituído uma limitação considerável ao livre exercício do voto.

A propaganda dos partidos, os discursos dos candidatos, os editoriais da imprensa, os documentos do clero, todas as manifestações dirigidas aos eleitores ou que a eles se referem são tentativas de dar forma a um povo-eleitoral, de interpretá-lo, atingi-lo, conquistá-

lo e, ao mesmo tempo, inculcar nele um comportamento eleitoral esperado. Sendo que a forma como o eleitor deveria se comportar não é consensual entre as diferentes forças em disputa, é compreensível que a expressão dos resultados venha acompanhada de avaliações acerca da capacidade/incapacidade do povo no exercício do sufrágio. Conforme Aberto Pasqualini, *o voto pode ser a arma com que o povo se liberta, mas também a arma com que o povo se suicida*. Porém, libertação e suicídio, nesse caso, dizem respeito à disputa política pelo sentido dos acontecimentos. As respostas de cartas enviadas por apoiadores a Pasqualini evidenciam a visão do candidato sobre o eleitor das pequenas localidades do interior: *ignorante e crédulo*. Não seria difícil encontrar noções semelhantes nas opiniões de políticos antipepetistas sobre o voto das camadas urbanas a favor de Vargas e do PTB.

Essas noções são indicativas da dificuldade das elites políticas em lidar com a ampliação do eleitorado, com a emergência do povo como um fator a ser considerado nos cálculos eleitorais e, mais do que isso, da dificuldade de compreenderem o comportamento dos eleitores quando os resultados contrariam suas previsões. Pasqualini, entretanto, não rejeita a participação das camadas populares no sufrágio: compreendendo que a vitória eleitoral do PTB depende do alistamento de mais eleitores, o petebista defende a necessidade de um trabalho de *esclarecimento*. Por mais ambígua que seja a expressão, denota a percepção de que as camadas populares (os trabalhadores urbanos, rurais, os mais pobres, suburbanos, colonos) não são incapazes de exercer a cidadania eleitoral da forma idealizada. Para o candidato petebista, a construção do eleitor concernia também a elas.

Isso amplia o sentido da expressão *o candidato do povo*: ela forma um laço entre povo e candidato que evidencia a necessária construção do eleitor para que haja eleições, a produção de um povo-eleitoral para que o candidato seja eleito. Expressão simples e concisa, mas que pressupõe um complexo processo de convencimento sobre *o que, o como, o porquê e o para que* do ato de esperar em fila, fechar uma cortina, inserir uma cédula em um envelope, depositá-lo em uma urna e, depois, esperar a próxima eleição.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. *Desafios da Notícia: jornalismo brasileiro ontem e hoje*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. *Em busca de cidadania política: o quererismo no Rio Grande do Sul frente à reorganização política e partidária (1945)*. [Mestrado em História]. Porto Alegre: PUCRS, 2006.

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. *Interfaces do político: o discurso de Alberto Pasqualini em perspectiva (1936-1955)*. [Doutorado em História]. Porto Alegre: PUCRS, 2015.

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Apontamentos sobre a trajetória política de Alberto Pasqualini: da Faculdade de Direito ao Partido Libertador (1928-1937). In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza. *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 290-312.

ALMEIDA, Maria Isabel de Moura. *Rompendo os vínculos, os caminhos do divórcio no Brasil: 1951-1977*. Tese [Doutorado em História]. Goiânia: UFG, 2010.

ALVES, Samuel da Silva. Interpelação das massas, esquerdismo, agitação e demagogia: as análises de Armando Fay de Azevedo acerca das eleições no Rio Grande do Sul (1958/1962) e a construção do mito do populismo. *Temporalidades*, V. 10, N. 1, p. 186-205, mai/ago 2018.

AMARAL, Sandra Maria do. *O teatro do poder: as elites políticas no Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo*. Ijuí: Unijuí, 2013.

ANGELI, Douglas Souza. *Como atingir o coração do eleitor: partidos, candidatos e mobilização eleitoral no Rio Grande do Sul*. [Mestrado em História]. São Leopoldo: UNISINOS, 2015.

ANGELI, Douglas Souza. Luzes e sombras: a fase inicial da trajetória política de Ivete Vargas (1940-1950). *Antíteses*, v. 12, n. 24, p. 573-601, 2019.

ARCHANJO, Daniela Resende. *Um debate sem embate: a discussão sobre o divórcio no Congresso Nacional (Brasil, 1951-1977)*. Tese [Doutorado em História]. Curitiba: UFPR, 2008.

ASTURIAN, Marcos Jovino. *Em busca do convencimento: disputas político-eleitorais entre pessedistas e petebistas no Rio Grande do Sul (1945-1954)*. [Mestrado em História]. Passo Fundo: UPF, 2011.

ASTURIAN, Marcos Jovino. *O Rio Grande do Sul dividido: conflitos político-eleitorais entre pessedistas e petebistas para o governo estadual (1946-1954)*. Tese [Doutorado em História]. São Leopoldo: UNISINOS, 2019.

AZEVEDO, Armando Fay de. Os partidos políticos no Rio Grande do Sul. Dois pontos de vista. I. *Revista Brasileira de Estudos Históricos*, Belo Horizonte, v. 2, p. 76-90, julho 1957.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. V. III. São Paulo: Egladif, 1962.

BENEVIDES, Maria Victória. *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*. Porto Alegre: Zouk, 2014.

BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder: o PTB e a ação de César Santos na Metrópole da Serra (1945-1967)*. [Mestrado em História]. Passo Fundo: UPF, 2006.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: UNESP, 1997.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BOLZAN, Moacir. *Quarta Colônia: da fragmentação à integração*. Santa Maria: do autor, 2015.

BOMBARDELLI, Maura. *A trajetória de Fernando Ferrari no PTB: da Formação do Partido ao “Trabalhismo Renovador” (1945-1960)*. [Mestrado em História]. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

BORIN, Marta Rosa. A “boa imprensa” e a “imprensa ímpia”: embates entre agentes sociais católicos e espíritas no Rio Grande do Sul. In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*. Natal: ANPUH, 2013.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo burocrático. In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas/SP: Papi-rus, 1996, p. 91-123.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo burocrático. In: BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

BRANDALISE, Carla. Camisas-Verdes: o Integralismo no Sul do Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 10, n.2, p. 17-32, 1998.

CALIL, Gilberto Cassis. *O Integralismo no processo político brasileiro – o PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa*. Tese [Doutorado em História]. Rio de Janeiro: UFF, 2005.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política. *Proposições*, Campinas, v. 13, n. 39, p. 169-198, 2002.

CANÊDO, Letícia Bicalho (org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da cidadania*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 516-543.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

CARONE, Edgard. *A República Liberal*. Instituições e classes sociais 1945-1964. São Paulo: Difel, 1985.

CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues. *“Marketing político”: a construção social do “mercado eleitoral” no Brasil (1954-2000)*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2014.

CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro*. Conflito e integração. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CORADINI, Odaci Luiz. As missões da cultura e da política: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, 2003.

CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

COSTA, Maria Amélia Soares da. *Reorganização partidária e prática democrática no Rio Grande do Sul de 1945 a 1950*. [Mestrado em Ciência Política]. Porto Alegre: UFRGS, 1983.

CRUZ, João Batista Carvalho da. *Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul*. [Mestrado em História]. São Leopoldo: UNISINOS, 2010.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. *Projeto História*. São Paulo, n. 35, dez, p. 253-270. 2007.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Nos braços do povo: a segunda presidência de Getúlio Vargas. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: UERJ; FGV, 1999, p. 97-118.

DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

DEBRAY, Régis. *Vida e morte da imagem: uma história do olhar no Ocidente*. São Paulo: Galimard, 1992.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB, do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 167-203.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. *O Brasil e a URSS na Guerra Fria: A política externa independente na imprensa gaúcha*. Porto Alegre; Letra e vida, 2010.

DUTRA, Eliana de Freitas. Para uma sociologia histórica dos testemunhos: considerações preliminares. *Locus*, Juiz de Fora, vol. 6, n. 2, p. 75-82, 2000.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Vol. 2: Formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELMIR, Cláudio Pereira. Uma aventura com o Última Hora: o jornal e a pesquisa histórica. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 67-90, dez. 2012.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FERREIRA, Jorge. Sindicalismo, política e trabalhismo no Rio Grande do Sul: a trajetória de José Vécchio. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000, p. 182-218.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart – uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: UNESP, 2012, p. 295-322.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge. (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 61-124.

FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora portolegrense e a Era Vargas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FRAGA, André Barbosa. *O Brasil tem asas: a construção de uma mentalidade aeronáutica no governo Vargas*. [Doutorado em História]. Rio de Janeiro: UFF, 2017.

FRENCH, John D. Los trabajadores industriales y el nacimiento de la República Populista en Brasil, 1945-1946. In: MACKINNON, Maria Moira; PETRONE, Mario Alberto (orgs.). *Populismo e neopopulismo en América Latina: el problema de la Cienicienta*. Buenos Aires: Eudeba, 1998, p. 59-77.

FREUND, Gisèle. *La fotografia como documento social*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2006.

GARRIGOU, Alain. Le secret de l'isoloir. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 71-72, março 1988.

GARRIGOU, Alain. La construcción social du vote. Fétichisme et raison instrumentale. *Politix*, v. 6, n. 22, 2º trimestre, 1993.

GERTZ, René Ernani. *O fascismo no Sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GOMES, Angela de Castro. Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas. In: GOMES, Angela de Castro. (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 133-160.

GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GOMES, Angela de Castro. Nas Malhas do Feitiço: o Historiador e os Encantos dos Arquivos Privados. *Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, 1998.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro. Jango e a República de 1945-64: da República Populista à Terceira República. In: SOIHET, Rachel [et al.]. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 35-50.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. *Estudios del Ishir*, v. 8, p. 53-74, 2018.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 17-57.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*. Tese [Doutorado em História]. São Paulo: PUCSP, 2012.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “geração de 1907”*. [Mestrado em Ciência Política]. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *As esquerdas no Brasil*. Vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 83-99.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Entre a barbárie e a civilização: os conflitos armados no período republicano. In: NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (orgs). *O continente em armas: uma história da guerra no Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Os nomes de poder: a Faculdade de Direito de Porto Alegre, o ensino jurídico e a política no Brasil (1900-1937)*. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2017.

GRILL, Igor Gastal. *“Heranças políticas” no Rio Grande do Sul*. São Luís: EDUFMA, 2008.

HARRES, Marluza Marques. *Estratégias trabalhistas para o mundo rural: governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

KARNIKOWKI, Romeu Machado. *Uma contribuição ao estudo do trabalho no Rio Grande do Sul (1945-1980)*. [Mestrado em Ciência Política]. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. In: DE LUCA, Tânia Regina; MARTINS, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 181-182

LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três estrelas, 2013.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. *Com a espada de Dâmoques: o Rio Grande do Sul e a política brasileira no governo Flores da Cunha*. Curitiba: Prismas, 2017.

LAVAREDA, Antonio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo; IUPERJ, 1991.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas/SP: UNICAMP, 2003.

LEITE, Carlos Roberto da Costa. O Estado do Rio Grande. In: *Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa*. 30 anos. Porto Alegre: CO-RAG, 2004, p. 38.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-154.

LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 149-177.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Os bispos do Brasil e a imprensa*. Coleção de História da Igreja no Brasil – 2. São Paulo: Edições Loyola/CEPEHIB, 1983.

MACHADO JR, Cláudio de Sá. *Imagens da sociedade porto-alegrense*. Vida pública e comportamento as fotografias da Revista do Globo (década de 1930). São Leopoldo: oikos, 2009.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARÇAL, João Batista. *A imprensa operária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edição do autor, 2008.

MARTINY, Carina. “A ela dedico, por assim dizer, o amor de pai”: imprensa republicana e liderança política (Rio Grande do Sul, 1880-1890). In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza. *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 224-246.

MAUAD, Ana Maria. *Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografias*. Niterói, RJ: UFF, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anti-comunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MONTEIRO, Lorena Madruga. Os católicos gaúchos e a construção da ordem política: a Liga Eleitoral Católica. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Ano I, n.º 2. 2008.

MONTEIRO, Lorena Madruga. *Religião, cultura e política: apostolado laico dos jesuítas no RGS e os espaços sociais de atuação*. Tese [doutorado em Ciência Política]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

NALIN, Jaime Antônio. *Positivismo x trabalhismo de Alberto Pasqualini: caminhos entrecruzados*. [Mestrado em História]. Santa Maria: UFSM, 1995.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélió. *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande da América do Sul (1945-1994)*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélió. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul (1823-2002)*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

OFFERLÉ, Michel. *Un homme, une voix? Histoire du suffrage universel*. Paris: Gallimard, 1993.

OFFERLÉ, Michel. A nacionalização da cidadania cívica. In: CANÊDO, Leticia Bicalho (org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005, p. 343-361.

OFFERLÉ, Michel. *Perímetros de lo político: contribuciones a una sócio-historia de la política*. Buenos Aires: Antropofagia, 2011.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas “páginas” do Diário de Notícias*. [Doutorado em História]. Porto Alegre: PUCRS, 2008.

OTAZU, Everton. *1945: Um ano intenso na política do sul gaúcho*. [Mestrado em História]. Pelotas/RS: UFPel, 2016.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz Maria Alasia. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, NUAP, 2010.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002, p. 64-114.

- PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PAXTON, Robert O. *Anatomia do fascismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- PIMENTEL, Carlos Henrique Lopes. *A Força Expedicionária Brasileira: um olhar à esquerda (1942-1952)*. Dissertação [Mestrado em História]. Londrina/PR: UEL, 2012.
- PINTO, Céli Regina Jardim. O poder e o político na teoria dos campos. *Veritas*. Porto Alegre, v. 41, n. 162, p. 221-227. 1996.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Uma mulher “recatada”: a deputada Suely de Oliveira (1950-1974). *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 565-587. 2014.
- POSSAMAI, Zita. [et al.]. *Carnavais de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- RAMBO, Arthur Blásio. A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional. In: DREHER, Martin N. (org.). *Populações Rio-Grandenses e modelos de Igreja*. Porto Alegre: EST, 1998, p. 147-162.
- RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. O Partido Republicano Rio-Grandense e o poder no litoral norte do Rio Grande do Sul – 1882-1895. [Mestrado em História]. Porto Alegre: UFRGS, 1990.
- RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. Capitalismo Solidarista: o interdiscurso na obra de Alberto Pasqualini. *Em Tempo de Histórias*, n. 14, Brasília, jan./jun. 2009.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História Política e Relações Internacionais: uma abordagem sobre o segundo governo Vargas (1951-1954). In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza. *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 204-223.
- RODEGHERO, Carla. *O Diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2003.
- RODEGHERO, Carla. *Memória e combates: uma história oral do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.
- ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. *A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937*. Tese (Doutorado em História). Franca/SP: UNESP, 2011.
- RODRIGUES, Cândido Moreira. “Observações insuficientes de fenômenos parciais da sociedade”: comunismo e democracia em Alceu Amoroso Lima. In: RODRIGUES, Cândido Moreira; BARBOSA, Jefferson Rodrigues (orgs.).

- Intelectuais e comunismo no Brasil: 1920-1950. Cuiabá: EdUFMT; FAE-MAT, 2011, p. 77-101.
- RODRIGUES, Felix Contreiras. Os partidos políticos no Rio Grande do Sul. Dois pontos de vista. II. *Revista Brasileira de Estudos Históricos*, Belo Horizonte, v. 2, p. 91-98, julho 1957.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.
- RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: UFRGS, 1993.
- SANTOS, Alba Cristina Couto dos. *As marcas de Amistad no cooperativismo e no associativismo gaúcho*. As comemorações da Associação Theodor Amistad e da Sicredi Pioneira. Porto Alegre: SESCOOP, 2014.
- SILVA, Roberto Bitencourt da. *Alberto Pasqualini: trajetória política e pensamento trabalhista*. Rio de Janeiro: UFF, 2013.
- SOARES, Débora Dornsbach; ERPEN, Juliana. *O parlamento gaúcho*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013.
- SOARES, Glaucio Ari Dillon. *Sociedade e política no Brasil* (Desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República). São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Raízes históricas do nacionalismo brasileiro. In: MUNTEAL, Oswaldo [et al.] (orgs). *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: PUCRio; Contraponto, 2006, p. 93-110.
- SOSA, Derocina Alves Campos. *A História Política do Brasil (1930-1946) sob a ótica da imprensa gaúcha*. [Doutorado em História]. Porto Alegre: PUCRS, 2005.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa Omega, 1976.
- SPERANZA, Clarice Gontarski. *Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954)*. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- TEIXEIRA, Anísio. 1935-1945. In: ROCHA, João Augusto de Lima. *Anísio em movimento*. Brasília: Senado Federal, 2002 [1945], p. 253-256.
- TEIXEIRA, Anísio. *Em marcha para a democracia, à margem dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007 [1934].
- TRINDADE, Fernando Casses. Uma contribuição à história da Faculdade de Filosofia da UFRGS. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS*, Porto Alegre, ano X, v. 10, 1982.

TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1979.

VASCONCELLOS, Laura Vianna. *Alberto Pasqualini e o trabalhismo no Brasil*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2011.

WEFFORT, Francisco. Política de massas. In: IANNI, Octávio [et al.]. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 161-198.

WEFFORT, Francisco. El populismo en la política brasileña. In: MACKINNON, Maria Moira; PETRONE, Mário Alberto (orgs.). *Populismo y neopopulismo en America Latina: el problema de la Cenicenta*. Buenos Aires: Editorial Universitária, 1998, p. 135-152.

VEYNE, Paul. O indivíduo atingido no coração pelo poder público. In: VERNANT, Jean-Pierre [et al.]. *Indivíduo e poder*. Lisboa: Edições 70, 1987.

### **Memórias, depoimentos, biografias, perfis e discursos**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Suely de Oliveira: perfil biográfico, depoimentos e discursos (1915-1994)*. Porto Alegre: ALERGS, 2007.

BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BARROS, Jeferson. *Golpe mata jornal: Desafios de um tabloide popular numa sociedade conservadora*. Porto Alegre: Já Editores, 1999.

CAMARGO, Aspásia [et al.]. *Artes da política: diálogo com Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

CANTON, Olides. *Getúlio Vargas: depoimentos de um filho*. Porto Alegre: EST, 2004.

CARRION, Francisco Machado. A Liga Eleitoral Católica. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: ERUS, 1983, p. 677-690.

CORRÊA, Ernesto. A história dos Associados do Sul. In: DE GRANDI, Celito. *Diário de Notícias. O romance de um jornal*. Porto Alegre: L&PM, 2005.

COSTA, Adroaldo Mesquita da. Monsenhor João Maria Balém. In: BALÉM, João Maria. *Dom Feliciano José Rodrigues Prates (1º bispo do Rio Grande do Sul)*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1981.

- COSTA, Adroaldo Mesquita da. A Liga Eleitoral Católica. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: ERUS, 1983, p. 669-677.
- D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *Getúlio Vargas*. [Série Perfis Parlamentares]. Brasília: Senado Federal, 2011.
- DE GRANDI, Celito. *Loureiro da Silva: o Charrua*. Porto Alegre: Lateralis, 2002.
- DE GRANDI, Celito. *Diário de Notícias*. O romance de um jornal. Porto Alegre: L&PM, 2005.
- DUARTE, José Bacchieri. *100 anos da política brasileira e a influência exercida pelas lideranças do Rio Grande do Sul*. Pelotas: UFPel, 1997.
- DUARTE, José Bacchieri. *A fascinante história de Pedro Simon: sua vida, seu tempo*. Porto Alegre: AGE, 2001.
- FONSECA, Fernando Affonso Gay da. *Retratos*. Canoas: ULBRA, 2003.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Dicionário político do Rio Grande do Sul (1821-1937)*. Porto Alegre: Suliani Letra e Vida, 2010.
- GALVANI, Walter. *Um século de poder*. Os bastidores da Caldas Júnior. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.
- GALVANI, Walter. *Olha a Folha*. Amor, traição e morte de um jornal. Porto Alegre: Sulina, 1996.
- KRIEGER, Daniel. *Desde as Missões... Saudades, lutas, esperanças*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1976.
- LAGO, Pedro Corrêa do. *Oswaldo Aranha: uma fotobiografia*. Rio de Janeiro: Capivara, 2017.
- MARÇAL, João Batista. *Um século de socialismo no Pampa: história visual do PSB-RS*. Porto Alegre: do autor, 1999.
- MARÇAL, João Batista; MARTINS, Marisângela. *Dicionário ilustrado da esquerda gaúcha*. Anarquistas, comunistas, socialistas e trabalhistas. Porto Alegre Libretos, 2008.
- REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes*. Um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- RIELA, Caio Repiso. *Pasqualini: vida e obra*. Porto Alegre: ALERGS, [199-].
- SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande*. Porto Alegre: Tabajara, 1973.
- SIMON, Pedro (org.). *Atualidade de Pasqualini*. Brasília: Senado Federal, 2010.

SIMON, Pedro (org.). O exemplo do mestre. In: SIMON, Pedro (org.). *Alberto Pasqualini: textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 11-42.

SOUZA, Ecilda Ramos de. *Ruy Ramos*. Perfis parlamentares, n.º 40. Brasília: Câmara dos Deputados, 1991.

VALLS, Luiz Fernando Montenegro. *Brossard: 80 anos na história política do Brasil*. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2004.

VINHAS, Moisés. *O Partidão*. A luta por um partido de massas. 1922-1974. São Paulo: Hucitec, 1982.

VARGAS, Getúlio. *A política trabalhista do Brasil*. São Paulo José Olympio, 1950.

VARGAS, Getúlio. *A campanha presidencial*. São Paulo: José Olympio, 1951.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. Vol. 1. Rio de Janeiro: FGV, 1995.

### **Obras e coletâneas de Alberto Pasqualini**

DUTRA, Milton (org.). *O trabalhismo de Pasqualini*. Apresentação de Temperani Pereira. Porto Alegre: Intermédio, 1986.

PASQUALINI, Alberto. *Sugestões para um programa*. Porto Alegre: 1945.

PASQUALINI, Alberto. *Bases e sugestões para uma política social*. Porto Alegre: Editora do Globo, 1948.

PASQUALINI, Alberto. *Trabalhismo e desenvolvimento econômico*. Discursos proferidos no Senado Federal. Publicação da direção estadual do PTB. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1953.

PASQUALINI, Alberto. *As ideias políticas e sociais de Alberto Pasqualini*. Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial. Porto Alegre: 1954.

PASQUALINI, Alberto. *O pensamento político de Alberto Pasqualini*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2005.

PASQUALINI, Suzana Thompson Flores (org.). *Vida e obra de Alberto Pasqualini*. Sumário do acervo relativo à obra de Alberto Pasqualini através da compilação de documentos que constituem os arquivos de caráter histórico, político, literário, o pensamento social-político e filosófico e a trajetória de sua vida. Porto Alegre: [199-].

SIMON, Pedro (org.). *Alberto Pasqualini: obra social e política*. 4 vol. Brasília: Senado Federal, 1994.

SIMON, Pedro (org.). *Alberto Pasqualini: textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001.

## FONTES

### **Acervo Alberto Pasqualini – Prefeitura Municipal de Ivorá/RS (AAP-PMI)**

Pasta 8. Candidatos que interessam acompanhar as caravanas do senador Pasqualini. [1954].

Pasta 9.1. Panfleto de apoio à candidatura de Alberto Pasqualini. Ivorá. 1954

Pasta 5. Ofício da comissão provisória da USB ao diretório estadual do PTB. 28/11/1945.

Pasta 5. Ofício da Executiva Municipal do PTB aos diretores da USB. 25/10/1945.

Pasta 5. Ofício da USB à Executiva Municipal do PTB (Porto Alegre). 30/10/1945.

Pasta 5. Termo compromisso político entre o PTB e a USB. 31/10/1945.

Pasta 7.1. Carta de Altuir da Costa a Alberto Pasqualini. 21/03/1945.

Pasta 7.1. Carta de Edmundo Sousa a Alberto Pasqualini. 28/10/1945.

Pasta 7.1. Carta de Genuíno Fachin a Alberto Pasqualini. 21/09/1945.

Pasta 7.1. Carta de Vital de Souza a Alberto Pasqualini. 15/10/1945.

Pasta 8. Prestação de contas de João Pedro Agostini ao Diretório Alberto Pasqualini, de todos os pagamentos e recebimentos verificados durante a campanha eleitoral de 03 de outubro de 1950. 28/11/1950.

Pasta 8. Relação das contribuições recebidas pelo Diretório Alberto Pasqualini pra a campanha de 3/10/1950.

Pasta 9.2. Carta de Afif Jorge Simões Filho a Alberto Pasqualini. 11/10/54.

Pasta 9.2. Carta de Antônio Bresolin a Alberto Pasqualini. 12/10/1954.

Pasta 9.2. Carta de Antônio Bresolin a Alberto Pasqualini. 24/06/1954.

Pasta 9.2. Carta de César Todeschini a Alberto Pasqualini. 21/05/1954.

Pasta 9.2. Carta de Domingos Nunes Martins a Alberto Pasqualini. 07/06/1954.

Pasta 9.2. Carta de Eduardo Meneghel a Alberto Pasqualini. 12/10/1954.

Pasta 9.2. Carta de Ema de Souza Gomes a Alberto Pasqualini. 10/10/1954.

- Pasta 9.2. Carta de Ernani Cardoso a Alberto Pasqualini. 24/06/1954.
- Pasta 9.2. Carta de Glória Romanatto a Alberto Pasqualini. 09/07/1954.
- Pasta 9.2. Carta de Jacy Noronha Hickenbick à Suzana Thompson Flores Pasqualini. 16/09/1954.
- Pasta 9.2. Carta de Laura Martins a Alberto Pasqualini. 06/10/1954.
- Pasta 9.2. Carta de Luiz Calavet a Alberto Pasqualini. 26/10/1954.
- Pasta 9.2. Carta de Martins Dias a Alberto Pasqualini. 27/09/1954. Resposta datilografada em 04/11/1954.
- Pasta 9.2. Carta de Noé Brondani a Alberto Pasqualini. 19/07/1954.
- Pasta 9.2. Carta de Pinto de Godoy a Alberto Pasqualini. [1954].
- Pasta 9.2. Carta de Suzi Victória a Alberto Pasqualini. 10/10/1954.
- Pasta 9.2. Carta de Waldemar Barros [de Santa Maria] a Alberto Pasqualini. 2/10/1954. Resposta datilografada em 04/11/1954.
- Pasta 9.2. Carta do Centro Cívico Cultural Alberto Pasqualini – Porto Alegre. 07/11/1954.
- Pasta 9.2. Carta do Diretório da Avenida Eduardo a Alberto Pasqualini. Assinam Marino Job Abrahão, Adalberto Osmar Horlle e Erocí Rodrigues. 22/06/1954.
- Pasta 9.2. Carta do Monsenhor Humberto Busato e do padre Benjamin Capetti a Alberto Pasqualini. 26/10/54
- Pasta 9.2. Resposta datilografada à carta de Afif Jorge Simões Filho a Alberto Pasqualini. 26/10/54.
- Pasta 9.2. Resposta datilografada à Carta de Antônio Bresolin a Alberto Pasqualini. 16/10/1954.
- Pasta 9.2. Resposta datilografada à carta de Eduardo Meneghel a Alberto Pasqualini. 12/10/1954.
- Pasta 9.2. Resposta datilografada à carta de Ema de Souza Gomes a Alberto Pasqualini. 11/10/1954.
- Pasta 9.2. Resposta datilografada à carta de Laura Martins a Alberto Pasqualini. 16/10/1954.
- Pasta 9.2. Sugestões de Tertuliano Nery dos Santos a Alberto Pasqualini. 21/07/1954.
- Pasta 9.2. Telegrama de Alberto Pasqualini a Leonel Brizola. 26/06/1954.
- Pasta 27.1. Carta de Ajadil Lemos a Alberto Pasqualini. 14/03/1954.
- Pasta 27.1. Carta de Alberto Pasqualini a João Brusa Neto. 13/10/1955.

Pasta 27.1. Carta de Alberto Pasqualini a Roberto Marinho. 29/08/1955.

Pasta 27.2. Carta de Alberto Pasqualini a Getúlio Vargas. 11/03/1936.

Caixa avulsa. Carta do Monsenhor Humberto Busato e do padre Benjamin Capetti a Alberto Pasqualini. 16/04/1952.

Caixa avulsa. Santinhos, panfletos e flâmulas.

Iconografia avulsa.

### **Delfos – Espaço de Documentação e Memória Cultural da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)**

Arquivo AIB-PRP

Fundo 2, 15.2, b. Ata n.º 2. Livro de Atas do Diretório Regional do PRP. 11/07/1950.

Fundo 2, 15.2, b. Ata n.º 4. Livro de Atas do Diretório Regional do PRP. 30/07/1950.

Fundo 2, série 6, 6.1.9.3. Recomendações sobre propaganda. 1954.

Fundo 5, Série 7, 7.1. Panfleto de Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini. 1950.

Fundo 5, série 7. 7.2.1 a. Panfleto do PTB contra Walter Jobim. 1947.

Fundo 5, série 7, 7.2.1 c. Panfletos de Ildo Meneghetti contra Pasqualini [3]. 1954.

Fundo 5. Série 9. 9.1.2. Orientação para a campanha do PRP. 1954.

Fundo 5, série 12. 12.1.1. UM PARTIDO do povo [panfleto].

Fundo 5, série 12. 12.1.1. RENOVAÇÃO [panfleto].

### **Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (ACMPA)**

*Unitas – Boletim da Província Eclesiástica de Porto Alegre.* 1945, 1946, 1947.

*Unitas – Boletim da Arquidiocese de Porto Alegre.* 1950, 1954.

### **Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas – AEL digital UNICAMP**

*Fundo IBOPE. Pesquisas especiais*

PE 16. Pesquisas 1954. 3º volume.

**Arquivo do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (ATJRS)**

Processo n.º 3036. Queixa-crime (injúrias impressas). 03/11/1954. Anexo: jornal *A Tribuna*, Porto Alegre, 02/10/1954.

**Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHR)**

*Acervo de Francisco de Paula Brochado da Rocha (AFPBR)*

Caixa 1. Iconografia avulsa.

*Acervo João Neves da Fontoura (AJNF)*

Caixa 7. Carta de Getúlio Vargas a João Neves da Fontoura. 15/03/1946.

Caixa 8. Carta de João Neves da Fontoura a Walter Peracchi Barcellos. 22/01/1954.

Caixa 9. Carta de Aluizio Bitencourt a João Neves da Fontoura. 16/11/1954.

Caixa 14. Carta de João Neves da Fontoura a Afonso Palmeiro. 30/08/1954.

Caixa 14. Carta de João Neves da Fontoura a Afonso Palmeiro. 02/09/1954.

Caixa 14. Carta de João Neves da Fontoura a Gilberto Amado. 03/09/1954.

Caixa 15. Carta de João Neves da Fontoura a Adayl Morais. 03/08/1954.

Caixa 15. Carta de João Neves da Fontoura a Afonso Palmeiro. 29/01/1954.

Caixa 15. Carta de João Neves da Fontoura a Aluísio Bittencourt. 15/05/1954.

*Acervo Walter Peracchi Barcelos (AWPB)*

WPB. 12-12.2-036.19.7. Carta confidencial a Walter Peracchi Barcelos. 25/01/1947.

*Correspondência dos governantes (CG)*

CG. Maço 168. Outubro-Dezembro de 1946.

CG. Maços 177 e 178. Julho-Outubro 1950.

**Arquivo Nacional (AN)**

Sala de consulta

*Fundo Salgado Filho (AP 49)*

Cx 57, p. 1, doc 48. Telegrama de Alberto Pasqualini a Salgado Filho. 25/01/1947.

Cx 57, p. 1, doc 95. Telegrama de Assis Chateaubriand a Salgado Filho. 05/09/1948.

Cx 57, p. 1, doc 112. Telegrama de Assis Chateaubriand a Salgado Filho. 18/10/1949.

Cx 57, p. 4, doc 6. Telegrama de Assis Chateaubriand a Salgado Filho. 14/09/1945.

Cx 57, p. 4, doc 26. Telegrama de Salgado Filho a Assis Chateaubriand. [set. 1945].

Cx 61, p. G, docs 01-12. Clipagem Lux *Diário Popular*, *Diário Carioca*, *O Globo*. 07/1950.

Cx 68, p. 1, doc 51. Panfleto da campanha eleitoral de 1947.

Cx 71, p. 1, doc 39. Carta de Assis Chateaubriand a Salgado Filho. 13/03/1931.

#### **Arquivo Nacional – Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)**

Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>.

BR RJANRIO EH.0.FOT, PRP.2341. Agência Nacional, 09/06/1951.

BR RJANRIO EH.0.FOT, PRP.2496. Agência Nacional. 1951.

BR RJANRIO EH.0.FOT, PRP.3273. Agência Nacional, 11/1953.

BR RJANRIO EH.0.FOT, PRP.3048. Agência Nacional, 16/07/1954.

#### **Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RS)**

Processo n.º 31, classe 4. Ata da Convenção Estadual do PTB – 29/06/1950.

Processo n.º 31, classe 4. Ata da Convenção Estadual do PTB. 22/08/1950.

Processo 36, classe 4. 08/09/1950. Requerimento de Carlos Scliar ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral. 11/09/1950.

Processo n.º 80, classe 4. Registro de candidatura ao governo do Estado – PTB. 04/08/1954.

#### **Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RS)**

Atas de resultados eleitorais. 1945, 1947, 1950, 1954 e 1955.

Livros de resultados eleitorais. 1945, 1947, 1950 e 1954.

TSE. Dados estatísticos. Eleições federal, estadual e municipal realizadas no Brasil a partir de 1945. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

**Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) [Online]**

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB

Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>.

*Acervos pessoais*

Disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal>.

*Acervo Getúlio Vargas (GV)*

GV c 1944.07.15. Carta de Ernesto Dornelles a Getúlio Vargas. 15/07/1944.

GV c 1945.11.13d. Carta de Getúlio Vargas a Protásio Vargas. 19/11/1945.

GV c 1946.10.21/1. Carta de Protásio Vargas a Getúlio Vargas. 21 a 23/10/1946.

GV c 1946.10.24. Fonograma de Protásio Vargas a Getúlio Vargas. 24/10/1946.

GV c 1946.10.28/4. Carta de Oscar Carneiro da Fontoura a Getúlio Vargas. 28/10/1946.

GV c 1946.11.02/2. Carta de Protásio Vargas a Getúlio Vargas. 02/11/1946.

GV c 1946.10.29/2. Telegramas entre Alberto Pasqualini, Getúlio Vargas, Protásio Vargas e Dinarte Dornelles. 29/10/1946.

GV c 1946.10.29/2. Telegrama de Getúlio Vargas a Alberto Pasqualini. 31/10/1946.

GV c 1946.10.30/2. Carta de Protásio Vargas a Getúlio Vargas. 30/10/1946.

GV c 1946.11.02/2. Carta de Protásio Vargas a Getúlio Vargas. 02/11/1946.

GV c 1946.12.10/4. Documentos sobre as eleições de 19 de janeiro de 1947 no Rio Grande do Sul. 10/12/1946 a 27/03/1947.

GV c 1947.01.27. Carta de Loureiro da Silva a Getúlio Vargas. 27/01/1947.

GV c 1950.06.03. Cartas entre Getúlio Vargas, Protásio Vargas e Cândida Ivete Vargas.

GV c 1950.06.23/2. Carta de João Neves da Fontoura a Getúlio Vargas. 23/06/1950.

GV c 1950.06.27. Carta de João Neves da Fontoura a Getúlio Vargas. 27/06/1950.

GV c 1950.07/1. Carta de Manuel Vargas a Getúlio Vargas. 07/1950.

GV c 1950.07.08. Carta de Alberto Pasqualini a Getúlio Vargas. 08/07/1950.

GV c 1950.08.03/1. Carta de João Goulart a Getúlio Vargas.03/08/1950.

GV c 1950.01.00/5. Carta sem assinatura contendo recomendações de Alberto Pasqualini para Getúlio Vargas. 01/1950.

GV c 1950.05.00/3. Notas políticas de Getúlio Vargas para Salgado Filho. 05/1950.

GV c 1950.04.30. Carta de Ivete Vargas a Getúlio Vargas. 30/04/1950.

GV c 1950.07.00/2. Carta de Ivete Vargas a Getúlio Vargas. 07/1950.

GV c 1950.07.00/3. Carta de Ivete Vargas a Getúlio Vargas. 06/1950.

*Acervo Clemente Mariani (CMA)*

CMA cs d 1950.10.00/3. Listagens contendo o controle de distribuição de material de propaganda.

*Acervo Alzira Vargas do Amaral Peixoto (AVAP)*

AVAP vpu e 1946.01.02. Carta de Getúlio Vargas à Alzira Vargas. 16/11/1946.

AVAP vpu e 1946.01.02. Carta de Getúlio Vargas a Alzira Vargas. 06/11/1946.

AVAP vpu e 1946.01.02. Carta de Getúlio Vargas à Alzira Vargas. 06 e 15/10/1946.

AVAP vpu e 1946.01.02. Carta de Alzira Vargas a Getúlio Vargas. 26/01/1946.

AVAP vpu e 1946.01.02. Carta de Getúlio Vargas a Alzira Vargas. 1º/02/1946.

AVAP vpu e 1946.01.02. Carta de Alzira Vargas a Getúlio Vargas. 24/02/1946.

*Acervo Ernani do Amaral Peixoto (EAP)*

EAP na 1955.01.27. Documentos relativos a campanha eleitoral de Juscelino Kubistchek. 1955.

**Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV)**

Sala de consulta

*Acervo Agamenon Magalhães (AGM)*

AGM c 1950.00.00/2. Documentos relativos à campanha eleitoral de 1950.

AGM-2f. Lei Eleitoral. Decreto-Lei n. 7.586. 28/05/1945 [Consta exposição dos motivos].

AGM-60f. Tribunal Superior Eleitoral. Instruções sobre as eleições de 3 de outubro de 1950 e sobre a propaganda partidária. Recife: Edições Folha da Manhã, 1950.

*Acervo Aliomar Baleeiro (AB)*

AB ap 1950.09.01. Documentos relativos a campanhas eleitorais da UDN.

*Acervo Augusto do Amaral Peixoto (AAP)*

AAP psd 1949/1950.00.00. Panfleto da campanha eleitoral de 1950.

*Acervo Castilho Cabral (CC)*

CC c 1945.03.00. Documentos relativos à propaganda eleitoral de Eduardo Gomes. 1945.

CC c 1954.08.23. Documentos relativos à campanha eleitoral de 1954.

*Acervo Christiano Machado (CM)*

CM c 1950.05.20. Documentos relativos à campanha eleitoral de 1950.

CM c 1950.05.28. Documentos relativos à propaganda eleitoral no rádio. 1950.

CM c 1950.06.00/2. Propaganda eleitoral da candidatura de Christiano Machado. 1950.

*Acervo Etelvino Lins (EL)*

EL c 1952.09.00. Propaganda eleitoral. 1952.

EL c 1955.06.01. Documentos relativos ao Departamento de Propaganda. Campanha de Etelvino Lins. 1955.

*Acervo Hermes Lima (HL)*

HL c 1945.11.00. Documentos relativos à campanha de Hermes Lima. 1945.

*Acervo Manuel Vargas (MV)*

MV c 1948.09.10. Carta de Getúlio Vargas a Manuel Vargas. 27/06/1950.

*Acervo Oswaldo Aranha (OA)*

OA cp 1945.02.07. Rolo 23. Documentos relativos à campanha eleitoral de 1945.

OA cp 1947.01.27. Rolo 23. Correspondência sobre as eleições de 1947.

OA cp 1949.01.17. Rolo 23. Correspondência sobre as eleições de 1950.

OA cp 1949.01.17. Rolo 23. Carta de Moisés Vellinho a Oswaldo Aranha. 14/08/1950.

OA cp 1954.09.00/3. Rolo 27. Correspondência sobre as eleições de 1954.

### **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Online**

Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/default.aspx>.

Anuário estatístico do Brasil. 1936; 1954; 1955.

Situação demográfica. 1947.

Situação administrativa e política. 1955.

### **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS)**

*Fundo João Maria Balém*

Série C [álbum de recortes].

### **Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE) – Online**

Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/publicacoes/>.

De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS (1803-1950). Porto Alegre: FEE, 1981.

De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS (1960-1980). Porto Alegre: FEE, 1981b.

### **Memorial do Legislativo – Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALERGS)**

*Acervo José Diogo Brochado da Rocha (AJDBR)*

Pasta 019-4 c. Carta de Geraldo Otávio Brochado da Rocha para José Diogo Brochado da Rocha. Set[?]/1953.

Pasta 019-4 c. Panfleto contra Alberto Pasqualini. 1947.

Pasta 0028. Carta de José Diogo Brochado da Rocha à junta estadual da Liga Eleitoral Católica. 06/01/1947.

Pasta 0028. Carta de D. Vicente Scherer a José Diogo Brochado da Rocha. 17/01/1952.

Pasta 0028. Carta de D. Vicente Scherer a José Diogo Brochado da Rocha. 08/07/1952.

Pasta 0028. Carta de D. Vicente Scherer a José Diogo Brochado da Rocha. 13/04/1952.

Pasta 0028. Declaração do marechal Júlio Caetano Horta Barbosa. 1960.

### **Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC)**

Setor de publicidade e propaganda

Panfleto de Alberto Pasqualini. Diretório do PTB de Garibaldi. 1950.

### **Núcleo de Pesquisa e Documentação Política Rio-Grandense da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPERGS/UFRGS)**

Sala de consulta

*Acervo Raul Pilla (ARP)*

Pasta 002. Carta de Décio Martins Costa a Raul Pilla. 26/08/1954.

Pasta 002. Telegrama de Décio Martins Costa a Raul Pilla. 02/09/1954.

Pasta 002. Carta de Raul Pilla a Décio Martins Costa. 04/09/1954.

Livros de recortes. 1946, 1947, 1950.

Biblioteca do NUPERGS

Partido Social Democrático. *Instruções aos eleitores, fiscais e delegados partidários sobre o pleito de 19 de janeiro de 1947*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1946.

Banco de dados eleitorais Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nupergs/banco/index.php>.

### **Senado Federal – Online**

Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao>.

Lei n.º 9 de 28/02/1945.

Decreto-Lei n.º 7.586 de 28/05/1945.

Decreto-Lei n.º 8.063 de 10/10/1945.

Decreto-Lei n.º 8.155 de 01/11/1945.

Decreto-Lei n.º 8.492 de 28/12/1945.

Lei n. 5, de 14/12/1946.

Lei n.º 1.164 de 24 de julho de 1950 [Código Eleitoral].

## **Periódicos**

### **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS)**

*Acervo de Hamilton Mojen Chaves (AHMC)*

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 25/08/1954.

*Folha da Tarde*, Porto Alegre, 24/08/1954. 1ª edição.

*Folha da Tarde*, Porto Alegre, 24/08/1954. 2ª edição.

*Folha da Tarde*, Porto Alegre, 25/08/1954.

### **Arquivo AIB-PRP – DELFOS PUCRS**

*Folha do Nordeste*, Caxias do Sul. 1946

*O Integral*, Passo Fundo. 1954.

### **Biblioteca Nacional (BN)**

Sala de consulta

*Brasil-Portugal*, Rio de Janeiro. 1945.

*O Estado do Rio Grande*, Porto Alegre. 1950.

Hemeroteca Digital disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 1945.

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 1945.

*Jornal do Dia*, Porto Alegre, 1947, 1950, 1954.

*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 1950.

*Diário de Notícias*, Porto Alegre. 1954.

*O Cruzeiro*, Rio de Janeiro. 1951, 1954.

*Tribuna Popular*, Rio de Janeiro. 1945, 1946, 1947.

### **Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul (CMCMCS) – Online**

Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/SubPastas/15>.

*Correio Rio-Grandense*, Garibaldi. 1945, 1946, 1947, 1954.

*Pioneiro*, Caxias do Sul. 1950.

**Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC) – Setor de Imprensa**

*A Fronteira*, Uruguaiana. 1954.

*A Nação*, Porto Alegre, 1947, 1950, 1954.

*A Tribuna*, Porto Alegre. 1950, 1954.

*Diário de Notícias*, Porto Alegre. 1945, 1946, 1947, 1949, 1950, 1954.

*Correio do Povo*, Porto Alegre. 1943, 1944, 1945, 1946, 1947, 1949, 1950, 1954.

*Correio do Sul*, Bagé. 1954.

*Folha da Tarde*, Porto Alegre. 1946, 1947, 1950, 1954.

*Hoje*, Porto Alegre. 1954.

*Jornal da Tarde*, Pelotas, 1950.

*Jornal do Povo*, Cachoeira do Sul. 1945, 1946.

*O Repórter*, Porto Alegre. 1946, 1947, 1950, 1954.

*Ponche Verde*, Dom Pedrito. 1954.

*Revista do Globo*, Porto Alegre. 1945, 1946, 1947, 1950, 1954.

**Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NPH/UFRGS)**

*A Tribuna*, Porto Alegre. 1950, 1954.

*Voz Operária*, Rio de Janeiro. 1950. 1954.

**Unidade de Patrimônio Histórico e Arquivo Municipal de Canoas/Prefeitura Municipal de Canoas (UPHAM/PMC)**

*O Democrata*, Canoas. 1947, 1950.

*Canoas em Marcha*, Canoas. 1951.

*Gazeta de Notícias*, Canoas. 1959.



Recomeçar



Alberto Pasqualini (1901-1960) foi senador eleito em 1950 e candidato do PTB a governador do Rio Grande do Sul em 1947 e 1954. Suas campanhas eleitorais fazem parte da inauguração e da consolidação da experiência democrática no período posterior ao regime autoritário de Getúlio Vargas. Neste novo cenário, o meio político buscou se adaptar a modificações nas regras do jogo, com a criação de partidos políticos nacionais, a ampliação e modificação do perfil do eleitorado e da competitividade entre as diferentes forças políticas. A tese teve como objetivo compreender o processo de construção do eleitor por meio do estudo das campanhas de Pasqualini, analisando suas práticas de mobilização e como se construiu uma imagem de popularidade do candidato frente ao eleitorado. Ao longo do trabalho foi possível perceber o papel da imprensa, dos partidos políticos e da Igreja Católica, entre outros agentes, na mobilização eleitoral, sendo a construção do eleitor um processo disputado e com atribuição de sentidos distintos ao ato de votar. As campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini evidenciam a centralidade desse processo a partir de 1945, bem como tensões e limites presentes nos anos iniciais da experiência democrática.

